



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Herlon Alves Bezerra

**RUMO AO SINDICATO OFICIAL. NATUREZA DE CLASSE E TRAJETÓRIA
ORGANIZATIVA DO SINDICALISMO DOCENTE NO CEARÁ**

FORTALEZA, CE

2019

Herlon Alves Bezerra

**RUMO AO SINDICATO OFICIAL. NATUREZA DE CLASSE E TRAJETÓRIA
ORGANIZATIVA DO SINDICALISMO DOCENTE NO CEARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação, Antropologia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Bernadete Beserra.

FORTALEZA, CE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B469r Bezerra, Herlon Alves.
Rumo ao Sindicato Oficial : Natureza de classe e trajetória organizativa do sindicalismo docente no Ceará / Herlon Alves Bezerra. – 2019.
323 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profª. Dra. Bernadete de Lourdes Ramos Beserra.
1. Sindicalismo. 2. Classe Social. 3. Universidade. 4. Estrutura Sindical de Estado. 5. Liberdade Sindical. I. Título.

CDD 370

Herlon Alves Bezerra

RUMO AO SINDICATO OFICIAL. NATUREZA DE CLASSE E TRAJETÓRIA ORGANIZATIVA DO SINDICALISMO DOCENTE NO CEARÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Filosofia e Sociologia da Educação, Antropologia da Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Bernadete de Lourdes Ramos Beserra.

Aprovada em 06 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Bernadete de Lourdes Ramos Beserra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Lea Carvalho Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa
Universidade Estadual do Ceará (Uece)

Prof. Dr. Julián José Gindin
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Paula Regina Pereira Marcelino
Universidade de São Paulo (USP)

Para vovó Carminda,
camponesa retirante que “nunca perdeu o sotaque nordestino”:
Vamos ao Palácio
Arrancar as unhas
Do velho...
Que sua memória seja minha herança para Bernardo e Ernesto!

Para Alice,
amante e companheira de sonhos e lutas.
A mãe dos meninos.

AGRADECIMENTOS

De diversas formas, diferentes pessoas contribuíram para que esta tese pudesse ser desenvolvida. Dedico-lhes estes agradecimentos, pois sem a participação de cada uma delas este trabalho ou não teria sido possível ou, ao fim, teria tomado outros rumos.

Ciente do fracasso que costuma acompanhar a pretensão de fazer plena justiça aos envolvidos em processos longos e complexos como este, opto por aqui indicar somente aquelas que estiveram imediatamente ligadas à elaboração da pesquisa que subsidiou a tese. Com isso, não desejo, porém, responsabilizá-las, em qualquer medida, por eventuais fragilidades nela presentes. O trabalho foi, afinal, por mim desenvolvido. E, em alguns momentos, contra as orientações e sugestões que recebi. Imprecisões e equívocos devem ser creditados, portanto, a minhas próprias incapacidades – decerto circunstanciadas e passíveis de futuras superações.

Torno públicos meus agradecimentos, nesse sentido, a pelo menos dois grupos de pessoas. O primeiro deles está conformado por militantes, lideranças e intelectuais vinculados a organizações sindicais e/ou partidárias. O segundo, por pessoas que, independentemente de suas próprias posições nesse específico campo social, buscam também se dedicar à sua investigação científico-acadêmica.

Assim é que reconheço, de início, minha particular dívida com o conjunto de companheiros/as junto a quem fiz minhas aproximações ao sindicalismo desenvolvido por trabalhadores/as da Educação Federal. Embora feitas de modo ainda restrito ao engajamento político, essas aproximações foram centrais ao estabelecimento da sensibilidade investigativa que me pôs atento à provocação, presente no trabalho da Profa. Bernadete Beserra (Universidade Federal do Ceará - UFC) – que viria a ser minha orientadora nesta pesquisa de doutoramento –, sobre quanto se faz a prática sindical na Educação Superior brasileira um fenômeno, a um só tempo, digno e carente de investigação científica.

Dentre as pessoas que compõem esse primeiro grupo, destaco, inicialmente, Paulia Maria Cardoso Lima Reis; Bartolomeu Lins de Barros Júnior; Nilzete Teixeira da Paz; Lucileide Oliveira Chaves Coelho; Erick Jucharck da Silva e André Ricardo Dias Santos. Com esses/as é que, a partir do contexto das greves nacionais do serviço público federal brasileiro ocorridas em 2012, passei a consumir inúmeras horas em reuniões, seminários, congressos, assembleias, plenárias, viagens, estudos, planejamentos, realizações, avaliações e escritas de textos e relatórios sindicais. Demos, juntos, fundação, nesse processo, à Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (Sinasefe – IF Sertão-PE), criada no primeiro semestre de 2013.

Ainda nesse grupo, encontram-se os membros do Sindicato para Lutar (SPL), coletivo nacional que, em histórica atuação no Sinasefe, reúne vários de seus mais experimentados dirigentes e intelectuais militantes no país. Devo mencionar, neste ponto, quanto se fez elucido testemunhar, em diferentes circunstâncias, as práticas e ideias de pessoas como William Carvalho e Alexandre Samis, ambos servidores do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Agradeço-lhes o tratamento fraterno e respeitoso que, cada um a seu modo, tem me dispensado, mesmo diante do progressivo reconhecimento de importantes divergências, teóricas e políticas, acerca da prática sindical, sua organização e seus sentidos.

O mesmo fluxo de movimentos pessoais rumo ao engajamento sindical naquele ano de 2012 precipitou minhas primeiras aproximações oficiais à militância político-partidária, as quais desenvolvo, desde então, junto à Consulta Popular. Dadas no âmbito de formações e apresentações sistematizadas da literatura marxista-leninista, a convivência, colaboração e diálogos com correligionários desse partido vêm me esclarecendo sobre as relações de necessária distinção, por um lado, e potencial contribuição, por outro, entre as pesquisas de natureza científica e política. Inclusive, e principalmente, quando tomam por objeto o sindicalismo.

Vejo-me, nesse ponto, em particular dívida com Aristóteles Homero Cardona Júnior; Paulo Henrique Oliveira Lima; Leidiano Farias e Thiago Barison de Oliveira. Maior ou menor, a convivência intrapartidária com cada um deles foi responsável por contrapontos e sugestões que, apresentadas seja em momentos informais seja na leitura de seus textos (políticos e/ou científicos), apontaram-me subsídios teóricos e lançaram luz sobre questões analiticamente preciosas para a pesquisa. Em grande medida, devo-lhes nada menos que a indicação das teses de Décio Saes (1984) e Armando Boito Jr. (1991). Clássicas à pesquisa do sindicalismo brasileiro orientada pelo marxismo estruturalista, essas teses vieram a assumir, como se verá, o lugar de fundamento teórico-metodológico deste trabalho.

Como inicialmente afirmado, o segundo grupo de pessoas a quem dedico estes agradecimentos está formado por pesquisadores e pesquisadoras mais diretamente envolvidos com a pesquisa científico-acadêmica do tema.

Dentre esses, tem um lugar especial o grupo daquelas que, com minha orientadora, constituíram as duas bancas de avaliação qualificadora deste trabalho, bem como a banca que apresentou o parecer final sobre a tese. Foi uma honra e um privilégio ter usufruído da dedicação do tempo de trabalho desses/as pesquisadores/as.

Nem todos estiveram presentes nas três ocasiões de avaliação do trabalho. Esse foi o caso da Profa. Sônia Pereira Barreto (UFC), que participou apenas da primeira banca de qualificação. Foi também o caso do Prof. Frederico Jorge Ferreira Costa (Universidade Estadual do Ceará - Uece), membro apenas da banca de avaliação final. Tratando-se, ambos, de pesquisadores com intensa atividade científica e política nos movimentos sociais e no sindicalismo cearense, ofertaram contribuições vitais quer à orientação geral dos rumos inicialmente tomados pelo trabalho investigativo, caso da primeira, quer ao reconhecimento seja dos méritos presentes na tese seja dos desafios a serem enfrentados na continuação da pesquisa que lhe deu emergência, caso do segundo.

Presente em todas as ocasiões de avaliação desta tese, a Profa. Lea Carvalho Rodrigues (UFC) trouxe valiosas contribuições teórico-metodológicas ao desenvolvimento da pesquisa, enriquecidas pela perspectiva de alguém que, além de etnógrafa de consistente trajetória investigativa, compunha, em grande medida, o campo social estudado, uma vez que assumira a vice-presidência do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato) no biênio 2013-2015. Desse duplo lugar de relações com o trabalho, apresentou-lhe exigentes e irrecusáveis reparos e sugestões. Sem esses, sua qualidade final teria, decerto, se feito menor.

Também acompanhando o trabalho de tese em todas as suas fases, o Prof. Julián José Gindin (Universidade Federal Fluminense - UFF), de início um “achado” de revisão de literatura, fez-se um inestimável parceiro da investigação realizada. Membro fundador da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Aste), possibilitou à tese, com seus textos, comentários, correções e sugestões, o reconhecimento daquele que é seu hábitat investigativo primeiro. Agradeço-lhe, em especial, a disponibilidade para orientadores diálogos. Compareceu ali de forma dedicada e colaborativa, fazendo-me sentir diante de um entusiasta do empreendimento em curso.

Também, de início, um “achado” de revisão de literatura, a Profa. Paula Regina Pereira Marcelino (Universidade de São Paulo - USP), tornou-se – a partir de entrevista facilitada por Thiago Barison – uma parceira fundamental neste estudo. Destacada pesquisadora do sindicalismo brasileiro, vem desenvolvendo investigações com objetos e objetivos bem próximos aos desta tese. Seus textos e suas avaliações, correções e sugestões, tão fraternalmente apresentadas, quer nas bancas (de qualificação dos achados prévios e final), quer nas conversas a que se dispôs, foram imensamente orientadoras. Fui posto, nessas ocasiões, em rico campo de

interlocuções e espero que os desdobramentos investigativos desta pesquisa sejam propícios à sua devida exploração.

Reservo um espaço especial, nestes agradecimentos, a minha orientadora, a Profa. Bernadete Beserra. Como já dito, devo à sua cristalina escrita o reconhecimento do sindicalismo na Educação Superior brasileira como um objeto ainda carente de devida investigação: até meados do ano de 2013, quando tive os primeiros contatos com um de seus projetos de pesquisa¹, passava-me completamente despercebido, embora estivesse diretamente envolvido com a prática sindical, quanto sua pesquisa científica se fazia oportuna e necessária. Mas é também a sua dedicação docente que devo, ademais, a convocação aos desafios existenciais contidos no irrecusável princípio metodológico da reflexividade, proposto por Bourdieu (2005, p. 40, 42, 56, 91, 134). Recordo, com clareza, a sensação de vertigem diante da ideia de que se faz necessário dar “objetivação científica do sujeito da objetivação”, possibilitando compreender os limites criados pelas posicionalidades no “campo com o qual e contra o qual cada um se fez”. Os custos envolvidos em tal empreendimento são, em todo caso, enormes, mas, como ensina Beserra (2003, p. 43), qualquer “objetividade alcançada às custas da eliminação do sujeito da pesquisa” assemelha-se “à eliminação da sujeira sob o tapete”.

Os que conhecem Bernadete sabem quanto, partindo desse princípio, pode chegar à intransigência diante de qualquer forma de concessão “política” à “pesquisa científica”. Em minha experiência com ela, essa posição esteve sempre aliada, em todo caso, a um acolhimento afetivo profundo de minhas incapacidades na realização da pesquisa a que me propunha. Seu sincero respeito às soluções que fui desenvolvendo, mesmo quando delas teve discordância, orientaram-me na direção da conclusão do trabalho. De modo que, além de uma provocativa e intensa orientação intelectual, experimentei no trabalho com ela o exercício prático de uma posição pedagógica da qual já têm se beneficiado os estudantes com os quais trabalho. Muito obrigado por tudo, Bernadete!

Importa também agradecer, neste ponto, ao Prof. Alcides Gussi e aos/às colegas do Eixo de Estudos em Antropologia da Educação da Linha de Pesquisas em Filosofia e Sociologia da Educação (Antropo-FILOS) e do Grupo de Pesquisa em Antropologia da Educação Superior, Políticas Educacionais e Escola. Responsável, junto a minha orientadora, pela coordenação

¹ Tratava-se de A Universidade Brasileira Pós-LDB/1996: a dinâmica da cultura e os recursos da Antropologia. Nos anos que se seguiram, pude acompanhar os trabalhos dele surgidos: Beserra, 2012a, 2012b, 2013, 2016; Beserra e Lavergne, 2013, 2014, 2016, 2018; Lavergne e Beserra, 2012; Beserra, Oliveira e Santos, 2014; Beserra, Gussi e Sales, 2017; Bezerra e Beserra, 2018.

desses espaços, devo ao Prof. Alcides uma generosa introdução ao universo, por mim quase completamente desconhecido, dos debates teórico-metodológicos emergentes na Antropologia do Poder e das Organizações. Aos/às colegas, devo diálogos singularmente fecundos, merecendo registro, nesse sentido, as sempre elegantes provocações dos queridos camaradas Yuri Sales, Allison Duarte e Silvio Júnior. Tenho plena certeza que me custará ainda muito amadurecimento dar expressão científica digna ao que vivi com cada um e uma de vocês durante esse período.

Agradeço, ainda, a cada um dos professores/as, pesquisadores/as e militantes que muito gentilmente aceitaram conceder-me entrevistas, compartilhando comigo parte de seus tempos, ideias e memórias. A convivência com cada um e cada uma foi uma honra e um aprendizado de natureza ímpar. Saio desta experiência de “alma” política e científica expandida. Espero que o trabalho, ao fim, esteja à altura da abertura com que fui recebido por vocês.

Agradeço, por fim, aos trabalhadores/as do Adufc-Sindicato, bem como o seu corpo dirigente no biênio 2015-2017. Fui muito bem recebido em todas as ocasiões. Não posso deixar de registrar, nesse sentido, o fato de que a coincidência entre o período de desenvolvimento desta pesquisa e a cuidadosa organização dos arquivos daquele sindicato, então empreendida, me possibilitaram acesso a documentos fundamentais.

*

Os tempos dedicados à revisão de literatura, ao trabalho de coleta de informações empíricas, bem como à textualização de suas interpretações nesta tese, foram possibilitados pelo licenciamento remunerado de minhas responsabilidades de docência no Curso de Licenciatura em Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – *Campus Petrolina* (IF Sertão-PE). Também em função dela pude realizar parte do trabalho de pesquisa e escrita da tese numa estadia de investigação no *Departamento de Pedagogía e Didáctica* da *Universidad de Santiago de Compostela* (USC/Espanha), onde fui graciosamente recebido, durante o curso anual 2017/2018, pelo Prof. Miguel Anxo Santos Rego, coordenador do *Grupo de Investigación Escola-Cultura* (Esculca-USC).

Hoje, se apresenta a questão de saber se o ponto em que estamos de nosso desenvolvimento cultural nos permite, enfim – apesar de todas as resistências que se opõem –, aceitar reconhecer o determinismo que nos agencia. A única maneira de ser humano é levar em conta esse determinismo que as leis da linguagem nos impõem. De jeito nenhum para celebrá-lo, venerá-lo ou se engajar na via do cetismo ou da resignação. Mas, antes, para que, adquirindo o reconhecimento dessas leis, nos seja mais possível examinar coletivamente o que podemos fazer com elas.

Charles Melman, em resposta a Jean-Pierre Lebrun
(MELMAN, 2008, p. 108, 109).

Se “não existe ciência senão do que é oculto”, compreende-se que a sociologia tenha muito a ver com as forças históricas que, a cada época, constroem a verdade das relações de força a se revelar, nem que seja pelo fato de obrigá-las a se ocultarem cada vez mais.

Bourdieu e Passeron, 2013 [1970], p. 19.

Parece-me que a análise da conjuntura do pós-guerra deixará suficientemente claro que a explicação da “tragédia do movimento operário brasileiro” deve ser procurada menos no “atraso” da classe operária que numa orientação persistente por parte de seus dirigentes em apoiar-se neste “atraso” para suas próprias manobras políticas. A ideia do atraso das massas tem sido motivo de tanta ênfase nas análises sobre o movimento operário brasileiro que terminou por converter-se na pedra de toque das ideologias “justificadoras” das elites. Por que, afinal, dar uma ênfase tão parcial à teoria do atraso? Por que não reconhecer, como manda a boa tradição sociológica, que o “atraso” diz respeito a toda a sociedade brasileira, a todas as classes desta sociedade e não apenas às massas? Não seria o caso de trazeremos um pouco à luz o extraordinário “atraso” das elites brasileiras, em particular daquelas que se pretendem representativas da classe operária?

Francisco Weffort, 1973, p. 71.

RESUMO

O sindicalismo docente praticado nas universidades federais no Estado do Ceará (CE)/Brasil encontrou suas origens a partir da segunda metade da década de 1970. Tratava-se, então, de um movimento associativo local engajado num projeto nacionalizado de invenção do sindicalismo docente na Educação Superior pública do país, até ali inexistente. Esse foi o contexto em que se deu, em 1980, a criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc), uma das organizações membro-fundadoras da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), criada em 1981. Cerca de quatro décadas após, no período em que esta tese foi desenvolvida (2014-2019), encontramos esse universo sindical internamente configurado por inconciliáveis disputas e concorrências político-ideológicas, objetivadas em uma diversificação organizacional lastreada em profunda cisão político-associativa. De um lado, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato), vinculado à Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação)/Central Única dos Trabalhadores (CUT). De outro, o Coletivo Graúna e o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-americana – Seção Sindical (Sindunilab), vinculados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)/Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas)/Intersindicais. Compreender-se-ia suficientemente tal trajetória organizativa sindical interpretando-a como um fenômeno contingente? Segundo o proposto nesta tese, não. O motor e direção de tal trajetória organizativa encontra-se, antes de mais nada, na confluência dos efeitos tanto da ambiguidade ideológico-política típica à natureza (intermediária) de classe de sua base social – premida entre o corporativismo e a luta conjuntural (SAES, 1984; RIDENTI, 1995) – como da ação da Estrutura Sindical de Estado – promotora, por meio do sindicato oficial, da desorganização política das classes trabalhadoras (POULANTZAS, 1977 [1968]; BOITO Jr., 1991). O fato de as correntes internas desse sindicalismo terem tomado rumos instituintes que, independente dos conteúdos discursivos das mútuas acusações, o conduziram à oficialização e fragmentação faz-se uma evidência-síntese desta interpretação, com força demonstrativa amplificada na expansão experimentada, pelo menos na Região Nordeste do país (NE), pela forma organizacional “sindicato oficial estadual”. Os três primeiros capítulos da tese, de intenção demonstrativa e natureza empírico-descritiva, põem o leitor diante de fatos e situações históricas que lhe possibilitem o reconhecimento dos modos como, ao longo dos três períodos de transição entre suas formas organizacionais (1. De movimento instituinte a Adufc, 2. De Adufc a Adufc-SS e 3. De Adufc-SS a Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna) este sindicalismo, na medida que aprofundou sua oficialização, simultaneamente fragmentou-se, debilitando-se conjunturalmente como instrumento político das classes trabalhadoras. O quarto e último capítulo, conclusivo, demonstra como a micropolitização das relações entre lideranças e organizações advindas de diferentes tradições das esquerdas nacionais, denegada em “ciência engajada”, vem nele impondo sistemicamente tal debilitação a despeito das vontades políticas historicamente declaradas por suas diferentes lideranças e organizações.

Palavras-chave: Sindicalismo, Classes sociais, Universidade, Estrutura Sindical de Estado, Liberdade Sindical.

RESUMEN

El sindicalismo docente practicado en las universidades federales en el Estado do Ceará (CE)/Brasil encontró sus orígenes a partir de la segunda mitad de la década de 1970. Era, entonces, un movimiento asociativo local involucrado en un proyecto nacionalizado de invención del sindicalismo docente en la Educación Superior Pública del país, inexistente hasta entonces. Este fue el contexto en el que se creó, en 1980, la Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc), una de las organizaciones miembro-fundantes de la Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), creada en 1981. Cuatro décadas más tarde, durante el período en que se desarrolló esta tesis (2014-2019), encontramos este universo sindical conformado internamente por disputas irreconciliables y competiciones político-ideológicas que toman forma en diversidad organizacional lastreada por una profunda división político-asociativa. Por un lado, el Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato), vinculado a la Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação)/Central Única dos Trabalhadores (CUT). Por otro lado, el Coletivo Graúna y el Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-americana – Seção Sindical (Sindunilab), vinculados al Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)/Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas). ¿Se entendería suficientemente esta trayectoria organizativa sindical al interpretarla como un fenómeno contingente? En esta tesis se propone que no. El motor y la dirección de tal trayectoria organizacional radica, en primer lugar, en la confluencia de los efectos sea de la ambigüedad ideológica-política típica de la naturaleza de clase (intermedia) de su base social – presionada entre el corporativismo y la lucha coyuntural (SAES, 1984; RIDENTI, 1995) – sea de la acción de la Estructura Sindical de Estado – promotora, a través del sindicato oficial, de la desorganización política de las clases trabajadoras (POULANTZAS, 1977 [1968]; BOITO Jr., 1991). Que las corrientes internas de este sindicalismo hayan tomado direcciones instituyentes que, independientemente de los contenidos discursivos de las acusaciones mutuas, han llevado a su oficialización y fragmentación es una evidencia-síntesis de esta interpretación; evidencia que amplifica su fuerza demostrativa en la expansión que hoy tiene, al menos en la Região Nordeste del país (NE), la forma organizativa “sindicato oficial provincial”. Los primeros tres capítulos de la tesis, de intención demostrativa y naturaleza empírico-descriptiva, ponen el lector delante de hechos y situaciones históricas que le permitan reconocer las formas en que, durante los tres períodos de transición entre sus formas organizacionales (1. De movimiento instituyente a Adufc, 2. De Adufc a Adufc-SS e 3. De Adufc-SS a Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna) este sindicalismo, profundizando su oficialización, se fragmentó y debilitó simultáneamente. El cuarto y último capítulo demuestra cómo la micropolitización de las relaciones entre líderes y organizaciones derivadas de diferentes tradiciones de la izquierda nacional, denegada en “ciencia comprometida”, ha impuesto tal debilidad a pesar de las voluntades políticas históricamente declaradas por sus diferentes líderes y organizaciones.

Palabras-clave: Sindicalismo, Clases sociales, Universidad, Estructura Sindical de Estado, Libertad Sindical.

ABSTRACT

The teaching unionism practiced in the federal universities in the Estado do Ceará (CE)/Brasil found its origins from the second half of the 1970s. It was, then, a local associative movement engaged in a nationalized project of invention of syndicalism. teacher in the public Higher Education of the country, nonexistent until then. This was the context in which the creation of the Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc) was created in 1980, one of the founding member organizations of the Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), created in 1981. Four decades later, during the period in which this thesis was developed (2014-2019), we find this union universe internally shaped by irreconcilable disputes and political-ideological competitions aimed at organizational diversity and deep political-associative split. On the one hand, the Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato), linked to the Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Profes-Federação)/Central Única dos Trabalhadores (CUT). On the other, the Coletivo Graúna and the Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-americana – Seção Sindical (Sindunilab), linked to the Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)/Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas). Would such an organizational trajectory be sufficiently understood by interpreting it as a contingent phenomenon? As proposed in this thesis, no. The engine and direction of such an organizational trajectory lies first of all in the confluence of the effects of both the ideological-political ambiguity typical of the class (intermediate) nature of its social base – pressed between corporatism and conjunctural struggle (SAES, 1984; RIDENTI, 1995) – as the action of the State union structure – promoter, through the official union, of the political disorganization of the working classes (POULANTZAS, 1977 [1968]; BOITO Jr., 1991). The fact that the internal currents of the unionism have taken instituting directions that, regardless of the discursive contents of the mutual accusations, have led to its officialization and fragmentation is a synthesis-evidence of this interpretation; evidence that amplifies its demonstrative force in the expansion that it experiences, at least in the Região Nordeste of the country (NE), the organizational form “official union”. The first three chapters of the thesis, of demonstrative intention and empirical-descriptive nature, put the reader before historical facts and situations that enable him to recognize the ways in which, during the three transition periods between their organizational forms (1. From instituting movement to Adufc, 2. From Adufc to Adufc-SS and 3. From Adufc-SS to Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna) this unionism, as it deepened its officialization, simultaneously fragmented and weakened conjuncturally. The fourth and final chapter, conclusive, demonstrates how the politicization of relations between leaders and organizations coming from different traditions of the national left, denied in “engaged science”, has systematically imposed such weakness in spite of the political wills historically declared by their leaders and organizations.

Keywords: Unionism, Social classes, University, State’s Unionism Structure, Union Freedom.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na Região Nordeste (2016)

Tabela 2 – Professores entrevistados (por categoria, 2017)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE	Associação dos Auxiliares de Ensino (USP)
AC	Ação Católica
AD	Associação Docente
Aduc-Cajazeira	Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras (PB)
Adufal	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas
Adufc	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
ADUFCG	Associação dos Docentes das Instituições da Universidade Federal de Campina Grande (PB)
ADUFCG-Patos	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande – <i>Campus</i> de Patos (PB)
Adufc-Sindicato	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará
Adufc-SS	Adufc – Seção Sindical do Andes-SN
Adufepe	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco
Aduferpe	Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco
Adufersa	Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semiárido
Adufg	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás
Adufob	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia
ADUFPB	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
Adufpi	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí
ADUFRJ	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ADUFRGS-Sindical	Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul
Adufs	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
Adufsb	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia
Adunesp	Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista
Adunicamp	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas
Adurn	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Adusp	Associação de Docentes da Universidade de São Paulo
AI	Ato Institucional
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALN	Ação Libertadora Nacional (partido político não-oficial)
Anampos	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
Andes	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Andes-AD	Andes Autônoma e Democrática (corrente sindical)
Andes-Plural	Fórum Andes Plural (corrente sindical)
Andes-Sind	Andes Sindicato (corrente sindical)

Andes-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Antropo-Filos	Eixo de Estudos em Antropologia da Educação da Linha de Pesquisas em Filosofia e Sociologia da Educação
AP	Ação Popular (partido político não-oficial)
Apeoesp	Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Apes	Associação Paulista de Professores do Ensino Superior
Apruma	Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão
APS	Ação Popular Socialista (tendência interna ao Psol, à base da criação das intersindicais)
Apub	Associação dos Professores Universitários da Bahia
Apubh	Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
APUFPR	Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
Apufsc	Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina
Apur	Associação dos Professores Universitários do Recôncavo
Apuremg	Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
Apusm	Associação dos Professores de Santa Maria
Arena	Aliança Renovadora Nacional (partido político oficial)
Aspuv	Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa
ASS	Alternativa Sindical e Socialista (corrente sindical à base da criação das intersindicais)
Aste	Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação
AUNL	Articulação - Unidade na Luta (tendência política interna ao PT)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Campanha	Campanha Nacional pelo Direito à Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Estado do Ceará
CGB	Coletivo Gregório Bezerra
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLG	Comando Local de Greve
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CM	Campo Majoritário (nomenclatura assumida pela AUNL para as eleições nacionais de 2002, tendência política interna ao PT)
CNB	Construindo um Novo Brasil (nomenclatura assumida pela CM/AUNL a partir de 2007, tendência política interna ao PT)
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Coletivo Graúna	Coletivo Graúna (sindicato livre em atuação no CE)

Conclat	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
Conclat	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
Concut	Congresso Nacional da CUT
Contee	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
CP	Consulta Popular (partido político não-oficial, de orientação marxista-leninista)
CS	Convergência Socialista (tendência política trotskista, interna ao PT)
CSC	Corrente Sindical Classista (corrente sindical ligada ao PC do B)
CSD	CUT Socialista e Democrática (corrente sindical)
CSOL	Coletivo Socialismo e Liberdade (corrente sindical à base da criação das intersindicais)
CSP Conlutas	Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas
CTB	Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DS	Democracia Socialista (tendência política trotskista, interna ao PT)
Enad	Encontro Nacional de Associações Docentes
Enlace	Tendência do Psol à base da criação das intersindicais
Entoes	Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
Fasubra	Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras
Fenajufe	Federação Nacional do Trabalhadores do Judiciário e Ministério Público da União
FES	Frente de Esquerda Sindical e Socialista (frente partidária e sindical à base da criação das intersindicais)
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
IF Sertão-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Inep	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Inpa	Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia
Intersindical (central)	Central da Classe Trabalhadora
Intersindical (instrumento)	Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
Libelu	Liberdade e Luta (corrente do movimento estudantil)

LO	Liga Operária (partido político não-oficial)
MAS	Movimento Avançando Sindical (corrente sindical à base da criação da CSP Conlutas e Psol)
MD	Movimento Docente
MDB	Movimento Democrático Brasileiro (partido político oficial)
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação (Brasil)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MES	Movimento de Esquerda Socialista (partido político não-oficial à base da criação da CSP Conlutas e do Psol)
MOMSP	Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
Movimento das Comissões Pró-ADs	Movimento das Comissões Pró Associações Docentes
MR 8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro (partido político não-oficial)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTL	Movimento de Terra, Trabalho e Liberdade (partido político não-oficial à base da criação da CSP Conlutas e do Psol)
MTS	Movimento por uma Tendência Socialista (corrente sindical interna à CUT)
NE	Região Nordeste do Brasil
O Trabalho	Tendência política trotskista, interna ao PT
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLP	Partido da Libertação Proletária
PPGEB/UFC	Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará
Proifres-Federação	Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico
Proifres-Fórum	Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores (Brasil)
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Reuni	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sindufma	Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Maranhão
Sindunilab	Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-americana – Seção Sindical
Sindunivasf	Sindicato dos Docentes da Universidade do Vale do São Francisco
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPF	Servidor Público Federal
Uece	Universidade Estadual do Ceará
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
Ufba	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
Ufca	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
Ufersa	Universidade Federal Rural do Semiárido
Ufma	Universidade Federal do Maranhão
Ufob	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
Unicamp	Universidade de Campinas
Unifor	Universidade de Fortaleza
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	Unidade Sindical (corrente sindical)
<i>Usaid</i>	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo
UTE	União dos Trabalhadores do Ensino
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária (partido político não-oficial)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO.....	12
LISTA DE TABELAS.....	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1. De movimento instituinte a Adufc/Andes: em busca de um lugar entre o Movimento Estudantil e o Novo Sindicalismo.....	43
1.1. O sindicalismo docente na Educação Superior pública: antes e depois dos 1970.....	46
1.2. A tardia profissionalização da docência na Educação Superior pública federal	51
i. Situação de trabalho e ambiguidade conjuntural.....	52
ii. O paradigma docente aristocrático-oligárquico brasileiro.....	55
iii. Em meio à normalização capitalista-dependente da vida nacional.....	60
1.3. O Movimento das Comissões Pró-ADs, seus dirigentes e natureza de classe.....	66
i. Os encontros paralelos nas Reuniões Anuais da SBPC.....	66
ii. A pesquisa científica dos sindicalismos e a necessária atenção a suas raízes sociais.....	70
iii. Do movimento estudantil ao movimento docente	71
1.4. “dos professores não, dos estudantes!”: um artifício político-organizativo	77
i. “Situação de classe” e “posição de classe”: possibilidades e limites da vontade política	80
ii. Uma integração desde sempre (sistemicamente) dificultada.....	87
CAPÍTULO 2. De Adufc a Adufc-SS (de Andes a Andes-SN): a caminho da plena oficialização.....	93
2.1. Andes: federação de associações ou associação nacional?	97
i. Uma “estrutura nova”: a “primeira grande luta”	97
ii. “mais para Freud do que para Marx”	102
iii. Coesão?.....	104
2.2. “apesar de tudo”, ainda reunidos.....	114
i. Em luta pela Redemocratização: inimigos comuns e conciliações.....	114
ii. Nem CUT nem CGT... ..	117
2.3. Andes-SN: formalizando divergências até fazer-se um sindicato oficial.....	120
i. Andes-AD: a primeira eleição disputada.....	120
ii. Enfim, CUT! Enfim, oficial!.....	124
iii. Hegemonia (renovada) da Andes-AD e constituição do Fórum Andes Plural	128
iv. Em torno do PT/CUT: dissidências e rearticulações (internas e externas ao Andes-SN).....	134
v. Andes-Sínd: oposição (também renovada!) à Andes-AD	140
vi. Eleições presidenciais de 2002 e Proifes-Fórum: ainda em torno do PT/CUT	144
2.4. Adufc-SS: reconstrução corporativa(ista?) em meio à fragmentação político-associativa nacional	150
i. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (1) – desmobilização geral	150
ii. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (2) – oposição (corporativa!).....	153
iii. “apesar de tudo”, ainda (localmente) reunidos.....	160
iv. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (3) – fragmentação político-associativa local.....	164

CAPÍTULO 3. De Adufc-SS a Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna: politização e plena oficialização	169
3.1. “O PT no poder”: polarização, divisão e fundação do Proifes-Fórum	173
i. Os elementos da divisão das esquerdas advindas do Novo Sindicalismo	173
ii. A reforma previdenciária petista: polêmica-estopim.....	176
iii. Desfiliação (oficial) da CUT e filiação à CSP Conlutas	179
iv. O Proifes-Fórum/Federação: uma necessidade... ..	182
3.2. Adufc-Sindicato: uma oficialização localmente completada	189
i. A hegemonia dirigente local da Andes-Sind: antes do PC do B o PT não era assim... ..	190
ii. No ringue (das políticas governamentais petistas)	195
iii. (Micro)Politizados!	210
3.3. Nem Andes-SN, nem Proifes-Federação!	212
i. Diversificação organizacional e fragmentação político-associativa.....	213
ii. Andes-SN versus Proifes-Federação: operando a desorientação política.....	218
CAPÍTULO 4. Sindicalismo docente na Educação Superior Federal: “ciência engajada” e debilitação conjuntural	231
4.1. A ilusão de uma “nova estrutura” sindical (oficial)	233
i. O dilema histórico em torno da liberdade sindical.....	237
ii. Ideologia da legalidade sindical e investidura oficial estatal.....	242
iii. Artifícios político-organizativos e seus fracassos históricos.....	243
4.2. Ideologia teórica e “ciência engajada”.....	245
i. O debate acerca da ambiguidade de classe do professorado da Educação Superior pública	247
ii. Anacronismo, (auto)mistificação e denegação da adesão ativa ao sindicato oficial.....	260
iii. A prática científica e seus limites ideológico-políticos	269
CONCLUSÃO	272
TABELAS	294
Tabela 1 – Universidades Federais e Sindicatos Docentes Correlatos na Região Nordeste (2016)	294
Tabela 2 – Professores Entrevistados (por categoria, 2017)	296
REFERÊNCIAS.....	300
Teses, dissertações, livros e artigos acadêmicos	300
Publicações da imprensa sindical, partidária, universitária e geral	319
Portais eletrônicos e documentos de organizações sindicais, partidárias, universitárias e de assessoria	321

INTRODUÇÃO

Esta tese foi desenvolvida entre os anos de 2014 e 2019, período em que seu autor cursou o doutoramento em Educação ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC) sob orientação da professora e pesquisadora Bernadete Beserra¹.

A pesquisa que a subsidiou teve como objeto a **trajetória organizativa** do sindicalismo docente praticado nas universidades federais do Estado do Ceará (CE). Seus achados empíricos a conduziram a reconhecer na base de tal trajetória, pelo menos, duas claras tendências gerais e simultâneas: por um lado, a **oficialização organizacional** e, por outro, a **fragmentação político-associativa**.

Compreenderíamos de modo cientificamente suficiente a simultaneidade histórica dessas tendências interpretando-a como um fenômeno contingente? Segundo proposto nesta tese, não. O presente texto dedica-se, portanto, à exposição dos motivos, empíricos e teóricos, que justificam esta compreensão, desenvolvida à luz do “marxismo de orientação estruturalista”².

De início, importa considerarmos que a presente compreensão foi urdida ao longo de uma investigação empírica, levada a cabo no decurso dos anos de 2015 a 2017. Durante esse período, encontravam-se em atividade no estado pesquisado três unidades do tipo organizacional universitário³ posto em estudo, a saber: a Universidade Federal do Ceará (UFC)⁴, fundada

¹ Coordena, com o Prof. Alcides Gussi, o Eixo de Estudos em Antropologia da Educação da Linha de Pesquisas em Filosofia e Sociologia da Educação (Antropo-Filos), bem como o Grupo de Pesquisa em Antropologia da Educação Superior, Políticas Educacionais e Escola. (Cf. Grupo de Pesquisa em Antropologia da Educação Superior, Políticas Educacionais e Escola. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8320223590241333>; Cf. Portal do PPGEB/UFC. Disponível em: <https://www.ppge.ufc.br>).

² Conforme explica Boito Jr. (1991, p. 12), essa tradição científica está caracterizada por uma particular consideração investigativa, quanto ao “papel ativo das estruturas jurídico-políticas e das ideologias na determinação da prática dos agentes sociais”. (Cf. Ridenti, 2001, p. 7).

³ Seguindo a contemporânea legislação brasileira, o Sistema *e-MEC* distingue quatro diferentes tipos de, segundo seus termos, “organizações acadêmicas” de ensino superior: a “faculdade”, o “centro universitário”, os “institutos federais” e a “universidade”. Como as demais, esse último tipo organizacional pode apresentar natureza jurídica privada ou pública. Nesse último caso, podem apresentar-se ligadas a administrações municipais, estaduais ou à federação. Nos limites desta pesquisa, trato especificamente deste último tipo organizacional universitário, o federal. (Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova>).

⁴ Em 2016, reunia aquela que se apresentava como a maior concentração absoluta de docentes por organização universitária, pública ou privada, no estado, 2.090 profissionais. Sua reitoria estava instalada, em seus três mais antigos *campi*, na cidade de Fortaleza, capital estadual, onde está concentrado 87% de seu corpo docente. No ano de 2006, instalou *campi* nas cidades de Sobral (dista 224 km da capital estadual) e Quixadá (dista 167 km). Em 2012, em Crateús (dista 332 km). Em 2014, em Russas (dista 162 km). (Disponível em: <http://www.ufc.br/>; Cf.

em 1954; a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)¹, fundada em 2010; e a Universidade Federal do Cariri (Ufca)², fundada em 2013.

Reunidos, professores e professoras dessas três universidades compunham um agrupamento profissional constituído, no período, por cerca de 2.608 funcionários públicos federais³. Sua organização sindical se fazia, então, em torno de três entidades associativas, a saber: o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Ceará (Adufc-Sindicato), criado em 1980 sob a forma de uma associação de funcionários públicos – a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc)⁴ –; o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-americana – Seção Sindical (SindUnilab), criado em 2015 como seção local do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)⁵ na

Anuário Estatístico - UFC 2016, p. 297, disponível em <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico>; Cf. O *Campus*. Disponível em <http://www.sobral.ufc.br/sobre/campus/>; Cf. *Campus*. Disponível em <https://www.quixada.ufc.br/campus/>; Cf. Sobre o *Campus*. Disponível em: <http://crateus.ufc.br/campus-da-universidade-federal-ceara-em-crateus/>; Cf. O *Campus*. Disponível em: <http://russas.ufc.br/campus.php>).

¹ Em 2016, o corpo docente estava constituído por 258 profissionais. A reitoria estava instalada em dois *campi*, na cidade de Redenção (a 63km da capital estadual). Mantinha uma unidade acadêmica na cidade vizinha de Acarape/CE, e um *campus* na cidade de São Francisco do Conde/BA (a 1.063km de sua reitoria). Aproximadamente 90% de seus/suas professores/as estão em atividade no Ceará. (Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/>; Cf. Equipe – *Campus* dos Malês – Bahia, disponível em: <http://www.unilab.edu.br/equipe/>).

² Até 2013, funcionou como um conjunto de *campi* da UFC. Em 2016, seu corpo docente estava constituído por 260 profissionais. Sua reitoria estava instalada, em um de seus *campi*, na cidade de Juazeiro do Norte, sede da microrregião, distante cerca de 500 km da capital estadual. Mantém outros quatro *campi* em cidades próximas, Barbalha, Brejo Santo, Crato e Icó (respectivamente, cerca de 11, 13, 73 e 143km de distância da sede microrregional). (Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/portal/>).

³ Cf. Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na Região Nordeste (2016), disponibilizada ao final do trabalho.

⁴ Em 2016, contava com 2.444 filiados (ativos e aposentados), o que significava cerca de 93,71% do universo de professores universitários federais no Ceará. Além de uma sede estadual na capital do Estado, Fortaleza, mantinha duas subsedes regionais, uma delas em Juazeiro do Norte, onde funcionava a reitoria da UFCA, e a outra em Sobral, onde funcionava um dos *campi* da UFC. (Cf. Adufc, 2005. Disponível em: <http://adufc.org.br/>, <http://adufc.blogspot.com.br/> e <https://www.facebook.com/Adufc/>. Cf. Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na Região Nordeste (2016)).

⁵ Cf. Andes-SN. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>).

Unilab¹; e, por fim, o Coletivo Graúna, empreendimento associativo-sindical de natureza informal, também surgido em 2015 e atuante em todo o território estadual².

No decorrer da pesquisa, das 41 entrevistas realizadas, 36 tiveram como informantes professores/as pertencentes ao agrupamento profissional imediatamente estudado³; três entrevistas tiveram como informantes pesquisadores/as diretamente vinculados/as a organismos sindicais e/ou partidárias de âmbito nacional e, por fim, duas foram realizadas com investigadores vinculados à pesquisa universitária do sindicalismo. As informações colhidas nos dois primeiros grupos de informantes foram analiticamente tratadas na condição de fontes primárias do estudo. Aquelas colhidas no último grupo assumiram, reunidas a parte das informações da revisão de literatura, a condição de fontes secundárias.

Compuseram o conjunto de fontes primárias da pesquisa, ainda, informações colhidas durante a investigação dos conteúdos de arquivos oficiais do Adufc-Sindicato⁴. Também nessa condição, foram tratadas informações encontradas em boletins, jornais e outras publicações de organizações nacionais e locais do sindicalismo docente em estudo (circulares,

¹ Em 2016, contava com 25 filiados, o que significava uma taxa de filiação de cerca de 9,69%. A seção sindical do Andes-SN tinha representação restrita aos professores da Unilab, universidade na qual o Adufc-Sindicato apresentava uma taxa de filiação de cerca de 20,54%. (Cf. Docentes criam duas novas seções sindicais e deflagram greve. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7602>; <https://www.facebook.com/profile.php?id=100010193520412>; Cf. Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na Região Nordeste (2016)).

² A informalidade da organização impossibilita uma data precisa para sua fundação. Mesmo assim, os depoimentos nas entrevistas, observações participantes e acompanhamento de publicações em *sites* sugerem ter passado à atuação pública ao longo do segundo semestre de 2015. (Cf. Coletivo Graúna. Professores por uma educação democrática. Disponível em: <https://coletivograunace.wordpress.com/>; Coletivo Graúna. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCKERattCLDm8Zxc4NYap71g/>; Coletivo Graúna. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivograuna/>; <http://pt.calameo.com/accounts/1585451>).

³ As entrevistas foram realizadas em sessões com duração média de uma hora e meia. Iniciaram-se com a solicitação de narração livre do informante acerca de seu ingresso na vida laboral docente, bem como de seu envolvimento com a prática sindical. Outros temas foram tratados sempre que a dinâmica dialogal interna a cada uma das circunstâncias o solicitou. Os informantes foram divididos em quatro blocos, configurados pelos entrecruzamentos de dois critérios gerais: tempo de ingresso na carreira (antes/após 2003, ano de início dos governos petistas) e experiência de participação em diretorias sindicais (com/sem): Informantes Pré-D (ingressantes na carreira antes dos governos petistas e membros de diretorias sindicais), Informantes Pré-ND (ingressantes na carreira antes dos governos petistas sem experiência como diretores sindicais), Informantes Pós-D (ingressantes na carreira após os governos petistas e membros de diretorias sindicais) e, por fim, Informantes Pós-ND (ingressantes na carreira após os governos petistas sem experiência como diretores sindicais). Os nomes de entrevistados/as que não participaram de diretorias sindicais e, portanto, não têm uma história pública de vínculos com a prática social em estudo, foram modificados com o intuito de manter seus anonimatos. (Cf. Tabela 2 – Professores entrevistados (por categoria, 2017)).

⁴ Em específico, na Pasta 1.1.10 Mobilizações/Greves. Movimento Docente. 1982-1984, 1986(?), 1988/89(?), 1990, 1993/94(?), 1995. Comissão Nacional de Mobilização - Relatórios. 1996-2001; na Pasta 1.1.10 Mobilizações/Greves. Greves. 2001, 2003-2005; na Pasta 1.2.3 Mobilizações/Greves. Greves. 1980-1984, 1987-1989, 1991, 1993, 1996, 1998. Mobilizações 1992, 1994, 1995; e, por fim, na Pasta 1.2.4 História e Memória da Adufc/1980-2000.

relatórios, cartas e documentos finais de congressos, seminários e encontros, notas públicas e documentos de similar natureza)¹.

A pesquisa teve como fonte de informações, por fim, sessões de observação participante realizadas durante assembleias, reuniões, seminários, caminhadas, concentrações, audiências e demais atividades públicas desenvolvidas pelo agrupamento profissional e suas organizações sindicais durante as duas greves que realizaram nos anos de 2015 (de 18 de agosto a 7 de outubro: cerca de dois meses) e 2016 (de 18 de novembro a 13 de dezembro: cerca de quatro semanas)².

O conjunto de informações configurado pelo material colhido nessas entrevistas, investigações documentais e sessões de observação participante, embora mais diretamente referido às expressões do sindicalismo docente universitário federal no CE, alcançou também diferentes facetas da deriva histórica desse sindicalismo no país e na Região Nordeste (NE), a que pertence o estado imediatamente investigado.

Como o leitor poderá verificar por si mesmo, esse conjunto de informações evidenciou, no contexto dos diálogos teóricos estabelecidos ao longo da revisão bibliográfica, as duas características aqui apontadas como tendências da trajetória organizativa desse universo sindical: enquanto, por um lado, tornou-se um sindicalismo cada vez mais oficial, por outro, além de diversificar-se organizacionalmente, fragmentou-se em correntes e organizações incapazes de qualquer forma de unidade político-associativa.

Devemos reconhecer na orientação dessa trajetória organizativa, segundo aqui proposto, o paulatino aprofundamento histórico de um regime de divergências e disputas quanto a objetivos, pautas e formas de organização e ação sindical que, embora sempre existente, acabou por superar, a partir de meados da década de 1990, o plano das meras dissidências instituintes³.

¹ Embora não tenha funcionado como critério de exclusão, encontrou importância na escolha dos documentos de âmbito nacional a serem investigados sua disponibilização em páginas eletrônicas.

² Cf. Adufc-Sindicato comunica deflagração da greve à Reitoria da UFC (14 ago. 2015). (Disponível em: <http://adufc.org.br/2015/08/14/adufc-sindicato-comunica-deflagracao-da-greve-a-reitoria-da-ufc/>; e Adufc-Sindicato comunica fim da greve docente, 7 out. 2015. Disponível em: <http://ufc.br/noticias/noticias-de-2015/7296-adufc-comunica-fim-da-greve-data-de-reinicio-das-aulas-sera-definida-sexta-feira-9>; Assembleia Geral aprova greve por tempo determinado, 18 nov. 2016. Disponível em: <http://adufc.org.br/2016/11/18/assembleia-geral-aprova-greve-por-tempo-determinado/>).

³ Ao longo do trabalho, fazemos distinção conceitual entre organização e instituição. Seguimos, nesse procedimento (e fundamentalmente nele!), o núcleo teórico do pensamento institucionalista, responsável por ressaltar a dialética da institucionalização, constituída, como sugere Castoriadis (1982, p. 414-418), pelas relações entre “instituição da sociedade” e a “sociedade instituinte”. Sustentadas “numa relação de recepção/alteração com o que tinha sido instituído”, elas são responsáveis, a um só tempo, pela “criação da sociedade” e do “indivíduo social” e produzem, dessa forma, o “mundo comum”. Histórico, esse é um processo de “auto-alteração perpétua”, no qual a “sociedade instituinte” faz-se, sempre novamente, a “sociedade

Tal regime acumulou força suficiente para objetivar-se, na década seguinte, em cisões organizacionais responsáveis pela concorrência interorganizativa manifesta nas dramáticas situações públicas testemunhadas durante as duas greves observadas por esta pesquisa.

Faz ver bem os efeitos de tal deriva histórica o contraste panorâmico entre o número de organizações e a situação político-associativa desse universo sindical em suas origens, dadas na segunda metade dos anos 1970, e no período em que, cerca de cinco décadas após, foi tomado como objeto desta pesquisa, entre os anos de 2015 e 2017. Entre um e outro momento, transmutou-se, de um unificado movimento associativo-instituinte de natureza não oficial, num sindicalismo oficial internamente diversificado em termos organizacionais e inconciliavelmente cindido em termos político-associativos.

Assumidas as pressuposições teórico-metodológicas do marxismo estruturalista, tais processos encontram explicação, como melhor veremos ao longo do texto, na confluência dos efeitos seja da **ambiguidade ideológico-política** típica da natureza (intermediária) de classe de sua base social – premida entre o corporativismo e a luta conjuntural (SAES, 1984; RIDENTI, 1995) – seja da **ação da Estrutura Sindical de Estado** – promotora, por meio do sindicato oficial, da desorganização política das classes trabalhadoras (POULANTZAS, 1977 [1968]; BOITO JR., 1991).

*

Visando a sustentação desta tese, a exposição de suas informações empíricas, debates e argumentos teóricos foi dividida em quatro capítulos. Os três primeiros, de natureza fundamentalmente empírico-descritiva, têm como finalidade apresentar fatos e situações que possibilitem o reconhecimento da objetividade histórica das duas tendências aqui reconhecidas à base da trajetória organizativa sindical em observação. Para tanto, os capítulos acompanham com alguma minúcia os três períodos de transição entre formas organizacionais experimentados pelo sindicalismo docente nas universidades federais do Ceará, no decorrer dos quais passou da condição (1) de um movimento instituinte não-oficial à de uma associação civil de docentes, a Adufc; (2) daí, à condição de uma seção sindical, a Adufc – Seção Sindical do Andes-SN

instituída”. As organizações, nesse contexto teórico, remetem às diferentes formas de objetivação que a esta última são dadas pelo “fazer social”. Responsável, assim, pela “autotransformação da sociedade”, esse fazer é, portanto, sempre “também político”, pois “fazer pensante” da sociedade “se fazendo”, o que impede que as organizações, em que pese sua tendência à “identidade a si, inércia e mecanismos de autopropetuação”, não se resuma a “produto morto” do processo instituinte. (Cf. Conceição, 2002; Pereira, 2007; Hess, 2007).

(Adufc-SS); e, por fim, (3) à de um universo sindical constituído pela concorrência, inconciliável, entre um sindicato estadual, o Adufc-Sindicato; uma seção sindical, a Sindunilab; e um coletivo sindical, o Coletivo Graúna. O quarto e último capítulo, de intenção mais propriamente analítico-compreensiva, busca demonstrar, na atual situação desse sindicalismo, uma evidência-síntese da confluência, em seu interior, dos efeitos tanto da ambiguidade ideológico-política que acompanha a condição (intermediária) de classe de sua base social quanto da tutela politicamente desorganizadora do sindicalismo oficial.

No primeiro capítulo – **De movimento instituinte a Adufc/Andes: em busca de um lugar entre o Movimento Estudantil e o Novo Sindicalismo** –, acompanhamos aquele que foi o primeiro dentre os três momentos de transição entre formas organizacionais desse sindicalismo docente rumo à sua oficialização, fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural¹.

Ocorrida durante a segunda metade dos anos 1970, essa primeira transição entre suas formas organizacionais conduziu esse sindicalismo docente da condição de um movimento instituinte não-oficial, o Movimento das Comissões Pró Associações Docentes (RIDENTI,1995; DONATONI,1999; OTRANTO, 2000; ADUFC, 2005, p. 6-7)², ao de uma associação civil de servidores públicos, a Adufc.

Fundada em 1980, essa organização local cumpriu um importante papel na criação, ocorrida no ano seguinte, da *Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior* (Andes), organização que, daquele ano ao de 2004, fez-se única na articulação nacional do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira.

Fundada em 1980, essa organização local cumpriu um importante papel na criação, ocorrida no ano seguinte, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes),

¹ Ao longo de todo o trabalho, nos utilizaremos do termo “conjuntura” e de expressões dele derivadas – “debilidade conjuntural”, “ambiguidade conjuntural”, dentre outras – a partir de uma clara delimitação conceitual: antes que somente nomear o contexto geral de um tempo sociopolítico, conjuntura refere-se aqui, seguindo proposto por Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. Trataremos dos efeitos analíticos dessa delimitação com maior cuidado no primeiro capítulo. Por ora, importa já atentar-se, em todo caso, ao fato de que, conseqüentemente, a expressão “ambiguidade conjuntural” refere-se, ainda nas palavras de Saes, a certa característica da adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários no âmbito dessa conflituosa articulação interclasses, marcada por certa incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal”, já que emergente de uma “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”. De igual forma, a expressão “debilidade conjuntural”, referindo-se a tal conflito, trata do enfraquecimento político de uma das classes antagonicas em determinado momento sócio-histórico.

² O termo foi também recorrentemente utilizado nas entrevistas realizadas ao longo deste estudo.

organização que, do ano de sua criação ao de 2004, se fez a única na articulação nacional do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira.

Evidencia-se o importante lugar assumido pela Adufc nos processos de organização geral da Andes pela presença diferentes membros de seu movimento instituinte e de suas primeiras diretorias nas direções nacionais daquela associação. Estes compuseram, com destacados cargos, seja sua “diretoria nacional provisória” seja sua “primeira diretoria” (Adufc, 2005, p. 7).

Na observação desse momento originário das primeiras organizações do sindicalismo docente no estado aqui diretamente estudado e no país, podemos já constatar alguns elementos fundamentais à compreensão de sua deriva histórica até o presente.

Faz-se central, nesse sentido, atentarmos para quanto sua emergência se fez tardia quando posta em comparação cronológica com a organização associativo-sindical de outros professorados no país.

Igualmente central a esse respeito, faz-se o reconhecimento de que ela tenha resultado do projeto político de uma específica fração do professorado da Educação Superior pública, aquela constituída por jovens que, recém-chegados à carreira docente criada pela Reforma Universitária de 1968, advinham de intensa militância nas organizações das esquerdas¹ nacionais em ação no Movimento Estudantil.

Aprofundada pela persistência histórica de um paradigma docente de corte aristocrático-oligárquico – o professor catedrático brasileiro –, produto e (re)produtor do ultraconservadorismo elitista da Educação Superior nacional, a ambiguidade conjuntural típica dos segmentos improdutivos das classes trabalhadoras havia mantido a maioria do professorado público desse nível educacional afastado, durante décadas, de práticas associativo-sindicais, entendidas como, no mínimo, proletarizantes. O pequeno alargamento de privilégios, necessário à modernização autoritária e dependente promovida pela ditadura militar então vigente, impôs, todavia, modificações nesse cenário.

Dentre essas modificações, importa diretamente, aos interesses deste estudo, a criação de uma carreira docente na Educação Superior pública federal. Iniciando o cronologicamente tardio processo de profissionalização da prática laboral desse professorado, o fato

¹ Útil às finalidades deste trabalho, transcrevo o conceito de “esquerdas” desenvolvido por Ridenti (1995) em diálogo com Jacob Gorender e Marco Aurélio Garcia: “Entende-se por ‘esquerda’, numa formulação sintética, as identificadas forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, com as lutas dos trabalhadores por uma transformação social”. Os “diferentes graus, caminhos e formas” acabam por pluralizar as esquerdas, tornando-as “um espectro de cores e matizes”.

modificou sua *situação de trabalho*, possibilitando a alteração de sua composição e dos elementos constitutivos das predisposições ideológico-políticas do agrupamento profissional.

Esse passou a, doravante, contar com frações internas que apresentavam posicionamentos político-ideológicos à esquerda, num número e capacidade de articulação nacional suficientes ao desenvolvimento do movimento diretamente responsável por instituir sua organização sindical, o Movimento das Comissões Pró-ADs.

Como veremos, tratou-se de um movimento instituinte de grande sucesso organizativo; a ponto de fazer-se capaz de, em pouco tempo (1978-1981), dar criação a entidades associativo-sindicais docentes em quase todas as universidades federais do país, bem como a uma organização nacional em torno da qual se reunirem visando a empreender ações conjuntas, a Andes.

Contou muito para esse sucesso, também veremos, o clima sociopolítico nacionalmente instalado de lutas antiditatoriais e redemocratizantes possibilitado pelo arrefecimento que, a partir de 1974, passou a experimentar o regime autocrático, então vigente há uma década.

Tratando-se aquele de um processo de normalização capitalista da vida social do país, foram, em todo caso, pautas de natureza liberal-democrática (anistia, eleições presidenciais diretas, superação da carestia, etc.), as que se fizeram responsáveis últimas pela reunião, momentânea e efêmera, entre setores minimamente progressistas das burguesias internas, segmentos intermediários e movimentos operários e populares nacionais visando à superação dos governos militares ditatoriais. No âmbito universitário, foram também tais pautas que deram ao Movimento das Comissões Pró-ADs a legitimidade necessária para obter uma adesão pouco provável em outras circunstâncias.

Aquele específico contexto nacional oportunizou a invenção de um sindicalismo docente universitário abertamente inspirado no sindicalismo operário que vinha sendo, então, desenvolvido pelas movimentações do Novo Sindicalismo.

Apesar de seu sucesso organizativo, aquela circunstanciada invenção de um sindicalismo de trabalhadores em situação intermediária de classe não poderia ter significado, contudo, a superação, sem mais, da ambiguidade conjuntural que necessariamente se interpõe entre a *situação e posição de classe* de sua base social, impondo-lhe limites às vontades políticas, busquem elas pôr-se à direita ou esquerda do espectro político. Em particular, se nos atentarmos devidamente à profunda influência cultural da ideologia populista na vida política nacional, capaz de manifestações históricas tanto nas organizações do Movimento Estudantil como, via

expressões à esquerda da ideologia da legalidade sindical, no Novo Sindicalismo e organizações dele emergentes.

De modo que já podemos reconhecer nesse primeiro momento histórico, embora em situação ainda germinativa, a dinâmica de desorganização política futura desse sindicalismo: seja em seu atraso cronológico em relação aos sindicalismos docentes de outros níveis educacionais no país, seja em sua manifesta incapacidade, local e nacional, de a eles integrar-se em suas movimentações instituintes. Essa última, uma incapacidade verificável, inclusive, no tocante ao sindicalismo docente desenvolvido, desde a década de 1930, pelo professorado da Educação Superior privada.

No capítulo seguinte – **De Adufc a Adufc-SS (de Andes a Andes-SN): a caminho da plena oficialização** – acompanharemos o segundo momento das transições entre formas organizacionais desse sindicalismo docente rumo à sua oficialização, fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural.

Dada no decorrer das décadas de 1980 e 1990, esta segunda transição fez-se em meio aos processos que levaram a Adufc, fundada no ano de 1980 como uma associação civil de funcionários públicos, a transformar-se, em 1990, na Adufc-SS, uma seção sindical do Andes-SN. Nessa transição, aquela organização local acompanhava as movimentações nacionais que haviam levado a Andes a assumir, a partir de 1988, a natureza jurídica de um sindicato oficial de dimensão nacional.

Ambas as organizações se tornavam, assim, entes sindicais oficiais. Na assunção dessa nova fisionomia organizacional, davam corpo, veremos, a uma das bandeiras centrais do grupo hegemônico na direção desse sindicalismo desde suas origens no Movimento das Comissões Pró-ADs, grupo que, em pouco tempo, assumiria a forma de uma corrente sindical nacionalizada, a Andes Autônoma e Democrática (Andes-AD).

Defendendo a sindicalização oficial como um direito a ser estendido aos funcionários públicos, os dirigentes dessa corrente interna à Andes tiveram intensa e destacada participação nos debates nacionais à base do texto da Constituição de 1988, que concedeu aos funcionários públicos no país essa modalidade de associação civil de trabalhadores.

Segundo podemos pressupor a partir dos fundamentos teóricos desta pesquisa – nos quais se evidenciam as fortes correlações entre sindicalismo oficial e desorganização política das classes trabalhadoras nacionais (POULANTZAS, 1977 [1968]; SAES, 1984; BOITO Jr., 1991) –, não foi por mera coincidência que, portanto, a tendência à fragmentação político-associativa que acompanha o sindicalismo oficial encontrou um primeiro processo de aceleração

e aprofundamento, justamente ao longo desse período. Germinativamente presentes e em ação nesse sindicalismo, desde suas origens, por meio da ambiguidade conjuntural da natureza (intermediária) de classe de sua base social, os efeitos desorganizadores da Estrutura Sindical de Estado passam a nele encontrar, desde então, um ambiente ainda mais propício a seu pleno estabelecimento e expressão.

Os embates político-ideológicos promovidos no seio do sindicalismo em estudo pelas reformas neoliberais dos governos nacionais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)¹ tiveram, nesse sentido, um papel central. Foi em meio a eles que ganharam contornos bem mais nítidos, assim como uma formalização organizacional renovada, as divergências e disputas desde sempre existentes entre seus diferentes grupos instituintes, engajados todos (mesmo que a partir de diferentes tradições das esquerdas nacionais) na construção do que Ridenti (1995) nomeou como “identidades críticas em relação à ordem [ditatorial] estabelecida”.

Formalizam-se, em meio a tais movimentações, as duas correntes historicamente majoritárias nas disputas pela direção político-organizativa do Andes-SN, a Andes-AD, fundada em 1986, e a Andes Sindicato (Andes-Sind), somente formalizada em 2001. Suas tensões, ainda restritas à produção de um divisionismo interno entre as correntes do sindicalismo docente universitário no país, não reuniram durante esse período, todavia, força suficiente para pôr em risco a unidade jurídico-institucional por ele experimentada em torno da/do Andes/Andes-SN, desde 1981.

Estabeleciam-se naquele momento, contudo, as condições de possibilidade das cisões organizacionais que fazem a atual fragmentação político-associativa desse sindicalismo. Essas, veremos a seguir, advieram um pouco mais tarde, em meio ao acirramento que tais históricas disputas experimentaram no contexto das políticas governamentais do Partido dos Trabalhadores (PT), acirramento que expressou, nas fronteiras desse sindicalismo, os embates e as divisões que vinham se dando nas esquerdas partidárias e sindicais diante do progressivo crescimento das força e influência político-institucional conquistadas ao longo dos governos peesedebistas pelas duas principais organizações surgidas do Novo Sindicalismo, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A atual fisionomia político-ideológica das correntes internas do sindicalismo docente em estudo configurou-se, pois, em meio às contradições e rearticulações que, dadas entre

¹ Criado em 25 de julho de 1988, elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo e professor universitário, para os dois mandatos presidenciais que antecederam os governos nacionais petistas, num período que foi de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. (Disponível em: <http://www.psdb.org.br> e <http://fundacaoofhc.org.br>).

diferentes tradições das esquerdas nacionais, desenvolveram o campo político que se fez capaz de eleger, em 2002, Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Brasil. Nesse sentido, reconhecemos as estreitas relações existentes entre o acirramento e a formalização das disputas político-ideológicas desse sindicalismo e as dissidências e cisões vividas pelo campo político petista/cutista nesse período.

Ora, foi nesse contexto que encontrou origem um “novo” campo político nas esquerdas brasileiras, constituído das dissidências e cisões no PT e na CUT. Respectivamente: no âmbito partidário, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), criado no ano de 1994¹, e o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), criado em 2003²; e, no âmbito sindical, a Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas), emergente a partir de 2004³, e as duas intersindicais, a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; e a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, emergentes a partir de 2006⁴.

Esses processos gerais decalcaram-se localmente da seguinte forma ao longo da trajetória organizativa do sindicalismo docente da Educação Superior federal no Ceará: à medida que alguns setores, componentes locais da corrente Andes-AD, buscaram dar aprofundamento, a partir de meados dos anos 1990, à sua hegemonia na diretoria do Andes-SN em

¹ Cf. Portal do PSTU. (Disponível em: <https://www.pstu.org.br> e <https://www.facebook.com/pstu16/>).

² Cf. Portal do PSOL. (Disponível em: <http://psol50.org.br/>).

³ Iniciada como uma Coordenação Nacional de Lutas - Conlutas, assumir-se-ia, a partir de 2010, como uma Central Sindical e Popular - CSP Conlutas (Miranda, 2011a, p. 250; Rodrigues, 2015; Cf. História. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>). Rodrigues (2015, p. 8) sublinha o fato de que também a “CTB, formada em 2007, e que era representada na CUT pela Corrente Sindical Classista (CSC) deixou essa central em 2006”. A Conlutas e Intersindical teriam, em todo caso, “concepções e práticas bem distintas”. Na mesma direção, Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 23) afirmam a existência de “[...] três distintas organizações brasileiras, formadas ao longo dos anos 2000 a partir de dissidências da Central Única dos Trabalhadores (CUT): uma central estritamente sindical, a Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); uma central sindical e de movimentos populares, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e um agrupamento nacional de sindicatos, a Intersindical. [...] A criação dessas organizações faz parte de um processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro, em curso desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003 [...], e que se consolida com a aprovação da lei de reconhecimento das centrais, em 2008, a lei 11.648”.

⁴ Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 26, 59-60) explicam que a Intersindical “foi criada em 2006” com o objetivo de “resgatar os princípios fundamentais que teriam norteado a fundação da CUT”. Em 2008, divide-se em duas: a “Intersindical ‘Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora’ e a Intersindical ‘Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central’”. Esta última “ensaiou um movimento de fusão com a Conlutas em julho de 2010, iniciativa que não vingou. Em 2014, fundou oficialmente a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora”. Nem “todos os dirigentes e sindicatos que integram a Intersindical deixaram a CUT, optando por um duplo movimento: ao mesmo tempo em que avaliam que a resistência e o enfrentamento no interior da CUT não são mais suficientes, entendem que é preciso reconhecer a legitimidade daqueles que continuam lutando dessa forma”.

simultâneo comprometimento com a construção desse “novo” campo político das esquerdas nacionais, a Adufc-SS foi sendo hegemônica pelo grupo que, em direção contrária àquela intenção, se fez cada vez mais próximo dos posicionamentos dados ao campo político petista/cutista pela(s) corrente(s) Articulação/Campo Majoritário/CNB, movimentação que o fez aprofundar relações com as tradicionais esquerdas comunistas no país, desde sempre atuantes no “movimento docente”.

Assim, foi se gestando a formalização de uma oposição à Andes-AD no Andes-SN, a Andes-Sind. Formalizada apenas em 2001, foi responsável pelas articulações do que viria a tornar-se, em 2004, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (Proifes-Fórum), base para o desenvolvimento da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), criada em 2012. Essa oposição interna, mesmo tendo resistido a formalizar-se, esteve sempre inserida na vida política desse sindicalismo: em 1981 (na composição da primeira diretoria da Andes), em 1986 (na disputa eleitoral entre as chapas Andes-AD e Andes Hoje), em 1994 (no estabelecimento do Fórum-Andes Plural) e em 1998 (na primeira e única derrota eleitoral experimentada pela Andes-AD).

Hegemônica na diretoria da Adufc-SS desde o biênio 1999-2001, a corrente interna Andes-Sind dirigiu sua transformação, dada alguns anos depois, numa organização sindical estadual autônoma e confederada, o Adufc-Sindicato, uma das mais importantes bases locais, veremos, para o estabelecimento nacional da Proifes-Federação.

Ao longo desse segundo período de transição entre formas organizacionais desse sindicalismo, encontraram seu definitivo fim, dessa forma, quaisquer de seus regimes de conciliação entre divergências político-ideológicas em alguma medida sustentados por afeto e camaradagem, mínimas que fossem. Tais regimes conciliatórios haviam circunstancialmente marcado o “movimento docente” até a Redemocratização.

Uma das objetivações desse fato encontra-se no estabelecimento, local e nacional, de eleições intensamente disputadas por chapas concorrentes, visando à direção oficial de suas organizações. No país, a partir de 1986, ano em que, não decerto por mera coincidência, estabeleceu-se a corrente Andes-AD. No Ceará, a partir de 1999, num processo local que já prenunciava as fundações, cronologicamente aproximadas, da corrente Andes-Sind e do Proifes-Fórum.

Dando fechamento ao acompanhamento histórico dos processos que fizeram a trajetória organizativa do sindicalismo docente em estudo, o terceiro capítulo do trabalho – **De**

Adufc-SS a Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna: micropolitização e plena oficialização – trata do mais recente dentre seus processos de transição entre formas organizacionais. Iniciado nos últimos anos da década de 1990, seu desenvolvimento estendeu-se até, pelo menos, o período das investigações empíricas realizadas no decorrer desta pesquisa, entre os anos de 2015 e 2017.

Se a observação dos dois anteriores períodos de transição entre as formas organizacionais historicamente assumidas por esse sindicalismo nos possibilita perceber, em diferentes graus, a presença e ação das duas tendências aqui apontadas na orientação de sua trajetória, a partir deste momento as veremos ganharem plena objetivação político-associativa, expressando-se em cisões organizacionais.

No primeiro capítulo acompanhamos, nesse sentido, ter se transmutado esse sindicalismo, ao longo da segunda metade da década de 1970 e primeiros anos da de 1980, de um movimento instituinte de natureza não-oficial em uma das associações civis do professorado universitário brasileiro responsáveis pela criação da Andes, a Adufc. No capítulo seguinte, acompanhamos os correlatos processos organizativos que, decorridos ao longo de meados das décadas de 1980 e 1990, transmutaram ambas as anteriores organizações associativas, de sindicatos livres (BOITO Jr., 1991), em entidades sindicais oficiais, o Andes-SN e a Adufc-SS.

Como vimos, mesmo que já estivessem objetivamente marcando passos definitivos desse sindicalismo rumo à sua plena oficialização (e consequentes fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural), os processos de transição organizativa que deram surgimento a essas duas últimas entidades sindicais oficiais fizeram-se movidos, local e nacionalmente, pelo intuito de empreender uma inovação jurídico-organizativa diante da Estrutura Sindical de Estado estabelecida no país desde a década de 1930 (BOITO Jr., 1991), a forma “sindicato nacional com seções sindicais locais”. Esta realizaria, segundo entendimento disseminado naquele universo sindical, uma “estrutura nova”, capaz de coibir e burlar, no contexto político produzido pelo fim da Ditadura Militar e Redemocratização, a então já bem conhecida força de tutela do sindicalismo oficial.

A despeito das vontades políticas que moveram seu estabelecimento, o artifício político-organizativo “sindicato nacional com seções sindicais locais” foi, conforme temos observado, progressivamente fracassando, em função de sua oficialidade (e necessário atrelamento estatal), na promoção de unidade político-associativa. Orientadas pela ideologia da legalidade sindical, as transições oficializantes da forma jurídica desse sindicalismo aceleraram e aprofundaram, em verdade, a progressiva formalização das divergências e disputas político-ideológicas

desde sempre manifestadas em seu seio, transformando as lideranças de suas diferentes correntes político-ideológicas nos próprios agentes de seus posteriores processos de dissidência e cisões organizacionais.

Antes, pois, que em coesão (como vimos vir sendo sugerido por algumas das referidas investigações do campo), a assunção da forma sindical oficial, mesmo que inovada (em sindicato nacional), resultou não somente em diversificação organizacional como em fragmentação político-associativa. Esse fato, com elementos explicativos internos e externos ao âmbito específico do sindicalismo em estudo, não teve consequências restritas ao agrupamento profissional, atingindo a organização política das classes trabalhadoras no país, uma vez que se fez lastreado e lastreando os processos que dividiram as esquerdas nacionais advindas do Novo Sindicalismo em dois concorrentes e inconciliáveis campos políticos.

Os amplos processos divisionistas nas esquerdas nacionais pós-redemocratização, tendo já encontrado lugar no interior do sindicalismo docente em observação por meio da formalização de correntes político-ideológicas em profunda concorrência instituinte (Andes-AD e Andes-Sind), passam, agora, a nele dar aprofundamento aos efeitos politicamente desorganizadores do sindicalismo oficial.

Esses efeitos reúnem, no contexto dos governos nacionais petistas (2003-2016), força suficiente ao seu pleno desdobramento em cisões organizacionais: os estreitos vínculos petistas com os processos de recente cisão das esquerdas nacionais criou um ambiente político especialmente propício para que as tensões estabelecidas entre as correntes majoritárias na disputa pela direção desse sindicalismo encontrassem a polarização suficiente à sua “[micro]politização”¹. Doravante, objetivam-se essas tensões na inconciliável cisão político-associativa, quer de sua direção nacional quer de suas bases sociais, entre os estilos sindicais ou do Andes-SN, definitivamente hegemonzados pela Andes-AD, ou pelo/a Profes-Fórum/Federação, uma criação da Andes-Sind.

Como já havia se dado nos governos nacionais peessedebistas ao longo dos anos 1990, foram as políticas públicas das administrações petistas que, na primeira década do novo milênio, serviram como eixos últimos de articulação desses embates político-ideológicos; agora

¹ Como o leitor poderá constatar no terceiro tópico do capítulo, o termo “politização” é aqui utilizado nos limites conceituais que lhe foram concedidos por Bourdieu (2013 [1984], p. 239-240). Tratando-se, por um lado, de uma tradução e tendo, por outro, um uso social já consolidado em nosso país, o risco de imprecisões conceituais é grande. Daí a forma “micropolitização”, que vem sendo utilizado ao longo desta tese, com o qual se busca dar ênfase ao sentido de restrição originalmente a ele conferido por Bourdieu.

suficientemente desenvolvidos para se desdobrarem tanto em diversificação organizacional como em indissociável fragmentação político-associativa.

No estabelecimento de tal situação contribuiu de modo importante seja a própria maturação interna de tais embates seja o fato de estarem eles fundamentados nas querelas à base do novo campo político em concorrência nas esquerdas nacionais. Foi no influxo da força politicamente desorganizadora dessas cisões que, percebamos, a Adufc-SS transformou-se, sob hegemonia dirigente da Andes-Sind (e, conseqüentemente, do Proifes-Fórum/Federação), em Adufc-Sindicato, a partir de 2011/2012¹.

Tendo passado à condição de uma entidade oficial cuja carta sindical lhe outorga unicidade no poder de representação de todo o professorado federal no Ceará, a direção político-administrativa do agora Adufc-Sindicato vem sendo objeto de permanente e intensa disputa eleitoral entre partidários locais do Andes-SN e Proifes-Federação, quando não de concorrência interorganizacional de grande potencial litigioso, como é o caso das relações entre Adufc-Sindicato e SindUnilab e Coletivo Graúna, ambos os últimos com evidentes ligações ao Andes-SN. Daí resulta, veremos, a atual situação de desvinculação formal desse sindicato estadual com quaisquer das organizações nacionalmente dedicadas à articulação político-associativa do professorado federal no país.

Micropolitizadas, as expressões locais das disputas nacionais internas a esse sindicalismo têm encontrado manifestações públicas dramáticas, às quais nos dão acesso algumas das cenas testemunhadas nas atividades públicas do agrupamento profissional durante as greves que realizaram nos anos de 2015 e 2016. Essas disputas, como se verá, têm aceleradamente deixado a forma originária de querelas político-ideológicas acerca da organização e ação sindicais e passado a assumir, explicitamente, a forma de animosidades interpessoais entre partidários de uma ou outra posição geral hoje possível no âmbito das esquerdas nacionais.

De um ponto de vista estritamente jurídico, a criação da Proifes-Federação não deveria significar qualquer nível de concorrência com o Andes-SN. Este último, como um sindicato oficial, poderia, aliás, federar-se àquela formalmente. Dadas, contudo, as circunstâncias de criação dessa federação, tal unidade político-associativa faz-se impossível, pois conduzida

¹ A oficialização da transformação da Adufc-SS em Adufc-Sindicato foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de outubro de 2011, embora o certificado somente tenha sido assinado pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Manoel Messias Nascimento, no dia 19 de julho de 2012. Esta última data é a oficialmente assumida pelo Adufc-Sindicato. (Cf. Quem somos. Disponível em <http://adufc.org.br/quem-somos/>; e ADUFC-Sindicato completa 37 anos de lutas e avanços. Disponível em <http://adufc.org.br/2017/05/03/adufc-sindicato-completa-37-anos-de-luta-e-avancos/>).

justamente por aquela fração do professorado universitário com vínculos federais em atuação na corrente Andes-Sind, em direta e inconciliável oposição político-ideológica e partidária à Andes-AD, historicamente hegemônica na direção nacional do Andes-SN.

Toda essa fragmentadora e desagregante processualidade, conjunturalmente fragilizadora do sindicalismo em estudo, vem sendo diretamente urdida pelos históricos vínculos estabelecidos entre suas correntes sindicais internas e os dois campos políticos que, nascidos em meio à emergência do Novo Sindicalismo, encontram-se hoje em concorrência nas esquerdas nacionais. Reconheçamos, nesse sentido, ter sido o contexto configurado pelo *continuum* de vinculações interorganizacionais entre o Adufc-Sindicato/Proifes-Federação/CUT/PT/PC do B, de um lado, e a Sindunilab/Coletivo Graúna/Andes-SN/CSP Conlutas/Intersindicais/PSTU/Psol, de outro, o responsável último pelo fato das políticas públicas trabalhistas e educacionais dos governos petistas terem se feito ambiente ideal para que as ambiguidades de classe (intermediária) presentes no sindicalismo docente universitário federal brasileiro se expressassem na forma de cisões.

Nesta segunda década do novo milênio, os efeitos desorganizadores do sindicato oficial têm aprofundado aceleradamente suas manifestações nesse sindicalismo. O fato objetiva-se, por enquanto, seja na criação de uma seção sindical do Andes-SN numa das novas universidades federais recentemente instaladas no Estado do Ceará, o Sindunilab – abertamente concorrente do sindicato estadual –, seja na formação de correntes sindicais que, tendo no Coletivo Graúna uma das possíveis expressões formais, dão corpo local às polarizadas e inconciliáveis concorrências político-partidárias entre as esquerdas nacionais.

Se os três anteriores capítulos conseguiram evidenciar, conforme inicialmente intentado, a objetividade histórica das duas tendências orientadoras da trajetória instituinte do sindicalismo em estudo – a tendência à oficialização organizacional e à fragmentação político-associativa (e conseqüente debilitação conjuntural) –, resta-nos, como questão irrecusável, o fato de tal processualidade, em que pese sua natureza patente, apresentar-se silenciada, quando não negada, na maioria dos discursos de suas lideranças e, mesmo, de seus pesquisadores. Esse é o tema do quarto e último capítulo desta tese – **Sindicalismo docente na Educação Superior Federal: ciência engajada e debilitação conjuntural**.

Nele, buscaremos melhor compreender o fracasso da aposta feita pelas hegemônicas lideranças desse sindicalismo numa “nova estrutura” sindical – o sindicato nacional com seções sindicais locais. Oficial apesar de sua novidade jurídica no âmbito da legislação

nacional, tal artifício político-organizativo foi historicamente incapaz, como temos visto, de burlar a força tutelar da Estrutura Sindical de Estado.

Apesar das expectativas, desdobraram-se em direção justamente contrária à desejada os efeitos de tal artifício, acabando por dar continuidade, nesse específico universo sindical e numa nova conjuntura nacional, a um dilema histórico do sindicalismo desenvolvido pelas esquerdas brasileiras, o desafio da liberdade sindical. Teve grande peso nesse processo a ideologia da legalidade sindical¹, historicamente presente e em ampla ação em nossa cultura política nacional, conforme já devidamente demonstrado por Boito Jr. (1991).

Dimensões particulares do sindicalismo docente universitário, por vezes negligenciadas pela pesquisa desse campo investigativo, ganham aqui um papel preponderante à compreensão dos modos singulares em que nele encontra manifestações próprias esse dilema e essa ideologia. Tais dimensões estão nucleadas no fato – óbvio embora, talvez por isso mesmo, pouco reconhecido e tematizado – de ser a pesquisa científica que o toma por objeto conduzida, recorrentemente, por ativos membros de suas próprias correntes sindicais.

Esse fato tem nele ampliado os desafios de “reflexividade”² já presentes em todas e quaisquer práticas de pesquisa social. Em particular, quando se reconhecem as dimensões fortemente afetivas e inconscientes da micropolitização experimentada pelas relações entre suas lideranças, correntes e organizações. Em meio a elas, denegam-se em “ciência engajada” as ambíguas disposições ideológicas dos setores intermediários das classes trabalhadoras, possibilitando que o sindicato oficial cumpra, no seio do sindicalismo em estudo, seu papel sistêmico de agente de debilitação conjuntural de empreendimentos sindicais que se desejem revolucionários.

Faz-se uma evidência-síntese do sucesso desse “circuito de enfeitamento”³ o fato das correntes internas do sindicalismo em estudo, apesar das mútuas acusações historicamente desenvolvidas, terem tomado rumos instituintes igualmente orientados, em termos concretos, à

¹ Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil no primeiro tópico do quarto capítulo.

² Como proposto por Bourdieu (2005, p. 40, 42, 56, 91, 134), o princípio da reflexividade aponta, em síntese, o desafio de, em suas palavras, buscar dar “objetivação científica do sujeito da objetivação”. Fundamental à busca de objetividade que orienta a produção científica, faz compreender os limites criados nas posicionalidades tomadas pelos próprios pesquisadores no “campo com o qual e contra o qual cada um se fez”.

³ Utilizada por Gorender (1982, p. XII), a expressão busca dar reconhecimento conceitual à dupla dimensão, epistemológica e sociológica, da universalidade cultural da ideologia. Expressões de mesma intenção conceitual são encontradas em outros autores marxistas: “hábitos viciados de pensamento” (PRADO JR. 2006 [1942], p. 21), “evidência ideológica” (ALTHUSSER, 2017 [1966], p. 61), “crosta de preconceitos” (OLIVEIRA, 2009). Cf. Bezerra e Beserra, 2018.

oficialização sindical (e consequentes fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural). A força demonstrativa desse fato tem se amplificado nos últimos anos, nos quais tende a expandir-se nesse sindicalismo, pelo menos na Região Nordeste do país, a forma organizacional “sindicato oficial estadual”, estimulada pela criação da Proifes-Federação, que progressivamente avança na região.

* *

Os nomes de informantes que não tiveram participação em diretorias sindicais e, portanto, não têm uma história pessoal de vínculos públicos com a prática sindical foram modificados, com o intuito de manter seus anonimatos. Dimensões sensíveis da proximidade entre a temática desta pesquisa e a vida laboral de seus informantes explicam esse procedimento textual, que buscou responsabilidade ante as diferentes formas e profundidades de expressão do que uma das informantes nomeou como “certo temor” relativo às “questões quanto ao sigilo e garantia de anonimato no depoimento”¹.

Parece certo que tal temor, mesmo quando não declarado, condicionou parte das dificuldades apresentadas por potenciais informantes no estabelecimento de datas e horários oportunos para suas sessões de entrevista. Em alguns casos, um pouco de insistência foi suficiente para superar a situação. Em outros, a sessão acabou por, de fato, não acontecer. Quanto mais em evidência contemporânea estivessem os agentes contactados, mais eram suas dificuldades nesse sentido; uma situação muito compreensível diante da dureza dramática dos embates públicos que, como veremos, se davam então entre as correntes político-ideológicas majoritárias na disputa pela direção, local e nacional, do sindicalismo estudado.

Quer se utilizando dos nomes próprios de informantes e organizações, quer optando por estratégias de generalização e anonimização, a pesquisa buscou manter-se comprometida com o princípio metodológico segundo o qual, conforme preconizado por Bourdieu (2013 [1984], p. 22-23, 45), o uso de nomes próprios no contexto do “discurso científico” não deve ser confundido com aquele feito pelo “discurso ordinário, do romance ou da história” em referência a indivíduos concretos, empíricos. Ora, explica o autor, entre um e outro tipo de discursos, há de ser considerada, necessariamente, a distância introduzida pela “ruptura e a construção

¹ A entrevista com a professora Amanda foi realizada no dia 12 de abril de 2017. Seu “temor” foi objeto de correspondências eletrônicas registradas nos dias 23 e 24 seguintes.

científicas”, cujas operações se dão em torno do “indivíduo construído”, somente existente no “espaço teórico das relações de identidade e de diferença entre o conjunto explicitamente definido de suas propriedades e os conjuntos singulares de propriedades definidas segundo os mesmos princípios que caracterizam os outros indivíduos” em questão.

Com essa proposição, Bourdieu faz ressoar em seu próprio registro propostas teórico-metodológicas anteriormente feitas por Louis Althusser, autor com quem conviveu intensamente ao longo de sua formação (BOURDIEU, 2005, p. 67; ALMEIDA, 2008) e que se faz um dos mais centrais pensadores à base do marxismo estruturalista, linhagem analítica em cuja tradição este trabalho busca fundamentos.

Tratando dessas questões teórico-metodológicas, Althusser (2017 [1967], p. 83-84) afirma como inegociável o reconhecimento das “exigências próprias” do “discurso científico” e do “discurso filosófico”. Refere-se, com essa afirmação, ao fato de que, no âmbito desses dois últimos, as “palavras da linguagem cotidiana, ou expressões compostas, construídas com palavras da linguagem cotidiana” funcionariam “sempre de maneira diferente”, uma vez que se tratariam, neles, de “conceitos teóricos”, cujos sentidos encontram-se fixados “não pelo seu uso corrente, mas sim pelas relações existentes entre os conceitos teóricos no interior do seu sistema”. Como reconhece o autor, é muito provável que, “para o leitor não prevenido”, essa distinção fundamental passe “despercebida”, principalmente “quando o termo teórico reproduz pura e simplesmente um termo usual”, sendo “preciso um grande esforço para discernir, por trás da evidência familiar (ideológica)” o “conceito”. Em todo caso, continua, o mérito da “terminologia teórica” reside, quando “bem determinada”, precisamente em “impedir as confusões entre o significado usual das palavras e o significado teórico (conceitual) das mesmas palavras”.

Dessa forma, quando diante das sugestões analíticas que configuram esta tese, o leitor deve buscar manter-se atento às fundamentais distinções propostas por Althusser e Bourdieu entre os discursos científico-filosófico e os discursos ordinários. Afinal, é somente nos limites de possibilidade de tais distinções que podem ser julgados os resultados de pesquisas sociais científicas, tecidas sempre como arriscados esforços de explicação de um “fato de valor” no “conjunto das condições sociais de sua existência” (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 22-23, 45).

CAPÍTULO 1. De movimento instituinte a Adufc/Andes: em busca de um lugar entre o Movimento Estudantil e o Novo Sindicalismo

Neste capítulo inicial, acompanhamos aquele que foi o primeiro dentre os três momentos de transição entre formas organizacionais desse sindicalismo docente rumo à sua oficialização, fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural¹.

Ocorrida durante a segunda metade dos anos 1970, essa primeira transição entre suas formas organizacionais conduziu esse sindicalismo docente da condição de um movimento instituinte não-oficial, o Movimento das Comissões Pró-Associações Docentes – ADs (RIDENTI,1995; DONATONI,1999; OTRANTO, 2000; ADUFC, 2005, p. 6-7)², ao de uma associação civil de servidores públicos, a Adufc.

Fundada em 1980, essa organização local cumpriu um importante papel na criação, ocorrida no ano seguinte, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), organização que, daquele ano ao de 2004, fez-se única na articulação nacional do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira.

Evidencia-se o importante lugar assumido pela Adufc nos processos de organização geral da Andes pela presença diferentes membros de seu movimento instituinte e de suas primeiras diretorias nas direções nacionais daquela associação. Estes compuseram, com destacados cargos, seja sua “diretoria nacional provisória” seja sua “primeira diretoria” (Adufc, 2005, p. 7).

Na observação desse momento originário das primeiras organizações do sindicalismo docente no estado aqui diretamente estudado e no país, podemos já constatar alguns elementos fundamentais à compreensão de sua deriva histórica até o presente.

¹ Ao longo de todo o trabalho, nos utilizaremos do termo “conjuntura” e de expressões dele derivadas – “debilidade conjuntural”, “ambiguidade conjuntural”, dentre outras – a partir de uma clara delimitação conceitual: antes que somente nomear o contexto geral de um tempo sociopolítico, conjuntura refere-se aqui, seguindo proposto por Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. Trataremos dos efeitos analíticos dessa delimitação com maior cuidado no segundo subtópico deste capítulo. Por ora, importa já atentar-se, em todo caso, ao fato de que, conseqüentemente, a expressão “ambiguidade conjuntural” refere-se, ainda nas palavras de Saes, a certa característica da adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários no âmbito dessa conflituosa articulação interclasses, marcada por certa incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal”, já que emergente de uma “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”. De igual forma, a expressão “debilidade conjuntural”, referindo-se a tal conflito, trata do enfraquecimento político de uma das classes antagônicas em determinado momento sócio-histórico.

² O termo foi também recorrentemente utilizado nas entrevistas realizadas ao longo deste estudo.

Faz-se central, nesse sentido, atentarmos para quanto sua emergência se fez tardia quando posta em comparação cronológica com a organização associativo-sindical de outros professorados no país.

Igualmente central a esse respeito, faz-se o reconhecimento de que ela tenha resultado do projeto político de uma específica fração do professorado da Educação Superior pública, aquela constituída por jovens que, recém-chegados à carreira docente criada pela Reforma Universitária de 1968, advinham de intensa militância nas organizações das esquerdas¹ nacionais em ação no Movimento Estudantil.

Aprofundada pela persistência histórica de um paradigma docente de corte aristocrático-oligárquico – o professor catedrático brasileiro –, produto e (re)produtor do ultraconservadorismo elitista da Educação Superior nacional, a ambiguidade conjuntural típica dos segmentos improdutivos das classes trabalhadoras havia mantido a maioria do professorado público desse nível educacional afastado, durante décadas, de práticas associativo-sindicais, entendidas como, no mínimo, proletarizantes. O pequeno alargamento de privilégios, necessário à modernização autoritária e dependente promovida pela ditadura militar então vigente, impôs, todavia, modificações nesse cenário.

Dentre essas modificações, importa diretamente, aos interesses deste estudo, a criação de uma carreira docente na Educação Superior pública federal. Iniciando o cronologicamente tardio processo de profissionalização da prática laboral desse professorado, o fato modificou sua *situação de trabalho*, possibilitando a alteração de sua composição e dos elementos constitutivos das predisposições ideológico-políticas do agrupamento profissional.

Esse passou a, doravante, contar com frações internas que apresentavam posicionamentos político-ideológicos à esquerda, num número e capacidade de articulação nacional suficientes ao desenvolvimento do movimento diretamente responsável por instituir sua organização sindical, o Movimento das Comissões Pró-ADs.

Como veremos, tratou-se de um movimento instituinte de grande sucesso organizativo; a ponto de fazer-se capaz de, em pouco tempo (1978-1981), dar criação a entidades associativo-sindicais docentes em quase todas as universidades federais do país, bem como a uma

¹ Útil às finalidades deste trabalho, transcrevo o conceito de “esquerdas” desenvolvido por Ridenti (1995) em diálogo com Jacob Gorender e Marco Aurélio Garcia: “Entende-se por ‘esquerda’, numa formulação sintética, as identificadas forças políticas críticas da ordem capitalista estabelecida, com as lutas dos trabalhadores por uma transformação social”. Os “diferentes graus, caminhos e formas” acabam por pluralizar as esquerdas, tornando-as “um espectro de cores e matizes”.

organização nacional em torno da qual se reunirem visando a empreender ações conjuntas, a Andes.

Contou muito para esse sucesso, também veremos, o clima sociopolítico nacionalmente instalado de lutas antiditatoriais e redemocratizantes possibilitado pelo arrefecimento que, a partir de 1974, passou a experimentar o regime autocrático, então vigente há uma década.

Tratando-se aquele de um processo de normalização capitalista da vida social do país, foram, em todo caso, pautas de natureza liberal-democrática (anistia, eleições presidenciais diretas, superação da carestia, etc.), as que se fizeram responsáveis últimas pela reunião, momentânea e efêmera, entre setores minimamente progressistas das burguesias internas, segmentos intermediários e movimentos operários e populares nacionais visando à superação dos governos militares ditatoriais. No âmbito universitário, foram também tais pautas que deram ao Movimento das Comissões Pró-ADs a legitimidade necessária para obter uma adesão pouco provável em outras circunstâncias.

Aquele específico contexto nacional oportunizou a invenção de um sindicalismo docente universitário abertamente inspirado no sindicalismo operário que vinha sendo, então, desenvolvido pelas movimentações do Novo Sindicalismo.

Apesar de seu sucesso organizativo, aquela circunstanciada invenção de um sindicalismo de trabalhadores em situação intermediária de classe não poderia ter significado, contudo, a superação, sem mais, da ambiguidade conjuntural que necessariamente se interpõe entre a *situação e posição de classe* de sua base social, impondo-lhe limites às vontades políticas, busquem elas pôr-se à direita ou esquerda do espectro político. Em particular, se nos atentarmos devidamente à profunda influência cultural da ideologia populista na vida política nacional, capaz de manifestações históricas tanto nas organizações do Movimento Estudantil como, via expressões à esquerda da ideologia da legalidade sindical¹, no Novo Sindicalismo e organizações dele emergentes.

De modo que já podemos reconhecer nesse primeiro momento histórico, embora em situação ainda germinativa, a dinâmica de desorganização política desse sindicalismo, futuramente aprofundada: seja em seu atraso cronológico em relação aos sindicalismos docentes de outros níveis educacionais no país, seja em sua manifesta incapacidade, local e nacional, de a eles integrar-se em suas movimentações instituintes. Essa última, uma incapacidade

¹ Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

verificável, inclusive, no tocante ao sindicalismo docente desenvolvido pelo professorado da Educação Superior privada desde a década de 1930.

1.1. O sindicalismo docente na Educação Superior pública: antes e depois dos 1970

Inexistem trabalhos historiográficos conclusivos acerca das organizações, locais e nacionais, do sindicalismo desenvolvido pelo específico professorado da Educação Superior pública federal brasileira. Apesar disso, um cruzamento mínimo das informações cronológicas a que somos apresentados pela literatura¹ e pelos sítios eletrônicos de algumas destas organizações é suficiente para evidenciar a centralidade da década de 1970 para sua trajetória de desenvolvimento histórico.

A partir desse cruzamento de informações, percebemos ter esse específico sindicalismo docente encontrado emergência organizativa bem posterior aos sindicalismos docentes desenvolvidos pelos demais professorados no país. Enquanto registram-se diferentes formas de empreendimentos associativo-sindicais docentes na Educação Básica brasileira, pública e privada, desde a segunda metade do Século XIX, assim como desde a década de 1930 entre o professorado da Educação Superior privada², veremos remeter somente aos últimos anos da década de 1950 as primeiras notícias sobre empreendimentos similares entre o específico professorado aqui em observação, de vínculos profissionais públicos.

Em larga expansão no território nacional desde o início do século passado (SAMPAIO, 2011), o professorado da Educação Superior privada, reuniu-se paulatinamente aos sindicatos oficiais organizados pelo professorado da Educação Básica privada a partir das modificações realizadas na legislação trabalhista nacional pela Revolução de 1930. Não tardou muito, em função disso, para que o professorado com vínculos privados no país compartilhasse as gestões da modalidade organizacional de sindicatos docentes até hoje conhecida como “sindicato de professores do/da (...)”, os Sinpro.

¹ Cf. Donatoni, 1999; Otranto, 2000; Dal Rosso e Lucio, 2004; Cruz, 2008; 2010; Rêses, 2008; 2013; 2015; Borges e Lemos, 2009; Castilho, 2009; Granzotto, 2010; Ferraro, 2011; Pereira, 2011; Vicentini e Lugli, 2011; Miranda, 2011a; 2011b; Almeida, 2011; 2016; Mancebo, 2011; Bauer, Paulista e Diniz, 2013; Paiva, 2016.

² Uma rápida visita aos sítios eletrônicos desses sindicatos informará datarem, dentre outros, de 1933, o SINPRO do Estado de Minas Gerais; de 1934, o SINPRO de Juiz de Fora/MG; e, de 1938, o SINPRO do Estado do Rio Grande do Sul. (Cf. História do Sinpro Minas. Disponível em: <http://sinprominas.org.br/noticias/historia-do-sinpro-minas/>; Cf. História. Disponível em: <http://sinprojf.org.br/historia/>; Cf. Quem somos. Disponível em: <https://www.sinpro.org.br/institucional/quem-somos/>; Cf. Donatoni, 1999, p. 27, 41-44).

Não encontramos referências acerca de movimentações similares do professorado da Educação Superior pública em direção às associações docentes da Educação Básica pública. As aproximações, também presumíveis, entre este professorado e o da Educação Superior privada foram mínimas.

Donatoni (1999, p. 107-111) apresenta-nos a um apanhado de trechos de entrevistas com ricas informações acerca do assunto: ex-dirigentes sindicais do Estado de São Paulo (SP) testemunham ter se dado ali, ao final dos anos 1960, aquela que foi decerto a primeira tentativa nessa direção, a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Apes). Fundada em 1968, ela teria tido como intuito englobar a representação do professorado “não só da USP [Universidade de São Paulo], mas também da PUC [Pontifícia Universidade Católica] e de outras faculdades privadas” (DONATONI, 1999, p. 109). Frustrada, a iniciativa não chegou, contudo, aos dois anos de existência. Não encontramos na revisão realizada referências a movimentações similares em outros momentos históricos ou regiões do país antes da fundação da Andes, já no início dos anos 1980.

Já visíveis apesar dos atuais limites das informações acessíveis, essas diferenças de comportamento organizativo-sindical entre os distintos professorados no país não têm sido tomadas como objeto digno de atenção analítica neste campo investigativo. Em todo caso, conforme veremos no tópico seguinte, nelas ganham expressão elementos fundamentais do modo como as especificidades das situações de trabalho desses professorados impõem distintos desafios ideológico-políticos a seus empreendimentos associativo-sindicais.

Por ora, voltemos ao fato de somente encontrarmos iniciativas sindicais entre o professorado da Educação Superior pública no país já cerca de um século após as primeiras experimentações organizativas feitas pelo professorado da Educação Básica, pública e privada; o que significa quase três décadas após as iniciativas que foram nesse sentido tomadas pelo professorado da Educação Superior privada.

A mais recuada referência a uma organização associativo-sindical desenvolvida por docentes da Educação Superior pública no país foi localizada em entrevista concedida por Fábio Konder Comparato a Luzia Sansão (2013). Comparato afirma ali tratar-se a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)¹ da “primeira associação de docentes do ensino superior [público] do nosso país” (SANSÃO, 2013, p. 41), já que, segundo sua compreensão,

¹ Cf. Histórico. (Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historicoadusp>); Cf. Sansão, 2013, p. 41.

teria se tratado sua fundação em 1976, em verdade, de uma refundação, inclusive do ponto de vista jurídico, da Associação dos Auxiliares de Ensino (AAE), criada em 1956. Restrita aos docentes na desvantajosa condição de “auxiliares de ensino” (idem), essa organização teve entre seus fundadores e diretores, além de Comparato, outros nomes que, a exemplo de Alberto Luiz da Rocha Barros, estavam ligados ou diretamente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou a suas “dissidências universitárias”, em especial às de orientação trotskista (SANSÃO, 2013, p. 39).

Utilizando-se de distintos critérios de demarcação cronológica, a literatura desse campo de pesquisas aponta duas outras organizações na condição de “primeira associação” desse professorado no país: a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), criada em 1960¹ (DONATONI, 1999, p. 100), e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (Adunesp), criada em junho de 1976² (CASTILHO, 2009, p. 173; FERRARO, 2011, p. 74), poucos meses antes da transformação da AAE em Adusp. Aceitas estas últimas sugestões, percebamos, o sindicalismo docente na Educação Superior pública nacional tornar-se-ia ainda mais tardio em relação aos dos demais professorados brasileiros.

Independentemente de qual tenha sido a “primeira” dentre tais iniciativas associativo-sindicais, interessa-nos, neste tópico, o fato de que os trabalhos do campo acabem por repetir-se, ao tematizarem aquelas desenvolvidas até meados dos anos 1970, na referência a um mesmo (pequeno) conjunto de organizações. Compõem-no, além das já citadas Adusp (1956/1976), APUFPR (1960) e Adunesp (1976), a Associação dos Professores Universitários da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Apuremg), criada em 1963 e transformada em Associação dos Professores da Universidade Federal de Viçosa (Aspuv) em 1971³; a Associação dos Professores de Santa Maria (Apusm), criada em 1967⁴; a Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apub), criada em 1968⁵; a Associação dos Professores da

¹ Cf. Histórico. (Disponível em: <http://apufpr.org.br/historico/>).

² Cf. Aspectos da História da Adunesp. (Disponível em: http://www.adunesp.org.br/index.php?pg=entidade_historia).

³ Cf. Histórico. (Disponível em: <http://aspuv.org.br/sobre-a-aspuv/historico/>).

⁴ Cf. Histórico. (Disponível em: <https://www.apusm.com.br/apusm/historia/>).

⁵ Com sede em Salvador, o sindicato representa, hoje, professores da Ufba, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Em 2016, estava oficialmente filiado à Profes-Federação. (Disponível em: <http://apub.org.br/>).

Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc), criada em 1975¹; e, por fim, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas (Adunicamp)² e a Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (Apubh)³, ambas criadas no ano de 1977.

As especificidades dos processos de fundação de cada uma e do conjunto dessas primeiras organizações sindicais docentes da Educação Superior pública no país aguardam estudos empíricos capazes de demonstrar, com um mínimo de objetividade, as circunstâncias e motivações político-ideológicas dos grupos que lhes deram instituição, assim como a existência, ou não, de alguma forma de articulação entre elas. Em todo caso, parece aceitável afirmar, diante das anteriores informações, que até meados dos anos 1970 o sindicalismo docente em estudo configurava-se como um conjunto organizacional relativamente pequeno, nacionalmente desarticulado (pelo menos formalmente) e territorialmente concentrado nas regiões de maior modernização urbano-industrial do país, Sudeste e Sul.

Até esse período somente uma organização associativo-sindical desse professorado havia sido criada na Região Nordeste (NE), a Apub, no Estado da Bahia (BA). Fundada por professores e professoras da Universidade Federal da Bahia (Ufba)⁴ em 1968 – pouco mais de uma década após a AAE, portanto –, a Apub teria inicialmente se organizado, segundo sua história oficial, como uma forma de “reação à invasão da Polícia Militar na Faculdade de Economia da Ufba, durante a ditadura militar”⁵. Aos poucos, teria se desenvolvido, em resposta aos “professores”, em direção à “defesa dos interesses da categoria – como salários mais justos e melhores condições de trabalho”, assim como da “democratização do país” e “fortalecimento do ensino das universidades públicas federais”.

Outras organizações associativo-sindicais desse professorado na NE esperaram cerca de uma década após a fundação da Apub para serem criadas, o que fizeram num movimento concentrado entre os anos de 1978 e 1981. Conforme vemos no gráfico abaixo, neles foram criados nada menos que 12⁶ dos 20 sindicatos que, em 2016, representavam os cerca de

¹ Cf. Portal Apufsc-Sindical. (Disponível em: <http://www.apufsc.org.br/>).

² Cf. História. (Disponível em: <http://www.adunicamp.org.br/historia/>).

³ Cf. Linha do Tempo. (Disponível em <http://apubh.org.br/conheca/linha-do-tempo/>).

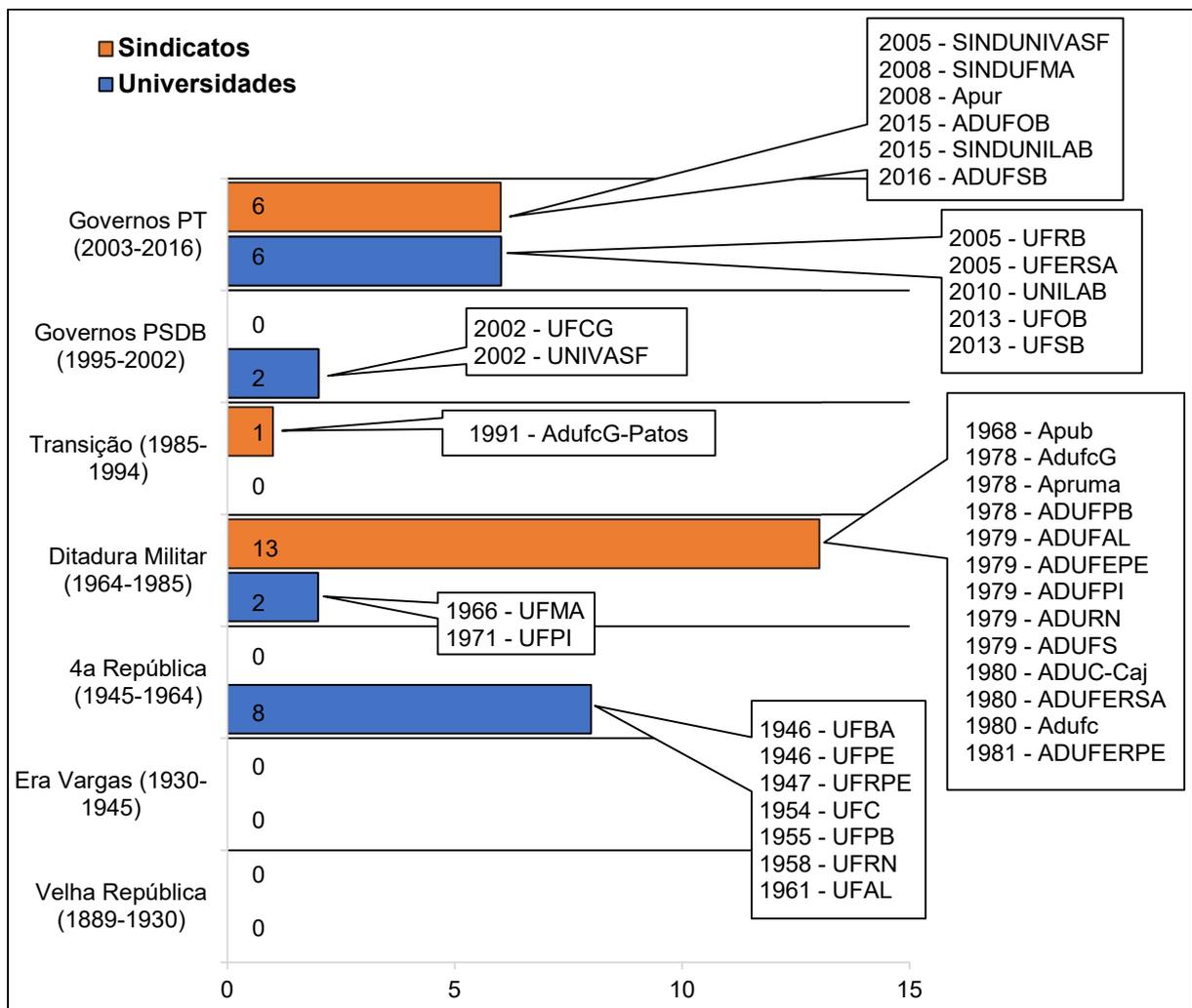
⁴ Fundada em 08 de abril de 1946, tinha em 2016 sede e *campi* na cidade de Salvador, capital estadual. (Disponível em: <https://www.ufba.br/>).

⁵ Cf. Quem Somos. (Disponível em: http://www.apub.org.br/?page_id=19269).

⁶ As Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (Adufcg), Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB) no ano de 1978; as Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal), Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe), Associação dos Docentes da

23.252 docentes profissionalmente vinculados às 18 universidades federais então existentes na região. O que explicaria o atraso cronológico do sindicalismo docente na Educação Superior pública do país em relação aos sindicalismos docentes desenvolvidos por outros professorados nacionais? Por que somente a partir de meados dos anos 1970, concentrando-se nos três anos imediatamente antecedentes à fundação da Andes, dada em 1981, este sindicalismo docente foi capaz de nacionalizar-se, duas décadas após suas primeiras experimentações? Dedicemo-nos a estas questões nos tópicos seguintes.

Gráfico 1 – Anos de Fundação de Universidades Federais e Sindicatos Docentes Correlativos na Região NE (por período político nacional, até 2016)



Universidade Federal do Piauí (Adufpi), Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Adurn) e Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (Adufs), em 1979; as Associação dos Docentes Universitários de Cajazeiras (Aduc-Cajazeira), Associação dos Docentes da Ufersa (Adufersa) e Adufc, em 1980. Por fim, foi criado no ano de 1981 o Sindicato dos Docentes da UFRPE (Aduferpe).

Fonte: dados da *Tabela 1 – Universidades Federais e Sindicatos Docentes Correlativos na NE (2016)*, disponibilizada ao final do trabalho.

1.2. A tardia profissionalização da docência na Educação Superior pública federal

Diante do atraso relativo do sindicalismo docente na Educação Superior pública no país, faz-se um elemento certamente digno de consideração o próprio atraso de sua universidade pública, a mais tardia das Américas¹. Que a universidade privada brasileira preceda em apenas poucos anos a pública enquanto seu professorado tenha se organizado sindicalmente décadas antes do professorado daquela faz desconfiar, em todo caso, que outros fatores tenham participação importante na determinação do atraso em questão.

Como apresentado por Saes (1984), o conceito de “situação de trabalho” faz-se uma categoria analítica central, proponho, no entendimento dessa situação histórica, uma vez que nos possibilita dar a devida relevância analítica aos desafios ideológico-políticos enfrentados

¹ Inexistindo durante os períodos do país como colônia portuguesa (1530-1815), Reino Unido (1815-1822) e Império (1822-1889), somente se estabeleceu após três décadas de inauguração da república nacional. Darcy Ribeiro (1969, p. 76) faz-se elucidativo sobre assunto ao comparar o processo de criação de universidades no Brasil com as demais experiências americanas: “na área de colonização espanhola, a universidade surgiu muito cedo; na área de influência inglesa, surgiu tardiamente e somente em décadas muito recentes apareceu na região colonizada pelos portugueses”. Segue o autor: as colônias espanholas “contavam com seis universidades no final no século da conquista, e aproximadamente dezenove no momento da independência”, enquanto a América Inglesa, “ao tornar-se independente [em 1776], contava apenas com nove universidades”. Destas instituições, algumas eram “reais e religiosas, orientadas por jesuítas e dominicanos, na Hispano-América, e por seitas protestantes de variada denominação, na zona inglesa”. Durante todo esse período, o Brasil contou, em suas palavras, com apenas “um arremedo de universidade na Bahia, que ministrava cursos propedêuticos para o sacerdócio e para estudos de direito e medicina, a completar-se em Portugal”. Esse cenário, estabelecido desde os primeiros anos da Conquista Colonial no Século XVI, foi incrementado pela chegada de missões cristãs protestantes estadunidenses (presbiterianas e batistas em especial) a partir das últimas décadas do Século XIX. Primeiras tentativas de estabelecimento de universidades no país deram-se por iniciativa de grupos privados e foram marcadas por forte instabilidade organizacional. Exemplar do anteriormente afirmado foi a Universidade de Manaus, criada em 1909 por grupos empresariais ligados à exploração da borracha. Efêmera como o ciclo econômico da *commoditie* agrícola que lhe possibilitou, esta organização universitária somente existiu até 1926. Experiências igualmente privadas e efêmeras encontrariam lugar nos estados de São Paulo e do Paraná em 1911 e 1912, respectivamente. Universidades privadas de maior estabilidade organizacional somente começariam a surgir no país a partir do final da década de 1940. Trataram-se, de início, de organizações confessionais, das quais se fizeram os primeiros exemplos a Universidade Católica do Rio de Janeiro (posteriormente pontificia), de 1946, e a Universidade Mackenzie (presbiteriana), de 1952. Pouco antes destas últimas, embora já três décadas após ter se tornado um estado republicano moderno, o Brasil deu início à fundação de universidades públicas, criando a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e a Universidade de Minas Gerais, em 1927. Na NE, universidades federais somente seriam fundadas quase três décadas após estas primeiras no país, em 1946, nos estados de Pernambuco e Bahia, as UFPE e Ufba. (Cf. Holanda, 2006 [1936]; Mendonça, 1984, p. 95-112; Ribeiro, 2006 [1995], p. 364, 365; 1969, p. 106, 107; Chauí, 1978; Fernandes, 2010 [1986], p. 120, 121; Fávero, 1990, 2000, 2006; Coelho, 1993, 1996; Vasselai, 2001; Stencel, 2006; Schwartzman, 2006; Cunha, 2007a, 2010; Gaio, 2008; Almeida Filho, 2008, p. 129-132; Calvani, 2009; Tavares, 2012; Brumer e Santos, 2012; Monte, 2015, p. 69-75; Cf. História do Instituto. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto/>; <https://www.ufpe.br/ufpenova/>; e <https://www.ufba.br/>).

pelos sindicalismos desenvolvidos por segmentos intermediários das classes trabalhadoras, caso do professorado universitário público do país.

Observada a condição tardia do sindicalismo em estudo à luz desse conceito, evidencia-se como a persistência histórica de um paradigma docente de corte aristocrático-oligárquico na Educação Superior pública do país responde por boa parte do afastamento que, até o final dos anos 1950, seu professorado guardou em relação às experimentações associativo-sindicais de outros docentes. Mas, ainda mais importante, o conceito esclarece, vejamos a seguir, como é possível que, mesmo no contexto de transformações históricas na situação de trabalho desse específico professorado – responsável pela precipitação de sua sindicalização no contexto do arrefecimento da Ditadura Militar –, tenha a ambiguidade conjuntural típica a sua condição de classe continuado a desenvolver predisposições ideológicas potencialmente impeditivas, mesmo quando à esquerda, da plena integração político-associativa de seu sindicalismo seja com os dos demais docentes no país como aqueles de outras frações das classes trabalhadoras nacionais.

i. Situação de trabalho e ambiguidade conjuntural

Seguida a elaboração conceitual concedida por Saes (1984, p. 8-12, 18-24, 65, 66, 142, 174), a expressão “situação de trabalho” toma como objeto de nomeação um fenômeno laboral caracterizado por uma clara função política: “introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores” por meio de sua clivagem entre trabalho manual e não-manual, uma cisão que, objetivamente inverificável, legitima a hierarquização entre supostos “dons e méritos naturais” que fundamenta o meritocratismo¹.

¹ Sublinho o fato de Saes fazer referência direta, neste ponto de seu texto, à contribuição do clássico trabalho de Bourdieu e Passeron (2013 [1970]) ao desenvolvimento da compreensão da ideologia meritocrática. Entendo necessária está ênfase em função do descompasso entre a importância da temática neste campo e a exploração que nele encontra obra bourdieusiana. As relações de Bourdieu com o pensamento marxista em geral são, sem dúvida, complexas e polêmicas. Como afirma Miguel (2014), enquanto para alguns autores marxistas o autor apresentaria uma obra cujas limitações revolucionárias a posicionariam à direita do espectro político, para outros, ali assumidamente posicionados, Bourdieu seria um “marxista disfarçado”. Ele próprio, porém, pareceu sempre mais preocupado em apontar, para o bem mesmo desta tradição teórica, as limitações reflexivas e, portanto, científicas de certas apropriações acadêmicas da teoria marxista: “O marxismo na realidade de seu uso social acaba sendo um pensamento completamente protegido contra a crítica histórica, o que é um paradoxo, dadas as potencialidades e mesmo as exigências que o pensamento de Marx encerrava” (BOURDIEU, 2004 [1987], p. 30). Segundo entendia, a resposta à pergunta sobre “se um autor é marxista, durkheimiano ou weberiano não acrescenta praticamente nenhuma informação sobre esse autor”, já que, embaraçando “esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico”, a “invenção intelectual” pede a “superação de falsas antinomias e de falsas divisões”, as quais operam como um “principal obstáculo” ao que seria uma “relação adequada com os textos e pensadores do passado”, aos quais melhor recorreríamos na condição de

Tal diferenciação ideológica, pondo-se à base do meritocratismo que caracteriza os sindicalismos dos segmentos intermediários, neles fundamenta e reproduz uma já bem reconhecida tendência ao corporativismo (TRÓPIA, 1994; FANTINATTI, 1998; ASSIS, 2006). Como se sustentaria tal processualidade ideológica? Sistemicamente, segundo demonstrado por Saes (1984, p. 8-12, 18-24, 65, 66, 142, 174): por meio dela interpõem-se, de um lado, competição e afastamento ante a potencial “solidariedade entre os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos” ao passo que, de outro lado, toma ares de normalidade a exploração em que se sustenta e reproduz a dominação burguesa. Vejamos.

Com uma atividade remunerada que “não contribui diretamente na produção de mercadorias” (daí sua nomeação como “trabalhadores improdutivos”), os trabalhadores não-manuais assumem, explica Saes (*idem*), uma posição peculiar na “organização social da produção”. Encontram-se nela impedidos, por certa “invisibilidade do resultado material de seu trabalho”, de envolvimento imediato no “processo capitalista de produção da mais-valia” e, assim, da experiência de “oposição direta aos proprietários do capital”, uma oposição contingentemente vivida pelas demais frações das classes trabalhadoras.

Em todo caso, só ideologicamente este fato transforma esses setores intermediários dos (objetivamente também) não-proprietários numa suposta “classe média”¹. Em verdade, essa (auto)compreensão advém, explicita Saes (*idem*), da ausência de uma tácita “consciência da exploração e da expropriação”, na qual se bloqueia o efeito político do “momento ativo” desse processo, isto é, do “ímpeto de reapropriação dos instrumentos de produção e dos frutos do seu trabalho”.

“Fisiologicamente duvidosa”, conforme sublinha Saes (*idem*), a clivagem ideológica do trabalho em manual e não-manual apresenta efetividade prática², fazendo-se capaz de, a partir dos elementos objetivos das circunstâncias de trabalho, engendrar “uma disposição ideológica específica”. Eis a “situação de trabalho”, isto é, o conjunto formado pelos sentidos

“‘companheiros’, no sentido da tradição artesanal, isto é, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis” (BOURDIEU, 2004 [1987], p. 41).

¹ Patrícia Trópia (1994, p. 1, 2) esclarece que a imprecisão desse termo, “consagrado tanto na bibliografia quanto na linguagem política corrente”, reside na reunião, logicamente incoerente, de dois “conceitos derivados de problemáticas diferentes: a marxista e a da sociologia funcionalista norte-americana”. A rigor, continua a autora, nessa primeira tradição de pensamento “o conceito de classe define-se nas relações de produção”, o que deveria restringir seu uso à “classe operária” e à “burguesia”, em suas diversidades internas.

² Utilizo-me aqui do termo nos limites conceituais que lhe são concedidos pela categoria de “senso prático”, proposta por Bourdieu (2013 [1980], 2013 [1984]).

sociais assumidos pelos elementos objetivos das circunstâncias de trabalho somados às disposições ideológicas que lhes são relativas.

Reconheçamos, assim, que as particulares situações de trabalho dos setores intermediários das classes trabalhadoras assumem, em grande medida, o estatuto daquilo que Bourdieu (2013 [1979/1982], p. 434) nomeou como “operações de distinção”:

relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos [trabalhadores] ‘manuais’), forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários operários), nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). (SAES, 1984, p. 20)

Os agrupamentos profissionais¹ constitutivos dessas frações intermediárias, dado que alocados em diversas e cambiantes situações de trabalho, acabam por não desenvolver, conforme Saes (1984, p. 8-12, 18-24, 65, 66, 142, 174) “disposições ideológicas e políticas comuns”. Acontece que, diferente do que se dá com outras frações das classes trabalhadoras, os improdutivos encontram “fatores” de “aglutinação ideológica e política”, antes que nas “relações sociais de produção”, nas diferentes formas de “organização técnica do trabalho” e “estrutura ocupacional”, ou seja, em suas específicas e diversas “situações de trabalho”.

Essa processualidade explica, continua Saes (idem), as dificuldades prático-ideológicas encontradas por esses trabalhadores na identificação clara de “adversários sociais permanentes e unívocos”. Suas “orientações políticas” mantêm-se, majoritariamente, em “estágio potencial ou semipotencial”, gerando a “margem de indiferença social” característica da “hesitação política” que lhes é socialmente atribuída. O fato é que, em diferentes contextos e circunstâncias, seus diversos agrupamentos acabam por fragmentar-se “à direita” ou “à esquerda” do espectro político sem “chegar a encontrar sua unidade” diante do “conflito principal” nas sociedades capitalistas, a saber, aquele travado entre as “classes fundamentais”: a burguesia, o proletariado e suas respectivas frações internas.

¹ O corpo de professores de universidades federais é nomeado ao longo deste trabalho como um agrupamento profissional. A opção por não lhes designar como uma categoria profissional, como fazem comumente entidades sindicais, órgãos de imprensa e alguns pesquisadores, encontra explicações nos próprios limites conceituais da tradição teórico-metodológica aqui assumida. Com o procedimento, chama-se atenção ao fato desses professores pertencerem ao corpo do funcionalismo público brasileiro, formado, como explica Assis (2006, p. VI) à luz da tese de Saes (1984) e da obra de Poulantzas, por uma “plêiade de diversos agrupamentos profissionais” constitutivos de uma “categoria social”. A assunção desta terminologia chama atenção aos efeitos práticos da anterior constatação teórica: a diversidade de situações de trabalho desses agrupamentos profissionais, redundando (necessariamente) em diversidade de disposições ideológicas, torna essa categoria social potencialmente carente da unidade ideológica suficiente à ação política orgânica, interna e externa, isto é, junto às demais frações das classes trabalhadoras.

Que seja uma ou outra das possíveis direções no espectro político a objetivamente tomada pelos diferentes agrupamentos profissionais dos segmentos intermediários encontra-se na dependência direta da função que o antagonismo de classes lhe conceda na correlação de forças de determinada *conjuntura política*.

Este último conceito, mais que meramente nomear o contexto geral de um tempo, importa frisar, refere-se, como explica Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. A adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários encontra-se, por isso, historicamente concorrida pelas classes sociais, numa movimentação que explica tanto sua permanente incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal” como sua “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”.

À luz desses fatos, Saes (1984, p. 8-12, 18-24, 65, 66, 142, 174) propõe que o “conteúdo concreto da prática política” desses segmentos dos trabalhadores, bem como as variações internas que seus posicionamentos eventualmente encontram, somente podem ser compreendidos à luz das diferentes possibilidades “do encontro entre a conjuntura política e as disposições ideológicas engendradas” por suas diferentes “situações de trabalho”.

Aceito este sistema conceitual, é forçoso admitir que, pelo menos no contexto do sistema social capitalista, mesmo que mudem os elementos constitutivos das situações de trabalho dos segmentos intermediários em função de reestruturações tecno-produtivas, isto é, mesmo quando nele mudem as expressões empíricas da clivagem do trabalho em manual e não-manual, estará ainda mantida a função ideológica de hierarquização e estratificação que a sustenta e, assim, a produção social da *ambiguidade conjuntural* destes segmentos. Dito de outra forma, distinções ideológicas entre produtivos e improdutivos continuarão a cumprir, independente dos elementos que circunstanciadamente constituam suas situações de trabalho, seu papel ideológico-político na busca de afastamento desses segmentos de uma integração objetiva ao lado dos setores populares e operários das classes trabalhadoras, dividindo-as politicamente e, assim, reproduzindo a dominação burguesa.

ii. O paradigma docente aristocrático-oligárquico brasileiro

Tendo no horizonte os conceitos apresentados no subtópico anterior, reconheçamos neste a importância da presença e ação histórica do paradigma docente catedrático brasileiro¹ como um elemento fundamental no atraso relativo do sindicalismo docente na Educação Superior pública nacional. Em particular aquele desenvolvido pelo professorado com vínculos empregatícios federais, objeto imediato da presente pesquisa.

Produto e reproduzidor do elitismo ultraconservador e arcaísta da instituição universitária no país, o professor catedrático brasileiro constituiu-se, conforme explicitado por Florestan Fernandes (1979, p. 42-63), uma figura de corte aristocrático-oligárquica típica das contradições dos primeiros momentos do republicanismo nacional. Donos, segundo o autor, de verdadeiros feudos acadêmicos das profissões liberais, os catedráticos advinham, grosso modo, de famílias das elites econômicas tradicionais e, em decorrência do fato, sua renda profissional não se encontrava na exclusiva dependência salarial da função docente, atuando simultaneamente como profissionais liberais, políticos, magistrados, banqueiros, administradores etc.

Nesse contexto laboral, tratava-se o trabalho docente de uma ocupação em tempo parcial, não costumando ultrapassar, afirma ainda Fernandes (*idem*), três aulas-conferência semanais. Correspondentes às ocupações mínimas, apresentavam-se relativamente modestas as remunerações. O fato não se traduzia, porém, numa situação de trabalho similar, por exemplo, ao dos docentes da Educação Básica ou mesmo Superior privada. Ora, não se encontravam nesse plano, de fato, os capitais procurados com a atividade docente, fundamentalmente útil ao alcance de prestígio social e, conseqüentemente, ao alargamento de influência profissional e político-estatais; estas, sim, com efetivas repercussões financeiras e, em grande medida, independentes de contribuições científicas ou mesmo pedagógicas às suas áreas de conhecimento.

Ajudando-nos a divisar mais objetivamente a situação, Machado Neto (1969, p. 244-245) afirma, a esse respeito, que “o salário de um professor catedrático desse tipo clássico [referia-se às faculdades de Direito, Medicina e Engenharia], não chega[va] para a manutenção e limpeza da casa palaciana em que reside ou para pagamento da respectiva criadagem”.

Embora não fosse essa a situação de trabalho da totalidade dos membros desse professorado em todo o país, tratava-se esse do paradigma laboral docente na Educação Superior pública nacional, com efeitos ideológico-políticos efetivos na legitimação de seu afastamento dos segmentos manuais/produzidos das classes trabalhadoras nacionais. E foi desse lugar que

¹ Ênfase a unidade da expressão por estar certo de que o professor catedrático encontrou e encontra outras expressões paradigmáticas em outras realidades e culturais universitárias desenvolvidas no planeta, tratando-se está de uma das muitas peculiaridades da cultura universitária brasileira.

atuou como um dos elementos centrais na imposição de fracasso às inúmeras tentativas que, desde a Revolução de 1930, empreenderam-se no país visando a modernização/profissionalização da docência universitária pública federal.

As universidades públicas no SP fizeram-se, nesse sentido, uma exceção histórica digna de nota. Tratando-se aquele do estado nacional a concentrar boa parte dos processos de modernização capitalista periférica do país ao longo do século passado (urbanização, industrialização, etc.), sua Educação Superior pública foi estabelecendo bem mais cedo que no restante do território nacional um regime de vínculos empregatícios docentes que, mesmo quando manteve o regime de cátedra, buscou profissionalizá-lo à luz do que se realizava nas universidades europeias e norte-americanas.

O fato encontra, decerto, relações positivas com a precocidade relativa do processo de sindicalização de seu professorado público, bem como com a liderança que veremos ter ele assumido no Movimento das Comissões Pró-ADs e na criação da Andes. Nessa direção também contou, decerto, a influência político-ideológica de uma forte cultura sindical operária estadual, estimulada pela concentração dos processos de modernização capitalista das relações empregatícias no país e, em consequência, das parcelas politicamente mais bem organizadas de suas classes trabalhadoras.

No que concerne especificamente às universidades federais no país, coube às ambiguidades das subalternas políticas de modernização nacional empreendidas pelos governos militares estabelecidos pela Ditadura Militar de 1964 dar acabamento ao lento processo de profissionalização de sua docência. Para tanto, ao tempo em que realizaram mudanças há muito reclamadas pela sociedade para este nível educacional (aumentando o número de suas vagas, alocando recursos em Ciência e Tecnologia, Pós-Graduação e Pesquisa, extinguindo o regime de cátedras, etc.), interromperam debates que vinham sendo realizados a esse respeito com estudantes e intelectuais¹, que passaram a ser ameaçados e censurados. De igual forma, ao lado da abertura de novas vagas docentes, não foi pequeno o número de pesquisadores experientes compulsoriamente aposentados ou de docentes jovens impedidos de ingresso na carreira ou prejudicados em suas progressões profissionais. O controle policial das universidades estendeu-se aos seus currículos. Entidades e lideranças estudantis foram aniquiladas.

Monte (2015, p. 52-70) apresenta-nos a um esclarecedor apanhado histórico das tentativas estatais de profissionalização da atividade docente na Educação Superior brasileira

¹ Testemunham o fato documentos históricos, como a Declaração da Bahia e a Carta do Paraná.

ao longo do Século XX. De suas observações, percebemos seja que assessorias internacionais prévias ao período autocrático já haviam dado a direção geral da Reforma Universitária dos governos militares seja a importância que, para seu definitivo estabelecimento, tiveram, como já havia ressaltado Fávero (1990, 2000, 2006), as assessorias estadunidenses: *Gardner Report*, relatórios *Atcon* e Meira Mattos e convênios MEC-*Usaid*¹.

Diante das finalidades analíticas deste tópico, destaco duas complementares “soluções” apontadas naqueles relatórios. Preconizavam, por um lado, a adoção de uma nova modalidade organizativa para as universidades públicas, que deveriam ser progressivamente federalizadas sob a forma de fundações (tradicionalmente, assumiam a forma de um ente jurídico autárquico). Por outro lado, estimulavam a extinção do regime de cátedra, visando possibilitar a cada organização desenvolver suas próprias políticas de recrutamento, seleção e regimes salariais docentes, o que, esperava-se, levaria à paulatina universalização de vínculos profissionais docentes não mais mediados por normas e regulamentos do funcionalismo público.

Cunha (2007a, p. 176, 177) nos esclarece sobre os desafios criados por tais sugestões:

Hunter [consultor estadunidense] compara a adoção do regime de fundação à abertura da Caixa de Pandora: pode facilitar a resolução de problemas ou, simplesmente, converter um conjunto de problemas num conjunto diferente. (...) Um deles é o do recrutamento de professores (...). A transformação de autarquia para fundação aumentaria o número e a variedade dos expedientes de recrutamento que a universidade poderia utilizar. Com o aumento de escolas, cresce a necessidade de julgamentos e de tomadas de decisões. Isso resultaria num aumento dos erros individuais em lugar dos erros de sistema, típicos das autarquias. No que diz respeito ao salário, elemento essencial do recrutamento de professores, a questão básica de cada fundação – mas não das autarquias – é se o pagamento deve ser o mesmo em toda a universidade para pessoal de tempo integral “igualmente qualificado”. O problema existe porque certos profissionais, como economistas e engenheiros, têm maiores oportunidades de encontrar emprego fora da universidade do que historiadores e especialistas em Letras. Os salários daqueles, no mercado extrauniversitário, é sensivelmente superior aos destes.

Foi acolhendo essa linha de políticas organizativas e salariais para a Educação Superior nacional que a Reforma de 1968 impôs uma brusca transformação tanto na forma

¹ Frutos de acordos mediados pelos Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre o Ministério da Educação (MEC), do Brasil, e a *United States Agency for International Development (Usaid)*, os mesmos estavam orientados, segundo sugere a pesquisa de Gaio (2008, p. 6), por uma concepção de modernidade nucleada por duas “razões fundamentais”. De um lado, “de natureza externa, compreendendo a ação ideológica desenvolvida pelos Estados Unidos no sentido de criar condições culturais e psicológicas para a absorção e legitimação da hegemonia estadunidense”. De outro, “de natureza interna, visava prover a necessidade de modernização da sociedade, tendo como objetivo adequá-la ao ponto de vista econômico, financeiro, social e cultural do modelo capitalista industrial associado e dependente em fase de consolidação”. (Cf. Chauí, 1978; Fávero, 1990, 2000, 2006; Coelho, 1993, 1996; Fantinatti, 1998; Cunha, 2007a; Monte, 2015, p. 69-75; Brumer e Santos, 2012).

historicamente instituída da universidade pública federal no país como, conseqüentemente, no perfil docente que nela se fazia até então paradigmático. Doravante, a profissionalização desse específico professorado tornou-se uma tendência que, apesar de suas contradições, não apresentou retornos, estabelecendo-se certo consenso em torno da necessidade de criação de uma carreira docente, em cujo ingresso candidatos deveriam submeter-se a concurso público e, ao assumi-la, comprometer-se preferencialmente com um regime de dedicação exclusiva.

É certo que, seguida a lógica do “mercado extrauniversitário”, essa carreira docente poderia, conforme propunham os relatórios das assessorias estrangeiras, acabar por fazer-se salarialmente desigual quando observada do ponto de vista das áreas de conhecimento. Por outro lado, estabelecia-se o estímulo à ampliação universal das titulações e salários correspondentes, independentemente das áreas de conhecimento.

Foi, pois, ao longo desse complexo processo de profissionalização da atividade docente na Educação Superior pública brasileira que, de toda sorte, ela acabou por experimentar progressiva elevação média de suas faixas salariais. Foi também nesse processo que a mesma se abriu mais amplamente (mesmo que de modo demograficamente ainda insuficiente) ao ingresso de diferentes setores dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras, os quais, até ali, não haviam tido maior acesso, no país, à Educação Superior, seja como discentes seja como docentes.

Nas palavras de Fantinatti (1998, p. 95), a “classe média veio a dividir”, na Educação Superior pública, “espaços antes ocupados apenas pelas elites”. A profissionalização e conseqüente sindicalização desta específica docência fez-se, portanto, no contexto do contraditório e mínimo alargamento de históricos privilégios empreendido pelos governos militares, uma movimentação necessária à modernização subalterna por eles imposta ao país.

Publicada no ano de 1968 e, assim, contemporânea ao momento em que o regime autocrático encontra o ápice legal de seu viés repressivo e autoritário no Ato Institucional 05 (AI-5/13.12.1968)¹, a Reforma Universitária dos governos militares somente objetivou-se em seus específicos efeitos sociais – refiro-me, em particular, ao ingresso de novos setores dos segmentos intermediários na recém-criada carreira docente da Educação Superior pública federal no país –, quando a Ditadura Militar passou a arrefecer progressivamente a partir de meados

¹ Segundo sugere Monte (2015, p. 69), a “melhor compreensão do significado político-social do AI-5 ficou expresso em seu caput: ‘O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências’”.

dos anos 1970. Os potenciais efeitos político-ideológicos da profissionalização desse professorado acabaram por acompanhar, assim, o processo de normalização capitalista-dependente da vida nacional que então se pôs em desdobramento.

iii. Em meio à normalização capitalista-dependente da vida nacional

Encontrando um marco cronológico no ano de 1974, aquele novo contexto nacional apresenta decerto várias explicações. Merecem aqui destaque, nesse sentido, as modificações na geopolítica e economia global, em meio às quais se tornava cada vez mais disfuncional, pelo menos no Brasil¹, o papel que vinha sendo cumprido pelas alianças militares autoritárias na manutenção do imperialismo estadunidense sobre sua periferia dependente. Contaram também para tanto, de um lado, o aniquilamento (literal em diversos casos!) dos potenciais riscos de subversão do regime presentes nas iniciativas de resistência armada, bem como a progressiva deslegitimação social que ele passou a experimentar diante da generalização de suas contradições sociais, promotoras de uma profunda recessão econômica².

O alargamento mínimo de privilégios que caracterizou os processos de desenvolvimento subalterno nas sociedades nacionais periféricas tinha feito emergir, no influxo da ampliação de seus aparatos burocráticos estatais e (precários) parques industriais, um novo ator político no cenário social latino-americano, os segmentos intermediários das classes trabalhadoras. Afinal, foi em torno de sua capacidade de consumo de serviços e de bens duráveis que se possibilitou boa parte do frágil e desigual crescimento econômico experimentado no período por países como o Brasil, México, Peru, Argentina e Chile.

¹ Recordemos terem se dado nesse período os golpes militares na Bolívia, em 1971, no Uruguai e Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976.

² As circunstâncias e sentidos desse período da história nacional não são um tema específico neste trabalho, nem mesmo em suas diretas relações com as políticas de educação superior nacionais e, consequentemente, com o sindicalismo desenvolvido por seus trabalhadores. Aquilo que sobre o assunto é aqui insinuado e exposto encontra-se, por isso, orientado por implícitos posicionamentos diante dos debates constitutivos da literatura relativa ao tema. Justificativas para eles somente serão explicitadas quando o procedimento de demonstrar necessário no tratamento de questões que encontrem aqui interesse imediato. Minhas posições foram construídas em diálogo com os seguintes trabalhos: Ribeiro, 1969, p. 106. 107, 2006 [1973]; Alencar, 1969; Machado Neto, 1969; Gorender, 1978; 1990; Fernandes, 1979; 1986; 2015 [1968]; 2010 [1991]; 2010 [1986]; 2006 [1975]; Furtado, 1984; Saes, 1984; 1985; 1998; Koutzii, 1985; Moraes, 1989; Rodrigues, 1991; Coelho, 1993; 1996; Ridenti, 1995; 1997; 2003; 2004; 2005; 2007a; 2007b; Stédile, 1997; Donatoni, 1999; Martins Filho, 2002; Ianni, 2004a; 2004b; Ferreira e Reis Filho, 2007; Cunha, 2007a; 2007b; 2010; Antunes e Ridenti, 2007; Almeida Filho, 2008; Oliveira, 2011; Ferreira Jr., 2011; Ângelo, 2011; Otranto, 2000; 2013; Magalhães, 2012; Lins, Heber e Silva, 2013; Reis Filho, Ridenti e Motta, 2014; Reis Filho, 2000; 2014; Monte, 2015; e Farias, 2016.

Legalmente superado o renitente paradigma ultraconservador e arcaizante da docência catedrática brasileira, passa o professorado da Educação Superior pública no país a, majoritariamente, reconhecer-se na composição dos grupos sociais “médios”, em evidente ascensão política. Como veremos, a situação, antes de dar soluções terminantes à complexidade ideológica de sua ambiguidade política, aprofundou-lhe as manifestações. Particularmente quando à esquerda.

Para os segmentos mais empobrecidos dos setores populares das classes trabalhadoras brasileiras, carentes de acesso a direitos básicos (alimentação, moradia, saneamento etc.) desde os tempos de economia colonial extrativista-escravagista, a situação recessiva em progressivo estabelecimento naqueles anos significou uma somente pequena modificação nas já duras condições de existência. Para seus emergentes segmentos intermediários, porém, o acelerado aumento do custo de vida imposto pelo desequilíbrio inflacionário passaria ao plano do insuportável quando experimentado em convivência cotidiana com o crescimento das favelas, pobreza, miséria e violência nos centros urbanos das regiões sudestinas do país, para a população nacional migrava, concentradamente, em função da iniquidade regional de uma modernização desacompanhada de reformas socioeconômicas fundamentais.

Naquele contexto, a dedicação a esforços de organização política para enfrentamento da situação socioeconômica nacional tornou-se um movimento defensivo quase espontâneo para vários dos setores dos segmentos intermediários; especialmente para aqueles constituídos, por um lado, por frações do operariado industrial com os vínculos trabalhistas mais avançados no país (indústrias automobilísticas, metalúrgicas e petroleiras, em especial)¹ e, por outro, por frações do funcionalismo público engajadas na construção do que Ridenti (1995) nomeou como “identidades críticas em relação à ordem estabelecida” e, para tanto, posicionadas “à esquerda” (trabalhadores do sistema bancário estatal, da educação e saúde públicas, etc.).

¹ Pode parecer estranha, à luz dos precisamentos conceituais realizados no primeiro subtópico, a localização destas parcelas do operariado entre os segmentos intermediários das classes trabalhadoras nacionais. Embora esta localização enseje um debate mais longo que o possível neste momento, deve-se considerar seja a universalidade ideológica do populismo na cultura sindical brasileira, já devidamente demonstrada por Saes (1984, p. 79-150), seja o quanto, como já afirmado por Boito Jr. (1994), a “novidade” da CUT e do PT “em relação ao período anterior de paralisia do movimento e à tradição populista do movimento sindical brasileiro, fez com que militantes e estudiosos atirassem fora, como destituídas de qualquer fundamento, as análises que falavam em ‘aristocracia operária de São Bernardo’ ou em ‘sindicalismo de negócios de tipo norte-americano’”. O certo é que, continua o autor, “o operariado das grandes empresas multinacionais apresentava tendência a um egoísmo corporativo típico de aristocracia operária, devido às condições de trabalho e ao nível salarial que o diferenciava da grande massa da força de trabalho nacional”.

Foram esses os grupos sociais fundamentalmente responsáveis pelo movimento ins-
tituinte do Novo Sindicalismo, cujas lideranças viriam a exercer, nas décadas seguintes, impor-
tantes papéis nos poderes executivo e legislativo de municípios, estados e federação nacional.
Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), presidente do Brasil em dois recentes mandatos consecutivos,
apresenta-se, decerto, como caso modelar do fenômeno¹.

Rodrigues (1991, p. 14-16, 20) explica que aquelas lideranças constituíam uma
“nova geração de dirigentes sindicais”, sem “ligações com o esquema comunista-petebista
[PCB/Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)] anterior a 1964”. Na ausência de tais vínculos, con-
tou fortemente para sua formação e desenvolvimento, ainda segundo o autor, certa “‘esquerdi-
zação’ do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao mo-
delo econômico capitalista”, responsável por mediar as aproximações que uniram “militantes
católicos, sindicalistas e correntes marxistas-leninistas” na posterior fundação das duas princi-
pais organizações advindas daquele movimento neossindicalista, o Partido dos Trabalhadores
(PT)², fundado em 1980, e a CUT, fundada em 1983.

As movimentações desses segmentos intermediários das classes trabalhadoras no
país deram corpo a inúmeras mobilizações antiditatoriais visando o fim do regime autocrático
e redemocratização nacional (greves operárias, passeatas e comícios estudantis e populares con-
tra a carestia, pró-anistia, por eleições presidenciais diretas, etc.). Promovia-se, assim, uma si-
tuação política nacional propícia à reativação de históricas disputas por hegemonia entre as
frações das classes dominantes no bloco no poder³. A conjugação dessas movimentações no

¹ Operário do setor metalúrgico e dirigente sindical, presidiu o Brasil de 01 de janeiro de 2003 a 01 de janeiro de 2007 e desta data a 01 de janeiro de 2011, sendo sucedido por Dilma Vana Rousseff (Dilma Rousseff). (Disponível em: <http://www.institutolula.org>).

² Cf. Portal do PT. (Disponível em: <http://www.pt.org.br/brasil/> e <https://www.facebook.com/pt.brasil>).

³ Fundamentadas na obra de Poulantzas, Berringer e Kowalczyk (2017) dão clareza conceitual as expressões “frações das classes dominantes” e “bloco no poder”. Conforme explicam, “nas formações sociais periféricas” do capitalismo contemporâneo as “frações de classe dominantes” podem assumir “três tipos de clivagens”, decorrentes das especificidades locais do seu “processo de acumulação de capital na esfera internacional” e de seus posicionamentos na esfera “política e ideológica face ao imperialismo”. Resultantes destas, o autor “define a existência de três frações de classe [dominantes] nas formações sociais periféricas”: (1) a “burguesia compradora”, que seria “dependente dos mercados internacionais para as suas atividades (por exemplo: exportações, bancos e finanças)”; (2) a “burguesia interior”, com produção “voltada ao mercado interno”, mas igualmente “dependente do capital internacional no que tange à tecnologia e investimentos” e, por fim, (3) a “burguesia nacional”, que se apresentaria independente “do capital internacional (hoje em dia essa burguesia é quase inexistente)”. As relações dessas frações das classes dominantes com o capital internacional condicionariam diferentes formas de relações entre elas e “as classes populares” nacionais, no sentido de que, num polo, “a burguesia compradora, dada a sua dependência do mercado internacional, não tem interesse no desenvolvimento do poder aquisitivo do mercado doméstico nem no chamado ‘bem-estar social’”; noutro polo, a quase inexistente “burguesia nacional”, em sua dependência do “mercado doméstico”, tenderia a “construir alianças com as classes populares contra a burguesia compradora e contra o imperialismo”; enquanto a

contexto de arrefecimento da Ditadura Militar rearticulou a correlação das forças sociais antagônicas no país de modo suficiente a impor, para as classes dominantes hegemônicas, autorreformas viabilizadoras de sua manutenção.

A reação conservadora das frações burguesas mais diretamente comprometidas com a forma militar e autocrática de regime antecipou-se, nesse sentido, a possíveis aproximações mais consistentes entre grupos burgueses liberal-democráticos e movimentos antiditatoriais dos mais variados matizes políticos organizados em torno das insatisfações dos setores intermediários e populares, então em evidente agitação política. Em março de 1974, o Governo do General Médici seria substituído, portanto, pelo Governo do General Geisel, encarregado de promover alguma “abertura política”. Em dezembro de 1979, o bipartidarismo¹ é extinto e, apesar da manutenção da ilegalidade de partidos comunistas, proibidos desde abril de 1947, a diversidade das esquerdas nacionais ganha espaço para novas expressões organizativas.

Esse arrefecimento das dimensões mais abertamente repressivas do regime autocrático tornou possível que, apesar de vibrante em setores progressistas da sociedade brasileira, a luta pública pelo encerramento da Ditadura Militar e pela (re)abertura política do país tenha encontrado efeitos muito lentamente, somente logrando algum sucesso oficial uma década após seu início, já por volta dos anos de 1984/85.

Iniciava-se, ali, o complexo processo de reconstruções jurídico-políticas da democracia burguesa nacional até hoje conhecido como Redemocratização, em meio à qual se configurou a Assembleia Constituinte mista² responsável pelo disputado texto da “Constituição

“burguesia interna”, posicionando-se “entre essas duas”, poderia, “mesmo que inconscientemente fazer parte de frentes políticas com setores populares a fim de garantir a proteção do Estado diante do capital externo, sem que para isso seja necessário uma postura anti-imperialista”. Tendo em consideração esses três tipos básicos de frações das classes dominantes e o modo como seus interesses determinam suas disposições e comportamentos políticos, assim como suas potenciais alianças internas e externas, o conceito de “bloco no poder”, indica “a unidade contraditória entre as classes e frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma delas”. Como se vê, faz-se central a essa elaboração conceitual o pressuposto de que se apresente “cindida” a “burguesia (...) em frações de classe dada à competitividade entre os diferentes setores da economia e das esferas da produção”, fato que lhes incapacitaria “se auto-organizarem”, tornando forçoso que, como já dito, seja o “Estado quem organiza o bloco no poder, ademais de dividir as classes populares”. Em meio a essa dinâmica, as políticas estatais funcionam, portanto, como “efeitos pertinentes para a aglutinação de diferentes setores em frações de classe, tomando em conta as demandas populares com o propósito de assegurar a hegemonia”. (Cf. Farias, 2009; Amaral, 2007). Para um apanhado analítico dessas disputas no período anterior ao do Golpe de 1964, ver “O Golpe de 1954: a burguesia contra o populismo”, de Boito Jr. (1984).

¹ O Ato Institucional 2 (AI-2), de outubro de 1965, havia proibido o pluripartidarismo, estabelecendo um regime duplo de representação das forças sociais partidariamente organizadas no país. Na prática, forçava um polo aglutinador à direita, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), em pleno apoio ao regime estabelecido, e uma oposição consentida, organizada, à esquerda, em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

² Cf. Sarmento (2009): “A fórmula adotada foi objeto de fortes críticas entre os setores mais progressistas da sociedade, que preferiam a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, que não cumulassem os seus

Cidadã”, promulgada em 1988. Daquele período em diante o “protagonismo na luta contra a ditadura militar deslocou-se do sindicalismo operário, que esteve na vanguarda do enfrentamento com o regime militar entre 1979 e 1981, para o movimento pelas ‘Diretas Já’, que se apoiou fundamentalmente nas camadas médias urbanas”¹.

Para o conjunto das esquerdas nacionais, aquele período de normalização capitalista-dependente da vida social no país significou, sugere Ridenti (2007b, p. 49), o fim do “ciclo histórico que se abriu com a fundação do Partido Comunista em 1922, caracterizado pelas concepções ditas de vanguarda da classe operária”. Continua o autor: com a “derrota da luta armada, abria-se novo ciclo na história das esquerdas brasileiras, que tenderiam a apostar nas lutas das ‘bases’ por direitos sociais, a valorizar as liberdades civis e a democracia associadas à ideia de socialismo, ainda que sem consenso sobre esses conceitos”. Esse ciclo, “hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT)”, afirma Ridenti, “provavelmente se encerrou neste início de século XXI, paradoxalmente quando o PT chegou ao governo federal”.

Essa foi a ampla ambiência social na qual desembocou conclusivamente o longo e conturbado processo de profissionalização da docência na Educação Superior pública nacional. Foi, portanto, sob o influxo das amplas movimentações antiditatoriais desse período – de evidente caráter, conforme sublinha Saes (1984, p. 203-207, 226), liberal-democrático (anistia, eleições presidenciais diretas, superação da carestia, direitos humanos², etc.) – que uma específica parcela desse professorado, cujas características trataremos a seguir, organizou o já referido Movimento das Comissões Pró-ADs.

Imediatamente responsável pela dimensão nacionalizada que hoje apresenta o sindicalismo docente na Educação Superior pública do país, esse ator social vinha desenvolvendo-

trabalhos àqueles da legislatura ordinária, e que se dissolvesse assim que concluída a sua obra. Contestava-se, ademais, a presença, na Assembleia Constituinte, dos senadores biônicos, eleitos indiretamente em 1982, cujos mandatos expirar-se-iam apenas em 1990. A nomeação da Comissão de ‘notáveis’ presidida por Afonso Arinos também foi objeto de críticas de setores à esquerda, que não aceitavam o protagonismo do Presidente da República na definição da agenda da Constituinte. O modelo adotado parece ter resultado de um compromisso com as forças do regime autoritário, travado ainda antes do óbito de Tancredo Neves, pois estas temiam que uma Assembleia Constituinte exclusiva pudesse resvalar para o ‘radicalismo’, ou até para o ‘revanchismo’ contra os militares – leia-se, a sua responsabilização pelas violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura, como já estava então ocorrendo na Argentina”.

¹ Cf. Construir o Sindicato Livre. (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B62LOXoBcuhTSkhaLUFwTWVNWEU/view>). Cf. Blog Liberdade Sindical. (Disponível em: <http://www.liberdadesindical.com.br>).

² “Nesta época, não se podia falar em direitos humanos. A tão esperada abertura democrática não se avizinhava por parte dos dirigentes militares. Era necessário, pois, intensificar a luta popular para se conseguir respeito e dignidade. A organização sindical cresce sobremaneira não somente junto aos trabalhadores metalúrgicos, mas, também, junto aos professores do 3º grau” (DONATONI, 1999, p. 77).

se, como vimos, muito lenta e timidamente desde os últimos anos da década de 1950. Embora em atuação fundamentalmente no restrito universo social da universidade pública nacional, o movimento, em função da atipicidade de seus membros no contexto do professorado em questão, sofreu grande influência político-ideológica e instituinte da “nova esquerda” em emergência ao final da Ditadura Militar, crescendo no influxo de seus desenvolvimentos organizacionais.

Deixam ver o fato seja a contemporaneidade das fundações do PT (1980), Andes (1981) e CUT (1983), sejam as relações de vinculação, formal e informal, mantidas entre seus grupos dirigentes. Donatoni (1999, p. 158) ressaltou, nesse sentido, a presença de “pessoas ilustres” em eventos da Andes, destacando, dentre elas, o “sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva”, o “professor Ernest Hamburguer, pela SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência]¹”, o “advogado Carlos Cruz, pela OAB [Ordem dos Advogados do Brasil]”, o “professor Guilherme Tell R. F. Gomes, presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais”, e “Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros, pelo Movimento Sindical de Campinas, São Paulo”.

Corroborando essa linha de informações, o professor Osvaldo de Oliveira Maciel² (1991), primeiro presidente da Andes (diretoria 1981-1982), afirma, em texto dedicado à memória das “raízes políticas” do sindicalismo em estudo, ter se dado o “crescimento do movimento docente, par e passo com o crescimento da luta de resistência democrática contra o autoritarismo”. O fato explicaria, segundo seu primeiro presidente, que a Andes tenha se posto, a partir de seu congresso fundacional, ocorrido em fevereiro de 1981, “na linha de frente da luta geral por democracia”.

Fazendo ver a centralidade daquelas circunstanciadas pautas antiditatoriais na precipitação de adesões ao projeto de um sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira via Movimento das Comissões Pró-ADs, o professor Agamenon Tavares de Almeida³, primeiro presidente da Adufc (1980-1982) e primeiro vice-presidente da Andes, afirmou o seguinte em entrevista concedida⁴ à presente pesquisa:

¹ Cf. Portal SBPC. (Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/>).

² Universidade Federal de Santa Catarina.

³ Deste ponto em diante o professor será nomeado como Agamenon Tavares, conforme uso disseminado no campo.

⁴ Entrevista concedida no dia 24 de outubro de 2016.

A grande bandeira era a democratização do país. Segundo a democratização da universidade, a liberdade acadêmica, a liberdade de organização sindical, enfim, todos esses elementos vão ser, digamos assim, a pauta política da nova entidade, que vai puxar o movimento. Agora, é nesse momento que começam a surgir os conflitos internos (...): “nós, como professores universitários, nós não podemos fazer greve, nós temos que lutar de outra forma”. Mas, no fundo, o que era: “nós não somos trabalhadores”. Olha, tinha professor que quando se fazia uma assembleia geral e você via começar a chegar representantes de sindicatos de trabalhadores, que vinham me dizer: “mas, Agamenon, que diabo é isso, de trazer esses caras pra cá? Que é que eles têm a ver com a universidade? A greve é nossa! É em defesa da universidade!” Quer dizer, aquele ranço, que, no fundo, era: “nós não somos trabalhadores, nós somos seres especiais”. Tinha professor que chegava e dizia: “Como é que, ganhando o que eu ganho, eu vou brigar pra ter aumento salarial quando o salário mínimo está lá embaixo?” (...). Mas os espaços da SBPC foram os espaços onde se começa a discutir a questão social no Brasil. Com uma certa barreira dos cientistas: “você estão transformando isso aqui numa discussão política! Nós somos cientistas!”. Uma visão da ciência pura, tudo aquilo... então quando se sai com a proposta da greve, foi visto como um sacrilégio! (...) Depois passaram pra queimação, que é o seguinte: “Quem é sindicalista é o pessoal do baixo clero. É o pessoal que não pesquisa, que não faz ‘isso e não faz aquilo’, não dá aula”. Essa é uma imagem que continua e é alimentada pelo sistema, que faz isso com várias ferramentas.

1.3. O Movimento das Comissões Pró-ADs, seus dirigentes e natureza de classe

i. Os encontros paralelos nas Reuniões Anuais da SBPC

Desde que o AI-5 e seus desdobramentos na legislação da Educação Superior nacional tinham, na prática, legalizado a censura, tortura, expulsões e demissões sumárias nas universidades do país, as reuniões anuais da SBPC haviam se tornado um dos poucos espaços nos quais, conforme afirmam diferentes testemunhos¹, docentes e discentes podiam gozar de um mínimo de liberdade e segurança na realização de debates acadêmicos e, mesmo, de conversas informais sobre as condições de vida no país.

O progressivo arrefecimento experimentado pelo regime autocrático a partir de 1974 foi tornando possível, entretanto, que abordagens cada vez mais explícitas dessas questões nacionais fossem realizadas naquelas reuniões anuais. Criava-se, assim, um cenário propício à organização de encontros paralelos às programações oficiais da SBPC e foram alguns desses serviram como “embrião de organização do movimento docente” (ADUFC, 2005, p. 03, 06, 07).

¹ Além dos depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas neste estudo, cf. Maciel, 1991; 1995; Ridenti, 1995; Otranto, 2000; Bauer, Paulista e Diniz, 2013, p. 50; Almeida, 2015; SBPC, 2018, p. 42. Cf. Andes-SN. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>); Histórico. (Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historicoadusp>).

Não se tratou de um mero acaso, portanto, que a criação da Adufc, datada de 20 de abril de 1980, tenha se feito menos de um ano após a cidade de Fortaleza, capital do CE, ter sediado, entre os dias 11 e 18 de julho de 1979, a 31ª edição da Reunião Anual da SBPC (SBPC, 2018, p. 43).

Colhidos ao longo desta pesquisa, depoimentos de professores e professoras que viveram, a partir da realidade cearense, aquele momento da universidade brasileira, são esclarecedores de alguns dos significados assumidos pelas reuniões da SBPC para os universitários e sua organização político-associativa:

(...) no início do Golpe, a gente não teve muita repressão, foi mais leve. Só na segunda fase, a partir de 68, é que o negócio piora. Aí, por exemplo, eles fizeram alguns inquéritos internos [referia-se à UFC], onde valia aquele esquema: você pode denunciar anonimamente (...). Mas como tinha a pressão muito grande em torno dos recursos, que a universidade não tinha recurso pra nada, se começa a fazer essa discussão. E como é que essa discussão vai ser levada? Vai ser levada através da SBPC, que, de certa maneira, se abriu um pouco e passou a ser um espaço de discussão democrática. Aí se enchiam os encontros. (...) Começam a surgir alguns poucos professores, principalmente entre o pessoal de formação de esquerda, que começam a tentar trazer a discussão da questão democrática, da universidade, dos problemas da universidade. (...) se passou a usar a SBPC como um ponto de encontro. E é aí de onde vem a estruturação do movimento docente. (...) se começa a levantar a ideia de criar as associações docentes, as ADs. Aí começa a pintar: vai Rio de Janeiro, vai São Paulo – a ADUSP foi uma das primeiras mais organizadas e jogou um papel muito importante –, Paraná, Rio Grande do Norte – aqui no Nordeste –, Pernambuco. Eu sei que vai devagarinho.

Professor Agamenon Almeida¹

A SBPC também cumpria um papel fundamental, de se contrapor àquilo [referia-se à Ditadura Militar]. Mesmo correndo riscos de perseguição, das próprias demissões que eram feitas aos professores e aos cientistas.

Professora Ângela de Alencar Araripe Pinheiro²

Essa entidade [referia-se à SBPC], na ausência de voz... era uma ausência muito grande de vozes! Não tinha vocalização partidária, não tinha vocalização noutros planos, era uma ditadura! Então a SBPC torna-se o estuário para onde vão os da Ciência progressista (...) torna-se o momento em que grandes intelectuais estão ali se confraternizando com os jovens estudantes. É um momento em que os lugares vão se constituindo como lugares da existência. Em 79, na [reunião anual da] SBPC [que aconteceu em Fortaleza, CE] – eu nunca esqueço! –, eu fui monitora, como estudante... puxa, aquilo foi... você vê a bibliografia andando pelo campus. (...) E foi um momento que ainda guarda um quantum das tradições dos anos 60, dessa viragem dos 50 pra os 60. E muita coisa só vai se modificar com a própria modificação da universidade, depois.

¹ Entrevista concedida no dia 24 de outubro de 2016. No Adufc-Sindicato, foi presidente da primeira diretoria, 1980-1982; presidente, 1984-1986; vice-presidente, 1997-1999. No Andes-SN, assumiu, dentre outros cargos, a vice-presidência da primeira diretoria nacional, 1981-1982.

² Entrevista concedida no dia 18 de outubro de 2016. Foi vice-presidente da Adufc, 1995-1997. É uma das lideranças do Coletivo Graúna. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Ângela Pinheiro, conforme uso disseminado no campo.

Professora Adelaide Maria Gonçalves Pereira¹

Em perspectiva nacional, a 30ª edição das reuniões anuais da SBPC, ocorrida em 1978 na USP², tornou-se um marco histórico para o sindicalismo em estudo. Fruto de tentativas prévias, as articulações do Movimento das Comissões Pró-ADs conseguiram realizar naquele ano um encontro (paralelo à programação oficial) com a dimensão desde sempre desejada: alcançavam quase todas as regiões do país as 17 representações docentes que, formalmente instituídas ou não, atenderam ao convite feito pela diretoria da Adusp através de um cartaz deixado na secretaria do evento.

Apesar da considerável representatividade regional, tratou-se aquele primeiro encontro nacionalizado do então emergente sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira de um conchavo que, como se vê, teve dimensões modestas e natureza, em grande medida, informal. Em todo caso, conforme vimos no primeiro tópico deste capítulo, nos três anos que se seguiram àquela reunião inaugural do movimento, o mesmo lograria um sucesso organizativo que, dadas as condições históricas das iniciativas associativo-sindicais desse professorado – objeto do segundo tópico do capítulo – apresenta-se numericamente espantoso, uma vez que capaz de dar fundação à maioria dos sindicatos desse professorado hoje existentes no país, bem como de sua primeira entidade associativo-sindical de alcance nacional, a Andes.

Embora não tenhamos ainda em relação ao país, como temos em relação à Região Nordeste (cf. Gráfico 1 e Tabela 2), informações objetivas acerca do exato número de organizações nacionalmente criadas no período, o contraste entre o modesto encontro em 1978 e o número de organizações e pessoas presentes no congresso fundacional da Andes cerca de três anos depois, em 1981, é capaz de nos dar alguma noção a esse respeito: em número consideravelmente maior que o das 17 representações, formais e informais, que fizeram o primeiro conchavo nacionalizado do Movimento das Comissões Pró-ADs, participaram daquele congresso aproximadamente 70 associações docentes e 287 delegados de todas as regiões do país³.

¹ Entrevista concedida no dia 11 de novembro de 2016. Foi presidente da Adufc, 1991-1993. É uma das lideranças do Coletivo Graúna. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Adelaide Gonçalves, conforme uso disseminado no campo.

² Realizada entre os dias 9 e 15 de julho, teve como tema Dilemas da Produção Científica no Brasil.

³ Em suas memórias, Maciel (1991), que assumiu a presidência provisória e primeira diretoria da Andes, fala em “mais de trezentos”. Em sua pesquisa, Donatoni (1999, p. 156, 157, 158) afirma terem participado do congresso “67 ADs, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados e uma Comissão Pró-AD”. A criação da Andes teria sido decidida por “duzentos e vinte e um votos a favor, seis contra e nenhuma abstenção”.

Boa parte desse sucesso deve ser creditado, sem dúvida, à intensa atividade daquele movimento instituinte durante os três anos decorridos entre um e outro acontecimento. Neles, realizaram-se o I Encontro Nacional de ADs (Enad), de 15 a 18 de fevereiro de 1979, em São Paulo/SP; uma Reunião Extraordinária das ADs, de 06 a 09 de setembro de 1979, em Salvador/BA, onde é criada a Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior; um II Enad entre 25 e 29 de fevereiro de 1980, em João Pessoa/PB; um Encontro Extraordinário de ADs, de 05 a 07 de julho de 1980, no Rio de Janeiro/RJ; um III Enad, de 15 a 17 de fevereiro de 1981, em Campinas/SP, e, imediatamente após, entre os dias 18 a 20, o I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, no qual é criada, em seu segundo dia, a Andes¹.

Na Região Nordeste do país, além dos eventos que vimos terem sido realizados pelo movimento nacional em Salvador e João Pessoa naquele período, docentes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)² e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)³ organizaram, nos dias 15 e 16 de novembro de 1979, um encontro dedicado à regionalização dos processos instituintes então em desenvolvimento nas universidades do país. Realizado em Recife/PE, o encontro contou com a participação de representações docentes advindas, além da UFPE e UFRN, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)⁴, da Universidade Federal do Maranhão (Ufma)⁵, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁶, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)⁷ – à época ainda um campus da UFPB –, assim como daquela que era, então, a única universidade federal existente no estado aqui diretamente pesquisado, a UFC.

¹ Cf. Ridenti, 1995; Donatoni, 1999, p. 81, 82, 142, 149-151; Cf. Arquivo Adufc (Pasta 1.1.10. Mobilizações/Greves. Movimento Docente. 1982-1984, 1986(?), 1988/89(?), 1990, 1993/94(?), 1995. Comissão Nacional de Mobilização-Relatórios. 1996-2001).

² Fundada em 11 de agosto de 1946, tem sede e *campi* na cidade de Recife, capital estadual, e em Vitória de Santo Antão e Caruaru. (Disponível em: <https://www.ufpe.br/ufpenova/>).

³ Fundada em 25 de junho de 1958, tem sede e *campi* na cidade de Natal, capital estadual, e unidades acadêmicas em Macaíba, Santa Cruz, Caicó e Currais Novos. (Disponível em: <https://sistemas.ufrn.br/portal/PT/>).

⁴ Fundada em 24 de julho de 1947, apresenta política de abrangência territorial estadual, tendo sede e *campi* na cidade de Recife, bem como unidades acadêmicas em Garanhuns, Serra Talhada e Cabo de Santo Agostinho. (Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br>).

⁵ Fundada em 21 de outubro de 1966, tem sede e campus na cidade de São Luiz, capital do estado, além de *campi* em Bacabal, Codó, Pinheiro, São Bernardo, Chapadinha, Grajaú, Imperatriz e Balsas. (Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/index.xhtml>).

⁶ Fundada em 02 de dezembro de 1955, tem sede e *campi* na cidade de João Pessoa, capital estadual, assim como em Areia, Rio Tinto e Mamanguape, e Bananeiras. (Disponível em: <http://www.ufpb.br/>).

⁷ Fundada em 09 de abril de 2002, tem sede e *campi* na cidade de Campina Grande, assim como em Cajazeiras, Cuité, Pombal, Patos, Sousa e Sumé. (Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/>).

ii. A pesquisa científica dos sindicalismos e a necessária atenção a suas raízes sociais

Diante do conjunto de informações a que já fomos apresentados até este ponto do trabalho, não passaria de truísmo, contudo, limitar a compreensão do sucesso organizativo desse movimento ao engajamento militante de seus dirigentes. Há de se buscar outras dimensões compreensivas para o fenômeno do estabelecimento e vertiginoso crescimento organizacional desse sindicalismo naquele período.

Afinal, o que poderia explicar que tenha sido justamente naquele período histórico que um movimento com tais características tenha podido emergir no âmbito desse específico professorado, tendo em conta que movimentos e organizações associativo-sindicais nacionalizadas dos docentes da Educação Básica, pública e privada, e da Educação Superior privada o precedem, como vimos, em décadas? A ação de pressões contextuais advindas das transformações gerais no país no período (encerramento progressivo da Ditadura Militar, Redemocratização, etc.) seriam suficientes para uma compreensão objetiva dessa emergência? Que características gerais dos membros desse movimento os distinguiriam suficientemente de um perfil típico desse professorado a ponto de contribuir na constituição de seu atípico comportamento associativo-sindical e político-partidário? Que características seriam estas? Como se poderia entender a possibilidade de sua emergência e estabelecimento históricos?

Ao propor estas anteriores questões, encontro-me sob inspiração teórico-metodológica de Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 17, 18, 61, 64, 108), autoras que, em coerência à tradição de estudos marxistas aqui assumida, propõem como princípio investigativo necessário ao estudo científico de “sindicatos e centrais” a atenção a “suas raízes sociais”.

Tal atenção redundaria, continuam as autoras (*idem*), na perscrutação da “natureza de classe predominante” nessas organizações, procedimento cuja importância analítica residiria no fato de ser possível reconhecer “uma ressonância entre base e cúpula nas correntes sindicalmente mais ativas” dessas entidades, mesmo quando não sejam elas as “numericamente mais representativas em termos do volume de sindicatos e de trabalhadores filiados”. Essa ressonância poderia ser identificada, por exemplo, no “posicionamento [das organizações sindicais] diante dos governos e do patronato”. De modo que, em síntese, “para compreendermos o perfil político-ideológico, as orientações e as posições assumidas pelas entidades (...), suas alianças e conflitos, faz-se necessário analisar suas bases sociais”.

Importa, pois, que aqui nos perguntemos, no mínimo, sobre quem foram os professores e professoras que, nesse sentido, participaram e dirigiram o Movimento das Comissões Pró-ADs. Seriam representantes típicos do conjunto dos membros do professorado da Educação Superior pública no país?

iii. Do movimento estudantil ao movimento docente

Presente à Reunião inaugural do Movimento das Comissões Pró-ADs em 1978 e ativo participante em todo o processo de articulações nacionais que visavam a fundação da Andes, da qual foi o primeiro presidente, Maciel deixa claro ter sido o “movimento docente” dirigido, em seus primórdios, por membros do agrupamento profissional com uma atípica característica em comum: tratavam-se, majoritariamente, de jovens recém-chegados à (também recente) carreira docente no Ensino Superior público federal.

Ainda segundo Maciel, esses jovens docentes ingressavam nessa carreira trazendo

(...) na bagagem o patrimônio político forjado nas lutas do movimento estudantil (ME), o qual, tradicionalmente, constitui escola formadora e origem de quadros dirigentes para as mais diversas atividades sociais. Esse era o nosso caso, Valmir Martins e eu (...). (MACIEL, 1991, p. 68)

Em mesma direção, Ridenti (1995) afirma, em artigo acerca da Andes:

(...) o Movimento Docente por vezes é composto de ex-militantes do Movimento Estudantil (os primeiros dirigentes da Andes – quase todos vinculados ao Movimento Estudantil nos anos 60 e 70 – costumavam dizer que a associação era “a pós-graduação da UNE [União Nacional dos Estudantes]¹”) (...).

Confirmando essa linha de informações, Navarro (1999, p. 65-69) afirma, fundamentando-se em “depoimentos colhidos abarcando dirigentes oriundos de três gerações do movimento estudantil – anos 60, 70 e 80”, que “as motivações mais fortes para a criação da Andes” encontraram-se, “efetivamente”, no “perfil ideológico (militante) da maioria dos que [a] organizaram e dirigiram”, isto é, em seu “passado de militância estudantil” e “luta pela democratização da universidade e da sociedade, que se interconecta quase sempre à busca de construção de alternativas sociais transformadoras”. Caracterizaria o “movimento docente”, portanto, a “marca de continuidade das lutas do movimento estudantil”.

¹ Cf. Portal da UNE. (Disponível em: <http://www.une.org.br/>).

Também Donatoni (1999, p. 79, 80, grifo meu) dá reforço a essa linha de informações, baseando-se em “entrevistas com várias lideranças da época”:

(...) parte desses professores universitários militavam no MDB [Movimento Democrático do Brasil]¹, PCB, PC do B [Partido Comunista do Brasil]², dentre outros, alguns vindos da AP [Ação Popular] e de outras organizações de esquerda que existiam no início do regime militar. Esses professores, segundo as mesmas entrevistas, encontravam-se em Reuniões da SBPC (...). Entendiam também que era necessário, num primeiro momento, aglutinar as ADs mobilizando seus professores com o intuito de despertar a atenção de outros docentes para a necessidade de se criarem novas ADs em outras universidades (...). Novas organizações, desta feita dos professores do ensino superior, começam a dar os seus primeiros passos, rumo à construção de sua Associação Nacional. A militância político-partidária de alguns professores fora da docência facilitou o trabalho destes, junto a outros professores que se interessavam em criar a Andes. Era a educação partidária presente na prática docente, pois, nesse período, alguns professores se identificavam com o sindicalismo proposto pelos operários do ABC Paulista.

Em trabalhos mais recentes, outros autores afirmam, nesse mesmo sentido, a manutenção de estreitos vínculos, até o presente, entre movimento estudantil e sindicalismo docente na Educação Superior pública do país:

A renovação no movimento sindical [docente na Educação Superior pública] tem acontecido, principalmente a partir dos últimos movimentos grevistas e nos encontros e congressos, com a incorporação de um grupo que não é grande, mas significativo de professores jovens e que tiveram passagem pelo movimento estudantil, isto é, há uma certa continuidade (...). (VERGARA, 2003, p. 117)

Cabe aqui ressaltar que diversas lideranças do movimento sindical destas universidades [refere-se às públicas no Estado de São Paulo], tiveram a experiência de uma militância anterior em movimentos revolucionários do período da ditadura militar, ou movimentos estudantil e sindical, fazendo jus ao importante papel confrontacionista desempenhado por estas entidades ao longo dos anos (...), observamos que a totalidade dos entrevistados, vem atuando em movimentos sociais desde longa data, apresentando um acentuado nível de politização e um longo período de militância nas entidades sindicais. A maioria dos entrevistados teve uma militância anterior no movimento estudantil. (GRANZOTTO, 2010, p. 234, 235, 349)

Nas entrevistas realizadas ao longo desta pesquisa, verifiquei ter sido também esse o perfil geral dos docentes que se comprometeram com as movimentações que deram fundação à Adufc. Constatei, ainda, terem também se mantido estreitas no CE – pelo menos até o período de realização desta pesquisa – as relações entre movimentos estudantil e docente, havendo evidente continuidade de lideranças que, advindas do primeiro, passam ao segundo mantendo-se em mesma posição:

¹ Cf. Portal do MDB. (Disponível em: <https://www.mdb.org.br/>).

² Cf. Portal do PC do B. (Disponível em: <http://pcdob.org.br> e <https://www.facebook.com/PC-do-B-139725866379599/>).

Acho que, como boa parte dos colegas que você entrevistou aqui [no CE], meu percurso vem também do Movimento Estudantil (ME). Eram os anos 80, criamos o Centro Acadêmico... aqui da UFC, das Ciências Sociais. E a partir do ME você vai assumindo certos compromissos, e até também se projeta dentro da universidade, como profissão mesmo, apesar de todas essas adversidades. Eu entrei na universidade [como professor] já na segunda metade dos anos 90. (...) Como estudante eu peguei a partir de 80... a reconstrução dessas entidades ao final da Ditadura Militar. (...) Acho que como a maioria dos professores que termina fazendo movimento docente, começo no movimento estudantil, responsável pela formação de quadros partidários, de lideranças. Até hoje, apesar de tantos anos da Redemocratização, muita gente ainda vem do movimento estudantil.

Professor José Estevão Machado Arcanjo¹

Já no final dos anos 50 e início dos anos 60 há uma movimentação dos alunos [das universidades]; dos professores não, dos estudantes! A partir da UNE (...) à medida que a gente vai se envolvendo, a gente entra no movimento estudantil. E é onde entra a questão político-ideológica (...). Era 61, vamos lembrar, estava em ebulição toda a discussão da questão cubana, da esquerda mais convencional, marxista; você tinha o PCB, que em 62 tem um racha, no qual sai o grupo do PC do B, que vai caminhar pra aquela divisão entra a linha russa e a linha chinesa (...) tinha sido criado um movimento dentro da Igreja chamado Ação Católica, que era de grupos organizados por faixa etária e função. Assim: juventude e pessoal adulto, aí você tinha Ação Católica Operária, Agrária... era a, e, i, o, u: agrária, estudantil, independente (...), a operária e a universitária. A universitária, ela cresce mais rapidamente, copia a estrutura do Partidão [referia-se ao PCB], com células (...). E isso tinha uma estrutura nacional: tinha equipe nacional, equipes regionais e as equipes estaduais, locais (...). Era o Partidão puxando você de um lado, a JUC [Juventude Universitária Católica] de outro, um grupo de outras pessoas que também tinham um pensamento de esquerda, mas que eram independentes e não formavam grupos a não ser com outros de pensamento trotskista... (...) Vem o Golpe [de 1964], esfacela a UNE, mas dentro da universidade, a partir desse momento, se começa a discutir também a questão da democracia. O esquema montado pelo regime militar sobre a universidade é de extrema repressão (...) [a] Assessoria de Segurança da Informação, ligada ao SNI [Serviço Nacional de Informações], queria saber se você foi do movimento estudantil... aí você se inscrevia, fazia o concurso [para professor], mas pra você ser contratado você tinha que ver se o SNI ia deixar você entrar ou não (...). Aqui [referia-se à UFC], muitos de nós tínhamos sido da JUC e agora éramos professores. Aí começamos também a nos organizar. E tinham professores que já eram ligados ao PCB (...). É daí que vai nascer uma força da esquerda, que é a AP, a Ação Popular. Primeiro cristã, a AP depois se desvincula, do ponto de vista político-ideológico e de bases filosóficas [da Igreja], e se torna APML, [Ação Popular] Marxista-Leninista, que era um grupo de esquerda que não estava ligado ao Partidão nem ao PC do B (...). E é aí de onde vem a estruturação do movimento docente.

Professor Agamenon Almeida²

Eu era oriunda do movimento da Igreja Católica progressista, da Teologia da Libertação, da Ação Católica. Depois eu fui pra Ação Popular, que já era uma organização, não era só um movimento. Eu fui de JEC [Juventude Estudantil Católica], não fui de JUC. Quando eu entrei na universidade eu já fui pra AP e a AP já não era mais JUC (...). Por conta do AI-5 a gente teve que ir pra clandestinidade, tivemos casa invadida e tudo isso... eu e meu marido, que já éramos casados, eu no segundo ano e ele no

¹ Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2016. No Adufc-Sindicato, foi 2º suplente, 2003-2005; vice-presidente, 2005-2007; presidente, 2007-2009; e diretor de relações intersindicais, 2009-2011. Deste ponto em diante o professor será nomeado como Estevão Arcanjo, conforme uso disseminado no campo.

² Entrevista concedida em 24 de outubro de 2016.

terceiro [do curso universitário] (...). Naquela época, a Ação Popular tinha uma política de integração dos quadros advindos do movimento estudantil tanto no movimento operário como no movimento camponês (...). Só conseguimos voltar pra universidade [após prisões e exílios políticos no interior do país] graças à interferência da Igreja (...). Ainda continuava a Ditadura (...) vários professores nos apoiavam. Alguns pensavam como a gente, outros não, mas nos apoiavam (...).

Professora Helena Serra Azul Monteiro¹

O movimento estudantil foi uma coisa determinante na vida de cada um de nós (...). Era uma mobilização muito grande. E isso é uma coisa que mexe mesmo com a pessoa. Aquelas passeatas... e [coquetel] molotov no meio da rua, a polícia correndo atrás, estourando bomba... essas coisas todas a gente viveu, eu acho que foram importantes na formação de cada um.

Professora Maria Neile Torres de Araújo²

Quando eu entrei na universidade, em 74, 73, (...) tudo era proibido. Não podia ter DCE [Diretório Central dos Estudantes], não podia ter CA [Centro Acadêmico], não podia ter Reunião! (...) a gente tinha muito medo (...) a gente tinha muitas dificuldades, então eu comecei a organizar um grupo pra reivindicar coisas puramente acadêmicas... mesmo assim, era Ditadura e fomos bem malvistas. Mas era a história familiar! Meu pai foi de sindicato ligado ao Partidão. Eu comecei no PC do B, como todo ser humano normal dentro da universidade (...). A gente tudo jovem, querendo fazer a Revolução (...). Logo depois, em 78, a gente estava reestruturando o DCE. Aí em 79 eu termino e já sou professor aqui [referia-se à UFC]. Inclusive eu passei seis meses pra receber dinheiro, porque se identificou que meu pai tinha sido processado e na época era esse besteiro (...). E começamos a organizar o movimento docente. E isso no Brasil inteiro. (...) Então nós fizemos a associação [referia-se, simultaneamente, à Adufc e à Andes] (...). A gente não sabia como organizar ainda, se como federação... a gente não tinha experiência política sindical. Havia uma participação política muito boa, mas sindical não.

Professor Ricardo Silva Thé Pontes³

A UNE foi pra clandestinidade. Eu peguei isso como aluna – entrei na universidade em 1974 – e ainda peguei como professora (...) eu sou militante de esquerda há muito tempo. Eu tenho uma história familiar, de meu pai e tal, e sou interessada – não sou expert nas ideias de esquerda – mas tenho alguma formação nisso.

Professora Ângela Pinheiro⁴

A gente [referia-se ao então marido, que foi também professor da UFC e membro de diretorias da Adufc] militava [desde estudantes] numa organização antes do PT, que eram organizações clandestinas. Faziam[os] o jornal O Companheiro. Era uma célula de esquerda onde a gente tinha uma militância bastante pesada. Depois, quando foi

¹ Entrevista concedida no dia 25 de outubro de 2016. No Adufc-Sindicato foi 1ª tesoureira, 1995-1997; 2ª tesoureira, 1997-1999; presidenta, 1999-2001; vice-presidenta, 2003-2005; presidenta, 2005-2007, e vice-presidenta, 2017-2019. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Helena Serra Azul, conforme uso disseminado no campo.

² Entrevista concedida no dia 30 de março de 2017. No Adufc-Sindicato foi 1ª tesoureira, 2007-2009; presidenta, 2009-2011, e vice-presidenta, 2015-2017. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Neile Araújo, conforme uso disseminado no campo.

³ Entrevista concedida no dia 22 de novembro de 2016. No Adufc-Sindicato, foi 1º tesoureiro, 1984-1986; 1º tesoureiro, 1989-1991; vice-presidente, 1991-1993; vice-presidente, 2009-2011, e, novamente, vice-presidente, 2011-2013. Deste ponto em diante o professor será nomeado como Ricardo Thé, conforme uso disseminado no campo.

⁴ Entrevista concedida em 18 de outubro de 2016.

criado o Partido dos Trabalhadores, já em 79/80, aí essa célula se desfez e entramos no PT. Entramos de corpo e alma no PT nessa época. Então eu antes de entrar no movimento sindical, que é isso que pode lhe interessar, eu fazia movimento partidário, eu fazia política partidária.

Professora Mirtes Mirian Amorim Maciel¹

Eu tive militância estudantil (...) e eu continuei militando, participando, ajudei a construir o Centro Acadêmico, fui a primeira presidente e quando entrei na universidade como professora, para mim, estar nos momentos de defesa da educação pública, da formação, dos direitos dos trabalhadores... eu que vim de uma classe social vinculada ao trabalho (...) isso tudo era muito vinculado a minha história (...). Eu tenho uma história de Comunidades Eclesiais de Base. Na minha cidade (...) os partidos não tinham essa capilaridade.

Professora Maria do Céu de Lima²

Eu entrei aqui na universidade com 16 anos de idade, me formei com 20 (...). Entrei na UFC [como professora] em agosto de 94. Eu fiz graduação de 83 a 87, fui presidente do Centro Acadêmico e depois eu fui vice-presidente do DCE. Naquela época eu tinha uma vinculação com um grupo chamado CGB, Coletivo Gregório Bezerra. O CGB foi um grupo remanescente do prestismo [referia-se ao líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes]. Eram prestistas que não estavam mais no PCB e que resolveram criar esse grupo, que depois evoluiu pro PLP, que é o Partido da Libertação Proletária, que depois se juntou com a Convergência Socialista e criou o que hoje é o PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado]³. Então eu sou dessa linhagem aí, do PSTU (...). Convergência rompeu com o PT, se juntou com CGB e criaram o PLP e depois criaram o PSTU (...) meu marido militava no CGB, e a gente fazia parte de um grupo chamado Juventude Avançando, que era o grupo que era a face, na militância do movimento estudantil, do CGB. Era uma organização clandestina. A gente tinha uma organização de base, com atuação, por exemplo, nas fábricas, grupos de estudo do marxismo nas fábricas, trabalhos em algumas comunidades também, sempre com trabalhadores. Era um período em plena Ditadura Militar. Minha época de movimento estudantil foi um período de muita repressão (...) me abriu muito os horizontes, as perspectivas, minha compreensão de mundo, do engajamento político. E desde aquela época a gente já tinha uma convivência, porque eu era do movimento estudantil, com quem era do movimento docente. Então quando eu entrei na universidade, eu já conhecia muitas daquelas pessoas, que, conhecendo meu passado recente, me convidaram pra fazer parte da diretoria da Adufc. E acabei sendo de uma das diretorias assim que eu entrei (...). Eu participei ativamente do movimento estudantil durante os quatro anos em que estive aqui [como estudante] e participei, desde o início, do movimento docente, que foi pra mim uma grande escola.

Professora Tânia Maria Batista de Lima⁴

¹ Entrevista concedida no dia 05 de outubro de 2016. No Adufc-Sindicato foi vice-presidenta, 1999-2001; diretora de relações intersindicais, 2001-2003; presidenta, 2003-2005; vice-presidenta, 2007-2009, e diretora do setor de aposentados, 2011-2013 e 2017-2019. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Mirtes Amorim, conforme uso disseminado no campo.

² Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016. Não assumiu cargos no Adufc-Sindicato. No Andes-SN, foi diretora regional NE, 2003-2005 e 2006-2008. É uma das lideranças do Coletivo Graúna. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Do Céu, conforme uso disseminado no campo.

³ Criado em 1994. Cf. Portal do PSTU. (Disponível em: <https://www.pstu.org.br> e <https://www.facebook.com/pstu16/>).

⁴ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016. No Adufc-Sindicato, foi diretora de relações intersindicais, 1995-1997. No Andes-SN, diretora regional NE, 2006-2008. É uma das lideranças do Coletivo Graúna. Deste ponto em diante a professora será nomeada como Tânia Batista, conforme uso disseminado no campo.

Quando eu entrei [no movimento estudantil] na faculdade, uma coisa que meu pai me dizia: “Se você agora está no movimento político, sua responsabilidade é dobrada! Você vai ter que ser um bom profissional, um bom economista e um bom militante, só uma coisa não vai, só uma coisa deslegítima a outra”. Aí eu sempre tive essa preocupação. Meu pai é economista, foi professor (...) do mesmo departamento que eu, e é filho de um comunista histórico, do PCB (...). Ele [referia-se ao avô paterno] atuou na fundação de vários sindicatos rurais no Ceará, na Região do Sertão Central (...). Quando teve a Ditadura [Militar de 1964], ele teve que vir pra Fortaleza, aí ele ajudou no movimento de bairros e favelas (...) eu achava que tinha que, primeiro, me estruturar academicamente pra depois começar a militância. Por isso eu achava que enquanto estivesse no estágio probatório, devia desenvolver minhas pesquisas, organizar um trabalho de extensão e quando estivesse mais bem calçado academicamente assumir mais meu lugar político no movimento sindical. Mas que nada! A realidade se mostrou maior (...) eu tinha alguma experiência, era economista e fazia uma leitura econômica da realidade, já tinha sido do DCE, tinha atuado no MST [Movimento dos Trabalhadores sem Terra¹] em Santa Catarina, participando de uma brigada urbana quando eu militei na Consulta Popular² (...). Eu tinha alguma experiência, era uma figura nova (...), o que pra quem estava querendo renovar era interessante. E tinha outra coisa, eu me dispus a ser [candidato a] presidente [da Adufc]. Eu não queria (...) Mas no processo, as pessoas foram dizendo “não!”, “não!”, “eu não vou!”, “não, eu não vou!” e ninguém se dispôs e, no final das contas (...) meu nome foi o que começou a figurar (...).

Professor André Vasconcelos Ferreira³

Como se vê, um duplo perfil caracterizou os membros do Movimento das Comissões Pró-ADs e se manteve, ao que tudo indica, como um fator seletivo na aproximação de novas lideranças do específico sindicalismo docente que ali nascia: majoritariamente, o mesmo se fez por jovens professores e professoras que, recém-ingressos na carreira docente na Educação Superior pública, eram egressos de intensa participação em agrupamentos das esquerdas partidárias atuantes no movimento estudantil, secundarista e universitário. Em muitos dos casos, tratou-se – e continua a tratar-se – tal participação partidária e sindical (à esquerda!) de uma verdadeira tradição familiar.

Com tais características os membros do Movimento das Comissões Pró-ADs repetiam um perfil que a literatura especializada aponta como comum aos diferentes grupos em atuação política à esquerda no país desde o início do período histórico nacional que vimos anteriormente Ridenti (2007b, p. 49), nomear como o ciclo político das esquerdas nacionais brasileiras hegemônico pelo PT/CUT. Segundo o autor, conforme também vimos, iniciado a

¹ Cf. Portal do MST. (Disponível em: <http://www.mst.org.br/>).

² Cf. Portal da Consulta Popular. (Disponível em: <http://consultapopular.org.br/>).

³ Entrevista concedida no dia 30 de setembro de 2016. Foi presidente do Adufc-Sindicato no biênio 2013-2015. Deste ponto em diante o professor será nomeada como André Vasconcelos, conforme uso disseminado no campo.

partir da Redemocratização pós-Ditadura, tal ciclo político apresenta hoje sinais de encontrar-se em seu encerramento.

Em outro trabalho, dedicado ao perfil da “composição social dos diversos grupos revolucionários” envolvidos na resistência armada à Ditadura, Ridenti (2007a, p. 28) informa:

(...) relativamente diversificada quanto à ocupação profissional, idade e sexo. Mas, no geral, predominaram os que poderiam ser classificados como de camadas médias intelectualizadas (...) cujos militantes eram do sexo masculino em sua maioria (81,7%), e no geral jovens (51,8% até 25 anos de idade).

Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 66) nos informam, por sua vez, que os “delegados presentes ao III CONCUR [Congresso Nacional da CUT]”, realizado em 1988, apresentavam uma “média de idade” de cerca de “33,1 anos”. Para as autoras, o fato torna plausível supor ser ainda mais baixa essa média de idade “quando do Congresso de Fundação da CUT”, ocorrido cinco anos antes, em 1983.

É certamente diante desses fatos que Quartim de Moraes (1989, p. 136-139) afirma como “principal particularidade” das movimentações sociais que tiveram oportunidade ao longo do processo de arrefecimento da Ditadura Militar e Redemocratização do país “a presença definitiva do movimento estudantil”. Este teria operado, naquele contexto, como uma “categoria social mobilizadora por excelência”, uma vez que, “pondo-se em movimento, movimentava as demais”.

À luz dessas informações, podemos concordar com Navarro (1999, p. 68), por fim, que, além de bem documentada, a “vinculação entre militância no movimento estudantil e outros movimentos sociais, particularmente o movimento docente, está presente na maioria das análises existentes e se apresenta com muita clareza”.

1.4. “dos professores não, dos estudantes!”: um artifício político-organizativo

Chamo atenção, neste tópico, ao fato de que o duplo perfil anteriormente verificado nas primeiras e atuais lideranças do sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira seja quase sempre abordado pela literatura do campo científico em tonalidade de celebração às heroicas e potencializadoras influências do movimento estudantil sobre este

sindicalismo, havendo permanente ênfase sobre os desdobramentos das pautas e estilos de ação de um movimento sobre o outro¹. Vejamos:

É notório que o movimento docente, nos seus primórdios, ainda na década de 70, enfatizava e praticava bem mais que hoje a integração com o “movimento estudantil”. O sucesso das primeiras greves dos docentes deveu-se, em parte, ao apoio dos estudantes (...). Hoje, porém, o movimento docente encontra-se cada vez mais afastado dos estudantes. Isso deveria preocupar as lideranças sindicais e acadêmicas. (COELHO, 1993, p. 573)

(...) os movimentos universitários de estudantes, professores e funcionários tiveram um papel significativo, nas décadas de setenta e oitenta, no processo de redemocratização da sociedade e das instituições de ensino superior, salientando-se a sua atuação específica no campo da política educacional em que, em diferentes níveis e graus – que traduzem as suas singularidades e seu poder de força – foram baluartes da defesa do ensino público e gratuito e da preservação das instituições de ensino superior públicas, crescentemente desmontadas e desacreditadas pela política governamental privatizante. (NAVARRO e NADER, 1997, p. 73)

Poder-se-ia dizer que, nos “subterrâneos” da ditadura e nos espaços institucionais por ela redefinidos, gestava-se e crescia uma nova força (ainda não organizada) de reação e de luta pela democratização da universidade e da sociedade: a parcela dos professores universitários comprometidos com as classes subalternas ou a elas organicamente ligados. A dureza da repressão ao movimento estudantil e a esses professores de esquerda, que levou à clandestinidade forçada de muitos deles, contribuiu ainda mais para que esta força de resistência se afirmasse. Embora amordaçados pelo endurecimento do regime militar, estes professores e estudantes fincaram as bases de uma discussão que seria resgatada e redimensionada ao final dos anos 70, no contexto da chamada “abertura democrática”. (NAVARRO, 1999, p. 36, 37)

Entendemos, também, que a unificação do movimento docente em torno dos outros dois segmentos universitários – estudantes e técnicos-administrativos – sempre foi de fundamental importância para o fortalecimento de suas próprias reivindicações, quanto da própria universidade. Em que pese as opiniões divergentes, presentes no próprio meio acadêmico, somos favoráveis ao fortalecimento do movimento docente por meio desta unificação, entendendo que, principalmente neste momento, este é o caminho mais adequado para fortalecer o embate político que está posto hoje, na sociedade, frente o modelo neoliberal em curso no País, que muito tem contribuído para a fragilização dos sindicatos (...). Daí a importância da luta unificada dos seus elementos constitutivos, que são os professores, nos seus sindicatos, nos seus espaços universitários, dos técnicos administrativos e dos estudantes que, historicamente, sempre representaram um grande avanço na conquista da universidade pública brasileira. Por outro lado, não se pode ficar na perspectiva de que, para se realizar alguma mudança, precisamos esperar por uma transformação social maior. Os espaços políticos e sociais estão aí, e devem ser amplamente ocupados por todos aqueles que sabem como ocupá-los, em todos os momentos. A realização de pequenas mudanças sociais ou universitárias, hoje, também implica em grandes vitórias rumo à construção de uma nova sociedade. (DONATONI, 1999, p. 209, 214)

¹ Em análise retroativa de do “movimento docente”, Dal Rosso (1991) utiliza, de fato, a expressão o “momento heroico de sua criação”. Cf. Coelho, 1993, p. 573; Navarro e Nader, 1997, p. 73; Donatoni, 1999, p. 125, 209, 241; Navarro, 1999, 2001; Vergara, 2003, p. 14-15, 90, 117-118; Cunha, 2011, p. 22, 130, 131; Miranda, 2011a, p. 41; Bauer, Paulista e Diniz, 2013, p. 50-52; Monte, 2015, p. 65, 66, 187.

(...) a articulação com outros movimentos sociais é sempre muito importante, em particular a articulação com o conjunto dos estudantes, pois eles são uma força política muito grande no interior das mobilizações e greves de docentes e de funcionários nas universidades (...). Outro fator interessante é que as ações durante as greves, nos últimos anos, têm pautado seu foco numa atuação mais política e buscando resgatar o envolvimento do movimento estudantil (...). (GRANZOTTO, 2010, p. 386, 389)

Por isso, esquecer de falar sobre o movimento estudantil seria um erro, (...) é a escola de aprendizes do sindicato dos professores (...). É o despertar do movimento, o rompimento com a inércia dos corpos que se deixaram escravizar pelos ditames de uma política ditatorial (...). (CUNHA, 2011, p. 22)

Apegadas ao papel político circunstancialmente assumido pelos estudantes no contexto de mobilizações antiditatoriais ao final do regime autocrático e processo de Redemocratização, essas abordagens da “continuidade das lutas do movimento estudantil” no sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira têm demonstrado pouca atenção a outras dimensões dessa relação de mútuas influências históricas. Uma delas foi, porém, sublinhado por Quartim de Moraes (1989, p. 136-139): em que pese sua inquestionável importância nesse período da história nacional, fez-se aquela influência dos estudantes “em direção das categorias sociais e profissionais adjacentes: professores, jornalistas, artistas e em geral profissionais ligados à cultura” por “propagação espontânea”, apresentando natureza “difusa” e “efêmera”!

Simpáticas à sensibilidade ético-política média das esquerdas majoritárias no país desde o fim da Ditadura Militar – fundamentalmente “confrontacionista” e “antiditatorial”, conforme vimos –, tais análises, predominantes neste campo investigativo, apresentam compromisso evidente com o espírito da “luta pela democratização da universidade e da sociedade” que moveu o “movimento docente” em sua emergência. Daí, decerto, o uso de fórmulas e expressões que, desconsiderando diferenças objetivas entre “estudantes e professores”, entre “movimento docente”, “movimento estudantil”, “movimento social” e “movimento sindical”, dedicam-se a pôr em prática, como afirmado nas anteriores citações, “alguma mudança”, não esperando “por uma transformação social maior” para realizar as “pequenas mudanças sociais ou universitárias”. Afinal, segundo pressupõem, estas também implicariam “em grandes vitórias rumo à construção de uma nova sociedade”.

Foi, certamente, diante de posturas investigativas de tal ordem que Gindin e Melo (2011, p. 280, 281) afirmaram caracterizar “a produção internacional [na América Latina]” acerca do “sindicalismo dos trabalhadores da educação” certa orientação “por preocupações políticas”, o que tem subordinado “os critérios propriamente acadêmicos ou científicos – como o rigor ou a demanda de uma perspectiva teórica explícita” e a superação de “uma base

empírica frágil”. Os autores constatarem ainda, correlacionando os fatos, uma marcante “autoria de pesquisadores oriundos da militância sindical ou ainda nela inseridos”, sugerindo que tal “pertencimento tem acarretado críticas quanto a limites observados nas produções, sobretudo no que tange à dificuldade de distanciamento necessário entre o sujeito pesquisador e objeto”.

O fato é que, independentemente das intenções do conjunto de pesquisadores anteriormente citados, suas investigações, ao assumirem uma posição engajada, acabam por desenvolver abordagens que, no limite, desconsideram, sistematicamente, as diferenças objetivas entre os agentes sociais em análise. Desconsideram, mais precisamente, as “raízes sociais” dos “sindicatos e centrais” a cujo estudo se dedicam, passando ao largo, desse modo, da “natureza de classe predominante” em suas “bases sociais”; o que, pelo que vimos acima sugerirem Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 17, 18, 61, 64, 108), pode, decerto, vir fragilizando suas compreensões de seu “perfil político-ideológico”, suas “orientações e as posições” diante de “governos e do patronato”.

i. “Situação de classe” e “posição de classe”: possibilidades e limites da vontade política

No quarto e último capítulo desta tese observaremos com maior cuidado os modos como o engajamento de que tratamos no tópico anterior vêm, de fato, fragilizando a compreensão científica do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira, o que, veremos, tem ganhado manifestações em abordagens de claro viés anacrônico, (auto)mistificatório e moralista/subjetivista. Veremos ali, ainda, que, considerados no contexto dos desafios de reflexividade presentes na pesquisa do sindicalismo desenvolvido por este específico professorado – uma pesquisa majoritariamente realizada pelos próprios membros do agrupamento profissional em investigação –, evidencia-se quanto tais abordagens expressam, nas fronteiras das especificidades da situação de trabalho desse agrupamento profissional, os desafios ideológico-políticos que, conforme vimos na Introdução ao trabalho e no segundo tópico deste capítulo, necessariamente acompanham sua natureza (intermediária) de classe.

Apesar desse fenômeno aparentar restrição ao âmbito teórico-metodológico, suas consequências alcançam dimensões prático-políticas, uma vez que dão operacionalidade à ocultação ideológica da presença e ação histórica dos efeitos politicamente desorganizadores da Estrutura Sindical de Estado no sindicalismo em estudo (BOITO Jr., 1991). Responsabiliza, assim, diretamente, pelas tendências à oficialização organizacional e fragmentação político-

associativa, debilitadoras de participação na luta conjuntural do sindicalismo das classes trabalhadoras brasileiras.

Por ora, apenas reconheçamos que, tomada a perspectiva dessas abordagens engajadas das relações entre “movimento estudantil” e “movimento docente”, pouco ou nada se teria a dizer seja sobre a presente situação do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira seja sobre vários dos fatos que, conforme vimos acima, caracterizam sua história. Isso talvez explique certo silêncio verificado neste campo investigativo em relação ao que poderia nos dizer sobre os atuais desafios desse sindicalismo docente seu histórico atraso cronológico em relação aos dos demais professorados no país.

Daí que, neste campo de pesquisas, mais se celebre que se analise cuidadosamente, o “perfil ideológico (militante) da maioria dos que organizaram e dirigiram a Andes” de modo profundamente orientado pelos aprendizados na “militância estudantil”. Tal procedimento passa ao largo, por exemplo, dos modos como a situação de trabalho desse específico professorado vem, até o presente e de modos insuspeitos, afastando-o, em sua maioria, da prática associativo-sindical, principalmente quando integrada ao sindicalismo de trabalhadores produtivos. Daí também o silêncio do campo em relação ao duplo perfil que vimos caracterizar os membros do Movimento das Comissões Pró-ADs, mantendo-se como fator seletivo de lideranças responsáveis pela reprodução desse sindicalismo, que veremos ir dando-se na direção da oficialização, fragmentação político-associativa e debilitação de sua capacidade de ação conjuntural.

Encontra-se praticamente incontestada, no campo, a pressuposição de que a “educação partidária” de suas lideranças tenha se feito suficiente (e assim continue) em sua transformação, sem ambiguidades e contradições importantes, numa “parcela dos professores universitários” que, mesmo pertencentes às “camadas médias intelectualizadas”, compromete-se “com as classes subalternas”.

Quanto às “parcelas dos professores universitários” com “opiniões divergentes” a essas, resta, como veremos nos capítulos seguintes, ou fazer um lamento condescendente de sua existência ou a elas opor-se em seu criticável desvio moral. Quase nenhuma consideração consequente tem merecido nesse universo interpretativo o fato, afirmado acima pelo professor Agamenon Almeida e verificável diante do atraso cronológico relativo desse sindicalismo, de que as movimentações sociais que o fizeram emergir no país tenham sido iniciativa “dos alunos; dos professores não, dos estudantes!”. Ou o fato de que estes, como anteriormente afirmado pelo professor Ricardo Thé e constatável diante de seu duplo perfil, ao ingressarem na carreira

docente na Educação Superior pública universitária não sabiam “como [se] organizar ainda”, pois tinham “uma participação política muito boa, mas sindical não”.

Não mereceriam maior atenção investigativa as possíveis consequências atuais do fato de que, ao que tudo indica, o sindicalismo aqui em estudo¹ tenha se tratado, em seus momentos originários, de, menos que uma orgânica estratégia associativa de suas bases sociais visando autodefesa corporativo-trabalhista, um artifício político-organizativo cuja intenção revolucionária não foi suficiente para superar as limitações objetivas que lhe eram impostas, de um lado, pela atipicidade da parcela do professorado da Educação Superior pública que o liderou e, de outro lado, pelas determinações da oportunidade histórica criada pelas lutas públicas de corte liberal-democrático em voga no processo, ali iniciado, de normalização capitalista-dependente da vida social brasileira?

Ora, enquanto a natureza propriamente sindical da Andes foi, veremos no próximo capítulo, objeto de intensa polêmica e disputa desde aqueles seus primeiros momentos, as antiditatoriais pautas correlativas à Redemocratização tiveram especial responsabilidade nas adesões que o empreendimento obteve em todo o país. Quanto a isso, o testemunho de Maciel (1991) não deixa dúvidas: o que “empolgou e envolveu”, segundo ele, “importantes setores do professorado”, foram pautas como a “luta pró-anistia”, uma vez que a “Universidade” foi “particularmente atingida pela violência das punições arbitrarias” do regime autocrático e, na medida do arrefecimento deste, generalizavam-se nela reivindicações “pela reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas atingidos por atos de exceção”.

É certo que podemos esperar que, como Maciel (1991), várias outras lideranças e membros do agrupamento profissional, creditassem “capítulos memoráveis” daquelas lutas antiditatoriais aos “operários do ABC paulista que, a partir de Maio de 1978, se levantam em movimentos grevistas que vão colocar em xeque as leis da ditadura” e, segundo o autor, “a intransigência do capital”. Daí o “instante de emoções” e “aplausos que se solidarizavam com Lula, o metalúrgico, condenado pela Justiça Militar, com base na LSN [Lei de Segurança Nacional], junto com outros companheiros do ABC”.

Por tudo o que já sabemos acerca da natureza dos desafios advindos da ambiguidade conjuntural dos segmentos intermediários, não deveríamos esperar, em todo caso, que tais circunstâncias tivessem sido capazes de dissolver, por si mesmas, as diferenças advindas das

¹ Diferente do que se dá com aqueles sindicalismos desenvolvidos por outras frações das classes trabalhadoras no país, inclusive dos professorados em outros níveis de ensino e modalidades de vínculo empregatício.

situações de trabalho e, conseqüentemente, das diferenças de disposições ideológico-políticas existentes entre os trabalhadores produtivos e improdutivos. De modo que, no limite, aquela circunstanciada aproximação histórica encontrava como elementos de unidade, diferente do que parece fazer crer Maciel, antes que pautas político-ideológicas anticapitalistas revolucionárias de um ponto de vista operário, pautas que, como ajuda a ver Saes (1984, p. 203-207, 226), expressavam, naquele específico momento da história republicana brasileira, as “aspirações liberal-democráticas” de uma parte das camadas médias da sociedade nacional.

Não que pautas de natureza econômica e laboral estivessem ausentes na explicação daquelas Reuniões entre diferentes frações das classes trabalhadoras brasileiras em torno do Novo Sindicalismo. Principalmente quando se tratou de aproximar àquelas movimentações segmentos profissionais do funcionalismo público que, como no caso dos professores e professoras da Educação Básica, encontravam-se historicamente em situação de trabalho marcada por baixos salários e carreiras precárias e, portanto, em relativa proximidade das condições de trabalho dos manuais.

De histórica precariedade laboral, este último agrupamento profissional demonstrou, aliás, peculiar predisposição à participação nas mobilizações neossindicalistas então em emergência; predisposição que, somada a seu enorme contingente no país, fez do específico professorado da Educação Básica pública brasileira um dos mais importantes agentes sociais a constituir, junto aos estudantes, as massas que deram corpo às memoráveis greves e atos massivos do período.

O fato lhes concedeu um lugar especial nos processos de instituição e desenvolvimento organizativo seja do PT seja da CUT. Sobre o tema, Oliveira (2011, p. 166) afirma, em pesquisa relativa às manifestações desse fenômeno no Estado de Minas Gerais:

A participação de lideranças do movimento dos professores na construção do Partido dos Trabalhadores é justificada por Luiz Dulci em entrevista concedida ao professor João Pinto Furtado em 19 de março de 1993: “Aí tem que ver o fato de que é uma categoria muito numerosa. No estado de Minas são 250 mil trabalhadores em educação. Na Prefeitura de Belo Horizonte, hoje, 57% do total dos funcionários são da área da educação. Todas as prefeituras do interior têm um número muito grande de funcionários públicos. Então, ela é muito numerosa”. O professor Luiz Fernando Carcerone justifica em seu depoimento o engajamento da UTE [União dos Trabalhadores do Ensino] na formação do Partido dos Trabalhadores também pelo grande número de membros da categoria no estado e daí que, a cada subseção da UTE, gerava (sic) um diretório do referido partido (...). Informação também corroborada pelo professor Carlão, “A matriz sindical, eu diria no caso de Minas, [para] a implantação do PT no estado, foi determinante o movimento dos professores públicos aqui da UTE. Era muito comum o que você tinha de liderança, tem a professora que comandou a greve lá, então vamos procurá-

la, isso foi forte (Antonio Carlos Pereira - Carlão, entrevista concedida em 15.05.2003)”.

Dando-nos acesso às dimensões nacionais do fenômeno, Tauscheck (2013, p. 142) informa que a CUT chegou ao ano de 1997 com “seis dos dez maiores sindicatos” ligados “à educação” (básica!). Essa situação levou o setor a assumir a “presidência da entidade no ano de 2000, com Roberto Felício da Apeoesp [Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo]”.

As aproximações do professorado da Educação Superior pública àquele movimento neossindicalista e organizações partidárias e sindicais dele emergentes nunca obtiveram, veremos, tal grau de integração organizativa.

Certamente corroborou para tanto que se trate o professorado da Educação Superior pública de um agrupamento profissional bem menor que o da Educação Básica pública no país. Para além disso, importa igualmente considerar, todavia, o fato de sua situação de trabalho ter sempre se apresentado, apesar de todos os reveses históricos, bem mais distanciada que a desse último dos segmentos produtivos das classes trabalhadoras nacionais.

Consequentes à natureza de classe de sua base social, posicione-se ela à direita ou à esquerda do espectro político, as dimensões de artifício assumidas pelo “sindicalismo universitário” não estão restritas à trajetória histórica do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira. Podemos reconhecer o fato na pesquisa de Bourdieu acerca do *homo academicus* francês (BOURDIEU, 2013 [1984]).

Atento aos modos como o “aumento do corpo professoral ligado à expansão da população estudantil e das mudanças correlatas dos procedimentos de admissão” docente na França fez surgir em sua universidade “novos poderes, sobretudo sindicais”, Bourdieu (2013 [1984], p. 42-44, 60, 64) evidencia como a “transferência de palavras e de modos de pensamento emprestados das lutas operárias” e o “uso de ‘conceitos’ indefinidamente extensíveis, tais como ‘trabalhadores’”, acabaram por fazer de parte considerável dos empreendimentos associativo-sindicais universitários naquele país pouco mais que “estratégias de compensação e de substituição”, permitindo a seus agentes “escapar às leis específicas do mercado universitário ou científico”.

Focado nos modos como a natureza de classe da base social desse sindicalismo acabou por dar a direção da trajetória organizativa do sindicalismo docente nas universidades federais do Ceará, não interessa diretamente ao presente trabalho verificar a possível expressão local dos específicos usos do “sindicalismo universitário” reconhecidos por Bourdieu na

realidade francesa. A referência a sua natureza de artifício político-organizativo pretende, aqui, chamar atenção ao fato de que, diante das similitudes dos processos sócio-históricos em questão em ambos os países¹, este é apenas um dos riscos conjunturais ao sindicalismo docente em estudo, os quais são insuperáveis, conforme afirma Pierre Bourdieu (2013 [1984], p. 238), por meio de estratégias discursivas de “denegação mágica dos fatores [que lhe são] determinantes”².

Importa atentar seriamente, pois, para quanto é provável que várias das situações que estamos vendo caracterizarem a trajetória desse sindicalismo neste seu momento de emergência façam-se, mesmo que ainda antes de sua plena oficialização, já determinadas pela confluência que encontram no país os efeitos da ideologia populista e da ambiguidade conjuntural que vimos acompanhar a natureza de classe de sua base social. Mas, ainda mais importante para as finalidades investigativas do estudo, é reconhecer a possibilidade de que tal confluência tenha se feito um elemento determinante, conforme proponho, de sua trajetória organizativa seguinte, conduzindo-o em direção contrária àquela que o discurso dos dirigentes do Movimento das Comissões Pró-ADs faz reconhecer como sua vontade política: integrar o sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira, via Novo Sindicalismo, à luta conjuntural das classes trabalhadoras no país.

Nesse sentido, é fundamental acrescentarmos aos conceitos de “situação de trabalho” e “ambiguidade conjuntural”, o par conceitual “situação de classe” e “posição de classe”, uma vez que estes nos facilitam o reconhecimento de possibilidades e limites da vontade política dos empreendimentos associativo-sindicais de frações à esquerda ou direita dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras.

Uma esclarecedora síntese desse par conceitual nos é apresentada por Lília Tavo- laro, em nota técnica a sua tradução de texto de Milios e Economakis (2011, p. 57) sobre a teoria de classes de Nicos Poulantzas. Inspirados nas propostas da autora, reconheçamos estar uma natureza de classe simultaneamente constituída por essas duas dimensões. Assim, refi- ramo-nos, com a expressão situação de classe, à “inserção estrutural nas relações sociais de produção”, uma dimensão da vida social imediata e, assim, irrefletida, prática e, nesse sentido, objetiva. Com a segunda expressão, posição de classe, refiramo-nos ao posicionamento

¹ Sobre tais similitudes, importa conferir o já citado texto de Moraes (1989).

² Quando, ao longo do trabalho, o termo “denegação” (e seus derivados) forem utilizados, devem, portanto, ser compreendidos no sentido que lhe é atribuído por Bourdieu (2013 [1979/1982], p. 453-455), autor que se refere, com seu uso, a uma espécie de “oculto” que, estando, “ao mesmo tempo, presente e ausente”, ganha forma em “eufemismos que, fora de qualquer intenção consciente de dissimulação, permitem exprimir e experimentar oposições sociais”.

intencionalmente projetado pelos agentes sociais diante do conflito político central nas sociedades capitalistas – dado entre as burguesias e proletariados (SAES, 1984), recordemo-nos –, tratando-se essa, portanto, de uma dimensão da vida social bem mais próxima ao cognitivo-volitivo e, nesse sentido, subjetiva.

Ao utilizarmos, pois, estes conceitos em busca de compreensão do comportamento político dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras, nomeamos com a expressão situação de classe, de um lado, o âmbito de configuração originária do que anteriormente nomeamos como sua ambiguidade conjuntural. Com a expressão posição de classe nomeamos, de outro lado, o âmbito de configuração de suas vontades políticas, quer à direita quer à esquerda.

Consequentemente, caso não desejemos decair no que vimos Bourdieu anteriormente nomear como denegações mágicas, devemos estar simultaneamente atentos, no desenvolvimento de estudos científicos do sindicalismo docente na Educação Superior pública, aos diversos modos pelos quais a situação de classe de suas bases vem historicamente interpondo desafios às posições de classe de suas diferentes correntes sindicais e lideranças. Uma processualidade que, objetiva, independe da direção discursiva de suas vontades políticas, pois somente testáveis em seus efeitos conjunturais últimos, isto é, em seus efeitos de reforço histórico ou ao poder operário ou burguês no conflito social principal, nacional e internacional.

É em busca das consequências desse entendimento que se sublinha, aqui, o fato de ter sido em continuidade a sua militância política em partidos e organizações das esquerdas nacionais que, sem quaisquer garantias prévias de sucesso conjuntural de suas vontades políticas, um tipo específico de ex-alunos, agora numa específica situação de trabalho, assumiu o desafio de dar emergência, em circunstâncias sócio-históricas muito bem delimitadas, ao sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira. Pelo mesmo motivo vem se sublinhando que as aproximações entre as diferentes frações dos segmentos intermediários do Novo Sindicalismo encontraram seu ponto de unidade de ação e organização, fundamentalmente, em pautas antiditatoriais de natureza liberal-democrática e não necessariamente anticapitalista e revolucionárias de um ponto de vista operário.

Por isso, diferente do que sugerem interpretações que, veremos, fazem-se hoje majoritárias neste campo de pesquisa, o circunstanciado sucesso organizativo do Movimento das Comissões Pró-ADs, não deveria ser considerado, sem mais, como uma evidência do sucesso da vontade política que o moveu. Ora, nossa situação histórica nos possibilita verificar quanto aquele “movimento docente”, apesar de seu sucesso organizativo, vem fracassando como um

artifício político-organizativo de integração do professorado da Educação Superior pública à luta conjuntural dos demais segmentos das classes trabalhadoras no país.

O uso, aqui proposto, de expressões conceituais como artifício e vontade política somente se faz oportuno, pois, no sentido de possibilitar um instrumental conceitual útil à necessária atenção analítica diante da permanente possibilidade de que o caminho entre uma situação de classe (no caso, intermediária) e uma posição política que não lhe seja imediatamente correspondente (no caso, operária e popular) encontre impedimentos sistêmico-estruturais das mais variadas ordens político-jurídicas e ideológicas.

ii. Uma integração desde sempre (sistemicamente) dificultada

Sistemicamente ocultada de seus próprios agentes, a dinâmica da tendência à fragmentação político-associativa que acompanha, veremos, a tendência à oficialização do sindicalismo docente na Educação Superior federal cearense encontra expressões históricas já neste primeiro momento de seus processos de transição entre formas organizacionais. Chega ali ao mesmo, pelo que nos informa o perfil dos membros do Movimento das Comissões Pró-ADs, através dos profundos vínculos de classe estabelecidos entre as manifestações de esquerda da ideologia populista no país e o movimento estudantil nacional¹. A presença e ação de ambas as tendências neste momento inaugural do sindicalismo em estudo encontra uma primeira expressão na incapacidade, já ali por ele demonstrada, de integrar suas movimentações instituintes, no estado e país, aos sindicalismos docentes que lhe precediam.

Consideremos, a esse respeito, que quando da criação da Adufc no ano de 1980, encontravam-se em funcionamento no CE duas outras universidades além da UFC. Uma delas, a Universidade de Fortaleza (Unifor) havia sido criada em 1973² e tratava-se de uma organização privada. A outra, a Universidade Estadual do Ceará (Uece), havia sido inaugurada em 1975³ e tratava-se de uma organização pública estadual.

Não encontrei, nem nas entrevistas realizadas nem nos documentos consultados, referências à participação de docentes destas duas universidades naqueles momentos iniciais do

¹ Saes (1984, p. 204) nos informa, a esse respeito, ter funcionado o “movimento estudantil”, até o regime autocrático, como um dos grupos nacionais de “pressão junto ao poder populista, sendo seus laços com o Estado os da dependência política e financeira”.

² Cf. Unifor. (Disponível em: <https://unifor.br/web/guest/unifor>).

³ Cf. Histórico. (Disponível em: <http://www.Uece.br/Uece/index.php/conhecaaUece/institucional>).

movimento associativo-sindical docente da Educação Superior no estado; quer de modo conjunto quer de modo paralelo aos processos instituintes da Adufc. Nem mesmo nos anos imediatamente posteriores. Aliás, não testemunhei a presença das organizações sindicais que seriam futuramente criadas por estes específicos professorados da Educação Superior no CE durante o período em que acompanhei diretamente, entre os anos de 2015 e 2017, as atividades públicas (greves, atos políticos, assembleias etc.) do específico sindicalismo docente da Educação Superior pública federal no estado.

Um maior esclarecimento dessas circunstâncias, iniciais e atuais, do sindicalismo docente na Educação Superior cearense requer, é certo, estudos que lhe sejam específicos. Em todo caso, a restrição daqueles processos instituintes ao professorado com vínculos federais é um fato objetivo; expresso tanto no nome dado à organização então instituída, que a restringe ao professorado da UFC, quanto na cronologia organizacional do sindicalismo docente na Educação Superior do estado: o professorado da Uece somente se organizou sindicalmente no ano de 2002¹ enquanto o da Unifor esteve desde sempre vinculado, como acontece no país desde 1930, aos sindicatos do professorado de instituições de todos os níveis de ensino privado no estado².

Esta é uma situação histórica, no mínimo, curiosa, dado que tenha sido sempre intenção declarada dos dirigentes do movimento instituinte da Andes desenvolver-se, como veio a consolidar-se em seus documentos fundantes, como uma organização associativo-sindical representativa dos professorados com as três diferentes vinculações profissionais existentes na Educação Superior no país. Visando isso, acabou mesmo por desenvolver um organograma que toma como critérios de estruturação tanto a regionalidade das organizações vinculadas – as subdiretorias regionais³ – como a setorialidade dos vínculos empregatícios de seus filiados e filiadas – às organizações municipais e estaduais (IEES/IMES)⁴, às federais (IFES)⁵ e às

¹ Cf. História. (Disponível em: <http://sindUece.org.br/sindicato/>).

² Esta informação me foi pessoalmente repassada, mesmo que de modo assistemático, por diferentes professores e professoradas da universidade em diferentes situações (congressos, grupos de estudo, conversas informais etc.).

³ Cf. Estrutura. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-estrutura.andes>).

⁴ Cf. IEES/IMES - Setor das Estaduais e Municipais. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-setor.andes?id=2>).

⁵ Cf. IFES - Setor das Federais. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-setor.andes?id=1>).

privadas (IPES)¹ –, dando uma engenhosa expressão administrativa à desejada presença dos diferentes professorados nos fluxos decisórios e de distribuição de poder organizacional.

Os registros documentais e as referências da literatura do campo às dificuldades que, apesar de tudo, historicamente interpuseram-se à integração dos diferentes professorados da Educação Superior nacional em torno da Andes dão-se em número e clareza suficientes para sugerirem que a situação vivida nas auras desse sindicalismo no CE não se resumiu a mera eventualidade local. Vejamos:

A Andes tem buscado organizar o conjunto dos docentes em Instituições do ensino superior, públicas privadas, e até mesmo os professores de primeiro segundo graus empregados nas escolas mantidas pelas universidades. No entanto, a entidade encontra maior representatividade nas universidades públicas, de onde vem a maioria de seus dirigentes. (RIDENTI, 1995)

Passados quase dez anos, no dia 7 de novembro de 1994, ocorre, na Associação Docente da Universidade Federal de Uberlândia/MG, Adufu-SS, o I Seminário de Política Sindical. Participaram deste seminário várias lideranças do movimento docente e dos técnicos administrativos das universidades. Durante os debates, uma professora esclareceu sobre a filiação de professores das escolas particulares pela Andes, dizendo em poucas, mas significativas palavras, o seguinte: “um dos Congressos da Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Contee, ratificou um acordo quanto à filiação dos professores das escolas particulares e públicas. O Sinpro continuaria representando os professores das escolas particulares, pois já existia antes da criação da Andes e já tinha filiado muitos professores do 3º grau dessas escolas e, a Andes, representando os professores das escolas públicas, em cuja base a mesma tem maior expressão”. Explicita ela que “esse acordo ratificado não foi mantido pela Andes que faz o maior empenho na filiação e luta dos professores das escolas particulares, descumprindo, portanto, o que foi ratificado”. Todavia, em entrevista junto a um professor da Andes, o mesmo esclareceu que, “a rigor, nunca houve esse acordo entre o Sinpro e a Andes. A Andes está aí para filiar todos os professores das IES”. Observa-se, portanto, que a relação da Andes com o Sinpro é uma relação de competição pelas escolas particulares (...) Em uma entrevista com a professora Priscilla Cornalbas, da Diretoria da Apropuc-SP, perguntamos como ocorreu o rompimento com a Andes SN e a resposta foi a seguinte: “Não houve um rompimento formal, político com a Andes. Apenas a Apropuc foi deixando de participar formalmente das atividades da Andes enquanto Associação Docente (...). A última participação da Apropuc na Andes, aconteceu em um Congresso no Rio de Janeiro, em 1988, onde se discutiu a sindicalização da Andes. Este foi o ponto principal, pois entendíamos que essa discussão deveria ser mais ampla, a nível nacional e que conglomerasse todos os setores educacionais e a Andes não ampliou o debate. Fez uma discussão mais interna (...) parecia estar mais preocupada com o movimento docente do ensino público. Hoje nós temos muitos professores filiados ao Sinpro, porque no Sinpro é o professor quem se filia e não a entidade ou a associação docente como na Andes. Entendemos que o Sinpro representa melhor os professores da rede particular e por isso os professores da Apropuc, em sua maioria, são filiados ao Sinpro, fazendo com que a entidade acabe por ser participante do mesmo” (02/04/98). (DONATONI, 1999, p. 91, 92, 119, 120)

¹ Cf. IPES - Setor das Particulares. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-setor.andes?id=3>).

Embora a Andes tenha se consolidado principalmente no setor das federais e, também significativamente, no setor das estaduais, portanto, nas IES públicas, houve, desde o surgimento do M.D. a preocupação de envolver e representar a luta dos docentes da rede particular. Mas aí, neste setor, as dificuldades foram sempre maiores. Os boletins da Andes muitas vezes relataram o esforço da entidade em organizar o setor das [universidades] particulares e denunciaram as perseguições sofridas pelos docentes que articularam movimentos reivindicatórios. O Caderno Andes nº 6 – “A Denúncia das Mantenedoras”, publicado em 1988, é o relato de algumas dessas lutas. Diante da escalada privatista do ensino superior, permitida e apoiada pelo governo, impondo a estagnação da rede pública, a Andes via um significado muito grande na organização do movimento sindical e na defesa do ensino superior público e gratuito, mesmo dentro das IES particulares. No entanto esse objetivo não foi alcançado e a Andes, principalmente após sua transformação em Sindicato Nacional, teria sua ação cada vez mais identificada com a defesa dos docentes das IES públicas. (...) A Andes – Associação Nacional queria, no entanto, se transformar na Andes – Sindicato Nacional, mantendo as mesmas características pluralistas da primeira. Como o grupo maior – e, portanto, com maior poder de pressão – formado pelos professores das Universidades Públicas, tinha um grande conjunto próprio de reivindicações sindicais, os docentes das instituições privadas foram, inúmeras vezes, esquecidos ou relegados a um nível inferior de prioridade nas discussões da categoria. Isso levou a uma crescente debandada destes últimos e consequente vinculação a um outro Sindicato de Professores – o Sinpro. (OTRANTO, 2000)

Na pesquisa empírica em que subsidia sua tese, Santos (2008b, p. 89) informa que, segundo dados colhidos com o Andes-SN no período em que seu trabalho foi desenvolvido, “dentre os 71.505 docentes filiados ao Andes-SN, apenas 907 são professores vinculados às instituições particulares de ensino superior”. Em todo caso, salvo raras exceções¹, as explicações apresentadas para tais circunstâncias na literatura encontram-se completamente desatentas à possibilidade de que os desafios ideológico-políticos inerentes à ambiguidade conjuntural da natureza (intermediária) de classe do sindicalismo do professorado as fundamentem. Algumas dessas explicações apresentam, aliás, abertas “reservas” (NAVARRO, 1999, p. 65) quanto a essa possibilidade.

Em todo caso, assumida a presente abordagem da questão, vê-se operar nesse histórico impedimento de integração organizativa entre os diferentes professorados do sindicalismo docente da Educação Superior nacional a mesma ordem de fenômenos que lhe determinaram a deriva organizativa oficializante e fragmentária, responsável por limitar o sindicalismo em estudo, a, conforme explica Saes (1984, p. 15, 16), mesmo quando busca adotar “orientações políticas semelhantes às dos sindicatos operários”, acabar por movimentar-se “no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de ‘consciência média’: a recusa ao nivelamento social”, responsável pela aceitação, “de 1930 aos nossos dias, de uma legislação

¹ Caso de Fantinatti (1998).

sindical que divide o mundo do trabalho mediante a interdição de toda organização ‘horizontal’; a organização dos trabalhadores por ‘setor econômico’ (indústria, comércio, agricultura, bancos, etc.)”, isolando “a classe operária das outras categorias de trabalhadores” e situando “a luta sindical num contexto muito favorável à classe dominante”.

Nesse sentido, acompanharemos, nos dois próximos capítulos, como, apesar das identificações e aproximações iniciais entre lideranças e grupos dirigentes da Andes e CUT, relações de vinculação formal entre estas duas contemporâneas entidades associativo-sindicais somente encontrariam lugar já ao final da década de 1980, tamanhas foram as resistências na base social desse sindicalismo docente a sua participação numa central sindical socialmente identificada ao operariado. Também neles acompanharemos como, após a difícil formalização dessa afiliação, os vínculos interorganizativos entre estas entidades trabalhistas foram postos à prova por anos de progressivo afastamento mútuo. Desenvolvido no decurso dos anos 1990, esse processo de afastamento acabou por desembocar num definitivo rompimento, dado no ano de 2005.

CAPÍTULO 2. De Adufc a Adufc-SS (de Andes a Andes-SN): a caminho da plena oficialização

Acompanharemos neste capítulo o segundo momento das transições entre formas organizacionais desse sindicalismo docente rumo à sua atual oficialização, fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural¹.

Dada no decorrer das décadas de 1980 e 1990, esta segunda transição fez-se em meio aos processos que levaram a Adufc, fundada no ano de 1980 como uma associação civil de funcionários públicos, a transformar-se, em 1990, na Adufc-SS, uma seção sindical do Andes-SN. Nessa transição, aquela organização local acompanhava as movimentações nacionais que haviam levado a Andes a assumir, a partir de 1988, a natureza jurídica de um sindicato oficial de dimensão nacional.

Ambas as organizações se tornavam, assim, entes sindicais oficiais. Na assunção dessa nova fisionomia organizacional, davam corpo, veremos, a uma das bandeiras centrais do grupo hegemônico na direção desse sindicalismo desde suas origens no Movimento das Comissões Pró-ADs, grupo que, em pouco tempo, assumiria a forma de uma corrente sindical nacionalizada, a Andes Autônoma e Democrática (Andes-AD).

Defendendo a sindicalização oficial como um direito a ser estendido aos funcionários públicos, os dirigentes dessa corrente interna à Andes tiveram intensa e destacada participação nos debates nacionais à base do texto da Constituição de 1988, que concedeu aos funcionários públicos no país essa modalidade de associação civil de trabalhadores.

Segundo podemos pressupor a partir dos fundamentos teóricos desta pesquisa – nos quais se evidenciam as fortes correlações entre sindicalismo oficial e desorganização política das classes trabalhadoras nacionais (POULANTZAS, 1977 [1968]; SAES, 1984; BOITO Jr.,

¹ Recordemos, neste ponto, que aqui, ao utilizarmos o termo “conjuntura” e expressões dele derivadas – “debilidade conjuntural”, “ambiguidade conjuntural”, dentre outras –, o fazemos a partir de uma clara delimitação conceitual: antes que somente nomear o contexto geral de um tempo sociopolítico, conjuntura refere-se aqui, seguindo proposto por Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. Tratamos dos efeitos analíticos dessa delimitação com maior cuidado no primeiro capítulo. Por ora, importa já atentar-se, em todo caso, ao fato de que, conseqüentemente, a expressão “ambiguidade conjuntural” refere-se, ainda nas palavras de Saes, a certa característica da adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários no âmbito dessa conflituosa articulação interclasses, marcada por certa incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal”, já que emergente de uma “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”. De igual forma, a expressão “debilidade conjuntural”, referindo-se a tal conflito, trata do enfraquecimento político de uma das classes antagônicas em determinado momento sócio-histórico.

1991) –, não foi por mera coincidência que, portanto, a tendência à fragmentação político-associativa que acompanha o sindicalismo oficial encontrou um primeiro processo de aceleração e aprofundamento, justamente ao longo desse período. Germinativamente presentes e em ação nesse sindicalismo, desde suas origens, por meio da ambiguidade conjuntural da natureza (intermediária) de classe de sua base social, os efeitos desorganizadores da Estrutura Sindical de Estado passam a nele encontrar, desde então, um ambiente ainda mais propício a seu pleno estabelecimento e expressão.

Os embates político-ideológicos promovidos no seio do sindicalismo em estudo pelas reformas neoliberais dos governos nacionais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)¹ tiveram, nesse sentido, um papel central. Foi em meio a eles que ganharam contornos bem mais nítidos, assim como uma formalização organizacional renovada, as divergências e disputas desde sempre existentes entre seus diferentes grupos instituintes, engajados todos (mesmo que a partir de diferentes tradições das esquerdas nacionais) na construção do que Ridenti (1995) nomeou como “identidades críticas em relação à ordem [ditatorial] estabelecida”.

Formalizam-se, em meio a tais movimentações, as duas correntes historicamente majoritárias nas disputas pela direção político-organizativa do Andes-SN, a Andes-AD, fundada em 1986, e a Andes Sindicato (Andes-Sind), somente formalizada em 2001. Suas tensões, ainda restritas à produção de um divisionismo interno entre as correntes do sindicalismo docente universitário no país, não reuniram durante esse período, todavia, força suficiente para pôr em risco a unidade jurídico-institucional por ele experimentada em torno da/do Andes/Andes-SN, desde 1981.

Estabeleciam-se naquele momento, contudo, as condições de possibilidade das cisões organizacionais que fazem a atual fragmentação político-associativa desse sindicalismo. Essas, veremos a seguir, advieram um pouco mais tarde, em meio ao acirramento que tais históricas disputas experimentaram no contexto das políticas governamentais do Partido dos Trabalhadores (PT), acirramento que expressou, nas fronteiras desse sindicalismo, os embates e as divisões que vinham se dando nas esquerdas partidárias e sindicais diante do progressivo crescimento das força e influência político-institucional conquistadas ao longo dos governos peesedebistas pelas duas principais organizações surgidas do Novo Sindicalismo, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

¹ Criado em 25 de julho de 1988, elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo e professor universitário, para os dois mandatos presidenciais que antecederam os governos nacionais petistas, num período que foi de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. (Disponível em: <http://www.psdb.org.br> e <http://fundacaoofhc.org.br>).

A atual fisionomia político-ideológica das correntes internas do sindicalismo docente em estudo configurou-se, pois, em meio às contradições e rearticulações que, dadas entre diferentes tradições das esquerdas nacionais, desenvolveram o campo político que se fez capaz de eleger, em 2002, Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Brasil. Nesse sentido, reconhecemos as estreitas relações existentes entre o acirramento e a formalização das disputas político-ideológicas desse sindicalismo e as dissidências e cisões vividas pelo campo político petista/cutista nesse período.

Ora, foi nesse contexto que encontrou origem um “novo” campo político nas esquerdas brasileiras, constituído das dissidências e cisões no PT e na CUT. Respectivamente: no âmbito partidário, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), criado no ano de 1994¹, e o Partido Socialismo e Liberdade (Psol), criado em 2003²; e, no âmbito sindical, a Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP Conlutas), emergente a partir de 2004³, e as duas intersindicais, a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; e a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, emergentes a partir de 2006⁴.

Esses processos gerais decalcaram-se localmente da seguinte forma ao longo da trajetória organizativa do sindicalismo docente da Educação Superior federal no Ceará: à

¹ Cf. Portal do PSTU. (Disponível em: <https://www.pstu.org.br> e <https://www.facebook.com/pstu16/>).

² Cf. Portal do Psol. (Disponível em: <http://psol50.org.br/>).

³ Iniciada como uma Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), assumir-se-ia, a partir de 2010, como uma Central Sindical e Popular (CSP Conlutas). (Cf. Miranda, 2011a, p. 250; Rodrigues, 2015; Cf. História, disponível em <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>). Rodrigues (2015, p. 8) sublinha o fato de que também a “CTB, formada em 2007, e que era representada na CUT pela Corrente Sindical Classista (CSC) deixou essa central em 2006”. A Conlutas e Intersindical têm “concepções e práticas bem distintas”. Na mesma direção, Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 23) afirmam a existência de “[...] três distintas organizações brasileiras, formadas ao longo dos anos 2000 a partir de dissidências da Central Única dos Trabalhadores (CUT): uma central estritamente sindical, a Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); uma central sindical e de movimentos populares, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e um agrupamento nacional de sindicatos, a Intersindical. [...] A criação dessas organizações faz parte de um processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro, em curso desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003 [...], e que se consolida com a aprovação da lei de reconhecimento das centrais, em 2008, a lei 11.648”.

⁴ Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 26, 59-60) explicam que a Intersindical “foi criada em 2006” com o objetivo de “resgatar os princípios fundamentais que teriam norteado a fundação da CUT”. Em 2008, divide-se em duas: a “Intersindical ‘Instrumento de luta e organização da classe trabalhadora’ e a Intersindical ‘Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central’”. Esta última “ensaiou um movimento de fusão com a Conlutas em julho de 2010, iniciativa que não vingou. Em 2014, fundou oficialmente a Intersindical – Central da Classe Trabalhadora”. Nem “todos os dirigentes e sindicatos que integram a Intersindical deixaram a CUT, optando por um duplo movimento: ao mesmo tempo em que avaliam que a resistência e o enfrentamento no interior da CUT não são mais suficientes, entendem que é preciso reconhecer a legitimidade daqueles que continuam lutando dessa forma”.

medida que alguns setores, componentes locais da corrente Andes-AD, buscaram dar aprofundamento, a partir de meados dos anos 1990, à sua hegemonia na diretoria do Andes-SN em simultâneo comprometimento com a construção desse “novo” campo político das esquerdas nacionais, a Adufc-SS foi sendo hegemonizada pelo grupo que, em direção contrária àquela intenção, se fez cada vez mais próximo dos posicionamentos dados ao campo político petista/cutista pela(s) corrente(s) Articulação/Campo Majoritário/CNB, movimentação que o fez aprofundar relações com as tradicionais esquerdas comunistas no país, desde sempre atuantes no “movimento docente”.

Assim, foi se gestando a formalização de uma oposição à Andes-AD no Andes-SN, a Andes-Sind. Formalizada apenas em 2001, foi responsável pelas articulações do que viria a tornar-se, em 2004, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (Proifes-Fórum), base para o desenvolvimento da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação), criada em 2012. Essa oposição interna, mesmo tendo resistido a formalizar-se, esteve sempre inserida na vida política desse sindicalismo: em 1981 (na composição da primeira diretoria da Andes), em 1986 (na disputa eleitoral entre as chapas Andes-AD e Andes Hoje), em 1994 (no estabelecimento do Fórum-Andes Plural) e em 1998 (na primeira e única derrota eleitoral experimentada pela Andes-AD).

Hegemônica na diretoria da Adufc-SS desde o biênio 1999-2001, a corrente interna Andes-Sind dirigiu sua transformação, dada alguns anos depois, numa organização sindical estadual autônoma e confederada, o Adufc-Sindicato, uma das mais importantes bases locais, veremos, para o estabelecimento nacional da Proifes-Federação.

Ao longo desse segundo período de transição entre formas organizacionais desse sindicalismo, encontraram seu definitivo fim, dessa forma, quaisquer de seus regimes de conciliação entre divergências político-ideológicas sustentados, em alguma medida, por afeto e camaradagem, mínimas que fossem. Tais regimes conciliatórios haviam circunstancialmente marcado o “movimento docente” até a Redemocratização.

Uma das objetivações desse fato encontra-se no estabelecimento, local e nacional, de eleições intensamente disputadas por chapas concorrentes, visando à direção oficial de suas organizações. No país, a partir de 1986, ano em que, não decerto por mera coincidência, estabeleceu-se a corrente Andes-AD. No Ceará, a partir de 1999, num processo local que já prenunciava as fundações, cronologicamente aproximadas, da corrente Andes-Sind e do Proifes-Fórum.

2.1. Andes: federação de associações ou associação nacional?

i. Uma “estrutura nova”: a “primeira grande luta”

Liderança amplamente reconhecida nos movimentos instituintes da Adufc e da Andes, em cujas diretorias vimos ter assumido destacados cargos ao longo da extensa carreira docente e sindical, Agamenon Almeida afirmou em entrevista concedida a esta pesquisa¹ ter sido sempre uma das intenções de parte dos envolvidos no Movimento das Comissões Pró-ADs que ambas assumissem a condição de sindicatos oficiais. Vejamos o que o professor afirma a esse respeito:

Primeiro, sob um ponto de vista sindical: quando fosse possível, seria um sindicato, sindicato de professores de universidades públicas federais, estaduais, municipais e das [universidades] particulares também. Já no início havia essa ideia, é tanto que quando foi criada a entidade você tinha gente de algumas [universidades] particulares, que se organizaram em ADs também. A outra coisa era a visão, que depois vai ser levada pro sindicato, quando foi aberta a possibilidade de ser sindicato [pela Constituição de 1988], que era a de ser um sindicato nacional e não aquela estrutura tradicional, federativa. Segunda coisa: não queremos o imposto sindical! Quando vier, nós não cobramos o imposto sindical. Quer dizer, o professor, o sindicalista tem que vir e sustentar o sindicato. Você não vai obrigar a quem não quer se associar, que é a visão bem peleguista², criada pelo próprio Getúlio [Vargas], de sindicatos sob tutela estatal. Então era um quadro interessante, primeiro porque era uma estrutura nova. Como funcionaria o sindicato nacional? Não já tinha as ADs? Então vamos criar uma AD nacional. Tanto que quando foi criado o sindicato, as ADs foram transformadas em seções sindicais. Eu era associado à associação nacional e não à Adufc, mantinha a Adufc como um elemento representativo, organizativo, operador em nível local. Tanto que, logo depois, houve a criação do Proifes, que era justamente pra ter o sistema anterior, que era o da estrutura pelega, do sindicato do capitalismo, que você tinha no mundo todo.

Anos antes, Agamenon Almeida afirmara que, “na criação da Andes, a primeira grande luta de ordem político-ideológica foi o caráter da associação – se seria uma federação de associações de docentes ou se seria uma entidade nacional de docentes” (ADUFC, 2005, p. 7). Na ocasião, arrematou a informação histórica com a defesa de sua perspectiva da questão: a

¹ Realizada no dia 24 de outubro de 2016.

² Trata-se o “pelego”, segundo Rêses (2013), da “versão aprimorada do velho ‘krumiro’ ou colaboracionista ‘amarelo’”. A palavra é “origem gaúcha” e “significa a lâ do carneiro usada para amortecer o contato da sela com o cavalo”. Os “sindicalistas amarelos” ou Krumiros remetem a uma expressão surgida “na França (krumirs) no século XIX e vincula-se à fama dos orientais no movimento operário, vistos pelos demais como fura-greve, sabotadores do movimento e colaboradores com os patrões”, assim como sua “obediência e subordinação ao governo”.

“segunda alternativa, que representava um avanço político frente ao sistema convencional do movimento sindical de trabalhadores, foi vitoriosa, sendo mantida quando da transformação da entidade em Sindicato Nacional, após a Constituição Federal de 1988”.

Na entrevista concedida em 2016, Agamenon Almeida explicita diretamente seus motivos para interpretar a forma organizacional finalmente assumida pela Andes, a de uma associação nacional de docentes, como um “avanço político” em relação à “estrutura tradicional, federativa”: tratando-se de uma “estrutura nova”, seria capaz de superar a “estrutura pelega do sindicato do capitalismo, que você tinha no mundo todo”.

Ativa participante, ao lado de Agamenon Almeida, nas movimentações instituintes da Adufc, em cuja primeira diretoria foi 1ª Secretária (1980-1982), assumindo, pouco depois, sua vice-presidência (1984-1986), a professora Maria Auxiliadora Lemenhe¹ faz hoje, segundo afirmou em entrevista², a seguinte avaliação daqueles processos:

A polêmica, ela é criada entre duas interrogações: “o movimento docente deve estar organizado segundo aquela tradição da estrutura sindical brasileira, que é getulista, corporativa, de Estado etc.? Isso pode não ser bom pra nós”. Pode-se até dar outro rumo à isso: “a casca é a mesma, mas se atua diferentemente”. Uma outra banda achava que o professor deveria ser vinculado a uma associação local (...) mas a perspectiva era a de evitar a estrutura viciada etc. Sabe aquele receio de que, numa ordem ditatorial, você entre num modelo que vem dessa mesma ordem no passado... eu me vinculava mais ao [modelo] de associação, federação, confederação..., mas, com o passar do tempo, eu acho que isso tudo era uma bobagem! Eu acho que se a associação tivesse se tornado um sindicato mais cedo teria sido melhor. Agora... talvez tivesse também mais problemas internos, na relação com a reitoria, com os colegas refratários a que o professor (“o cientista”! [risos]) fizesse greve... eu até não sei se não havia na cabeça de alguns de nós a perspectiva de que seria uma estratégia para conquistar adesões a greves, a associação.

Baseando-se em testemunhos e documentos, Otranto (2000) faz ver que não se tratava a linha de argumentação defendida até o presente por Agamenon Almeida de uma opinião somente individual. Esse era o discurso coletivo do grupo no qual aquele professor cumpria, com Maciel, um papel de liderança local e nacional. Para seus membros estava certo, afirma a autora, que “uma federação de ADs, ou seja, uma entidade de entidades” acabaria por colocar sua nascente organização associativo-sindical no caminho de um “sindicalismo atrelado ao Estado e sustentado pelo imposto sindical”. Enquanto isso, uma “associação nacional” propiciaria,

¹ Deste ponto em dia a professora será nomeada como Auxiliadora Lemenhe, conforme uso disseminado no campo.

² Entrevista concedida no dia 12.12.2016.

além de autonomia para a nascente organização, uma maior democracia interna, já que possibilitaria “maior participação de base”.

Considerada a caracterização que vimos Ridenti (2007b, p. 49) sugerir, no capítulo anterior, para a natureza das transformações sofridas pelas esquerdas nacionais ao longo do período de normalização capitalista-dependente da vida social no país – fim do “ciclo histórico que se abriu com a fundação do Partido Comunista em 1922, caracterizado pelas concepções ditas de vanguarda da classe operária” e início do ciclo hegemônico pelo PT, no qual as “esquerdas brasileiras” tenderiam a “apostar nas lutas das ‘bases’ por direitos sociais, a valorizar as liberdades civis e a democracia associadas à ideia de socialismo, ainda que sem consenso sobre esses conceitos” –, vemos a forte influência, também já reconhecida, do Novo Sindicalismo e, portanto, da nova esquerda, então em formação, sobre o grupo ao qual Agamenon Almeida e Maciel estavam vinculados no processo de invenção do sindicalismo em estudo. Vitoriosa no congresso de fundação da Andes, essa é a perspectiva que, desde então, dá configuração a sua fisionomia organizativa pública.

Daí que, se a vemos apresentar-se em seu primeiro boletim oficial, publicado em março de 1981 – um mês após sua criação –, como “uma associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o Brasil, e não apenas das diretorias de Associações de Docentes”¹, a vemos hoje afirmar-se², já como Andes-SN, na condição de uma organização que “rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 30, e [que] se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho”. Teria logrado essa realização fazendo-se um “sindicato nacional com seções sindicais nos locais de trabalho” e funcionando como “uma entidade autônoma em relação a partidos políticos”, mantida somente “pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória”. Em sua “estrutura”, “todas as decisões” seriam “deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes” de suas “diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais”, as quais “possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria”.

¹ Cf. Andes, 1981. (Disponível no Arquivo Adufc - Pasta 1.1.10. Mobilizações/Greves. Movimento Docente. 1982-1984, 1986(?), 1988/89(?), 1990, 1993/94(?), 1995. Comissão Nacional de Mobilização-Relatórios. 1996-2001).

² Cf. Andes-SN. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>).

O que pensavam acerca dessas questões os membros do grupo que teve vencida sua perspectiva sobre, como disse Agamenon Almeida, o “caráter da associação” ali em emergência? Seria correto pressupor estarem comprometidos, como pode fazer crer uma dedução de lógica inversa simples, com um “sindicalismo atrelado ao Estado e sustentado pelo imposto sindical”, não tendo como preocupações a democracia interna e uma “maior participação de base”? Apesar da evidente importância dessa informação para um entendimento mais completo do tema, os registros e discussões sobre o assunto se fazem, até o presente, escassos.

Numa das poucas ocasiões em que a questão foi abertamente tratada, na seção “Memória do Movimento Docente” do número 11 da Revista Universidade e Sociedade¹, publicada pelo Andes-SN, pergunta-se a um dos líderes do grupo de perspectiva vencida, o professor Luis Pinguelli Rosa², sobre a “diferença de fundo entre os dois grupos que formavam a composição política da Andes” naquele momento inicial da organização, particularmente “em relação à concepção de Sindicato ou da entidade que se formava”.

Sua resposta tem início com o esclarecimento de que a “concepção sindical certamente era puxada mais pelo grupo que apoiava o Maciel”, candidato a presidente na chapa vencedora da primeira disputa eleitoral da Andes e, conseqüentemente, presidente da diretoria em que Agamenon Almeida cumpriu a função de vice-presidente nacional. De fato, o professor Osvaldo Maciel afirmara, na mesma seção daquela revista, em sua edição imediatamente anterior³:

Fazíamos um sindicalismo cujo modelo era o que tinha sido criado pelo pessoal do ABC [referia-se aos sindicatos operários que vinham desenvolvendo, na região do ABC Paulista, o já referido movimento político-sindical que ficou conhecido como Novo Sindicalismo, base social para a criação do PT e CUT]. O mesmo pessoal do ABC que apanhou muito e foi para a cadeia, mas deixou uma mensagem. (...) mais tarde, várias dessas pessoas vieram a fazer parte do Partido dos Trabalhadores, uma questão quase que natural. (...) No passado, o que havia era uma frente geral contra a ditadura, e toda a luta foi feita nesse contexto.

O grupo com o qual Pinguelli se alinhava tinha como inspiração associativa, por seu turno, outras experiências organizativas e político-ideológicas das esquerdas brasileiras.

¹ Entrevista concedida a Ana Manuella Soares e Luís Pedro Moreira para a Revista Universidade e Sociedade n. 11, publicada em 1996.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi presidente da segunda diretoria da Andes (1982-1984).

³ Entrevista concedida a Fábio Adriano Hening e Marcos Vinícius de Almeida Saul para Revista Universidade e Sociedade n. 10, publicada em 1995.

Planejavam para a nascente entidade do professorado universitário do país uma fisionomia organizativa mais próxima à de

(...) uma associação, nos moldes da Associação Brasileira de Física – aliás, uma das razões pelas quais eu fui parar no movimento docente [afirma Pinguelli] foi a minha participação como secretário nessa entidade e como membro do conselho da SBPC – uma concepção de atitude contra a Ditadura, que era o papel que essas entidades cumpriam naquele momento. O nascimento dessas entidades é justamente durante essa luta, mais a luta sindical, por salário e carreira, que também era real. (...) O grupo entendia que a Andes deveria ser uma entidade mais próxima do que eram entidades como a SBPC e a OAB, mesmo mantendo suas características sindicais.

Presidente da Adufc no biênio 1991-1993, a professora Adelaide Gonçalves nos contextualiza sobre as circunstâncias que levaram as entidades científicas anteriormente referidas por Pinguelli a participarem, mesmo sem compromissos com a concepção sindical-trabalhista que vinha sendo desenvolvida pelo Novo Sindicalismo, do processo de criação de uma organização associativa de docentes da Educação Superior do país capaz de estar orientada por esse “papel” e “atitude contra a Ditadura”:

É anos 80, né!? [É] luta contra a Ditadura... a Andes se forma precisamente aí nesses grandes embates de perfil mais progressista da SBPC. Hoje não, mas naquela altura ela estava na frente nisso (...) a SBPC torna-se o estuário para onde vão os da Ciência progressista (...). Alguns eram militantes do PCB (...) físicos, químicos, arquitetos (...), matemáticos... formam o Instituto de Matemática Pura e Aplicada do Brasil e alguns são caras claramente de esquerda, que são os primeiros doutores do Brasil.¹

Confirmando o anteriormente apontado por Ridenti (1995), vê-se que, apesar de certa unidade média em torno das ideias de “democracia” e “socialismo”, não havia entre os inventores do sindicalismo em estudo “consenso sobre esses conceitos”. Aquele não era, no entanto, como também já apontara o autor (idem), um privilégio do professorado da Educação Superior, tratando-se de uma das características gerais do “setores das novas classes médias” comprometidas, naquele contexto nacional, com a construção de “identidades críticas em relação à ordem estabelecida”, o que faziam, em todo caso, “sem univocidade político-partidária ou ideológica”.

Expressão, à esquerda, da ambiguidade conjuntural dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras, tal ausência de univocidade no “movimento docente” dragava para seu interior as divergências que progressivamente afastaram, no sindicalismo brasileiro em geral, conforme explica Rodrigues (1991, p. 18, 21, 23), “os comunistas e outros dirigentes da

¹ Entrevista concedida em 11.11.2016.

tendência ‘unidade sindical’”, de um lado, e os “autênticos” e a “Igreja” progressista no Novo Sindicalismo, de outro. Facilmente percebemos quanto Pinguelli e o grupo organizado em torno de seu nome e ideias estavam aproximados dos primeiros e os que se organizavam em torno do nome de Osvaldo Maciel e Agamenon Almeida aproximavam-se mais dos segundos.

A corrente Unidade Sindical, esclarece Rodrigues (1991, p. 27), reunia “sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PC do B e do MR-8” e, “além de ser contra a criação do PT”, insistia “na necessidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais de modo a garantir a transição democrática, que considerava fundamental”. Entendia, por isso, que “as mobilizações dos trabalhadores deveriam ser efetuadas com a prudência necessária, a fim de evitar um confronto com os militares”, pois este poderia “retardar ou fazer retroceder a abertura democrática”. Diferente do que era defendido “pelas correntes mais radicais” do sindicalismo no país, rejeitava, por exemplo, a “ideia de uma greve geral” naquelas circunstâncias.

Mesmo localizadas à esquerda, as diferenças político-ideológicas entre os grupos que então se organizavam na Andes em torno dos nomes de Maciel e Pinguelli, advindas de tradições sindicais e político-partidárias distintas e divergentes, tinham potencial suficiente para desdobrar-se em situações de intenso conflito interno no nascente sindicalismo dos professores e professoras da Educação Superior brasileira. E, efetivamente, segundo opinou Pinguelli na entrevista já referida, as tensões que foram se desenvolvendo começaram a apresentar-se como desafios “mais para Freud do que para Marx”.

ii. “mais para Freud do que para Marx”

Com essa expressão, Pinguelli tentava esclarecer a seguinte situação, trazida à tona por Maciel em sua entrevista à revista do Andes-SN, já também referida: durante a greve de 1980, imediatamente anterior à criação da Andes, o general Rubem Ludwig, então ministro da Educação, visitou o Rio de Janeiro. Segundo Pinguelli, o movimento aproveitou a situação para realizar

(...) uma manifestação no térreo do antigo prédio do MEC [Ministério da Educação e Cultura], no centro do Rio. Para nossa surpresa, o general aceitou receber uma representação dos docentes: fomos eu, Liana Cardoso, o professor Rui, da Física, e outros colegas [da ADUFRJ]. Chegamos lá e, para nossa surpresa, ele nos recebeu muito educadamente. A imprensa estava presente. Muitos professores ligados ao movimento nacional não gostaram do encontro. Nós de fato abrimos o caminho da negociação. Somente dissemos a ele que queríamos uma negociação, mas não

conosco, e sim com o comando de greve¹, que estava em Goiânia. Aí surgiu a polêmica (...) devido à iniciativa de nosso encontro com o Ludwig, que foi a solução da greve, porque abriu a negociação; criou-se uma celeuma sobre a conveniência dessa atuação. (...) houve uma “brigaria” monstruosa [na eleição da primeira diretoria da Andes, ocorrida contemporaneamente ao fato]. Eu fui, inclusive, acusado de ser espião. Eu tinha sido oficial do Exército e fui acusado de ser do SNI. Isso porque eu tinha sido preso no dia primeiro do abril de 64, como oficial, e respondido a um inquérito do general Estevão Resende.

Perguntado sobre as relações entre esse episódio e a vitória de seu grupo nas eleições para a primeira diretoria da Andes, assim como na determinação de sua forma organizativa e fisionomia pública finais, Maciel afirmara em sua entrevista antecedente:

(...) além do fato de termos uma boa organização [referia-se à Apufsc] e de termos trabalhado um pouco na organização nacional, aconteceram, durante a greve de 80, alguns episódios envolvendo o professor Pinguelli e sua associação, que era da UFRJ. Eles ficaram um pouco malvistas a nível nacional. Enquanto nós estávamos lutando para expandir a greve, alguns colegas da diretoria dele, e ele por consequência, quase por osmose, queriam negociar com o governo. Estavam com muito receio de fazer a greve. Mais tarde, houve um lance interessante em que o ministro Ludwig foi ao Rio de Janeiro, não sei o que ele foi fazer por lá, e o Pinguelli, enquanto presidente de uma entidade cuja categoria estava em greve, foi falar com o ministro. Foi e apareceu numa foto do Jornal do Brasil apertando a mão do general. Isso foi uma coisa que depôs contra ele. Não havia nada demais em ele chegar lá e apertar a mão do general, só que para nós o general era o malefício, encarnação do demônio e anticristo. Então, ele ficou um pouco malvisto a nível nacional. (...) naquele momento havia uma luta política, e nós achávamos que, se eles ganhassem a eleição, iriam tender a ficar um pouco mais na retranca. Nós queríamos avançar a luta sindical, política e associativa. Havia diferenças básicas de concepção de sindicalismo entre nós e o grupo do Pinguelli e outros grupos.

Otranto (2000) afirma que as compreensões sobre o histórico “confronto entre estas duas concepções (...) foram, em parte, prejudicadas pela greve que aconteceu em 1980”. Segundo a autora, estabeleceu-se “um certo viés, um confronto artificial, entre o grupo que havia defendido a deflagração da greve, que prevaleceu, e o grupo que propunha o adiamento da

¹ Grupos formados por membros de um agrupamento ou categoria profissional visando a coordenação e representação de seus movimentos de paralisação reivindicativa de atividades laborais, os comandos de greve (CG) são, quase sempre, eleitos pelo plenário das assembleias sindicais em que se decidem as deflagrações das greves que coordenarão e sua existência e poderes restringem-se ao seu período de realização. Suas atividades são realizadas, idealmente, com recursos financeiros do sindicato e desenvolvidas em parceria com os grupos de direção organizacional sindical cujas administrações encontram-se vigentes. Em todo caso, como a participação nos mesmos acaba por fazer-se também uma forma estratégica de autopromoção e propaganda para grupos que eventualmente disputam a gestão da organização sindical, a participação nos CG é bastante concorrida, provocando e/ou aprofundando tensões entre membros de diferentes e divergentes agrupamentos político-sindicais das categorias em torno do protagonismo e visibilidade na condução das greves. No caso de greves de categorias e sindicatos de abrangência nacional, como se dá com os professores das universidades federais brasileiras, as greves costumam dar-se, sincronicamente, em dupla dimensão, local e nacional, o que requer a criação de um Comando Nacional de Greve (CNG), no qual participam, além da diretoria nacional do sindicato, representantes dos comandos de greve nas seções sindicais de cada Estado, chamados nesse contexto de Comandos Locais de Greve (CLG).

greve”, isto é, respectivamente, entre o grupo a que pertenciam Agamenon Almeida e Maciel e o grupo formado por Pinguelli e outros.

Tinha sido já essa a direção analítica tomada por Donatoni (1999, p. 182) no tratamento que deu à mesma questão em sua tese sobre a trajetória histórica do movimento docente universitário no país:

(...) embora importante, não poderá ser tratada com a profundidade que merece, uma vez que, na documentação pesquisada, não foram encontradas referências que a esclarecessem de forma consistente, pelos vieses das análises políticas que foram, em parte, prejudicadas pela deflagração da greve de 1980 (...).

Apesar de bem estabelecida na literatura do campo, a perspectiva apresentada pelas autoras sobre aquela situação histórica faz-se analiticamente problemática quando posta no contexto geral das informações que até aqui já detemos. Assumida a presente perspectiva teórico-metodológica, aqueles embates, divergências e polêmicas em torno de estilos de ação e organização associativo-sindical, antes de apenas apontarem animosidades de ordem interpessoal e/ou questões eventuais (realizar ou não greve etc.), sinalizam-nos, em si mesmos, um primeiro momento de objetivação interna da tendência à fragmentação político-associativa que acompanha, necessariamente, a (inconsciente) adesão ideológica desse professorado, via legalismo sindical¹ de esquerda, ao sindicalismo oficial; adesão na qual as divergências político-ideológicas, dadas as características fundamentalmente intelectuais do trabalho docente universitário, cumprem um papel denegatório central, como veremos no quarto capítulo.

iii. Coesão?

Como reconhecido por Miranda (2011a, p. 19, 20) ao tratar dos aspectos metodológicos de sua pesquisa acerca desse sindicalismo, embora a “dinâmica da constituição das correntes políticas atuantes nas entidades, em seu movimento de fragmentação político-associativa e de rearticulação, nem sempre permitiu que estas fossem identificadas com precisão”, a “relação dos partidos políticos com os sindicatos” apresentou “relevância para a análise das entidades”.

¹ Trataremos da ideologia da legalidade sindical e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

A própria conclusão da tese de Donatoni (1999, p. 266) corrobora, em contradição a sua interpretação daquela situação histórica inaugural do sindicalismo em estudo, o entendimento de Miranda:

(...) não podem ser ignoradas as tendências político-ideológicas, facções ou partidos políticos que detiveram a hegemonia do movimento docente ou que lutaram contra essa hegemonia, mesmo porque ignorar tal fato implica no empobrecimento, na incompreensão e inadequada interpretação da história do movimento.

A contradição interna à argumentação de Donatoni talvez tenha lhe escapado em função de seu engajamento na defesa de uma interpretação da trajetória desse sindicalismo que, como se pode ler no trecho abaixo – também retirado da conclusão de sua tese –, deseja apresentá-lo como um movimento que foi, gradativamente,

(...) somando forças e se tornando cada vez mais coeso pela atuação de seus líderes, que se aglutinavam inicialmente nos encontros da SBPC, na década de 70 e em outros encontros de docentes que se realizaram na época e que acabaram culminando com a criação da Coordenação Nacional de ADs, em 1979 e com a criação da Andes, em 1981. (DONATONI, 1999, p. 266)

Continuaremos a ver no acompanhamento histórico da trajetória organizativa desse sindicalismo, porém, que, diferente do que afirma Donatoni, a coesão interna tratou-se nele de um fenômeno apenas episódico. Nos poucos momentos em que foi experimentada, esteve muito mais condicionada, veremos, pelos diferentes contextos políticos nacionais nos quais o mesmo se movimentava que pelos efeitos de autonomia e unidade advindos da forma organizacional assumida, como supunham os partidários da proposta Associação/Sindicato Nacional e querem fazer entender as apresentações oficiais contemporâneas do Andes-SN; produzidas estas, de resto, pela própria perenidade da hegemonia dirigente do grupo que defendeu vitoriosamente tal forma organizacional.

Em alguma medida ciente, ao que parece, dessa contradição fundamental a sua tese, bem como das dificuldades de demonstração empírica da interpretação a partir da qual busca dar sentido à trajetória organizativa do sindicalismo que ela toma por objeto, Donatoni apresenta afirmações que intentam dar maior sustentação a sua perspectiva. A natureza por demais ampla das mesmas acaba por, entretanto, manter a fragilidade geral de seu argumento:

(...) entrevistas com algumas lideranças que participaram ativamente desses Encontros apontaram que, no que se refere a algumas questões específicas da categoria como um todo, as divergências eram pequenas, pois as mesmas iam ao encontro das necessidades e interesses da categoria docente como um todo, ao mesmo tempo em que não chegavam a abalar as concepções político-ideológicas das diferentes tendências presentes no movimento docente. (DONATONI, 1999, p. 239, 240)

Como se pode ver, a autora defende que as “concepções político-ideológicas das diferentes tendências presentes no movimento docente” não chegavam a se expressar fortemente em “questões específicas da categoria como um todo”, tratando-se, nesse âmbito, de “divergências (...) pequenas”. Ora, para sustentar tal ideia é necessário desvincular das concepções político-ideológicas daqueles grupos suas posições sobre questões em nada “pequenas” para a “categoria como um todo”, tais como a própria forma organizacional a ser assumida por sua entidade nacional, os modos de relação negocial com o Estado (empregador da maioria de seus membros, na condição de funcionários públicos), bem como sobre a oportunidade, ou não, da realização de greves em determinados momentos e contextos.

Novamente, encontramos no próprio trabalho de Donatoni (1999, p. 162, 163) informações que ajudam muito na compreensão dessa situação. Na entrevista por ela realizada com uma das testemunhas diretas daqueles processos, o professor Ivan Miguel Costa¹, vemos afirmado que o intenso conflito entre as “concepções político-ideológicas bem diferenciadas dentro do movimento”, desde seus momentos iniciais, foi sempre “escamoteado nas discussões” em plenárias de eventos, acabando por desaparecer “nos documentos oficiais das entidades”.

Para Ivan Costa, somente dessa forma se explica ter sido “criado e reforçado o mito de um movimento puro, representativo das bases e sem nenhuma vinculação ideológica ou político-partidária”. Ele continua:

Quem conhece por dentro o movimento sindical brasileiro sabe que isto não é verdade. A criação da Andes uniu, num primeiro momento, professores que traziam história prévia de militância político-sindical, ideologia de esquerda e vinculação partidária claramente definidas; professores engajados no levante da sociedade civil contra a ditadura militar, que conheciam bem a necessidade de organização e de unidade e professores de ideal acadêmico, apenas fascinados com o arejamento e o clima de liberdade que estava nascendo. O primeiro grupo tinha experiência maior, estratégia clara da necessidade de se evoluir para o Sindicato Nacional e a garra da militância. Foi o grupo que mais trabalhou no início do processo para viabilizar a entidade nacional (...). Além do mais, no grupo sindical já havia a mesma divisão ideológica que sempre atravessou o movimento sindical brasileiro, que pode ser resumido em concepções PT versus concepções PC.

Também uma testemunha direta daquele período, o professor Estevão Arcanjo², entrevistado durante este estudo, sugere, na mesma direção argumentativa de Ivan Costa (embora com maior precisão nas informações), ser necessário localizar aqueles embates originários do sindicalismo de professores universitários do país nos amplos movimentos que eram então

¹ Universidade Federal de Uberlândia.

² Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2016.

empreendidos pelas diferentes esquerdas nacionais em busca de “recriar as entidades” após a Ditadura Militar. Nesse sentido, afirma ainda, comparando aquele momento inicial e a situação desse sindicalismo no ano de 2016, que “desde ali [início dos anos 1980] você já tem uma tensão muito grande”:

Você está naquela polarização sobre ou recriar as entidades no modelo tradicional e antigo, que tinha sido rompido em 64 – a estrutura da UNE, que é uma estrutura verticalizada, a partir dos centros acadêmicos – ou criar novas formas, formas mais abertas. Há grande tensão (...) com esse grupo mais ortodoxo, digamos assim, o pessoal ligado ao Partidão, ao PC do B, ao MR8 [Movimento Revolucionário 8 de Outubro], do qual eu participei um pouco (...). Mas não eram dois grupos, eram três, tinha o grupo do PT também, que vinha surgindo, esse grupo dos partidos tradicionais (...) e os trotskistas da Libelu, o Liberdade e Luta (...), a Quarta Internacional (...).

Corroborando a ênfase de Estevão Arcanjo sobre ser aquele um momento de reconstrução, bem como sobre o papel central que nele tiveram os alinhamentos com diferentes partidos e posições político-ideológicas à esquerda, Rodrigues (1991, p. 40) afirma:

Ocorre que a reorganização do movimento sindical, notadamente os esforços em direção à formação de entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidos por correntes político-partidárias. Algumas delas existiam antes dos regimes militares (caso dos partidos comunistas, das organizações trotskistas, do trabalhismo e do nacionalismo populistas, especialmente); outras tendências e organizações políticas haviam se formado no processo de abertura (...).

Na mesma direção das afirmações de Ivan Costa, Estevão Arcanjo e Rodrigues, Monte (2015, p. 81-83), após reconhecer que “as organizações da classe trabalhadora eram muitas” e que o “PCB ainda tinha grande influência no movimento de massas”, dá ênfase ao fato de que, naquele momento, também “agrupamentos menores (...) disputavam os rumos das mobilizações operárias e estudantis”, chamando atenção, nesse sentido, ao “papel desempenhado pela Liga Operária (LO)”, bem como por “outras organizações, por exemplo a Ação Popular (AP), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros”.

Em sua já referida entrevista à revista do Andes-SN em 1996, Pinguelli nos acrescenta informações esclarecedoras das expressões desse complexo cenário político-ideológico e partidário das esquerdas nacionais no âmbito do sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira, que ali surgia:

Digamos que a entidade ficou dividida entre a política do (...) Partidão, o PC do B e alguns membros da Democracia Socialista (uma tendência [trotskista] do PT), e uma outra concepção de universidade, politizada, mas não partidária, que achávamos mais viável. (...) Ainda em Campinas, onde foi fundada a Andes, eu

era candidato à presidência, apoiado por um grupo grande, que eu poderia dizer que representava o que veio a ser parte do PT – a chamada Articulação do PT [outra tendência/corrente do partido]. Não que a Andes fosse partidarizada. Mas muitas das pessoas que se destacaram ao longo de sua atuação no movimento, se identificavam com essa corrente do partido. Outras correntes mais à esquerda participavam – como a Convergência Socialista, a Democracia Socialista, o PC do B – e outros partidos e grupos que formavam uma esquerda mais radical do movimento e sua articulação resultou na eleição do professor Osvaldo Maciel.

Esses depoimentos deixam claro quanto o alinhamento aos diferentes partidos e correntes político-ideológicas das esquerdas nacionais foram determinantes naquele momento do sindicalismo a cujo estudo estamos aqui dedicados. Nesse sentido, importa atentar ao fato de que aqueles conflitos político-ideológicos se davam, em seu âmbito, aguçando não apenas divisões gerais entre as esquerdas brasileiras mas, igualmente, divisões internas a suas legendas partidárias, no que se fez um caso de particular exemplaridade o do PT, um partido constituído, desde suas origens, na forma de uma ampla frente de correntes políticas de esquerda.

Diferente do que sugeriu Miranda (2011a, p. 209)¹, para quem a “demarcação das correntes políticas no interior da Andes não seria algo preciso”, parece mais correto entender, pois, que as características próprias do sindicalismo dos segmentos intermediários desenvolvido pelos professores da Educação Superior pública brasileira, deram, em seu âmbito, ainda mais nítida demarcação às diferenças e divergências político-ideológicas das esquerdas nacionais. Vejamos.

As correntes petistas de orientação trotskista, consideradas naquele contexto como mais radicalizadas, caso, por exemplo, das citadas Convergência Socialista e Democracia Socialista, estiveram próximas do grupo ao qual pertenciam os professores Osvaldo Maciel e Agamenon Almeida, com clara inspiração no movimento neossindicalista, enquanto a também citada corrente petista Articulação, ali considerada como mais moderada, alinhou-se ao grupo constituído pelo professor Pinguelli e seus companheiros, somando forças com grupos partidários da esquerda comunista, que, como afirmou Estevão Arcanjo, apresentava-se ali como “mais ortodoxa” e estava sindicalmente organizada, como esclarece Rodrigues (1991), pela Unidade Sindical. Algo das aproximações político-ideológicas da corrente petista mais moderada com a perspectiva PC – para usarmos uma expressão de Ivan Costa –, está já dada no nome oficial da Articulação, “Articulação – Unidade na Luta (AUNL)”².

¹ Importa reconhecer que Miranda apenas repete, neste ponto, as sugestões de Navarro (1999, 2001), encontrando-se no influxo interpretativo majoritário da literatura existente sobre o assunto. Veja-se, nesse sentido, as confluentes posições de Donatoni (1999) e Otranto (2000).

² Monte (2015, p. 164) explica que o “grupo surgiu em 1983, a partir do Manifesto dos 113 que tinha como lema central: Trabalho, Terra e Liberdade. Também conhecido, à época, como Articulação dos 113 e que,

Como veremos mais detalhadamente adiante, a história posterior do sindicalismo docente do professorado da Educação Superior brasileira fez-se lastreada no modo como, dando expressão interna às diferenças e divisões gerais das linhas político-ideológicas da esquerda sindical e partidária nacional, configuraram-se e posicionaram-se as forças e grupos que nele atuam desde seus momentos iniciais. Nesse contexto, vale ainda considerar um pouco mais a permanente expressão, em seu interior, das querelas, tensões e cisões gerais nas esquerdas do país.

Observe-se, nesse sentido, apresentar a tendência petista-trotskista Convergência Socialista, conforme sublinham Monte (2015, p. 83), origens anteriores ao PT. Sua história está referida, afirma o autor, ao “Movimento Convergência Socialista (MCS)”, criado em “janeiro de 1978” sob impulso da já citada Liga Operária, que objetivava “fundar um Partido Socialista com independência de classe em bases legais”. Anos mais tarde, em 1994, a tendência seria uma das forças políticas mais centrais na condução do processo de cisão organizativa promotora do surgimento do PSTU a partir de uma divisão interna ao PT.

Corroborando as afirmações que vimos, no terceiro tópico do capítulo anterior, terem sido feitas pela professora Tânia Batista acerca dos processos de desenvolvimento dos grupos político-ideológicos que viriam a, finalmente, dar origem ao mais recente “novo” campo das esquerdas nacionais, Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 25, 59, 60) explicam que a criação da CSP Conlutas a partir de 2004 foi realizada pela reunião da corrente cutista ligada ao PSTU, Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), a outras correntes sindicais dissidentes da CUT. Parte destas esteve, ainda segundo as autoras, à base da fundação, dada também naquele ano de 2004, do Psol, “entre elas o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento Avançando Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)”. É em meio a essa movimentação de rompimento com a CUT/PT que, “congregadas na Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES)”, as “correntes Alternativa Sindical e Socialista (ASS), Unidade Classista (corrente sindical do Partido Comunista Brasileiro/PCB) e correntes do Partido Socialismo e Liberdade/Psol (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL)”, criam, a partir de 2006, as Intersindicais.

posteriormente, passou a ser identificada por Articulação – Unidade na Luta (AUNL). Dentre os principais representantes figuram Lula e José Dirceu. Para a eleição de 2002, a Articulação assumiu a denominação de Campo Majoritário e, após a crise do Mensalão, foi reconfigurada como Construindo um Novo Brasil (CNB), em 2007, para reestabelecer sua hegemonia no partido perdida em 2005, fato que ocorreu em 2009”.

Essas cisões partidárias e sindicais, vividas pelas organizações advindas do neosindicalismo, ao tempo em que criam no país um outro “novo” campo político de esquerda, deixam o PT e a CUT numa configuração interna propícia a sua plena hegemonização pela majoritária tendência Articulação/Campo Majoritário/CNB. Essa conduziria com certa facilidade, assim, os processos que levaram Lula à presidência nacional em 2003, dando início ao período de governos nacionais petistas encerrados pelo *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 2016.

Essa trajetória petista/cutista, dirigida pela Articulação, foi, como se poderia esperar, acompanhada por fortes críticas das tendências e partidos divergentes, os quais a acusam de ter preparado “o terreno para que os maiores instrumentos históricos construídos pela classe trabalhadora no Brasil, a CUT e o PT, se tornassem mais palatáveis ao Capital, e aos seus representantes, a burguesia”, o que teria deslocado essas organizações do “terreno da luta de classes” para o de “uma ‘esquerda do capital’” (MIRANDA, 2011a, p. 302).

Essa é uma linha de interpretação dos processos históricos em alguma medida apresentada seja pelos grupos trotskistas que, a exemplo da Convergência Socialista, romperam vínculos organizativos com o petismo e cutismo, seja por aqueles que nele se mantêm como críticos internos em diferentes níveis de compromisso organizativo oficial, caso das tendências Democracia Socialista e O Trabalho (MONTE, 2015, p. 164).

Tendo em vista a anterior trajetória organizativa das esquerdas partidárias e sindicais advindas do neossindicalismo, bem como sua influência direta na configuração organizativa do sindicalismo da Educação Superior pública nacional, evidencia-se, ainda mais, quão difícil se faz sustentar a hipótese, afirmada por Donatoni (1999, p. 266), de que tenha ele se feito “somando forças e se tornando cada vez mais coeso pela atuação de seus líderes”.

O fato é que, conforme afirma Ridenti (2004, p. 57), as “oposições” partidárias e sindicais em atuação nas esquerdas nacionais desde o período da Ditadura Militar iniciada em 1964 “nunca chegaram a se unificar”, havendo entre elas “divergências inconciliáveis”, já que “a única afinidade existente era o fim da ditadura”. Este é um fato inconteste quer diante da história posterior do PT e CUT quer da história da/do Andes/Andes-SN, organização que, como aquelas, experimentou rachas internos nos últimos anos.

De modo que, apesar dos “escamoteamentos” anteriormente afirmados por Ivan Miguel Costa, as divergências político-ideológicas e distintas pertencas partidárias na Andes

não tardaram em produzir, ainda neste primeiro momento de sua história, diferentes grupos em dissensão organizativa. Sobre o fato, Agamenon Almeida é esclarecedor¹:

Aí você tinha os azuis e os vermelhos, os pretos e os azuis, que eram as cores de tinta dos mimeógrafos. Era onde estavam visões diferentes sobre a universidade. Por exemplo, gente que era contra eleição direta pra reitor. E uma série de coisas assim, como paridade. Você tinha toda essa problemática (...). Aí começavam as tinturas político-ideológicas. Abertas ou ocultas, estavam presentes! Então tinha gente que a gente sabia que era do PC do B, outro que você não sabia quem era, enfim, trotskistas, etc. Enfim, tinha de tudo. (...) aí você tinha esse cara aqui e esse cara ali que eram, digamos, de visões diferentes. De tal maneira que isso vai marcar durante um tempo o sindicato. Só que tem um problema. E essa aí é uma questão polêmica. À medida em que o PT [cresce – diz, sem palavras, mas utilizando-se do típico gesto de afastar as mãos uma da outra simulando um movimento de explosão]... Porque até aqui a gente não era conhecido como partidos, éramos duas correntes, tinha uma que era a Andes Autônoma e Democrática (Andes-AD) e tinha outra que eu não me lembro o nome. Tinham visões político-ideológicas distintas sobre o sindicalismo (...) eu estava junto da Autônoma e Democrática. Só que depois, quando a questão dos partidos políticos no Brasil é retomada, com a criação de não sei quantos partidos e o fortalecimento do PT, aí começa a ter questões mais sérias. Porque aí já é a questão do PT, do partido. O único que desde o começo fazia isso era o PC do B, porque era um partido de centralismo democrático, tinha suas propostas, pegava seus militantes que brigavam até a morte pra sair aquilo que tinha sido aprovado no congresso do partido. O Partidão já estava se esvaindo, não tinha muita coisa. E tinha outras correntes, que a gente sabia. Mas, nesse momento, não tinha ainda a história de ser o meu partido... isso estava em construção. À medida em que isso vai acontecendo tudo muda de figura. A própria corrente Andes-AD, que era basicamente PT, ela se fecha. Em determinados momentos ela passou a dizer “não, nós não fazemos coalisão com ninguém”. Ou seja, é querer dar o tom.

O vínculo histórico de Agamenon Almeida à Andes-AD evidencia, no contexto de tudo o que estamos vendo, tratar-se essa tendência de uma continuação do grupo que saiu vitorioso nos embates originários desse sindicalismo em torno da forma organizacional e fisionomia pública a serem assumidas pela Andes: uma associação nacional que, assim que possível, deveria tornar-se um sindicato oficial! Tratava-se este do grupo que assumiu os principais cargos de dirigência na primeira diretoria dessa organização, no que contou com o apoio partidário, dentre outros, das correntes petistas ideologicamente mais aproximadas ao trotskismo/Quarta Internacional e, como vimos, com a oposição de outras correntes petistas, caso da Articulação.

O trabalho de Donatoni (1999, p. 226, 227, 239, 240) confirma, fundamentando-se em depoimentos “de algumas lideranças da época” e “entrevistados que não quiseram se identificar”, que esse grupo a que Agamenon Almeida e Osvaldo Maciel estavam ligados foi o mesmo que gerou, “mais tarde”, a tendência Andes-AD, um desdobramento organizativo do grupo que “saiu vitorioso na criação da Andes (...) em fevereiro de 1981, em Campinas/SP”.

¹ Entrevista concedida em 24 de outubro de 2016.

A autora acrescenta às informações dadas por Agamenon Almeida a esse respeito o fato dessa tendência não somente ter tentado, mas, efetivamente, conseguido tornar-se “majoritária no movimento dos docentes”, detendo “as maiores possibilidades” em situações nas quais se faziam necessárias uma “negociação ou aliança com os professores que são de outros partidos”.

Os depoimentos colhidos por Donatoni fazem ver que Agamenon Almeida, ao afirmar certo fechamento da Andes-AD em torno de si com o intuito de dar àquele nascente sindicalismo os rumos organizacionais mais aproximados possíveis às direções apontadas por seus compromissos político-ideológicos e partidários, não está, novamente, apenas emitindo uma opinião privada, mas pondo-nos diante de um entendimento disseminado entre alguns dos que viveram aqueles momentos.

Vejamos o que um dos entrevistados anônimos de Donatoni afirma sobre a situação ali estabelecida:

(...) parte dos professores que dirigiram a Andes não exerciam, de fato, a democracia durante o processo eleitoral que elegera a Diretoria do Sindicato. Isto ocorria porque, no momento em que não aceitavam outras tendências que não a deles na composição de suas chapas, em especial nos cargos da direção executiva, estavam excluindo as outras tendências políticas. Não admitiam, portanto, a composição de várias tendências para dirigir o Sindicato. (DONATONI, 1999, p. 226, 227)

A partir dessa estratégia fundamental de hegemonização da direção sindical foram sendo desenvolvidas, segundo outro dos depoimentos anônimos colhidos por Donatoni (1999, p. 239), “diferentes táticas utilizadas pelas lideranças sindicais em alguns encontros que, sob a aparência de uma legítima representatividade e de um suposto contexto democrático, deliberavam e aprovavam decisões à revelia da grande maioria da categoria”. O depoimento anônimo continua, com alguma ironia:

(...) havia discussões que se prolongavam madrugada à dentro (...) muitas propostas importantes eram votadas, muitas vezes com poucos professores nas assembleias decisórias, causando problemas com as facções menores que compunham o MD. Também nas análises de conjuntura nacional, muitas vezes havia discordâncias com relação à forma de encaminhá-la e algumas vezes com o conteúdo das mesmas, no entanto, quando isso ocorria essas questões eram levadas para votação e, “democraticamente”, venciam as mais votadas. Dessa forma, as maiores tendências que compunham o MD do 3º grau, sempre conseguiam o resultado que buscavam. Uma outra tática que algumas vezes ocorria nesses Conads e Congressos era utilizada por algumas tendências ligadas ao Partido dos Trabalhadores, que se unificavam à tendência Andes AD do MD, e negociavam as propostas que entendiam ser as melhores para o MD.

Ganhava expressão no específico âmbito do sindicalismo docente da Educação Superior pública, assim, certa tendência ao acirramento das profundas rivalidades existentes no

meio sindical brasileiro. Segundo Rodrigues (1991), tais rivalidades, embora desde sempre ali presentes como reflexos das “discrepâncias que existem no interior das classes assalariadas” no país¹, vinham sendo

(...) agravadas nos últimos anos pela entrada na luta trabalhista de segmentos sociais que, num passado recente, tinham estado praticamente afastados do movimento associativo. Referimo-nos às categorias profissionais tradicionalmente consideradas de classe média, como os profissionais liberais (médicos, engenheiros etc.), os professores e os funcionários públicos. (RODRIGUES, 1991, p. 40).

Esses segmentos, continua Rodrigues (idem), “entraram na luta sindical com grande agressividade, superando inclusive os trabalhadores fabris na realização de numerosas greves”. Com um texto dedicado às “tendências políticas na formação das centrais sindicais” brasileiras existentes até o final dos anos 1980, o autor entende que aquela nova situação no universo sindical do país tornava ainda “mais difícil reunir numa mesma grande entidade parcelas tão díspares das classes assalariadas que devem negociar com diferentes empregadores (setor público e setor privado, basicamente) e que são muito diferenciadas em termos de valores, atitudes políticas, nível de renda, de escolaridade, força de pressão, etc.”. O fato é que, como vimos anteriormente Ridenti (2004) reconhecer, aquelas “oposições nunca chegaram a se unificar, por vezes havia divergências inconciliáveis entre elas, pois a única afinidade existente era o fim da ditadura”.

Apesar de nos apresentar em tonalidade crítica às expressões daqueles processos gerais no âmbito do sindicalismo docente da Educação Superior pública, Donatoni (1999), orientada por sua interpretação da trajetória histórica desse sindicalismo como tendente à coesão (e não à fragmentação político-associativa, como aqui proposto), acaba por afirmar não estarmos, diante delas, “falando das divergências outrora existentes quanto ao fato da Entidade ser uma Confederação ou uma Associação, mesmo porque este debate já se encerrou há muito tempo” (DONATONI, 1999, p. 226, 227). Mas, tendo em conta que foram justamente as questões originárias em torno da “Entidade ser uma Confederação ou uma Associação” aquelas que serviram como nodo de articulação político-ideológica dos grupos em competição cada vez mais acirrada neste sindicalismo, de que outras divergências poderíamos estar aí tratando?

Desprovida de uma abordagem teórico-metodológica capaz de lhe fazer reconhecer as relações entre a ambiguidade conjuntural da natureza de classe (intermediária) desse

¹ Esse é um entendimento compartilhado por vários outros autores. (Cf. Carone, 1970, 1979; Weffort, 1973; Almeida, 1975; Silva, 1977; Santana, 1999; Araújo, 2002).

sindicalismo e o estabelecimento progressivo das tendências à oficialização e fragmentação político-associativa, Donatoni (1999) apresenta-se, ao fim, incapaz de compreender o cenário que sua cuidadosa recolha de informações criou para além de uma conclusão de tonalidade condescendente; somente aceitável, convenhamos, num trabalho que estivesse voltado a uma disputa imediatamente engajada naquelas próprias querelas:

É evidente que as divergências existem. Entendemos que as diversas tendências que existem dentro do movimento docente, quando conseguem unificar seus encaminhamentos, só têm a contribuir pela riqueza de ideias e práticas que tornam o sindicato mais dinâmico e o movimento docente mais democrático. Porém, a construção política do Sindicato deve ser, necessariamente, produto coletivo de todos os professores que compõem o movimento docente e não propriedade desta ou daquela concepção política. É preciso garantir a proporcionalidade das diversas tendências na composição da direção do Sindicato, enquanto forma de se garantir o pluralismo de ideias, a democracia e a autonomia, que constam na carta de princípios que originou a Andes. Mais do que nunca é preciso não se confundir hegemonia com exclusivismo nem sindicato com partido político. O MD deve ser politizado e não partidarizado. (DONATONI, 1999, p. 227)

Considerando as informações a que tivemos acesso até o momento, faz-se forçoso reconhecer, contudo, que as relações entre as tendências político-ideológicas e pertenças partidárias constitutivas do sindicalismo em estudo nunca estiveram, até o presente, orientadas para a coesão a que a autora, antes que constatar, pôde, como vemos, apenas convocar seus pares...

2.2. “apesar de tudo”, ainda reunidos...

i. Em luta pela Redemocratização: inimigos comuns e conciliações

Em todo caso, é certo que o aprofundamento das tensões internas em função da hegemonização desse sindicalismo pela tendência Andes-AD somente começará a se dar quando essa passa a fazer-se mais formalmente, ou seja, a partir da criação oficial da tendência no V Congresso Nacional da Andes, realizado em Salvador/BA no ano de 1986 (DONATONI, 1999, p. 204, 205). Como veremos no próximo tópico, os efeitos desse aprofundamento somente passarão a ser localmente sentidos de forma mais direta e intensa, pelo menos no CE, ao longo dos anos 1990.

Durante os anos 1980, apesar das disputas entre os grupos darem-se de modo acirrado e ganharem expressão em diferentes pautas, internas e externas, as mobilizações amplas em torno da Redemocratização Nacional – que levaram a Andes a participar, a um só tempo, em greves operárias, mobilizações cívicas e estudantis, além de em equipes técnicas dedicadas

ao desenvolvimento de projetos subsidiadores, por exemplo, do trabalho de membros e comissões da Assembleia Constituinte – garantiram relativa unidade geral na organização associativo-sindical, coibindo potenciais movimentos internos de cisão oficial.

Membro de diretorias da Adufc em todas as décadas desde sua fundação até o desenvolvimento deste estudo, o professor Ricardo Thé esclarece-nos a esse respeito¹:

Naquele início o que é que acontecia: em movimentos de esquerda sempre houve vertentes, mas naquele primeiro momento era um momento de tamanha integração e de espaço de abertura para reconquistar a Democracia! Isso estava tão arraigado, com tanta força, que as divergências ideológicas eram tolhidas (...). Naquele primeiro momento havia uma ânsia tão grande da reconquista da Democracia... o povo voltando da Europa [dos exílios políticos]... eu lembro do Valmir aqui, que ficou mais de quinze minutos abraçado com outro cara, só chorando os dois, sem trocar uma palavra. Foi uma das coisas mais emocionantes... e esse momento deu uma tamanha força de coesão ao movimento que as pequenas rugas terminaram ficando de lado em função da busca maior, que foi essa história da gente pleitear o retorno da Democracia.

Presidente da Adufc no biênio 1982-1984, o professor José da Rocha Furtado Filho afirmou, em mesma direção, ter marcado aquele momento inicial a compensação da “falta de meios e estrutura” pelo “envolvimento, dedicação e entusiasmo dos primeiros associados. Todos sentíamos que estávamos construindo algo, participando de um acontecimento histórico” (ADUFC, 2005, p. 9).

Ricardo Thé continua seu depoimento explicando que, “apesar de tudo”,

Na greve de 84, já restabelecida em parte a Democracia, naquela época das “Diretas Já!”, a gente já começou a notar, na greve, um certo “grupo pra lá, grupo pra cá”. Posições mais radicais, menos radicais, estratégias diferentes de mobilização. Mas veio também os efeitos das “Diretas Já!”, que juntou de novo e deu uma bloqueada naquelas coisas que a gente já começava a ver. (...) Tem também a questão do PT... em 80 se funda o PT. Eu fui logo pro lado do PT. Outros ficaram a esperar... pra mim era: “o esteio é esse, tá na classe trabalhadora, tá dentro do que a gente trabalhou muito”. E como eu vinha da base da Igreja, lá da periferia, eu me identifiquei rápido. (...) Não havia tido ainda disputa de chapa no sindicato [referia-se à Adufc]. Terminava sempre naquela coisa mais ou menos como era o DCE [Diretório Central dos Estudantes] também: proporcionalmente, dois de uma chapa, dois da outra, mas a gente sabia que tinha as tendências. Todo mundo de esquerda.

Solicitado a comparar o período de sua gestão na presidência da Andes durante o biênio 1986-1988 com o “momento histórico” de meados dos anos 1990, o professor Newton Lima Neto² faz afirmações à seção “Memória do Movimento Docente” da Revista Universidade

¹ Entrevista concedida do no dia 22 de novembro de 2016.

² Universidade Federal de São Carlos.

e Sociedade¹ que corroboram com essa perspectiva, apresentada por Ricardo Thé. No contexto de outros elementos de comparação, Neto aponta modificações no que chamou de “política de alianças”:

Nós tínhamos uma política [de alianças] muito forte naquela década de 1980, até por conta, penso eu, do regime autoritário do Brasil, a luta pela anistia, a necessidade de as forças políticas se tolerarem e trabalharem numa perspectiva de democratização e de avanços, era um regime absolutamente fechado. Com a democratização do país houve evidentemente uma pulverização das forças políticas, e lamentavelmente, ao invés de nós procurarmos uma política de alianças mais consistente, que ampliasse a nossa possibilidade de resistência e de avanços, penso eu que, sobretudo dentro da comunidade universitária isso acabou não se logrando. (...) Vivemos um momento de isolamento entre as entidades que existem dentro das comunidades de uma maneira geral, e na minha opinião, isso é absolutamente nefasto.

Nesse momento originário do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira, as soluções de conciliação de diferenças e divergências político-ideológicas por afeto e camaradagem foram uma solução, como se vê, apenas circunstancialmente possível e, assim, frágil e instável no enfrentamento de tensionamentos organizativos. Local e nacionalmente.

Em todo caso, foi por meio delas que Pinguelli, candidato vencido na disputa pela presidência da diretoria provisória da Andes, acabou como seu secretário geral, mesmo representando um grupo divergente daquele de Osvaldo Maciel e Agamenon Almeida. Na entrevista concedida a este estudo, Agamenon Almeida explicou a situação:

Vem logo os conchavões, pra saber quem é que vai pra cá, pra lá... Eu sei que saíram arrumando tudo. E qual era a estratégia? Não dá pra fazer chapa [única], mas poderão ter nomes que tenham unanimidade [para cada cargo]. (...) era o pessoal com os cartõezinhos na mão pra levantar: “Presidente. Candidatos: Maciel e Pinguelli”. “Maciel?”. Vota e conta. “Pinguelli?”. Vota e conta. E o cara podia, também, dar, ali na hora, o nome pra outro cargo, se ele não ficasse no primeiro. Que foi o caso: o Pinguelli ficou como secretário.

Capazes de impedir cisões organizacionais em meio aos desafios políticos gerais apresentados pelo país aos sindicalismos e movimentos populares democratizantes, essas soluções não aplacavam profundamente, todavia, as tensões presentes nas disputas entre os grupos que, mesmo à esquerda, uma vez que apresentavam distintas vinculações político-ideológicas e partidárias, ali se “uniam [apenas] precária e momentaneamente” (RODRIGUES, 1991, p. 32).

A esse respeito, Pinguelli afirma, na já referida entrevista de 1996, que sua estadia naquela primeira diretoria nacional, fazia-se, junto à do “professor João Ferreira, hoje diretor

¹ Entrevista concedida a Lafaiete Santos Neves. (Cf. Andes-SN. Revista Universidade e Sociedade n. 13, publicada em 1997).

da Psiquiatria da UFRJ”, e à do “professor Renato Ortiz”, como “uma espécie de contraponto na diretoria provisória”. Apesar disso, Pinguelli acabaria assumindo, ainda conciliatoriamente, a presidência da Andes no mandato seguinte (1982-1984).

ii. Nem CUT nem CGT...

As tentativas conciliatórias daquele período não se restringiram, em todo caso, aos embates eleitorais dados no interior desse sindicalismo, atingindo-o em processos organizacionais de grande importância, tais como as relações entre a Andes e a CUT. Segundo vimos no capítulo anterior, a nova central, criada dois anos após a associação nacional, apresentava com ela, assim como com o PT, vínculos estreitos. Eram bastante lógicas, portanto, as expectativas de que tais relações rapidamente ganhassem formalidade. Apesar disso, conforme documenta Donatoni (1999, p. 194, 195), “a decisão de filiar ou não [a Andes à CUT] (...) vai se prolongar por muitos encontros”.

Em sua entrevista de 1996, Pinguelli explica essa situação pelo fato de a Andes incluir “forças políticas que não concordavam com a formação da Central”. Efetivamente, no III Congresso Nacional da Andes, realizado em Piracicaba, São Paulo, entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1984¹, a associação nacional decide não se vincular oficialmente a quaisquer das centrais sindicais então existentes.

Coerente com os posicionamentos político-ideológicos do grupo ao qual se alinhava, Pinguelli elogia como “correta” aquela decisão, tomada ainda sob sua gestão. Segundo acreditava, uma decisão diferente poderia ter produzido “um racha muito grande em nossa base”.

Como vêm nos fazendo ver alguns dos textos historiográficos anteriormente citados, as tensões e disputas internas ao nascente sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira expressavam, em seu específico âmbito, as divisões e embates promovidos pelo progressivo crescimento da força política do Novo Sindicalismo. A formalização do PT e da CUT a partir do início dos anos 1980 apenas aprofundou esse processo, iniciado em meados da década anterior.

Mourão (2013) enfatiza, sobre o tema, a força das críticas neossindicalistas aos sindicalismos estabelecidos, à esquerda e à direita. Fosse em sua permanente denúncia das

¹ Cf. Andes. Boletim Andes, 18, março de 1984, p. 4, 5.

“federações e confederações” como “organizações de cúpula” fosse em sua autorreferenciação como “sindicalistas autênticos” (RODRIGUES, 1991, p. 14-15). Essa autodesignação punha seus oponentes, obviamente, na incômoda condição de falsos sindicalistas: à esquerda (comunistas e trabalhistas tradicionais, indistintamente), por imobilismo populista¹; à direita (pelegos, amarelos², etc.), por colaboracionismo.

Como observa Rodrigues (1991, p. 37), não se tratava de mera retórica, pois, que a entidade sindical geral nascida daquele movimento tenha apresentado “atuação agressiva e disposta a ser, na prática e não apenas no nome, a única central brasileira”. Pode-se certamente depreender daí, em alguma medida, o porquê da fracassada reunião de correntes sindicais à esquerda e à direita³ contra a criação da CUT no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) de 1983.

Em texto comemorativo dos 30 (trinta) anos de realização da homônima Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ocorrida dois anos antes, entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981 na Praia Grande/SP, o Portal da CUT afirma como uma das “principais resoluções” daquele evento a ideia de “criação da Central Única dos Trabalhadores” (DALLE, 2011). Em entrevista concedida durante o desenvolvimento desse texto comemorativo, o “deputado federal Vicentinho (PT-SP)” dá a seguinte explicação para que a central somente tenha sido criada “dois anos depois, em São Bernardo do Campo”: “no meio do caminho”, os “pelegos não quiseram, por motivos vários. Então os combativos decidiram criar a CUT dois anos depois”. No mesmo texto, o então “presidente nacional da CUT, Artur Henrique”, lamenta que naquele ano de 1983 “divergências” tenham provocado “um racha, colocando de um lado o chamado novo sindicalismo, combativo e, de outro, aqueles que defendiam a manutenção da estrutura sindical oficial”.

¹ “Os sindicalistas denominados ‘populistas’ são aqueles que militavam no movimento sindical no pré-64 e que se pautavam pelas propostas do Partido Comunista Brasileiro e Partido Trabalhista Brasileiro”. (OLIVEIRA, 2011, p. 165-166).

² Trata-se o “pelego”, segundo Rêses (2013), da “versão aprimorada do velho ‘krumiro’ ou colaboracionista ‘amarelo’”. A palavra é “origem gaúcha” e “significa a lâ do carneiro usada para amortecer o contato da sela com o cavalo”. Os “sindicalistas amarelos” ou Krumiros remetem a uma expressão surgida “na França (krumirs) no século XIX e vincula-se à fama dos orientais no movimento operário, vistos pelos demais como fura-greve, sabotadores do movimento e colaboradores com os patrões”, assim como sua “obediência e subordinação ao governo”.

³ Cf. Rodrigues, 1991; Boito Jr., 1991, p. 279.

O fato é que três anos após a CUT ter sido fundada, parte das correntes sindicais contrárias à sua criação deram origem à Central Geral dos Trabalhadores (CGT)¹. Sintetizando os resultados daquela situação, Rodrigues (1991, p. 35, 36) afirma:

Na CUT ficaram os sindicalistas “combativos” (do ex-bloco dos autênticos), junto com os militantes das oposições sindicais, da esquerda católica e dos pequenos grupos de orientação marxista, leninista e trotskista. Na CGT ficaram os dois partidos comunistas, o MR-8, os sindicalistas ligados ao PMDB e ainda os dirigentes mais próximos do sindicalismo norte-americano (...) o “sindicalismo de resultados”, opunha-se ao “sindicalismo de contestação” preconizado pela CUT. Em lugar da valorização de grandes mobilizações e movimentos grevistas de caráter nacional, o “sindicalismo de resultados”, que se pretendia mais pragmático que ideológico, preferia as mobilizações de categorias e os acordos isolados com as empresas, colocando em primeiro lugar a negociação e, depois, a greve. No plano ideológico, enquanto a CUT no seu segundo congresso (1986) manifestava-se oficialmente pelo socialismo, o “sindicalismo de resultados” manifestava-se a favor da economia de mercado.

Dando-nos ainda maior clareza acerca dos efeitos das divisões sindicais sobre os posicionamentos políticos dos diferentes grupos no contexto nacional daquele período, Miranda (2011a, p. 50) afirma:

As divisões no seio da classe trabalhadora, no plano da conjuntura nacional, estavam diretamente relacionadas às estratégias que as correntes políticas organizadas defendiam na luta contra a ditadura civil-militar. A Anampos [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais], composta pelas correntes políticas que fundaram o PT, combatia o pacto social, exigia eleições diretas para a presidência e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em divergência à Unidade Sindical - composta fundamentalmente pelos partidos comunistas e MR-8.

Entrevistada por Donatoni (1999, p. 197), a professora M. Cândida de Pádua Coelho², outra testemunha direta daquele período, deixa ver quanto da base social e lideranças desse sindicalismo de segmentos intermediários receava, então, que aquelas “divergências, conflitos, desconfianças e recíprocas hostilidades” entre o “chamado bloco combativo” e os sindicalistas da “Unidade Sindical, denominado também Bloco da Reforma” (RODRIGUES, 1991, p. 32,

¹ Apresentando-se como continuadora daquela organização, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fundada em 2004, informa ter nascido em 1981, na Conclat, tendo sido “fundada” em 1986. Em algum tempo, estabeleceu-se forte tensão entre “entre os setores mais tradicionais do sindicalismo, aliados dos partidos de esquerda atuantes na CGT, e um novo bloco que foi se formando conhecido como sindicalismo de resultados, que, defensor da economia de mercado, anticomunista e pragmático, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT, como de seus parceiros de esquerda dentro da CGT”. Em janeiro de 1988, com a vitória interna desse novo bloco, o PC do B retira-se da CGT, “indo se organizar na Corrente Sindical Classista (CSC) que, posteriormente, se integrou à CUT, saindo desta nos anos 2000 para fundar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)”. Cf. o verbete Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), da FGV/CPDOC. (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-geral-dos-trabalhadores-do-brasil-cgtb>).

² Universidade Federal de Uberlândia.

33) ganhassem expressões diretas na Andes, cindindo-a formalmente, como já vinha se dando no movimento sindical em geral:

(...) a Andes, naquele momento, estava avaliando o que seria melhor para o MD, por isso essas discussões sobre a filiação da Andes a uma Central Sindical deveriam ser aprofundadas, pois era necessário conhecer a idoneidade das Centrais, o respeito das mesmas à autonomia das entidades filiadas, a transparência de decisões a serem tomadas pelas Centrais e o não atrelamento da Andes às mesmas. Tudo isso demandava tempo e muita discussão. (M. Cândida de Pádua Coelho em entrevista a Donatoni (1999, p. 197)).

O tempo e discussões decorridos entre o III e o IV Congresso da Andes, realizado em 1985, não foram suficientes, contudo, para que a situação de disputada indecisão acerca de sua vinculação a uma central sindical fosse superada. O boletim final desse evento¹ afirma a esse respeito:

Considerando que a CUT e a CONCLAT[/CGT] não lograram constituir-se em referências polarizadoras do conjunto do movimento docente e que a alteração necessária da estrutura sindical incidirá sobre as suas próprias estruturas e configurações, o IV Congresso Nacional decide que, neste momento, a Andes não se filiará à CUT nem aderirá à CONCLAT[/CGT], participando da luta dos trabalhadores, mantendo sua posição de defesa da unidade na luta como condição e caminho para a unificação orgânica do movimento sindical.

2.3. Andes-SN: formalizando divergências até fazer-se um sindicato oficial

i. Andes-AD: a primeira eleição disputada

A situação criada pela decisão congressual de não vinculação formal a qualquer das centrais sindicais então existentes na esquerda nacional não foi, obviamente, bem recebida pelos grupos que, na Andes, nasceram e organizaram-se, desde seus movimentos instituintes, a partir de uma forte identificação com os setores operários do movimento neossindicalista. Tratava-se aquela filiação à CUT de um passo decisivo na assunção de uma fisionomia organizacional sindical oficial, por eles preconizada.

Organizados de modo suficiente a fazerem-se força hegemônica na diretoria da Andes desde seus primeiros momentos, esses grupos entenderam que, diante das resistências encontradas a uma de suas mais fundamentais pautas, fazia-se hora oportuna para sua formalização como uma corrente sindical. Foi assim que, a partir do congresso do ano seguinte (V

¹ Cf. Andes. Boletim Andes, 21, abril de 1985, p. 8.

Congresso, de 1986), passaram a organizar-se e atuar no país como uma corrente interna, a Andes-AD.

Concomitantemente à sua formalização, aquela corrente sindical fez-se vitoriosa na disputa eleitoral nacional ocorrida no V Congresso, pondo na presidência da diretoria da Andes uma de suas mais experimentadas lideranças, o já citado professor Newton Lima Neto.

Aquela foi a primeira vez que, desde a originária disputa eleitoral entre Maciel e Pinguelli, duas chapas concorrentes se apresentaram oficialmente para o pleito.

O fato anunciava, por um lado, o aprofundamento da hegemonização da Andes pela Andes-AD, pois não se tratava mais de apenas ter maioria nos cargos da diretoria, mas de assumir, na condição de uma chapa eleitoral, todos os seus cargos, como denunciaram alguns dos anteriores depoimentos. Por outro lado, tornava-se, assim, cada vez mais difícil a manutenção das estratégias conciliatórias que buscavam mediar, via afeto e camaradagem, a convivência entre os diferentes grupos político-ideológicos constitutivos daquele sindicalismo, desde seu surgimento.

Cruzando informações advindas de documentos oficiais e relatos de “uma professora que não quis se identificar”, Donatoni (1999, p. 179, 204, 205) afirma que a chapa derrotada naquela eleição de 1986, nomeada como “Andes Hoje”, estava “composta por professores filiados ao PC do B, PCB, PMDB, PDT, dentre outros”. Tendo como “candidato à presidência do Sindicato o professor Paulo Rosas”, a Andes Hoje representava, portanto, as mesmas forças políticas que, à luz das informações que já detemos, estavam político-ideologicamente próximas à esquerda sindical anteriormente organizada em torno da candidatura de Pinguelli.

Ganha mais claro sentido, assim, que Rosas tenha afirmado¹ tratar-se “sua chapa” de uma “oposição (...), em consequência de divergências que vinham desde há algum tempo, crescendo em razão da orientação adotada pela atual diretoria da entidade, dissonante da que entendia fosse desejada, no momento”.

O discurso de posse de Lima Neto² acaba, por seu turno, informando-nos um pouco mais acerca de tais divergências:

No processo democrático desenvolvido para a eleição da diretoria da Andes, o Movimento Docente esteve colocado frente a duas concepções, inequivocamente distintas, de condução política da nossa entidade nacional. Durante o período da ditadura militar, estas divergências, sempre presentes no movimento, despontavam com menor clareza no enfrentamento das políticas educacionais e sociais do regime militar. Com o

¹ Segundo a autora, a entrevista foi concedida ao Diário Popular de Pelotas, Rio Grande do Sul, em abril de 1986.

² Cf. Andes. Relatório do XIII CONAD, 20/06/86.

advento da chamada Nova República e o conceito de “transição democrática”, se tornou fundamental para a manutenção da Andes como instrumento efetivo e democrático de luta dos docentes o debate aberto das ideias que temos sobre a direção e os rumos para o movimento docente. É insuficiente, inútil mesmo, dizer apenas que o país mudou e, portanto, que precisamos mudar juntos e adotar novas práticas.

Dando-nos, novamente, maior clareza acerca do que estava ali em questão, Miranda (2011a, p. 231, 232) explica que

Parte significativa do debate eleitoral girou em torno do posicionamento do movimento sobre o Decreto Lei 2283 (27/02/1986) e 2284 (10/03/1986), referentes ao conjunto de medidas adotadas pelo governo federal para a implantação do Plano Cruzado I. Grosso modo, A CHAPA 1: Andes Autônoma e Democrática realizava uma análise oposicionista ao governo e exigia mudanças no texto do decreto, e a CHAPA 2: Andes Hoje – Em Defesa da Universidade – apoiava às medidas governamentais, embora criticasse o uso da forma decreto lei: “admitimos que o governo tenha optado pela emissão de decretos-lei, no esforço de implantar uma reforma econômica, menos injusta e, sobretudo, mais estável. A análise do conteúdo do decreto-lei 2283 nos leva, em primeiro lugar, a ver contempladas, pelo menos parcialmente, importantes metas pelas quais vem lutando as forças populares organizadas na nação”.

Miranda (2011a, p. 231, 232) sugere, ainda, que a vitória da Andes-AD, “composta por militantes sindicais do Partido dos Trabalhadores ou que com ele guardavam alguma proximidade”, além de explicitar “divergências políticas”, abriu “maiores possibilidades de vinculação da Andes à CUT”.

Vale atentar-se para o fato de que a vitória eleitoral da ali fundada Andes-AD não se fez por uma diferença muito grande de votos. O relatório final do evento¹ nos informa, nesse sentido, que a chapa vencida obteve 43,9% dos votos, deixando claro que a perspectiva político-ideológica representada pela chapa Andes Hoje, apesar de não deter, como sua concorrente, a hegemonia da direção organizativa da Andes, encontrava um apoio considerável na base social do sindicalismo.

Como veremos adiante, este apoio não tardou em encontrar suas próprias manifestações no Estado do Ceará, apesar de todo o alinhamento que a Adufc, desde sua fundação, apresentou com o grupo que veio a ser a tendência Andes-AD.

Em seu discurso de posse, Lima Neto afirmara ainda ser uma finalidade diretriz da gestão que se iniciava “preservar a concepção sindical expressa nos Estatutos da Andes” (DONATONI, 1999, p. 204-205). Dada a histórica hegemonia do grupo a que pertencia o professor, doravante organizado como a tendência Andes-AD, perceba-se estarem aqueles estatutos já fundamentalmente configurados à luz das concepções político-ideológicas por ele

¹ Cf. Andes. Relatório do XIII CONAD, 20/06/86.

preconizada. Foi de modo muito coerente com suas próprias concepções que, portanto, a diretoria recentemente eleita levou novamente ao VI Congresso Nacional da Andes, realizado em Goiânia/GO entre os dias 25 e 31 de janeiro de 1987, o indicativo de filiação da Andes à CUT.

O indicativo foi aprovado, mas não a imediata filiação. Segundo Donatoni (1999, p. 211), as “justificativas apresentadas” para aquela decisão fundamentavam-se na ideia de que “a liberdade e unidade na organização por parte dos trabalhadores não dependia de leis externas ao seu movimento, advindas de uma Central Sindical”. Em todo caso, continua a autora, “havia o reconhecimento explícito por parte da Andes com referência a existência de uma certa identificação entre esta e o conjunto de práticas da Central Única dos Trabalhadores”.

Miranda (2011a, p. 243) registra, por outro lado, que naquela ocasião, embora “o movimento busca[sse] avançar no indicativo”, os “setores mais próximos à CGT, no entanto, questionaram a deliberação congressual e classificaram como manobra, partidarização e aparelhamento político o indicativo realizado nas instâncias de decisões coletivas da entidade”. Para essa autora, “não restavam mais dúvidas quanto à cisão do movimento sindical”.

O VII Congresso da Andes, realizado em Juiz de Fora/MG entre os dias 24 e 30 de janeiro de 1988, teve dentre seus objetivos explícitos, novamente, “definir pela filiação desta a uma Central Sindical” (DONATONI, 1999, p. 213). Ao seu final, contudo, a Andes continuaria sem filiação a qualquer central sindical. Em verdade, como registra Santos (2008b, p. 47, 48), naquele congresso “intensificou-se o debate sobre a questão”, explicitando “a existência de profundas divergências sobre a temática”.

O resultado da votação relativa à proposta de filiação da associação a uma central sindical deixa evidente quão dividida se encontrava a plenária sobre essas questões, apesar da hegemonia conquistada pela Andes-AD na diretoria da entidade: 93 (noventa e três) votos a favor e 122 (cento e vinte e dois) votos contrários.

A deliberação daquele VII Congresso sobre o tema foi:

- a) Continuar o aprofundamento e a ampliação do debate sobre a questão sindical a nível nacional; b) Recomendar às ADs que continuem a participar dos fóruns intersindicais e de uma e/ou outra central sindical, conforme deliberação de suas instâncias internas; c) Recomendar à Andes que participe ativamente dos fóruns intersindicais e das instâncias de uma e/ou outra Central Sindical, trabalhando na prática, para a unidade do movimento sindical.¹

¹ Cf. Andes. Relatório Final. VII CONGRESSO DA Andes, 1988, Juiz de Fora. p. 158.

ii. Enfim, CUT! Enfim, oficial!

Poucos meses depois daquele evento, documenta Donatoni (1999, p. 214-217), a diretoria nacional da Andes levou para o XVII Conad, realizado em Porto Alegre/RS entre os dias 2 e 5 de junho de 1988, a proposta, sobre a qual não obteve sucesso, de “criação de um ‘Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior Público e Privado’”.

Apesar de derrotada na votação dessa proposta, a tendência Andes-AD obteve ali, novamente, vitória na disputa pela direção nacional da Andes, dando posse ao professor Sadi Dal Rosso¹ como presidente da organização. Seria em sua gestão, desenvolvida ao longo do biênio 1988-1990, que a Andes-AD lograria sucesso – não sem enfrentar fortes resistências, importa reconhecer – na formalização de duas de suas principais pautas históricas: a transformação da Andes em um sindicato nacional oficial, o Andes-SN, dada ainda no ano de 1988, e sua filiação à CUT, realizada no ano seguinte.

Aprovada pela Assembleia Constituinte em 22 de setembro e promulgada em 5 de outubro, a Constituição Federal de 1988 tornou legal a possibilidade de funcionários públicos organizarem sindicatos oficiais. A Andes havia tido intensa participação no processo constituinte e era uma das forças sociais que nele havia defendido essa possibilidade jurídica em nome do direito à sindicalização.

Empossada em junho daquele mesmo ano, a nova diretoria da Andes apresentou ao XVIII Conad, realizado em João Pessoa/PB entre os dias 12 e 15 de outubro, o indicativo de sua transformação um sindicato nacional oficial. Em ato contínuo, convoca, para o mês seguinte, um II Congresso Extraordinário, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, entre os dias 25 e 27 de novembro. É nele que se aprova a mudança de forma organizacional da Andes. A decisão teve a seguinte justificativa formal: “facilitaria a filiação daquele Sindicato a uma Central Sindical, no caso, a CUT” (DONATONI, 1999, p. 2017). De fato, tal filiação se dará em 1989 (SANTOS, 2008b, p. 51).

Sobre o conjunto do complexo processo histórico que levou a Andes a transformar-se no Andes -SN e filiar-se à CUT, Otranto (2000) afirma, sem deter-se no assunto na medida que o mesmo parece requerer, ter “a Andes” se identificado desde “as primeiras discussões (...) mais com a CUT do que com a CGT”. Por tudo o que vimos anteriormente, essa é uma afirmação que carece de precisão, uma vez que, seguindo uma tendência interpretativa também

¹ Universidade de Brasília.

presente em Donatoni (1999) e em Miranda (2011a)¹, tende a menosprezar a profundidade dos efeitos de determinação das divergências político-ideológicas presentes no sindicalismo do professorado da Educação Superior brasileira, ocultando (por adesão, consciente ou não?) a permanente presença, em seu seio, de grupos com posicionamentos diferentes aos da tendência Andes-AD, que vem passando à história como a única porta-voz do, assim chamado, “movimento docente”.

Conforme temos visto, as divergências em relação às posições da tendência Andes-AD, mesmo não tendo apresentado sua mesma permanência instituinte e, assim, se desdobrado em tendências formais capazes de disputar sua hegemonia na direção da/do Andes/Andes-SN, foram suficientes para fazer frente a várias de suas pautas, mesmo que sem sucesso histórico final na hegemonização da organização. A experiência da Andes Hoje em 1986 foi, nesse sentido, apenas a inauguração de, como veremos, toda uma movimentação interna ao sindicalismo docente da Educação Superior nacional sem a qual se faz impossível compreender mais amplamente a criação da Proifes-Federação em 2004/2012.

Por tudo isso, talvez se faça mais correta que a perspectiva de Otranto, Donatoni e Miranda sobre esse processo aquela sugerida por Santos (2008b, p. 49, 50), para quem:

O que podemos reter dos relatórios dos congressos ocorridos no período de 1986 a 1989 é que a questão da filiação não era de fácil resolução. Embora houvesse a simpatia dos dirigentes da Andes e de algumas AD à perspectiva político-ideológica da CUT, havia temor do risco de se perder a especificidade do campo de luta e reivindicações que marcavam o território dos docentes universitários. Colocava-se em xeque as noções de classe e a de unicidade dos trabalhadores. (...) No lugar de se estabelecer um princípio mobilizador a todas as categorias de trabalhadores, passa-se a visualizar as diferenças existentes entre elas. Assim, a filiação é feita sob longo e desgastante debate e há a certeza de que o cenário político se reconfigurava, não apenas na relação capital e trabalho, mas, sobretudo, nas diferenças internas ao trabalho.

Congressualmente assumida em 1988, a nova forma organizacional da Andes, um sindicato nacional oficial, o Andes-SN, somente foi legalizada, conforme precisa Donatoni (1999, p. 217, 218), em 1 de março de 1990. Este ano havia sido estabelecido como prazo final para que as associações docentes locais desenvolvessem “discussão junto às suas bases” sobre suas correlatas transformações em “ADs-Seção Sindical do Andes-SN”, o que, veremos no próximo tópico, deu-se com a Adufc, que passou à condição de Adufc-SS precisamente em 1990 (Adufc, 2005, p. 3, 25, 26).

¹ Miranda (2011a, p. 243) afirma, um “distanciamento da Andes da CGT, a outra possibilidade de filiação analisada pela base do movimento”, embora, por tudo o que temos visto, talvez seja mais preciso afirmar a existência de uma acirrada e equilibrada disputa interna no “movimento” acerca das possibilidades de filiação.

Atualmente, o sítio eletrônico do Andes-SN conta muito rapidamente a história desse longo e complexo processo de transição entre formas organizativas, limitando-se a afirmar sobre ele que o sindicato foi

(...) fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a Andes). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o Andes-SN)¹,

Temos visto quanto, apesar de ter sido um projeto permanente da tendência nacionalmente hegemônica no “movimento docente”, essa transição entre fisionomias jurídico-organizativas se fez acompanhada de fortes embates político-ideológicos. No próximo tópico deste capítulo, veremos como, no influxo desse processo, deslocaram-se para o âmbito local, pelo menos no Estado do Ceará, boa parte destes embates, resultando, num primeiro momento, em forte crise local de adesão e mobilização².

Conforme estamos até aqui acompanhando, as mobilizações gerais em torno do fim da Ditadura Militar e Redemocratização haviam dado o tom da vida organizativa dos sindicalismos brasileiros na década anterior, mitigando, pelo menos no interior da Andes, a capacidade de produzir cisões organizativas albergada na potência divisionista das disputas entre as diferentes correntes político-ideológicas que lhe eram constitutivas. As novas circunstâncias gerais do país e do mundo puseram os sindicalismos brasileiros, porém, diante de desafios que, em alguma medida, eram-lhes até ali desconhecidos.

Estes advinham, por um lado, da profunda transformação geopolítica global promovida pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, em consequência, do regime de relações entre as forças sociais antagônicas mundialmente desenvolvido no contexto da Guerra Fria. Por outro, estavam também diretamente referidos a dois processos gerais correlativos a essa reconfiguração dos cenários interestatais e interclasses: o desmonte do Estado de Bem Estar Social nos países economicamente centrais e a mundialização do neoliberalismo³, cenário para a progressiva normalização capitalista-dependente da vida social brasileira,

¹ Cf. História. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>).

² As presumíveis manifestações específicas desse deslocamento nos demais estados e regiões do país encerram importância e complexidade suficientes para solicitar estudos próprios.

³ Focado no restabelecimento das taxas de lucro da renda capitalista central, levemente retraída e estabilizada no contexto geopolítico pós-guerras, o neoliberalismo apresenta como características gerais, numa de suas dimensões, a busca do aumento da produtividade do trabalho através da contenção do custo da hora de trabalho via combate/repressão à ação sindical, estratégias de reestruturação produtiva, aumento do desemprego e precarização e gerencialismo das relações de trabalho via tecnologias de informação e comunicação. Noutra dimensão, busca dar crescimento à renda de organizações financeira através de diferentes estratégias de

feita nas décadas seguintes obedecendo aos limites (de interesse) da democracia burguesa em estados nacionais periféricos.

Em claro contraste com a crise de adesão e mobilização que veremos ter localmente ganhado corpo neste sindicalismo na segunda metade dos anos 1980, vivia-se então em seu âmbito nacional, conforme afirma Santos (2008b, p. 43, 44), certa “euforia” diante da “filiação da Andes à CUT”. Especialmente entre os partidários da tendência Andes-AD, que, cada vez mais hegemônica na diretoria nacional do agora Andes-SN, compreendia aquela filiação como a conquista de “novas perspectivas políticas” para este sindicalismo, desde então definitivamente posto, segundo entendiam, ao lado das classes trabalhadoras do país.

Frustrando essas expectativas, os anos 1990 testemunhariam, contudo, uma rápida expansão para o âmbito nacional da crise de mobilização que, como veremos, já vinha marcando, pelo menos no Estado do Ceará, boa parte da vida local desse sindicalismo, desde a segunda metade dos anos 1980. A esse respeito, Vergara (2003, p. 78, 79, 88, 89) afirma aquele período como o de

(...) novos tempos de refluxo, apatia e fragmentação da militância [nacional]. Nos primeiros meses do governo Collor, a direção do Andes S/N avaliando o quadro político percebe que com a investida governamental contra a Universidade e contra os docentes, com os salários em queda livre e o estrangulamento financeiro, a maioria dos docentes já não respondia com o mesmo nível de mobilização dos anos anteriores (...). As lideranças do Andes S/N notam que apesar do importante papel que o Sindicato Nacional desempenhava na resistência contra as constantes investidas dos governos na Universidade Pública, era necessário, entretanto, avançar no sentido de aprofundar o debate com a categoria, em relação a esse conjunto de questões mais gerais das lutas sociais e políticas, considerando como pano de fundo as implicações decorrentes das mudanças na divisão do trabalho no mundo e seus nexos com a questão nacional nos rumos da política e da economia local (...).

Diante desse cenário, continua Vergara, “as declarações das principais lideranças, dirigentes do movimento docente e do movimento sindical” no X Congresso do Andes-SN, realizado em Curitiba/PR entre os dias 18 e 23 de fevereiro de 1991, apontavam que

(...) um dos principais desafios do movimento docente deveria ser o de construir o debate político e ideológico sobre os reflexos das políticas neoliberais e seus desdobramentos no mundo do trabalho e na educação. Decisões importantes como a reativação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a articulação com outras entidades da sociedade civil, sindicatos e partidos preparavam uma retomada das estratégias de lutas gerais unificadas (...).

privatização do sistema público estatal e de redução dos custos com direitos de seguridade social. Em sua dimensão ideológica, está marcado pela exaltação do mercado, da concorrência e livre iniciativa econômica, pela contraposição à intervenção estatal (quando favorecedora das classes subalternas) e pelo autoritarismo civil via hiperpresidencialismo e criminalização e encarceramento da miséria. (Cf. Boito Jr., 1991; Donatoni, 1999, p. 254, 255; Assis, 1991, 2006; Vergara, 2003, p. 78; Marcelino, 2013, p. 110-117; Monte, 2015, p. 115, 116).

Em todo caso, continua o autor:

As greves da categoria, cada vez mais prolongadas e com resultados cada vez menos expressivos, levam a um profundo questionamento da eficácia dessas mobilizações (...). Impõem-se então um trabalho redobrado para os militantes e para as lideranças, que além de conduzir o cotidiano marcado pelas questões especificamente sindicais, se desdobram para atuar em outras frentes criadas a partir dos novos espaços de ação. O que se verifica é uma situação de muita atividade, pouca elaboração coletiva e pequena eficácia na intervenção política. Multiplicam-se as comissões, grupos de trabalho e a participação em diferentes fóruns e conselhos, sem que haja o crescimento e a renovação dos militantes (...) esse esforço coletivo e extenuante da parte dos militantes e dos sindicatos encontrava pouca ressonância e receptividade nos próprios pares e também nas estruturas dos poderes constituídos.

Por tudo o que já conhecemos acerca do modo como historicamente vinham se comportando as diferenças e divergências político-ideológicas desde sempre presentes neste sindicalismo, podemos pressupor que a anterior linha de interpretações e ações diante do novo cenário nacional nem tenha se tratado da única existente no interior do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira nem tenha deixado de, nele, encontrar movimentações de resistência, oposição e concorrência. Aliás, a alegada “apatia e fragmentação da militância”, bem como a ausência de “renovação dos militantes” e a “pouca ressonância e receptividades nos pares” em resposta ao “esforço coletivo extenuante da parte dos militantes” são, em si mesmas, um indicativo claro do fato.

Nesse sentido, importa muito atentarmos ter sido precisamente este o período em que se deu o aprofundamento das estratégias de manutenção de hegemonia da Andes-AD na direção do Andes-SN, anteriormente denunciadas, por diferentes atores, como dedicadas a “querer dar o tom”, carentes de “democracia”, desenvolvidas “excluindo as outras tendências”, levando a “decisões à revelia da grande maioria da categoria” apesar da “aparência de uma legítima representatividade”, enfim, como “manobra, partidarização e aparelhamento político” do sindicato nacional por sua diretoria.

iii. Hegemonia (renovada) da Andes-AD e constituição do Fórum Andes Plural

Conforme melhor veremos, do ponto de vista das lideranças da tendência Andes-AD ou, nas (engajadas?) palavras de Vergara, das “lideranças do Andes S/N”, tratava-se, antes, de “avançar no sentido de aprofundar o debate com a categoria”, esclarecendo-lhes os “reflexos das políticas neoliberais e seus desdobramentos no mundo do trabalho e na educação”, assim

como as “estratégias de lutas gerais unificadas” que, segundo sugeriam, somente poderia lhes fazer frente.

Atentemos, nesse sentido, ao modo como o professor Sadi Dal Rosso, presidente da Andes (em nome da Andes-AD) no biênio em que ela se tornou o Andes-SN (1988-1990), interpretou, em entrevista concedida a Vergara (2003, p. 115, 116), aqueles “anos 90”:

(...) marcaram a égide do pensamento único e afetaram a participação no movimento docente. Muitos antigos militantes passaram a desacreditar desse espaço de luta que é o sindicato, quando não se opõem a ele. Houve inúmeras e incontáveis conversões políticas e ideológicas com a desintegração do socialismo real. Então o engajamento assume características mais pragmáticas, voltadas para questões concretas dos docentes e menos com as grandes políticas de transformação social, o que leva as questões da ação política a se transformarem em mais provincianas e corporativas, tirando espaço de uma teoria da transição social. Isto tem levado a uma certa escassez de quadros, uma vez que os jovens professores universitários são incitados a construir suas carreiras acadêmicas antes de tudo para poder usufruir as bolsas de pesquisa e responder aos critérios de produtividade acadêmica para manter os níveis salariais. É público e notório que o processo de trabalho docente passou por uma intensificação na década de 90, sendo os mecanismos dessa, as avaliações, os critérios para pagamento de salários diferenciados e a perda de *status* do trabalho docente junto à sociedade. Existem momentos privilegiados em que a participação ocorre de maneira mais intensa, é o caso dos movimentos grevistas que aproximam os docentes da luta sindical. O difícil é conseguir ultrapassar a pauta corporativa e garantir uma militância mais sistemática e orgânica ao movimento. Geralmente, a maior parte dos professores não se considera trabalhador, o que é curioso porque vivem de seu salário e até fazem greve por aumentos e reajustes salariais.

Neste ponto, importa que nos afastemos um pouco das questões internas aos discursos dessas lideranças sindicais acerca dos efeitos do neoliberalismo no seio do sindicalismo docente em estudo e observemos, mais objetiva e diretamente, os modos como suas linhas de interpretação de tais efeitos ganham expressões concretas na direção do Andes-SN; seja nas ações de sua diretoria, cada vez mais hegemônica pela Andes-AD, seja nas movimentações por ela provocadas no contexto das históricas querelas político-ideológicas constitutivas desse universo sindical.

O trabalho de Donatoni (1999) nos dá, nesse sentido, um privilegiado acesso a duas esclarecedoras circunstâncias históricas. A primeira delas encontrou ocasião no XXIII Conad, ocorrido em Maceió/AL entre os dias 12 a 16 de novembro de 1991.

Donatoni (1999, p. 225-228) informa que nas “últimas páginas do Relatório Final desse CONAD encontra-se um Parecer encaminhado” ao Andes-SN pela “Apubh/MG-SS”. Nele, a entidade pedia, “com base no Artigo 37, Inciso VI da Constituição Federal de 1988”, garantidora do “direito à livre associação sindical ao servidor público civil”, a “aprovação, pela

Assembleia Geral Extraordinária, da formalização da Apubh como Seção Sindical da Andes SN da UFMG”.

O recurso foi, continua Donatoni (idem), “encaminhado à Plenária de Instalação” daquele Conad e, após publicamente lido, indeferido, “provavelmente”, ainda segundo a autora, “por entenderem não ser o local adequado para esta decisão”.

Ocorre que, continua Donatoni (idem), “mais tarde, a Secretaria Geral da Andes SN se posiciona desfavoravelmente a essa transformação”. Lamentando a situação com condescendência, a autora busca esclarecê-la em seus impactos gerais transcrevendo um trecho do “Editorial ‘A Discriminação, a Viabilização e outras Preocupações’, da revista Caminhos, que é uma publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte [Apubh]”:

(...) não menos preocupantes para o destino da universidade pública foram as decisões tomadas pela plenária do XXIII Conad, que, por sugestão da atual diretoria da Andes-SN, colocou subjuice até o XI Congresso a participação da Apubh como seção sindical daquela entidade. Não nos parece que tenha sido uma decisão sábia nem que os reais interesses da unidade do movimento tenham prevalecido. A diretoria da Andes-SN agiu como uma facção lutando pela preservação de sua hegemonia política dentro do movimento docente. A decisão exorbitou a competência estatutária reservada ao Conad, dando a impressão de ter sido um ato de força revestido de vícios de forma. As diferentes concepções de organização sindical que opõem posições mais autonomistas a outras mais centralistas devem ser resolvidas democraticamente no interior do movimento. A conjuntura difícil não recomenda retaliações divisionistas. A Andes-SN é ou não um movimento sindical plural? Temos que discutir melhor nossas questões e ter a sabedoria necessária para conviver com nossas diferenças. Não devemos nos fechar em posições monolíticas, autoritárias e centralistas que comprometam a unidade do movimento.

As reações organizadas a situações como essas foram se desenvolvendo de modo lastreado nas divergências e disputas político-ideológicas já à base das concorrências entre os grupos em posicionamentos opostos neste sindicalismo. Estas, apesar de dadas em torno de questões imediatamente circunstanciadas, encontravam seus núcleos de sentido nas mesmas questões doutrinárias de fundo já anteriormente explicitadas, quer no pleito para a diretoria provisória da Andes, em 1981, quer na eleição para diretoria nacional realizada no Congresso de 1986, quando a chapa representativa da ali formalizada tendência Andes-AD vence a Andes Hoje, primeira chapa de oposição organizada em pleitos para a diretoria do Andes-SN.

Três anos depois do XXIII Conad, no XIII Congresso do Andes-SN, realizado em Viçosa/MG entre os dias 21 e 26 de fevereiro de 1994, outra expressão das reações aos modos como a Andes-AD passou a buscar o aprofundamento e sustentação de sua hegemonia na direção da/do Andes/Andes-SN daria surgimento ao movimento Fórum Andes Plural.

Testemunha direta daquelas, então, recentes circunstâncias, Donatoni (1999, p. 233) nos informa que naquele congresso deu-se o “processo sucessório da Direção da Andes SN”, tendo sido o mesmo “encaminhado pela tendência Andes AD e os Diretores da Andes SN então presentes” da seguinte forma:

Reuniões paralelas aconteceram, no sentido de organizarem uma chapa de consenso, ou seja, uma chapa que aglutinasse uma única tendência política (Andes AD). Nestas Reuniões professores que eram de outras tendências políticas eram proibidos de participar, caso não tivessem uma autorização, uma espécie de “carteirinha”, que notificasse pertencer à referida tendência, ou então, que fossem muito próximos das concepções por ela defendidas. Alguns professores que, por curiosidade entravam nas referidas reuniões, eram gentilmente convidados a se retirar, pois as mesmas eram controladas por uma chamada nominal dos presentes. Este fato gerou um descontentamento muito grande (...). (DONATONI, 1991, p. 233)

A autora continua informando que uma “parte dos presentes” ao evento reage à situação decidindo-se pela “formação de um Fórum, dentro do Congresso, para discutirem e avaliarem estes acontecimentos”. O nome escolhido para o fórum, “Andes Plural”, faz recordar, reconhecamos, a pergunta com a qual é concluído o texto-denúncia da Apubh publicado nas circunstâncias de 1991 – “A Andes-SN é ou não um movimento sindical plural?”. O fato evidencia, decerto, alguma articulação e continuidade entre as iniciativas.

O Fórum Andes Plural publica, ainda naquele congresso, o “Manifesto de Viçosa”, assinado por mais de 50 (cinquenta) docentes. O texto apresenta claras aproximações político-ideológicas, percebe-se também, com a linha de argumentação utilizada no editorial da Revista Caminhos, publicado nas circunstâncias de 1991:

Este manifesto surge da premente necessidade de resgatar o exercício democrático no interior da Andes-SN. A Andes-SN surgiu como uma organização sindical de base, representante dos docentes das IES públicas e particulares, num momento histórico de intolerância, desrespeito e violência contra os trabalhadores e o povo brasileiro em geral. Insurgindo-se contra o modelo ditatorial imposto em nosso país a partir de 64, a Andes-SN fundamentou sua ação em princípios historicamente defendidos pela classe trabalhadora: pluralismo, democracia interna, organização de base e tudo enfim que garantisse o exercício de um sindicalismo de luta e de classe enraizado em suas bases. Durante mais de uma década de luta o Movimento Docente (MD) tem conseguido uma atuação efetiva no cenário Sindical do País (...). Entretanto, chegado ao seu 13º Congresso: 1. Quando a classe trabalhadora e o povo brasileiro enfrentam uma conjuntura altamente opressora de inflação e recessão crescentes, imposta pelo projeto neoliberal; 2. Quando o movimento sindical em geral, passa, de um lado, por um momento de relativa desmobilização e, por outro, por ferrenhos ataques dos defensores do capital; 3. Quando os Serviços Públicos e o Estado Brasileiro estão sendo tenazmente sucateados; 4. Quando o MD enfrenta graves dificuldades de mobilização em suas bases; 5. Quando se impõe ao MD o enfrentamento de questões nacionais inadmissíveis como a questão da Revisão Constitucional, Eleições etc. Exatamente nesse momento, quando o mais importante para nós deve ser a unidade democrática e uma ação politicamente aglutinadora de todas as forças do MD, o que assistimos no Congresso de Viçosa – e que o processo eleitoral da Andes-SN nos dá o melhor exemplo – é uma

ação excludente, antidemocrática, cupulista e autoritária, implementada pela tendência Articulação Andes Autônoma e Democrática. Denunciamos e protestamos contra a ação desta tendência que sob o pretexto de hegemonia pretende implementar na Andes-SN um processo de homogenia, monopolismo e cupulismo sindical. O processo sucessório em curso revela, portanto, o afastamento de nosso Sindicato dos princípios historicamente construídos pelo MD. É inadmissível que uma Entidade de caráter nacional como a nossa, seja dirigida monoliticamente por uma determinada corrente política. Hegemonia não pode ser confundida com exclusivismo. Uma parcela representativa dos participantes do 13º Congresso está excluída dessa discussão importantíssima para o futuro do MD. Nesse sentido, entendemos que: 1. O processo sucessório precisa ter um espaço institucional no Congresso da Andes-SN e não ser um evento paralelo como ocorre anualmente; 2. As ADs e as bases precisam ser consultadas em relação ao Programa e à composição da direção do nosso sindicato; 3. A proporcionalidade e a pluralidade devem ser garantidas como forma de consolidar a democracia sindical e evitarmos a partidarização do sindicato; 4. A forma de discussão e composição da direção nacional, excludente e autoritária, demonstra cabalmente um distanciamento da base e tendencialmente tem contribuído para transformar a Andes-SN em sindicato de cúpula. EM DEFESA DE UMA ANDES-SN PLURAL, DEMOCRÁTICA, REPRESENTATIVA E TRANSPARENTE. Viçosa, 24 de fevereiro de 1994. (DONATONI, 1999, p. 233-235)

Sintetizando os depoimentos que colheu em entrevistas realizadas com professores que eram, naquele período, lideranças da Andes-AD – Luiz Paiva Carapeto, secretário geral da diretoria nacional no biênio 1990-1992; Paulo Rizzo, vice-presidente nos biênios 1990-1992 e 1992-1994¹, e Luiz Henrique Schuch, presidente no biênio 1994-1996 –, Vergara (2003, p. 104-106) nos dá acesso ao modo como aquela tendência significava, então, as críticas que lhes eram dirigidas pela oposição: as “pressões e críticas” que a “direção do sindicato passa a sofrer” por “uma parte do movimento docente, que se organizou como oposição e vinha defendendo uma atitude de participação mais ativa e institucional nas reformas [estatais] em curso”, comporiam a “ofensiva neoliberal” que “a partir de 94 intensifica no Andes S/N a vacilação do ponto de vista do papel do sindicato”. Desse modo, pressupunham nelas a presença permanente de um “fato não explicitado pelos interlocutores da oposição”: a “ação articulada, intencional, inteligente e poderosa de destruição do movimento sindical em geral e dos professores e estudantes em particular”.

É, pois, partindo dessa interpretação geral dos fatos que Schuch, naquela entrevista concedida a Vergara (2003, p. 105, 106), não hesita em apontar como um dos elementos mais “significativos” de sua gestão, feita entre 1994 e 1996, justamente um dos núcleos da crítica do Fórum Andes Plural ao modo como a Andes-AD passara a, progressivamente, dirigir o Andes-SN, a saber, contando apenas com membros diretamente vinculados à corrente. Para Schuch, tratava-se, primariamente, da necessária “unidade da direção” diante da “ofensiva neoliberal”:

¹ Nos anos seguintes, Paulo Rizzo assumiria a presidência do Andes-SN em duas gestões, 2006-2008 e 2014 e 2016.

Conseguiu-se manter um grupo de setenta e sete pessoas, cada um de um ponto do país, experiências de vida diferentes, até orientações políticas, uns bem jovens e outros já com bastante experiência na militância, discutindo política, disputando o espaço nacional e fazendo opções de aumentar o vínculo e a orientação classista, especialmente num momento de aumento da ofensiva neoliberal. (...) a unidade do movimento nesse momento era essencial pois representava a capacidade de mobilização e resistência dos professores no enfrentamento das políticas governamentais de desmonte das organizações sindicais. Nós tínhamos um trunfo, o conceito de sindicato classista, pela base e de transformações a partir das relações com a classe trabalhadora. A maior aproximação com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), também com outros sindicatos urbanos e o funcionalismo como um todo.

Outro dos elementos apontados por Schuch como trunfo da direção política programaticamente dada ao Andes-SN pela Andes-AD a partir dos anos 1990 era, reconhecemos, um dos núcleos históricos, passados e futuros, das divergências entre as duas grandes forças e linhas político-ideológicas presentes neste sindicalismo desde seu surgimento:

(...) o estabelecimento de um padrão de relacionamento com as instituições de governo, de confronto e de resistência (...). Havia a compreensão, a partir da análise de conjuntura, que no momento era preciso ser mais duro no confronto, para segurar o rolo compressor que vinha e tentar evitar o que já tinha acontecido na Argentina, no México e no Chile. O grande salto neoliberal do governo FHC e do ministro Bresser, diferente do período dos militares e da nova república, foi o de criar instrumentos coercitivos por dentro, a construção de um projeto para a educação que estabelecia uma comunicação entre a cartilha liberal e o sistema educacional. Flexibilizando as relações, criando o conceito de que o bom docente, a boa equipe de pesquisa ou a boa universidade é aquela que ganha no mercado. Então arrocha salários e flexibiliza-se a dedicação exclusiva, se faz uma inflexão muito rápida na universidade, com exigência de pós-graduação, do jeito que se exigiu, sem controle de qualidade, mas com a ideia de padronização dos títulos tendo como referência as universidades estrangeiras, o vínculo compulsório com as empresas. Sobre esse fato em particular houve uma crítica de parte do professorado que fazia oposição à direção que não entendia dessa forma e defendia que tinha que se instalar com um projeto, negociando pontualmente as reformas no Congresso Nacional.

Apesar de ambientadas num novo cenário nacional e organizativo, tais divergências encontram aproximações fulcrais, vejamos, com aquelas que já sabemos terem se dado entre os grupos de Maciel e Pinguelli na greve realizada nas origens da Andes. Naquelas anteriores circunstâncias, recordemos, o grupo que viria a desenvolver-se como Andes-AD desconfiava da disposição do grupo oponente em abrir o “caminho da negociação” com o ministro da Educação, o qual, sendo um general e representante, portanto, dos autocráticos governos militares, deveria ser tratado como “o malefício, encarnação do demônio e anticristo”. De modo que, enquanto, para estes, nada justificaria “uma negociação”, aqueles entendiam a reunião com o ministro como uma “iniciativa de (...) solução da greve”.

Dando consequência histórica a sua interpretação do fazer sindical “autêntico”, não se tratava para a (agora renovada) Andes-AD de, diante da “ofensiva neoliberal”, apenas buscar

dar “solução” à greves, mas de, encontrando-se em meio a “uma luta política”, não dar qualquer forma de “vacilação ao ponto de vista do papel do sindicato”. Daí que o comportamento negocial do grupo que lhes fazia oposição a partir do Fórum Andes Plural, já que historicamente tendente a “ficar um pouco mais na retranca” – em expressão de Agamenon Almeida por nós já conhecida –, fazia-se, segundo entendiam, um impeditivo para o avanço da “luta sindical, política e associativa” e, assim, nada menos que parte integrante da “ação articulada, intencional, inteligente e poderosa de destruição do movimento sindical em geral e dos professores e estudantes em particular”.

iv. Em torno do PT/CUT: dissidências e rearticulações (internas e externas ao Andes-SN)

Cerca de uma década e meia após os primeiros embates entre as diferentes tradições das esquerdas no âmbito desse sindicalismo, o cenário das correntes político-ideológicas das esquerdas sindicais e partidárias nacionais ganhara muito, entretanto, em complexidade. Não poderia ter sido diferente com suas expressões no sindicalismo aqui em observação.

A crítica do Manifesto de Viçosa à Andes-AD e sua forma de conduzir a diretoria nacional do Andes-SN, feita nominalmente e apresentada de forma simultânea a uma convocação geral de retorno e coerência com os princípios apontados como originários do “movimento docente”, uma pauta permanente daquela tendência, fazem suspeitar que o Fórum Andes Plural, surgido no congresso de 1994, contava com a contribuição de pessoas e grupos dissidentes daquela hegemônica corrente. Corroboram ainda nessa interpretação, decerto, o planejado uso de palavras que historicamente nuclearam a identidade político-ideológica da Andes-AD ao lado daquelas que vinham sendo utilizadas pelos grupos que lhe faziam oposição: “Democrática” aparece, por exemplo, ao lado de “Representativa” e “Plural”.

Suposições à parte, vejamos o que Schuch afirma sobre o tema em sua já referida entrevista concedida a Vergara (2003, p. 107, 108):

(...) havia no período um retrocesso no pensamento da esquerda sobre as possibilidades de rupturas mais profundas [com o sistema capitalista]. E uma boa parte da base, além da base conservadora original, como da base mais militante caminhava em direção de uma adaptação passiva à ordem estabelecida. Pensava-se na possibilidade de melhorar o salário, melhorar a sala de aula, arrumar as instalações, mas sempre a partir dos espaços dados pela ordem. Os casos dos países que já tinham passado pelas reformas eram os exemplos do que poderia acontecer e se trabalhou muito na direção de mostrar para o conjunto da categoria as consequências desse movimento internacional chamado neoliberal, e havia documentos, não era apenas uma teoria da conspiração universal. Os documentos do Banco Mundial de 95 apontavam recomendações do tipo “para conseguir essas reformas tão necessárias, é preciso quebrar as resistências,

especialmente do movimento universitário, docente e estudantil”. (...) conviver no movimento sindical docente nesse período não foi uma tarefa fácil para os militantes, pois era muito forte o movimento que tentava descaracterizar as relações formais de trabalho e o sindicato como interlocutor legítimo, moderno e útil ainda. Foram grandes as pressões e cooptações na base do sindicato, para trabalhar para outras vertentes. O discurso de que a direção estava descolada da base era muito simples de fazer. Mas qualquer direção vai estar descolada da base num ambiente desses (...). Além das duas correntes que tradicionalmente disputavam a direção, mas conviviam no movimento em uma base de relativa unidade e consenso em relação às grandes questões defendidas pelo sindicato, havia uma outra corrente de independentes que se construiu apoiada numa dissidência com o grupo dirigente. Os pressupostos do debate conceitual repousavam numa “flexibilização” da interpretação marxista da sociedade, mitigando a perspectiva de classes estruturada no ambiente de trabalho como categoria fundamental para entender as relações sociais (...). Essa corrente está presente também no PT e foi construída com a maioria dos descontentes que discordavam da orientação majoritária presente na composição da direção nacional do sindicato.

Reconheçamos nessas divergências e disputas internas ao Andes-AD expressões dos mesmos movimentos divisionistas que, internos às primeiras organizações advindas da esquerda neossindicalista, isto é, ao PT e CUT, deram origem, como anteriormente demonstrado, ao PSTU (1994), à CSP Conlutas (a partir de 2004), ao Psol (também de 2004) e às Intersindicais (a partir de 2006). Se, como sabemos, a participação do PT nas disputas políticas internas da Andes apresentou-se desde sempre dividida entre a AUNL e algumas das correntes petistas trotskistas, naquele novo contexto nacional e organizativo, no qual se fez aquela Associação um sindicato oficial filiado à CUT, a complexidade das expressões do legado neossindicalista no sindicalismo do professorado da Educação Superior pública brasileira ganhou muito em matizações.

Conforme iremos acompanhando daqui em diante, as frações da Andes-AD divergentes dos rumos políticos tomados pelo PT e pela CUT à medida que os hegemonizava a Articulação/Campo Majoritário/CNB foram vinculando-se, oficialmente ou não, às cisões partidárias e sindicais desenvolvidas no processo que levaria o PT à presidência da República nas eleições nacionais de 2002. Em movimento diametralmente oposto, as frações mais firmemente petistas/cutistas da Andes-AD foram paulatinamente alinhando-se aos movimentos que constituíram, dentro do Andes-SN, os grupos orientados pela histórica reunião nele experimentada entre Articulação/PT e Unidade Sindical, representante da tradicional esquerda comunista no país.

Em meio a essas movimentações renovaram-se (e, portanto, modificaram-se) ambas as duas grandes linhas político-ideológicas em disputa histórica no “movimento docente” na Educação Superior pública nacional. Por um lado, a Andes-AD assumiria posições oficiais que, embora se fizessem cada vez mais doutrinariamente trotskistas, buscavam atrair, nas bases,

quaisquer posicionamentos genericamente anticapitalistas e descontentes com a “ofensiva neoliberal”, passando a organizar, no interior desse sindicalismo, boa parte das pautas das novas esquerdas em emergência mundial. Por outro lado, a histórica oposição comunista presente neste sindicalismo, aproximava-se paulatinamente das dissidências petistas/cutistas da Andes-AD, cuja interpretação do legado neossindicalista cada vez mais aproximava-se das posições político-ideológicas que orientariam as vitórias eleitorais da esquerda nacionalista-desenvolvimentista latino-americana nos anos seguintes¹.

Em muito pouco tempo, veremos, os grupos constitutivos desta (renovada) oposição à (também renovada) Andes-AD estariam atuando conjuntamente no seio desse sindicalismo docente, passando a apresentar considerável capacidade de intervenção, inclusive eleitoral, no âmbito do Andes-SN.

Essas movimentações explicam como, tendo vivido toda sua primeira década conduzido por diretorias configuradas, conciliatoriamente, por membros de diferentes correntes sindicais sob direção política hegemônica da Andes-AD, o sindicalismo em estudo tenha passado a experimentar, a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, seus primeiros pleitos disputados por chapas oponentes. De início, em disputas duplas, como as dadas nas eleições de 1986 e 1994, e, a partir de 1996 – quando, conforme documenta Vergara (2003, p. 108), se dá a primeira eleição concorrida por “três chapas” –, em pleitos disputado por três ou mais chapas concorrentes.

¹ Vejamos o que era então pensado por uma das tendências cutistas com expressão no funcionalismo federal acerca do momento histórico: “Assim, o momento político em que agora estamos a nível internacional é também de recomposição do campo progressista. Processos como o Fórum Social Mundial (FSM) são expressão das potencialidades dessa recomposição assim como de suas limitações até agora existentes. (...) Na América Latina a conjuntura mundial se apresenta com características específicas. Aqui, desde 1997 foram derrubados governos neoliberais pela força das mobilizações populares – Equador, Bolívia e Argentina. E em 1998 a eleição de Hugo Chávez na Venezuela abriu uma sequência de vitórias eleitorais de candidaturas que questionavam – ainda que em grau diferenciado – a agenda neoliberal e a política imperial norte-americana. A mais recente foi a de Tabaré Vazquez que assumiu a presidência do Uruguai. Tudo indica que na América Latina abriu-se uma “janela”, uma “brecha”, de contestação mais ampla à “ordem” que o governo Bush quer impor ao continente. O acordo da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) devia ter sido assinado em janeiro passado. A pressão popular das organizações membro da Aliança Social Continental/Campanha Continental contra a ALCA num contexto de governos – como o da Venezuela e do Brasil – que questionaram a agenda proposta pelos Estados Unidos levou as negociações ao impasse. A disputa não está concluída, mas é evidente que ganhamos uma importante batalha contra o governo Bush que agora busca “cercar” a região assinando tratados de “livre comércio” com países ou regiões onde encontra menor resistência. A proposta de relançar o Mercosul sobre novas bases e a de avançar na constituição de uma Comunidade dos Países da América do Sul podem abrir uma dinâmica de contestação concreta aos planos do governo norte-americano na região. A batalha por uma alternativa popular e democrática à ALCA será decisiva para abrir o capítulo da busca da superação da hegemonia norte-americana na nossa região. Essa é a batalha que está posta para o próximo período. E a conjuntura brasileira é decisiva para seu desfecho”. (Cf. CUT Socialista e Democrática – CSD. Contribuição para o debate na XII Plenária Nacional da FENAJUFE”. Disponível em <http://www.fenajufe.org.br/Plenaria2005/teses/1505-CUT%20Socialista%20e%20Democratica%20-%20Tese%20XII%20Plenaria%20Fenajufe.doc>).

Nesta eleição de 1996, como na de 1986, sai vitoriosa a Andes-AD, que, mantendo sua hegemonia na diretoria do Andes-SN, põe a professora Maria Cristina de Moraes na presidência durante o biênio 1996-1998.

Em seu já referido depoimento a Vergara, Schuch afirma que aquela vitória preservava “a hegemonia da corrente majoritária Andes-AD, que defendia a perspectiva classista e de unidade com as lutas gerais dos trabalhadores”, reconhecendo, todavia, que a mesma apresentava “algumas defecções que mais tarde iriam se organizar e disputar a direção como oposição à diretoria eleita”. Por isso a “gestão da professora Cristina à frente do sindicato representou”, afirma ainda Schuch, um momento de “intensificação das disputas internas entre as correntes políticas do movimento docente”, resultando num definitivo “racha na tendência majoritária Andes-AD”.

Sem considerar qualquer legitimidade à anterior Carta produzida e divulgada pelo Fórum Andes Plural, fruto dos primeiros movimentos de aproximação entre as dissidências internas à Andes-AD e suas antigas oposições, Schuch explica todo aquele processo no fato de que

(...) a posição defendida pela direção nacional do sindicato mantinha-se numa linha de atuação dentro dos princípios e valores que alimentaram a luta política dos professores na sua trajetória desde a construção do movimento docente, que era de resistência e autonomia do sindicato frente ao governo e às administrações universitárias. A oposição naquele momento já vinha defendendo uma linha mais afirmativa de aproximação e atuação política institucional dos docentes, e uma participação mais ativa em relação às reformas em curso na universidade e também na sociedade. (VERGARA, 2003, p. 108)

Aquela nova vitória eleitoral da Andes-AD acabou por precipitar as potenciais aproximações entre suas frações dissidentes e os grupos que lhe faziam histórica oposição, o que se desdobrou numa situação inusitada: no pleito seguinte, referido ao biênio 1998-2000, a oposição àquela tendência, agora renovada, logra vitória, pela primeira (e única) vez na história desse sindicalismo, na disputa pela direção política nacional daquela que era, até então, a única organização associativo-sindical do agrupamento profissional aqui em questão, o Andes-SN. Foi, pois, representando um já longo processo de discordâncias, resistências e concorrências à tendência hegemônica na diretoria do Andes-SN que a chapa presidida pelo professor Renato de Oliveira recebeu posse no XXXVI Conad, realizado em Campina Grande/PB entre os dias 26 e 30 de junho de 1998.

Aquela posse, bem como todo o processo eleitoral, havia se dado em meio a uma greve nacional recheada de polêmicas. Segundo Miranda (2011a, p. 280, 281, 284, 348), a partir

da vitória da oposição, a greve sofreu “uma mudança de rumo”, uma vez que o Andes-SN passa a ter em sua direção uma chapa que “combinava setores dissidentes da Andes AD com a tradicional oposição identificada como ‘Andes Plural’, cujo núcleo central era constituído por militantes do PC do B”. O fato materializaria, “no interior do Sindicato, a disputa de correntes que havia alguns anos dividia a CUT”, nele infiltrando “a concepção de que os sindicatos deveriam adotar uma prática negociadora com o Estado”. Isso explicaria o porquê de a nova diretoria ter decidido “interpor-se entre as negociações do CNG com o Congresso Nacional”.

Em mesma direção analítica, Vergara (2003, p. 89) explica toda aquela situação como “um fenômeno análogo ao que vinha acontecendo na Central Única dos Trabalhadores”. Ao contar dessa forma a história, Miranda e Vergara estão (conscientemente?) assumindo como fato a interpretação dada pela Andes-AD à trajetória seja da/do Andes/Andes-SN seja da CUT, uma vez que dão uma ressonância abertamente engajada às teses apresentadas pela tendência, em nome do sindicalismo docente da Educação Superior, em anteriores ocasiões.

Vejamos, por exemplo, o que é oficialmente afirmado sobre o tema no relatório final do XII Congresso do Andes-SN, realizado em Manaus entre os dias 28 de fevereiro e 5 de março de 1993:

A progressiva perda do horizonte classista [da CUT] tem caminhado lado a lado com um processo de institucionalização, tornado factível pela ausência de referências internacionais de combate ao capitalismo (...). Cabe à Andes-SN e às suas seções sindicais atuar com o conjunto do movimento sindical cutista, buscando unificar nossas lutas e dar-lhes efetividade e força, até aqui não suficientemente alcançadas para reverter a tendência aqui mencionada.¹

Poucos anos depois, em 1997, no Manifesto do Andes ao VI Concut, a diretoria nacional do Andes-SN (sob hegemonia da Andes-AD) afirmaria, mantendo a direção de suas críticas à diretoria nacional da CUT:

Os delegados do Andes-SN chamam todos os delegados, favoráveis a um sindicalismo classista de oposição a FHC e seus projetos, à luta pela construção da greve geral e por um sindicato democrático e de base (...), e à constituição de um bloco contra o perigoso rumo adotado pela maioria da direção da Central. Devemos, portanto, lutar intransigentemente em defesa da independência de classe, contra qualquer política de “pacto social”, e pela saída da CUT do Conselho Nacional do Trabalho e instituições assemelhadas. Além disso, a CUT deve reafirmar uma posição internacionalista ativa, solidarizando-se e unificando-se com todos os trabalhadores do mundo inteiro, particularmente com os da América Latina, em primeiro lugar com os trabalhadores do MERCOSUL que protagonizam grandes lutas contra o desemprego, pela previdência social solidária, pelo salário, em defesa das conquistas sociais e da educação pública

¹ Cf. Andes-SN. Relatório Final. XII Congresso do Andes-SN. Manaus, 28/fev a 5/mar, 1993, p. 51.

e gratuita. Entretanto, isto se torna incompatível com a (...) política de colaboração de classes e de adaptação ao Capital.¹

Falando em nome da oposição, cada vez mais organizada, a essa forma de compreender, dentro do Andes-SN, os rumos políticos tomados pelos setores majoritários do petismo/cutismo, Renato de Oliveira criticava, na condição de seu novo presidente (em nome da oposição), a “trajetória recente”² da organização, cuja direção, hegemônica pela Andes-AD, teria contribuído para a “descaracterização da vocação inicial da associação, convertida num sindicalismo transformado em fim em si mesmo e que, nos últimos anos, aliava o radicalismo discursivo com o imobilismo e o afastamento das ‘bases’ que pretensamente representava”.

Seguindo-o no tom e linha argumentativa, alguns dos correligionários³ de Renato de Oliveira denunciavam as críticas à nova direção como práticas divisionistas do grupo que perdera a eleição, acostumado a agir por “orientações esquerdizantes”, que o fariam transitar “vertiginosamente entre o imobilismo burocrático e o aventureirismo mais vanguardista e falacioso”. Caberia a Dalton Melo Macambira, primeiro vice-presidente da nova diretoria, dar permanência histórica, nesse novo contexto, às, como vimos, onipresentes problemáticas em torno dos limites e possibilidades da negociação/confronto como regimes de relações oportunas com governos nacionais:

O grupo político que comandou a Andes nos últimos 12 anos (Andes-AD), parte do pressuposto que o movimento sindical se constitui no polo aglutinador da sociedade na luta pela transformação social. Na frente de todo esse processo estaria um sindicato de intelectuais capaz de iluminar o caminho e conduzir os demais sindicatos para a construção da nova sociedade que se ergueria sobre os escombros da sociedade capitalista em crise (permanente) (...). A direção anterior, que controlava o CNG, partia do pressuposto que sindicato não tem que negociar, mas impor ao governo a sua proposta, isto é, entregar ao governo uma pauta de reivindicações e entrar em greve, mantendo o movimento paredista até que o governo atenda toda a pauta.⁴

Após reeditar, em novos cenários e sob mesmas ou modificadas formas, várias das tensões, divergências e querelas que acompanham o sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira desde suas origens, aquela gestão oposicionista chegaria ao seu fim sem, contudo, conseguir reeleger-se. A Andes-AD retomaria no pleito relativo ao biênio 2000-2002,

¹ Cf. Andes-SN. InformAndes. Ano VIII, 59, setembro de 1997.

² Cf. Andes-SN. InformAndes. Edição Especial, julho de 1998.

³ Cf. RANGEL Jr., Antônio G. Carta Aberta aos Diretores e aos Sindicalizados da Andes-SN. 09/07/1998. (Cf. Miranda, 2011a, p. 288, 289).

⁴ Cf. MACAMBIRA, Dalton M. A Greve e a Nova Diretoria. 25/08/1998. (Cf. Miranda, 2011a, p. 288, 289).

assim, seu histórico papel de direção organizativa hegemônica desse sindicalismo, pondo na presidência da diretoria do Andes-SN o professor Roberto Leher.

Em entrevista concedida também ao trabalho de Vergara (2003, p. 111, 112), Renato de Oliveira avalia o biênio em que presidiu o Andes-SN afirmando que, respaldado por sua reeleição, Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹ teve diante de si, no período, “uma universidade desgastada por uma greve sem perspectivas, derrotada, com um movimento docente desmoralizado”, o que lhe possibilitou implantar “sua reforma”. Continua:

E o Andes S/N vai virar o quê? O Andes S/N vai se reduzir numa dúzia de militantes semiprofissionalizados que vão controlar todos os eventos, e a nossa diretoria que acabaria como refém dessas pessoas. Isso aí não dá, então o que fizemos? Aceitamos o que o governo estava oferecendo e tentaríamos negociar durante o processo de regulamentação (...). [O Andes-SN havia se tornado] Um nunca acabar de eventos, que não dá para tu acompanhar se quiser ter uma vida acadêmica ativa, e isso marcou a nossa gestão e no final não conseguimos eleger nossa diretoria sucessora que também estava completamente descaracterizada. A nossa diretoria não suportou o impacto, porque o movimento como um todo acabou engolfado por essa visão de um sindicato que é pressionado a desempenhar um papel político (...) mas ele não consegue ir além da pauta corporativa.

v. *Andes-Sind: oposição (também renovada!) à Andes-AD*

Os números finais do pleito que decidiu a diretoria do Andes-SN no biênio 2000-2002, marco da retomada de sua direção política pela tendência Andes-AD, apontam, apesar do tom plangente da (auto)análise do professor Renato de Oliveira, a manutenção da bem equilibrada competição eleitoral que, desde sempre, deu-se entre as duas linhas político-ideológicas majoritárias na disputa pela direção desse sindicalismo: derrotada, a chapa “Andes para uma Nova Universidade”, encabeçada pelo professor Milton Muniz, havia contado com cerca de 45% dos votos válidos no pleito².

De modo que, se claramente se mantinha a hegemonia da tendência Andes-AD na direção do Andes-SN, igualmente evidente se fazia a existência, como dantes, de uma considerável rejeição ativa a suas perspectivas na base social do sindicalismo em estudo.

¹ Sociólogo e professor universitário, foi presidente por dois mandatos quadrienais consecutivos, de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2003, quando a presidência nacional foi assumida por Lula. (Disponível em: <http://fundacaoofhc.org.br>).

² Os dados oficiais divulgados pela Comissão Eleitoral Central em 23 e 24 de maio de 2000 foram: Chapa 2 “Andes-AD (Autônoma e Democrática)”, 13.304 votos; Chapa 1 “Andes para uma Nova Universidade”, 10.494 votos; Votos em branco: 779 e Nulos: 409. (Cf. Andes-SN. Relatório Final. 40º CONAD. Brasília, 22 a 24 de junho de 2000, p. 8-9).

Particularmente quando levados em consideração os números relativamente pequenos de votos em branco e anulados.

Diferente dos grupos constitutivos da tendência Andes-AD, urdidos no ímpeto instituinte do neossindicalismo, aqueles que lhe fizeram oposição, mesmo estando de alguma forma articulados e desde sempre presentes em disputas organizativas desse sindicalismo, custaram, como temos acompanhado, a desdobrar-se em tendências formais neste universo sindical. Tudo leva a crer que a unidade por eles encontrada no estilo e princípios gerais das correntes da (tradicional) esquerda sindical comunista no país acabou por imprimir-lhes uma formação e atuação movida pela mesma dinâmica que, sugere Rodrigues (1991, p. 37), orientou amplamente as ações dessa tradição sindical diante do Novo Sindicalismo: suas formações foram “quase uma atitude de defesa diante da presença de uma entidade adversária com uma atuação agressiva e disposta a ser, na prática e não apenas no nome, a única central brasileira.”

Resultantes de intensas e permanentes divergências e disputas político-ideológicas, os números das duas antecedentes eleições para a diretoria do Andes-SN (1998-2000 e 2000-2002), embora promovendo, pela primeira (e única) vez na história desse sindicalismo, uma alternância de forças na gestão de sua, até ali, única organização nacional, evidenciavam a manutenção de uma acirrada competição eleitoral entre as duas linhas sindicais majoritárias no sindicalismo da Educação Superior pública brasileira e, assim, da existência de um verdadeiro racha político-ideológico em sua base social.

Tratou-se, pois, de uma reação em alguma medida presumível nesse contexto a formalização da tendência que unificou as oposições históricas à Andes-AD, a Andes-Sind, no XX Congresso Nacional, ocorrido no Rio de Janeiro/RJ entre os dias 15 e 20 de fevereiro de 2001.

Como já apontado, condicionaram e orientaram o progressivo estabelecimento dessa nova dinâmica política no sindicalismo em estudo as modificações gerais vividas pelas organizações partidárias e sindicais advindas do neossindicalismo a partir de meados dos anos 1990.

Nesse sentido, importa reconhecer o papel fundamental da reunião, dada a partir dos dois últimos pleitos da década de 1990, entre as dissidências petistas/cutistas da Andes-AD e a antiga oposição, até ali organizada quase somente no espírito da Unidade Sindical. A presença do espírito neossindicalista naquela renovada oposição à Andes-AD foi tamanha que a Andes-Sind, que também contava com a presença de correntes comunistas, historicamente

ligadas às CGT's, passou a ser referida no universo sindical do país como uma “oposição sindical cutista”¹.

Sobre os efeitos desses fatos naquele período, o professor Estevão Arcanjo, uma das lideranças da Andes-Sind no CE, afirmou em sua entrevista a este estudo² que essa tendência começa a ganhar força no “movimento docente” a partir do período em que, “um pouco antes do governo Lula”, o PT na Andes-AD “começa a rachar” como resposta à “aliança PT e PC do B”, que vai ficando mais forte “contra o PSTU”. Obviamente, segundo ele, “depois do Governo Lula os grupos ficam muito mais claros”.

Apesar da inversão de posição que a adesão político-ideológica da professora Tânia Batista, uma das lideranças locais da Andes-AD, dá a seus argumentos quando comparados aos de Estevão Arcanjo, as informações que a mesma nos oferece em sua entrevista³ dizem, ao fim, o mesmo que este sobre os motivos e efeitos da nova dinâmica interna que, desde então, se estabeleceu no sindicalismo em estudo:

Nesse período, digo nesse anterior a 2003, você tinha a Andes-AD, que era o nome do grupo, que tinha gente do PT, do PC do B, estava todo mundo junto. Mas a partir da chegada do Lula no poder é que acontece uma ruptura. Em termos de que existia um grupo que continuava sendo crítico, mesmo o Lula estando no poder, continua sendo crítico no sentido de continuar defendendo a autonomia, defendendo a independência e tudo o mais e um outro grupo, que agora estava no poder [da Adufc-SS]... objetivamente, estava no poder [da Adufc-SS] e defendia as políticas educacionais do governo Lula.

Como melhor veremos a seguir, este é o cenário nacional no qual, três anos depois da formalização da Andes-Sind, surge, em 2004, o Proifes-Fórum, fazendo ver quanto a formalização da nova tendência em meio às circunstâncias político-institucionais que levaram à vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 imprimiram uma nova dinâmica, bem mais aprofundada, às históricas divergências e disputas internas a estes sindicalismo quanto a objetivos, pautas e formas de organização e ação. Em pouco tempo, veremos no próximo capítulo, seria nele superado, assim, o plano das dissidências instituintes entre correntes político-ideológicas internas, intensificadas suficientemente para objetivar-se em concretas cisões organizacionais.

¹ Cf. CUT Socialista e Democrática – CSD. Contribuição para o debate na XII Plenária Nacional da FENAJUFE. (Disponível em <http://www.fenajufe.org.br/Plenaria2005/teses/1505-CUT%20Socialista%20e%20Democratica%20-%20Tese%20XII%20Plenaria%20Fenajufe.doc>).

² Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2016.

³ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

Tudo indica, pois, que Otranto (2000) esteja correta, em alguma medida, ao afirmar, ainda no contexto de finalização da “década neoliberal”, que a “transformação da Andes em Sindicato Nacional acirrou o confronto entre os interesses corporativos e os ideais políticos” no “movimento docente” da Educação Superior brasileira. Em todo caso, trata-se de uma simplificação (por demais engajada, já que não demonstrada!) propor a autora que se tenha dado, desde então, uma “ruptura no interior da Andes-SN”, na qual se desenvolveu, de um lado, uma “Andes mais corporativista”, que aglutinava um “grupo sempre optando pela saída institucional da negociação, mesmo que em alguns momentos a visão de sociedade fosse violentada”, e, por outro, de uma “Andes política”, aglutinando um grupo “invariavelmente pautado pelos ideais políticos, ainda que isso acabasse acarretando perdas salariais”. Em torno desse último grupo viriam organizando-se, afirma a autora, “os professores das instituições públicas e privadas, enquanto a Andes mais corporativista viria optando por um dos grupos”, o das instituições públicas federais.

É muito provável que o próprio engajamento de Otranto (2000) em meio às querelas político-ideológicas neste sindicalismo – engajamento evidentemente alinhado ao de Tânia Batista – a faça olhar para o todo de sua história até ali já decorrida entendendo ter sido somente “a partir” de algum momento contextual – da “transformação da Andes em Sindicato Nacional”, num caso, ou da “chegada de Lula no poder”, no outro – que se inicia uma “ruptura no interior da Andes-SN”, responsável pela fragmentação político-associativa que marca sua condição presente. Afinal, segundo deixam entender as professoras, quer falando como pesquisadoras quer como lideranças sindicais, até ali “você tinha [somente?] a Andes-AD”! Ora, está claro, por tudo que temos visto, não se tratar essa de uma interpretação objetiva dos fatos, uma vez que uma firme oposição aos grupos que constituíram a Andes-AD em 1986, mesmo não tendo se formalizado como uma corrente sindical até 2001, esteve sempre presente e minimamente organizada no “movimento docente”.

A “ruptura no interior da Andes-SN”, que teria dividido o “movimento docente” entre uma “Andes mais corporativista” e uma “Andes política” expressa, em verdade, diferenças político-ideológicas entre as esquerdas nacionais e mundiais bem mais profundas que a caricatura, por demais circunstanciada, corporativismo *versus* classismo pode fazer ver. Como veremos no quarto capítulo, essas diferenças, tendo acompanhado com diversas manifestações

a história do sindicalismo brasileiro em geral desde suas origens¹, vem tendo seus potenciais divisionistas muito bem utilizados pela Estrutura Sindical de Estado, desde seu estabelecimento ao longo dos anos 1930 (BOITO Jr., 1991).

Se, desde então até o contexto de Redemocratização, as diferenças político-ideológicas das esquerdas têm se feito úteis, via ideologia da legalidade sindical², a dar objetivação dissimulada à função politicamente desorganizadora do Estado burguês no âmbito do sindicalismo dos trabalhadores produtivos, a chegada dos improdutivos ao universo sindical nacional precipitada pelo novo contexto nacional e mundial emergente desde o final dos anos 1970, tem amplificado tal utilidade.

A permanência da força tutelar do Estado no movimento sindical brasileiro operada pela manutenção da Estrutura Sindical de Estado na Constituição de 1988 apenas demonstra o fato (BOITO Jr., 1991; BARISON, 2016). O sindicalismo docente na Educação Superior brasileira, emergente em meio a essa processualidade histórica, dela participa integralmente. Trataremos, no quarto capítulo, do sentido e efeitos político-associativos dos equívocos historiográficos acerca do sindicalismo em estudo, amplamente disseminados, seja no campo de sua investigação científica seja no dos argumentos que orientam suas lideranças e correntes. Por ora, dediquemo-nos um pouco mais aos fatos, acompanhando o que experimentou este sindicalismo nos anos seguintes à análise de Otranto (2000).

vi. Eleições presidenciais de 2002 e Proifres-Fórum: ainda em torno do PT/CUT

Observemos, nesse sentido, algumas das movimentações que, a partir da criação da Andes-Sind em 2001, fizeram-se precursoras da cisão que deu surgimento ao Proifres-Fórum em 2004. Dois relatos de participação no XX Congresso do Andes-SN (2001) produzidos por professores filiados ao Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba (ADUFSCar)³ são particularmente esclarecedores a esse respeito.

¹ Simplificadamente, anarcossindicalismo *versus* socialistas, comunistas *versus* trotskistas, comunistas *versus* populistas/trabalhistas, comunistas *versus* neossindicalistas etc. (Cf. Carone, 1970, 1979; Weffort, 1973; Almeida, 1975; Silva, 1977; Rodrigues, 1991; Santana, 1999; Araújo, 2002).

² Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

³ Cf. Portal ADUSFCar. (Disponível em: <https://adufscar.org/>).

Produzidos por partidários, de um lado, da nascente Andes-Sind e, de outro, da estabelecida Andes-AD, esses relatos fazem ver os argumentos e elementos em torno dos quais se estabeleceram as querelas que, aprofundando históricos enfrentamentos político-ideológicos neste sindicalismo, deram corpo à cisão organizacional que o pôs em sua atual condição de inconciliável concorrência político-associativa.

A oposição local à Andes-AD, a partir dali nacionalmente organizada em torno da tendência Andes-Sind, ajudou diretamente na produção e divulgação, a partir daquele XX Congresso do Andes-SN, da Carta aos Professores das Universidades Brasileiras. Tratava-se de um documento assinado por “68 docentes de 19 universidades” do país, aos quais se somavam os professores Emerson Pires Leal, Fátima Maria Balduino dos Santos, Gil Vicente Reis de Figueiredo, Marcos Sanches Vieira e Matilde Alzeni dos Santos, responsáveis imediatos por sua publicação no boletim da ADUSFCar¹.

Os signatários da Carta a iniciam afirmando ter sido aquele congresso “dominado por tal grau de dogmatismo fundamentalista que um grupo”, ao qual se reuniram, “sentiu-se sem condições políticas de permanecer” no evento. O Congresso “se limitava”, continuam,

(...) a homologar as posições majoritárias defendidas pela diretoria da Andes, sem real discussão do conteúdo das propostas vindas das bases do movimento docente. O que se assistiu (...) durante a plenária final do Congresso, foi o atropelamento sistemático dos debates e o impedimento da expressão plural de ideias divergentes, orquestrado pela mesa condutora dos trabalhos, intransigente e autoritária.

Fazendo recordar o texto do Manifesto de Viçosa, de 1994, os signatários da Carta de 2001 lamentavam que fosse aquela a direção do Andes-SN “num momento que”, por um lado, “a universidade brasileira enfrenta talvez a sua maior crise” e, por outro, “diferentes visões disputam a hegemonia do pensamento na sociedade”.

Neste ponto, percebamos quanto as modificações de circunstâncias gerais no país deslocavam, na Carta de 2001, as referências dos desafios da imposição do neoliberalismo, marcantes dos argumentos do Manifesto de 1994, para os desafios que acompanhavam a avizinhada eleição presidencial que se daria em 2002. Com data marcada para o ano seguinte, essa eleição contaria, segundo entendiam seus entusiastas e indicavam as movimentações no universo político-partidário nacional, com uma candidatura petista que, após várias tentativas,

¹ Cf. ADUFSCar. Carta aos professores das universidades brasileiras. Comunicado n 07, 21 de março de 2001. (Disponível em https://www.adufscar.org/conteudo_arquivo/com_2002_06_ref321.doc).

prometia às esquerdas brasileiras, pela primeira vez após o fim da Ditadura Militar e Redemocratização, condições objetivas de vitória eleitoral no pleito.

Diante da situação, a Carta sugeria dever compreender-se da seguinte forma o cenário das forças políticas nacionais em disputa nas próximas eleições presidenciais:

De um lado, o governo federal [presidido por FHC/PSDB] e seus aliados pensam a universidade como estratégica para o desenvolvimento do capital, a partir de uma ótica que aceita e implementa a integração subalterna do Brasil a um processo de globalização centrado no privilegiamento das economias centrais, relegadas as nações ditas “em desenvolvimento” à condição de mercados em disputa. Acreditam os fiéis seguidores das cartilhas do FMI e do Banco Mundial que, nesses países, a existência de uma universidade crítica, criativa e produtora de conhecimentos seria um luxo desnecessário e até contraproducente, dada sua potencial capacidade de aí alavancar a independência científica e tecnológica. Essa é a visão e são essas as forças que têm comandado a fragilização progressiva, a drástica deterioração que assola o sistema de universidades públicas brasileiras. As reformas constitucionais do Estado – especialmente a da Previdência e a da Administração Pública, já promulgadas, acarretaram, ademais, um conjunto de efeitos de largo escopo no estatuto do funcionalismo público, com repercussões daninhas na profissão docente. Do outro lado, estão os que se situam no campo democrático e popular, opondo-se, pois, frontalmente a essas posições. Nesse campo, como é natural, há variadas opiniões quanto à forma, ao conteúdo, às alianças e ao momento de se levar adiante aquela oposição; no movimento docente, duas perspectivas fortemente díspares têm se contraposto.

Daí que, segundo também se sugeria na Carta, equivocava-se a “atual direção da Andes-SN” nas posições que vinha tomando. Nuclearia esse equívoco o fato de estar ela “composta por integrantes da corrente Andes-AD”, que

(...) embora bastante não homogênea internamente, tem sido, na prática, hegemoniizada por uma linha que considera a universidade como uma das principais trincheiras para a derrubada do governo e para a internacionalização da luta pela derrocada do capitalismo. Daí decorre que a amplitude das tarefas a serem enfrentadas pressupõe que se dê máxima prioridade à unidade do conjunto dos trabalhadores – nacional e mundialmente; é imperativo, pois, secundarizar as eventuais especificidades que os separem, relativizar as nuances de cada categoria. Não é por outra razão que, segundo esta concepção, deve-se, em particular, esmaecer as distinções entre o trabalho docente e o dos demais funcionários públicos federais. Os traços de identidade que distinguem uns dos outros devem ser ideologicamente diluídos, senão dissolvidos. A síntese deste projeto é expressa no plano de lutas vitoriosas no 20º Congresso da Andes: Greve Geral conjunta com os Servidores Públicos Federais, por um reajuste linear de 75%. Há, todavia, um expressivo contingente de professores universitários que não aceita esse enfoque, a seu ver descolado da realidade, das possibilidades concretas do fazer político, e que, além disso, encerra um equívoco de conteúdo. Consideram eles que é vital abordar a complexa problemática das reformas do Estado, entre outras, a partir dos parâmetros específicos – de pesquisa, ensino e extensão – decorrentes de sua condição de docentes, buscando alianças na sociedade civil, para realizar um amplo movimento de salvação de nossas universidades públicas – patrimônio da sociedade indispensável à construção da soberania nacional. Deste ponto de vista, não é possível contrapor mecanicamente a luta – geral, coletiva e unitária – por uma sociedade mais justa às batalhas específicas que podemos e devemos travar por um ensino gratuito e de qualidade, estratégico para o desenvolvimento tecnológico e social do país; batalhas essas que, muitas vezes, terão que ser talvez só nossas, únicas, isoladas,

e nem por isso – muito pelo contrário – contribuirão menos para a conquista da cidadania plena para todos.

A Carta continua lamentando que, apesar de ser desejável o estabelecimento de um “convívio democrático entre as várias posições existentes no movimento docente”, capaz de fazer conhecidas as “possibilidades de contribuição de cada qual para o combate às políticas neoliberais vigentes”, o “diálogo” viria sendo, “já há algum tempo, inviabilizado” no Andes-SN. Objetivaria a situação o fato de propostas remetidas por “Assembleias Gerais de várias Associações de Docentes” terem tido sua apresentação no Congresso “sumariamente impedida” por um “burocratismo formal”, com o qual se teria nele “acobertado e legitimado práticas surpreendentemente autoritárias”, nas quais sequer se deu a “abertura sistemática de inscrições” para que “distintas posições” tivessem “igual oportunidade de defesa”. Toda essa situação estaria sustentada no

(...) extremado grau de sectarismo imprimido à corrente Andes-AD por um grupo político que dela faz parte e em cuja direção vem influenciando incisivamente. Este grupo – que convidou seus seguidores para uma reunião paralela dentro do 20o Congresso da Andes – se caracteriza por posições muito claras no espectro partidário nacional; uma delas, por exemplo, é a que desqualifica a direção da CUT – à qual a Andes-SN é filiada, classificando sua atuação como “pelega”, ao longo dos últimos anos. Essas dificuldades atingiram uma escalada sem precedentes durante a greve de 1998, quando o comando nacional de greve, em muitas ocasiões manobrado pelo segmento da Andes-AD a que nos referimos, adotou a tática de eleger como foco principal da ação política a construção da greve dos servidores públicos, relegando a uma prioridade menor as lutas por salários dignos para os professores das IFES, por melhores condições de trabalho e pelo avanço do projeto de universidade elaborado pelo movimento docente – fundamental para a conquista de uma ordem social mais igualitária. As consequências foram desastrosas: perdemos o momento de negociar – a partir de uma posição de força – ganhos concretos para os docentes (...), inclusive no que se refere a uma proposta de carreira unitária para os professores da educação básica e superior, ativos e aposentados. Foi sistematicamente retardado o envio, para análise pelas Assembleias Gerais, de propostas alternativas de negociação enviadas por diversas ADs. Esta linha política levou o movimento docente a ficar prisioneiro de uma reivindicação inflexível por reajuste linear, no afã de, mais uma vez, buscar a unificação da luta com os [demais] servidores públicos que, infelizmente, não conseguiram, naquele momento, articular a greve conjunta. Isso nos colocou na posição irrealista de salvadores da pátria, solitários e impotentes responsáveis pelas conquistas de todas as categorias do serviço público.

Feita a crítica geral à pauta, posicionamentos e estilo sindical desenvolvidos pela corrente hegemônica na diretoria do Andes-SN, os signatários da Carta passam à apresentação de suas teses específicas:

Nós defendemos a tese de que o embate central, neste momento, diz respeito à discussão de estratégias de enfrentamento da proposta governamental, que pretende alterar o nosso regime de trabalho, de estatutário para CLT. Dentro dessa perspectiva, há questões da maior importância que precisam ser socializadas e debatidas pelo conjunto dos professores universitários brasileiros: devemos – ou não – proceder à

eventual revisão da proposta de Carreira Única da Andes-SN, em alguns de seus aspectos, tais como regras de transposição, piso e malha salarial?; devemos – ou não – reivindicar a adoção de Carreira Típica de Estado para os docentes federais, a exemplo dos pesquisadores do CNPq, museólogos e outras categorias, que conseguiram ser incluídas na regulamentação da emenda da Reforma Administrativa?; é o momento – ou não – de arguir o postulado de um regime jurídico de universidade pública para as IFES, com a conseguinte carreira específica desse novo ente jurídico, carreira esta construída longe do abrigo da proposta de emprego público e da celetização das relações de trabalho nas IFES?

A Carta é concluída informando que os mesmos motivos que levaram seus signatários a “sair coletivamente da plenária” do “20o Congresso” – “a impossibilidade de ao menos externar os argumentos”, a ausência de “respeito à diferença e às minorias, da aceitação da contraposição de ideias” e de “convivência das forças que, apenas juntas, poderão fazer frente aos difíceis desafios que a universidade brasileira hoje enfrenta” – também os motivara a fundar “uma nova corrente política – a AndesSind, aberta a todos os simpatizantes”.

Responsáveis por um relato de contraponto ao anterior, os professores Pedro Ferreira Filho e Carlos Alberto Olivieri publicam naquele mesmo Comunicado da ADUSFCar, o texto 20º Congresso da Andes – Uma Avaliação¹.

Partidários da Andes-AD, os dois professores começam seu texto explicando, já em diálogo velado com as críticas apresentadas pela Andes-Sind, que “a existência de um grande número de textos e, conseqüentemente, de propostas a serem discutidas e deliberadas” naquele Congresso “indicava que somente com um grande esforço de todos os participantes seria possível uma realização direta e objetiva sem, no entanto, deixar de se discutir profundamente as propostas apresentadas”.

Cuidam ainda, nesse mesmo sentido, de registrar que na “Plenária de Abertura” do evento, também “comemorativo dos 20 anos da Andes”, ganhou destaque nas “intervenções de diversos representantes das mais diferentes entidades presentes” a necessidade “do Andes-SN voltar a estar presente ativamente nas grandes discussões nacionais, interagindo com as demais entidades da sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas existentes”. Em particular “na luta em defesa dos ataques do governo FHC contra a Universidade Pública, aos serviços e servidores públicos”.

Explicitando a acirrada disputa em meio à qual estes relatos foram desenvolvidos, os professores passam à avaliação “da atuação das diferentes correntes hoje existentes no interior do Andes-SN”, a “Andes-AD (Autônoma e Democrática), identificada com a atual

¹ Cf. ADUFSCAR. 20º Congresso do Andes-SN – Uma avaliação. Comunicado n 07, 21 de março de 2001. (Disponível em https://www.adufscar.org/conteudo_arquivo/com_2002_06_ref321.doc).

diretoria” e a “Andes-Sind, identificada com a diretoria anterior (gestão 1998-2000)”. Expli-
cam, nesse sentido, que a “principal diferença entre as duas correntes se dá na forma de atuação
sindical”:

A Andes-Sind, tem por princípio uma política de resultados a curto prazo, mesmo que
isso signifique grandes prejuízos a médio longo prazo, fato exemplificado claramente
pelas negociações ocorridas ao final da greve de 1998, quando a então diretoria nego-
ciou, na calada na noite, com o ministro Paulo Renato e com senador Antonio Carlos
Magalhães (...). Embora isso tenha significado um aumento de salário imediato,
trouxe prejuízos irreparáveis para o conjunto de docentes (...). Já, a Andes AD propõe
que, sem perder de vista a luta imediata por melhores salários e condições de trabalho,
devemos lutar por uma política educacional que atenda a maioria da população, além
de que a atuação sindical deve ser baseada nas deliberações de base e não por acordos
feitos pela direção com os órgãos gestores da política educacional. Quanto à partici-
pação nos eventos nacionais do Andes-SN, a Andes-Sind tem tido minoria de delega-
dos, em consequência, tem restringido, a sua efetiva participação a questões pontuais
de seu interesse, ausentando-se continuamente de todas as atividades dos eventos para
resolver suas questões organizativas internas. Dessa forma, as discussões mais am-
plas, particularmente aquelas que visam resultados a médio e longo prazo, tem sido
realizada exclusivamente pelos delegados simpatizantes da Andes-AD. Nesse Con-
gresso, os delegados identificados com a Andes-Sind muito pouco participaram das
atividades dos grupos mistos e plenárias. Logo na primeira plenária, deixaram muito
claro os seus objetivos. Através do uso e abuso de procedimentos regimentais, procu-
raram e infelizmente conseguiram tumultuar o desenvolvimento dos trabalhos, fa-
zendo com que o processo deliberativo se tornasse lento e pouco objetivo.

Os dois professores reconhecem e criticam o fato de que, como denunciado pela
Carta da Andes-Sind, “o presidente da mesa condutora dos trabalhos, num ato de abuso do seu
direito de condução, fez com que dois importantes temas (...) fossem sumariamente negados
pela Plenária, sem a abertura do necessário tempo de discussão e apresentação de posições sobre
os mesmos”. Ponderam, contudo, que “nada justifica os acontecimentos posteriores”, isto é,
que “alegando, casuisticamente, falta de democracia e respeito às minorias, o grupo Andes
SIND se retirou do Congresso”.

E afirmam, concluindo numa direção curiosamente próxima à da Carta publicada
por seus oponentes, ser “necessário que o movimento docente, respeitando as suas divergências
políticas internas, una forças em defesa e na implementação dos seus encaminhamentos e deli-
berações”. Acrescentam, todavia, que, para tanto, faz-se necessário que, “principalmente” o
“grupo hoje de oposição à atual diretoria do Andes-SN, deixe de se preocupar apenas e tão
somente com as questões eleitorais [para a presidência do país], mas que passe efetivamente a
participar das deliberações do nosso sindicato”.

Perceba-se como, novamente, os elementos amplos daquela disputa eram bem pró-
ximos aos embates político-ideológicos à base das concorrências entre os princípios e estilos
de ação sindical que deram corpo às disputas entre as chapas de Pinguelli e Maciel em 1981,

entre a chapa da Andes-AD e a chapa Andes Hoje em 1986, bem como aquelas dadas entre a tendência Andes-AD e o Fórum-Andes Plural em 1994. Em linhas gerais, enquanto a Andes-AD critica o que julga ser o sindicalismo de “curto prazo”, “pelego” e “vacilante” de seus oponentes, estes, doravante também organizados como uma formalizada tendência sindical, a Andes-Sind, a acusam por “sectarismo”, “inflexibilidade” e “irrealismo”.

Em linhas gerais, eram também essas, reconheçamos, as críticas que naquele mesmo período endereçavam-se mutuamente os setores majoritários na direção da CUT e suas correntes de oposição interna, nas quais cumpria o Andes-SN um papel fundamental. Um elemento circunstancial novo terá, a partir daí, entretanto, uma enorme importância nesses embates, a vitória eleitoral do PT para a presidência da República ao final do ano de 2002, dando início ao período de governos nacionais petistas. Como afirmam Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 13), “dado os laços históricos que unem aquele partido e o movimento sindical”, a partir da “ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal”, dá-se toda uma “reconfiguração do sindicalismo brasileiro”. E é em seu influxo que também o sindicalismo docente da Educação Superior pública do país experimentará seus próprios processos de reconfiguração.

2.4. Adufc-SS: reconstrução corporativa(ista?) em meio à fragmentação político-associativa nacional

i. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (1) – desmobilização geral

Toda a anterior processualidade histórica, observada em foco nacional, encontrou expressões próprias no sindicalismo docente praticado nas universidades federais do CE. Se a partir da greve de 1984, como sugeriu o professor Ricardo Thé em sua entrevista¹, era possível já começar a “notar (...) um certo ‘grupo pra lá, grupo pra cá’ (...) Posições mais radicais, menos radicais, estratégias diferentes de mobilização”, nos anos seguintes essas diferenças e divergências ganhariam em aprofundamento e, conseqüentemente, efeitos (des)organizativos sobre o funcionamento da Adufc. Particularmente após sua formalização nas eleições de 1986, ocasião em que é fundada a tendência Andes-AD.

¹ Entrevista concedida do no dia 22 de novembro de 2016.

Presidente da Adufc no biênio 1986-1988, o professor Francisco Roberto Souza de Oliveira afirma ter se dado durante sua gestão, mais precisamente a partir da “assembleia de 15 de setembro de 1987”, o que ele chamou de “explicitação de concepções divergentes dentro do Movimento Docente local” (ADUFC, 2005, p. 19, 20). Seguido o inventário proposto por aquele professor, estavam ali em pauta questões que, como já vimos e continuaremos a ver, acompanham este sindicalismo desde suas origens até, pelo menos, o período em que este estudo pôde observá-lo: “o processo eleitoral de escolha de dirigentes [da universidade], quando então entrava em pauta a proporcionalidade da ponderação dos votos de docentes, estudantes e técnico-administrativos”; o “significado [prático e salarial] da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, fazendo aparecerem “as diferentes concepções de Universidade” e de sua “democracia interna”; questões mais diretamente ligadas à vida associativo-sindical e organizacional, referidas, por exemplo, à “relação entre direção e base da categoria”, ao “direito de sindicalização e de greve do funcionalismo público” e à “filiação da Andes a uma central sindical, CUT ou CGT”.

Apesar da extensão e intensidade dessa pauta local, claramente aquecida pelas disputas que moveram a ascensão nacional da Andes-AD e seu vitorioso programa no âmbito da Andes, aquele foi um período em que, segundo afirmou Agamenon Almeida (ADUFC, 2005, p. 14-16), iniciou-se um “refluxo político de mobilização da categoria”. No país, continua o professor, “a mobilização da categoria ocorria apenas naquelas universidades em que se realizavam eleições para Reitor”; a “desmobilização era a tônica” diante da constatação de que a “Nova República, com Sarney na Presidência, mostrava-se tão intransigente quanto os antecessores que finalizaram o período ditatorial”. No CE, a desmobilização chegou ao ponto de, em setembro de 1986, findado o período de gestão da diretoria que conduziu a Adufc no biênio 1984-1986, “o calendário da sucessão” não ser cumprido. A “Entidade se viu numa situação inusitada, o que levou a AG [Assembleia Geral] de 14/10/1986 a criar uma Comissão Gestora, cuja principal tarefa era dirigir a Adufc até o final de novembro e realizar a eleição para o próximo biênio”.

A diretoria eleita para esse próximo biênio, na qual seria presidente o já citado professor Francisco Roberto Souza de Oliveira, acabou não cumprindo seu mandato, o que ampliou a crise de adesão e mobilização então vivida pelo sindicalismo local em estudo. Referindo-se àquele período décadas depois, o professor afirmaria: “Desde a Assembleia de instalação da Adufc, no dia 28/04/1980, os anos de 1985 e 1986 ficaram marcados como um momento de crise que serviu como um primeiro teste importante da capacidade política de seus dirigentes

em mantê-la funcionando, mesmo com uma relativa ausência da chamada ‘base sindical’” (ADUFC, 2005, p. 17-19).

Presidente da Adufc no biênio 1988-1989, o professor Aécio Alves de Oliveira explica que Francisco Roberto Souza de Oliveira “renunciou [à presidência da Adufc] para concorrer ao cargo de Diretor do Centro de Humanidades e o Pedro Alberto Campelo, que era o primeiro vice, nem sequer assumiu, por uma razão política que julgava importante; e outras pessoas abandonaram a direção” (ADUFC, 2005, p. 21-23).

Tratando daquele período à luz dos desafios vividos em 2005, quando a Adufc completava seus 25 anos de existência, Aécio de Oliveira o recorda como “um momento muito doloroso”, em cujo enfrentamento foi necessário um “pacto” entre os poucos que “permanecemos firmes para fazer a transição necessária!”. Suas explicações para aquele momento de crise são, em todo caso, distintas das que vimos anteriormente apresentadas por Agamenon Almeida. Tratar-se-ia, por um lado, de uma desmobilização seletiva, isto é, de uma “desmobilização política do Movimento para as questões que não se referiam a salários”. Ela seria mantida, por outro lado, pelo fato de que alguns

(...) dirigentes sindicais, sabidamente, preservavam-se, evitando ir à luta pela democratização da Universidade porque tal atitude poderia trazer-lhes prejuízos futuros em suas pretensões políticas pessoais. (...) optavam (...) por não criar atritos com os professores a fim de se promoverem politicamente por dentro das estruturas autoritárias, do “lixo autoritário” que contaminava a Universidade brasileira desde a ditadura militar.

Ao interpretar dessa forma aquele momento, o professor alinhava-se, pelo que temos visto, com as perspectivas nacionalmente assumidas pela tendência Andes-AD. Esta, como também temos acompanhado, apesar de ter logrado sucesso histórico na hegemonização da direção da Andes, passaria, a partir do período aqui em observação, a não experimentar localmente o mesmo sucesso de adesão ampla que vimos ter lhe tornado possível o contexto nacional de seus momentos instituintes (fim da Ditadura Militar e início da Redemocratização).

O próprio tom condescendente e convocatório com que o professor Aécio de Oliveira conclui seu testemunho histórico – curiosamente aproximado ao de Donatoni (1999) no fechamento de sua tese – dá evidência ao fato de serem estas as circunstâncias no Estado do Ceará naquele período:

(...) embora seja importante mobilizar a categoria a partir das questões mais próximas (de salários, carreiras e verbas), (...) as direções não podem deixar de estimular a discussão de outras dimensões das atividades docentes, como a qualidade do ensino, as relações entre professores e alunos, entre estes e a universidade e o tema, até hoje

um assunto tabu, que se refere à democratização interna da universidade. A democratização continua “no freezer” e as diversas gestões, desde os anos de 1990, têm evitado “esquentar” este tema (...). Além do mais, muita energia foi despendida em lutas intestinas sem que as diversas concepções existentes, de mundo e de Universidade, fossem explicitadas, bem como as perspectivas de futuro para a Entidade. (ADUFC, 2005, p. 23, 24).

Atentemo-nos ao fato dessa desmobilização local e conseqüente crise organizacional da Adufc ser contemporânea, em termos nacionais, ao processo de construção das condições políticas de sucesso de duas pautas centrais do programa organizativo da Andes-AD para a Andes, sua transformação em um sindicato oficial de dimensões nacionais e sua filiação oficial à CUT. Polêmicas, como vimos, ambas as realizações solicitaram grande tenacidade na concorrência dessa tendência com outras perspectivas existentes no emergente sindicalismo docente da Educação Superior pública nacional, as quais não encontravam, como ela, motivações últimas no esforço de desenvolver “um sindicalismo cujo modelo era o que tinha sido criado pelo pessoal do ABC”.

Encontraríamos relações entre a pauta e tenacidade hegemônica a partir da qual essa tendência foi capaz de dar vitória a seus projetos sindicais para a Andes e o período de desmobilização localmente vivido pela Adufc? Dado o modo pelo qual veremos terem as posteriores diretorias da Adufc logrado superar aquela situação de desmobilização, temos motivos para acreditar que sim.

Como veremos, trataram-se elas de diretorias locais desenvolvidas, em sua maioria, em clara oposição à pauta da Andes-AD e, assim, em resistência e oposição política local a boa parte de seus encaminhamentos nacionais. Além do mais, foi em torno dessa oposição, entendida como necessária à sobrevivência da organização local, que acabaram por se reunir lideranças cearenses que, em pouco tempo, passaram a também cumprir importantes papéis na organização da oposição nacional à corrente hegemônica no Andes, o que as levou a uma participação intensa seja na construção da Andes-Sind seja, em consequência, na fundação do/da Proifes-Fórum/Federação.

ii. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (2) – oposição (corporativa!)

Segundo vimos no subtópico anterior, a segunda metade dos anos 1980 fez-se um período marcado por profunda desmobilização nas bases sociais do recém-inventado sindicalismo do professorado da Educação Superior pública brasileira. A Adufc não foi, como também vimos, uma exceção nesse contexto nacional. Pelo contrário, aquela organização local viveu,

então, um momento em que sua existência esteve em risco objetivo, tamanhas foram as dificuldades experimentadas fosse na adesão de novos filiados entre os professores e professoras fosse na composição de diretorias, as quais, quando com muito custo foram constituídas, acabaram por não concluir seus mandatos.

Curiosamente, enquanto essa crise de adesão e mobilização adentrava os anos 1990 expandindo-se para o âmbito nacional desse sindicalismo, segundo apontado por diferentes trabalhos e testemunhos anteriormente citados, a Adufc empreendeu movimentações organizativas contemporâneas que a levariam a superar aquele momento crítico, vivendo o que foi chamado pelo professor Francisco José Pinheiro¹, diretor de relações intersindicais da Adufc no biênio 1993-1995, quando já Adufc-Sessão Sindical (Adufc-SS), e seu presidente no biênio seguinte (1995-1997), como um “momento de reconstrução da entidade” (ADUFC, 2005, p. 37).

A que se poderia atribuir esse fenômeno, dissonante do contexto criado pelo cenário amplo desse sindicalismo no país naquele período²? Conforme melhor veremos em seguida, a todo uma movimentação local que, apesar do inicial alinhamento da Adufc à Andes-AD – agora hegemônica na direção da Andes –, passava a buscar plena independência em sua direção político-ideológica e, assim, aproximava-se das oposições nacionais à hegemonia daquela corrente sindical.

Cumprindo o calendário que vimos ter sido congressualmente acordado para as transformações de associações locais em seções sindicais do, de agora em diante, Andes-SN, a Adufc deixa a condição de uma associação de funcionários públicos federais cearenses e se torna, em 1990, durante a gestão desenvolvida no biênio 1989-1991, uma seção sindical, a Adufc-SS.

Presidiu a organização local nesses anos o professor René Teixeira Barreira³, que seria também eleito, na década seguinte, reitor da UFC, cargo que assumiu entre os anos de 2003 e 2006 (ADUFC, 2005, p. 3, 25, 26). Sua gestão na Adufc-SS foi antecedida pela do

¹ Deste ponto em diante o professor será nomeado como Pinheiro, conforme uso disseminado no campo.

² Os estudos das especificidades das trajetórias locais das organizações deste sindicalismo poderão, certamente, fazer ver até onde se tratou, ou não, esta dissonância de uma experiência exclusiva do CE. Uma futura comparação entre estas trajetórias possibilitará, inclusive, que se tenha uma segurança maior sobre a natureza das relações entre este fenômeno e a direção político-ideológica tomada pela Adufc e outros sindicatos locais nas décadas seguintes. Teriam eles também caminhado em direção ao rompimento organizacional com o Andes-SN (hegemônico pela tendência Andes-AD) que significou a Profes-Federação e, assim, rumo à assunção definitiva do sindicato oficial como forma organizacional?

³ Deste ponto em diante o professor será nomeado como René Barreira, conforme uso disseminado no campo.

professor Aécio de Oliveira, que, vimos no anterior subtópico, fez-se responsável pelo movimento de manutenção da existência da Adufc quando essa viveu uma de suas mais graves crises organizativas, na segunda metade da década de 1980. Segundo seu entendimento, recordemos, tal crise se deveu tanto a certa concentração de interesse do professorado em questões referentes “a salários” quanto a certa relutância de alguns “dirigentes sindicais”, os quais, evitando “prejuízos futuros em suas pretensões políticas pessoais”, não teriam ousado enfrentar o “‘lixo autoritário’ que contaminava a Universidade brasileira desde a ditadura militar”.

É certo que, especificamente sobre a gestão de René Barreira, Aécio de Oliveira afirmaria ter sido “uma grande gestão”, capaz de “recuperar a Entidade e trazer as pessoas de volta para uma nova etapa do Movimento Docente”. Cuida, porém, em precisar sua afirmação, sublinhando que aquele sucesso foi logrado, “principalmente”, com “ações trabalhistas que em muito contribuíram para a expansão do quadro de afiliados” (ADUFC, 2005, p. 22). Esse foi também o contexto argumentativo no qual afirmou, atentemos, a necessidade de que as “direções” desenvolvessem uma luta sindical capaz de tocar também em “outras dimensões das atividades docentes”, superando as “questões mais próximas (de salários, carreiras e verbas)” (p. 23, 24).

Postos os argumentos utilizados por Aécio de Oliveira no contexto do universo político-ideológico do sindicalismo da Educação Superior pública brasileira daquele período, facilmente reconhecemos sua aproximação aos posicionamentos da Andes-AD, o que faz crer que o mesmo divergisse, programaticamente, das estratégias por meio das quais a diretoria presidida por René Barreira logrou superar a crise organizativa então vivida pela Adufc.

Nesse sentido, reconheçamos, por exemplo, a distância entre as ponderações de Aécio de Oliveira acerca da importância de desenvolver um sindicalismo docente capaz de ir além das “questões mais próximas” e a indicação, feita por René Barreira, acerca da importância da instalação de uma assessoria jurídica sindical em seu mandato. Afinal, foi a partir dela que, segundo afirmou o futuro reitor, a Adufc passou a

(...) ingressar com todas as ações a que tínhamos direito, inclusive, contrariando a orientação da Andes que, na época, tinha preconceito contra a luta no plano legal e achava que o enfrentamento deveria ser só político (...). Dizíamos que a via jurídica era um instrumento de luta política. (ADUFC, 2005, p. 26)

Como se vê, René Barreira e a diretoria sob sua presidência, apesar de terem dado cumprimento à transformação da Adufc em Adufc-SS, divergiam, ativa e abertamente, da “orientação [geral] da Andes [sob hegemonia dirigente da corrente Andes-AD]”. E foi assim que

empreenderam, “mesmo despertando eventuais desconfianças [dos que localmente estavam político-ideologicamente próximos da Andes-AD]” (ADUFC, 2005, p. 26-28), outras “batalhas”, as quais, veremos, foram paulatinamente imprimindo à Adufc uma fisionomia organizativa que, caso nos utilizássemos das análises de Otranto (2000), deveriam ser consideradas, negativamente, como “mais corporativista”. Para o então presidente da Adufc tratava-se, porém, de realizar a “reestruturação” de que carecia o sindicato local.

Uma das outras “batalhas” encaradas por aquela diretoria, relativa à democracia interna da organização local, viria a apresentar vida tão longa quanto a das querelas nacionais em torno dos regimes de relação com o governo (negociação/proposição/corporativismo *versus* resistência/confronto/classismo): o estabelecimento de “plebiscito para a deflagração de greves”, tema-chave, testemunharemos adiante, das tensões internas ao sindicalismo docente na Educação Superior pública federal no Estado do Ceará ainda durante o período da pesquisa empírica à base desta tese (2015 a 2017).

Segundo explicou René Barreira, tratou-se aquela de uma “decisão forte, alvo de muitas críticas”:

Diziam que jamais faríamos greve aqui, por causa do plebiscito. Ainda na nossa gestão, pouco tempo depois, houve greve, depois do plebiscito. Noventa por cento dos professores participaram da consulta e 90% deles votaram a favor da greve. Isto só fez legitimar nossas greves. (ADUFC, 2005, p. 28)

Os critérios de (auto)avaliação utilizados por René Barreira para reconhecer o sucesso de sua gestão são, nesse sentido, evidenciadores de sua aproximação às movimentações da nascente oposição “corporativista” à Andes-AD, origem, atentemos, da atual Proifes-Federação: “os professores da UFC passaram a ser os primeiros, entre os docentes das universidades federais [no país], a receber o FGTS”; “Recebemos a Adufc com pouco mais de 600 sócios e, dois anos depois, a entregamos com 1.010”, com “assembleias da entidade” que passaram a reunir “de 300 a 400 professores, numa demonstração do prestígio do sindicato” (ADUFC, 2005, p. 25-28).

Testemunha privilegiada da trajetória organizativa da Adufc/Adufc-SS em função dos diversos cargos assumidos em sua diretoria desde sua fundação, a professora Auxiliadora Lemenhe foi conclusiva, em sua entrevista¹, a respeito do papel das “questões mais próximas”,

¹ Entrevista concedida no dia 12.12.2016.

como chamadas por Aécio de Oliveira, no processo de reconstrução da organização sindical local iniciado na gestão de René Barreira:

A grande adesão à Adufc se deu a partir do momento em que a ação da Adufc foi se provando eficaz do ponto de vista corporativo. Conseguir salário... os que não aceitavam o movimento tinham aquilo de que sindicato é coisa de comunista (...), mas quando a Adufc começou a reivindicar a justiça a partir da Justiça e não somente da luta política e ganhamos (...), aí ficaram: “esse sindicato serve pra aumentar salário!”. (...) O movimento docente foi muito eficaz para a melhoria salarial. Tá, vem a inflação e come, mas sempre fomos tendo aumentos. (...) Esse período foi de muito conflito e eu acho que esses conflitos entre a Adufc e a direção [nacional do Andes-SN] acabaram legitimando a associação como um lugar de demanda tanto para a luta corporativa, as causas corporativas, como para a política também.

Concluindo sua avaliação sobre o lugar da gestão sob sua presidência na trajetória da Adufc, René Barreira cuida em afirmar, por fim, ter se estabelecido entre o sindicato e a reitoria da UFC “uma relação respeitosa, porém autônoma e democrática”. Apesar de ter escolhido justamente estas duas últimas palavras para adjetivar tais relações, as mesmas funcionam, no contexto geral de sua argumentação, como mais um elemento de evidência do quanto sua gestão significou antes o início de um afastamento que uma continuação dos vínculos históricos da Adufc com os compromissos político-ideológicos do grupo que, desde Osvaldo Maciel e Agamenon Almeida, hegemonizou a direção da Andes e que, a partir de 1986 (V Congresso Nacional da Andes), passou a organizar-se e atuar como a tendência Andes-AD (Autônoma e Democrática).

Como explicitam os embates e divergências entre aquela direção sindical local, que insistia em assumir “posicionamentos independentes” (ADUFC, 2005, p. 26), e a direção nacional da Andes (sob hegemonia da Andes-AD), a gestão de René Barreira naquele biênio 1989-1991 pode ser, portanto, considerada como o momento inaugural dos processos que criaram as condições para que, ao longo dos anos seguintes, o sindicalismo docente universitário federal cearense fosse hegemonizado, em direção oposta ao que se dava na diretoria nacional do Andes-SN, pelos grupos que viriam a constituir a tendência Andes-Sind, responsável pela fundação do Proifes-Fórum (2004) e da Proifes-Federação (2012).

Não parece, pois, haver qualquer exagero na análise, proposta pelo próprio René Barreira, de que o movimento de reconstrução organizativa da Adufc iniciado em sua gestão tenha “modelado o perfil” posterior da organização (ADUFC, 2005, p. 26, 37). Como veremos, a afirmação parece suficientemente verdadeira até, pelo menos, os anos em que esta pesquisa pôde acompanhar, recentemente, alguns elementos desse universo sindical docente.

De modo que a transição da forma organizativa de uma associação de funcionários públicos para a de uma seção sindical local, embora tenha levado a Adufc a assumir uma fisionomia organizacional oficial, como preconizada pela Andes-AD, não se efetivou com os efeitos por ela planejados. Recordemos, nesse sentido, a afirmação de Agamenon Almeida, uma das lideranças nacionais e locais da Andes-AD, acerca da significação por ele entendida como ideal para a organização local: “um elemento representativo, organizativo, operador em nível local” de uma entidade nacional capaz de unificar as bases sociais desse sindicalismo num país de proporções continentais. Pelo menos no Estado do Ceará, não foi esse o sentido paulatinamente assumido pela, doravante, Adufc-SS, cujo regime de relações com a direção nacional do Andes-SN esteve longe da “integração, sem grande resistência, das Ads locais ao MD nacional”, equivocadamente afirmada por Otranto (2000) como uma realidade geral no país.

Reforça essa compreensão a seguinte afirmação do professor Ricardo Thé, uma dentre as lideranças da Adufc que, comprometido com aquele movimento de reestruturação local iniciado durante a gestão de René Barreira, assumiu posicionamentos ao longo das décadas seguintes cada vez mais divergentes, mesmo que também à esquerda do espectro político, daqueles tomados pela diretoria do Andes-SN sob hegemonia da Andes-AD:

A Andes constrói um sindicato, um sindicato nacional, que fere, em parte fere [o local – afirma, sem palavras, mas apontando o dedo indicador para a mesa a sua frente, num gesto bem conhecido de referência ao lugar onde se está]... eu acho que num primeiro momento, como associação nacional, foi interessante, porque unificava o movimento... nesse segundo momento, eu acho que a legislação e lógica sindical, que é feita no mundo todo, você faz com os sindicatos e você faz com as federações! Isso quebra, principalmente, a história da democracia interna (...). Por que não a gente fazer uma estrutura de sindicatos locais ou regionais e uma federação? A federação é obrigada a representar seus sindicatos, mas cada sindicato tem a sua liberdade, suas pautas específicas. Então nesse momento a gente começa a organizar um grupo pra fazer o que virou [anos mais tarde] o Proifes, que eles chamam de um eterno traidor da classe trabalhadora, mas nada mais foi que um espaço mais democrático.¹

Diferente do que se dá com as históricas relações entre Adufc e Andes-AD, não temos muitas fontes objetivas de informação (registros de reuniões, cartas, manifestos, programas ou mesmo testemunhos) acerca das relações presumivelmente existentes entre lideranças locais e as iniciativas nacionais que, anteriores à fundação do Andes-Sind em 2001, punham-se em oposições àquela tendência hegemônica. De qualquer forma, sabemos que tais oposições se fizeram nacionalmente atuantes desde, pelo menos, a candidatura de Pinguelli nas auroras da/do

¹ Entrevista concedida no dia 22 de novembro de 2016.

Andes/Andes-SN, conhecendo suficientemente suas características para reconhecê-las à base da presidência de René Barreira.

Para as finalidades deste estudo, faz-se suficiente reconhecer que tenha sido necessariamente em meio às tensões entre as diferentes tradições das esquerdas partidárias e sindicais nacionais e suas expressões no específico âmbito do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira que René Barreira e os demais membros da diretoria que presidiu empreenderam essa reconstrução da Adufc, moldando-lhe definitivamente a fisionomia organizativa, até o presente. O fato explica o progressivo envolvimento de professores e professoras das universidades federais cearenses, até hoje verificáveis, nas movimentações nacionais instituintes da Andes-Sind e dos Proifes-Fórum e Proifes-Federação.

As seguintes afirmações de Mirtes Amorim e Estevão Arcanjo são, respectivamente, bastante esclarecedoras da complexidade dos efeitos locais dos processos nacionais da transição oficializante do sindicalismo em estudo ao longo da década de 1990:

Existia divergências no interior do movimento docente nacional, óbvio, no Brasil todo. Existia divergências da condução do movimento universitário... essas divergências tinham a ver, sem dúvida nenhuma, com a condução da política nacional (...). Nosso grupo era o grupo Andes-Sind (...) a pendenga com a Andes é muito anterior a 2004... Éramos o Andes-Sind, Andes-Sind por que disputava outro projeto de universidade, outro projeto de país... aqui era o Andes-Sind e aqui era o grupo mais radical da Andes, pelo menos era o que me parecia, uma maior radicalidade, talvez mais trotskistas e nós, marxistas, do outro lado, era um pouco isso (...).¹

O Andes-Sind era mais o meu grupo (...) pensava o sindicato numa estrutura mais tradicional, até mais varguista se você quiser chamar, no sentido da organização da base municipal – sindicato, federação, confederação –, que era um sindicato mais voltado pras questões internas da universidade. Uma de nossas questões com a Andes era que, você pode ver que a Andes tinha uma visão mais de partido político ou de movimento social. É tanto que ela se organiza sempre como um sindicato nacional, incluindo entidades públicas, privadas, estaduais, municipais, federais; portanto, tendo uma pauta mais social, mais de movimento social que de sindicato. Menos corporativa... a gente é que usa mal o termo corporativismo, pois eu acho que o sindicato é corporação mesmo. Ele não pode ser isolado da sociedade, mas ele é o sindicato da corporação. A gente sempre pensou ou sindicato mesmo para dentro da universidade, para a carreira, que é uma discussão antiga [com] a Andes, a Andes-AD.²

Reconheçamos a presença, nas anteriores afirmações, de um diálogo velado dessas experimentadas lideranças do Andes-Sind com a linha de análises que vimos anteriormente ter sido apresentada por Otranto (2000) acerca de ter operado a “ruptura no interior do Andes-SN” certa inconciliabilidade “entre os interesses corporativos e os ideais políticos” existentes na

¹ Entrevista concedida por Mirtes Amorim no dia 05 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida por Estevão Arcanjo no dia 27 de outubro de 2016.

base social desse sindicalismo no contexto da “ofensiva neoliberal”. Segundo a autora, recordemos, haveria se desenvolvido, desde então, uma “Andes mais corporativista” e uma “Andes política”. Em todo caso, por tudo o que temos visto, nem nacional nem localmente as divergências político-ideológicas nesta base sindical somente se expressaram no contexto dos governos neoliberais, tendo antecedido e, veremos, sucedido este específico contexto socioeconômico e político do país.

Na abordagem do sindicalismo docente universitário federal que estamos aqui desenvolvendo, tal “ruptura no interior do Andes-SN” encontra suas raízes profundas, antes de mais nada, na própria ambiguidade conjuntural que acompanha a natureza de classe (intermediária) de sua base social, tratando-se essa localizada expressão histórica, “corporativistas” *versus* “políticos/classistas”, de um fenômeno, tudo leva a crer, de superfície. E, segundo veremos no quarto capítulo, é em função do fato de vários dos pesquisadores desse sindicalismo estarem impedidos, por sua dupla inscrição no campo investigativo¹, de claro reconhecimento das disposições ideológico-políticas de sua própria condição de classe e, assim, de sua ativa adesão, mesmo que à esquerda, ao sindicalismo oficial – e, portanto, à tutela estatal politicamente desorganizadora do poder proletário – que acabam por deter suas análises nesta dimensão do problema, reforçando, denegatoriamente, em virtude da aparência crítica de seus argumentos, a força fragmentadora que vêm nele historicamente acumulando os efeitos da Estrutura Sindical de Estado.

iii. “apesar de tudo”, ainda (localmente) reunidos...

Vivendo as singularidades das expressões locais do acirramento nacional dos potenciais divisionistas albergados nos confrontos entre as diferentes tradições das esquerdas sindicais em atuação no sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira, a Adufc-SS, apesar da força nela tomada pela oposição à Andes-AD a partir da gestão de René Barreira (1989-1991), fez ensaios de continuidade local da política de conciliações, por afeto e camaradagem, que havia marcado a vida do sindicalismo no país durante a década anterior e vinha sendo progressivamente abandonada à medida que, desde a formalização da Andes-AD em 1986, a tendência passou a empenhar-se na manutenção de sua hegemonia na direção política da diretoria do Andes-SN.

¹ Cf. Bezerra, 2016, 2017; Bezerra e Beserra, 2018.

Veremos que, também em âmbito local, essa política conciliatória irá fracassar, mesmo tendo sido intentada durante toda a primeira metade da década de 1990. Nesse período, as eleições para a diretoria da Adufc-SS fizeram-se, curiosamente, sem chapas concorrentes, pondo na direção da organização grupos com membros representativos de diferentes posições político-ideológicas e presidências que buscavam alterná-las.

Esse foi o contexto que levou a professora Adelaide Gonçalves a suceder a René Barreira no biênio 1991-1993, mesmo que, diferente de seu antecessor, apresentasse claro alinhamento com os princípios político-ideológicos da diretoria do Andes-SN e, conseqüentemente, com a nacionalmente hegemônica corrente Andes-AD (já em renovação!).

Atentemo-nos, nesse sentido, ao modo como Adelaide Gonçalves avalia posteriormente sua gestão (Adufc, 2005, p. 29-32). Afirma-a uma “experiência coletiva” movida “pela esperança e desejo de alargar a ação sindical” e, por isso, feita em busca de

(...) construir, solidária e coletivamente, uma entidade inteiramente identificada com as lutas cotidianas dos docentes da UFC, mas com coragem suficiente para experimentar novos fazeres, abraçando também a luta dos trabalhadores, os desafios da cidade, da cultura, ampliando seu raio de ação e sua inserção na sociedade cearense. Nossa gestão, diretoria, apoiadores, militantes e funcionários, buscaram, a marca da ousadia, da paixão e da criatividade. Era preciso sedimentar a Adufc como entidade representativa dos docentes da UFC e, ao mesmo tempo, combatente solidária com lutas mais gerais da sociedade brasileira (...) era preciso levar as preocupações do Movimento Docente para fora do *campus*. Conscientizar, educar, gerar compromissos com a sociedade na defesa da educação pública (...). Campanhas publicitárias em defesa da UFC ganharam os grandes jornais, as estações de rádio, chegam às televisões (...). De modo original e criativo, a Adufc passou a adotar uma política cultural consistente e permanente, visando a formação de um campo de cultura sindical. A entidade tornou-se referência sindical na difusão e promoção da cultura, da criação, das manifestações dos bens do espírito: exposições de artes plásticas, edições e lançamentos de livros, *shows* musicais, performances teatrais, recitais de poesia e a criação do Coral da Adufc (...). Teve destaque também o papel desempenhado pela Adufc na articulação com entidades sindicais cutistas e com o movimento social e com o campo popular (...) fortalecendo o campo combativo e classista da Central no Estado do Ceará.

Estão aí bem evidentes as marcas sejam dos estilos e princípios neossindicalistas, sempre presentes na Andes-AD, sejam das novas esquerdas, que compareciam a sua recente renovação, então iniciada. Também evidente, em todo caso, o cuidado conciliatório, que busca pôr a identificação “com as lutas cotidianas dos docentes da UFC” em posição anterior à da “coragem suficiente para experimentar novos fazeres”. Para além do pensamento e discurso, porém, aquela gestão deu concretude a seus intentos por meio de ações cuidadosamente voltadas à (re)integração da Adufc-SS ao Andes-SN (sob hegemonia dirigente da Andes-AD) e, assim, ao fortalecimento do “campo combativo e classista” da CUT no estado.

Dentre suas estratégias, Adelaide Gonçalves relaciona “visitas periódicas aos Departamentos”, “realização de uma infinidade de debates, seminários e atividades públicas com grandes nomes da História da Ciência e do Pensamento Social no Brasil” e, particularmente, a rearticulação dos “Grupos de Trabalho (GT’s)”. O lugar privilegiado dos GT’s em meio a essas estratégias residiria, afirma a ex-presidenta, em seu potencial de democratizar a gestão da seção sindical, uma vez que possibilitava, por um lado, agregar “novos professores e ideias” e, por outro, fazer “elos entre Adufc e Andes, contribuindo e se articulando com o Movimento Docente Nacional”.

Como se vê, sua intenção conciliatória não impediu à nova gestão de buscar corrigir o posicionamento de autonomia e confronto desenvolvido pela anterior gestão nas relações com a diretoria nacional do Andes-SN, com a qual buscou institucionalizar processos de reaproximação e integração. A realização do XXIV Conad em Fortaleza entre os dias 22 e 27 de junho de 1992 fez-se, nesse sentido, uma ação certamente coerente com as “novas estratégias” de gestão da Adufc-SS.

Levam a essa compreensão sejam os históricos laços entre Adufc-SS e Andes-SN, sejam os registros de diferentes circunstâncias em que, durante aquele período, a diretoria nacional e lideranças da Andes-AD na diretoria do Andes-SN criticaram posicionamentos locais de tonalidade independentista, similares às da gestão de René Barreira. Vejamos um exemplo:

Outro aspecto que prejudicou a unidade da greve foi (...) “o fato de várias ADs SSind apenas terem comunicado ao CNG/Andes-SN posições já definitivas (...) contrariando a dinâmica histórica do MD” (...) “enquanto parte das direções encaminham as deliberações dos fóruns da Andes no sentido do fortalecimento das lutas e da concepção de um sindicato nacional, outras não o fazem, em nome de uma visão de autonomia que consideramos equivocada”. (MIRANDA, 2011a, p. 271, 272)

Sem deixar quaisquer dúvidas acerca de seus compromissos naquele universo sindical, Adelaide Gonçalves finaliza a avaliação de sua gestão, afirmando-a inscrita “na herança do movimento sindical de combate”, tendo recebido “o legado de outras diretorias e dos pioneiros que, no Ceará, como no Brasil, fundaram a Andes” dentro da “tradição de combate do movimento dos trabalhadores de tradição anticapitalista”, com um “horizonte” aberto “para a Utopia e para a Liberdade”.

Aquela presidência foi sucedida pela do professor Ciro Nogueira Filho. Também comprometido com a conciliação local, o novo presidente aponta como desafio central de sua gestão “dar sequência”, no biênio 1993-1995, “às propostas apresentadas e aos projetos iniciados por seus dois antecessores” (Adufc, 2005, p. 33-35), René Barreira e Adelaide Gonçalves.

De fato, porém, dando corpo à lógica de alternância que marcou aqueles tácitos acordos conciliatórios, a nova diretoria se fez político-ideologicamente bem mais próxima à gestão de René Barreira que à de Adelaide Gonçalves.

Daí que, a título de exemplo, Ciro Nogueira Filho, mesmo tendo dado “ênfase à participação da Adufc nos grupos de trabalho (GT’s) existentes na Andes-Sindicato Nacional”, o fez, em suas próprias palavras, dando “destaque para os que tratavam de uma nova carreira docente, o de questões relativas a verbas e salários e o de assuntos sobre políticas de ciência e tecnologia” (Adufc, 2005, p. 33-35). Como se vê, GT’s dedicados a pautas claramente mais próximas das preocupações corporativas que vimos Estevão Arcanjo e Otranto afirmarem, com diferentes finalidades analíticas, como características dos grupos de oposição à Andes-AD.

Mantendo a política de alternância conciliatória, Ciro Nogueira Filho foi sucedido na presidência da Adufc-SS por seu diretor de relações intersindicais, o já citado professor Pinheiro. Representante dos setores marxistas do petismo/cutismo¹ na Andes-AD, Pinheiro faria uma gestão no biênio 1995-1997 orientada por “três metas principais: “a primeira era a questão da inserção na CUT; a segunda, era transformar o Espaço da Adufc num espaço da cidade de Fortaleza; e a terceira (...) era a maior aproximação da categoria com o Sindicato” (Adufc, 2005, p. 39, 40).

A direção da Adufc-SS retorna durante a presidência do professor Pinheiro, portanto, às grandes linhas de ação da gestão de Adelaide Gonçalves e, assim, às movimentações organizativas de maior integração ao Andes-SN. Observemos, nesse sentido, suas seguintes palavras:

(...) a luta por melhores salários e verbas é um aspecto importante do movimento docente, mas é necessário também pensar a universidade como espaço público de formação, de produção de conhecimento, de proposição de resoluções para as questões da maioria da população. Isso, para a entidade, é um trabalho árduo porque a base da categoria vem de um estrato social bastante conservador. A maior parte dos professores, está cada vez mais abarrotada de afazeres e falta tempo para participar de assembleias ou grupos de trabalho. (Adufc, 2005, p. 39, 40)

Recordemos, neste ponto, ter se dado a presidência do professor Pinheiro simultaneamente ao ápice das tensões divisionistas que, em âmbito político nacional, haviam dado surgimento, em cisão com o PT, ao PSTU em 1994. Foi em resposta interna a esses processos

¹ Durante a entrevista concedida a este estudo, o professor Pinheiro informou: “Eu fui da Tendência Marxista, que é uma tendência nacional [do PT], e hoje eu sou, dentro do PT, de uma corrente política chamada Esquerda Popular Socialista, que é uma corrente que tem sempre uma posição em defesa do marxismo e de uma visão de mundo socialista”.

gerais que naqueles anos, recordemos também, pela primeira vez após a chapa Andes Hoje, de 1986, tomaram forma organizativa nacionalmente unificada as oposições à Andes-AD, seja com a instituição do Fórum Andes Plural em 1994 seja com a realização, em 1996, da primeira eleição para diretoria nacional do Andes-SN com três chapas concorrentes. Não se tratou de mera coincidência, pois, que tenham surgido no XV Congresso, ocorrido também neste último ano, “as primeiras divergências entre o Andes-SN e a CUT” (SANTOS, 2008b, p. 75).

Desse modo, se o período de presidência do professor Pinheiro significou a retomada de aproximações entre Adufc-SS e Andes-SN, anteriormente iniciada por Adelaide Gonçalves (e apenas conciliatoriamente sustentada por Ciro Nogueira Filho), o Andes-SN encontrado pela nova diretoria local neste novo momento de decidida reaproximação não é mais, decerto, o mesmo do início da década. Segundo acompanhamos, já compunham a diversidade de chapas em concorrência na eleição do Andes-SN em 1996 cisões internas à Andes-AD; compostas, em especial, por setores que se mantiveram, em seu seio, em apoio, mesmo que crítico, ao petismo/cutismo ante a criação do PSTU.

As premências de sobrevivência política levaram essas frações petistas/cutistas a, como também vimos, reunirem-se progressivamente à tradicional oposição comunista à Andes-AD no sindicato nacional. Essa Reunião, recordemos, foi vitoriosa na eleição para a diretoria do Andes-SN relativa ao biênio 1998-2000 e, mesmo não logrando reeleição para o biênio seguinte, manteve-se unificada e organizada a ponto de criar a primeira tendência formal de oposição à Andes-AD em 2001, a Andes-Sind, base instituinte do Proifes-Fórum, criado em 2004, e da Proifes-Federação, criada em 2012.

iv. Efeitos da transição oficializante da Andes na Adufc (3) – fragmentação político-associativa local

Como melhor veremos adiante, a reunião de oposições nacionalmente vitoriosa em 1998 encontraria firmes expressões locais no Estado do Ceará. Diferente, porém, do que aconteceria em âmbito nacional, aquelas movimentações criariam no estado um agrupamento político capaz de não somente vencer circunstancialmente eleições para a diretoria da Adufc-SS como de manter-se hegemônica em sua direção por anos. E foi nessa condição que puderam fazer daquela organização local um dos esteios nacionais para o Andes-Sind, Proifes-Fórum e Proifes-Federação.

A vida pública posterior do professor Pinheiro¹ faz entender que o mesmo, apesar de dirigir um momento de reaproximação entre Adufc-SS e Andes-SN, o fazia de modo a, naquele contexto de cisões organizativas latentes, manter e aprofundar os vínculos históricos entre este sindicalismo docente e as esquerdas marxistas do petismo/cutismo. Divergia em alguma medida, portanto, das direções divisionistas tomadas pelas correntes trotskistas e das novas esquerdas na Andes-AD, cada vez mais próximas e comprometidas com os avanços organizativos dos grupos neossindicalistas reunidos em torno do PSTU. Com ele tomavam também dimensões locais, assim, as cisões internas nesta tendência nacional.

De modo que, como já ocorrera ao longo dos anos 1980 no âmbito nacional desse sindicalismo, a política de conciliação e alternância na composição de chapas na Adufc-SS fracassaria ao longo dos anos 1990. Desenvolvida à luz de uma perspectiva político-ideológica que poderia, talvez, ser entendida como uma terceira posição naquele universo de disputas, a presidência do professor Pinheiro, em que pese suas intenções de integração nacional e unidade local, marcou o fim de qualquer possibilidade conciliatória entre as divergências político-ideológicas locais do sindicalismo em estudo.

Caso tivesse logrado êxito aquela política conciliatória, em clara experimentação no estado, deveria ter sucedido o professor Pinheiro na presidência da Adufc-SS um nome mais próximo à tradição sindical localmente desenvolvida em oposição aberta à Andes-AD. Diferente disso, presidiu aquela diretoria no biênio 1997-1999, porém, a professora Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo², um nome que, naquelas novas circunstâncias nacionais da Andes-AD, encontrava-se bem mais aproximado que o do professor Pinheiro aos renovados rumos assumidos pela corrente frente à complexificação das querelas político-ideológicas nas esquerdas partidárias e sindicais no país, já desdobradas, naqueles anos, em cisões organizacionais.

Nesse sentido, não deve passar despercebido que aquela nova diretoria tenha se desenvolvido no período em que se deu a única derrota eleitoral nacional da Andes-AD desde a fundação do Andes-SN, no biênio 1998-2000. Não à toa, portanto, Lena Lúcia realizou uma gestão que, tendo o então já bem experimentado professor Agamenon Almeida como vice-presidente, assumiu como palavras-lema a “resistência” e “esperança” (Adufc, 2005, p. 41, 42).

¹ Nos anos seguintes, o professor Pinheiro assumiria diversos cargos públicos em nome do PT, dentre os quais a presidência do diretório municipal do partido em Fortaleza, mandatos como vereador, candidaturas a deputado, secretarias municipais e estaduais, assim como o cargo de vice-governador do CE.

² Deste ponto em diante, a professora será nomeada como Lena Lúcia, conforme uso disseminado no campo.

Deixemos que as próprias palavras da nova presidenta evidenciem, em sua proximidade com as de outras lideranças da Andes-AD naquele período – às quais nos deram acesso anteriormente as entrevistas realizadas por Vergara (2003) –, seus compromissos no contexto daquele novo momento do sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira, marcado por singulares aprofundamentos em suas históricas divergências e disputas político-ideológicas:

A luta dentro do movimento docente deve permanecer e ter continuidade em nome do fortalecimento de um sindicato que carrega o desafio de negar o tão anunciado “fim da história” (...). Enquanto acreditarmos na força de nossa intervenção política, não podemos nos deixar levar pelo fluxo sereno da adaptabilidade à acumulação capitalista, do estabelecimento de uma harmonia que vem infligindo grandes derrotas à classe trabalhadora. Enquanto professores e pesquisadores de ciência e tecnologia na Universidade, devemos dar consequência à natureza do nosso trabalho, atacando frontalmente a exclusão social e a política de concentração de rendas. Esta é a nossa responsabilidade social.

Explicitando os compromissos sugeridos por seu discurso e perspectiva, a professora Lena Lúcia faz, como vimos terem feito outras lideranças da corrente Andes-AD no período, crítica direta e nominal à “Diretoria do Andes-SN capitaneada pelo Prof. Renato de Oliveira” (Adufc, 2005, p. 41, 42), eleito em 1998 em nome de uma unificada oposição à Andes-AD. Segundo seu entendimento, aquela gestão nacional teria custado ao “movimento docente o saldo da exclusão dos professores de 1º e 2º graus e dos aposentados de 3º grau das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior)” do recebimento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Atacava seu oponente, assim, precisamente naquele que seria seu campo de atuação preferencial, isto é, no âmbito das pautas “corporativas”.

Em contraste com aquela gestão nacional, Lena Lúcia afirma que sua gestão local teria, por seu turno, conduzido-se de modo a deixar “marcas indelévels de construções democráticas” na Adufc-SS e, mesmo, “na UFC” (Adufc, 2005, p. 41, 42). O demonstrariam as “discussões e deliberações em Assembleias Gerais, representadas, na maioria das vezes, por mais de 300 professores (...) retrato de um movimento de resistência e de luta, até o final”. Mas, para chegar a tal, teria sido necessário, segundo ela,

(...) sustentar princípios e desafiar a apatia dos professores em busca da coesão da militância e do engajamento de todos e todas num movimento em prol de melhores condições de trabalho, valorização dos que fazem a universidade brasileira, melhor qualidade do ensino e da pesquisa, indissociados do trabalho de extensão universitária. (...) defesa de um projeto de Universidade inserida numa sociedade socialista, humana e igualitária. (Adufc, 2005, p. 41, 42)

Reverberam claramente no discurso de Lena Lúcia elementos constitutivos daqueles de outras lideranças da corrente Andes-AD, anteriormente conhecidos. Em particular por estar neles conjuntamente propagado, para “todos e todas” de sua base social, princípios político-ideológicos que, no limite, destituem de legitimidade as posições que com eles guardam hesitação, resistências, diferenças ou divergências; relegadas, por exemplo, à condição de efeito de mera “apatia”. Por outro lado, compõe também a estratégia discursiva dessas lideranças, nacional e localmente, uma permanente convocação, simultânea, à “coesão”, “engajamento” e, mesmo, à “unidade”.

O sucesso que sabemos ter obtido a tendência Andes-AD nas eleições da diretoria do Andes-SN para o biênio 2000-2002, retomando a hegemonia dirigente da corrente na organização nacional, testemunha a força de sua reação nacional à derrota no biênio 1998-2000. Em todo caso, como também sabemos, a oposição nacional à Andes-AD, desde sempre existente e atuante, apresentava-se, agora, também renovada, uma vez que a ela haviam se reunido grupos de orientação petistas/cutistas, advindos das recentes cisões sofridas pela Andes-AD. Foi nessas singulares condições de organização que, recordemos, aquela oposição interna se formalizou como Andes-Sind em 2001.

No lastro dessa renovação nacional das históricas resistências e oposições à corrente hegemônica na diretoria do Andes-SN e após o definitivo rompimento da política local de alternância conciliatória que significou a transição entre as gestões do professor Pinheiro e da professora Lena Lúcia, deu-se o primeiro processo eleitoral disputado por diferentes chapas para uma diretoria da Adufc-SS. A derrota sofrida naquele pleito pela chapa localmente representante da Andes-AD daria início a um longo período de hegemonização da organização local por sua oposição. No decorrer do mesmo, o qual, ali iniciado alcançou os anos de desenvolvimento da investigação empírica desta pesquisa (2015-2017), a Adufc-SS deixaria a condição de uma seção sindical do Andes-SN e se transformaria, em circunstâncias que melhor observaremos adiante, no Adufc-Sindicato, uma organização oficial estadual, com carta sindical própria e, afinal, sem vínculos formais, quer com o Andes-SN quer com a Proifes-Federação, apesar de com ambas ter mantido vínculos oficiais em algum momento de sua história.

CAPÍTULO 3. De Adufc-SS a Adufc-Sindicato/Sindunilab/Coletivo Graúna: politização e plena oficialização

Este é o último dos três capítulos que, conforme introdutoriamente afirmado, estão dedicados a pôr o leitor desta tese diante de fatos e situações que lhe possibilitem reconhecer a objetividade histórica da presença e ação das duas tendências aqui apontadas como orientadoras da trajetória organizativa do sindicalismo docente em estudo: por um lado, sua tendência à oficialização organizacional e, por outro, à fragmentação político-associativa.

Trata-se ele do mais recente dentre os processos de transição entre formas organizacionais assumidas pelo sindicalismo docente universitário federal no Estado do Ceará. Iniciado nos últimos anos da década de 1990, estende-se até, pelo menos, o período das investigações empíricas realizadas no decorrer desta pesquisa, entre os anos de 2015 e 2017.

Se a observação dos dois anteriores períodos de transição entre formas organizacionais desse sindicalismo já nos possibilitou perceber, em diferentes graus, a presença e ação das tendências organizativas que lhe são aqui apontadas, as veremos ganharem, a partir deste momento, plena objetivação político-associativa, passando a ganhar expressão na forma de cições institucionais.

No primeiro capítulo acompanhamos, nesse sentido, ter se transmutado esse sindicalismo, ao longo da segunda metade da década de 1970 e primeiros anos da de 1980, de um movimento instituinte de natureza não-oficial em uma das associações civis do professorado universitário brasileiro responsáveis pela criação da Andes, a Adufc. No capítulo seguinte, acompanhamos os correlatos processos organizativos que, decorridos ao longo de meados das décadas de 1980 e 1990, transmutaram ambas as anteriores organizações associativas, de sindicatos livres (BOITO Jr., 1991), em entidades sindicais oficiais, o Andes-SN e a Adufc-SS.

Como vimos, mesmo que já estivessem objetivamente marcando passos definitivos desse sindicalismo rumo à sua plena oficialização (e, conseqüentemente, fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural), os processos de transição organizativa que deram surgimento a essas duas últimas entidades sindicais oficiais fizeram-se movidos, local e nacionalmente, pelo intuito de empreender uma inovação jurídico-organizativa diante da Estrutura Sindical de Estado estabelecida no país desde a década de 1930, a forma “sindicato nacional com seções sindicais locais”. Esta realizaria, segundo entendimento disseminado naquele universo sindical, uma “estrutura nova”, capaz de coibir e burlar, no contexto político produzido pelo

fim da Ditadura Militar e Redemocratização, a então já bem conhecida força de tutela do sindicalismo oficial.

A despeito das vontades políticas que moveram seu estabelecimento, o artifício político-organizativo “sindicato nacional com seções sindicais locais” foi, conforme temos observado, progressivamente fracassando, em função de sua oficialidade (e necessário atrelamento estatal), na promoção de unidade político-associativa. Orientadas pela ideologia da legalidade sindical¹, as transições oficializantes da forma jurídica desse sindicalismo aceleraram e aprofundaram, em verdade, a progressiva formalização das divergências e disputas político-ideológicas desde sempre manifestadas em seu seio, transformando as lideranças de suas diferentes correntes político-ideológicas nos próprios agentes de seus posteriores processos de dissidência e cisões organizacionais.

Antes, pois, que em coesão (como vimos vir sendo sugerido por algumas das mais referidas investigações do campo), a assunção da forma sindical oficial, mesmo que inovada (em sindicato nacional), resultou não somente em diversificação organizacional como em fragmentação político-associativa. Esse fato, com elementos explicativos internos e externos ao âmbito específico do sindicalismo em estudo, não teve consequências restritas ao agrupamento profissional, atingindo a organização política das classes trabalhadoras no país, uma vez que se fez lastreado e lastreando os processos que dividiram as esquerdas nacionais advindas do Novo Sindicalismo em dois concorrentes e inconciliáveis campos políticos.

Os amplos processos divisionistas nas esquerdas nacionais pós-redemocratização, tendo já encontrado lugar no interior do sindicalismo docente em observação por meio da formalização de correntes político-ideológicas em profunda concorrência instituinte (Andes-AD e Andes-Sind), passam, agora, a nele dar aprofundamento aos efeitos politicamente desorganizadores do sindicalismo oficial.

Esses efeitos reúnem, no contexto dos governos nacionais petistas (2003-2016), força suficiente ao seu pleno desdobramento em cisões organizacionais: os estreitos vínculos petistas com os processos de recente cisão das esquerdas nacionais criou um ambiente político especialmente propício para que as tensões estabelecidas entre as correntes majoritárias na disputa pela direção desse sindicalismo encontrassem a polarização suficiente à sua

¹ Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

“[micro]politização”¹. Doravante, objetivam-se essas tensões na inconciliável cisão político-associativa, quer de sua direção nacional quer de suas bases sociais, entre os estilos sindicais ou do Andes-SN, definitivamente hegemônicos pela Andes-AD, ou pelo/a Proifes-Fórum/Federação, uma criação da Andes-Sind.

Como já havia se dado nos governos nacionais petedebistas ao longo dos anos 1990, foram as políticas públicas das administrações petistas que, na primeira década do novo milênio, serviram como eixos últimos de articulação desses embates político-ideológicos; agora suficientemente desenvolvidos para se desdobrarem tanto em diversificação organizacional como em indissociável fragmentação político-associativa.

No estabelecimento de tal situação contribuiu de modo importante seja a própria maturação interna de tais embates seja o fato de estarem eles fundamentados nas querelas à base do novo campo político em concorrência nas esquerdas nacionais. Foi no influxo da força politicamente desorganizadora dessas cisões que, percebamos, a Adufc-SS transformou-se, sob hegemonia dirigente da Andes-Sind (e, conseqüentemente, do Proifes-Fórum/Federação), em Adufc-Sindicato, a partir de 2011/2012².

Tendo passado à condição de uma entidade oficial cuja carta sindical lhe outorga unicidade no poder de representação de todo o professorado federal no Estado do Ceará, a direção político-administrativa do agora Adufc-Sindicato vem sendo objeto de permanente e intensa disputa eleitoral entre partidários locais do Andes-SN e Proifes-Federação, quando não de concorrência interorganizacional de grande potencial litigioso, como é o caso das relações entre Adufc-Sindicato e SindUnilab e Coletivo Graúna, ambos os últimos com evidentes ligações ao Andes-SN. Daí resulta, veremos, a atual situação de desvinculação formal desse sindicato estadual com quaisquer das organizações nacionalmente dedicadas à articulação político-associativa do professorado federal no país.

¹ Como o leitor poderá constatar no terceiro tópico do capítulo, o termo “politização” é aqui utilizado nos limites conceituais que lhe foram concedidos por Bourdieu (2013 [1984], p. 239-240). Tratando-se, por um lado, de uma tradução e tendo, por outro, um uso social já consolidado em nosso país, o risco de imprecisões conceituais é grande. Daí a forma “micropolitização”, que vem sendo utilizado ao longo desta tese, com o qual se busca dar ênfase ao sentido de restrição originalmente a ele conferido por Bourdieu.

² A oficialização da transformação da Adufc-SS em Adufc-Sindicato foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de outubro de 2011, embora o certificado somente tenha sido assinado pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Manoel Messias Nascimento, no dia 19 de julho de 2012. Esta última data é a oficialmente assumida pelo Adufc-Sindicato. (Cf. Quem somos. Disponível em <http://adufc.org.br/quem-somos/>; e ADUFC-Sindicato completa 37 anos de lutas e avanços. Disponível em <http://adufc.org.br/2017/05/03/adufc-sindicato-completa-37-anos-de-luta-e-avancos/>).

Micropolitizadas, as expressões locais das disputas nacionais internas a esse sindicalismo têm encontrado manifestações públicas dramáticas, às quais nos dão acesso algumas das cenas testemunhadas nas atividades públicas do agrupamento profissional durante as greves que realizaram nos anos de 2015 e 2016. Essas disputas, como se verá, têm aceleradamente deixado a forma originária de querelas político-ideológicas acerca da organização e ação sindicais e passado a assumir, explicitamente, a forma de animosidades interpessoais entre partidários de uma ou outra posição geral hoje possível no âmbito das esquerdas nacionais.

De um ponto de vista estritamente jurídico, a criação da Proifes-Federação não deveria significar qualquer nível de concorrência com o Andes-SN. Este último, como um sindicato oficial, poderia, aliás, federar-se àquela formalmente. Dadas, contudo, as circunstâncias de criação dessa federação, tal unidade político-associativa faz-se impossível, pois conduzida justamente por aquela fração do professorado universitário com vínculos federais em atuação na corrente Andes-Sind, em direta e inconciliável oposição político-ideológica e partidária à Andes-AD, historicamente hegemônica na direção nacional do Andes-SN.

Toda essa fragmentadora e desagregante processualidade, conjunturalmente fragilizadora do sindicalismo em estudo, vem sendo diretamente urdida pelos históricos vínculos estabelecidos entre suas correntes sindicais internas e os dois campos políticos que, nascidos em meio à emergência do Novo Sindicalismo, encontram-se hoje em concorrência nas esquerdas nacionais. Reconheçamos, nesse sentido, ter sido o contexto configurado pelo *continuum* de vinculações interorganizacionais entre a o Adufc-Sindicato/Proifes-Federação/CUT/PT/PC do B, de um lado, e a Sindunilab/Coletivo Graúna/Andes-SN/CSP Conlutas/Intersindicais/PSTU/Psol, de outro, o responsável último pelo fato das políticas públicas trabalhistas e educacionais dos governos petistas terem se feito ambiente ideal para que as ambiguidades de classe (intermediária) presentes no sindicalismo docente universitário federal brasileiro se expressassem na forma de cisões.

Nesta segunda década do novo milênio, os efeitos desorganizadores do sindicato oficial têm aprofundado aceleradamente suas manifestações nesse sindicalismo. O fato objetiva-se, por enquanto, seja na criação de uma seção sindical do Andes-SN numa das novas universidades federais recentemente instaladas no Estado do Ceará, o Sindunilab – abertamente concorrente do sindicato estadual –, seja na formação de correntes sindicais que, tendo no Coletivo Graúna uma das possíveis expressões formais, dão corpo local às polarizadas e inconciliáveis concorrências político-partidárias entre as esquerdas nacionais.

3.1. “O PT no poder”: polarização, divisão e fundação do Proifes-Fórum

i. Os elementos da divisão das esquerdas advindas do Novo Sindicalismo

As aproximações que foram se tecendo ao longo dos anos 1990 entre os setores majoritários do petismo/cutismo e a tradicional esquerda comunista no país fizeram-se, temos visto, fundamentais à atual configuração do universo político-sindical das esquerdas brasileiras, apresentando efeitos diretos sobre as rearticulações entre as diferentes correntes político-ideológicas em ação no sindicalismo a que aqui nos dedicamos. Fundamentalmente, por ter sido ao longo desse processo de aproximações que as forças e organizações advindas do Novo Sindicalismo deram simultâneo estabelecimento, por um lado, às condições de possibilidade do conjunto de governos petistas iniciados com a primeira eleição presidencial de Lula em 2002, e, por outro, às cisões organizacionais que deram origem a um novo campo nas esquerdas nacionais.

Se é certo, pois, que os governos petistas se iniciaram sob uma positiva expectativa de parte da população e organizações das esquerdas nacionais, é também certo que já se encontrava seu campo político sob ação concorrencial de uma cada vez mais bem constituída oposição à esquerda, partidária e sindical. Fruto de divergências progressivamente acirradas e, assim, convertidas em dissidências e cisões organizacionais, os elementos em torno dos quais passaram a constituir-se as polarizadas disputas estabelecidas entre estes campos políticos, condensando históricas querelas entre as esquerdas nacionais nas circunstâncias do novo ciclo político aberto ao fim da Ditadura Militar e Redemocratização (RIDENTI, 2007b, p. 49), moldaram as expressões da força politicamente desorganizadora da ação da Estrutura Sindical de Estado no sindicalismo docente em estudo.

Continuaremos a ver ao longo desse capítulo quanto boa parte dos elementos que hoje dão corpo às querelas entre partidários do Andes-SN e da Proifes-Federação sobre objetivos, pautas e formas de organização e ação sindical são, em última análise, expressões, neste específico âmbito sindical, das amplas divergências históricas entre estes dois concorrentes campos políticos das esquerdas neossindicalistas.

Concentremo-nos, a seguir, em algumas das expressões dessas querelas nas relações entre as centrais sindicais de maior importância para o sindicalismo docente universitário no país:

Para a mais antiga delas, a CUT, não há dúvidas acerca da importância histórica da “eleição de um operário [Lula] à presidência da República em 2002”¹. O fato seria, aliás, um dos “resultados diretos das ações da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora” no Brasil e, portanto, um claro efeito de sua “atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial”. Uma atuação desenvolvida, inclusive internacionalmente, por meio de “estratégias conjuntas para o enfrentamento de políticas neoliberais – de privatização, de concentração de capital e altos lucros – que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho”.

Dissidente da CUT e organizada, como veremos, com grande apoio do Andes-SN, a CSP Conlutas atribui a necessidade histórica de sua criação, porém, precisamente à “unidade de vários setores do movimento sindical na luta contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula”².

Essa é também a modulação discursiva assumida, com algumas pequenas variações, pelas intersindicais. Embora se afirmem como “parte, fruto e herdeiros”³ de vários movimentos prévios, sendo “parte dos milhares que com sua organização a partir da base criaram as condições para a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (...) no final da década de 70, início dos 80”, vemos as lideranças da primeira Intersindical explicarem a necessidade de sua criação de uma forma que, embora complexifique o argumento conlutista, apresenta, em essência, o mesmo sentido: a CUT teria, a partir da “década de 90”, caminhado “rumo ao pacto com o Capital”, num movimento que seria anterior à “chegada do PT à presidência da República em 2003”, embora o partido tenha tido “como principal laboratório para experiência da conciliação de classes a CUT”.

A continuidade do texto-apresentação dessa intersindical se preocupa em demonstrar os elementos-marco da trajetória cutista “rumo ao pacto com o Capital” e à “conciliação de classes”: no “governo Collor (90/92)”, a mesma teria se feito visível na “experiência da Câmara Setorial”, a partir da qual se desenvolveu o modelo de acordos tripartites entre “as indústrias” e “Sindicato de Trabalhadores”, tendo ali funcionado o “Sindicato dos Metalúrgicos de São

¹ Cf. Histórico. (Disponível em: <https://cut.org.br/conteudo/historico/>).

² Cf. História. (Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>).

³ Cf. Quem Somos. (Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/quem-somos/>).

Bernardo do Campo/SP”, símbolo histórico do sindicalismo cutista¹, como “o principal protagonista” no estabelecimento dessa forma negocial, “mediada pelo Estado”. Nos dois seguintes governos FHC/PSDB, “parte significativa de sindicatos ligados à direção majoritária da CUT” teriam estabelecido “acordos de flexibilização da jornada de trabalho”, introduzindo no país, dentre outros retrocessos, o “banco de horas e a redução de salários”, abrindo espaço para “uma das piores reformas na Previdência”, que atacou frontalmente “o direito à aposentadoria, ao concordar com a mudança de critério para garantia desse direito”, estabelecendo-se como regra, “ao invés de tempo de serviço”, o “tempo de contribuição”. Concomitantemente, “os espaços de decisão dentro da Central vão se tornando cada vez mais burocratizados, transformando-se em espaços de representação tão somente e distanciando cada vez mais a base dos processos decisórios”.

Estariam, assim, criadas as condições, compreende aquela intersindical, para que, iniciadas as gestões nacionais do PT, a CUT se transformasse “em seu contrário: quem nasceu com a classe, agora trabalha contra ela”. A Carta ao Povo Brasileiro², principal documento da campanha do PT nas eleições nacionais de 2002, sintetizaria programaticamente o “processo de concertação de classes que teve a CUT como um dos principais instrumentos de execução”.

Por meio daquela Carta, afirmam, “o PT se apresentava para a burguesia nacional e internacional como ‘maduro’ e capaz de gerir na máquina do Estado os interesses do grande Capital”, o que explicaria, por um lado, sua proposta de Reforma da Previdência, a qual, apresentada como combate aos “privilégios na máquina do Estado”, tratava-se, em verdade, de um “ataque à aposentadoria dos servidores públicos que atendem diretamente a população trabalhadora (professores, funcionários da Previdência, técnicos nas áreas de saúde, educação, saneamento, etc.)”, assim como, por outro lado, a complementar atuação da CUT diante dela,

¹ Cf. Paranhos, 1999.

² Publicada em 22 de junho de 2002 como parte da estratégia eleitoral que levaria Lula à presidência da República, a “Carta ao Povo Brasileiro” é feita na forma de um discurso do candidato a “todas as classes” e a “todas as regiões” do país. Nela, compromete-se em desenvolver um governo capaz de conquistar, a um só tempo, “desenvolvimento econômico” e “justiça social”, o que seria conseguido pelo “esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas”, abrindo caminho a uma “reforma tributária que desonere a produção”, estimule “políticas industriais” e a “capacidade produtiva”, capaz de valorizar, ao mesmo tempo, por exemplo, “o agronegócio e a agricultura familiar”. A referência é explícita a uma “lúcida e criteriosa transição”, onde “as mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente”, numa “ampla negociação nacional”, com “respeito aos contratos e obrigações”, “dentro dos marcos institucionais” e com disposição “a dialogar com todos os segmentos da sociedade”, criando uma “vasta coalizão”, “suprapartidária”, entre “lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos” e “prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT”, assim como “parcelas significativas do empresariado” e dos “investidores não especulativos”. Cf. Carta ao Povo Brasileiro. (Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf).

restringindo-se a apenas tentar “reformular a Reforma”. Seria, portanto, inequívoco: a CUT, “que nasceu com a classe trabalhadora combatendo a intervenção do Estado e enfrentando o Capital hoje é uma das principais centrais sindicais de colaboração de classes”.

ii. A reforma previdenciária petista: polêmica-estopim

Os embates em torno da reforma previdenciária dos servidores públicos federais realizada pela primeira presidência petista foram definitivos no estabelecimento da cisão hoje existente nas esquerdas advindas do Novo Sindicalismo.

Segundo documenta Monte (2015, p. 176), foi diante do “posicionamento contrário ao projeto de Reforma da Previdência apresentado pelo PT” que, por exemplo, deu-se a “deliberação do Diretório Nacional do partido de expulsar”, numa “votação de 55 à favor (...) contra 27 desfavoráveis”, os “deputados Luciana Genro (RS) e João Batista, o Babá (PA), João Fontes (SE)” e a “senadora Heloísa Helena (AL)”. O fato, ocorrido em “meados de dezembro de 2003” resultou na “construção de um novo partido de esquerda (...) em 2005”, o Psol.

Realizado no mesmo ano das eleições presidenciais nacionais, o pleito que definiu a diretoria do Andes-SN no biênio 2002-2004 reconduziu à sua direção nacional, conforme documenta Miranda (2011a, p. 298, 299), a “corrente Andes-AD”, pondo em sua presidência o professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas. Como de praxe, a chapa derrotada, tendo se apresentado já em nome da Andes-Sind, fez cerca de 40% dos votos¹, sinalizando a manutenção do histórico equilíbrio na disputa entre as duas grandes linhas político-ideológicas desse sindicalismo.

Mantendo a prática de publicação de relatos expressando as perspectivas das correntes majoritárias nas disputas pela direção política do sindicato nacional, o Comunicado da ADUSFCar nos possibilita ver em torno de que elementos se expressaram as disputas entre elas.

Tratando do XXII Congresso, realizado entre os dias 8 e 13 de março de 2003 em Teresina/PI, o texto “O 22º Congresso da Andes-SN e uma grande polêmica”², afirma que o evento “defrontou-se com alguns temas polêmicos”. Dentre estes, teria “maior” relevo o

¹ Os dados oficiais divulgados pela Comissão Eleitoral Central foram: A Chapa 1 “Andes-AD – Autônoma e Democrática”, 11.733 votos; Chapa 2, “Uma nova Andes é possível: Plural e de Luta”, 7.447. (Cf. Andes-SN. Relatório Final. 44º CONAD. Florianópolis/SC, 21 a 23 de junho de 2002, p. 8).

² Cf. ADUSFCAR. 1o. Texto: o 22º Congresso da Andes-SN e uma grande polêmica. Comunicado n 04, 31 de março de 2003. (Disponível em: http://www.adufscar.org/conteudo_arquivo/com_2003_04_ref299.doc).

“famigerado PL-9 – o Projeto de Lei que cria os fundos de previdência para complementar as aposentadorias dos novos servidores”. Este representaria “um instrumento de institucionalização de um sistema previdenciário que vem – se vier – em prejuízo dos interesses dos trabalhadores em geral e do Serviço Público em particular”.

Neste ponto, seus autores, partidários da Andes-Sind, registram:

(...) 52 docentes da corrente de oposição à atual Diretoria da Andes, manifestamos (ao final da segunda votação) a nossa discordância relativamente ao encaminhamento proposto pela mesma. Foram 29 votos contrários mais 23 abstenções, para que pudéssemos registrar o nosso protesto, via declaração de voto, contra uma manobra da Mesa, a qual tinha sido exaustivamente esclarecida sobre o encaminhamento correto a ser adotado para a votação das duas propostas, inclusive por membros da Direção do Sindicato. Nossa proposta, na Plenária do 22o. Congresso, foi no sentido de seguir o caminho que entendemos ser o mais democrático possível: que o indicativo de greve contra a tramitação do PL-9 fosse deliberado pelas bases do nosso movimento, em Assembleias Gerais, e não por aquela Plenária, ao contrário do que defendeu a Diretoria da Andes. Nosso protesto, portanto, aconteceu pelo fato da Diretoria ter apelado para uma manobra regimental com o objetivo de reverter o resultado de uma primeira votação que não esperavam (cerca de 100 votos contrários), como forma – ao que tudo indica – de minorar os efeitos de um deslize da Direção do Sindicato, que já havia declarado à imprensa, antecipadamente, um resultado diferente do que acabou acontecendo.

Um segundo texto¹, assinado por Carlos Alberto Olivieri e Geria Montanari, partidários da Andes-AD, descreve em detalhes aquela situação, visando apresentar um contraponto à anterior avaliação. Informa, de partida, que na “Plenária Inicial, onde não se tomam deliberações, foram apresentados, pelos próprios autores ou representantes, nove Textos de Análises da Conjuntura”. A estes haveria se seguido “acalorado debate”, com “mais de 30 inscrições por parte dos presentes”, inclusive “com pronunciamentos de Deputados Federais do PT”. Afirma ainda que, “como era de se esperar, o foco das avaliações se deu em torno, quase que exclusivamente, dos três primeiros meses do Governo Lula” e classificam “as falas em três blocos”:

(...) um, composto por pessoas cuja linha de argumentação era a de que o novo governo é apenas uma continuidade do anterior e que, portanto, devemos nos posicionar imediatamente contra o mesmo, francamente minoritário; outro, composto por pessoas que argumentaram que ainda é cedo para tomarmos quaisquer medidas de enfrentamento e que, portanto, o melhor é aguardarmos os desdobramentos da conjuntura, também minoritário; finalmente, um terceiro, que considerava que o momento é de transição e que o Sindicato não deve se posicionar nem contrariamente ao governo e nem ficar no aguardo de possíveis desdobramentos, mas sim, colocarmo-nos em estado de alerta, mobilizados para quaisquer eventualidades, sinalizando inclusive que estamos prontos para uma possível greve, respaldados na autonomia do Sindicato e na capacidade de avaliação da conjuntura pela nossa categoria, a qual tem sido, historicamente, precisa e competente.

¹ Cf. ADUFSCar. 2º Texto: Sobre o XXII Congresso do Andes-SN. Comunicado n 04, 31 de março de 2003. (Disponível em: http://www.adufscar.org/conteudo_arquivo/com_2003_04_ref299.doc).

Segundo o testemunho daqueles professores, houve, em meio a esses posicionamentos em relação ao novo governo nacional, “uma grande polêmica”, relativa à proposta de “aprovação de um indicativo de greve, caso seja retomada a tramitação do PLC 09/99, proposto no governo FHC”. Posto o indicativo em discussão na plenária, “um delegado pertencente à corrente Andes-Sind, de oposição à atual Diretoria do Andes-SN” teria corrido

(...) para a mesa com um calhamaço de crachás, acabando, assim, por impor um bloco de inscrições para pronunciamentos, antes mesmo que o debate acabasse de ser organizado. Essa ação foi seguida por uma enxurrada de inscrições, às quais se somaram mais de 40. Após mais de uma hora de discussões de como o debate deveria ser organizado, o mesmo teve início. Isto dá para ter uma ideia do calor das discussões. As posições presentes nesse debate refletiam, de alguma forma, as que apareceram na análise de conjuntura. Havia uma posição contrária a que se deliberasse no Congresso sobre o indicativo de greve, que era inclusive a posição da Andes-Sind. E, a outra, era que se aprovasse o indicativo no Congresso e que este fosse, em seguida, remetido para apreciação das bases como de praxe acontece. A diferença entre os dois encaminhamentos pode ser resumida assim: “Sinalizamos imediatamente, ou não, ao governo que, apesar de entendermos as dificuldades do momento, estamos dispostos a defender os nossos direitos?” Durante o intenso debate, os componentes da mesa diretora da Plenária, já naturalmente estressada devido à imensa responsabilidade do tema, foi submetida a um estresse extra, por um pequeno mas barulhento grupo pertencente à Andes-Sind que ficou o tempo todo pressionando e tumultuando, acarretando uma pequena, e mais que compreensível falha, em função das circunstâncias, no encaminhamento da votação das propostas. Ou seja, ao invés de seguir o procedimento (...), colocou diretamente em votação, se o indicativo seria aprovado pela Plenária, ou seria remetido às bases sem deliberação (...). Nesse ponto, o mesmo delegado que, no início, já havia tentado tumultuar a Plenária, se levantou, aos berros, dizendo que isso era uma fraude. Após uma longa sequência de questões de ordem, a Plenária pôde retornar os trabalhos (...) realizando uma segunda votação, cujo resultado foi o seguinte: 216 votos a favor de se aprovar o indicativo de greve com as modificações propostas pelos Grupos, 29 votos contrários e 23 abstenções. A sequência de declarações de voto, insultuosas, em todas as fases da votação, tumultuaram bastante os trabalhos. Em que pese a nossa antiga participação no Movimento Docente, podemos dizer que nunca tivemos que passar por situação tão constrangedora.

O texto é finalizado com uma dupla avaliação. Por um lado, afirmavam seus autores, a deliberação final, “apesar de tudo, foi a melhor”, já que “um indicativo de greve não significa que a mesma deva ser deflagrada a qualquer custo”, embora deixe “claro ao governo que estamos nos opondo frontalmente a um projeto de reforma da previdência que venha contrariar os interesses da classe trabalhadora desse país”. Por outro, propunham o entendimento de que aquela decisão “não significa[va] um rompimento com o governo Lula, mas sim, um alerta de que as questões da previdência, entre outras, devem ser amplamente debatidas com a população que o elegeu”.

A greve ali indicada, embora se tratasse apenas de uma possibilidade, acabou por, de fato, ocorrer. Bem como, em certa medida, a Reforma da Previdência contra a qual foi ela indicada e realizada.

Como registrado pelo trabalho de Miranda (2011a, p. 299, 300), a “paralisação do trabalho, que durou 59 dias, foi derrotada em sua pauta central: a Reforma da Previdência Pública”. Segundo a autora, a “proposta original da reforma visava acabar com a aposentadoria integral de todos”, rebaixar o “valor das pensões, aumentar o tempo de contribuição e estabelecer o teto de dez salários mínimos para a aposentadoria”, além de “ampliar o espaço para a previdência complementar privada”. A “pressão social (até mesmo a CUT que não apoiou o movimento grevista ameaçou aderir à mobilização)” teria, porém, feito com que “o governo” mantivesse “a aposentadoria integral e a paridade para os atuais servidores, retirando-a para os novos”.

iii. Desfiliação (oficial) da CUT e filiação à CSP Conlutas

É em resposta direta a essa situação que se dá, no XXIV Congresso do Andes-SN, realizado em Curitiba/PR entre os dias 24 de fevereiro e 1 de março de 2005, a desfiliação entre esse sindicato nacional e a CUT.

Encontrava seu termo, então, o que Santos (2008b, p. 75-77) sugere tratar-se de um longo processo de “dissensão de sentidos” existente “no âmbito das representações que orientam a relação entre Central Sindical, Sindicato e governo” desde, pelo menos, o “XV Congresso, realizado em 1996, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso”, quando, segundo o autor, “surgem as primeiras divergências entre o Andes-SN e a CUT” acerca da “proposta de reforma da Previdência Social”.

Naquela anterior ocasião, a diretoria nacional do Andes-SN (sob hegemonia da Andes-AD) havia publicado uma carta dirigida à direção nacional da CUT, apontando-lhe divergências sobre o tema:

A Reunião da Direção Nacional da CUT (DNCUT) prevista para 3 e 4 de fevereiro [de 1996] acontece num momento extremamente delicado da vida da nossa Central, devido a discussão aberta ao redor do chamado “acordo” entre governo e Centrais Sindicais, a respeito da reforma da previdência. É considerando a gravidade da situação, e conscientes da nossa responsabilidade enquanto dirigentes e entidades filiadas a esta Central, que nos dirigimos às entidades e instâncias da CUT, particularmente à sua Direção Nacional, para fazer algumas considerações e apresentar propostas. E ao encaminharmos essas considerações e propostas às instâncias e à DNCUT, estamos convencidos de que adotamos o melhor caminho para defender e fortalecer a nossa

Central, como um efetivo instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira. 1 - Os pontos definidos na Reunião entre governo e Centrais Sindicais, no dia 15 de janeiro, constantes da “Nota Oficial Conjunta”, se implementados, significariam um profundo retrocesso em direitos históricos da classe trabalhadora brasileira. Desaparece o conceito de Seguridade Social, previsto atualmente na Constituição; a mudança de “tempo de serviço” para “tempo de contribuição” pretende retirar, ou como mínimo dificultar muito, o direito à aposentadoria de nada menos que 40 milhões de trabalhadores (se não é isso, para que mudar o nome?); acaba a aposentadoria proporcional; retiram-se direitos de servidores públicos; inicia-se um processo de extinção da aposentadoria especial; dos professores, sendo que a dos professores do terceiro grau acaba agora, dificulta-se a contagem de tempo para os trabalhadores rurais que trabalham em família, nas pequenas propriedades, isso sem falar na enorme quantidade de pontos da proposta original do governo, que nem são tocadas na Nota Oficial Conjunta. 2 - Por todas as razões expostas acima fica claro que tais pontos nem de longe significariam um acordo “favorável aos trabalhadores”, como tem alardeado o presidente da nossa Central. Seria um acordo em bases inaceitáveis para nossa Central. Estaríamos assinando embaixo de uma autorização para que o governo retire direitos fundamentais dos trabalhadores do nosso país. É por isso que o governo e a Força Sindical têm feito tanto esforço na defesa desses pontos. Queremos frisar que, em nossa opinião é inconcebível, para uma entidade classista como a CUT, negociar perdas de direitos.¹

Aquela diretoria nacional apela, então, ao desenvolvimento de estratégias de ampliação de sua força dentro da CUT, no sentido de tornar-se capaz de dar-lhe a direção entendida como oportuna pela perspectiva político-ideológica assumida pela tendência que a hegemoniza, encaminhando sobre o tema naquele Congresso:

1 - Reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores na Defesa do Direito ao Trabalho e a garantia do emprego e contra o programa neoliberal de FHC. (a) Fortalecimento do Movimento Sindical Cutista, através da participação das ADs-S. Sind., no interior da CUT, na perspectiva do resgate dos laços sindicais e da identidade do sindicalismo classista. (b) Campanha, no interior da Andes-SN, pela transformação das ADs filiadas em seção sindical e a regularização das ADs-S. Sind. sindicalizadas junto às CUTs Estaduais.

Conforme faz ver o trabalho de Santos (2008b, p. 77, 78), esses encaminhamentos não surtiram, já quase uma década depois, os efeitos desejados e, agora já no contexto da primeira presidência petista de Lula, dá-se uma clara intensificação daquelas históricas querelas entre sindicato nacional e central, renunciando a insustentabilidade de seus vínculos. A reforma da previdência petista apenas aprofunda a tese, defendida por membros da diretoria do Andes-SN, de que os governos do PT se tratavam, antes de tudo, de uma “continuidade” dos neoliberais governos nacionais do PSDB:

Nas eleições presidenciais de 2002 venceu o voto pelas mudanças: apesar do caráter rebaixado do programa apresentado pela candidatura Lula, a vitória na eleição de 2002 foi a de um voto que exprime a vontade popular de transformações em relação à política neoconservadora, privatista e pró-imperialista de FHC. Sob este aspecto, a vitória

¹ Andes-SN. Relatório Final. XV CONGRESSO DO Andes-SN. Santa Maria/RS, 1996, p. 2, 30.

da candidatura do ex-líder das greves metalúrgicas de 1978-80 teve um inegável significado simbólico: demonstra todo um potencial de avanço e de fortalecimento da autoconfiança do movimento proletário e popular na luta por transformações sociais que atendam os anseios de justiça social dos oprimidos. No entanto, o governo Lula, rompeu com os melhores aspectos do passado do PT, de sua história, programa e discurso, frustrando suas bases e seus eleitores. O governo federal do PT não é um governo de reformas sociais, não é um “governo popular”, nem avança na revolução democrática (mesmo dentro da ordem). É um governo conservador e de continuísmo. Continua a longa reciclagem contrarrevolucionária da ordem autocrática burguesa e a política de pseudotransição que mantém o Estado autocrático burguês por novos meios. Pior! O governo hegemônico pelo PT acelera e aprofunda a implementação do conjunto de políticas ditadas pelos interesses do bloco de poder constituído pelo imperialismo, os monopólios e o latifúndio: coloca acima de tudo o superávit fiscal para pagar a dívida externa, renovou o acordo com o FMI atendendo todas as suas imposições imperialistas (impôs a contrarreforma da previdência entregando-a para o capital financeiro, libera a produção e comercialização de transgênicos, tira verbas dos programas de saúde, educação, saneamento e promoção do bem-estar popular, arrocha salários do funcionalismo e dos trabalhadores em geral); paralisa a reforma agrária e não reprime os crimes dos latifundiários que executaram em 2003, 48 trabalhadores rurais.¹

O relatório do Congresso do Andes-SN em 2004 deixa evidente, nesse sentido, que, apesar de sua posição oficial em relação ao governo petista ter ainda sido a de um “estado de alerta”, o rompimento oficial com a CUT e a alternativa de filiação à CSP Conlutas estava ali já bem construída e apontada, por exemplo, na afirmada necessidade de sua “inserção nas lutas dos trabalhadores, juntamente com os movimentos combativos e classistas, a exemplo da Conlutas, contra as reformas, que têm uma única matriz – a dos dominantes”².

Conforme sublinha Santos (2008b, p. 87), desse momento em diante, “nos textos publicados pela direção sindical do Andes-SN, a Conlutas” passa a ser abertamente apontada “como alternativa”, como “um possível espaço de agregação dos trabalhadores que romperam com a Central Sindical”.

Em que pesem, pois, algumas resistências ainda encontradas pela diretoria do Andes-SN à formalização de sua desvinculação da CUT durante o Congresso de 2005 – extensa e cuidadosamente registradas, em sua diversidade, pelo trabalho de Santos (2008b, p. 75-91) –, foi já sem sofrer grandes pressões e riscos organizativos que a mesma se formalizou.

Passavam, assim, à condição de diretrizes políticas oficiais do Andes-SN as críticas que, desde meados da década de 1990, sua diretoria, sob hegemonia da Andes-AD e seus compromissos com o novo “novo campo” das esquerdas nacionais, apresentava à CUT e ao PT. Em

¹ Cf. SANTOS, Alexandre; RIBAS, Clarilton; BARBOSA, Geraldo; MACHADO, Luís Carlos P. Desafios históricos diante da crise do capital e do continuísmo neoconservador no governo Lula. XXIII CONGRESSO DO Andes-SN. Salvador/BA, 2004, p. 381.

² Cf. Andes-SN. Relatório Final. 23º Congresso Nacional. Salvador/BA, 4 a 9 de março de 2004, p. 47, 48.

síntese, passaria a orientar as ações políticas da organização, como hoje pode ser lido em sua história oficial¹, a interpretação da “ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003” como o início de um “processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais”.

Em consequência, oficializa-se no Andes-SN, documenta Monte (2015, p. 205), a interpretação da CUT como um “produto do abandono das pautas históricas da classe trabalhadora brasileira” e, portanto, sua destituição da condição de “ferramenta que unificava os trabalhadores”. Em particular no contexto de governos nacionais petistas:

A CUT, ainda que formalmente não integre o Estado, foi levada, pela ação de sua direção majoritária, à condição de suporte da governabilidade e, portanto, das políticas de governo, perdendo efetivamente sua autonomia, tornando-se peça fundamental para a implantação das medidas neoliberais. A promiscuidade das relações da direção da central com o palácio do planalto, ministérios e outros espaços do poder, permite afirmar que praticamente não há governo Lula sem o apoio da CUT e não há CUT sem o apoio do governo.²

Estavam criadas, assim, as circunstâncias para que em 2007, durante seu XXVI Congresso, fosse oficializada a filiação do Andes-SN à CSP Conlutas³.

iv. O Proifes-Fórum/Federação: uma necessidade...

Diretamente orientada pela progressiva polarização de posições que deu corpo às mais recentes cisões organizacionais nas esquerdas do país, a formalização de correntes internas no Andes-SN, uma vez completada na fundação da Andes-Sind em 2001, caminhou aceleradamente na direção de uma cisão organizacional.

Dado em meio ao processo de oficialização da desfiliação entre Andes-SN e CUT, o pleito eleitoral que definiu a diretoria do sindicato nacional no biênio 2004-2006 funcionou, nesse sentido, como um definitivo precipitador da latente cisão, prenunciada desde a formalização do Andes-Sind.

¹ Cf. Andes-SN - História. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>).

² Cf. Andes-SN. Relação com a CUT e a luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical. XXIV CONGRESSO DO ANDES-SN. 2005, p. 242.

³ Cf. Andes-SN – História. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>). Cf. Bauer, Pontes e Mathias 2013, p. 179, 180.

Os números finais do pleito anunciavam a manutenção do histórico racha político-ideológico na base social desse sindicalismo: a chapa da Andes-AD fez 11.413 votos contra 10.537 votos da chapa do Andes-Sind (votos brancos e nulos foram 1.149)¹.

Diante desse resultado, o sítio eletrônico da CSP Conlutas² afirmaria, deixando evidente a efetiva proximidade programática por ela já estabelecida com a diretoria do Andes-SN:

Vencemos a batalha contra o governo, a CUT governista, o PT, o PC do B e muitas reitorias. A chapa 3 Andes – Autônoma e Democrática – ganhou essa importante batalha. Mais de um terço dos sindicatos se posicionou. Sem dúvida alguma a categoria docente reconheceu nossos esforços e nossa política. São anos e anos de construção democrática pela base. E, apesar de todos os aparelhos, eles perderam. A militância, toda e cada um construíram heroicamente esta batalha. Agora temos algumas tarefas imediatas que não podemos vacilar. A história da nossa luta tem sido decisiva para mostrar ao governo e às burocracias sindicais que não nos conformaremos em ser meros figurantes na luta social (...). Dar organicidade à Conlutas é criar mais uma poderosa arma na luta sindical e política. E o Andes-SN é uma das peças importantes neste processo. Continuemos na luta. Novas vitórias deverão ser conquistadas.

O relatório do XI Encontro do Proifes, realizado em 2015³, afirma que, naquele pleito de 2004, a Andes-Sind, então organizada em torno da chapa “Uma Nova Andes é Possível - plural e de luta”⁴, mesmo tendo vencido “as eleições nas principais universidades do país”, foi “surpreendida por muitos votos de *campi* pequenos”.

Presidenta da Adufc-SS no biênio 2003-2005 e ativa participante nos processos nacionais de criação do/da Proifes-Fórum/Federação, a professora Mirtes Amorim dá precisão, em sua entrevista a esta pesquisa⁵, ao sentido atribuído pela Andes-Sind a esses “votos de *campi* pequenos” naquela eleição:

Nosso grupo, que era o grupo Andes-Sind, ganha as eleições nas federais. Essa foi a grande cisão. Disso aqui eu tenho certeza, porque eu estava na chapa e nós ganhamos nas federais, mas perdemos nas estaduais e nas privadas. Perdemos. Perdemos porque a Andes tinha a máquina na mão. Você sabe que, pra quem faz política, que quem está com a máquina na mão tem um pouco mais de chances de penetração, porque tem dinheiro, porque usa os meios de comunicação, sobretudo os meios de comunicação. Não é nem o dinheiro vivo, são os meios de comunicação. Então eles tinham os meios de comunicação, de penetração naquelas universidades perdidas lá no interior não sei

¹ Cf. Andes-SN. Relatório Final. 48º CONAD – Conselho do Andes-Sindicato Nacional. Aracaju/SE, 17 a 20 de junho de 2004, p. 239.

² Cf. Chapa 3 vence eleições no Andes-SN, 02 jun. 2004. (Disponível em: <https://www.pstu.org.br/chapa-3-vence-eleicoes-no-andes-sn/>).

³ Assinado pelo professor Marcelo Rosa, o texto está disponível em <http://www.sindiedutec.org.br/noticias/2/noticias/526/relatorio-sobre-as-propostas-e-discussoes-do-periodo-da-tarde-de-10-7-no-xi-encontro-do-proifes>.

⁴ Cf. Três chapas disputam eleição. (Disponível em: <https://www.pstu.org.br/tres-chapas-disputam-eleicao/>).

⁵ Entrevista concedida no dia 05 de outubro de 2016.

de onde, estaduais (...), onde a representação era deste tamaninho... e a gente discutia com a Andes a forma como ela escolhia delegados, que a gente não concordava de jeito nenhum: ela fazia uma assembleia de 12 pessoas e escolhia 10 delegados, entendeu?! Então tinha uma guerra, pois a gente não concordava com eles de jeito nenhum! Mas como a gente não tinha máquina, a gente era oposição no interior da Andes, a gente não podia levar pessoal nosso pros congressos e a Andes levava o pessoal dela todinho para os congressos. E a gente não tinha como levar, que a gente não tinha máquina! Então, veja bem, se nós perdemos essa eleição mesmo ganhando nas federais, a gente “ficou louco”. Pois a gente achava que a origem desse movimento sindical era nas universidades federais, que eram muito fortes. (...) a Andes, quando ela surge, ela surge no interior das federais, a força da Andes é nas federais, ela surge nas federais e a universidade no Brasil, a história da universidade brasileira ela é federal, são essas universidades que fazem pesquisa, são essas universidades que incentivam a tecnologia, não são as privadas (...). E por que se chamou Proifes? Pró que dizer a favor. E o que é IFES? Quer dizer: a favor das instituições federais. Quer dizer, o Proifes fez uma opção, de ficar só com as federais. Enquanto a Andes entrava no âmbito das estaduais, na base das estaduais e na base das privadas, o Proifes faz uma opção, digamos assim, de ser fiéis ao movimento originário e ficamos só com as federais... e estar ligado à CUT. E aí o Proifes fica ligado à CUT e o Andes vai com o [CSP] Conlutas, que é uma cisão.

Fazendo ver tratar-se a perspectiva apresentada por Mirtes Amorim de uma compreensão compartilhada pelos partidários da Andes-Sind acerca da necessidade de fundação do/da Proifes-Fórum/Federação, a professora Neile Araújo¹, presidenta do Adufc-Sindicato no biênio 2009-2011, afirmou o seguinte durante entrevista concedida a este estudo:

Pra mim, uma grande dificuldade em relação à Andes foi, além da ingerência, da filiação partidária [referia-se ao campo político formado pelo PSTU/Psol/CSP Conlutas/Intersindicais], que começou a ficar muito clara, foi o fato de se ter uma confusão de associados... foi em relação a essa abrangência nacional. Você tem todas as universidades privadas, municipais, comunitárias, estaduais... então os interesses são muito difíceis de compatibilizar. Como você vai defender a pública, gratuita, de qualidade etc. se o “cara” da privada está lá querendo que você defenda o interesse dele? (...) Você colocar num mesmo saco as universidades privadas e as universidades públicas não dá certo. Um puxa pra um lado e o outro puxa pro outro e a coisa não sai do canto, não sai do lugar. (...) O Proifes foi resultado disso, dessa dificuldade. A última eleição que o grupo que criou o Proifes participou [no Andes-SN], ele ganhou nas federais, mas não levou, por causa das privadas...

Também tematizando a função precipitadora da criação do Proifes-Fórum assumida pelo pleito para a diretoria do Andes-SN em 2004, o professor Estevão Arcanjo afirmou² ter se tratado sua criação, em todo caso, de uma “discussão” que, como fazem suspeitar as informações presentes nos textos de Donatoni (1999) e Otranto (2000), antecedeu tanto a vitória eleitoral nacional do PT e sua Reforma Previdenciária como o processo de desfiliação entre Andes-SN e CUT. Segundo o professor, a mesma viria sendo feita pela oposição à Andes-AD “desde

¹ Entrevista concedida no dia 30 de março de 2017.

² Entrevista concedida em 27 de outubro de 2016.

o começo dos anos 2000: vamos separar, não adianta, [o Andes-SN] está aparelhado, é correia de transmissão, temos uma visão diferenciada... não temos autonomia pra discutir a universidade pública e fica difícil ficar discutindo Reuni, etc. com as universidades privadas, municipais”.

Pequenas diferenças à parte, os discursos de Mirtes Amorim, Neile Araújo e Estevão Arcanjo são fundamentalmente convergentes. Seja nas divergências com a direção política dada ao Andes-SN pela Andes-AD seja na compreensão de que as condições de trabalho do professorado com vínculos profissionais públicos federais reuniam diferenças suficientes para justificar a criação de uma organização sindical que lhes faça exclusiva representação.

Essa convergência, forte no Estado do Ceará, onde a Andes-Sind hegemônizava a diretoria da Adufc-SS desde 1999, encontrava manifestações em todo o país e não tardou para que, naquele contexto de oficialização ampla e definitiva das esquerdas nacionais, um conjunto de docentes de diferentes universidades federais no país chegasse à conclusão que, contrariando o nome dado pelo Andes-Sind a sua chapa no pleito 2004-2006, de fato, “uma nova Andes seria impossível”. O entendimento tornou-se, aliás, título de um dos textos-programa escritos pela professora Eliane Leão¹, uma das lideranças nacionais do movimento instituinte do/da Profes-Fórum/Federação. Tal impossibilidade, explica a professora, encontra-se, primariamente, no fato de que apresentaria o sindicato nacional uma “estrutura impossível de ser superada”.

Poucos anos após, noutro de seus textos-programa, “A crise do movimento docente: origens e desdobramentos”², Leão se faria novamente porta-voz do movimento, explicando, diante das críticas que a iniciativa passa a sofrer, o porquê da necessidade de, para além de somente um fórum paralelo ao Andes-SN, uma cisão organizacional com essa histórica entidade. Empreende, para tanto, uma narrativa histórica da trajetória de desenvolvimento do sindicalismo em estudo. Nela, ele é afirmado como caminhando, desde suas origens, rumo à “decomposição”, uma perspectiva analítica em clara oposição à que vimos ser majoritária tanto na (auto)narrativa de lideranças da Andes-AD como, não por mera coincidência³, na literatura científica do campo.

¹ Cf. Razão e emoção - uma nova Andes é impossível. (Disponível em: <http://www.adufg.org.br/noticias/razao-e-emocao-uma-nova-andes-e-impossivel-544/?periodo=2016-02>).

² Cf. A crise do movimento docente: origens e desdobramentos. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>).

³ Afinal, são também professores universitários os pesquisadores majoritariamente dedicados à temática. O fato, como veremos no próximo capítulo, amplifica os desafios de reflexividade envolvidos na pesquisa científica de

A situação, continua Leão¹, resultaria do “aparelhamento progressivo da direção da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) por partidos políticos”, um “processo longo, gradual, iniciado há mais de duas décadas”. A “fundação do Proifes” se faria, nesse contexto, apenas uma necessária “resposta mais incisiva”:

As campanhas salariais e a defesa por melhores condições de trabalho foram, ao longo desse tempo, cada vez mais transformadas em trincheiras para enfrentamentos sem limites, em confrontos que visavam, na essência, o desgaste de sucessivos governos, em prol do fortalecimento de forças partidárias marginais na cena brasileira. Dessa forma, eram retiradas do foco central dos debates questões de efetivo interesse dos docentes. Os dirigentes apontavam a construção de greves como condição preliminar, buscando usar os professores como massa de manobra para seus objetivos partidários mais gerais, e não como último recurso a ser utilizado. Nessa ótica, não fazia sentido valorizar a negociação, como forma de solução dos conflitos; tratava-se de torná-los mais agudos e insuperáveis. Assim foi em 2001, quando a tônica era propor uma greve geral do conjunto dos SPFs (Servidores Públicos Federais) contra o governo, tendo como eixo principal um reajuste linear de 75,48% - inexequível dentro da correlação de forças existente. A greve, conduzida incompetentemente, obteve ao seu final menos da metade dos recursos conseguidos em 1998. Em 2003, novamente, a greve contra a Reforma da Previdência foi igualmente mal dirigida e ainda mais malsucedida. Adotou-se posicionamento contrário a quaisquer debates sobre reformas ou leis que pudessem vir a contribuir para a retirada de “direitos adquiridos” dos servidores; nada de procurar aprovar emendas que tentassem salvaguardar – no todo ou em parte – esses direitos. A palavra de ordem era exigir, do governo, a retirada de seu projeto, e, dos parlamentares, o voto NÃO: uma completa rota de colisão com a realidade, numa conjuntura em que era imprescindível usar o poder da argumentação e do convencimento – não o da negação pura e simples. O resultado, todos nós conhecemos. E assim foi mais uma vez em 2004. Pauta da nova greve totalmente descolada da realidade: reajuste linear de 127% para todos os SPFs, e, emergencialmente, cerca de 50%. A greve dos SPFs mostrou-se, como dantes, inviável, sendo que a dos docentes das IFES foi “instalada” autoritariamente a 18 de agosto, contra a decisão da grande maioria das associações de professores. O movimento – que teve, no pico, a adesão de menos de um quarto das IFES – se encerrou, melancólico, na primeira semana de setembro, cerca de um mês após haver começado, com resultados pífios, como em 2003. Essas foram as razões pelas quais, em setembro de 2004, um expressivo coletivo de docentes de IFES, determinado a buscar outros mecanismos de organização que pudessem levar à abertura de espaços plurais de discussão e de expressão, fundou o Fórum de Professores das IFES, o Proifes.

Haviam sido de mesmo teor as explicações dadas pelo professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, um dos signatários da Carta publicada pelo Andes-Sind no Congresso do Andes-SN em 2001 e coordenador da reunião fundacional do Proifes-Fórum em 2004², ao buscar dar

fenômenos sociais, encontrando-se à base da ideologia teórica pela qual se camufla em “ciência engajada” a ambiguidade política do sindicalismo em estudo.

¹ Cf. A crise do movimento docente: origens e desdobramentos. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>).

² Cf. Ata da Reunião de Fundação do PROIFES - 15 de setembro de 2004, no Salão de Reuniões do Hotel Alvorada, em Brasília, DF. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>).

conclusão encaminhativa ao debate iniciado nesta reunião pelo professor Jaldes Meneses. Este, após sublinhar os riscos de que a iniciativa acabasse “indo no mesmo caminho do CONLUTAS e do Fórum da UNE”, perguntara: “estamos nos tornando partidários”? Não seria mais oportuno apenas “ganhar a Andes no ano que vem”? Uma “entidade como o Proifes” não serviria, mais oportunamente, como uma forma de fortalecer o “grupo da Andes-Sind”?

Registra a ata daquela reunião fundacional que, diante de tais questões,

(...) o coordenador da Reunião, professor Gil, (...) Teceu considerações iniciais sobre algumas das questões levantadas pelo professor Jaldes, observando que a visão de partido único da Andes não deu certo e que a nossa iniciativa é, ao contrário, visceralmente oposta a atrelar entidades sindicais a partidos ou a segmentos do espectro político, como é o caso do CONLUTAS. Disse que tentamos ganhar a Andes “por dentro”, mas que isso foi inviável devido ao atual grau de aparelhamento da entidade, que foi tornado possível pela estrutura concentradora de poder da Andes e pelo vulto dos recursos financeiros existentes, sob total controle da diretoria. Externou a opinião de que a fundação do Proifes é essencial para o movimento docente (...). Argumentou que a Andes diz representar os professores das federais, mas que, na verdade, age como partido político, lutando em prol da “grande causa” – e, naturalmente, nesse contexto, a educação, como questão menor, é esquecida ou tornada lateral. Portanto, finalizou ele, os docentes das IFES acabam ficando sem representação real – é importante, pois, a criação de um espaço de reflexão, de um canal de diálogo, como o Proifes (...). Terminadas as inscrições foi encaminhada a votação sobre a criação do Proifes, em duas etapas: 1 - votação sobre se fundaríamos ou não uma entidade; 2 - em caso de decisão afirmativa, definição sobre se essa entidade seria um FÓRUM ou uma Associação. Na primeira votação, foram 25 votos a favor, nenhum contra, e 02 abstenções (...). Na segunda votação, a fundação de um Fórum obteve 26 votos e a de Associação, nenhum; houve uma abstenção.

No outro lado das trincheiras dessas lutas, anteriormente adjetivadas pelo professor Aécio de Oliveira como “intestinas”, a diretoria do Andes-SN reagia à criação do/a Proifes-Fórum/Federação de forma muito coerente com os posicionamentos adotados pela nova “nova esquerda” no contexto das polarizações das querelas entre as diferentes organizações e correntes político-ideológicas advindas do Novo Sindicalismo. Publicou, na ocasião, o “Manifesto pela unidade do Movimento Docente Organizado no Andes-SN”, assinado pela professora Marina Barbosa Pinto, sua presidenta no biênio 2004-2006¹:

Nos últimos 23 anos, tornou-se impossível pensar a trajetória das Instituições de Ensino Superior no Brasil sem mencionar o papel do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) (...). Um Sindicato Nacional que inscreve em todas as suas normas e tem praticado ao longo de sua história o princípio da autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e às administrações universitárias (...). Que não aceita a fragmentação da categoria docente, insistindo na representação unificada dos professores das instituições de ensino superior nos setores

¹ A professora voltaria à presidência do Andes-SN no biênio 2010-2012. Cf. PINTO, Marina B. Manifesto pela unidade do Movimento Docente Organizado no Andes-SN. 26/10/2004. (Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_8.htm#andes).

federal, estadual e particular, pois entende que só a unidade – construída pelas bases –, nos torna suficientemente fortes para defender nosso projeto de Universidade, que inclui a dignidade de uma carreira única docente (...). As tentativas de construção de um sindicalismo autônomo e democrático são ameaçadas por uma proposta de (contra)reforma sindical que, se implementada, centralizará as entidades de base pelas cúpulas das centrais sindicais e abrirá caminho para a mais ampla retirada de direitos trabalhistas. Um governo eleito pelos que esperavam mudanças, não apenas mantém e aprofunda as políticas anteriores, como se esforça para atrelar e controlar os movimentos sociais, atraindo-os para a órbita institucional e reduzindo sua margem de autonomia até convertê-los em simples base de apoio para suas propostas. É nesse contexto que emerge, tendo por articuladores os militantes do Andes-SN que perderam as últimas eleições para a diretoria nacional do sindicato, a proposta de criação de uma entidade – de nome Proifes (...). Trata-se, pelo que se depreende da leitura da sua proposta de estatuto, da tentativa de criação de uma entidade paralela ao Sindicato Nacional, restrita aos docentes das Instituições Federais. Uma antecipação do tipo de construção fraticida que poderá surgir, caso seja aprovada a (contra) reforma sindical. A quem servirá essa proposta? Com certeza servirá aos intentos de seus fundadores, de se arvorarem representantes de um conjunto de docentes, com certeza reduzido, pois a natureza da entidade (dada a conhecer por seu estatuto) começa a ser divulgada apenas alguns dias antes de um encontro nacional que deverá fundá-la e eleger uma diretoria, com amplas prerrogativas e mandato de três anos! Teatro armado, script pronto, mas plateia vazia. Vazia de legitimidade e representatividade docente, mas ocupada por outros interessados: todos os adversários do projeto de Universidade defendido pelo Andes-SN, e pelos que se opõem ao seu exemplo histórico de sindicalismo autônomo, democrático e combativo. Neste momento, com particular ênfase, o Proifes interessaria ao governo em seu intuito de realizar a (contra)reforma universitária e por isso a proposta de criação desta entidade teria sido discutida com o Ministério da Educação antes de ser apresentada aos docentes. Interessaria também à direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores, intersindical que ajudamos a construir e à qual nos encontramos filiados, setores que apoiaram os propositores do Proifes em suas tentativas frustradas de dirigir o Sindicato Nacional; que enxergam no Andes-SN um obstáculo às suas pretensões de centralizar pelo alto a representação sindical dos docentes e converter as entidades em linhas auxiliares das propostas governamentais. Sabemos que a imensa maioria dos docentes não concordará com essa manobra para fragmentar o movimento docente. Muito menos se sentirão representados por uma diretoria de entidade autoproclamada, que se compromete a realizar “consultas eletrônicas” (convocadas por *e-mails* e conduzidas em poucos dias) e a realizar encontros anuais que “só ocorrerão se houver disponibilidade financeira”, como afirmam seu estatuto. Será essa a democracia do século XXI? Por mais artificial que o Proifes possa ser, cabe-nos contestar mais essa tentativa de fragilizar a representação coletiva e organizada dos professores universitários.

Nesse espírito, o Andes-SN tem desde então se dedicado, com outras organizações constitutivos do novo campo das esquerdas nacionais, ao planejamento e realização de reuniões, eventos, conferências e fóruns paralelos aos governamentais oficiais, dos quais são exemplares os Encontros Nacionais de Educação (ENE)¹.

Em movimento oposto, o/a Proifes-Fórum/Federação vem progressivamente ocupando todos os espaços públicos estatais possíveis, referindo-se, em sua apresentação oficial, às “Conferências Municipais”, “Conferências Estaduais” e “Conferências Nacionais (Conae

¹ Cf. III Encontro Nacional de Educação. (Disponível em: <https://encontronacionaldeeducacao.org/>).

2010 e Conae 2014)”¹ como espaços públicos nos quais tem atuado com afinco. Cuida ainda em sublinhar sua permanente presença “no Congresso Nacional”, onde acompanhou, por exemplo, “a tramitação e a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como os debates que levaram à destinação dos recursos provenientes da exploração do petróleo para a educação”. A ausência do Andes-SN nesses espaços em função de sua política de eventos paralelos tem possibilitado à Proifes-Federação afirmar-se, abertamente, como “a única entidade representativa de professores de Universidades e Institutos Federais a se envolver nesses debates”.

Uma rápida observação dos sítios eletrônicos do Andes-SN² e da Proifes-Federação³ é hoje suficiente para reconhecer suas distintas pertencas no novo cenário das esquerdas sindicais e partidárias no país. Trazendo já em sua logomarca o nome da CSP Conlutas, o sindicato nacional arrola em sua seção nomeada como “Espaço de Lutas”, dentre outras organizações, a Auditoria Cidadã da Dívida⁴. A Proifes-Federação, por sua vez, aponta entre seus “parceiros”, além da CUT outras organizações e iniciativas ligadas ao campo petista/cutista, dentre as quais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)⁵, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee)⁶ e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha)⁷.

Esse foi o contexto no qual o Proifes-Fórum, que vimos ter surgido como um “espaço de reflexão” e “canal de diálogo” entre os professores da Educação Superior com vínculos profissionais federais, algo como um fórum não-oficial dedicado à organização de ações desse específico professorado no interior do Andes-SN, assumiu, celeremente, a forma jurídica de uma organização sindical oficial e concorrente ao sindicato nacional. Em 2012, como já referido, passou à condição de federação nacional.

3.2. Adufc-Sindicato: uma oficialização localmente completada

¹ Cf. Quem somos. (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/quem-somos>).

² Cf. Portal do Andes-SN. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/>).

³ Cf. Portal da Proifes -Federação. (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/>).

⁴ Cf. Portal da Auditoria Cidadã da Dívida. (Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/>).

⁵ Cf. Portal da CNTE. (Disponível em: <http://www.cnte.org.br/>).

⁶ Cf. Portal da Contee. (Disponível em: <http://contee.org.br/contee/>).

⁷ Cf. Portal da Campanha. (Disponível em: <http://campanha.org.br/>).

i. A hegemonia dirigente local da Andes-Sind: antes do PC do B o PT não era assim...

Temos até aqui acompanhado como, apesar dos históricos vínculos entre as primeiras diretorias da Adufc e da Andes, os efeitos locais da progressiva hegemonização da diretoria do Andes-SN pela corrente Andes-AD ao longo dos anos 1990 ganhou, na Adufc-SS, expressão invertida. A ponto de, a partir da eleição que decidiu a composição de sua diretoria no biênio 1999-2001, na qual a professora Lena Lúcia foi sucedida pela professora Helena Serra Azul, a entidade ter passado a contar com diretorias compostas, de modo quase exclusivo, por pessoas ligadas aos grupos de oposição à Andes-AD, progressivamente melhor organizados e unificados, quer no país quer no Estado do Ceará.

Com efeito, nos anos que se passaram desde aquele pleito até o período de desenvolvimento da pesquisa empírica à base desta tese, 2015 a 2017, a hegemonia dirigente dessa oposição à Andes-AD experimentou, na/no Adufc-SS/Adufc-Sindicato, apenas um bem circunstanciado hiato, no biênio 2013-2015¹. Majoritariamente constituído por docentes ligados à

¹ Tais circunstâncias se fizeram em torno das divergências entre os grupos localmente representativos do Andes-SN e da Proifes-Federação quanto à oportunidade de realização da greve realizada em 2012. Em meio a assembleias concluídas pela diretoria e mantidas em realização pela oposição, abaixo assinados solicitando plebiscitos, atos públicos denunciatórios etc., a diretoria teve parte de seus membros desistindo de dar continuidade à gestão. Dentre estes, o presidente e a secretária. Aquelas circunstâncias foram objeto de artigo publicado na revista do Andes-SN, Universidade e Sociedade (LIMA, CAVALCANTE e OLIVEIRA, 2013). Vídeos de diferentes momentos do processo estão acessíveis em, dentre outras postagens: <<https://www.youtube.com/watch?v=9pOhcDZ0pqq>>, <<https://www.youtube.com/watch?v=6MsIgrx5174>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=5X6myNBS0Yw>>. Notícias da imprensa estadual acerca da situação podem ser acessadas em Cf. <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/6899-0607rw01-audiencia-professores>>; <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/08/22/noticiafortaleza,2904688/professores-da-ufc-e-unilab-decidem-pelo-fim-da-greve.shtml>>; <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/09/nova-assembleia-confirma-fim-da-greve-na-ufc-e-unilab-no-ceara.html>>; <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/greve-de-professores-da-ufc-e-encerrada-grupo-de-professores-questiona-decisao-1.852503>>; <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/fim-de-greve-cao-polemica-1.592574>>; <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/adufc-recusa-pedido-de-nova-assembleia-feito-por-professores-da-ufc-e-unilab/>>; <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/roberto/ceara/professores-nao-terao-nova-assembleia-diz-adufc/>>; <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/08/22/noticiafortaleza,2904754/grupo-de-professores-acusa-adufc-de-golpe-diretoria-do-sindicato-nega.shtml>>; <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/adufc-fara-nova-assembleia-apos-abaixo-assinado-dos-professores/>>; <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/08/29/noticiafortaleza,2909510/adufc-divulga-nota-adiando-plebiscito-com-professores.shtml>>; <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/adufc-convoca-nova-assembleia-para-decisao-sobre-greve/>>; <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/adufc-rejeita-proposta-de-realizacao-de-assembleia-1.852523>>; <<http://baprata.blogspot.com.br/2012/08/adufc-indefere-peticao-nova-lista-de.html>>; <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/greve-dos-professores-da-ufc-e-unilab-chega-ao-fim-apos-assembleia/>>; <<https://blogdocacau.wordpress.com/2012/08/22/nota-de-repudio-ao-golpe-da-adufc/>>; <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/08/31/noticiafortaleza,2911033/nova-assembleia-geral-dos-professores-sera-convocada-na-segunda-diz-a.shtml>>; <<http://www.unilab.edu.br/noticias/2012/08/22/reitoria-da-unilab-recebe-oficio-da-adufc-sobre-fim-da-greve-dos-docentes/>> e

Andes-AD, o grupo à frente da diretoria do Adufc-Sindicato naquele biênio não reuniu suficiente força local para sua reeleição, apesar de sua histórica proximidade ao Andes-SN (então já sob direção da Andes-AD).

Retomada por grupos mais próximos à Proifes-Federação a partir do biênio 2015-2017, a direção do Adufc-Sindicato continuou a ser disputada, de diferentes formas, pelos grupos localmente representativos dos posicionamentos a ela historicamente contrários. Esse foi o contexto de criação, reconhecamos, seja do Coletivo Graúna seja do Sindunilab, ambos emergentes ao longo de 2015.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, desde sempre presente e em ação na/no Andes/Andes-SN, a oposição nacional ao Andes-AD viria a também formalizar-se, em 2001, como uma corrente sindical, a Andes-Sind. Dadas as aproximações já reconhecidas entre importantes grupos historicamente dirigentes da Adufc-SS e essa oposição, não parece ser possível o entendimento de que se faça um fenômeno de caráter aleatório a contemporaneidade entre a gestão de Helena Serra Azul e a formalização da Andes-Sind. A articulação direta entre essas movimentações locais e nacionais ganha ainda maior objetividade diante do fato de, como afirmado por Estevão Arcanjo, terem constituído os docentes cearenses o “maior grupo [local] inicialmente na fundação do sindicato Proifes”¹.

Construída em meio às polarizações das divergências que produziram, a partir da segunda metade dos anos 1990, a atual divisão das esquerdas nacionais em dois campos políticos concorrentes, a direção hegemônica do sindicalismo docente universitário cearense faz-se, até o presente, objeto de intensas polêmicas e disputas. Vejamos, a seguir, como lideranças dos posicionamentos ali majoritários explicam seus estabelecimentos e sentidos:

Nós viramos oposição aqui na Adufc, mas continuávamos com as mesmas propostas, da autonomia, da militância, do vínculo ao sindicato nacional... não existia um coletivo, existia a Andes-AD, um núcleo, Andes Autônoma e Democrática. Era um grupo que antes você tinha PT, PC do B, todo mundo estava lá dentro, aí a partir de 2003, com a ascensão do Lula, um grupo da Andes-AD rompe, mas a grande maioria continua. Esse grupo que rompe é o grupo vinculado ao PT e que tinha uma perspectiva outra, de apoiar os políticos do governo Lula, basicamente. Resultado: a gente esteve durante muitos anos vinculados à Andes-AD, sendo um núcleo da Andes-AD aqui, a gente tinha um grupo aqui, que era quem? Agamenon Almeida, Adelaide Gonçalves,

<<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/adufc-vai-convocar-nova-assembleia-para-debater-greve-nas-federais-do-ce.html>>.

¹ Entrevista concedida em 27 de outubro de 2016. Independentemente da objetividade desta informação, não há dúvidas, dado o acesso que temos à ata da reunião fundacional do Proifes-Fórum, ter se tratado a Adufc-SS de uma das “17 Associações de Docentes das Universidades Federais” ali presentes. Cf. Ata da Reunião de Fundação do Proifes - 15 de setembro de 2004, no Salão de Reuniões do Hotel Alvorada, em Brasília, DF. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/secretaria/arquivos/e174f738952ac85e334c16b1ed86adfb.pdf>).

o próprio Pinheiro ainda era, mas depois saiu, a Do Céu, Ângela Pinheiro, eram várias pessoas que não tinham vínculo orgânico com o PT... a Lena Lúcia também! (...) Até ali a gente nem tinha chapas concorrendo, geralmente era chapa única na Adufc. Daí, a partir de, mais ou menos, 2000... [faz uma longa pausa]. A Lena Lúcia foi, digamos assim, a última gestão que teve, na minha leitura, uma perspectiva mais crítica e menos governista, digamos assim. Mais autônoma frente ao governo, frente à reitoria. Dá pra gente localizar bem claramente isso. Por que o Pinheiro foi de 95 a 97. De 97 a 99 foi a gestão da Lena Lúcia. A partir de 2000, entra a Helena Serra Azul, que é do PC do B e tem todo um histórico, como presa política [durante a Ditadura Militar de 1964] e tudo o mais. Foi logo após a gestão da Lena Lúcia que nós perdemos, porque a gente chegou a concorrer. Eles lançaram chapa a partir de 2000. E a partir de 2003 chega o Lula no poder; aí muda todo o cenário. Com a chegada de Lula no poder, essas divergências ficaram ainda mais acirradas.

Professora Tânia Batista¹

Ainda no final da década de 90, que eu era estudante e não acompanhei tão de perto, mas a gente estava no DCE (...) o sindicato tinha uma gestão, digamos, de uma esquerda mais combativa, posso dizer assim, uma esquerda do PT, um pessoal mais à esquerda, ainda ligado ao PT, ainda não existia Psol, também não era uma esquerda ligada ao PSTU, que não tinha força dentro da universidade nesse período (...), o que tinha era a esquerda do PT mesmo, a DS [Democracia Socialista], a Articulação de Esquerda, esse pessoal. (...) a disputa era mais entre esse segmento mais à esquerda do PT e um segmento mais à direita do PT, que muitas vezes se juntava ao PC do B. Houve uma mudança de poder ali quando chegava a passagem dos anos 90 para os anos 2000: a esquerda do PT perdeu... A principal representante desse processo que ascendeu é a professora Helena Serra Azul, que provavelmente é uma das maiores lideranças nesse período, e que é ligada ao PC do B. Nesse período houve uma mudança de poder dentro da Adufc. Não sei exatamente em qual gestão, mas eu acho que a presidente era a professora Helena Serra Azul, quando houve essa mudança. Até a professora Lena Lúcia, eu sei que ainda era essa perspectiva mais à esquerda, digamos assim. Daí pra frente, com 2002 pra 2003 o Lula se elegendo, o conflito realmente se deflagra no movimento [docente] nacional, porque nacionalmente o governo não consegue obter apoio e o sindicato [nacional] se mantém na oposição ao governo, pressionando-o e tal e, localmente, se começa a construir um processo de transição a partir de 2003.

Professor André Vasconcelos²

Até a gestão de Pinheiro estava todo mundo junto, tinha todo mundo lá dentro [referia-se ao Adufc-SS]. Quando veio a gestão de Lena Lúcia... foi quando houve aquela disputa nacional e o Andes foi pra mão de um grupo que, depois, deu origem, lá na frente, ao Proifes (...). Isso gera um marco, porque passa a haver dentro da Adufc uma disputa do nosso grupo e do grupo em torno da Helena Serra Azul, que é o pessoal do PC do B, que depois vai ser protagonista na construção do Proifes no Nordeste. Naquela época não tinha essa divisão que tem hoje. Todo mundo era Andes. Tinha as disputas internas, mas... (...) Até Lena Lúcia não era assim!

Professora Do Céu³

Na gestão (...) da Lena Lúcia como presidente (...) foi a última gestão que conseguiu articular grupos diferentes, a pluralidade. (...) tinha gente, eu sei, que do PC do B, gente que não tinha nenhuma vinculação, enfim, era muito diverso, era muito rico, e eu vi durante todo esse tempo a defesa de interesses coletivos. A prevalência era assim: tinha gente que praticamente não participava, mas os que estavam ali

¹ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida no dia 30 de setembro de 2016.

³ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

realmente... foi muito interessante. (...) O Proifes é criado dentro do governo [do PT] e algumas ADs aderem. Mas o Proifes é somente das instituições federais de ensino superior. Então perde-se mais uma vez a unidade de luta.

Professora Ângela Pinheiro¹

A gestão da Helena Serra Azul vai marcar uma clara cisão! (...) nesse momento é que a categoria se dividiu. As eleições passaram a ser, assim, de uma clara divisão: quem ganha, ganha com 60 votos, ganha com 15 votos, 3 votos. Então houve uma divisão da categoria muito claramente (...) uma cisão que dividiu a categoria meio-a-meio.

Professor Pinheiro²

Se for certo que, como afirma a professora Do Céu, “naquela época (...) todo mundo era Andes”, parece ser igualmente certo, por tudo o que já conhecemos até aqui, que o próprio Andes-SN, com uma direção político-ideológica permanentemente disputada, fez-se, à medida que sua diretoria foi sendo hegemônica pela tendência Andes-AD ao longo dos anos 1990, progressivamente menos capaz de ser “todo mundo”. De modo que, diferente do que afirma o professor Pinheiro acima (em acordo à, vimos, disseminada perspectiva de que este sindicalismo tenha tendido historicamente à coesão), não parece ter sido apenas “nesse momento” que “a categoria se dividiu”.

Por tudo que já sabemos acerca da trajetória desse sindicalismo, “ser Andes” nunca significou, em verdade, a mesma coisa para “todo mundo”. Nem no país nem no Estado em estudo. Em todo caso, parece certo que este sindicalismo, que sempre esteve orientado pelas disputas entre o que vimos o professor Ivan Miguel Costa chamar no capítulo anterior de “vinculações partidárias claramente definidas” de suas lideranças, desenvolve-se desde a segunda metade dos governos neoliberais da década de 1990 no sentido de uma polarização muitíssimo mais aprofundada. Particularmente no contexto das movimentações que, simultaneamente, promoveram as cisões organizativas das esquerdas advindas do neossindicalismo na medida que aproximaram setores majoritários do PT ao comunismo tradicional no país e, assim, garantiram o sucesso eleitoral do PT no pleito presidencial nacional de 2002.

A polarização dos posicionamentos nesse contexto nacional foi tamanha que daí em diante as correntes oponentes neste sindicalismo passam a tratar-se, como estamos vendo, não somente como concorrentes no âmbito geral das esquerdas do espectro político, mas como, em última análise, inimigas políticas.

Se, como afirmado por Ivan Miguel Costa, as pertencas partidárias responsáveis pelas divergências político-ideológicas neste universo sindical sofreram “escamoteações”

¹ Entrevista concedida no dia 18 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida no dia 25 de outubro de 2016.

desde suas origens até meados dos anos 1990, daí em diante transmutaram-se em verdadeiros pré-requisitos de participação legítima/ilegítima nesse campo de disputas.

Não à toa, portanto, objetiva-se plenamente neste período o potencial divisionista desde sempre albergado nas divergências político-ideológicas presentes entre os diferentes grupos de esquerda em atuação na base social desse sindicalismo, dando concretas expressões, local e nacionalmente, às ambiguidades políticas que acompanham sua condição de classe (intermediária).

A seguir, observemos, de modo um pouco mais aproximado, como se operou, no Estado do Ceará, essa processualidade; iniciada após aquela que foi “a primeira eleição disputada por duas chapas para a Diretoria da Adufc” (Adufc, 2005, p. 45, 46).

Em seu discurso de posse, a professora Helena Serra Azul teria afirmado: “Acabou o processo eleitoral, vamos construir a nossa entidade” (Adufc, 2005, p. 45, 46). Anunciar-se-ia aí um desejo de retorno à política de conciliação rompida pelos processos eleitorais recentes na Adufc-SS? Tudo leva a crer que não.

Helena Serra Azul marcaria bem os rumos que sua gestão tomaria no universo das divergências político-ideológicas neste sindicalismo.

A escolha do termo “plural” como uma dentre as palavras-lema de sua presidência não deixava dúvida acerca de seus compromissos oposicionistas nesse contexto. Afinal, como perguntara em 1991 o texto-denúncia que prenuncia a criação do Fórum Andes Plural, responsável direto pela vitória eleitoral da oposição em 1998 e pela criação do Andes-Sind em 2001: “A Andes-SN é ou não um movimento sindical plural?”.

Daí que, mesmo tendo também assumido como outra de suas palavras-lema o termo “luta”, característico dos discursos de lideranças da Andes-AD, a “luta” levada a cabo por aquela diretoria sob presidência de Helena Serra Azul esteve simultaneamente comprometida com a palavra-lema “independente”, um dos legados da oposicionista gestão de René Barreira, de quem também resgatou o cuidado em não “negligenciar o reforço do setor jurídico”.

Tão públicos quanto os vínculos que vimos apresentar o Professor Pinheiro com o PT foram sempre os de Helena Serra Azul com o PC do B. O fato demonstra a profundidade das relações entre aquela gestão local e a contemporânea gestão nacional de Renato de Oliveira, feita por uma diretoria que, nas anteriores palavras de Miranda (2011a, p. 280), “combinava setores dissidentes da Andes AD [aqueles que, como sabemos, apresentavam compromisso petista/cutista] com a tradicional oposição identificada como ‘Andes Plural’, cujo núcleo central era constituído por militantes do PC do B”.

As seguintes palavras de Helena Serra Azul parecem ser, portanto, uma resposta direta às (muitas) críticas que vimos terem sido feitas, naquele contexto, pelas lideranças locais e nacionais da Andes-AD à gestão de seu correligionário no Andes-SN durante o biênio 1998-2000:

A distorção salarial entre os professores foi aguçada em 1988 com a instituição da GED (Gratificação de Estímulo à Docência) destinada, apenas, aos docentes de 3º grau, caracterizando, deste modo, quebra de isonomia e criação de uma situação inaceitável de injustiça com aqueles de 1º e 2º graus. A Adufc tomou a si a responsabilidade de enfrentar esse grave problema do quadro de professores de nossa universidade, tornando-se a primeira entidade a entrar com uma ação judicial, vitoriosa, pelo estabelecimento da GID (Gratificação de Incentivo à Docência) para os professores de 1º e 2º graus, criando jurisprudência para que outras ADs fizessem o mesmo, refletindo o esforço da nossa gestão. (Adufc, 2005, p. 47)

Dados os compromissos entre PT e PC do B no processo eleitoral que levou Lula ao Executivo no pleito presidencial de 2002, bem como as cisões na esquerda partidária e sindical já efetivadas na criação do PSTU e prestes a tomar corpo nas criações da CSP Conlutas, Psol e intersindicais, esclarece-se, pois, como, segundo anteriormente afirmou Ricardo Thé, o PT já estivesse ali, desde o início, “como um elemento dessas divergências” e que, segundo afirmaram respectivamente Tânia Batista e André Vasconcelos, com “a chegada de Lula no poder, essas divergências” tenham ficado “ainda mais acirradas” e o “conflito realmente [tenha] se deflagra[do] no movimento [docente] nacional”.

ii. No ringue (das políticas governamentais petistas)

Já definitivamente modificadas, neste período, as relações de mínima camaradagem à base da tácita política de alternância entre as diferentes tendências e correntes desse sindicalismo na direção de suas entidades local e nacional, sucede a professora Helena Serra Azul na presidência da Adufc-SS no biênio 2001-2003 o professor José Maria de Sales Andrade Neto¹.

Seus compromissos político-ideológicos, como veremos, antes que aproximados aos da professora Lena Lúcia e, portanto, à Andes-AD, davam continuidade local às perspectivas político-sindicais de sua imediata antecessora, nacionalmente defendidas pela Andes-Sind. Sobre o fato não deixam dúvidas suas análises de alguns dos temas-chave das polêmicas entre essas duas majoritárias correntes do sindicalismo em estudo:

¹ Deste ponto em diante, seguindo prática comum no campo, o professor será referido apenas como José Maria.

Quanto à “escolha dos dirigentes das IFES” (Adufc, 2005, p. 51, 52), por exemplo, José Maria, que exerceu diferentes cargos de confiança em gestões da reitoria na UFC e MEC após o período em que foi presidente da Adufc-SS¹, afirma julgar que “processo eleitoral direto é o melhor”. Continua afirmando ser necessário, em todo caso, “se chegar a um consenso sobre a proporcionalidade a ser adotada”, defendendo que, “qualquer que seja essa proporcionalidade, o percentual para docentes deve ser o maior”, um posicionamento do qual têm direta discordância partidários da Andes-AD, historicamente defensora, veremos, da representação paritária entre professores, técnicos e estudantes. Afirma ainda não ver “qualquer problema em que a nomeação do Reitor seja feita pelo Presidente da República”. O fato, “aliás”, parece-lhe “um prestígio”. Chama atenção, em todo caso, à necessidade de que tal nomeação recaia “sobre o mais votado na eleição, o que dispensa a apresentação da lista para escolha pelo Presidente da República”.

Sobre a “autonomia universitária” (Adufc, 2005, p. 51, 52), outro tema candente neste contexto, entende-a como devendo “ser total no que se refere à utilização dos recursos financeiros sempre em quantias suficientes à manutenção e expansão das IFES”. No referente a “salários dos docentes, bem como dos servidores técnico-administrativos”, entretanto, discorda de que “haja uniformidade de valores, podendo ser adotada a política de ganhos por mérito de desempenho, premiando esforços individuais”. Este último, recordemos, é um tema que vem sendo objeto de polêmicas neste sindicalismo desde a Reforma Universitária de 1968.

Dando consequência a essa compreensão, afirma entender necessário “um sistema de avaliação [da universidade]” (Adufc, 2005, p. 51, 52), inclusive para que “a Sociedade possa aquilatar se o ensino vai bem ou mal ou mesmo se é insuficiente”². Essa avaliação deveria, porém, fazer-se “total, isto é, deve atingir professores, alunos, condições de trabalho, políticas pedagógicas, conteúdo das disciplinas dos cursos etc.”. Inclusive para que não se acabe por “colocar sob a responsabilidade dos professores todas as mazelas hoje existentes no ensino brasileiro”, deixando “de lado os responsáveis maiores, que são os governos federal, estaduais e municipais, cada um em suas esferas específicas, como determina a Constituição Federal”. A lógica dessa avaliação, conclui José Maria, deveria ser a mesma utilizada em relação ao “ensino

¹ Em suas entrevistas, Tânia Batista (“teve o Pedro, que hoje é chefe de gabinete do reitor”), Mirtes Amorim (“o Pedro foi presidente da Adufc e hoje é chefe de gabinete”), Helena Serra Azul, Vera e vários outros docentes escutados referiram-se e avaliaram, diferentemente, o fato.

² Consideremos, a esse respeito, as “enormes polêmicas” que, segundo Mirtes Amorim (Adufc, 2005, p. 54) vinham se estabelecendo no “seio do nosso movimento docente” a instituição, pelo governo Lula, do “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes – Lei 10.861, de 14/4/2004) em substituição ao Provão”.

privado”, que “também é de responsabilidade governamental, uma vez que se trata de uma concessão e como tal deve ser avaliado.”

Vivendo imediatamente os embates que prenunciavam a aproximada criação do Proifes-Fórum em 2004, o professor José Maria pondera a necessidade de “se reconhecer as especificidades de grupos de funcionários públicos federais” (Adufc, 2005, p. 51, 52), e, nesse sentido, que o “Movimento Docente deve permanecer fazendo parte do conjunto dos Servidores Públicos Federais”, sendo essa a “maior razão para a luta unificada”. Propõe que, em consequência, qualquer “política divisionista do movimento do funcionalismo público” deve ser entendida como causadora de “graves problemas à unidade da classe”.

Sua anterior crítica tem direção clara:

Um grande problema que hoje enfrenta o MD é a orientação dada pela Andes, priorizando o cunho político-partidário da entidade, em detrimento da defesa dos interesses do docente. Essa orientação tem se mostrado divisionista, estando o MD hoje literalmente dividido, principalmente diante das decisões tomadas nos últimos CONAD's e Congressos [referia-se às discussões e indicativo de desfiliação da CUT feitos, como vimos, nos anos de 2003 e 2004]. É incerto o rumo que o MD tomará nos próximos anos em relação à unidade do Movimento. Para finalizar, expresse meu desejo de que o MD retorne aos caminhos que priorizem os interesses dos docentes, mantendo-se unificado e que as Associações Docentes, principalmente a Adufc, tenham sempre como diretriz os interesses dos docentes acima de outros interesses, quaisquer que sejam. (Adufc, 2005, p. 51, 52)

Consensuais entre os membros de sua corrente, as opiniões do professor José Maria acerca das anteriores pautas são justamente o eixo em torno do qual os membros da corrente oponente operam, por seu turno, as dissensões justificadoras da necessidade de urgente retomada local da direção da Adufc-SS pela Andes-AD. Vejamos, por exemplo, o que é afirmado pela professora Ângela Pinheiro¹ acerca da direção político-sindical dada à entidade pelas diretorias locais perfiladas à Andes-Sind/Proifes:

(...) as ações do sindicato desse grupo, elas enfraquecem a força da ação política, do conselho de representantes, passando a dar muito mais ênfase, por exemplo, a convênios (curso de inglês e outras coisas), benefícios econômicos pra quem é associado, e você tem aí umas evidências que não tem como negar: a falta de assembleias em momentos críticos e apesar dos pedidos! (...) Começa a haver uma forma de fazer a gestão da Adufc com uma diretoria muito centralizada e começa a se tomar decisões lá que não tinham relação com a base (...) aí você tem o José Maria, que acho que ainda é o chefe de gabinete do reitor, a Mirtes Amorim entra nesse grupo... e aí, o que é que eu também percebo, já como base, é que as discussões, elas deixam muito a desejar a partir de então, daquilo que tem mais a ver com uma formação política e com um sindicalismo mais amplo. Que é que eles defendiam ou começaram a defender? Que era melhor se tratar só de assuntos que dissessem respeito às universidades públicas federais! Isso pra mim... eu estranhei... eu vi isso acontecer e ser defendido por esse

¹ Entrevista concedida no dia 18 de outubro de 2016.

grupo, que deixou de lado, por exemplo, as dificuldades das universidades estaduais, algumas que são municipais, no âmbito do Brasil e no âmbito local. Outra grande diferença, que eu comecei a perceber (isso ainda é Fernando Henrique, viu?): o Fernando Henrique, ele intervém de uma maneira tosca nas eleições dos dirigentes das universidades. Nós defendemos – eu sou de um grupo que defende – a paridade. Como é que era antes: 50% dos votos eram representados pelos professores, 25 e 25, servidores técnico-administrativos e estudantes (como se servidores técnico-administrativos e estudantes, como categorias na universidade, tivessem uma importância menor). Que que vem no governo do Fernando Henrique? 70% pros professores e 15, 15. E o pior: há várias universidades que já modificaram isso. Até agora, eu acho que já foram feitas duas consultas e a maioria dos professores da UFC prefere 70%... com um mesmo argumento: que nós permanecemos mais. Mas não se trata de permanecer como pessoas, mas como categorias. E como categorias, as três estão. Começa, portanto, a haver, claramente, formas de encarar a universidade, a relação entre as três categorias, muito diversas. E, pra mim, uma outra diferença enorme, que eu vi esses grupos defenderem e que coincide com essa ânsia governamental de umas entidades abstratas foi: “a Capes diz isso”, “o MEC diz isso”. Uma subserviência da maioria dos colegas, que tem que produzir, que os mais importantes são os doutores, que os nossos colegas das Casas de Cultura, colégios de aplicação, que eles dizem que é de ensino médio e cria-se uma carreira separada... nós lutamos até o fim pra que isso não acontecesse. Queríamos carreira única. Lógico! Mas ela passou [em votações em assembleias] ... eu vi isso em algumas assembleias e ficava sem acreditar: “Não! Tem que ter maior valorização é do doutor!”. (...) Então a divisão com anuência desse grupo que dominou a Adufc muito tempo, a anuência na forma de escolher seus dirigentes, de 70, 15 e 15 (Isso eu acho inaceitável!). Depois, a separação das carreiras. E depois a produção valer muito mais que a pesquisa autônoma, aquela que você traz como demanda da comunidade, dessa relação universidade e sociedade, e as lutas maiores em termos de nós nos reconhecemos como trabalhadores, como servidores públicos! Não uma casta de professores das universidades federais!

A presidência do professor José Maria é sucedida, no biênio 2003-2005, pela da professora Mirtes Amorim. Partidária do Andes-Sind e responsável pela representação da Adufc-SS na reunião em que se deu fundação nacional ao Proifes-Fórum em 2004, sua eleição manteve, portanto, o alinhamento da Adufc-SS às perspectivas que, desde Helena Serra Azul, tornavam-se hegemônicas na direção política do sindicalismo docente na Educação Superior federal no Estado do Ceará.

Na condição de presidenta da Adufc-SS quando essa cumpriu seus 25 anos, Mirtes Amorim utilizou o espaço que lhe tocou na publicação comemorativa dessa data para tratar, fundamentalmente, da Reforma da Previdência petista, um tema que, como vimos, tornou-se o mote central para a então contemporânea criação das organizações constitutivas do mais recente campo político das esquerdas neossindicalistas no país e, conseqüentemente, elemento central, conforme vimos, na correlativa desfiliação entre o Andes-SN e CUT:

Nossa Diretoria assumiu em junho de 2003. Naquela ocasião, além das questões administrativas e judiciais, que tínhamos que acompanhar e cuidar para que não houvesse perda de prazos e que os processos de nossos professores não ficassem parados nas diferentes instâncias judiciais, defrontamo-nos com o projeto da Reforma da Previdência que o governo havia encaminhado à Câmara Federal para análise e votação. Realizamos, ao longo de todo o semestre, vários debates sobre o projeto nos

Departamentos, Centros e Faculdades, juntamente com o Sintufce e DCE. Nossa posição foi sempre contrária ao projeto da Reforma da Previdência por entendermos que, mesmo sendo necessárias medidas previdenciárias nos sentido de atender parte da população de baixa renda, que se encontrava fora desses benefícios, não se justificava [penalizar] apenas servidores aposentados com a cobrança de um imposto que já tinha sido pago ao longo de toda uma vida. A luta contra a cobrança previdenciária dos inativos, que se constituía na tese central da Reforma, tornou-se a nossa mais importante tarefa política no ano de 2003. O projeto foi aprovado e os servidores públicos federais, entre eles os nossos professores aposentados que recebiam acima de R\$ 2.508,72, passaram a descontar 11% dos seus salários, a partir de maio de 2004. A Adufc encampou uma batalha jurídica, logo depois da aprovação do projeto, entrando com um processo contra a cobrança aos inativos. Ganhamos uma liminar, mas, logo em seguida, perdemos o recurso interposto pela UFC e Advocacia-Geral da União (AGU), junto ao Tribunal da 5ª Região, em Recife (PE), com o aval do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou constitucional a matéria. (Adufc, 2005, p. 53, 54)

Mirtes Amorim deixava historicamente registrada, assim, uma defesa de sua gestão, bem como da corrente Andes-Sind/movimento Proifes, diante da corresponsabilização pela reforma previdenciária petista a elas imputada pelos seus oponentes ante seus conhecidos vínculos político-ideológicos. Em sua entrevista¹, Tânia Batista, liderança sindical historicamente ligada à Andes-AD, faz uma síntese dos argumentos constitutivos de tal acusação:

Tem um livrinho, que é um caderno da Adunicamp, chamado “Neo-peleguismo Sindical: o ataque ao Andes-SN”². É um caderno, uma brochura dizendo como que o Proifes surgiu. E tem vários documentos atestando que o Proifes, ele surgiu no gabinete do Tarso Genro³, tem lá os documentos, tudo explicado. (...) Naquela época, era um período que vinha de algumas gestões... como, por exemplo, a da Adelaide Gonçalves, a gestão do Ciro [Nogueira Filho], que está hoje na administração da UFC, e na sequência dele veio o Pinheiro (...). Aquelas gestões eram gestões nas quais a gente buscava manter autonomia perante a reitoria, a gente buscava manter uma autonomia também em relação às políticas educacionais governamentais. Era um período em que nós éramos oposição, por que a gente fazia a crítica ao governo Fernando Henrique, mas nós não éramos PT, nem éramos PC do B, éramos um grupo de pessoas, que até tinha pessoas do PT (no caso o Pinheiro, pois a Adelaide [Gonçalves] foi do PT e depois rompeu), mas começava a surgir no cenário outras possibilidades políticas em termos de articulação ideológica e partidária... A Mirtes Amorim é do PT, histórica, da Articulação do PT, sempre foi do PT e estava no grupo da Helena Serra Azul, do grupo que logo na sequência entrou na Adufc-SS e ficou lá de 2000 a 2013. Foram 13

¹ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

² Cf. Adunicamp. Governo Lula institui o neopeleguismo sindical: O ataque ao Andes-SN. Campinas/SP, 2004.

³ Quadro de relevância nacional no PT, Tarso Genro, que é advogado e professor universitário, iniciou sua vida política em 1964, como militante da Juventude Trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pelo PT, foi deputado federal no RS (1989, 1990-1991); prefeito de Porto Alegre/RS (1993-1996 e 2001-2002); governador do RS (2011-2014), tendo assumido diferentes cargos durante os governos nacionais petistas: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003-2004); ministro da Educação (2004-2005), ministro das Relações Institucionais (2006-2007), ministro da Justiça (2007-2010). Cf. Verbete “Tarso Fernando Herz Genro” da FVG-CPDOC (Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tarso-fernando-herz-genro>).

anos (...)¹. Eu entendo que a grande diferença que existia na prática, digamos assim, tanto tática quanto estrategicamente, era essa questão da autonomia e da independência frente aos partidos e frente à reitoria, frente ao MEC, digamos assim. Isso nos diferenciava muito, porque existia um atrelamento.

Ao que tudo indica, pois, Mirtes Amorim buscava, ao detalhar os processos que se desenvolveram no período de sua gestão, deixar claro, diante das anteriores críticas de seus oponentes, quanto as diretorias da Adufc-SS sob hegemonia da Andes-Sind/Proifes vinham cumprindo a contento, apesar de seus históricos vínculos político-ideológicos com o petismo/cutismo, aquela que, segundo compreendiam, seria sua precípua responsabilidade sindical, de natureza corporativa:

A nossa campanha salarial do ano de 2004 tornou-se também um eixo importante de nossas tarefas políticas junto à Andes-SN. Comparecemos a todas as Reuniões do Setor das Federais e Plenárias dos Servidores Públicos Federais, na luta por um reajuste salarial mais justo, sobretudo isonômico no interior da categoria e paritária entre os professores ativos e aposentados. A negociação com o governo foi difícilíssima, uma vez que esse apresentava a proposta de reajustes na GED e na GID (o que nossa categoria, em princípio, não aceitava), com tratamento diferenciado entre os professores de 1º, 2º e 3º graus e perda da paridade, o que historicamente o movimento docente sempre combateu. Em setembro, o governo impôs a sua proposta, por meio de medida provisória, sendo a nossa categoria a última a receber o seu reajuste, ainda que retroativo até maio (...). Foi uma longa queda de braço com o governo, que contou também com sérias divergências no interior do movimento docente, de vez que havia propostas diferentes por parte das seções sindicais quanto aos itens e percentuais do reajuste a ser acordado (...). A campanha salarial 2005 está começando agora em abril, com Mesa Nacional de Negociação já instalada, ainda sem acordo sobre os índices a serem reivindicados, embora tenhamos consenso sobre outros itens da pauta. O governo ofereceu um reajuste linear para todos os servidores públicos federais de 0,1%, apostando provavelmente, na negociação em separado com as categorias, o que enfraquece o movimento, ainda que defendamos o cuidado e a atenção com a pauta específica dos docentes das IFES (...). Acompanhamos, com preocupação e cuidado o projeto da Reforma Sindical, cujo processo foi iniciado em 2003, no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Temos críticas severas a esse projeto, uma vez que ele, em suas linhas gerais retira direitos historicamente adquiridos, limita o direito de greve, e quebra a unicidade sindical, corroborando o enfraquecimento da organização e das lutas dos trabalhadores em nosso país. (Adufc, 2005, p. 55, 56)

O compromisso com esse conjunto de pautas reivindicativas, bem como as críticas feitas às dificuldades no processo de negociação com o governo petista, não impediram a professora Mirtes Amorim de concluir sua avaliação informando que, em todo caso, tendo participado do “Congresso da Andes-SN, em fevereiro/março de 2005” (Adufc, 2005, p. 56), entendeu como “uma das questões mais graves” nele debatidas e encaminhadas “a desfiliação da Andes-SN à CUT, cuja discussão já estava em andamento desde 2003”. E enfatiza, a esse respeito:

¹ O “grupo de Helena Serra Azul”, que, após os 13 anos referidos por Tânia Batista, perdera as eleições relativas ao biênio 2013-2015, retoma a diretoria da Adufc nas eleições relativas ao biênio 2015-2017, bem como na que lhe sucedeu, retomando, assim, sua histórica hegemonia naquela diretoria local.

A Assembleia Geral da Adufc que antecedeu ao Congresso, recusou a tese da desfiliação com apenas um voto contrário. A Diretoria da Adufc posicionou-se contrária à desfiliação, inclusive apresentando documento em defesa da permanência na CUT. Finalmente, no Congresso [do Andes-SN], foi aprovada a desfiliação com 192 votos a favor, 85 contra e algumas abstenções. Estamos fora de nossa central sindical, o que, no nosso entender, é bastante lamentável e preocupante. (Adufc, 2005, p. 56)

Assinado pelo conjunto de membros da “Diretoria [do] Biênio 2003/2005”, o texto “Passado, Presente e Futuro: uma História de Luta!” encerra aquela publicação comemorativa dos 25 anos da Adufc-SS deixando clara a posição adotada pelo grupo hegemônico em sua direção política diante do cenário cada vez mais dividido do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira:

O país mudou, felizmente. Consolidamos, minimamente, uma democracia política como há muito não experimentávamos. Nossa Universidade expandiu-se, cresceu, transformando-se num centro respeitável de produção e difusão de conhecimento. Fomos coadjuvantes nos dois processos. Nos próximos 25 anos, nossa luta será travada, continuamente, no campo político e universitário, renovada, porém inspirada no passado e esperançosa no futuro. Isso exigirá a unidade e a mobilização de todos. (Adufc, 2005, p. 58)

Como se vê, tão inconciliável quanto já se faziam as relações entre Andes-SN e CUT no novo contexto nacional, encontravam-se doravante as estabelecidas entre o sindicato nacional e sua seção sindical cearense. A situação resultaria num conturbado processo de debates locais acerca da desfiliação formal entre a Adufc-SS e Andes-SN, “aprovada, em abril desse ano [2010], por meio de plebiscito”¹.

No próximo subtópico, trataremos mais cuidadosamente desse processo que, após resultar numa efêmera filiação oficial da entidade local à Proifes-Federação, desdobra-se finalmente em sua atual condição de total desvinculação formal a qualquer das organizações dedicadas à articulação sindical nacional do professorado federal brasileiro.

Por ora, importa reconhecer que, caso novamente nos afastemos dos imediatos objetos desses embates, focando-nos, antes, nas movimentações mesmas que lhes deram realização, todo esse complexo processo revela-se acompanhado por duas características fundamentais. De um lado, a profunda polarização das posições, que inspira a metáfora do ringue aqui utilizada. De outro, terem funcionado as políticas governamentais petistas – numa repetição histórica do que já havia se dado em relação às políticas governamentais peessedebistas – como eixo último de articulação das disputas e concorrências empreendidas, nacional e localmente,

¹ Cf. Lupi na Adufc. (Disponível em: <https://lauriberto.blogspot.com/2010/07/lupi-na-adufc.html?m=1>).

entre as correntes instituintes e, a partir daí, entre as diferentes organizações associativo-sindical do professorado em estudo.

Se, nesse sentido, já pudemos anteriormente observar a natureza polarizada e, assim, inconciliável das ideias que, em linhas gerais, são apresentadas pelas lideranças, correntes e organizações destes grupos diante das políticas trabalhistas dos governos nacionais do PT, basta uma panorâmica observação das entrevistas realizadas durante esta pesquisa para reconhecermos manter-se essa a natureza de suas posições em relação às políticas petistas para a Educação Superior no país; organizadas, fundamentalmente, em torno de seus programas voltados à expansão de vagas discentes e docentes e ampliação e interiorização dos pontos locais de sua malha organizacional no território brasileiro¹.

Vejamos, de início, como algumas das lideranças localmente representativas das posições Andes-Sind/Proifes interpretam tais políticas:

¹ A existência de uma tendência à expansão da Educação Superior no país verifica-se desde a Reforma Universitária de 1968. A partir da Redemocratização e, em especial, da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), a mesma encontrou algum aprofundamento. Nesse contexto, os governos petistas a fizeram apresentar performances historicamente inéditas, em particular na NE, onde foram criadas, no período, 8 de suas atuais 18 universidades federais. Como pude conferir ainda durante a preparação do projeto desta pesquisa, no ano de 2014, os dados nacionais oficiais acerca da Evolução da Educação Superior – Graduação no período de 1991 a 2007 (BRASIL/MEC/INEP/DEED, 2007b) dão notícia de taxas de uma expansão numérica nesse nível educacional brasileiro no país durante este período cujas variações vão de, em média, 300% (situação das matrículas, ingressos e concluintes) a 500% (caso das vagas abertas e do número de cursos ofertados): as matrículas no primeiro semestre no período foram de 1.565.056 para 4.880.381, num aumento de mais de 300%; os ingressos por vestibular e outros processos seletivos, de 426.558 para 1.481.955, aumentando em cerca de 350%; as vagas saíram de 516.663 para 2.823.942, aumentando em cerca de 550%; os concluintes foram de 236.410 para 756.799, um pouco mais de 300%; enquanto o número de cursos foi de 4.908 para 23.488, num aumento de mais de 450%. Possibilitaram estas performances iniciativas governamentais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Segundo informa seu sítio eletrônico, o Reuni possibilitou a interiorização dos *campi* universitários federais no país: enquanto durante o período do ano de 1988 ao de 2002 o país construiu 148 *campi*, distribuídos por 45 universidades federais concentradas no litoral de nosso território, com um alcance de 114 municípios (o universo é de 5.570), no período do ano de 2003 ao de 2010, o governo federal abriu mais 14 universidades, que passaram a somar 59, com 273 *campi* espalhados por 230 municípios de todo o território nacional e com previsão oficial de concluir este ano de 2014 com mais 4 universidades, passando a 63, numa ampliação de mais 48 *campi*, que passarão a 321, distribuídos em mais 45 municípios nacionais, totalizando 275 (Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/expansao> e http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf). A Rede Federal..., agregando antigas instituições da educação técnica federal – centros de educação, escolas agrotécnicas e escolas de aplicação das universidades –, criou o que tem sido oficialmente significada como uma inédita institucionalidade, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), os quais, não sendo universidades, ofertam em todo caso, além dos tradicionais cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados. Seu impacto na expansão da oferta da Educação Superior federal é considerável, uma vez que, ainda no ano de 2014, a previsão oficial era a conclusão de 562 *campi*, que significariam o atendimento de 512 municípios no interior do país e a geração de 600 mil novas vagas (Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> e http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf).

Nós tivemos uma época do FHC que foi algo terrível. Eu cheguei a lavar parede no Departamento, levando balde e sabão de casa (...) porque não tinha dinheiro pra pintar. Sofremos. Não tinha professor! Mimeógrafo, papel de banheiro jamais! O Lula foi uma mudança da água pro vinho. Nunca a universidade teve tanto recurso. Eu já me aposentei, ou seja, já perdi foi as contas de quantos anos estou na universidade... entrei em 73 como docente. Nunca vi uma situação como a que nós vivemos com o Governo Lula. Na graduação, com a expansão, com a expansão de vagas com o Reuni, com recursos, com professores. Na pós-graduação também; na Capes e CNPq. Houve uma facilidade muito maior de recursos pra pesquisa. O FHC quase nos fecha. Ele queria fechar mesmo a universidade pública (...). Quantas universidades novas o Lula não fez? Quantos novos cursos, novos *campi*? Coisa que eu nunca vi desde minha vida de estudante até me aposentar! (...) Qual a posição se não apoiar? É uma incongruência! Você quer uma coisa, o cara quer fazer e você vai ser contra? É isso que a Andes faz. A Andes (...) é contra qualquer coisa (...) acho que ela está errada. Não é assim que se trabalha. Afinal ela não está trabalhando pela universidade? Eu não sei a quem ela está servindo. Não vejo um trabalho da Andes em relação à universidade, à educação, a não ser briga (...). Que adianta fazer conferências paralelas? Você tem que ajudar na construção da sociedade! (...) Eu acho que a gente precisa ter um sindicato que não seja loucurada, que não seja essa coisa de acabar com tudo e com todos (...). Não vi nunca nenhuma proposta concreta em torno de uma questão qualquer que seja (...). Não tem. A não ser contra, derrubar, acabar. (...) Você não governa um país como o Brasil com radicalismo (...). Obviamente, o Lula abraçado com o Maluf eu não fico feliz, não. Mas se essa foi a forma encontrada pra resolver minimamente as coisas dentro dessa ordem, por que não?

Professora Neile Araújo¹

Quando a Andes começa hoje, por exemplo, a queimar o Proifes, dizendo que ele é governista... Essa é a grande coisa: vocês são pelegos, são governistas! Mas o governo é do Partido dos Trabalhadores! Foi nossa grande luta, nossa luta foi dentro do Partido dos Trabalhadores, entendeu? (...) Essa história tem uma coisa: essa ligação com o PT em 2004, quando o Proifes é criado... o Proifes manteve uma posição! (...) O governo é do Partido dos Trabalhadores e nós precisamos conversar com o partido, precisamos negociar com o partido. Eu tenho impressão de que essa é uma palavra-chave, a palavra negociação. Então, o que é que o Proifes faz? O Proifes se senta na mesa de negociação e diz: “eu quero conversar os termos, eu tenho um projeto e quero conversar sobre ele com o governo, quero discutir o meu projeto com o governo”. O que que acontece com a Andes? A Andes diz assim: “hay gobierno, soy contra!” (...). Então, a Andes, ela se recusava a sentar nas mesas de negociação pra discutir os termos. Por que, veja, como é que você entra em greve? Você tem uma proposta e o governo tem outra proposta (...). Então você vai ter que se sentar com o governo e dizer assim: “os termos das minhas propostas são estes”. Mas pra isso você tem que se sentar com ele! E você tem que ter uma disposição, a disposição de negociar. Porque se você não tem a disposição de negociar com o governo, quer dizer, de lá pra cá e daqui pra lá, você nunca vai chegar num acordo... o resultado de uma greve é sempre o resultado de um encontro. (...) Por exemplo, quando você está discutindo salário, você diz assim: “olha, eu quero 15% de reajuste”. (...) O governo geralmente não tem condições de te dar aqueles 15% que tu queres. Ele diz: “não tenho condição!”. Mas ele vai se sentar com você e vocês vão: “sai daqui, sai dali” ... é o que caracteriza as greves, a negociação. E se você senta você pode, daqui a pouco, chegar e dizer, não, eu não consegui 15%, mas consegui 10%. Ou consegui 12% (...). Eu acho que a grande coisa entre Proifes e Andes, que é um negócio danado, é a questão do acordo (...). Quando você diz assim: “ah, o Reuni!” [afirma meneando a cabeça num conhecido gesto de desaprovação]. O Reuni foi fundamental pra criação das universidades no interior do Brasil. Nós temos hoje a Ufca, que é importantíssima. Nós temos os braços no estado! Nossa UFC está em Sobral, em Quixadá! O curso de Medicina em cidade no interior do estado é uma lindeza! Eu fui lá visitar o *campus* e fiquei assim

¹ Entrevista concedida no dia 30 de março de 2017.

[faz uma pausa, interpretando a expressão “ficar de boca aberta”, isto é, surpresa]... o curso de Psicologia, a Odontologia, a Engenharia Mecânica... isso, sabe o que é isso? Reuni! Quem criou isso? Quem levou a universidade para o interior foi o projeto do Reuni e a Andes foi contra ele! Foi contra essa expansão! Ela diz: ‘ah, não foi discutido com os trabalhadores. Por isso nós somos contra!’ Aqui em Fortaleza o pessoal ligado à Andes acampou dentro da reitoria contra o Reuni... contra o Reuni! Passaram uma semana dentro da reitoria, acampados, quando o Reuni foi uma coisa muito importante. Porque nós temos essa expansão para o interior... eu fico até emocionada... (...). Imagina o que esses *campi* vão trazer de desenvolvimento pra essas regiões! Não está escrito! E não foi FHC que fez isso, não! Porque FHC deixava as salas da UFC com as luzes apagadas, porque não tinha dinheiro pra pagar energia elétrica. Eu me lembro que a gente concluiu a ampliação de um dos *campi* avançados da UFC e a gente conversando com os engenheiros que estavam construindo e eles diziam: “professora, se nós não terminarmos no prazo a ampliação do *campus* é por que nós não tivemos trabalho pra isso, mas o dinheiro para pagamento está no banco, já depositado! Pelo governo do senhor Lula... essas coisas são emocionantes! Essa entrada das universidades no Brasil todo. Aí depois se diz: “ah, mas aí a universidade não presta!”. Mas você tem que criar! Você tem que ir, tem que criar a circunstância, que é pra depois você melhorar, mas você tem que estar lá!

Professora Mirtes Amorim¹

Falar em precarização do professor, do trabalhador docente? Só porque o conceito de trabalhador foi muito ampliado... é uma elite, mas a gente chama de trabalhador pra caber, né... o fato é que as vantagens materiais para os professores aumentaram muito. Primeiro, os salários aumentaram. Condições de ir a congressos, bolsas. Claro, se fez uma hierarquia, você é [pesquisador] CNPq 1, 2, etc. Os controles aumentaram (...). Mas as condições para o trabalho melhoraram. Por exemplo, as bibliotecas estão mais bem abastecidas (...), internet etc. Nessas condições de trabalho, falar em precarização é abusar... é abusar do termo, porque para a classe trabalhadora... (...). Eu acho que por aí não se vai muito longe não. (...) Inventar um papel, uma relevância que [o movimento docente] já teve, eu tenho dificuldade de fazer isso (...).

Professora Auxiliadora Lemenhe²

Todas as mudanças, os ganhos salariais, as mudanças de carreira que acontecem na universidade de caráter mais significativo acontecem depois de 2005 e sempre com a oposição da Andes. A ideia de formar uma carreira nova (...), a criação do Professor Associado (...), a incorporação das gratificações (...), o [Professor] Titular... sempre com oposição da Andes. O que levou a que a Proifes, mesmo minoritária, acabasse dirigindo muito as lutas, as conquistas, as mudanças (...). O governo Lula foi muito bom nesse sentido. Segundo os estudos aí, ele nos deu ganhos salariais, o pico histórico de nosso salário é 2010. De Dilma pra cá foi muito ruim. Dilma nos enrolou um ano, (...) depois veio a greve de 2012 e de 2015, né... mas no Governo Lula, a gente deslanchou um processo de desenvolvimento da carreira, que estava enganchada desde 87 (...). O próprio sindicalismo nesse período dos governos Lula teve um sistema de negociação bem mais sofisticado, criando as mesas nacionais de negociação, as mesas setoriais (...). Todas as categorias do Estado passaram a ter, pelo menos, um canal de diálogo. Isso foi destruído recentemente (...). Nós saímos na defesa do Reuni e a Andes-AD saiu contra (...). A palavra de ordem da Andes era “destruir”, “derrotar” o Reuni, ocupar as reitorias (...). E, de fato, houve (...). Mas a universidade inteira adotou o Reuni, entendeu que era a única alternativa possível dentro dos limites do governo Lula (...). Era a expansão possível! (...). Quando aparece o Reuni e a Andes-AD é o grupo que mais se opõe ao Reuni, tanto que ocupam a reitoria, etc., e isso significava dinheiro vindo pra universidade... então acabamos recebendo o apoio da administração, um reitor ou outro até pediu voto, não numa campanha aberta mas

¹ Entrevista concedida no dia 05 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2016.

existia, foi muito mais por isso. E o grupo [da Andes-AD] se isolou muito. Tanto que nós tivemos eleições muito mais folgadas nesse período. As eleições eram sempre disputadas por 3 votos, por 5, por 10 (...), a minha já foi por 60, 70, a da Neile Araújo, minha sucessora, já foi por 300 votos, a seguinte nem teve chapa de oposição, tamanho o desgaste deles.

Professor Estevão Arcanjo¹

Certos grupos não imaginavam que a classe trabalhadora chegaria ao poder. Eles tinham que ser contra o poder. Aí chegou. “Ah, mas foi mediante a Carta à Nação!” Tudo bem que a Carta pode ter sido um pacto pra chegar, mas quando entrou fez políticas públicas muito boas. Tá Reuni, tá Bolsa Família (...). Mas a outra posição é “tem o poder, eu sou contra”. Sim, mas esse poder está do teu lado! “Não quero nem saber, sou contra”. (...) A elitizinha, sindicalismo de classe média (...). O movimento sindical dos trabalhadores mesmo... não é que nós não sejamos trabalhadores, (...) aí vem com isso de professor tinha que ter aposentadoria precoce... Rapaz quem tem que ter é servente de pedreiro! (...), mas essas discussões foram sempre muito conflituosas. (...) Então esse sindicato passou a fazer oposição fundamentalista contra qualquer governo (...). E esse movimento sindical de elite, ele se acha capaz de dar o norte pra classe trabalhadora... me desculpe, mas não vai dar nunca. Pelo contrário! (...) Acontece é que muitos não sabem trabalhar num ambiente de democracia. Eles foram moldados e convencidos num período e continuam enfrentando uma ditadura eterna. Mas e quando chegou a democracia, tu vai construir o quê? Não, certamente, apenas preservar o que virou certo *marketing*: “em defesa da universidade pública, gratuita, laica”... (...) Em vez dessa conversa toda, devíamos buscar transformá-la realmente num equipamento de desenvolvimento e inclusão social. A universidade, como um todo, deveria se desenvolver para os programas regionais (...), dar espaço para o filho do trabalhador, pra ele repensar a estrutura social que ele vive (...), buscar nossa indústria (...) e nossa pequena indústria, principalmente, pra desenvolver solução tecnológica que eles possam absorver com facilidade (...). Esse sindicato deveria ter chamado à luz da discussão jovens professores, jovens doutores, e dizer: “pessoal, a universidade hoje está maior, tem mais laboratórios, seu compromisso é maior com a sociedade. Agora, sim, nós podemos formar uma sociedade verdadeiramente libertadora, verdadeiramente livre”. Mas esse compromisso nós nunca tivemos, ficamos brigando por nossos espaços!

Professor Ricardo Thé²

(...) eu acho que uma coisa é você ganhar uma eleição, outra coisa é o poder. Porque numa sociedade desigual, nos limites de uma sociedade capitalista, a questão do poder ela é muito mais séria. Então, você ter ganho o governo não quer dizer que você tenha ganhado o poder. Eu tenho essa concepção! Por exemplo, não é essa sociedade que a gente defendia, nem nada! Agora, houve um avanço, é essa interpretação que eu faço: houve um avanço muito grande (...). E essa discussão veio quando estava todo mundo ainda dentro da Andes (...) foi muita intolerância dentro da direção da Andes. Porque foi muita briga contra o PT... e, às vezes, eu acho que era por posição hegemônica, por visão de entidade. O pessoal não tinha uma visão plural. Aquela coisa de você ter a direção pra poder ter influência na central. Porque hoje a gente sabe que a Conlutas é muito dependente do Andes... minha posição durante muito tempo, e de boa parte do PC do B que estava dentro da universidade, era que a gente continuasse a disputa por dentro [do Andes-SN]. Só que chegou num ponto em que isso se tornou inviável. Era um sectarismo muito grande! Um desrespeito! Aí as pessoas não aguentam... aí foi criado, basicamente por iniciativa do PT, com apoio de outras... a questão do Proifes. Então, se você for ver bem, o pessoal demonizou o Proifes. Que também eu não concordo, com essa demonização! Porque você teve muito sectarismo na Andes. Muito, muito, muito mesmo! Se você não pensasse igual, você não conseguia passar

¹ Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida no dia 22 de novembro de 2016.

uma proposta... (...) a coisa foi ficando muito sectária. Porque não é radical. Pra mim, radical é uma coisa e sectária é outra! Radical é quando você vai à raiz dos fatos.

Professora Helena Serra Azul¹

As lideranças localmente alinhadas às posições Andes-AD/Andes-SN, por seu turno, apresentam as seguintes interpretações desse contexto governamental e suas políticas públicas:

O Proifes é base aliado do governo do PT, basicamente. De gente que não quis ficar ligada ao Andes porque queria esse protagonismo atrelado à base do governo e isso era algo que a gente não queria. Até porque as greves surgiam contra o governo do PT (...). Eu discordo de várias das políticas do PT, dentre elas a política de conciliação de classes. Que é a crítica do Andes (...) uma das críticas principais do Andes hoje. Tudo isso que está acontecendo, inclusive o Golpe, o *impeachment*, parte muito dessa tentativa de conciliação... de atender aos trabalhadores, mas também de atender às elites empresariais etc. (...). Eu acho que elas [referia-se às condições do trabalho docente na Educação Superior pública federal] não melhoram por causa do Proifes, vêm de uma construção... Acho que elas melhoraram, e é preciso fazer justiça, com o Lula, no início... mas houve aí também uma série de movimentos nesse sentido, de lutas do Andes de procurar direitos (...). Toda aquela base que era do PT, ela está mais confortável, porque ela tem agora um apoio e uma estrutura que ela não tinha antes, em momentos da história em que ela fazia parte do movimento sindical. Agora ela tem... só que é um movimento sindical que não quer discordar de nenhuma posição... então ela fecha um acordo de 5%, que não é consensual e colaborou com as próprias políticas do PT. Não houve uma crítica! Ao mesmo tempo, consolidou o PT: ‘ah, o PT está pensando na universidade; você teve um aumento, conquistou uma coisinha aqui e ali’. Não é essa a concepção da maior parte ligada ao Andes. A concepção do Andes era a de que o governo do PT produzia políticas neoliberais para a educação, seguindo os pactos do capital internacional, especialmente o Pacto de Bolonha, e que essas medidas só não estavam vindo aceleradas, mas já vinham se estabelecendo gradativamente desde a década de 90. Ou seja: há uma continuidade. E o Proifes não faz essa leitura porque ele quer sempre ratificar a compreensão de que tudo estava indo bem nos governos do PT. E não estava! (...) Você entra num novo patamar da política sindical, que é ligado a quem está no topo do poder, que tem interesses claros. Então há um desvio da lógica do movimento, há uma ruptura com uma proposta de luta anticapitalista... porque se você se atrela a quem está nas estruturas do poder e se atrela, por exemplo, ao partido que está à frente do poder nacional, você está cooptado a isso, você não vai reagir, você não vai combater quando for o momento, porque há ligações viscerais ali. E isso se espalhou pelo Brasil inteiro.

Professor Sálvio Fernandes de Melo²

“Não! A gente não pode lutar contra o governo do PT, porque, bem ou mal é do PT e está tentando fazer alguma coisa...” Essa era a desculpa! Aí a Dilma caiu e subiu o Temer. Aí é: “Não! A gente não pode...”. Ué? Não pode contra Dilma, agora contra o Temer. Pode contra o quê, então? Está muito ruim o cenário! (...) O desserviço que o PT e o PC do B fizeram ao movimento docente em nível nacional depois da ascensão do Lula e com a criação do Proifes é... [longa pausa]. O Proifes foi criado pra rachar o movimento nacional (...). A reforma da previdência rachou a esquerda. Aí o pessoal do PT resolve [a situação] pensando que não pode estar dentro de um sindicato que é oposição a “nosso o governo” ... Aí cria o Proifes, que despolitiza o imaginário da

¹ Entrevista concedida no dia 25 de outubro de 2016.

² Entrevista concedida no dia 15 de dezembro de 2016. O professor é um dos docentes-fundadores da Sindunilab, tendo exercido a função de secretário de sua primeira diretoria, no biênio 2015-2016.

luta (...). PT e PC do B estão compondo chapas, mas não têm mais liderança (...). Quando a gente chamou a greve em 2015 parecia que tínhamos soltado uma bomba dentro da universidade: “Como é que a gente vai fazer uma greve contra Lula? Eu vou votar contra a greve!” (...). Não é o governo! É a universidade pública, gratuita, socialmente referenciada etc., que é o nosso foco. Aí não importa pra nós qual é o gerente que está sentado na cadeira, se é a Dilma, se é o Temer, se é o Lula, se for contra a universidade, a gente vai ser contra. E pras pessoas entenderem isso é difícil, por causa do lulismo.

Professor Gledson Ribeiro de Oliveira¹

Antigamente, você diria que a gente faria aqui um exerciciozinho e pá, e faz um golpe, e, pronto: temos um Brasil de esquerda... algumas questões que muitos dos companheiros nossos levantam, quando chega na prática... é outra coisa... uma das coisas que mais me acordou com relação ao PT foi quando eu vi o Mensalão... e hoje eu tenho uma dificuldade enorme. Por exemplo, o pessoal, agora, me chamando pra o negócio do Golpe [referia-se ao conjunto de manifestações convocadas por parte das esquerdas sindicais e partidárias do país contra o *impeachment* de Dilma Rousseff]..., mas é aquela coisa, que tá sendo cobrada por muita gente: “PT, cadê tua autocrítica?”. O PT não fez autocrítica nenhuma! Então, pode ser até purismo meu, mas defender a Dilma pela Dilma é difícil... é difícil! Pode ser até um ranço ético, cristão..., mas não dá! À medida que vão surgindo as coisas você fica de boca aberta. Por que antes era mais fácil: “nós somos os bons e os outros...”. (...) Deglutir o que aconteceu com o PT e continuar a defender é difícil. É muito difícil. Mas é muito difícil mesmo! “Ah, mas ela não roubou!”. Tá certo, ela não roubou nada. Mas o que esse pessoal fez depois que teve o poder na mão... brincadeira... não mudou nada! Porque fica sempre aquela história: “não, mas é melhor. É menos ruim. Eu cansei do menos ruim! Desde a primeira vez que eu votei na minha vida, eu sempre votei pelo menos ruim. Chegou num ponto tal que eu não aguentei mais. E, realmente, eu acho que os partidos perderam. Quer dizer, é certo que a gente já sabia que os outros eram muito farsantes, mas a gente ainda tinha – e eu acho que muita gente ainda tem – a visão de que o PT é de verdade, de que nunca o PT iria entrar numa daquelas. (...) quando você pega as sujeiras que o PT fez ou que membros do PT fizeram... Rapaz, é muita treta! (...) Não é aquela história de você fazer o jogo da oposição, mas também não dá pra você engolir tudo. É isso que é difícil! Esse tempero é difícil!

Professor Agamenon Almeida²

A vinculação à Conlutas... esse foi outro elemento que desagradou até o Lula, ao PT e ao grupo dos petistas, quando o Andes se desvincula da CUT. Mas já tinha uma crítica muito clara à CUT, uma CUT governista, adesista, uma CUT que, inclusive, passa a fazer aquilo que não é do sindicalismo, que é a história dos Fundos de Pensão. E a defender toda uma compreensão que não é a do movimento dos trabalhadores (...). Daí em 2004 o Andes se desfilia da CUT, por uma decisão majoritária, e com voto das seções sindicais. Não é por cima, por representação; não! O congresso estava lotado e a disputa foi grande. (...) O Proifés não tem como ser democrático, porque a estrutura deles de decisão não é democrática. Como é que as pessoas em cada canto votam se nem se discutiu, se nem se compreende, se nem se ouve o outro nem se faz o debate. (...) Teve a grande greve de 2003 (...) foi um marco, porque quem lutou contra a greve de 2003, estava lutando contra a alteração da Reforma [da Previdência]... e ali já tinha um diferencial de como a gente fazia uma leitura do PT e do petismo. E eu tenho claro isso, que ali eu já não fazia uma leitura... apesar de ter feito todas as campanhas do Lula até 2002, e fiz a de 2002. E acho que no Conad de 2002, que foi no Piauí, eu errei na avaliação política, porque eu achava que a Carta (de Lula) aos Brasileiros era uma jogada... eu lembro que eu disse: “não, minha gente, neste

¹ Entrevista concedida no dia 10 de outubro de 2016. O professor é um dos docentes-fundadores da Sindunilab, tendo exercido a função de presidente de sua primeira diretoria, no biênio 2015-2016.

² Entrevista concedida no dia 24 de outubro de 2016.

momento nós temos que usar as cartas que a gente tem. Ele tá dizendo isso, mas na hora que a gente constrói o governo e tem o apoio popular, a gente muda”. Era essa minha avaliação. E errei feio. E uma parte das pessoas ali já dizia que se tratava de um ponto de inflexão. Eu não acreditava nisso. Eu não acreditava que a gente tinha lutado tanto, militado tanto pra construir... não o partido, porque eu nunca fui uma pessoa do partido, mas construir um processo, um projeto. Só que aí depois começa o governo. Aí tem pra mim uma marca clara: como eu era uma pessoa que trabalhava com a Geografia e com o movimento ambientalista, com o movimento social, teve uma reunião com o movimento ambiental porque a gente entendia que tinha que ter uma mudança no Ceará. Já tinha várias denúncias em relação ao Ibama, as questões da venda de projetos e laudos, e vai uma comissão pra uma reunião com o governo Lula. E eles voltam dizendo: “Olha, a orientação do Lula e do governo é que a gente não mexe com nada pra traz”. E a direção do Ibama, a superintendência, vai pra mão de um dos políticos que nós já fazíamos uma crítica severa, que era do PT... então na greve de 2003 eu tinha muito claro que esse projeto não era mais o nosso projeto. (...) Eu nunca fiz uma oposição cega, (...) eu fui pra direção do Andes e quando veio o Prouni eu discuti porque eu entendia que era pra fortalecer as escolas privadas quando a gente tinha que fortalecer as universidades públicas. E eu tinha muito claro que a gente podia fazer isso. Não precisava construir uma sala de aula desde que a gente optasse por abrir cursos noturnos. Daí a classe trabalhadora poderia chegar à universidade. Mas a opção, inclusive do MST, foi de dizer que podia ser o Prouni, mesmo que a gente soubesse que ia ser um curso ofertado aí nessas privadas que não tinham condições de ofertar (...). Aí eu sei que em 2007 vem o Reuni, e de novo a gente entende que o Reuni constrói um processo que é uma expansão precarizada. Inclusive, os cursos em muitos lugares não tinham sentido nenhum, como a UFC propor o curso de Agronegócio. E era uma discussão de que tinha que construir e atender aos políticos. E aí, de novo, fiz um debate duro, que naquela época eu era da Diretoria Regional [do Andes-SN], contra o Reuni, apesar de entender que a gente tinha que fazer expansão, mas essa expansão não podia ser daquele jeito.

Professora Do Céu¹

Havia uma circulação muito clara de que com a ascensão do PT ao poder quem fazia o sindicato passou a ocupar o governo. A CSP Conlutas já é um fruto da ruptura... e o Andes teve um papel nesse processo, decisivo. E ele tem um papel hoje muito grande dentro da CSP Conlutas. O Andes passou a comportar um número muito grande de partidos, Psol, PSTU, de resistência e começou a fazer oposição ao Governo Lula. Havia uma leitura de que a nossa categoria era uma das categorias mais desprestigiadas do ponto de vista do Serviço Público. A gente ganha muito menos. O nosso último salário é menor que o salário inicial de um delegado federal (...). Então o Andes se engajou nesse empenho e numa postura crítica, porque o governo também não cedeu. Cedeu algum aumento, Plano de Cargos e Carreiras etc., mas há uma coisa muito séria nesse processo: nunca que os orientados politicamente pelo Partido dos Trabalhadores vão admitir isso, mas eles são extremamente autoritários! Ao ponto de não poder existir crítica. Chegou um momento na universidade em que não se podia criticar o PT, porque se você criticar o PT você está fazendo algo abominável. É o nosso partido (as pessoas falavam isso!), não é do outro não, é o nosso, nós fazemos parte disso. Então, como universidade você é PT, você não podia ser outra coisa. Nesse contexto surge o Proifes e surge com articulação da Adufc (...) tem todo aquele grupo político ali nessa articulação pra criar um fórum, uma entidade confederada... usaram isso como justificativa. Uma balela essa história de Fórum! Essa confederação faria a ideia de que estava rompendo com os radicais do Andes e agora ia ser uma confederação que iria dialogar. E houve um “canto da sereia” nesse processo. A grande promessa do Proifes era realizar uma equivalência. Os professores das universidades federais passariam a ter o salário equivalente ao dos pesquisadores dos institutos federais [de pesquisa] – Inpa [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia], Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], etc. E a própria universidade, o ensino superior, sairia do Ministério

¹ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Isso nunca foi realizado! Foi uma grande balela (...). Isso representava na época um salto para um salário inicial de 12 mil (...). Nessa época também o Andes se tornou um sindicato muito refratário a determinadas questões que eu julgo caras pra essa categoria. O que melhor ilustra isso foi a história do Andes fazer uma proposta para a carreira em treze níveis, nível 1, nível 2... e o que é que você é? Professor federal. O salário era três vezes maior que o da proposta do Proifes, era infinitamente melhor financeiramente, mas ninguém absorveu aquilo. O pessoal tinha um ódio do que se chamava da “proposta do Andes”, que era da Carreira Única. Por quê? Por causa das classes... essa história do adjunto, do associado, do titular... nós somos uma categoria que gosta da distinção, título... aí, de fato, o sindicalismo vai querer mudar isso?

Professor Luiz Fábio Silva Paiva¹

Há anos, quando eu era ainda estudante, tinha o grupo Geres, o Grupo de Estudo da Reforma do Ensino, da Educação Superior. Eles queriam adaptar a universidade à reforma do Estado. Não conseguiram. Recuaram porque o movimento foi pra cima! Mas isso é de muito tempo, da década de 80 (...) aí depois veio o Bresser, com a Reforma do Estado, e se tentou também adaptar a universidade à perspectiva neoliberal de Reforma do Estado. Por que eu estou fazendo esse fio condutor? Porque ali a oposição se juntou! Assim: fazer essas reformas na época do Fernando Henrique era impossível, porque ele tinha uma oposição muito forte. Porém, fazer tais reformas na época do Lula e da Dilma já era mais fácil, porque boa parte do movimento que fazia oposição a esse tipo de reforma agora era governo. E o governo Lula, e o governo Dilma sempre tiveram conexões e vínculos com grupos econômicos nacionais do ensino superior. Os movimentos sociais foram cooptados pra proposta do governo. Com esse cooptação, abriu-se caminho pra todas as reformas que estavam sendo sinalizadas (...). Primeiro, pela conjuntura política, onde você tem pessoas que defendem o projeto do Lula e da Dilma e que, por isso, estão muito alinhados com o que a Reitoria pensa. Porque a Reitoria está aqui pra implementar essas políticas educacionais de Estado... de governo, no caso... no geral, essa prática sindical não se dá em todas as universidades. Você não pode generalizar e dizer que isso é uma prática corrente. O que existe são iniciativas do Estado, como, por exemplo, criar o Proifes, que é um sindicato chapa branca, que serve na hora de uma negociação: “Não! Eu fechei negociação com o sindicato que representa os professores, o Proifes” (...). Então é o sindicalismo de Estado mais medíocre que você possa imaginar! Porque é pra essas ocasiões de negociação que eles precisam. Não existe nenhuma articulação em termos de construção, de diálogo, de interlocução, nada, é pura subserviência (...). Pessoas que são pegadas, pessoas que estão no movimento sindical pra poder auxiliar a construção de uma determinada política de governo pra o ensino superior (...). A partir de 2007, foi o período do Reuni, da reestruturação das universidades brasileiras, que trouxe pras universidades um outro padrão de funcionamento, que era um padrão a partir dos contratos de gestão: o MEC fazia contratos de gestão com as reitorias e a reitoria tinha que dar o seu jeito de implementar aquilo... (...) o governo queria ampliar as vagas do ensino de nível superior, mas não avisou pra gente que ia ampliar... ampliou e pronto! E a gente teve que se virar. Então teve curso, como o de Medicina lá em Sobral ou lá no Cariri, em Juazeiro, que eles tinham 12 professores substitutos e apenas 2 efetivos. Imagina um curso de Medicina com 14 professores, dos quais 12 são substitutos... Por quê? Porque eles queriam abrir o curso de Medicina a qualquer preço, entendeu?! Eu estou dando esse exemplo de Medicina, mas você pode pegar outros exemplos (...). Apertou essa dimensão do produtivismo acadêmico, o perfil já não era do professor que tinha seus grupos de pesquisa, não. É o professor que ali, no miudinho de seu trabalho, tem que produzir artigo, tem que ter projeto de pesquisa, tem que fazer parceria público-privada. E aí vem a Lei de Inovação Tecnológica, que é um outro marco importante pra definir o novo perfil do docente na universidade. E aí o

¹ Entrevista concedida no dia 10 de outubro de 2016. O professor pleiteou, sem sucesso, a vaga de vice-presidente na diretoria do Adufc-Sindicato numa das chapas concorrentes ao biênio 2015-2017.

que é que acontece? Os espaços coletivos, eles começam a se desgastar. Já não importava mais esse debate político em espaços coletivos mais amplos...

Professora Tânia Batista¹

iii. (Micro)Politizados!

Temos, até aqui, acompanhado diferentes situações históricas nas quais, em distintos momentos e contextos nacionais, diversas lideranças e organizações representativas das duas posições majoritárias na disputa pela direção política do sindicalismo em estudo endereçaram-se mútuas críticas, relativas ao que entenderam tratar-se de expressões concretas, no comportamento de seus oponentes, de “partidarização” e “aparelhamento” político-ideológico. Com isso, pretendiam, no limite, denunciar o que apontavam como desvios da finalidade precípua da prática e organização sindical, sejam quais forem seus entendimentos acerca destas.

Desenvolvidos em torno de pautas de fácil demonstração contextual, essas críticas mútuas convocam ao imediato posicionamento daqueles a quem são apresentadas. Essa dinâmica não deveria, no entanto, fazer-nos desatentos acerca de um fato que, tomada a perspectiva conjuntural orientadora da abordagem aqui em utilização², faz-se objetivo: independentemente dos elementos e contextos em que tais críticas mútuas foram urdidas, estiveram ultimamente responsáveis por articular e dar objetividade à tendência fragmentadora, e, portanto, à força politicamente desorganizadora, da Estrutura Sindical de Estado no campo social³ constituído por este sindicalismo.

¹ Entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2016.

² Recordemos, neste ponto, que aqui, ao utilizarmos o termo “conjuntura” e expressões dele derivadas – “debilidade conjuntural”, “ambiguidade conjuntural”, dentre outras –, o fazemos a partir de uma clara delimitação conceitual: antes que somente nomear o contexto geral de um tempo sociopolítico, conjuntura refere-se aqui, seguindo proposto por Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. Tratamos dos efeitos analíticos dessa delimitação com maior cuidado no primeiro capítulo. Por ora, importa já atentar-se, em todo caso, ao fato de que, consequentemente, a expressão “ambiguidade conjuntural” refere-se, ainda nas palavras de Saes, a certa característica da adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários no âmbito dessa conflituosa articulação interclasses, marcada por certa incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal”, já que emergente de uma “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”. De igual forma, a expressão “debilidade conjuntural”, referindo-se a tal conflito, trata do enfraquecimento político de uma das classes antagônicas em determinado momento sócio-histórico.

³ Numa exposição didática do conceito, Bourdieu (2013 [1980], p. 108-110, grifos do autor) o põe em contraste com a noção de jogo, com a finalidade de enfatizar a natureza peculiar dos campos sociais como “jogos em si e não para si”. Ora, no sentido ordinário, “o campo (o espaço de jogo, as regras do jogo, o que está em jogo etc.) se oferece claramente pelo que ele é”, isto é, “uma construção arbitrária e artificial”. A “entrada no jogo” se dá, nestes casos, como um “quase-contrato”, uma vez que se deliberadamente. Bem distinta é, todavia, a natureza da vinculação aos “campos sociais”. Produtos “de um longo e lento processo de autonomização”, estes pressupõem um “pertencimento nativo” e, portanto, ideológico, ao jogo jogado. A adesão ao mesmo não se faz, pois,

Em sua já referida pesquisa do *homo academicus* francês, Bourdieu (2013 [1984], p. 239, 240) nos apresenta, nesse sentido, a um conceito particularmente útil neste contexto analítico, pois capaz de fazer enxergar as sutilezas denegatórias da dinâmica aqui posta em observação: o conceito de **(micro)politização**¹. Conforme o autor nos explica, “ao multiplicar as ocasiões propriamente políticas, manifestações, assembleias, *meeting*, etc., onde se elaboram e se professam publicamente e coletivamente posicionamentos políticos, moções, petições, plataformas, manifestos, programas, etc.”, o sindicalismo universitário francês – tal como aquele ao qual aqui nos dedicamos – teria acabado por chegar “à constituição de uma problemática política comum, de um espaço de posicionamentos constituídos, isto é, explicitamente postos e notoriamente ligados a agentes e a grupos socialmente situados, sindicatos, partidos, movimentos, associações, etc.”.

Daí em diante, continua Bourdieu (2013 [1984], p. 239, 240), “quer se queira ou não, quer se saiba ou não, não se pode mais evitar se situar ou ser situado no espaço das posições possíveis”; e este é o próprio cerne do fenômeno por ele nomeado como micropolitização. Em seu contexto, acabam-se “a ingenuidade e a inocência políticas. Concretamente, por meio de todas as ocasiões que obrigam a pessoa a se declarar ou a se trair publicamente, isto é, a ‘escolher seu campo’, de bom ou mau grado”. Introduzem-se, assim, “separações definitivas entre pessoas que se harmonizavam até então porque deixavam de lado (...), por uma espécie de acordo tácito, as diferenças que podiam separá-las, sobretudo em matéria de política”.

Sobre essa processualidade, o autor afirma ainda, conclusivamente:

(...) o que se chama de “[micro]politização” designa o processo final do qual o princípio de visão e de divisão política tende a se sobrepor a todos os outros, aproximando pessoas muito distantes segundo os antigos critérios e distanciando pessoas totalmente próximas nos julgamentos e nas escolhas da existência anterior: a exaltação emocional (...) a lógica do pensamento classificatório que tende assim a se impor leva cada um a se pensar como pessoa coletiva, falando com toda a autoridade de um grupo, ao mesmo tempo que institui cada um dos membros da classe oposta como responsável pelos feitos e malfeitos do conjunto do grupo de que participa. (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 240, 241)

“mediante um ato de consciência”. No caso dos campos sociais, “se nasce no jogo” e “com o jogo”. Daí a “relação de crença, de *illusio*” que configura o “pertencimento a um campo”. Cf. Bourdieu, 1989, p. 64-66, 68, 69, 73; 2014, p. 139, 496.

¹ Como o leitor poderá constatar no terceiro tópico do capítulo, o termo “politização” é aqui utilizado nos limites conceituais que lhe foram concedidos por Bourdieu (2013 [1984], p. 239-240). Tratando-se, por um lado, de uma tradução e tendo, por outro, um uso social já consolidado em nosso país, o risco de imprecisões conceituais é grande. Daí a forma “micropolitização”, que vem sendo utilizado ao longo desta tese, com o qual se busca dar ênfase ao sentido de restrição originalmente a ele conferido por Bourdieu.

Concedendo a esse conceito o lugar que lhe é devido no âmbito do instrumental analítico em uso neste trabalho, podemos reconhecer tratar-se a progressiva micropolitização do sindicalismo aqui em observação como uma das dimensões do mesmo fenômeno responsável pela orientação de sua trajetória organizativa à oficialização jurídica e à fragmentação político-associativa, isto é, pela própria trajetória na qual o Movimento Docente – conforme nomeado em suas origens em função de suas estreitas aproximações ao Movimento Estudantil – deixa sua natureza de sindicalismo livre para assumir a condição de um (ideologicamente ocultado) aparato da Estrutura Sindical de Estado (BOITO Jr., 1991, p. 93-167). Dito de outro modo, quando são reconhecidas as responsabilidades da micropolitização desse sindicalismo pelo estabelecimento histórico de “separações definitivas” (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 240) em seu interior, revela-se ela como o processo mesmo através do qual a oficialização impõe nele fragmentação associativo-instituinte e, assim, cumpre a desorganização política que vem historicamente debilitando-o, interna e externamente, para uma ação conjuntural ao lado das classes trabalhadoras no país.

Esta última, como veremos no próximo capítulo, mantêm-se, entretanto, como uma das finalidades mais recorrentemente apontadas no discurso de suas lideranças. Apesar desse fato, bem como da dureza dos embates públicos a partir dos quais se manifestam e da aparente radicalidade dos discursos envolvidos – nos quais não faltam referências à “revolução”, “luta de classes”, “traição”, “peleguismo” –, a limitação dessas movimentações em torno das políticas governamentais do Poder Executivo nacional eleitoralmente estabelecido desde a Redemocratização – seja ele peessedebista ou petista –, trai a ideologia populista de um “Estado protetor”, que lhes fundamenta e serve de motor, estejam em quaisquer das antípodas do campo.

Daí que seus embates, que já desbordaram neste ponto histórico a forma de dissidências instituintes e se expressaram em objetivas cisões organizacionais, acabem por transmutar-se, de disputas político-ideológicas, em animosidades interpessoais entre partidários de uma ou outra posição. Disso nos dão testemunho, veremos a seguir, várias das situações públicas decorridas ao longo das greves realizadas pelo agrupamento profissional nos anos de 2015 e 2016: quanto mais dramáticas foram tais circunstâncias, porém, mais ocultadas nelas se encontravam (principalmente para seus atores!) sua micropolitização, isto é, sua limitação objetiva às fronteiras da ordem estatal burguesa.

3.3. Nem Andes-SN, nem Proifes-Federação!

i. Diversificação organizacional e fragmentação político-associativa

Neste ponto, percebamos quanto se deveu aos estreitos vínculos dos governos nacionais petistas com os processos que levaram à recente cisão das esquerdas nacionais advindas do Novo Sindicalismo o fato de seus programas governamentais terem se feito, conforme vimos nos dois anteriores tópicos deste capítulo, um ambiente particularmente propício ao definitivo desdobramento das históricas tensões entre as correntes do sindicalismo em sua cisão organizacional entre Andes-SN e Proifes-Federação.

Ora, de um ponto de vista restritamente jurídico, a criação dessa federação não necessariamente significaria qualquer nível de concorrência com o sindicato nacional. Aliás, este último poderia, nos limites da presente legislação, federar-se oficialmente àquela. Dadas, contudo, as micropolitizadas circunstâncias da criação dessa federação – conduzida por uma fração do professorado com vínculos federais que, em atuação na corrente Andes-Sind, encontrava-se em direta oposição político-ideológica e partidária à Andes-AD –, sua existência acabou por dar completa realização às tendências nele sempre presentes à oficialização e à fragmentação político-associativa. Nacional e localmente.

Assim como a existência da Proifes-Federação não necessariamente deveria redundar em qualquer forma de concorrência político-associativa com o Andes-SN e suas seções sindicais, também a diversidade organizacional hoje existente no sindicalismo docente praticado nas universidades federais do Estado do Ceará – no qual convivem duas organizações oficiais (Adufc-Sindicato e Sindunilab, uma seção sindical do Andes-SN) e uma organização informal (Coletivo Graúna) – não necessariamente deveriam significar, como tem se dado, fragmentação político-associativa local.

Correlativas às cisões nas esquerdas nacionais, essas cisões no sindicalismo docente universitário federal cearense dão, porém, aprofundamentos locais singulares à ambiguidade política da natureza de classe (intermediária) de sua base social e dissimulam, por meio de sua micropolitização, a universal presença da ideologia da legalidade sindical¹ e seus efeitos de desorganização política nesse universo sindical. Não é de se estranhar, pois, que, em tais circunstâncias, as dificuldades de clareza no reconhecimento do inimigo de classe, um desafio ideológico-político típico, como vimos no primeiro capítulo, à consciência dilacerada dos

¹ Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

setores intermediários das classes trabalhadoras ante o conflito principal nas sociedades capitalistas, facilmente se desdobre em “lutas intestinas”, na forte expressão metafórica anteriormente utilizada pelo professor Aécio de Oliveira.

De um ponto de vista conjuntural, a importância da diversidade organizacional hoje existente no sindicalismo docente universitário federal daquele Estado não reside, portanto, na mera inoportunidade jurídico-organizativa das tensões e embates à sua base, mas na concretização legitimada que as mesmas dão à impossibilidade de objetiva reunião política desse sindicalismo à luta revolucionária das classes trabalhadoras no país.

A força politicamente desorganizadora do fenômeno que anteriormente vimos Bourdieu (2013 [1984], p. 239, 240) chamar de “separações definitivas” operadas pela micropolitização das diferenças doutrinário-ideológicas presentes na base social desse sindicalismo encontra uma importante objetivação no contexto de sua plena oficialização no Estado do Ceará: a desvinculação formal do Adufc-Sindicato seja do Andes-SN seja da Proifes-Federação. Naquela realidade local, reconhecamos, a processualidade fragmentadora e politicamente desorganizadora em que se gestou tal situação foi claramente orientada pelo *continuum* de vinculações interorganizacionais que hoje põem naquele universo sindical, de um lado, a Adufc-Sindicato/Proifes-Federação/CUT/PT/PC do B e, de outro, a Sindunilab/Coletivo Graúna/Andes-SN/CSP Conlutas/Intersindicais/PSTU/Psol.

Foi com base na força conflitiva dessas vinculações micropolitizantes que Adufc-SS, sob hegemonia dirigente da Andes-Sind, transmutou-se, num processo contemporâneo e correlativo ao da transmutação do Proifes-Fórum na Proifes-Federação, em Adufc-Sindicato¹. Essa transição local entre formas organizacionais, em meio à qual a Adufc-SS torna-se uma entidade oficial com carta sindical que lhe outorga o poder de representação de todo o professorado federal no estado, aprofundou as disputas em torno de sua direção política e administrativa. Até o presente, tem ela sido feita objeto de permanente e intensa discórdia entre partidários locais do Andes-SN e da Proifes-Federação e é daí que resulta sua atual situação de

¹ Aprovada em 30 de junho de 2010, a oficialização da transformação da Adufc-SS em Adufc-Sindicato somente foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de outubro de 2011. O certificado da carta sindical somente foi assinado pelo Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Manoel Messias Nascimento, no dia 19 de julho de 2012. Cf. Quem somos. (Disponível em: <http://adufc.org.br/quem-somos/>); Adufc-SINDICATO completa 37 anos de lutas e avanços. (Disponível em: <http://adufc.org.br/2017/05/03/adufc-sindicato-completa-37-anos-de-luta-e-avancos/>); Ofício 013/Adufc-Sindicato/2018 (Disponível em: <http://adufc.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Of%C3%ADcio-resposta-a-Andes.pdf>).

desvinculação formal com quaisquer das organizações nacionalmente dedicadas à articulação político-associativa do professorado federal no país.

Se, desde a desvinculação formal entre o Andes-SN e CUT, dada em 2005, tornavam-se gradativamente inconciliáveis as relações entre as diretorias do sindicato nacional e sua seção sindical cearense, a filiação oficial do Andes-SN à CSP Conlutas em 2007, dada num contexto em que o Proifes-Fórum, que emergira com direta contribuição da Adufc-SS, resultaria no progressivo estabelecimento entre seus dirigentes da necessidade de, numa só movimentação, transformar o fórum numa federação e a seção sindical num sindicato, oficial e confederado.

Tem início, então, o conturbado processo de embates que desembocariam no plebiscito que, em abril de 2010, decide, a um só tempo, a desfiliação da Adufc-SS ao Andes-SN e filiação à Proifes-Fórum/Federação¹. Aprovada a desfiliação, a diretoria encaminha, no seguinte mês de junho, a “transformação da Associação de Docentes da Universidade Federal do Ceará em Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará-Adufc Sindicato”², um dos “encaminhamentos necessários para a concretização” da “vontade expressa pelo corpo docente” de “a Adufc deve se desfiliar da Andes e filiar-se ao Proifes”. O intuito da iniciativa era, segundo a então secretária geral da Adufc explicou à imprensa estadual, a criação “na sequência” da Federação Nacional das Instituições de Ensino Superior Federais³.

A polêmica em torno da iniciativa cearense encontrou espaço tanto no estado como no país. Segundo explicavam aqueles que a defendiam, tratava-se de “transformar a Associação em sindicato independente e autônomo” em relação ao Andes-SN, que “não vem participando das reivindicações dos professores”⁴. Para seus opositores, caso da professora Adelaide Gonçalves, tratava-se aquele plebiscito, porém, de “um retrocesso na história da entidade”⁵.

Outras entidades locais desse sindicalismo que compartilhavam, a exemplo da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Adurn)⁶, o histórico

¹ Cf. Lupi na Adufc. (Disponível em: <https://lauriberto.blogspot.com/2010/07/lupi-na-adufc.html?m=1>).

² Cf. Associação dos Docentes da UFC passa a ser Sindicato. (Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=129963).

³ Cf. Adufc vai decidir sobre desfiliação da Andes. (Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/adufc-vai-decidir-sobre-desfiliacao-da-andes-1.82859>).

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Cf. História. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/historia/>).

alinhamento das diretorias hegemônicas do Adufc-SS ao/à Proifes-Fórum/Proifes-Federação, noticiaram o processo de modo a fazê-lo útil ao aprofundamento de seus próprios processos internos de embates micropolitizantes:

(...) lá, como aqui, a oposição que defende o Andes-SN iniciou uma série de ataques buscando ressaltar a impossibilidade de desfiliação, em nome da unicidade sindical. Sem apoio à essa tese, a oposição passou a disseminar a tese de que a desfiliação prejudicaria os processos da Adufc. Na sexta, 9 de abril, mais um parecer jurídico desmontou a tese advogada pela oposição”.¹

Em mesma direção de estratégico apoio, o Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS-Sindical)² afirmaria ter sido a iniciativa cearense a que “motivou as ADs de São Carlos, Belo Horizonte, Bahia, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul a fundarem seus próprios sindicatos”³.

A filiação oficial do Adufc-Sindicato à Proifes-Federação seria, em todo caso, efêmera. No já referido hiato experimentado, no biênio 2013-2015, pela hegemonia dirigente do grupo que conduz essa organização local desde 1999, a diretoria, empossada em nome de uma oposição alinhada ao Andes-SN, encaminha com sucesso, em maio de 2014, a desfiliação entre o sindicato estadual e a federação.

A polêmica gerada em torno da situação é, novamente, de proporções amplas.

No Estado do Ceará, organizações alinhadas ao novo “novo campo” das esquerdas nacionais divulgariam o fato nos seguintes termos: os “professores das universidades federais do Ceará (UFC, Ufca e Unilab), reunidos em assembleia, no dia 14 de maio desfilaram a Adufc do Proifes, a federação governista que sabotou a greve em 2012 (...). Ficou clara a insatisfação da categoria com o peleguismo do Proifes. Ainda não foi aprovada a refiliação ao Andes”⁴.

Em todo o país, foram várias as organizações locais que, aliadas à Proifes-Federação e ao seu campo político, concederam ampla divulgação à carta-denúncia publicada por um conjunto de “ex-presidentes da Adufc”, os quais, conforme publicado no sítio eletrônico do

¹ Cf. Adufc realiza plebiscito para se desfiliar do Andes. (Disponível em: <https://www.adurn.org.br/midia/noticias/1778/adufc-realiza-plebiscito-para-se-desfiliar-do-andes>).

² Cf. Breve histórico da ADUFRGS-Sindical. (Disponível em: <https://adufgrs.org.br/instituicao/>).

³ Cf. Adufc filia-se ao Proifes. (Disponível em: <http://www.adufgrs.org.br/noticias/adufc-filia-se-ao-proifes/>).

⁴ Cf. IFES/CE: Assembleia aprova desfiliação da Adufc do PROIFES. (Disponível em: <http://pormassas.org/wp-content/uploads/2016/05/9-mai2014Docente.pdf>).

Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg)¹, protestaram veementemente contra essa desfiliação².

Um dos signatários da carta, o professor Estevão Arcanjo nos apresenta, em sua entrevista³, a uma contextualização daquela situação:

Nós tínhamos nos filiado ao Proifex em 2010. Eu deixo o mandato em 2007 e é no governo da Neile Araújo a gente cria o sindicato local. Aí quando é na greve de 2012 os colegas, na maioria da Andes AD, conseguem aprovar e realizar um plebiscito, no dia 31 de agosto, se não me engano, para dizer se a Adufc deveria ficar filiada ao Proifex ainda ou não. Alegavam que o acordo assinado era traição e tal [risos] (...). A diretoria acabou não fazendo o plebiscito naquela data porque se estava em greve ainda (...), mas faz no comecinho de outubro, logo depois das aulas voltarem. E a gente ganha! Com toda a greve de 2012, com todo o desgaste, com a renúncia do presidente [da Adufc] ... E ganha com uma votação expressiva (votou muita gente). A manutenção [da filiação ao Proifex] foi feita por cento e poucos votos. Em 2013, a gente perde as eleições pra eles (...). A gente estava, nosso grupo, num descenso grande e ganhou o grupo do André Vasconcelos. Aí já na primeira assembleia deles, eles colocaram na pauta “discutir a organização sindical” (...). A assembleia foi no [auditório] Castelo Branco, umas cento e poucas pessoas, nós éramos uns 10, 15, e eles propuseram sair do Proifex. Na assembleia! Sem debate! (...) Daí eu peguei o programa da chapa do André Vasconcelos, que tinha acabado de ser eleita, e disse: “Oh, André, na sua chapa não tem; não aparece nenhuma vez a palavra Proifex (...). Você fala em organização sindical, num sindicato mais ativo, em deixar as festinhas da Adufc e em ser um sindicato mais político etc. (...). Quando foi pra sairmos do Andes o debate levou 4 ou 5 anos, (...) só com o presidente do Andes nós tivemos uns 3 debates (...)”. Mas o pessoal ficou inquieto, querendo decidir logo (...). A gente se absteve (...). É a partir daí que eu me afasto (...). O grupo estava cansado (...). Mesmo assim, lançamos uma chapa no pleito seguinte. Eu não esperava, inclusive, mas terminamos ganhando (...). 66 votos de diferença, por aí.

Grupos alinhados à Proifex-Federação retomaram a direção do Adufc-Sindicato até, pelo menos, os dois biênios seguintes, quando se encerra qualquer alcance cronológico desta pesquisa. Assim como não reuniu força suficiente para se reeleger, a oposição local alinhada ao Andes-SN não foi capaz de novamente filiar formalmente a Adufc-Sindicato ao sindicato nacional. Inclusive por impedimentos de ordem jurídica, uma vez que não se trata essa organização nacional de uma federação.

O sindicato estadual, mesmo tendo retornado à dirigência de grupos alinhados à Proifex-Federação, tampouco voltou a com ela estabelecer vínculos oficiais. Em todo caso, o histórico alinhamento político-ideológico entre estas organizações explica a criação em 2015,

¹ Cf. Apresentação. (Disponível em <https://www.adufg.org.br/o-sindicato>).

² Cf. Ex-Presidentes da Adufc protestam contra desfiliação da entidade do Proifex-Federação sem nenhum debate. (Disponível em: <http://www.adufg.org.br/noticias/ex-presidentes-da-adufc-protestam-contra-desfiliacao-da-entidade-do-proifex-federacao-sem-nenhum-debate-3978/?periodo=2005-08>).

³ Entrevista concedida no dia 27 de outubro de 2016.

seja do Coletivo Graúna seja do Sindunilab. De assumido alinhamento ao Andes-SN e seu campo político, estas duas últimas organizações têm desenvolvido sistemática oposição e concorrência local às diretorias do Adufc-Sindicato, cuja aproximação à Proifes-Federação e, conseqüentemente, ao campo político petista/cutista é foco de permanente crítica e denúncia.

A esse respeito, podemos ler no texto “O retorno do reprimido: questão sindical”, escrito no contexto da greve nacionalmente empreendida pelo professorado federal em 2016 e publicado no sítio eletrônico do Coletivo Graúna¹:

De posse da carta sindical com que a Adufc afirma sua independência em relação às duas entidades nacionais (Andes e Proifes), o sindicato não só se esquivou do debate com os docentes, como indicou uma votação online no site da Proifes. Anteriormente à greve [de 2015], havia sido decidida em AG [assembleia geral], por ampla maioria, a desfiliação da Adufc em relação à Proifes [referia-se à anterior situação, dada em 2014], cessando o recolhimento para esta entidade dos milhares de reais mensais (...). Ainda assim, isto é, à revelia da decisão majoritária dos docentes reunidos em Assembleia, a diretoria não apenas cuidou de manter a aproximação da Adufc com a Proifes como a ampliou. As idas e vindas dos membros da Federação para o Ceará mostram isso. Na última semana, foi promovido um majestoso evento realizado pelo sindicato em parceria com a Federação em um dos hotéis da Beira-Mar fortalezense (...). Esperemos para analisar a prestação de contas do evento e comparemos com o seguinte: no mês passado, a III Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, realizada pelo Curso de História da UFC, contou com o apoio da Adufc apenas para impressão de algumas dezenas de cartazes. A unidade reprimida e recalçada retornou hoje [referia-se ao contexto nacional pós-*impeachment* da presidente Dilma Rousseff] nos discursos cuidadosos e nos sorrisos amarelos, mas os atos falhos expressos em uma ou outra fala mostraram bem as nuances dessa unidade. Tem dúvidas? Entre no site da Proifes e da Adufc e compare as notícias, as chamadas e até as cores das *home page*. A democracia sofre mais um duro golpe. É necessário nos unirmos para avançarmos. Não há dúvidas. Mas quais serão os termos dessa unidade?

ii. Andes-SN versus Proifes-Federação: operando a desorientação política

O que a literatura aqui tomada por fundamento (POULANTZAS, 1977 [1968]; SAES, 1984; BOITO Jr., 1991) já deixou demonstrado acerca da função tutelar, e, assim, politicamente desorganizadora, da oficialização sindical nos autoriza a reconhecer, também no seio dos processos históricos a partir dos quais se constituiu o sindicalismo em estudo, seus efeitos. Sua presença e ação histórica se fazem particularmente claras, vimos, a partir do contexto nacional da Redemocratização, em cujos governos veem se estabelecendo, definitivamente, a micropolitização dos embates e divergências internas a esse específico sindicalismo.

¹ Cf. O retorno do reprimido: questão sindical. (Disponível em: <https://coletivograunace.wordpress.com/2016/05/11/o-retorno-do-reprimido-questao-sindical/>).

De forma nenhuma restrito a algum dos três momentos de transição entre as três formas organizacionais assumidas pelo sindicalismo docente universitário federal cearense ao longo de sua trajetória rumo à plena oficialização e micropolitização, tais efeitos alcançaram o período no qual esta pesquisa desenvolveu observações participantes nas greves ocorridas nos anos de 2015 e 2016.

Nessas ocasiões, se pôde testemunhar, de forma direta, pelo menos duas diferentes, embora correlatas, dimensões de expressão concreta da função desorganizadora albergadas pelos processos de oficialização sindical. Ambas operadas, vejamos, pelas micropolitizadas concorrências fragmentadoras entre as duas entidades oficiais nacionais desse sindicalismo e suas representações locais, objetivadas no *continuum* de vinculações interorganizacionais já apontado.

Na primeira das expressões concretas em questão, podemos ver que o progressivo aprofundamento das divergências entre posições político-ideológicas majoritárias na disputa pela direção desse sindicalismo, tendo já desbordado, neste ponto histórico, a forma de dissidências instituintes e tomado a forma de objetivas cisões organizacionais, passa agora, aceleradamente, à forma de abertas animosidades interpessoais, dando corpo às “separações definitivas” que vimos acompanhar processos de micropolitização.

As reações de diferentes membros da base social desse sindicalismo diante dos contínuos e acirrados embates que encontraram oportunidade durante as assembleias de greve em observação são esclarecedoras, em alguma medida, dos efeitos de desorganização dados nessa base sindical via deslegitimação política de ambos os grupos de lideranças desse sindicalismo no Estado do Ceará:

- Já tô cansada dessa peleja de gente que perdeu com gente que ganhou! Até quando essa bobagem, meu Deus!
- O sindicato virou uma bagunça! É só uns querendo ser mais fortes que outros. Tu acha que alguém aí vai fazer minha cabeça desse jeito?¹

A briga pelo poder sindical está atrasando a luta realmente sindical!²

Uau... Os ânimos estão realmente exaltados... Eita povo desequilibrado!³

¹ Diário de Campo. Conversa estabelecida entre docentes na assembleia realizada pelo Adufc-Sindicato em 07 de agosto de 2015.

² Diário de Campo. Afirmação, quase gritada, por docente durante assembleia realizada pelo Adufc-Sindicato em 17 de setembro de 2015.

³ Diário de Campo. Afirmação de uma docente durante assembleia realizada pelo Adufc-Sindicato em 30 de setembro de 2015.

Isto aqui não é uma greve séria, é só uma briga mesmo entre esses dois grupos para capitalizar!¹

Perguntados em suas entrevistas sobre o sentido das situações que provocaram essa linha de reações nas bases sociais sob suas lideranças, experientes militantes do sindicalismo universitário federal cearense afirmaram:

(...) eu acho que tem uma questão anterior, que a gente tem que discutir: qual seria a melhor forma da gente ter um sindicato que estivesse acima dessas picuinhas que a gente está tendo aqui, hoje. De Proifes, disso e daquilo outro. Baixaria...

Professor Agamenon Almeida²

Eu sei que na universidade [referia-se à UFC], a partir de meados dos anos 90, ficou já bem caracterizado dois grupos, e aí tem disputa pra Adufc. Aí vêm as coisas que eu acho lamentável no movimento docente, que vai incorporando as brigas dos meninos do DCE, no mesmo perfil... não dá! Já estamos velhos demais, “caindo os queixos”, todo mundo tomando remédio pra pressão!

Professor Ricardo Thé³

A divisão de um grupo contra o outro... Isso é mais forte do que política. Hoje no sindicato a gente discute menos política e mais divisão. É política sindical! Isso me preocupa muito (...). É concepção de sindicato. O pessoal [Coletivo] Graúna não aceita a concepção Proifes e o pessoal Proifes não aceita o Andes. Por isso essas ofensas nas assembleias.

Professor Marcos⁴

Eu gastava muito tempo tentando me apaziguar, apaziguar meu espírito, diante do que eu achava uma irracionalidade daquelas discussões intermináveis pra não chegar em lugar nenhum... eu me lembro de uma vez, num dos poucos congressos da Andes que eu fui, e eu tinha um voto, e isso era 10 ou meio noite já, e eu tava morrendo de fome, as coisas iam até a madrugada, e eu tirei da bolsa pra votar um pacote de biscoito [risos]! Uma piada aquilo tudo! E eu sempre me pergunto, e devia ter feito disso objeto de estudo, já que isso era uma coisa que me atacava o sentimento... eu sempre perguntei o porquê da esquerda ser assim! (...) A direita se junta tão facilmente... o que há de específico? (...) E isso não é uma coisa da esquerda brasileira, está lá na história da esquerda mundial, eles se comendo uns aos outros.

Professora Auxiliadora Lemenhe⁵

Não foram poucas as situações em que, durante aquelas assembleias, a aparente irracionalidade à base da “exaltação emocional” suscitada pela [micro]politização de um campo

¹ Diário de Campo. Afirmação, quase gritada, por docente durante assembleia realizada pelo Adufc-Sindicato em 07 de outubro de 2015.

² Entrevista concedida no dia 24 de outubro de 2016.

³ Entrevista concedida no dia 22 de novembro de 2016.

⁴ Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2016. Ingresso na docência na UFC em 1979, o professor, aqui referido mediante um pseudônimo, nunca assumiu qualquer cargo em diretorias sindicais. Apesar disso, é uma reconhecida liderança no grupo em histórica oposição à Andes-AD.

⁵ Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2016.

social (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 240) encontrou contundentes expressões. Seria inoportuno, por diferentes motivos, descrevê-las todas. Em todo caso, importa dar ao leitor alguma concretude do fenômeno em questão.

Nesse sentido, destaco dentre aquelas situações o verdadeiro ataque de fúria que, na penúltima das oito assembleias ocorridas durante a greve de 2015¹, tomou um dos professores presentes àquela assembleia, realizada na Faculdade de Direito da UFC.

Encontrava-se em pauta a continuidade, ou não, da greve e uma professora pediu a palavra. Faria a defesa da continuidade da greve. Fez uso de seu tempo lendo a letra da música “Comportamento Geral”, de Gonzaguinha².

Apesar da desigual disputa promovida pela distância entre o assento do professor – no final do grande Auditório Central da Faculdade – e seu palco, em cujo púlpito a professora usava um potente equipamento de amplificação de voz, não houve, decerto, quem não escutasse os gritos do primeiro: “Isso é uma idiotice! Essa mulher é uma imbecil! Isso emocionava em 1981, quando eu era estudante de graduação... Geraldo Vandré, Gonzaguinha, essas coisas”³. E concluiu, explicativamente e num tom somente audível aos que estavam sentados mais proximamente: “O problema é que quem estava conosco naquela época hoje está no poder... entende? Não que eu queira que volte ao que era – Deus me guarde! – mas também não quero isso aí!”. As referências ao governo petista eram claras.

Deixando, em alguma medida, o plano local das expressões concretas da função desorganizadora da oficialização do sindicalismo em estudo, reconheçamos, também, uma dimensão nacional em sua expressão. Esta se concretiza no fato dos micropolitizados processos

¹ Realizada na tarde do dia 30 de setembro de 2015.

² “Você deve notar que não tem mais tutu e dizer que não está preocupado / Você deve lutar pela xepa da feira e dizer que está recompensado / Você deve estampar sempre um ar de alegria e dizer: tudo tem melhorado / Você deve rezar pelo bem do patrão e esquecer que está desempregado / Você merece, você merece / Tudo vai bem, tudo legal / Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé / Se acabarem com o teu Carnaval? / Você merece, você merece / Tudo vai bem, tudo legal / Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé / Se acabarem com o teu Carnaval? / Você deve aprender a baixar a cabeça e dizer sempre: "Muito obrigado" / São palavras que ainda te deixam dizer por ser homem bem disciplinado / Deve, pois, só fazer pelo bem da Nação tudo aquilo que for ordenado / Pra ganhar um Fuscão no júízo final e diploma de bem-comportado”.

³ Estes e outros artistas da música popular brasileira participaram em diversos movimentos político-ideológicos e manifestações públicas de massa realizadas durante o período de distensão política da Ditadura Militar implantada em 1964 (dos últimos anos da década de 1970 a 1985, início do período que levaria à Constituição de 1988). Suas músicas embalaram passeatas e comícios por todo o país, em concentrações de greve, atos por eleições diretas e constituinte, dentre outros. Até hoje, as mesmas são cantadas em acontecimentos de similar natureza, como pude verificar durante esta pesquisa, em cujo desenvolvimento encontrei uma rica literatura acerca das relações entre artistas, movimentos estéticos e a vida política nacional, a exemplo dos trabalhos de, dentre outros, Araújo (2003), Mello (2003), Alexandre (2009), Santos (2015) e Peixoto e Sabadelhe (2016).

de cisão interna do Andes-SN em que se gerou a Proifres-Federação terem tornado impossível a reunião das direções dessas duas organizações visando ação conjunta, mesmo em momentos de greves nacionais do agrupamento profissional cuja representação sindical compartilham (e disputam).

Opera-se e consolida-se, dessa forma, uma forte divisão político-associativa nessa base social, na qual ela se incapacita para ações conjuntas internas; quanto mais para ações junto a outros agrupamentos profissionais específicos e setores das classes trabalhadoras politicamente organizadas no país. Acompanhemos comparativamente, nesse sentido, os controversos e desorientadores processos de convocações à greve de 2015 feitos pelo Andes-SN e pela Proifres-Federação:

Em 18 de agosto do ano de 2015¹, os professores das três universidades federais instaladas no Estado do Ceará decidiram, em assembleia conjunta, a realização de uma greve² unificada. Naquele momento, professores, técnicos-administrativos e estudantes de diversas universidades federais do país ou já haviam iniciado suas próprias paralisações reivindicativas de atividades, o que fizeram em diferentes datas desde o início oficial de uma greve nacional do agrupamento, iniciada em 28 de maio, ou o fariam até a semana antecedente ao orquestrado encerramento daquela movimentação no país. Nacionalmente, a greve teve duração de quase cinco meses, findando-se entre os dias 13 e 16 de outubro³. A greve local estendeu-se por aproximadamente dois meses, encerrando-se no dia 07 de outubro⁴.

¹ Cf. Adufc-Sindicato comunica deflagração da greve à Reitoria da UFC (14 ago. 2014). (Disponível em: <http://adufc.org.br/2015/08/14/adufc-sindicato-comunica-deflagracao-da-greve-a-reitoria-da-ufc/>).

² Em acordo à Organização Internacional do Trabalho (OIT), as notas metodológicas do Balanço das Greves de 2016 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2017, p. 29) explicam tratar-se as greves da “interrupção temporal do trabalho”, efetuadas “intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa”. Do conceito estão excluídas, em consequência, “tanto as paralisações de iniciativa patronal (*lockouts*) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como ‘operação tartaruga’ ou ‘operação padrão’”.

³ Cf. Circular nº 254/15 (emitida em 19 de outubro de 2015 pela diretoria executiva do Andes-SN). (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/secretaria/circulares/Circ001-16.zip>).

⁴ Cf. Adufc-Sindicato comunica deflagração da greve à Reitoria da UFC (14 ago. 2015). (Disponível em: <http://adufc.org.br/2015/08/14/adufc-sindicato-comunica-deflagracao-da-greve-a-reitoria-da-ufc/>); Cf. Adufc-Sindicato comunica fim da greve docente (07 out. 2015). (Disponível em: <http://ufc.br/noticias/noticias-de-2015/7296-adufc-comunica-fim-da-greve-data-de-reinicio-das-aulas-sera-definida-sexta-feira-9>).

A imprensa do Andes-SN noticiou ter sido aquela a “mais longa greve da história das instituições federais de ensino” do Brasil¹. Teria superado em importância histórica, assim, aquela realizada em 2012, até ali celebrada como a “maior greve” daquele sindicato nacional².

O “indicativo”³ para aquela mobilização grevista havia sido feito um mês antes de seu início oficial no país, em Reunião do “Setor das Instituições Federais” do Andes-SN ocorrida no dia 27 de abril. Nela participaram “37 seções sindicais”, número que então significava a presença de representações de pouco mais da metade das 63 universidades federais brasileiras. As ausências de várias das representações locais do país naquela reunião nacional explicavam-se, em boa medida, pela vinculação de parte das demais organizações locais à Proifes-Federação.

A coordenação do Setor das Federais do Andes-SN fundamentou seu chamado à greve num “balanço das negociações com o governo federal”⁴. Nele, concluía ter a gestão de Dilma Rousseff, então no último ano de seu primeiro mandato presidencial em nome do PT, interrompido “as tratativas” com o agrupamento profissional desde “o mês de abril de 2014”, mesmo após o “representante do Ministério da Educação (MEC), na época, Paulo Speller, ter assinado um documento de concordância com os pontos iniciais para a reestruturação da carreira dos docentes”.

Somar-se-ia àquele fato terem “os representantes das seções sindicais” ali presentes relatado “a profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Federais, com problemas de infraestrutura, falta de docentes e técnicos para atender a demanda decorrente da expansão desordenada, o atraso de pagamento dos trabalhadores terceirizados, suspensão de contratos de manutenção e de fornecimento de insumos, atraso de pagamento das contas de água e luz, o corte de bolsa para estudantes (de pesquisa, de ensino e de extensão), corte de verbas de fomento e de diárias e passagens para participação em eventos científicos, dentre

¹ Cf. Greve dos docentes federais em 2015 é a mais longa da história das IFE. (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7778>).

² Cf. Comando Nacional de Greve do Andes-SN será instalado nesta quinta-28 (27 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7523>).

³ Cf. Reunião aprova indicativo para início da greve nacional dos professores federais (27 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7452> e <http://cspconlutas.org.br/2015/04/REUNiao-aprova-indicativo-para-inicio-da-greve-nacional-dos-professores-federais/>).

⁴ Cf. Reunião aprova indicativo para início da greve nacional dos professores federais (27 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7452> e <http://cspconlutas.org.br/2015/04/REUNiao-aprova-indicativo-para-inicio-da-greve-nacional-dos-professores-federais/>).

outras”. Tais fatos seriam “evidências da precarização” vivida pelas organizações do setor, cujo cenário nacional, acrescentava-se, tendia ao “agravamento em 2015, com os cortes impostos às verbas destinadas aos serviços públicos, que no setor educacional” já representavam “R\$ 7 bilhões”.

Sem fazer uso de termos como “precarização” ou “expansão desordenada”, a Proifef-Federação também tematizava, à época, aquelas dificuldades nas condições de trabalho e ensino nas instituições federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país¹. Sua abordagem da questão apontava, porém, à existência de uma permanente dinâmica de negociações entre o governo nacional e professores federais, contrariando um dos principais fundamentos do indicativo de greve feito pelo Andes-SN às suas bases sociais.

Segundo informe da Federação, o MEC a recebera para reunião em 09 de maio de 2014, momento que teve como intuito “dar continuidade”² ao “processo de discussão de questões pendentes do Termo de Acordo 01/2012 e da reestruturação das carreiras docentes para o período 2016-2018”. O texto de divulgação da Reunião cuidava ainda em informar que o “Secretário Luiz Cláudio ratificou sua posição de elogio à entidade sindical pela forma propositiva e responsável que a caracteriza”, fazendo entender, abertamente, o estabelecimento de relações cordiais entre seus representantes e os do governo federal. Ao final, uma nova Reunião teria sido “marcada para o dia 22 de maio”, na qual deveriam também participar representantes do “Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão [MPOG], em função do impacto financeiro” dos acordos em pauta.

¹ Cf. Proifef-Federação e MEC discutem problemas oriundos da expansão das IFES (25 jun. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/proifef-federacao-e-mec-discutem-problemas-oriundos-da-expansao-das-ifes/>); Cf. PLP que prejudica os professores, sobre contagem especial de tempo de serviço, pode ser pautado na Câmara na próxima semana (27 jun. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/plp-que-prejudica-os-professores-sobre-contagem-especial-de-tempo-de-servico-pode-ser-pautado-na-camara-na-proxima-semana/>); Cf. X Encontro Nacional aprova proposta de anteprojeto sobre autonomia universitária (03 ago. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/x-encontro-nacional-aprova-proposta-de-anteprojeto-sobre-autonomia-universitaria/>); Cf. Debate sobre aposentadoria e previdência encerra X Encontro Nacional do Proifef-Federação (04 ago. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/debate-sobre-aposentadoria-e-previdencia-encerra-x-encontro-nacional-do-proifef-federacao/>); Cf. Expansão do Ensino Público Federal e Condições de Trabalho é tema da segunda mesa deste domingo (04 ago. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/expansao-do-ensino-publico-federal-e-condicoes-de-trabalho-e-tema-da-segunda-mesa-deste-domingo/>); Cf. PROIFES-Federação expressa seu repúdio à proposta de contratação de professores sem concurso público (28 set. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/proifef-federacao-expressa-seu-repudio-a-proposta-de-contratacao-de-professores-sem-concurso-publico/>).

² Cf. Proifef-Federação é recebido pelo MEC para dar continuidade às discussões sobre reestruturação das carreiras (09 mai. 2014). (Disponível em: <http://www.proifef.org.br/noticias-proifef/proifef-federacao-e-recebido-pelo-mec-para-dar-continuidade-as-discussoes-sobre-reestruturacao-das-carreiras/>).

Em setembro de 2014, após um conjunto de reuniões com diferentes setores ministeriais¹ do governo nacional petista, a Federação informaria a sua base social no país estar vigente, “desde março”², a “segunda parcela do acordo salarial 01/2012, assinado pelo Proifes-Federação – em nome dos professores das Universidades e Institutos Federais – com o Governo, em 03/08/2012”, explicando ter o mesmo sido transformado na “Lei 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012”, posteriormente corrigida “pela Lei 12.863/13, de 24 de setembro de 2013”. De modo que, afirmava: “como ocorreu no triênio 2008-2010”, os professores federais iniciavam aquele ano “sabendo o reajuste salarial que terão”, o que seria “fruto da política sindical responsável de sua entidade representativa”. A finalidade da retrospectiva era lembrar aos professores que “o acordo de 2012 ainda” teria “mais uma parcela a ser paga em 1º de março de 2015”³, ponderando que, se era “verdade que poderia ser maior, o reajuste acordado” servia como “uma garantia de recomposição das perdas inflacionárias e de tranquilidade para continuar lutando pela continuidade desta acertada política de reposição salarial anual”.

Uma leitura minimamente atenta do conjunto de notícias publicadas naquele período por essas duas organizações responsáveis pela representação sindical dos professores do ensino superior federal brasileiro faz ver que, enquanto a Proifes-Federação referia-se recorrentemente ao ano de 2012 como aquele “do acordo de 2012”, o Andes-SN referia-se ao mesmo como o ano da “greve de 2012, que após quase dez anos” teria conseguido “unir o funcionalismo federal numa mesma campanha”⁴. A tal informação essa última organização acrescentava, também recorrentemente, afirmações sobre ser “a intenção” no ano de 2015 “repetir ou construir algo maior” do que aquilo que, nesse sentido, fora até então realizado.

¹ Do que dão exemplos as seguintes notícias: Proifes-Federação é recebido no MEC para dar continuidade às discussões de reestruturação de carreira para o futuro (22 mai. 2014). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-e-recebido-no-mec-para-dar-continuidade-as-discussoes-de-reestruturacao-de-carreira-para-o-futuro/>); Cf. Proifes-Federação e Secretário de Relações do Trabalho discutem pendências do Acordo de 2012 e reestruturação de carreiras (26 mai. 2014). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-e-secretario-de-relacoes-do-trabalho-discutem-pendencias-do-acordo-de-2012-e-reestruturacao-de-carreiras/>).

² Cf. Desde março, está em vigor a segunda parcela do Acordo Salarial assinado pelo Proifes com o Governo (25 set. 2014). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/desde-marco-esta-em-vigor-a-segunda-parcela-do-acordo-salarial-assinado-pelo-proifes-com-o-governo/>).

³ Cf. Entra em vigor, a partir de 1º de março de 2015, a terceira parcela do Acordo Salarial assinado pelo PROIFES com o Governo (05 jan. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/entra-em-vigor-a-partir-de-1-de-marco-de-2015-a-terceira-parcela-do-acordo-salarial-assinado-pelo-proifes-com-o-governo/>).

⁴ Cf. Campanha Salarial Unificada dos SPFs é lançada hoje com ato em Brasília (25 fev. 2015). (Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2015/02/campanha-salarial-unificada-dos-spfs-e-lancada-hoje-com-ato-em-brasilia/>).

As diferenças que, até aqui, fazem-se já perceptíveis entre as ideias, práticas e posicionamentos negociais dessas duas organizações sindicais, concorrentes no protagonismo nas articulações políticas nacionais dos professores de universidades federais brasileiras, fazem entender o porquê de enquanto a Federação ter iniciado o ano de 2015 em reunião, ocorrida ainda em 29 de janeiro, com o ministro da Educação do recém iniciado segundo governo de Dilma Rousseff, Cid Ferreira Gomes¹, o Sindicato Nacional ter denunciado, em 10 de março, que o novo ministro da Educação, apesar de ter apresentado uma resposta inicial positiva ao “pedido de audiência”² por ele protocolado em 20 de janeiro, “cancelou a reunião agendada”³.

Em verdade, aquela reunião ocorreu, embora o ministro tenha nela sido substituído pelo “Secretário Executivo do Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa”, que explicou tratar-se aquele de um primeiro encontro entre o Sindicato Nacional e a nova equipe governamental, não sendo possível esperar dela decisões e encaminhamentos objetivos. O entendimento do Andes-SN, no entanto, era outro, tendo o fato levado seu então presidente, Paulo Rizzo, a reafirmar que a organização somente mantinha seu interesse em “retomar as negociações sobre a reestruturação da carreira docente, com base no documento firmado entre o Sindicato Nacional e o MEC, em abril de 2014”, esperando que o governo estivesse pronto para, tendo aquele documento como referência, “abrir negociações efetivas em torno da pauta de reivindicações do Andes-SN, deliberada no último congresso da entidade⁴ e já protocolada junto ao MEC e o Mpog”.

Na ocasião, o presidente do Sindicato Nacional conclamava “os professores” a intensificarem “a mobilização nas Instituições Federais de Ensino nas próximas semanas, para pressionar o Ministério da Educação”, pois estaria claro, pelo ocorrido naquela Reunião, que

¹ Cf. Proifes-Federação é recebido pelo Ministro da Educação, Cid Gomes (29 jan. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-e-recebido-pelo-ministro-da-educacao-cid-gomes/>).

² Cf. Andes-SN protocola pedido de audiência com ministro da Educação Cid Gomes (20 jan. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7258>).

³ Cf. Cid Gomes cancela Reunião e Andes-SN é recebido por secretário executivo (10 mar. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7354>).

⁴ Cf. Divulgado anexo ao caderno de textos do 34º Congresso do Andes-SN (05 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7288>); Cf. 34º Congresso do Andes-SN tem início na segunda (23), na capital federal (19 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7305>); Cf. Organização da luta marca a abertura do 34º Congresso do Andes-SN (23 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7311>); Cf. 34º Congresso do Andes-SN define políticas sociais e plano geral de lutas para 2015 (27 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7329>); Cf. Delegados do 34º Congresso do Andes-SN definem plano de luta para as Instituições Federais (28 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7330>).

aquele não seria “um processo fácil e qualquer possibilidade de avanço” dependeria da “mobilização da categoria, da capacidade de pressão sobre o governo e de diálogo com a opinião pública”, o que evidenciava quanto “a educação pública” estaria “seriamente ameaçada” no país.

Em sua divulgação da reunião, percebe-se, o sindicato nacional não faz qualquer referência àquela ocorrida entre o novo ministro e a federação há menos de duas semanas. Nela, entretanto, seu então presidente, Eduardo Rolim, apresentara a Cid Gomes uma história recente das negociações entre o governo federal e o agrupamento profissional que contrariava a perspectiva do Andes-SN sobre o tema, uma vez que se referia a “acordos salariais de 2007 (quando foi recuperada a paridade entre ativos e aposentados)”¹, de “2008 (quando foi criada a carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT)”, de “2011 (quando foram extintas as gratificações)”, bem como a um processo negocial aberto em “2012”, que estaria ainda “em curso”, tendo já resultado na “equiparação efetiva entre as carreiras de Magistério Superior – MS e de EBTT”. O então presidente da federação fez ainda referência a um “ciclo de Reuniões realizado entre a Proifes-Federação e o MEC no segundo semestre de 2014”, em função do qual se acrescentara às negociações em andamento “os problemas relacionados à expansão das Instituições Federais de Ensino”, a “Proposta de Reestruturação de Carreiras e Salários – 2016-2018, o Anteprojeto de Lei Orgânica das Universidades e dos Institutos Federais”, além de “uma série de reivindicações em relação às pendências dos acordos anteriores e às más interpretações da lei 12.772/2012, bem como contribuições dos sindicatos federados tratando dos problemas locais de infraestrutura de pessoal e de condições de trabalho das Universidades e Institutos Federais”.

O informe da federação continuava informando que o novo ministro afirmara seu “prazer” em recebê-la, “reconhecendo sua intenção de dialogar de forma propositiva com o Governo”, reação que teria sido reiterada por seu Secretário Executivo, que novamente teria dito ser a Federação uma “entidade representativa que age com correção, sem abrir mão de sua autonomia e de divergências eventuais que tem com o Governo, mas de forma que isso não impeça o diálogo e a negociação”, o que, segundo seu entendimento, vinha sendo “altamente positivo para os professores federais que tiveram, por conta do acordo que apenas o Proifes firmou em 2012, o maior reajuste da Esplanada (de 25% a 40%, nos três anos do acordo)”.

¹ Cf. PROIFES-Federação é recebido pelo Ministro da Educação, Cid Gomes (29 jan. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-e-recebido-pelo-ministro-da-educacao-cid-gomes/>).

Foi seguindo nesses distintos estilos negociais que as duas organizações sindicais nacionais dos professores universitários federais do país chegaram ao mês de abril de 2015 mobilizando sua comum base social nacional em direções opostas.

Para o Andes-SN, parecia ser o único caminho a tomar, como se viu, o de buscar o aumento de sua capacidade de “pressão sobre o governo” e de “diálogo com a opinião pública”. Para tanto, propôs uma “rodada de assembleias nas seções sindicais para definir se deflagraremos a greve e em que dia isso deve ocorrer”¹, apontando a greve como um “último recurso encontrado pelos docentes para pressionar o governo federal a ampliar os investimentos públicos para a educação pública”. Uma resposta “ao total descaso do Executivo frente à profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Públicas Federais”². Afinal, segundo seu entendimento dos fatos, “mesmo diante das reiteradas solicitações de negociação junto ao MEC”³, completava-se naquele abril de 2015 já “um ano da última Reunião realizada para tratar das nossas reivindicações”.

Enquanto isso, para a Proifes-Federação o caminho seguia sendo o de tornar as dificuldades do trabalho e ensino nas instituições federais temática de análises e seminários, internos ou em comitês técnicos dos Legislativo e Judiciário⁴, com resultados transformados em documentos consultivos ou negociais a serem propositivamente apresentados ao governo federal.

¹ Cf. Reunião aprova indicativo para início da greve nacional dos professores federais (27 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7452> e <http://cspconlutas.org.br/2015/04/REUNiao-aprova-indicativo-para-inicio-da-greve-nacional-dos-professores-federais/>).

² Cf. Professores federais decidem por greve nacional a partir do dia 28 de maio (16 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7498>).

³ Cf. Reunião aprova indicativo para início da greve nacional dos professores federais (27 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7452> e <http://cspconlutas.org.br/2015/04/REUNiao-aprova-indicativo-para-inicio-da-greve-nacional-dos-professores-federais/>).

⁴ Cf. Entenda os graves prejuízos aos servidores com as MP 664 e 665 - As mudanças nas pensões por morte (19 fev. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/entenda-os-graves-prejuizos-aos-servidores-com-as-mp-664-e-665-as-mudancas-nas-pensoes-por-morte/>); Cf. Sem orçamento aprovado, Universidades e Institutos sofrem com cortes nos repasses do MEC (03 mar. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/sem-orcamento-aprovado-universidades-e-institutos-sofrem-com-cortes-nos-repasses-do-mec/>); Cf. Trabalhadores vão ao Congresso dizer não ao PL 4330 que regulamenta a terceirização (07 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/trabalhadores-va-ao-congresso-dizer-nao-ao-pl-4330-que-regulamenta-a-terceirizacao/>); Cf. Proifes-Federação participa de audiência pública sobre MP 664 (10 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-federacao-participa-de-audiencia-publica-sobre-mp-664/>).

Deu-se assim que, cerca de uma semana antes do Andes-SN dar início às mobilizações nacionais que culminaram, em um mês, no início da greve realizada pelo agrupamento profissional em 2015, a Proifes-Federação tenha estado em audiência com um novo Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro¹, apresentando-lhe a “pauta de reivindicações da entidade para o ano de 2015” e solicitando-lhe “a participação ativa do MEC nas negociações salariais que devem ocorrer entre maio e julho desse ano, conforme proposta do MPOG”.

Em maio de 2015, passando a impressão de agirem em dois paralelos e desconectados contextos nacionais, enquanto a Federação anunciava o início oficial de um “processo negocial com o governo em busca de reestruturação das carreiras e salários do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico Tecnológico (EBTT)”², o Sindicato Nacional anunciava (mesmo tendo estado presente àquela primeira “Mesa de Negociações dos Docentes Federais em 2015” com o MPOG), o início oficial de uma greve nacional do agrupamento profissional³.

¹ Cf. Proifes é recebido em audiência pelo novo Ministro da Educação (16 abr. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/proifes-e-recebido-em-audiencia-pelo-novo-ministro-da-educacao/>).

² Cf. Tem início a negociação salarial e de carreira dos professores de IFEs com o governo (07 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/tem-inicio-a-negociacao-salarial-e-de-carreira-dos-professores-de-ifes-com-o-governo/>).

³ Cf. Confira InformAndes Especial sobre deflagração da greve dos docentes federais (19 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7501>); Cf. Andes-SN se reúne com reitores dos Institutos Federais para comunicar a greve (20 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7505>); Cf. Comando Nacional de Greve do Andes-SN será instalado nesta quinta-28 (27 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7523>); Cf. Tem início a greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino (28 mai. 2015). (Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7529>).

CAPÍTULO 4. Sindicalismo docente na Educação Superior Federal: “ciência engajada” e debilitação conjuntural

Nos capítulos anteriores, acompanhamos, ancorados na realidade local cearense, as transições entre formas organizacionais responsáveis por moldar, ao longo das últimas décadas, a atual situação político-organizativa do sindicalismo docente na Educação Superior federal brasileira.

Se, até este ponto, encontra-se já suficientemente evidenciada, conforme intenção inicial, a objetividade histórica das duas tendências orientadoras da trajetória instituinte do sindicalismo docente em estudo – a tendência à oficialização organizacional e à fragmentação político-associativa (e conseqüente debilitação conjuntural¹) –, resta-nos, como questão irrecusável, o fato de tal processualidade, em que pese sua natureza patente, apresentar-se silenciada, quando não negada, na maioria dos discursos de suas lideranças e, mesmo, de seus pesquisadores. Esse é o tema deste quarto e último capítulo.

Nele, buscaremos melhor compreender o fracasso da aposta feita pelas hegemônicas lideranças desse sindicalismo numa “nova estrutura” sindical – o sindicato nacional com seções sindicais locais. Oficial apesar de sua novidade jurídica no âmbito da legislação nacional, tal artifício político-organizativo foi historicamente incapaz, como temos visto, de burlar a força tutelar da Estrutura Sindical de Estado.

Apesar das expectativas, desdobraram-se em direção justamente contrária à desejada os efeitos de tal artifício, acabando por dar continuidade, nesse específico universo sindical e numa nova conjuntura nacional, a um dilema histórico do sindicalismo desenvolvido pelas esquerdas brasileiras, o desafio da liberdade sindical. Teve grande peso nesse processo a

¹ Recordemos, a esta altura do trabalho, que nele, ao utilizarmos o termo “conjuntura” e expressões derivadas – “debilidade conjuntural”, “ambigüidade conjuntural”, dentre outras –, o fazemos a partir de uma clara delimitação conceitual: antes que somente nomear o contexto geral de um tempo sociopolítico, conjuntura refere-se aqui, seguindo proposto por Saes (1984, p. 21), aos modos como “se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária” em diferentes momentos da vida pública nacional e internacional. Tratamos dos efeitos analíticos dessa delimitação com maior cuidado no primeiro capítulo. Por ora, importa já atentar-se, em todo caso, ao fato de que, conseqüentemente, a expressão “ambigüidade conjuntural” refere-se, ainda nas palavras de Saes, a certa característica da adesão sociopolítica dos diferentes setores dos agrupamentos profissionais intermediários no âmbito dessa conflituosa articulação interclasses, marcada por certa incapacidade de “uma única posição política [conjunta] em relação ao conflito principal”, já que emergente de uma “consciência política dilacerada” por “tendências contraditórias”. De igual forma, a expressão “debilidade conjuntural”, referindo-se a tal conflito, trata do enfraquecimento político de uma das classes antagônicas em determinado momento sócio-histórico.

ideologia da legalidade sindical¹, historicamente presente e em ampla ação em nossa cultura política nacional, conforme já devidamente demonstrado por Boito Jr. (1991).

Dimensões particulares do sindicalismo docente universitário, por vezes negligenciadas pela pesquisa desse campo investigativo, ganham aqui um papel preponderante à compreensão dos modos singulares em que nele encontra manifestações próprias esse dilema (da liberdade sindical) e essa ideologia (da legalidade sindical). Tais dimensões estão nucleadas no fato – óbvio embora, talvez por isso mesmo, pouco reconhecido e tematizado – de ser a pesquisa científica que o toma por objeto conduzida, recorrentemente, por ativos membros de suas próprias correntes sindicais.

Esse fato tem nele ampliado os desafios de “reflexividade”² já presentes em todas e quaisquer práticas de pesquisa social. Em particular, quando se reconhecem as dimensões fortemente afetivas e inconscientes da micropolitização experimentada pelas relações entre suas lideranças, correntes e organizações. Em meio a elas, denegam-se em “ciência engajada” as ambíguas disposições ideológicas dos setores intermediários das classes trabalhadoras, possibilitando que o sindicato oficial cumpra, no seio do sindicalismo em estudo, seu papel sistêmico de agente de debilitação conjuntural de empreendimentos sindicais que se desejem revolucionários.

Faz-se uma evidência-síntese do sucesso desse “circuito de enfeitiçamento”³ o fato das correntes internas do sindicalismo em estudo, apesar das mútuas acusações historicamente desenvolvidas, terem tomado rumos instituintes igualmente orientados, em termos concretos, à oficialização sindical (e consequentes fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural). A força demonstrativa desse fato tem se amplificado nos últimos anos, nos quais tende a expandir-se nesse sindicalismo, pelo menos na Região Nordeste do país, a forma organizacional “sindicato oficial estadual”, estimulada pela criação da Proifes-Federação, que progressivamente avança na região.

¹ Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil no primeiro tópico do presente capítulo.

² Como proposto por Bourdieu (2005, p. 40, 42, 56, 91, 134), o princípio da reflexividade aponta, em síntese, o desafio de, em suas palavras, buscar dar “objetivação científica do sujeito da objetivação”. Fundamental à busca de objetividade que orienta a produção científica, faz compreender os limites criados nas posicionalidades tomadas pelos próprios pesquisadores no “campo com o qual e contra o qual cada um se fez”.

³ Utilizada por Gorender (1982, p. XII), a expressão busca dar reconhecimento conceitual à dupla dimensão, epistemológica e sociológica, da universalidade cultural da ideologia. Expressões de mesma intenção conceitual são encontradas em outros autores marxistas: “hábitos viciados de pensamento” (PRADO JR. 2006 [1942], p. 21), “evidência ideológica” (ALTHUSSER, 2017 [1966], p. 61), “crosta de preconceitos” (OLIVEIRA, 2009). Cf. Bezerra e Beserra, 2018.

4.1. A ilusão de uma “nova estrutura” sindical (oficial)

Diante de tudo o que anteriormente vimos, reconhecamos a natureza de artifícios político-organizativos igualmente assumida pelas três entidades instituídas ao longo dos processos de transição entre formas organizativas desse sindicalismo docente: a Andes (uma associação civil de servidores públicos), o Andes-SN (um sindicato nacional oficial) e a Proifes-Federação (uma federação oficial de sindicatos).

Movidas pela (inconsciente) adesão universal das lideranças do sindicalismo docente na Educação Superior pública no país à Estrutura Sindical de Estado, tais transições foram, como visto, responsáveis pela atual oficialização, plena, desse sindicalismo e, assim, por sua completa fragmentação político-associativa e debilitação conjuntural.

É à luz dos próprios discursos oficiais que nos dão acesso às vontades políticas responsáveis por suas criações – movidos por uma intenção contrária a esse resultado –, que se evidencia o fracasso histórico desses artifícios: todos eles foram projetados como capazes de fazerem-se uma “nova estrutura”.

Pudemos observar, nesse sentido, estar motivada a primeira forma organizativa assumida por este sindicalismo, no Andes, pela vontade política de, nas palavras de Agamenon Almeida no primeiro capítulo desta tese, ser uma “estrutura nova” e não aquela “estrutura tradicional, federativa”, que era da “estrutura pelega, do sindicalismo do capitalismo, que você tinha no mundo todo”. Uma estrutura entendida pelos membros do grupo político-ideológico que viria a hegemonizar o processo de invenção nacional desse sindicalismo, a corrente Andes-AD, como “getulista” e “viciada”, segundo vimos testemunhar Auxiliadora Lemenhe, também naquele capítulo inicializador deste estudo.

Foi sob direção desse grupo, já organizado como Andes-AD, que a Andes se transformou, alguns anos depois de sua criação, no Andes-SN, um sindicato oficial que, segundo sua autoapresentação¹, “rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 30, e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho”. Teria logrado essa realização fazendo-se um “sindicato nacional com seções sindicais nos locais de trabalho” e funcionando como “uma entidade autônoma em relação a partidos políticos”, mantida somente “pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória”.

¹ Cf. Andes-SN. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html>).

Apesar disso, no capítulo anterior, vimos a professora Eliane Leão atribuir a necessidade de rompimento com o Andes-SN e a consequente criação da Proifes-Federação justamente a uma “estrutura impossível de ser superada”. Estrutura essa que, também ali, vimos o professor Gil Vicente Reis de Figueiredo afirmar como carente de urgente superação em função do “grau de aparelhamento da entidade”, tornada possível por uma “estrutura concentradora de poder” sob “total controle da diretoria”. Esse foi o contexto discursivo no qual o professor Ricardo Thé afirmou a Proifes-Federação como “uma estrutura mais democrática” no sindicalismo docente na Educação Superior federal brasileira, “mais representativa da diversidade” de sua base social.

Reconhecemos nos anteriores capítulos, ainda, que essas duas correntes sindicais historicamente se posicionaram, ambas, à esquerda do espectro político; mesmo que suas perenças a distintas tradições das esquerdas brasileiras tenham modulado diversamente seus estilos negociais e discursos públicos, produzindo, entre elas, profundas tensões e rompimentos. O fato se evidencia, por exemplo, na afirmação, que se lhes faz comum, de estarem movidas pelo intuito de integração de seu específico sindicalismo docente ao sindicalismo dos demais segmentos das classes trabalhadoras no país.

Aceito o sistema explicativo aqui em operação – o marxismo estruturalista emergente nas althusserianas¹ pesquisas de Poulantzas (1977 [1968]), Saes (1984) e Boito Jr. (1991) – deve chamar-nos atenção nesse cenário histórico de semelhanças e diferenças um elemento comum a ambas as posições: esses grupos e suas lideranças mantiveram-se, igualmente, em atuação nas fronteiras do sindicalismo oficial. Ora, é em função deste elemento comum que, independentemente da correção ou equívoco das vontades, ideias e projetos por eles postos em concorrência, encontra-se o sindicalismo por eles forjado, hoje, inconciliavelmente dividido, interna e externamente; e, assim, debilitado na contribuição da luta conjuntural dos demais segmentos das classes trabalhadoras no país.

Como entender uma dinâmica histórica tão aparentemente paradoxal, na qual essas lideranças aparecem, elas próprias, como diretamente responsáveis por dar objetividade, em função de seu apego à legalidade sindical², a uma situação político-associativa configurada em

¹ Fundamentadas na obra do pensador marxista francês Louis Althusser.

² Trataremos dessa ideologia e de sua função sistêmica na Estrutura Sindical de Estado no Brasil adiante, no primeiro tópico do quarto capítulo.

direção precisamente contrária àquela declarada em seus discursos acerca da necessidade de unidade dos trabalhadores e trabalhadoras na luta de classes no país?

Neste ponto, recordemos, de início, a natureza sistêmica, ideológica e, portanto, denegatória¹ da dinâmica pela qual o sindicato oficial pode dar execução dissimulada a sua função política como um aparelho do Estado burguês. Atentemo-nos, ainda, ao fato de que, se for certa a universalidade de tal dinâmica no sistema sindical oficial² – não se tratando, pois, de um fenômeno privativo do sindicalismo docente –, é igualmente certo que a pertença do professorado da Educação Superior pública aos segmentos intermediários das classes trabalhadoras lhes impõe, por um lado, desafios ideológico-políticos compartilhados com as demais parcelas constitutivas desses segmentos³, enquanto, por outro lado, desafios próprios à sua situação de trabalho, intelectual e científica.

A literatura precedente já deixou suficientemente demonstrado como a ideologia meritocrática⁴, um dos fundamentos da ambiguidade conjuntural dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras, pôde historicamente determinar, via corporativismo, o afastamento das bases sociais do sindicalismo docente público superior seja do empreendimento associativo-sindical em geral seja daquele desenvolvido pelas diferentes frações das esquerdas em atuação nos agrupamentos profissionais dos professorados dos diferentes níveis de educação nacional, quer com vínculos empregatícios públicos quer privados.

¹ Como anteriormente afirmado, o termo “denegação” (e seus derivados) são aqui utilizados no sentido que lhe é atribuído por Bourdieu (2013 [1979/1982], p. 453-455), autor que se refere, com seu uso, a uma espécie de “oculto” que, estando, “ao mesmo tempo, presente e ausente”, ganha forma em “eufemismos que, fora de qualquer intenção consciente de dissimulação, permitem exprimir e experimentar oposições sociais”. Cf. Althusser, 2017 [1966], 2017 [1967]; Bezerra, 2016, 2017; Bezerra e Beserra, 2018.

² Esse fato foi já devidamente demonstrado na tese de Boito Jr. (1991).

³ Esse fato, já devidamente demonstrado na tese de Saes (1984), foi por nós visitada no primeiro capítulo desta tese.

⁴ No trecho seguinte, Boito Jr. (2011) nos apresenta a uma síntese elucidativa das possibilidades de expressão dessa ideologia no âmbito da organização sindical dos trabalhadores dos estratos intermediários: “Concebemos, a esse respeito, duas situações básicas. Num limite inferior, o trabalhador de classe média tende, dado o seu meritocratismo, a rejeitar, pura e simplesmente, a organização e a luta sindical. Se as desigualdades existentes no mundo do trabalho correspondem aos dons e méritos individuais de cada trabalhador, a organização e a luta coletiva não faz sentido e pode, como veremos logo adiante, ser estigmatizada. Contudo, a ideologia meritocrática não é um obstáculo intransponível. O trabalhador de classe média, apegado ao meritocratismo, pode, em determinadas condições, aderir ao sindicalismo. Ao fazê-lo, não estará, necessariamente, ultrapassando o limite dado pela situação de classe média. É possível praticar um sindicalismo de classe média: um sindicalismo marcado pela ideologia meritocrática, à qual estão associadas certas reivindicações, formas de organização e métodos de luta muito comuns no sindicalismo de classe média”. Cf. Bourdieu e Passeron, 2013 [1970]; Saes, 1984; Trópia, 1994; Girardi Jr., 1995; Fantinatti, 1998; Assis, 2006; Boito Jr., 2004, 2011; Bezerra, 2016, 2017; Bezerra e Beserra, 2018.

Desenvolvido nessa tradição e contexto investigativos, este último capítulo do trabalho busca contribuir com a compreensão de um aspecto desse processo que, decerto, ainda carece de maior esclarecimento: os modos como as especificidades da situação do trabalho do “acadêmico de esquerda” vem pondo em risco a objetiva participação conjuntural de seus artifícios organizativos sindicais, em particular na Educação Superior pública federal. Este é, conforme pressuposto neste trabalho, um dos núcleos explicativos da trajetória organizativa desse sindicalismo docente, de clara orientação à oficialização (e, em consequência, à debilitação conjuntural).

A dinâmica denegatória que sustenta e reproduz a adesão do professorado “de esquerda” ao Sistema Sindical de Estado tem sido bem menos observada e estudada no campo que aquela manifesta pelas frações “conservadoras”, “de direita” do professorado da Educação Superior pública no país¹. A mesma, contudo, não somente está presente e em ação em seu sindicalismo como tem nele garantido os efeitos politicamente desorganizadores do aparelho estatal burguês. Do contrário, como entender sua atual situação (cujo desenvolvimento histórico foi por nós acompanhado nos anteriores capítulos)?

Complexa em suas contradições, internas e externas, essa é uma situação histórica que impõe desafios teóricos e práticos seja para os setores das lideranças desse sindicalismo cuja modulação discursiva, como a da corrente Andes-AD, buscou ser sempre entendida como mais “revolucionária”, seja para aqueles que, embora também à esquerda, caso da Andes-Sind, projetaram o desenvolvimento de um sindicalismo mais “corporativo”, isto é, capaz de, segundo anteriormente explicou o professor Estevão Arcanjo, operar bem “numa estrutura mais tradicional (...) no sentido da organização da base municipal – sindicato, federação, confederação”, fazendo um “sindicato mais voltado pras questões internas da universidade”.

Limites de diferentes ordens impedem que esta tese conceda idêntica atenção analítica a ambas essas correntes sindicais – as quais se posicionam no âmbito do professorado da Educação Superior pública federal brasileira, mesmo que diversamente, sublinhemos, à esquerda do espectro político. Reserva-se para futuras oportunidades, portanto, um tratamento mais cuidadoso dos desafios que se impõem, em específico, a esta última, passando o trabalho a dedicar-se com maior afinco, deste ponto em diante, àqueles mais diretamente relativos à primeira corrente em estudo; a qual, ademais, tendo se estabelecido formalmente mais cedo,

¹ Veja-se, a esse respeito, o terceiro capítulo de Fantinatti (1998, p. 73-116): “A crítica conservadora ao movimento docente nas universidades públicas”.

tornou-se objeto de investigações anteriores, o que possibilita ao presente trabalho um diálogo mais amplo com seu campo de pesquisa.

i. O dilema histórico em torno da liberdade sindical

Durante as cerca de cinco décadas que foram panoramicamente percorridas nos capítulos anteriores, vimos repetir-se, em todos os três períodos transicionais observados, debates em torno da “estrutura sindical” e seus efeitos políticos sobre a organização dos trabalhadores da Educação Superior brasileira.

Testemunhos e registros documentais deixaram evidente, como vimos no primeiro tópico do segundo capítulo, ter se desenvolvido em torno desse tema aquela que é amplamente reconhecida, aliás, como a “primeira grande luta” interna desse sindicalismo docente, responsável pela configuração da fisionomia pública por ele, desde então, assumida. Naquelas específicas circunstâncias históricas nacionais – contextualizadas pela reorganização das esquerdas partidárias e sindicais brasileiras ante o então contemporâneo arrefecimento da Ditadura Militar estabelecida em 1964 e o processo de Redemocratização que desembocaria na Constituição de 1988 –, o debate se fez em torno de duas possibilidades: deveria a organização sindical nacional desse professorado instituir-se como uma “federação de associações” ou como uma “associação nacional”?

Aquela disputa estava doutrinariamente orientada, já reconhecemos, pelos embates político-ideológicos entre o tradicional sindicalismo comunista no país e o Novo Sindicalismo, emergente no seio de uma “nova esquerda”, então em formação e estabelecimento nacional. Estes últimos acusavam seus concorrentes na direção política das classes trabalhadoras brasileiras de praticarem um sindicalismo que vinha historicamente se confundindo e participando do sindicalismo “pelego” e “populista” imposto ao país pelo getulismo. Aí residiria sua incapacidade de fazer-se um sindicalismo “autêntico”.

O fato é que, conforme bem documentam, além de outros trabalhos¹, Rodrigues (1991) e Boito Jr. (1991, p. 162, 175), trabalhadores sindicalmente organizados à esquerda resistiram, de início, às tentativas de modernização capitalista da legislação sindical e trabalhista brasileira empreendidas pela Revolução de 1930. Obtiveram relativo sucesso nesse intento até,

¹ Cf. Carone, 1970; 1979; Weffort, 1973; Almeida, 1975; Silva, 1977; Rodrigues, 1991; Santana, 1999; Araújo, 2002.

pelo menos, o fim do Estado Novo (1937-1945), em particular nas regiões nacionais onde os regimes empregatícios apresentavam-se mais avançados. Até ali, afirma Boito Jr. (ibidem), sob direta influência política “anarcossindicalista, comunista e trotskista”, vários grupos de trabalhadores no país se negavam a “converter os sindicatos livres em sindicatos oficiais”, mantendo-se estes, em grande medida, como uma estrutura “vazia de trabalhadores”.

Em todo caso, explica Araújo (2002, p. 48, 49), o contexto nacional e mundial gerado pela polarização geopolítica do pós-Guerras, a chamada Guerra Fria, apresentou aos trabalhadores brasileiros “dificuldades crescentes para a sobrevivência de suas entidades autônomas e de luta política”. Objetivamente, o cenário que passaram a ter diante de si lhes impunha decidir-se, sugere a autora, “entre a alternativa liberal-excludente, que se fortalecera com o movimento pela reconstitucionalização [pós-Estado Novo], e a alternativa corporativista que lhes assegurava direitos sociais e lhes oferecia um canal de participação direta na redefinição político-institucional”.

Nessas novas circunstâncias conjunturais, continua Araújo (ibidem), fez-se ampla no país a “adesão ao sindicalismo corporativo”. Os “anarcossindicalistas” teriam se apresentado, então, a “única corrente sindical que se manteve irredutível na defesa da organização autônoma dos trabalhadores e na oposição ao sindicalismo corporativista”. Essa posição resultou, porém, no seu “isolamento e, em um contexto de dificuldades crescentes para a sobrevivência dos sindicatos livres, contribuiu para a sua perda de influência no movimento sindical” brasileiro.

Segundo Araújo (2002, p. 50-51), a “implantação do sindicalismo corporativo” no Brasil passou a contar, assim, com o apoio de importantes “lideranças de esquerda, principalmente comunistas e trotskistas”. Os comunistas estabeleceram como estratégia diante do sindicalismo corporativo a atuação “no seu interior, com o objetivo de utilizá-lo na luta pela autonomia sindical”, tomando “suas diretorias” na intenção de “politizá-los e transformá-los em sindicatos de luta contra a política do Ministério do Trabalho”. Os trotskistas estabeleceram, por sua vez, “uma postura [ainda] mais radical na adesão ao sindicalismo oficial”, passando a

(...) atuar no seu interior, a defender a oficialização de todos os sindicatos livres e a condenar as lideranças que se mantinham apegadas a estas entidades, rejeitando a tutela do Ministério do Trabalho. Eles passaram a reinterpretar a lei de sindicalização como um instrumento efetivo de organização dos trabalhadores e defesa dos seus interesses. Com esta mudança de posição os trotskistas, que constituíam um grupo com influência limitada a poucas categorias, gráficos e comerciários notadamente, conseguiram assumir a liderança de experiências intersindicais, reunindo apenas sindicatos oficiais e vendo suas propostas serem aceitas por uma gama mais ampla de categorias e sindicalistas independentes ou reformistas.

As estreitas relações dos governos militares com os interesses (neo)imperialistas estadunidenses dariam, a partir de 1964, ainda maior complexidade a este cenário, tendo suas políticas trabalhistas e sindicais estimulado o estabelecimento no país de correntes de corte, segundo evidenciou Saes (1984, p. 228, 229), “trade-unionista”. Estas, explica, caracterizaram-se pela “combinação de ativismo reivindicatório (plano econômico/sindical) e de valorização, a partir de uma perspectiva economicista, da prática político-partidária”, o que as faria assemelhadas a “um braço ‘político-parlamentar’ do aparelho sindical”. Em nenhuma medida estariam dedicadas, portanto, a “articular a luta sindical a uma estratégia política anticapitalista”.

Apesar dessa complexa história, foi possível ver em ação no sindicalismo nacional ainda ao final da Ditadura Militar, conforme sublinhado por Boito Jr. (1991), correntes sindicais sob direta influência das primeiras resistências organizadas das classes trabalhadoras brasileiras à Estrutura Sindical de Estado.

Tais correntes tiveram, aliás, uma presença inicial de grande importância mobilizadora na instituição do Novo Sindicalismo, como testemunham seja a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), realizado em 1980¹, seja a existência do Movimento Construir o Sindicato Livre, organizado pelo Comitê de Luta Pelo Sindicato Livre, um “setor do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOMSP)”². Em todo caso, conforme documenta o sítio eletrônico da iniciativa “*Blog Liberdade Sindical*”³, as mudanças “na conjuntura política e econômica do país”, nas quais tiveram destaque o “crescimento abrupto do desemprego na recessão de 1981-1983”, impuseram o retorno “aos seus Estados de origem” a vários dos “integrantes do Comitê”, que encerrou suas atividades em 1984 – um ano após a criação da CUT. Dali em diante, o “protagonismo na luta contra a ditadura militar, deslocou-se do sindicalismo operário, que esteve na vanguarda do enfrentamento com o regime militar entre 1979 e 1981, para o movimento pelas ‘Diretas Já’, que se apoiou fundamentalmente nas camadas médias urbanas”.

Por tudo o que sobre ele reconhecemos no primeiro capítulo desta tese, o Movimento das Comissões Pró-ADs, iniciado em 1978, encontrava-se organizado, atentemos, justamente por essas “camadas médias urbanas”. De modo que os debates em torno da fisionomia

¹ Cf. Rodrigues, 1991, p. 24 em diante; e Boito Jr., 1991, p. 152.

² Cf. Construir o Sindicato Livre. (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B62LOXoBcuhTSkhaLUFwTWVNWEU/view>).

³ Cf. Blog Liberdade Sindical. (Disponível em: <http://www.liberdadesindical.com.br>).

organizativa a ser assumida pela Andes, quando de sua fundação em 1981, encontravam-se fundamentalmente orientados por essa complexa história prévia de posições e relações entre as correntes sindicais das esquerdas nacionais em torno da forma mais oportuna a ser assumida pela organização político-associativa das classes trabalhadoras caso quisessem burlar a força tutelar do sindicalismo oficial, amplamente reconhecida.

Ao acompanharmos, nos primeiro e segundo capítulos, os discursos e posicionamentos das lideranças que então dirigiam aquele movimento instituinte, reconhecemos com relativa facilidade seus alinhamentos político-ideológicos nesse contexto histórico. Daí que tenhamos apontado – no que somos acompanhados, como se viu, seja por pesquisadores seja por informantes, desta e de outras pesquisas – os vínculos comunistas da proposta de uma “federação de associações” e os vínculos neossindicalistas da proposta de uma “associação nacional”.

Sublinho, neste ponto, o fato de que ambas essas propostas estejam já configuradas em algum nível de adesão ao sindicalismo oficial. Evidencia o fato a unidade do “movimento docente”, no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, em torno da sindicalização oficial do funcionalismo público no país. Que a organização associativa então em instituição passasse, assim que legalmente possível, à condição de um sindicato oficial fazia-se, tudo leva a crer, uma compreensão ali sem grandes concorrências, uma vez que o debate se dava apenas em torno da forma mais adequada de preparar a entidade que, assim que possível, deveria tornar-se parte do sistema sindical oficial.

Dando expressão a suas históricas estratégias de relação com a Estrutura Sindical de Estado, os comunistas não encontravam qualquer problema na forma confederativa assumida como modelo pela legislação estatal. Esta, entendiam – e continuam a entender, segundo acompanhamos nos discursos de lideranças da Andes-Sind e Proifes-Fórum/Proifes-Federação no segundo e terceiro capítulos –, se apresentaria capaz de garantir, ademais, maior democracia interna e representatividade da base social do sindicalismo docente universitário federal.

A aposta na forma “associação nacional”, apresentada por aqueles em direto alinhamento com o Novo Sindicalismo, expressava sua intenção de, como vimos testemunhar Agamenon Almeida e documentar Donatoni (1999) e Otranto (2000), burlar a força tutelar do sindicalismo estatal através de inovações jurídico-organizativas. A forma “sindicato nacional com seções sindicais” foi por eles escolhida ao lado de outras, tais como o não recolhimento compulsório do imposto sindical. Não se lhes apresentava como um tema digno de atenção, em todo caso, a própria integração de tais inovações ao sistema sindical oficial.

Pelo que se pode depreender do processo de formalização das primeiras organizações advindas do Novo Sindicalismo, PT e CUT, manifestava-se nesse posicionamento a ambiguidade conjuntural dos segmentos intermediários¹ diante da Estrutura Sindical de Estado. Conforme vimos há pouco, na medida que se aprofundavam os efeitos da recessão, esses segmentos foram ganhando corpo na organização do movimento neossindicalista, que teve sua dirigência deslocada, progressivamente, das frações do operariado com vínculos trabalhistas mais atrasados e menores faixas salariais para aquelas com vínculos mais avançados (ligada às indústrias automobilísticas, metalúrgicas e petroleiras, em especial), do funcionalismo público (bancários, professores, etc.) e dos trabalhadores liberais².

A progressiva oficialização da CUT fez-se acompanhar, nesse sentido, de paulatina adequação da maioria de seus setores ao sindicalismo oficial. Sobre o fato, Araújo (2002, p. 29) conclui que, o Novo Sindicalismo, que teve “como uma de suas bandeiras centrais o fim da estrutura sindical controlada pelo Estado”, em que pese sua “novidade e importância no processo de luta democrática que levou ao fim da ditadura militar (...) não foi capaz de quebrar esta estrutura”. De modo que, “mais uma vez” na história do país, se modificaria “o regime político sem que a estrutura sindical corporativista, herdada do regime autoritário dos anos 1930, tenha sido substancialmente alterada”.

Sobre o fato, a tese de Barison (2016, p. 13, 14, 158-205), seguindo – como aqui também procedemos – sinalizações da tese de Boito Jr. (1991), demonstrou suficientemente como a Constituição Federal de 1988, “a despeito de ter suprimido os dispositivos autoritários identificados com o regime ditatorial”, “manteve” e, de fato, “sofisticou” a histórica “função geral da estrutura sindical de Estado”, modernizando-a via “gestão judiciária”: dissimulado num “sistema de representação de interesses” ou de “solução de conflitos”, continua o autor, mantêm-se o “sistema de controle estatal sobre o movimento dos trabalhadores”.

Tal situação torna, no mínimo, curioso, como já sublinhado e analisado por Boito Jr. (1991, p. 97-111), a histórica luta da Andes e outras associações de funcionários públicos pelo que entenderam tratar-se do “direito à sindicalização” oficial. Em particular, por seus estreitos vínculos históricos com as organizações partidárias e sindicais das esquerdas advindas do movimento neossindicalista, as quais, mesmo que se encontrem hoje divididas em dois

¹ Cf. o sentido analítico da expressão no segundo tópico do primeiro capítulo.

² Recorde-se, neste ponto, o debate apresentado no segundo tópico do primeiro capítulo acerca da localização dessas parcelas do operariado entre os segmentos intermediários das classes trabalhadoras nacionais. Cf. Saes, 1984, p. 79-150; Boito Jr., 1994.

campos políticos concorrentes – CUT/PT *versus* CSP Conlutas/Intersindicais/PSTU/Psol, a grosso modo –, dele herdaram a defesa discursiva da liberdade e autonomia sindicais. Ora, quando bem compreendido, enfatiza o autor, o processo de luta pelo direito à sindicalização dos funcionários públicos brasileiros iniciado na década de 1980 significou, em verdade, a luta pelo atrelamento “ao aparelho de Estado” de sua “ampla e massiva” sindicalização já realizada “em sindicatos livres”, suas associações civis. Estas, nunca tendo tido suas fundações legalmente impossibilitadas, tampouco foram jamais impedidas de “desenvolver atividades sindicais”. Em todo caso, lamenta, ao invés dessa possibilidade ter sido “explorada a fundo pelos sindicalistas que se dizem defensores da autonomia sindical”, os “sindicatos livres de funcionários públicos aderiram, quase que por unanimidade, à proposta de oficialização”.

ii. Ideologia da legalidade sindical e investidura oficial estatal

À base desse dilema histórico em torno da (auto)organização das classes trabalhadoras brasileiras a fim de assumirem, efetivamente, sua autonomia e liberdade político-sindicais, encontramos em atividade os efeitos da ideologia da legalidade sindical. Nela, expressasse no específico âmbito sindical uma ideologia mais ampla, a qual, como demonstrado por Saes (1984), nucleia o populismo à brasileira: o culto ao Estado protetor. A atenção à dissimulada expressão de tal culto nesse específico âmbito social faz compreender como, nas palavras de Boito Jr. (1991, p. 97-111), a “luta [dos funcionários públicos] pelo ‘direito de sindicalização’” signifique, quando posta em perspectiva conjuntural, uma “luta pelo enquadramento dos funcionários no sindicato de Estado e, portanto, um exemplo da aspiração à tutela do Estado”.

Não seria oportuno retornar, neste momento, à explicitação de toda dinâmica do mecanismo denegatório configurador da legitimação ideológica do sindicato oficial como célula de base da dissimulada desorganização política das classes trabalhadoras pelo aparelho estatal burguês, de resto já bem demonstrada pela literatura aqui tomada como clássica. Importa, no entanto, termos com clareza, neste contexto, que é por encontrar seu *telos* nessa função que a Estrutura Sindical de Estado, embora tenha como “pilares fundamentais” a “unicidade”, o “imposto [compulsório]” e a “investidura [oficial]” (ARAÚJO, 2002, p. 30), encontre precisamente neste último pilar, enfatiza Boito Jr. (1991, p. 133, 134), seu “elemento fundamental”, sendo exatamente ele que, dentre os três, se “esconde da maneira mais rigorosa e eficaz” no discurso dos sindicalistas ideologicamente orientados pelo legalismo sindical.

Na sequência de seu argumento, Boito Jr. (1991, p. 133, 134) afirma algo sobre esse fenômeno que pudemos verificar nas anteriores críticas à “estrutura sindical” historicamente desenvolvidas pelas lideranças desse sindicalismo docente, quer ligadas ao Andes-SN quer à Proifes-Federação: os “demais elementos componentes da estrutura do sindicato de Estado [a unicidade e os impostos compulsório] chegam a aparecer no discurso dos sindicalistas, ainda que como elementos desconexos, e não como componentes de uma totalidade articulada que integra os sindicatos ao Estado”. A investidura oficial estatal, porém, “sequer na condição de elemento desconexo aflora no discurso do legalismo sindical”.

iii. Artíficos político-organizativos e seus fracassos históricos

Nos capítulos anteriores, além de termos tido oportunidade de acompanhar fatos e características empíricas do estabelecimento histórico do sindicalismo a cujo estudo estamos aqui dedicados, pudemos também nos aproximar, em maiores detalhes teóricos, aos elementos constitutivos dos desafios ideológico-políticos que reconhecemos como típicos às raízes sociais do professorado em estudo, sistêmica e estruturalmente pertencente aos segmentos intermediários das classes trabalhadoras do país. Um fato que independe do quanto suas vontades e projetos, individuais ou coletivos, busquem publicamente apresentá-los como conjunturalmente posicionados mais à direita ou mais à esquerda do espectro político nacional.

Vimos, ainda, que o caráter sistêmico desses desafios ideológico-políticos encontra uma de suas dimensões mais sutis – e, portanto, consistentes – no risco de induzir, dissimuladamente, a soluções instituintes orientadas, no limite, por estratégias discursivas forjadas por denegações mágicas dos fatores que lhe são, de fato, determinantes (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 238).

Dois fatos históricos se apresentaram, nesse sentido, centrais à observação analítica dos momentos originários do sindicalismo docente em estudo: Por um lado, quanto sua emergência histórica fez-se profundamente relativa, a despeito da tonalidade “anticapitalista” dos discursos de boa parte de suas lideranças instituintes, ao processo de normalização capitalista-dependente da vida pública brasileira pós Ditadura Militar de 1964. Por outro lado, a atipicidade que, no contexto da situação de classe do agrupamento profissional em estudo, apresentavam

as posições de classe¹ projetadas pelas correntes sindicais responsáveis pela instituição desse sindicalismo, tanto no país como no Estado do Ceará, aqui diretamente pesquisado.

A busca de compreensão científica do sindicalismo docente universitário federal brasileiro não deveria desconsiderar, no mínimo, esses dois irrecusáveis fatos sobre as origens desse sindicalismo e daquele que foi o artifício político-organizativo inicializador de suas demais instituições, a Andes – transformada, posteriormente, em Andes-SN e desdobrada, via cisões organizacionais, em Proifes-Fórum/Proifes-Federação, um processo com diferentes efeitos locais de rompimentos e concorrências internas (correntes, diretorias, coletivos etc.). Afinal, a trajetória organizativa desse sindicalismo vem objetivamente se dando, antes que em direção a sua, desde sempre, proclamada coesão interna e externa integração à luta sindical e política das classes trabalhadoras no país, em direção a sua fragmentação político-associativa, interna (já que sua atual diversificação organizacional fez-se movida por inconciliáveis tensões e cisões) e externa (já que esse sindicalismo teve papel central na divisão das esquerdas neossindicalistas e se mantém como ator fundamental em sua manutenção e aprofundamento).

Diante desses fatos incontestes, reconhecer a natureza de artifício político-organizativo aqui sugerida para as entidades associativas emergentes ao longo do desenvolvimento histórico do sindicalismo docente em estudo tem como virtude analítica possibilitar-nos a ênfase no fato de que, quando tomamos um ponto de vista conjuntural, podem passar as organizações sindicais a significar, primariamente, instrumentos de ação político-associativa, não se fazendo, em si mesmas, finalidades últimas. Daí a importância de atenção às palavras com as quais Boito Jr. (1991, p. 163, 294) encerra sua pesquisa acerca dos efeitos da Estrutura Sindical de Estado no Brasil sobre a organização política das classes trabalhadoras no país:

Ao longo da história do sindicalismo brasileiro pontilham, nos mais diferentes setores, organizações autônomas que são, de fato, sindicatos livres – comissões de fábrica e de empresa, associações de trabalhadores organizadas por oposições sindicais, comandos e “fundos de greve” etc. Se, apesar disso, o sindicato de Estado não entra em crise, é porque essa rejeição ampla e persistente permanece difusa, isto é, não se organiza em aparelhos que tenham como objetivo expresso e definido destruir o sindicato oficial. Nesse ponto preciso, é o legalismo das direções sindicais que desempenha o papel decisivo. Os dirigentes das organizações autônomas construídas no bojo da luta reivindicativa consideram-nas, regra geral, como organizações provisórias – seja, apenas, para cobrir temporariamente um setor não enquadrado pelo sindicato de Estado, como ocorre com o funcionalismo [público], seja para aglutinar, temporária e taticamente, uma ou mais correntes marginalizadas do sindicato oficial, vítimas de deposições ou do peleguismo (...). Nada do que os petistas [e, diríamos hoje, os conlutistas e intersindicalistas] propõem, e ao contrário do que pensam, pode ser obtido sem a

¹ As relações entre situação e posição de classe foram objeto de exposição conceitual no quarto tópico do primeiro capítulo.

destruição do sindicato de Estado (...). Quer dizer, sem a extinção de tudo aquilo que a Constituição de 1988 preservou nos seus artigos 8º e 114º. A relação do sistema sindical, de Estado com o interesse político da burguesia independe da origem, dos projetos e das intenções dos sindicalistas que dirigem os sindicatos oficiais. Esses sindicalistas, uma vez colocados no interior desse aparelho, são portadores de relações estruturais que eles próprios não controlam, e não podem controlar. Se realizam alguma opção, opção pela qual respondem politicamente, é a de atuar e se manter dentro do sindicato oficial. Mas, decidido isso, todo o resto vem por si só.

4.2. Ideologia teórica e “ciência engajada”

Os prévios estudos de Boito Jr. (1991) nos apresentam, já vimos, ao fato de que o legalismo sindical, como um fenômeno ideológico complexo, tem manifestações à direita, de evidência relativamente facilitada pelo posicionamento de classe daqueles que lhe dão atualização pública, e à esquerda, cujo reconhecimento é dificultado pela dissimulação que lhe impõem os posicionamentos de classe por meio dos quais encontra objetiva presença social. A maior capacidade desta última manifestação do legalismo sindical em passar despercebida em sua dissimulação à esquerda em nenhuma medida impõe prejuízos, porém, à potência de seus efeitos conjunturalmente desorganizadores, isto é, como elemento constitutivo da dinâmica ideologicamente legitimadora do sindicalismo oficial. Trata-se, aliás, do contrário.

Ambas as manifestações do legalismo sindical encontram uma dimensão fenomênica no que Boito Jr. (1991, p. 95) nomeou como “ideologia teórica”, a saber: a “camada mais superficial do discurso ideológico”, constituída por racionalizações que “encobre[m] e dissimula[m] a prática real desses sindicalistas, que é de aceitação e de apego ao sindicato de Estado”. E, caso nos foquemos apenas nas manifestações à esquerda dessa dimensão, teórica, do legalismo sindical e, uma vez nela focados, reconheçamos quanto a situação de trabalho do professorado aqui em estudo, acadêmica e intelectual, encontra sua matéria-prima precisamente na prática teórica, poderemos pressupor que a dissimulação que sustenta a efetividade do legalismo sindical de esquerda encontre uma força denegatória singular nesse específico agrupamento profissional.

Chamemos de “ciência engajada” a esse fenômeno, entendendo-o como sendo o modo pelo qual a ideologia teórica do legalismo sindical de esquerda encontra manifestação própria no âmbito do sindicalismo docente em estudo. Reconheçamos, ainda, que as sutilezas denegatórias dessa camada teórica das racionalizações ideológicas dos “acadêmicos de esquerda” vêm sendo historicamente dissimuladas, com forte efetividade social, por estarem lastreadas, antes de mais nada, na legitimidade social do discurso competente dos “acadêmicos”

(CHAUI, 1997), tomados, de antemão, como portadores de indiscutível objetividade científica. Daí a generalizada dificuldade de reconhecer as adesões práticas de suas lideranças sindicais seja à ideologia meritocrática/corporativismo seja ao legalismo sindical e, assim, à tutela estatal burguesa. A micropolitização da prática associativa de suas diferentes correntes é um efeito diretamente relativo a tal fato.

Como veremos a seguir, essas adesões práticas têm historicamente se refratado, no primeiro caso, na autoimagem construída por estas lideranças para a atuação de suas correntes e organizações sindicais e partidárias, ilusoriamente concebidas como se tratando de uma “vanguarda” das classes trabalhadoras no país, uma vez que desenvolvidas, supõe-se, por “intelectuais orgânicos”. E é partindo de tal autoimagem que, num movimento simultâneo, desenvolvem um rígido oposicionismo programático, o qual, apesar de sua aparente radicalidade, trai, em sua evidente micropolitização, a profunda expectativa que os move: a aspiração à tutela de um “Estado protetor”.

Essa aspiração tem historicamente se objetivado, por exemplo, na restrição que vimos encontrarem as lutas associativo-sindicais desse agrupamento profissional às ações do Poder Executivo, em cujo âmbito se fazem, fundamentalmente, as pautas e querelas históricas entre suas correntes majoritárias. Assim restritamente politizadas, suas avaliações conjunturais fazem-se incapazes de integrar analiticamente a diversidade de posições e movimentações político-ideológicas em sua base social, bem como o papel que lhes caberia, como segmentos intermediários, no confronto entre as classes no país. Assim criam-se os “inimigos internos”, que naturalizam e validam as tensões e rompimentos divisionistas da unidade política das classes trabalhadoras diante de divergências circunstanciadas, fundamentalmente relativas a posicionamentos mais ou menos oportunos do “movimento docente” ante políticas e programas governamentais que imediatamente atinjam as “condições de trabalho” de sua específica base sindical.

A prática da pesquisa científica, elemento central às estratégias de distinção social que constituem a situação de trabalho desse agrupamento profissional, cumpre, pois, uma função imediata na ocultação dessa dinâmica ideológica de desorganização política. Para tanto, encontra desenvolvimentos, constataremos a seguir, enviesados por procedimentos investigativos de corte anacrônico, (auto)mistificatório e moralista/subjetivista. Por sua carência de objetividade, um conhecimento assim produzido, mesmo que se deseje “revolucionário”, encontra-se sistêmica e estruturalmente impossibilitado de contribuir com informações úteis à luta conjuntural das classes trabalhadoras. Em outras palavras, emergentes em procedimentos

investigativos que desconsideram sistematicamente, por exemplo, os desafios da ambiguidade conjuntural da natureza (intermediária) de classe do professorado em questão, tornam-se úteis, fundamentalmente, a embates micropolitizados.

i. O debate acerca da ambiguidade de classe do professorado da Educação Superior pública

Ainda não são muitos os trabalhos especificamente dedicados ao sindicalismo docente na Educação Superior brasileira, quer pública quer privada¹. Aqueles que, nesse contexto, tomam como eixo analítico a condição de classe desses trabalhadores e, em consequência, as ambiguidades que potencialmente a acompanham fazem-se ainda mais escassos. Dois deles, publicados no início dos anos 1990, assumiram, em todo caso, o papel de referências recorrentes, positiva ou negativamente, na (pequena) literatura que vem desde então sendo desenvolvida. Refiro-me aos trabalhos de Coelho (1993) e Ridenti (1995).

Contextualizando o Andes-SN entre os sindicalismos praticados pelo que nomeou como “setores das novas classes médias” em construção “de identidades críticas em relação à ordem estabelecida”, Ridenti (1995) chama atenção a que, dentre as especificidades a considerar sobre sua base social, encontrava-se o fato de que certamente “não caberia atribuir” às mesmas, “em seu diversificado conjunto”, um posicionamento à esquerda no espectro político. Atribui suas inesperadas movimentações políticas à esquerda durante o processo de contraditória normalização capitalista-dependente da vida social brasileira às especificidades de suas circunstâncias laborais. Particularmente dos agrupamentos profissionais com vínculos empregatícios público-estatais, premidos, de um lado, por “condições salariais e de trabalho cada vez mais precárias” e, de outro, por obrigações profissionais de “articulação entre o público e o privado”.

Desafiados a responder simultaneamente a ambas as dimensões dessa realidade laboral, os sindicalismos desses trabalhadores encontrariam uma tarefa primordial que, segundo Ridenti (1995), apresentaria dupla natureza: por um lado, desenvolver uma dinâmica organizativa capaz de reunir força político-sindical suficiente à reivindicação de “maiores investimentos governamentais para as áreas de bem-estar social” e melhorias nos serviços estatais prestados à “população globalmente considerada”. Nesse ponto residiria seu “caráter público, universal e

¹ Recorrente na literatura do campo, essa afirmação pode ser também encontrada, dentre outros, em Gindin e Melo (2011, p. 280, 281), Ferreira (2011, p. 30), Miranda (2011, p. 106), Vicentini e Lugli (2011, p. 174), Dal Rosso (2011a, p. 11-13), Mancebo (2011, p. 86, 87), Ferreira (2013, p. 81, 82), Bauer, Paulista e Diniz (2013, p. 56), Bauer, Pontes e Mathias (2013, p. 189) e Rêses (2015, p. 23).

socializante”. Por outro lado, tais sindicalismos, sendo o que são, não poderiam deixar de também reivindicar “melhores condições de trabalho e de remuneração” para suas bases sociais, o que lhes imprimiria um caráter também potencialmente “particular, corporativo”. A este último, o autor cuida em afirmar uma “legitimidade inegável, já que [segundo seu entendimento] todos têm direito de reivindicar melhorias trabalhistas”.

Apesar de pressupor como potencialmente “compatíveis” esses dois polos do que nomeou como “ambiguidade das lutas de setores de esquerda das novas classes médias” – compatibilização que, se bem-sucedida, poderia chegar a “irmanar os funcionários do Estado aos demais trabalhadores” –, Ridenti (1995) afirma igualmente possível que os mesmos se façam “contraditórios”. Essa seria uma possibilidade estabelecida sempre que “os interesses particulares dos funcionários se sobrepuserem aos interesses públicos, gerando o chamado ‘corporativismo’”, fenômeno associativo-sindical que implicaria “a sobreposição dos interesses de um sindicato ou de um setor profissional (corporação) aos interesses do conjunto da sociedade”.

Deixando o âmbito das possibilidades lógicas para se aproximar às expressões empíricas do problema, o autor chama atenção a um fato de objetividade só aparentemente banal: “nem sempre há consenso entre os docentes sobre o limite entre o corporativismo e os legítimos interesses trabalhistas”! Ridenti (1995) nos apresenta, nesse sentido, a uma rica demonstração documental de algumas das questões em torno das quais orbitavam esses dissensos, no Andes-SN, durante o período em que escreveu seu texto, a primeira metade dos anos 1990:

A “estabilidade em todos os níveis da carreira acadêmica” e a “isonomia entre as universidades federais”; “o ‘direito dos professores de requerer [diferente de ‘outras categorias profissionais’] aposentadoria integral aos 25 anos ou aposentadoria proporcional aos 20 anos de efetivo exercício do magistério””; questões em torno dos “mecanismos de avaliação” para “progressão na carreira docente” (notório saber? Titulação? Desempenho? Igual peso ao “ensino, pesquisa e extensão”?”); o significado objetivo e o real alcance político-acadêmico e financeiro-administrativo da “autonomia universitária” e da “democracia interna”; a ocupação docente de cargos de chefia e a participação em órgãos colegiados nas organizações de Educação Superior (em particular quando feita por (ex)lideranças do “movimento”: assumir uma “posição autoritária e conservadora” ou um “populismo corporativista”? há outras possibilidades?); o (específico?) lugar do professorado da Educação Superior privada e estadual na Andes, etc.

Vimos ao longo dos capítulos anteriores que tais dissensos estiveram à base dos processos de divergência político-ideológica que, progressivamente acirrados, polarizados e

micropolitizados, desdobraram-se na cisão organizacional e político-associativa que marca a situação atual desse sindicalismo no país e estado aqui diretamente pesquisado.

Expondo com certa minúcia alguns desses debates, Ridenti (1995) faz ver as sutilezas assumidas pelas manifestações das contradições potenciais da ambiguidade à base do sindicalismo de segmentos intermediários, explicitando o fato dos riscos políticos de decaimento em restrito corporativismo acompanharem igualmente a seus diferentes grupos e membros. Inclusive quando se trata daqueles que, por assumirem um “ideário de esquerda”, preferem “considerar-se parte da classe trabalhadora (sujeito da emancipação social, na tradição analítica marxista, predominante na direção da Andes)”:

Apesar de alguns militantes do Movimento Docente recusarem, em teoria, propostas e práticas corporativas em várias universidades públicas – como a efetivação sem concurso e a ascensão na carreira por tempo de serviço –, acaba prevalecendo a pressão dos que alegam que alguns benefícios corporativos servem para contrabalançar a situação adversa e de arrocho salarial na academia, só podendo ser alterados os benefícios após uma transformação mais profunda na estrutura universitária. Pode-se mesmo perguntar se a aceitação de práticas corporativistas não seria o preço a pagar, pelos dirigentes de esquerda da Andes, para manter sua representatividade junto ao conjunto dos docentes, que está longe de assumir o perfil político e ideológico dos dirigentes (...). (RIDENTI, 1995).

Conforme se vê, embora o autor não afirme explicitamente, tudo leva a crer que não esteja em questão em sua abordagem do sindicalismo docente na Educação Superior, pois, a possibilidade de uma solução absoluta para a ambiguidade ideológico-política que reconhece como típica de sua base social. Antes que essa, põe em questão, aparentemente, a possibilidade de organizações e funcionamentos associativo-sindicais capazes de equilíbrios circunstanciadas diante da permanente tensão dialética entre seus polos corporativo e público; uma tensão que faz os setores médios movimentarem-se, sem solução terminante no sistema social vigente, entre as possibilidades de seus posicionamentos político-sindicais. Onde encontrar critérios orientadores do desenvolvimento de tais equilíbrios?

Sem dar tratamento direto à questão, Ridenti (1995) deixa-nos apontada, em seu texto, uma preciosa pista a esse respeito: ao lidarem com sua pertença à “classe trabalhadora brasileira” como uma mera questão de preferência ou adesão, os segmentos do professorado da Educação Superior responsáveis pela criação da Andes correm o risco de utilizar-se de seu “ideário de esquerda”, que poderia efetivamente ligar-lhes “aos interesses do conjunto dos trabalhadores”, para evitar “encarar sua ambiguidade de classe média”. O fato lhes afastaria, apesar dos biográficos vínculos por nós já reconhecidos no primeiro capítulo, de uma das características políticas do movimento estudantil, o qual, afirma o autor baseando-se em trabalho por

ele anteriormente realizado e em diálogo com outros autores¹, “se autopenitenciava por seu caráter ‘pequeno-burguês’”.

É certo que, dentre as contribuições desse texto de Ridenti (1995) à presente investigação, encontram um importante lugar, como se pode ver no capítulo inicializador desta tese, suas considerações acerca das relações históricas entre Movimento Estudantil e “movimento docente”, ainda insuficientemente explorados neste campo de pesquisa. Mas é a um outro aspecto de suas contribuições, de caráter mais amplo e de efeitos político-organizativos mais imediatos, que devemos, a esta altura de nossa análise, atentar: o autor nos apresenta, ainda no início dos anos 1990, a uma abordagem do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira capaz de, mesmo que ali apenas em esboço, integrar analiticamente a diversidade de movimentações ideológico-políticas existentes, à esquerda, em sua base social, possibilitando dimensionar de modo minimamente objetivo o lugar assumido pelas divergências e disputas entre suas correntes majoritárias em sua trajetória organizativa.

A esse respeito, reconhecamos quanto os desafios de reflexividade presentes na dupla inscrição dos pesquisadores desta temática² vêm tornando incomum, até o hoje, abordagens com tal capacidade de integração analítica, fato que faz desse pequeno texto de Ridenti (1995) um necessário ponto de passagem. Afinal, tudo faz crer que tal incapacidade analítica se encontre à base do empobrecimento teórico-metodológico do debate científico relativo ao sindicalismo docente em estudo, o que vem tendo efeitos imediatos em seu plano prático-organizativo. Ora, demasiadamente engajadas nas próprias disputas internas ao campo que tomam como objeto, pesquisas acerca do sindicalismo docente universitário brasileiro têm se feito, veremos, não somente incapazes de nele enxergar as peculiaridades assumidas pela dinâmica da desorganização política imposta pelo sistema sindical oficial como, em acréscimo, passado à condição de elemento fundamental de sua sistêmica ocultação, uma vez que legitimadora da fragmentação político-associativa internamente promovida por sua micropolitização. Os efeitos de debilitação conjuntural são imediatos.

Antes de verificarmos a histórica expressão, teórica e política, de tal incapacidade analítica neste campo investigativo, passemos, como inicialmente planejado, à observação do texto de Coelho (1995), produzido, como o de Ridenti (1995), no início da década de 1990.

¹ Em especial, com Foracchi (1982) e Martins Filho (1987).

² Eles, bem como caminhos metodológicos possíveis na busca de sua elaboração científica, foram tratados em Bezerra, 2016; 2017.

Como Ridenti (1995), Coelho (1993) aborda o sindicalismo desse específico professorado da educação pública brasileira partindo do reconhecimento de sua intermediária localização sistêmica e chamando atenção analítica para quanto ela apresenta potenciais efeitos de ambiguidade ideológico-política. Refere-se, nesse sentido, a “contradições e ambiguidades” que, acompanhando a natureza de classe de sua base social, afastariam historicamente parcelas significativas de seus membros da prática sindical, tematizando, a partir daí, as relações entre a situação de classe e o comportamento político das frações à direita do agrupamento profissional. Quanto suas frações à esquerda, credita a inesperada emergência histórica do sindicalismo desse professorado a “mudanças nas relações capital trabalho”. Estas viriam promovendo o que Ridenti (1995) nomeou como “precarização das condições salariais e de trabalho” e este autor como “proletarização dos setores intermediários”, progressivamente transformados num “novo tipo de assalariado”, o que explicaria sua tardia “sindicalização”.

Desenvolvido por grupos de trabalhadores caracterizados por apresentar uma “consciência de classe muitas vezes ambígua”, continua Coelho (1993), tal sindicalização significaria, em grande medida, uma “forma de reação à perda de privilégios, inclusive à degradação dos níveis de remuneração”. Daí adviria o “caráter ambíguo” assumido pelos “movimentos sindicais desses setores”, os quais, embora “reduzidos à condição de proletários”, trariam “o peso de uma tradição cultural com uma arraigada consciência de posição privilegiada, que tem enorme efeito anti-sindical”, motor da tendência de sua “luta reivindicatória” a estar “marcada quase sempre pelo caráter corporativo. Lutam contra a perda de privilégios, não contra o sistema que cria privilégios”.

No que diz respeito aos “intelectuais” e “professores universitários”, em específico, Coelho (1993) afirma ter sido o contexto de “capitalismo monopolista” responsável por sua “expansão quantitativa” e “massificação”. De “profissionais liberais” teriam sido “transformados em trabalhadores intelectuais assalariados”, o que importaria, a um só tempo, a superação da “clássica divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual”, de um lado, e, complementarmente, o estabelecimento de uma “tendência do empresariamento das instituições de ensino”, de outro. Esse cenário teria trazido à “academia a discussão de problemas que eram próprios do ‘mundo do trabalho’, caracterizando [a expressão que nela encontrou] o conflito capital-trabalho”. Foi em função desse novo contexto, afirma o autor, que “muitos docentes passaram a utilizar a luta político-sindical, aproximando-se dos trabalhadores em geral, integrando-se às suas organizações”.

Dito isso, Coelho (1993) pondera:

Se o movimento se orientar apenas para a defesa corporativa de privilégios, ele acabará sendo contido, aprisionado e anulado, não imediatamente, mas a médio e longo prazos (...). A luta corporativa foi e continua sendo importante para a defesa da universidade e dos salários e condições de trabalho dos docentes e servidores. Mas o alcance dessa luta depende do sentido que ultrapassa a dimensão corporativa. Será necessário ir além daquilo que o sistema econômico-político insiste em reservar aos movimentos e organizações sindicais, em geral.

Com um texto bem mais abstraído que o de Ridenti (1995) das expressões empíricas dos problemas postos em discussão, Coelho (1993) não nos apresenta às questões em torno das quais encontraria expressão cotidiana a possibilidade de “o movimento se orientar apenas para a defesa corporativa de privilégios”, muito menos aos atores desse movimento que, de um lado, dariam, potencialmente, corpo a tal possibilidade e, de outro, à possibilidade de que o “o alcance dessa luta” fosse “além daquilo que o sistema econômico-político insiste em reservar aos movimentos e organizações sindicais”. Seu tratamento da questão o põe, em todo caso, ao lado destes últimos, já que seu texto afirma, claramente, o entendimento de que o “sentido” desses movimentos e organizações “ultrapassa a dimensão corporativa” e de que seja “necessário ir além”. Trata-se, portanto, de, mais que uma análise do que se dá, uma convocação a uma posição no campo.

Talvez por isso Coelho (1993), apesar de se referir a “contradições e ambiguidades” relativas à condição de classe dessa parcela dos segmentos das classes trabalhadoras – da qual ele também participa, importa frisar –, acabe por tratar a questão como um fenômeno subjetivo e moral, passível de resolução no plano cognitivo-volitivo, e não estrutural e sistêmico, isto é, ideológico. É tratando desse modo o núcleo das contradições potencialmente promovidas pela ambiguidade basal do “movimento sindical docente” que pode ele afirmar que seja em função de suas “próprias contradições e ambiguidades, [que ele] não está[ria] conseguindo sair do campo de defesa e travar a luta onde ela seria realmente decisiva”, pois viria se apresentando incapaz de “conciliar a luta defensiva, de caráter corporativo, com a contribuição que é específica da universidade enquanto instituição produtora de conhecimentos e formadora de dirigentes, de elites orgânicas”.

A superação de tal situação, isto é, a possibilidade de conciliação da “luta defensiva, de caráter corporativo” àquela que “ultrapassa” o que “o sistema econômico-político insiste em reservar aos movimentos e organizações sindicais” dependeria, ao que tudo indica, de decisões individuais conscientes, do reconhecimento, enfim, de que, segundo afirma Coelho (1993), a “crise atual da universidade”, decorrente da “degradação do trabalho intelectual” e responsável por igualar os docentes “aos demais trabalhadores”, não implicou “que a universidade deixe de

cumprir sua função institucional”, a formação de elites dirigentes orgânicas às classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado). Em consequência, importaria “compreender que a luta sindical não se contrapõe ao exercício da função de intelectual” e, portanto, afirma o autor referenciando-se em Antonio Gramsci, dedicar-se à “‘criação de elites intelectuais de um novo tipo’, que fossem capazes de atuar em contato com o povo-nação, criando nova concepção de mundo e conduzindo, assim, a uma nova hegemonia”.

Para Coelho (1993), seria na realização dessa específica “contribuição [que se] integra[ria] a luta sindical dos docentes com a de outras categorias de trabalhadores”. Seu cumprimento somente se faria possível, contudo, “à medida que os docentes entenderem isto e superarem preconceitos que impedem sua identificação enquanto trabalhadores”. Essa integração se faria, portanto, no âmbito daquilo que, segundo o autor, “Bourdieu designou como poder simbólico, ‘cuja forma por excelência é o poder de fazer grupos’”. E a “atuação sindical”, continua, “em nada contraria[ria] o exercício desse poder”, já que, afirmaria Bourdieu, “‘Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão do mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos’”¹.

De modo que, conclui:

O movimento sindical dos docentes universitários ganha importância para a universidade e para a sociedade à proporção que ele não perde sua especificidade (poder simbólico), isto é, que é capaz de explicitar para si próprio e para as demais categorias de trabalhadores o significado teórico de suas lutas. Isso implica também em esclarecer contradições implícitas na própria categoria docente. (COELHO, 1993)

¹ Reconheçamos, a esta altura, que o próprio trabalho de Bourdieu não autoriza a utilização que lhe propõe Coelho (1993). Ora, as “operações práticas”, como explica o autor (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 108-110, 120, 234), são a dinâmica de expressão do “senso prático”, o qual se trata de uma “visão quase corporal do mundo”, que “não supõe qualquer representação”, pois “imanência ao mundo pela qual o mundo impõe sua iminência, coisas para fazer ou para dizer”, comandando imediatamente (isto é, sem mediações) “o gesto” e “as ‘escolhas’” cotidianas, de forte dimensão inconsciente. Mas, importa atentar-se, “mesmo não sendo deliberadas”, tais escolhas “não sendo ordenadas e organizadas em relação a um fim [consciente], não são menos portadoras de uma espécie de finalidade retrospectiva”. Este é um “círculo mágico” no qual não se entra “por decisão instantânea da vontade”. Trata-se, antes, de uma “fê prática”, que “engendra continuamente o desconhecimento coletivo” da própria “condição”. Daí que afirme, noutro trabalho (BOURDIEU, 1989, p. 64-66, 68, 69, 73, grifos do autor) ser fundamental à pesquisa científica do social algum nível de apreensão daquilo “que faz a necessidade específica da crença”, subtraindo ao “absurdo do arbitrário e do não-motivado” o “necessário” albergado nos “actos dos produtores” e das “obras por eles produzidas”. Nesse procedimento, desvela-se a “intenção objetiva [mas não necessariamente consciente!] escondida por debaixo da intenção declarada”. Noutras palavras, o “querer-dizer que é denunciado no que” se declara. Para tanto, afirma Bourdieu (2014, p. 496), a de se reconhecer à base das obras humanas “um sentido profundo, uma pulsão expressiva, biológica ou social, que a alquimia da forma imposta pela necessidade social do campo tende a tornar irreconhecível” por obrigar a “pulsão a negar-se e a universalizar-se”. Mas é precisamente esse “trabalho de dar forma”, o “trabalho colectivo (...) na origem das conquistas mais altas da acção humana”, que, preservando junto a si “a censura e a sublimação”, torna possível análises sociais objetivas, em particular nas realizações, materiais e simbólicas, de natureza política, tais como “o sistema escolar, o Estado, a Igreja, os partidos políticos ou os sindicatos”.

Para uma compreensão científica do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira, tanto Coelho (1993) quanto Ridenti (1995) têm como certa, pois, a necessidade de consideração teórico-metodológica da natureza (intermediária) de classe desse professorado, assim como os desafios de ambiguidade ideológico-política que a acompanham, pondo seus empreendimentos associativo-sindicais em permanente risco de desenvolver-se na direção de um restrito corporativismo. Têm também em comum, embora Ridenti o explicita e enfatize com maior capacidade de integração analítica¹, o reconhecimento de diferentes movimentos internos ao conjunto desse professorado diante de tal ambiguidade, apontando à base das movimentações que deram origem à/ao Andes/Andes-SN a reunião de grupos caracterizados pela intenção de um posicionamento à esquerda no espectro político.

À possibilidade de sucesso histórico do projeto de um sindicalismo docente universitário de esquerda no país, ambos os autores apontam, a seus modos, condições. E não poderia deixar de ser assim, já que ambos igualmente reconhecem que as potenciais contradições que acompanham a ambiguidade estruturante do lugar social desse específico agrupamento profissional tornam o insucesso objetivo de seus projetos políticos um risco permanente.

Neste ponto, importa muito atentarmos ao fato de que Coelho (1993), embora refira-se, como Ridenti (1995), às dimensões de ambiguidade e potencial contradição do sindicalismo do professorado da Educação Superior, desenvolve uma abordagem da questão que lhe aponta caminhos de elaboração localizada precisamente ali onde este último reconhece seus maiores riscos: que o ideário de esquerda resulte paradoxal a sua intenção original². Em todo caso, nada nos autoriza a ter por certo que, como empiricamente demonstrou Ridenti e acompanhamos nos capítulos anteriores, as sutilezas de manifestação das “contradições e ambiguidades” da natureza de classe de suas bases acabem desenvolvendo movimentações que, mesmo

¹ Em síntese: enquanto Coelho (1993) nos apresenta, fundamentalmente, às parcelas do professorado que, posicionando-se à direita do espectro político, não se dedicam, ou mesmo rechaçam, o sindicalismo docente, e àquelas que, posicionando-se à esquerda, comprometem-se com a prática sindical, mesmo que com riscos de decaimento em mero corporativismo, Ridenti (1995), reconhecendo a existência da primeira parcela, faz enxergar a diversidade da segunda, chamando atenção às tensões internas entre as esquerdas sindicais universitárias.

² Ano depois, Ridenti (2004, p. 57) viria a enfatizar, noutra contexto temático, tratar-se tal possibilidade de um “fator decisivo a considerar, expresso em uma velha lição” de Max Weber (2004 [1968], p. 108): “Incontestável e constituindo elemento essencial da História, ao qual não fazemos justiça em nossos dias, é o fato seguinte: o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente. Cabe mesmo afirmar que muito raramente corresponde e que, frequentemente, a relação entre o resultado final e a intenção primeira é simplesmente paradoxal. Essa constatação não pode, contudo, servir de pretexto para que se fuja à dedicação ao serviço de uma causa, pois que, se assim ocorresse, a ação perderia toda a coerência interna. Quanto à natureza da causa em nome da qual o homem político procura utilizar o poder, nada podemos adiantar: ela depende das convicções pessoais de cada um”.

buscando posicionar-se à esquerda – dando ainda maior complexificação à equação proposta por Coelho –, ao tempo em que lutem (conscientemente) contra o “sistema que cria privilégios”, apresentem-se (inconscientemente) incapazes de lutar contra seus próprios privilégios (diferenciados, por exemplo, em direitos trabalhistas específicos da docência universitária).

Em que pese, pois, certa aproximação entre as perspectivas desses autores, suas distinções são, reconhecamos, fundamentais. Dentre elas, encontra-se em plano originário aquelas que levam Ridenti (1995) a não se utilizar, como Coelho (1993), do termo “proletarização” para nomear o processo de precarização no assalariamento e demais itens das condições de trabalho dos professores da Educação Superior, que ambos reconhecem virem se dando desde as décadas antecedentes àquele início dos anos 1990, quando escrevem seus textos. De modo algum somente terminológica, essa diferença entre os autores está baseada em posicionamentos epistêmico-metodológicos divergentes acerca dos caminhos de elaboração teórico-política da ambiguidade social típica dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras no universo sindical. Vejamos.

Explicitando o que o leva a não se utilizar do termo “proletarização”, Ridenti (1995) recorre à literatura marxista especializada na temática no intuito de sustentar seu entendimento de que “professores em instituições públicas não podem ser constituintes da classe trabalhadora nem em sentido estrito (o proletariado industrial), nem em sentido amplo (a classe dos trabalhadores assalariados na produção e na realização da mais-valia (...))”¹. Apesar disso, sublinha o fato de que, a despeito da ambiguidade de seu lugar social, o “sindicalismo de classe média”, uma vez que “pode tornar-se de esquerda”, pode, em mesma medida, desenvolver-se “ligando-se aos interesses do conjunto dos trabalhadores”.

A ênfase concedida por Ridenti (1995) aos condicionantes da objetivação das intenções à esquerda do sindicalismo docente na Educação Superior apresenta-os, reconhecamos, bem mais complexos que a exposição dos mesmos feita por Coelho (1993). Afinal, faz-se uma compreensão, no mínimo, polêmica que tenha esse sindicalismo – ou mesmo um grupo de “muitos docentes” –, se aproximado, como afirma este último autor, “dos trabalhadores em geral, integrando-se às suas organizações”, bem como que as modificações de suas condições de trabalho (massificação, profissionalização, precarização etc.) tenham resultado no apagamento das distinções entre “trabalho manual e trabalho intelectual” e, assim, em proletarização e conseqüente sindicalização.

¹ Sobre esse tema, importa também consultar Fausto (1987) e Pessanha (1994, p. 15-9).

Essa é uma polêmica que, conforme vimos nos anteriores capítulos, não se restringe ao âmbito da pesquisa acadêmico-científica desse sindicalismo encontrando expressão, também, em sua própria trajetória organizativa, na qual a atuação política de grupos internos desenvolvidos em torno de diferentes perspectivas da questão produziram importantes efeitos prático-instituintes, reconhecíveis à base de boa parte das tensões e cisões organizacionais por ele experimentadas até o presente.

Incapaz de integrar analiticamente a complexa ambiguidade da natureza de classe (intermediária) das bases sociais desse sindicalismo – particularmente em suas diferentes expressões à esquerda –, trata-se a expressão “proletarização” de uma metáfora conceitual e politicamente arriscada na busca de compreensão do motor do processo de sindicalização do professorado em estudo¹. Mesmo quando, como faz Coelho (1993), cuide-se em explicitar a natureza peculiar do “novo tipo de assalariado” que dela haveria emergido. Apesar disso, essa perspectiva da questão ganhou grande expressão no campo, estando à base de quase todos os trabalhos nele desenvolvidos a partir do final dos anos 1990, quando são produzidos os já anteriormente referidos trabalhos de Donatoni (1999), Navarro (1999) e Otranto (2000).

Nessa segunda geração de trabalhos acadêmicos acerca do sindicalismo docente na Educação Superior, a abordagem científica do tema aprofundou a perspectiva da proletarização. Assumindo-a como um dado incontestado, passou a não mais considerar teórica e metodologicamente, como devido, a natureza (intermediária) de classe desse professorado, o que, em consequência, a impediu de conceder atenção a todas as dimensões de condicionamentos sistêmico-estruturais de seus empreendimentos associativo-sindicais. Essa é a trajetória histórica que explica o fato, demonstrado adiante, da literatura mais imediatamente contemporânea a esta tese apresentar-se em profundo silêncio, quando não em aberta evitação ou rechaço, sobre a ambiguidade conjuntural do sindicalismo docente universitário e seus potenciais efeitos conjunturais.

Exemplar das consequências analíticas desse fato é o modo como Vergara (2003, p. 100, 101, grifos meus) explica o processo de sindicalização do professorado da Educação Superior nacional: uma “**consequência natural** das condições históricas e sociais da repressão política e do agravamento da crise econômica” durante a Ditadura Militar de 1964, tendo como seu núcleo de emergência, no limite, a “**tomada de consciência** da opressão, da falta de

¹ Pudemos ver na entrevista com a Profª. Maria Auxiliadora Lemenhe o reconhecimento dessa natureza apenas metafórica da expressão proletarização docente, mas ela também se encontra presente em trabalhos científicos. Exemplos podem ser encontrados, dentre outros, em Ridenti (1995) e Cunha (1991, p. 83).

liberdade no trabalho e da **necessidade pessoal** de lutar contra essa situação”. Daí resultaria a “formação de uma **identidade militante**”, fruto “de **compromisso** e continuidade com a luta política e sindical”.

Seguindo esse caminho interpretativo, facilmente se chega à conclusão de Cunha (2011, p. 110, 111, 126, grifos meus):

A categoria docente (...) passa a se organizar como movimento sindical, porque **seus integrantes começam a se perceber e a serem tratados como representantes da classe operária**. Na medida em que a sociedade e a economia tratam a educação como mercadoria, os docentes passam a vender suas habilidades intelectuais, pois sua força de trabalho é intelectual. Os professores universitários **começaram a vivenciar as dificuldades da classe média, e ao se identificarem com a classe operária, com a perda do *status quo* e salarial, unem-se em torno de um movimento nacional mais amplo, de um movimento de classe (...) a questão principal aqui é definir a formação da classe operária, e desde quando os professores começaram a fazer parte dessa classe no Brasil (...) os professores universitários, exemplo típico de uma elite intelectual privilegiada, foram duramente atingidos pelas novas conjunturas políticas, econômicas e nacionais, em decorrência da reforma da previdência. Como os **mais novos representantes do “proletariado”**, e com a precarização do trabalho docente, em decorrência da negociação da sua força de trabalho intelectual e, **conscientes do seu papel na sociedade como parte integrante da enorme classe de trabalhadores, uniram-se, inicialmente, em 1981, em torno de uma associação nacional.****

Nesse contexto argumentativo, tomando-se como fato natural ao desenvolvimento do Capitalismo a transformação das “classes médias” num tipo novo de operariado, restaria aos professores da Educação Superior (especialmente quando pública) conscientizar-se (no sentido, tudo indica, de uma natural constatação lógica!) da realidade de sua nova condição social e, num gesto de bravura ético-política, abrir mão de sua cultura de privilégios, comprometendo-se com uma identidade militante capaz de fazer uma luta sindical que, ultrapassando a dimensão corporativa, seja útil à superação do sistema social que, em alguma medida, lhes privilegia em relação aos demais trabalhadores.

São inúmeras, no plano da organização político-sindical, as potenciais consequências dos efeitos, teóricos e práticos, de análises de tal corte, subjetivista e moralista – evidenciado, respectivamente, no uso de termos como, de um lado, superar preconceitos, identificar-se com, nova concepção, explicar e esclarecer significados, formar identidade militante e perceber e, de outro lado, reconhecer, comprometer-se, conscientizar-se do papel na sociedade. Um precipitado histórico desses efeitos encontra-se, decerto, nas respostas que foram discursiva e tacitamente desenvolvidas ao longo do tempo pelos diferentes grupos político-ideológicos organizados neste sindicalismo (tendências, correntes, coletivos, etc.) ao problema, teórico e prático, de como proceder diante de grupos e membros do conjunto do agrupamento profissional que,

ante sua comum ambiguidade, ou não apresentem compromissos à esquerda ou que, mesmo aí posicionando-se no espectro político, o fazem por meio de princípios e estilos organizativos distintos. Nos capítulos anteriores, tivemos oportunidade de conhecer empiricamente algumas delas e sua força micropolitizadora, conflitiva e fragmentadora.

O lugar de referência recorrente que, desde sua publicação, tomou, nesse sentido, a tese de Navarro (1999, p. 13-19, 26, 35, 43, 65, 86, 160, 190-197, 318, 449) torna importante que lhe concedamos, neste ponto, uma maior atenção. Ciente dos debates antecedentes em torno da natureza de classe do sindicalismo desenvolvido pelos segmentos intermediários das classes trabalhadoras no país, a autora afirmou, vimos anteriormente, apresentar “reservas” em relação à questão, considerando “mais fecundo e menos redutor” que, “ao invés de incluí-lo [referia-se ao sindicalismo docente na Educação Superior pública] simplesmente no que se designa por ‘sindicalismo de classe média’, designação em si mesma polêmica”, o mesmo seja abordado, como faz em seu trabalho, a partir de sua “singularidade”¹. Essa adviria, afirma Navarro (1999) seguindo a linha de abordagem em alguma medida já argumentativamente desenvolvida por Coelho (1993), das especificidades do trabalho docente na universidade, as quais fariam desse um “sindicalismo de intelectuais”.

Afirmando também buscar fundamentos na obra de Antonio Gramsci, Navarro (1999) dá consequências muito similares às propostas por Coelho (1993) à compreensão de que intelectuais se apresentem sempre orgânicos a alguma das classes fundamentais: caso comprometido com as classes subalternas, o sindicalismo docente na Educação Superior deve utilizar-se do lugar economicamente assumido por suas bases sociais para dedicar-se à formação de intelectuais que lhes sejam orgânicos. Faria, assim, um contraponto necessário às lutas por hegemonia social dadas entre as classes no país, pois a universidade brasileira, apesar de contradições de menor tamanho ao longo da história, esteve, desde a Revolução de 1930, fundamentalmente a serviço da formação de “burocratas e profissionais liberais”, isto é, de “intelectuais orgânicos das empresas capitalistas e do serviço público” do Estado burguês.

É partindo daí que a pesquisa de Navarro (1999) se dedica ao que chamou de um “resgate da trajetória da Andes-SN”, pretendendo, com ele, identificar os “elementos constitutivos da sua identidade”. A importância de tal exercício residiria no fato de que seria a Andes a

¹ Anos após, Miranda (2011a, p. 324, 335-340) afirmará, em aberta inspiração no trabalho de Navarro (1999), que os trabalhos desenvolvidos a partir dessa problemática tenderiam a análises sustentadas em “parâmetros pré-determinados e modelos esquemáticos do real”, os quais não levariam “em consideração o processo histórico de formação da classe trabalhadora e as experiências vividas por grupos de trabalhadores no embate da luta de classes”.

“primeira experiência de organização sindical de docentes de todas as instituições de ensino superior do país, públicas e privadas, cujo ideário e cuja ação sempre pretenderam transcender a dimensão puramente econômico-corporativa das lutas sindicais”.

Mesmo que se refira, nesse sentido, a “contradições”, “limites e possibilidades”, “avanços e limites” e “persistência de limites”, a autora, diferente de Ridenti (1995), e mesmo de Coelho (1993), não se põe como uma questão digna de atenção consequente a existência, ou não, de precondições à efetivação histórica de tal pretensão de transcendência. Antes que isso, Navarro (1999) afirma como um fato consumado que o Andes-SN tenha se feito ao longo de sua trajetória um “intelectual orgânico coletivo”, já que, teria sido capaz de desenvolver “uma identidade sindical não corporativista e não economicista”, um “sindicalismo de intelectuais majoritariamente comprometido com os interesses das classes subalternas”. O fato estaria historicamente inscrito “ao nível do discurso e dos posicionamentos da maioria de seus dirigentes e militantes”, os quais teriam se mantido sempre “ao lado da vanguarda das esquerdas brasileiras (sindicais e partidárias) mais radicais”.

Referências então feitas pela mídia nacional ao “‘caráter corporativo’ da atuação da Andes”, sugere Navarro (1999), uma vez que se estendiam a “todas as categorias profissionais do movimento sindical brasileiro combativo e classista”, apenas deixariam ver seu intento difamatório. Em particular, segundo seu entendimento, por não diferenciarem seu legítimo “caráter corporativo de vieses corporativistas que podem e devem ser combatidos”.

Num contexto argumentativo em que a natureza de classe do sindicalismo docente da Educação Superior é secundarizada em seus potenciais efeitos de ambiguidade ideológico-política; em que o conjunto desse professorado é, de antemão e necessariamente, dividido entre intelectuais orgânicos a uma ou outra das classes fundamentais, sendo sua única organização sindical nacional então existente considerada um intelectual orgânico coletivo das classes subalternas, o corporativismo seria não um dos polos de uma ambiguidade típica às suas bases sociais mas um episódico desvio, a ser pontualmente corrigido.

Daí que as diferenças e divergências político-ideológicas presentes na base social e, conseqüentemente, nas tendências, movimentos, correntes e organizações desse sindicalismo somente possam ter sido compreendidas e tratadas por Navarro (1999), segundo suas próprias palavras, no plano do “embate histórico de racionalidades (uma disputa antagônica de hegemonias)”. Este seria o “critério político-ideológico de análise” de seu trabalho, que teria como mérito, segundo ela, “evitar as camisas-de-força das rígidas definições conceituais, frequentemente de cunho mecanicista ou economicista”.

Independente da correção de sua crítica aos decaimentos mecanicistas e economicistas no uso teórico-metodológico do marxismo, a alternativa que a autora lhes apresenta tem contra si, de início, a clara incapacidade de integrar analiticamente as diversas movimentações e posicionamentos político-ideológicos presentes no agrupamento profissional em estudo, quer à direita quer à esquerda. O fato, em sua carência dialética, é responsável pelo tratamento analítico dado em seu trabalho aos posicionamentos que, mesmo à esquerda, são por ela considerados como não suficientemente “radicais”: seriam a expressão acadêmica de compromissos orgânicos com a legitimação científica da dominação das classes burguesas.

Basta que façamos um rápido retorno aos discursos que vimos, nos segundo e terceiro capítulos, caracterizarem a corrente Andes-AD para que percebamos quanto se faz a partir de tal corrente a aproximação de Navarro (1999) ao campo social por ela pesquisado... De natureza teórico-metodológica, o fato tem, todavia, efeitos práticos diretos na legitimação do acirramento das tensões estabelecidas entre as divergências político-ideológicas na base sindical, origem, como vimos, da fragmentação político-associativa típica desse sindicalismo. O fenômeno dessa fragmentação, em si mesmo, em que pese sua objetividade histórica, em particular ao longo do período em que a tese de Navarro foi desenvolvida, não se fez ali objeto de inquirição.

Por inoportuna aos imediatos interesses da presente pesquisa, deixemos para futuras ocasiões a análise – decerto necessária à investigação científica deste específico sindicalismo docente –, do fato de todos os autores citados neste tópico terem, eles próprios, praticado militância sindical docente em algum momento de suas carreiras como professores e investigadores, inclusive concomitantemente ao desenvolvimento de suas pesquisas relativas ao tema. Há de se inquirir a esse respeito, por exemplo, a possibilidade de que algum sucesso político desses atores no âmbito sindical tenha condicionado, em diferentes medidas – e, portanto, “de fora” dos critérios propriamente científicos de legitimação de investigações –, o sucesso acadêmico de suas perspectivas teórico-metodológicas. Sua reprodução por meio de orientações de pesquisas de pós-graduação desenvolvidas por investigadores também, como eles, sindicalistas (membros de mesmas correntes sindicais?) apresenta-se, nesse sentido, como apenas uma das questões a considerar.

ii. Anacronismo, (auto)mistificação e denegação da adesão ativa ao sindicato oficial

Conforme pudemos anteriormente reconhecer – seja no capítulo inicial da tese seja no tópico imediatamente anterior ao presente –, ainda carecemos de pesquisas que se apresentem minimamente conclusivas acerca da história das entidades associativas surgidas ao longo da trajetória organizativa do sindicalismo docente a cujo estudo aqui especificamente nos dedicamos. Ao lado de imprecisões e parca investigação empírica, os ainda poucos trabalhos existentes tendem a apresentar análises e conclusões nas quais a curiosidade objetiva encontra-se flagrantemente ofuscada pela dedicação (auto)propagandística.

Faz-se, assim, clara a instalação, nessa literatura acadêmica, de certa tendência ao fenômeno teórico-metodológico a que o historiador marxista Eric Hobsbawm (2013, p. 246) nomeou como anacronismo, sustentado por certa tibiez diante do que o autor afirma tratar-se da “supremacia da evidência” e “importância central da distinção entre fato histórico verificável e ficção”. Somente por estar calcado na desconsideração desses dois elementos seria possível ao anacronismo, afirma ele, “ler os desejos do presente no passado”, criando uma história útil, antes de mais nada, às necessidades de “‘comunidades imaginadas’ ou coletivos, que não são, de modo algum, apenas nacionais”.

A pesquisa acadêmica acerca do sindicalismo docente na Educação Superior parece acompanhar, nessa característica, tendências também verificadas na investigação nacional sobre o sindicalismo em geral. A esse respeito, Boito Jr. (1991, p. 16, 291) reconhecia, ainda no início dos anos 1990, que a “amplitude que adquiriu a luta grevista nos anos oitenta, a existência de uma [grande] central sindical como a CUT e o afrouxamento do controle do Estado sobre os sindicatos” disseminava entre “dirigentes” e “estudiosos” certo “triumfalismo”, que – desde então, ao que tudo indica – “tomou conta” desse cenário investigativo no país¹.

Sobre isso, consideremos ainda o fato, sublinhado por Ridenti (2004), de que se faça a omissão/imprecisão um dos aspectos primordiais do anacrônico processo de (auto)mistificação. No específico âmbito das pesquisas acerca do sindicalismo docente aqui em estudo, esse aspecto do anacronismo tem se manifestado, por exemplo, numa permanente desconsideração analítica das diferenças entre as situações de trabalho² dos professorados em atuação nos distintos níveis educacionais e tipos de vinculação profissional existentes no país – no mínimo: Educação Básica, pública e privada, e Educação Superior, pública e privada.

¹ O autor dá como exemplos os trabalhos de Luiz Werneck Vianna, John Humphrey, José Álvaro Moisés, Roque Aparecido da Silva, Francisco Gonçalves e Maria Hermínia Tavares de Almeida. (Cf. Boito Jr., 1991, p. 13-17).

² A expressão é aqui utilizada em seus limites conceituais, já apresentados no segundo tópico do primeiro capítulo.

Desprovida de um instrumental teórico-conceitual útil ao reconhecimento da produtividade ideológico-política das diferentes situações de trabalho desses distintos professorados, parte da literatura acaba, a exemplo de Miranda (2011a, p. 36, 37, 340, 341), por somente reconhecer em tais diferenças certa capacidade de “obstaculizar” o estudo da “história nacional do sindicalismo docente”, uma vez que são entendidos como responsáveis diretos pela “fragmentação” determinante da “diversidade das organizações (...) [, fazendo haver] sindicatos municipais, estaduais e nacionais vinculados a diversas centrais sindicais ou confederações”. Para a autora, seria em função disso que testemunharíamos no país um “conjunto de professores” que “não tem suas lutas compartilhadas”. Ora, de um ponto de vista mais rigorosamente científico, trata-se o “caráter multifacetado”, que Miranda reconhece seja na “Educação no Brasil” seja nos seus aparentes efeitos sobre os sindicalismos desenvolvidos por seus trabalhadores, menos que um cenário a lamentar, uma das características intrínsecas a seu objeto de pesquisa. E nessa condição deveria ser ele compreensivamente abordado, independente de acordos ou desacordos (políticos) com o fato.

Aliás, a rigor, impunha-se à investigação da autora, nesse ponto, uma prévia verificação das relações de interdependência, por ela afirmadas, entre os fenômenos da “diversidade” organizativa e da “fragmentação” político-associativa no sindicalismo docente, em particular e em geral.

Impossibilitada, por sua perspectiva teórico-metodológica, para o reconhecimento das distinções entre essas duas diferentes dimensões da realidade social, Miranda (2011a, p. 36, 37, 340, 341), mesmo tendo reconhecido o fato de que sobre o “trabalhador da Educação Básica (...) incide um nível mais elevado de exploração se comparado, por exemplo, com os trabalhadores da Educação Superior”, chega à seguinte conclusão:

(...) a maioria dos professores integra a classe trabalhadora contemporânea, na complexidade e heterogeneidade que a fragmentação do mundo do trabalho apresenta, pelo processo de proletarização, fundado principalmente na expropriação do conhecimento, e, sobretudo, pelo posicionamento na luta de classes no Brasil contemporâneo, aqui analisado. Em síntese, o complexo e contraditório processo de aproximação dos trabalhadores da educação à classe trabalhadora revela que a identificação e a consciência de classes não é um processo mecânico, vinculado ao lugar que a profissão ocupa na estrutura social, tampouco individual, mas antes, é produto de sua luta.

Vê-se aí, com relativa clareza, o papel da indemonstrada tese da proletarização da docência no Ensino Superior na legitimação argumentativa de estudos carentes de evidências empíricas conclusivas: é desconsiderando, sistematicamente, as disposições ideológico-políticas promovidas pelas diferentes situações de trabalho dos diversos professorados no país, que

as perspectivas orientadas por tal tese podem também desconsiderar, por exemplo, qualquer dignidade investigativa às organizações sindicais dos diferentes professorados no país precedentes ao “movimento docente” e sua expressão organizacional na Andes, emergente ao final dos anos 1970 e início dos 1980.

Esse é um posicionamento que, antes que orientado pelos critérios metodológicos científicos de busca de evidência e verificação, segue, de modo por demais aproximado, as disputas por protagonismo na organização político-sindical da docência universitária que vimos, no primeiro capítulo, terem historicamente se estabelecido entre os Sinpro e o “movimento docente”/Andes.

Compensatoriamente, desenvolvem-se análises desse específico sindicalismo docente utilizando-se, indiscriminadamente, de informações propriamente relativas, por exemplo, ao sindicalismo docente na Educação Básica. Ou, o que também veremos ocorrer, a fenômenos associativos dados no amplo campo da Ciência e Tecnologia ou Movimentos Sociais em geral¹.

Verifiquemos, a seguir, alguns exemplos do anteriormente afirmado.

Partindo de tal tese e abordagem por ela conseqüentemente modelada, Bauer, Paulista e Diniz (2013) apresentam-nos a uma análise do “sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil” que, mesmo diante das importantes diferenças cronológicas que vimos existirem entre as organizações associativo-sindicais de nossos diferentes professorados, tratam as organizações prévias à Andes nas mesmas condições históricas apontadas pela literatura para aquelas originárias do sindicalismo docente na Educação Básica: estariam, como aquelas, marcadas por uma fisionomia organizativa mais próxima à dos grêmios e clubes de profissionais que à dos sindicatos operários, tratando-se, em consequência, de entidades burocratizadas e restritas à busca do estabelecimento de boas relações com os governos, atreladas ao aparelho de Estado e sem qualquer atitude de enfrentamento. Encarnariam, em síntese, um associativismo mais embrionário, constituído por um conjunto de formas pré-sindicais de organização, cujo horizonte ideológico e contexto material seriam insuficientes para servir de instância de luta e defesa da categoria e a favor de políticas públicas de educação democraticamente orientadas.

Transpondo diretamente essa linha de interpretações para o tratamento do sindicalismo docente na Educação Superior, Bauer, Paulista e Diniz (2013, p. 50-52) afirmam que, até

¹ Esse é um procedimento perceptível, por exemplo, em Ferreira Jr., 1998; 2011; Assis, 1999; Dobbeck, 2000; Araújo, 2003; Ferreira Jr. e Bittar, 2006; Gerolamo, 2007; Cruz, 2008; Rêses, 2008; 2015; Matos, 2010; Gindin, 2011; Almeida, 2011; Diniz e Bauer, 2013; Russo e Lança, 2013.

a nacionalização do “movimento docente”, iniciada, como vimos, em 1978, os “professores que atuavam no ensino superior” brasileiro, em particular aqueles “dos sindicatos dos professores do ensino privado” (os Sinpro), mesmo quando advindos da militância “nas hostes do movimento estudantil” e, portanto, propugnando a “constituição de entidades combativas, sem a ingerência do patronato e das intervenções do Ministério do Trabalho”, não tinham sido “capazes de operar mudanças significativas na condução política na maioria” das organizações existentes. Sob gestão de “dirigentes pelegos”, se encontrariam “distantes da organização de quaisquer ações reivindicativas e políticas da categoria”. Ainda segundo eles, teria sido somente com a chegada neste sindicalismo do professorado em atuação “na esfera do ensino público que se constituíram e se fortaleceram as novas entidades sindicais representativas e atuantes dos trabalhadores da educação universitária brasileira”. Referem-se nessa afirmação, em especial, aos “professores das universidades públicas federais”, os quais, experimentando graves “problemas de caráter trabalhista e salarial”, teriam desenvolvido, “não por acaso”, aquelas “associações docentes” que apresentavam “bases sólidas e participativas, [além de] militância aguerrida”. Tais características lhes fariam dispor, diferente das demais, de um “espaço político favorável para sua atuação e intervenção na vida universitária e social”.

Pouco mais de uma década antes, Navarro (2001) havia já se referido da seguinte forma às entidades sindicais desse professorado precedentes ao “movimento docente”/Andes: seriam uma “forma embrionária” da iniciativa do professorado da Educação Superior “de se organizar sindicalmente em âmbito nacional”, expressando, ao final da década de 1970, a “crescente organicidade da ação mediadora dos intelectuais das classes fundamentais” no país ao longo das “décadas de 1950 e 1960”. Nesse período, teria encontrado início um “movimento de consolidação *versus* contestação da ordem capitalista” nacional. Concretizada no “Plano de Metas do governo Kubitschek”, essa movimentação teria imprimido um “novo dinamismo” ao “trabalho docente” através da criação de “organismos novos como o CNPQ [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]¹ e a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior]²”.

Segundo essa autora, o acúmulo histórico dos efeitos políticos dessas modificações seria responsável por tornar a Reforma Universitária de 1968, “contraditoriamente (...), um campo fértil para um confronto ideológico aberto de concepções de universidade e de

¹ Cf. Portal do CNPq. (Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/pagina-inicial/>).

² Cf. Portal da Capes. (Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>).

sociedade, do qual emergiu o próprio movimento sindical dos professores universitários”. De modo que, conclui:

(...) é possível afirmar que a originalidade histórica do Andes-SN consiste em reunir profissionais que, pela natureza do trabalho que realizam e apesar do prestígio social e político historicamente conferido ao intelectual e ao professor universitário, foram impelidos, por injunções várias, a se organizar sindicalmente (mesmo com a proibição legal de fazê-lo), em nível nacional. Ao se articularem sindicalmente, esses profissionais incorporaram, como coletivo, a identidade de trabalhadores assalariados, mas mantiveram, de um lado, em relação ao conjunto dos trabalhadores sindicalizados, as especificidades decorrentes da natureza do seu trabalho e da valorização social de sua profissão – resultantes, por sua vez, da própria divisão social do trabalho existente. De outro lado, ao incorporarem, em seu cotidiano de trabalho, a prática sindical e tendo explicitado um compromisso formal com os interesses das classes subalternas, militantes e dirigentes da Andes passaram a se distinguir, nos locais de trabalho, do perfil acadêmico tradicional nas universidades, tornando-se objeto de desqualificações (cujo *leit motif* é ideológico) dos seus pares e ressentindo-se da perda do prestígio inerente ao seu status (preservado culturalmente, ainda que economicamente aviltado). Sua identidade de intelectuais trabalhadores politicamente engajados foi definindo, assim, tanto o horizonte político do trabalho que realizam quanto a própria identidade do Andes-SN como um sindicato de intelectuais. Historicamente inédita no Brasil até então (...). (NAVARRO, 2001)

Antes de todos os anteriores trabalhos citados, Donatoni (1999, p. 25, 99, 142, 265-267), fazendo também recurso à metáfora do “embrião”, já havia levado a seu paroxismo essa perspectiva analítica, evolucionista, de continuidade entre o sindicalismo docente da Educação Superior organizado em torno da Andes e as experiências associativo-sindicais prévias. A autora afirma, a esse respeito, que um “movimento docente do 3º grau existiu desde a criação dos cursos e escolas superiores [que remetem às primeiras décadas da Invasão Colonial, dada no início do Séc. XVI], independentemente de ter tido ou não representação sindical ou registro de mobilizações docentes”. Segundo ela, foi toda essa embrionária movimentação histórica que “engendrou e que motivou, mais tarde, a organização” do Movimento das ADs: “a partir da década de 60”, quando as “reformas de base do governo Goulart são derrotadas pelo regime militar implantado no Brasil pelo golpe de 64” acabaram sendo “criadas as primeiras ADs”, uma resposta direta ao fato da “repressão [ter] se torna[do] mais forte nas universidades, com a demissão, a prisão e o exílio de muitos professores”. E conclui:

Num primeiro momento, constatamos que parte das ADs criadas na década de 60, em especial as do início dessa década, tinham uma característica comum, ou seja, originaram-se de uma preocupação de cunho mais cultural e social do que político. Parte dessas ADs contavam com o apoio das respectivas reitorias das universidades da qual faziam parte, realizando, muitas vezes, trabalhos conjuntos. Segundo levantamento de dados e depoimentos de lideranças da época, eram ADs que tinham ações isoladas, restritas ao seu local de trabalho, sem a preocupação com qualquer tipo de questões político-ideológicas. No entanto, em que pese a ausência do caráter eminentemente político na criação das primeiras ADs, não podemos deixar de reconhecer que essas

mesmas ADs, a partir de 1964, passam a assumir características político-sindicais e a integrar, futuramente, o movimento nacional dos docentes. Já as Associações de Docentes das décadas de 70, 80 e 90 são criadas com características político-sindicais tendo, na sua origem, configurações diferenciadas das primeiras ADs (...). O movimento docente do ensino superior se fez presente sempre que a universidade pública foi desrespeitada na sua autonomia (...) foi somando forças e se tornando cada vez mais coeso pela atuação de seus líderes, que se aglutinavam inicialmente nos encontros da SBPC, na década de 70, e em outros encontros de docentes que se realizaram na época e que acabaram culminando com a criação da Coordenação Nacional de ADs, em 1979, e com a criação da Andes, em 1981 (...). A partir da criação da Andes, o movimento docente continua mobilizando-se pelos direitos da categoria, dando continuidade às reivindicações iniciadas em encontros anteriores, ao mesmo tempo em que procura organizar e conduzir nacionalmente os professores em defesa da universidade pública brasileira, para a qual objetiva a proposição de reestruturá-la. (DONATONI, 1999, p. 265-267)

Dando atualização a essa linha de análises, Miranda (2011a, p. 23, 41, 44, 200, 211, 311, 312) afirma:

As organizações dos trabalhadores da educação, particularmente dos professores, não é (sic) inaugurada com o movimento conhecido como Novo Sindicalismo, ainda que, decerto, este seja o período de seu crescimento e amadurecimento como força social expressiva (...). Antes da Constituição da República de 1988, que assegurou o direito de sindicalização aos servidores públicos, os professores da rede pública reuniram-se sob a forma associativista e, os professores da rede privada, já sob a forma sindical. Um recuo ao século XIX e início do século XX nos permite encontrar associações de auxílio mútuo ou de caráter reivindicativo de tipo sindical, tal como ocorreu com o movimento operário (...). Para a educação brasileira, a chegada à década 1960, seria particularmente mobilizadora. Os debates em torno da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Reunião de diversos setores em torno da Campanha em Defesa da Escola Pública, como resposta ao projeto privatista da LDB em tramitação, e em torno da Reforma Universitária [de 1968], demonstravam que a direção da política educacional precisava ser disputada com maior organicidade por parte dos movimentos populares e o de professores. Não nos parece possível dimensionar o impacto que o acirramento das lutas dos trabalhadores, através das chamadas reformas de base, causou no movimento docente, seja o da Educação Básica, seja o de nível universitário (...). A entidade nacional dos professores da Educação Superior [refere-se à Andes] nasce (...) marcada por duas características fundamentais, a primeira de ampla organização pela base, ou seja, das ADs que se multiplicavam pelo território nacional e, a segunda, pelas disputas em torno da concepção sindical que a materializaria enquanto ferramenta organizativa dos docentes (...). A identidade do Andes-SN foi construída na materialidade das lutas acima referidas, na oposição à estrutura sindical tutelada pelo Estado e em busca da autonomia e independência organizativa (...).após trinta anos, o Andes-SN não se questiona se integra a classe trabalhadora, mas como, sendo sua parte integrante, pode colaborar para a sua reorganização (...). Os princípios classistas de autonomia e ampla democracia pela base, disputados na sua origem, foram reafirmados pelo Andes-SN e pelas Associações Docentes quando romperam com a CUT. A trajetória combativa do Andes à estrutura sindical opõe-se aos rumos tomados pela CUT e à tentativa de reedição do sindicalismo “de carimbo”, pelo governo petista, através do Proifes.

As perspectivas historiográficas desenvolvidas pelas autoras dos três últimos trabalhos acima citados – Donatoni (1999), Navarro (2001) e Miranda (2011) – desenvolvem-se de

modos que, diferente do primeiro trabalho¹, não tomam tão claramente a Andes como um ponto zero do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira. Apesar disso, em nenhuma medida é nelas superado o intuito (auto)propagandístico evidente neste.

No caso dos dois primeiros trabalhos, escritos no contexto das primeiras disputas nacionais entre as diferentes correntes sindicais internas ao Andes-SN, esse intuito (auto)propagandístico ganha corpo na concessão ao sindicato nacional, embora sem as demonstrações devidas, o estatuto de uma culminância resolutive direta de experiências associativo-sindicais que lhe precederam em décadas ou, mesmo, séculos. Em função de sua mais recente localização cronológica, na qual as disputas entre as diferentes correntes sindicais encontra-se já expressa em divisões organizacionais, o procedimento ganha no trabalho de Miranda (2011) – tal como no texto de Bauer, Paulista e Diniz (2013), que lhe é contemporâneo – uma manifestação ainda mais explícita, já que, como vimos, a autora faz, em detrimento do Proifes-Federação(/CUT), um aberto posicionamento de defesa do Andes-SN(/CSP Conlutas).

O fato de que Andes-SN e Proifes-Federação sejam, ambas, organizações associativo-sindicais simultaneamente representativas de uma base social em profunda cisão organizativa e político-ideológica não chega a ser, em si mesmo, posto em observação nestes trabalhos. Muito menos são neles averiguadas quaisquer relações possíveis entre essa situação e a (neles igualmente desconsiderada) ambiguidade ideológico-política típica à natureza de classe desse sindicalismo de trabalhadores improdutivos.

No caso de Miranda (2013), a argumentação compreensiva gira, fundamentalmente, em torno da afirmação de que sejam Proifes-Federação e CUT representantes de setores do Novo Sindicalismo que, desprezando sua histórica “oposição à estrutura sindical tutelada pelo Estado”, romperam compromissos, ao longo do tempo, com seus originários “princípios clasistas de autonomia e ampla democracia pela base”. O fato atualizaria “disputas em torno da concepção sindical” presentes neste sindicalismo desde os primeiros momentos de organização da Andes. De modo que, “após trinta anos”, o Andes-SN sintetizaria o desdobramento organizacional da “trajetória combativa” do “movimento docente” enquanto o Proifes-Federação, constituído pelos grupos que nele adotaram os “rumos tomados pela CUT”, daria corpo à “reedição do sindicalismo ‘de carimbo’” feita “pelo governo petista”.

¹ Embora não caiba explorar o fato neste momento, importa registrar que a perspectiva proposta por Bauer, Paulista e Diniz (2013), descontinuísta, encontra-se também em outros trabalhos do campo, a exemplo da tese de Granzotto (2010, p. 243).

Nos capítulos anteriores, conhecemos quem foram e como pensavam e se comportavam os grupos que disputaram a hegemonia da direção política da/do Andes/Andes-SN ao longo de sua trajetória, o que nos possibilita reconhecer quanto guarda esse disseminado modo de contar a história do sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira muitas aproximações com as posições e discursos desenvolvidos por aquele que foi o grupo vencedor, quase invicto, dos embates internos a este sindicalismo ao longo de sua história, a Andes-AD. Nesse sentido, não deve passar despercebido que os argumentos apresentados pelas anteriores pesquisas repitam, quase textualmente, o atual discurso oficial do Andes-SN, sob direção hegemônica da Andes-AD desde que se estabeleceram as movimentações organizacionalmente divisionistas do Proifes-Fórum, em 2004:

Ainda sob a pressão do regime empresarial-militar (1964-1985), o Andes-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores. Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores (...). O Andes-SN rompeu com a estrutura sindical autoritária, implantada no Brasil na década de 30, e se consolidou pela organização de base nos locais de trabalho. É um sindicato nacional com seções sindicais nos locais de trabalho. É uma entidade autônoma em relação a partidos políticos (...). Todas as decisões são deliberadas pela base, que elege democraticamente todos os dirigentes. O sindicato é mantido pela contribuição voluntária de seus sindicalizados, sem taxa sindical compulsória (...). Nos últimos 35 anos, o Andes-SN vem atuando não somente na defesa permanente da universidade pública e contra a precarização do trabalho docente. Teve participação ativa nas lutas pela redemocratização do país no início da década de 80 (Diretas Já!), anistia aos presos e exilados políticos e pela Constituinte 1986/88. Participou, com outras entidades, da criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que desenvolveu proposições para a Constituinte de 1986-88, apresentou propostas para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, no final da década de 90, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE), que reivindicava aumento do orçamento da educação pública. Ainda na década de 90, o Andes-SN teve papel de destaque na luta contra as privatizações neoliberais, tanto na educação quanto em outras áreas. Na década de 2000, o Andes-SN empreendeu diversas lutas. Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 teve início o processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais. Coerente com suas posições, o Andes-SN rompe com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005, após o processo de aprovação da Reforma da Previdência, que retirava mais direitos dos trabalhadores. (Andes-SN¹)

De modo algum exclusivo deste específico campo de pesquisas acerca dos sindicalismos, o procedimento foi considerado por Boito Jr. (1991, p. 16-18) como sendo o “principal obstáculo para se compreender” a objetiva “adesão das principais correntes sindicais ao sindicato oficial tutelado pela cúpula do Estado”. Detendo-se no “discurso dos sindicalistas”, na

¹ Cf. Andes-SN. (Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html/>).

“autoimagem que os sindicalistas fazem de sua própria prática”, a “grande maioria dos estudiosos do sindicalismo tem tomado ao pé da letra esse discurso mistificador”, que passa a fazer-se “quase consensual na bibliografia acadêmica e nos meios políticos e sindicais”.

iii. A prática científica e seus limites ideológico-políticos

Carentes de fundamentação empírica consistente e instrumental conceitual capaz de esclarecer os desafios de classe presentes na base social do sindicalismo docente na Educação Superior brasileira – antídoto teórico-metodológico ao anacronismo e sua tendência ao triunfalismo propagandístico e (auto)mistificatório –, as anteriores análises apresentam-se sustentadas, em que pese seu sucesso no campo investigativo, num profundo engajamento na própria micropolitização do campo social por elas pesquisado. O fato as torna não somente incapazes de contribuir com o desvelamento das peculiaridades assumidas pela dinâmica ideológica da desorganização política imposta pelo sistema sindical oficial a este específico sindicalismo, como as põe na condição de elementos fundamentais a sua ocultação reprodutiva. Cumprem, assim, a função, antipodal ao que anunciam seus discursos de chamado à “unidade” e “revolução operária”, de um dos agentes da fragmentação político-associativa desse sindicalismo, debilitando-o para uma ação conjuntural ao lado das demais frações das classes trabalhadoras no país.

Compreender a complexidade de tal círculo vicioso pede atenção às distinções, propostas por Althusser (2017 [1966], p. 43-45), entre a ideologia, em si mesma, e a própria luta ideológica. De início, propõe o autor, importa considerar que seja a prática científica uma prática social “distinta das outras práticas existentes (prática econômica, prática política, prática ideológica)”. Em consequência, faz-se ela, “em seu nível e em sua função, absolutamente insubstituível”, já que única capaz de “produzir, partindo da experiência e dos resultados dessas práticas concretas, o conhecimento delas”.

Se dermos consequência, neste campo de investigações, ao que está proposto nesse princípio, encontraremos nele afirmado tanto a natureza insubstituível da prática científica quanto seus limites de possibilidade. Aliás, o reconhecimento destes últimos encerra, para esse autor marxista, enorme importância, seja científica seja política. Particularmente, conforme Althusser (2017 [1966], p. 43-45), em círculos de pensamento que se pretendem críticos e que, assim, se aproximam arriscadamente do “erro empirista e idealista” de pressupor que “os conhecimentos científicos são o produto da prática social em geral ou da prática política e

econômica”, descuidando “do caráter e da função insubstituíveis da prática científica” e produzindo, em consequência, “somente ideologias utópicas reformistas sobre a sociedade”.

Para alguns, talvez esteja posta a prática científica, assim, em posição por demais recuada. Em todo caso, trata-se de reconhecer-lhe o papel necessariamente coadjuvante que lhe cabe, mesmo (e principalmente!) quando se pretende à esquerda e/ou revolucionária. A descon sideração desse fato pode levar, como oportunamente sublinhou Atílio Borón (2001), à “onipotência teórica [que] é má conselheira e acaba no despenhadeiro do dogmatismo, do sectarismo e da esterilidade prática da teoria como instrumento de transformação social”.

Teria sido outro que este o alvo da ironia com a qual Marx e Engels (2007 [1884-85], p. 405, 439) denunciaram, ainda nos primórdios das Ciências Sociais contemporâneas, os limites do trabalho intelectual de “ideólogos”, “beletristas”, “doutores” e “literatos” de seu tempo, ingenuamente crentes, todos eles, na possibilidade de encontrar em “sua ideologia tanto a força motriz como o objetivo de todas as relações sociais”, quando eram as mesmas, em verdade, “tão somente sua expressão e seu sintoma”? Para estes igualmente clássicos autores da tradição científica marxista, não havia dúvida: apesar de se autoproclamarem como os paladinos do “socialismo verdadeiro”, tratavam-se aqueles de agentes sociais “impotentes e decaídos”, aos quais faziam falta “lutas partidárias reais, apaixonadas e práticas”. Daí terem vaticinado, com precisão: à medida que surgir “um partido comunista real” entre as classes trabalhadoras da Alemanha, o futuro desses tipos tenderá a restringir-se “a um público de pequeno-burgueses”...

CONCLUSÃO

Tomando como objeto de investigação a trajetória organizativa do sindicalismo docente praticado nas universidades federais do Estado do Ceará (CE), a pesquisa empírica que subsidiou esta tese, realizada entre os anos de 2015 e 2017, acabou por levantar um conjunto de informações, produzidas em entrevistas, investigações documentais e sessões de observação participante, que, para além de seu escopo inicial, alcançou diferentes facetas da deriva histórica desse sindicalismo no país e na Região Nordeste (NE). Assim reconheceu-lhe, de partida, duas simultâneas tendências gerais: de um lado, a tendência à oficialização organizacional e, de outro, à fragmentação político-associativa.

O estabelecimento histórico dessas duas tendências na orientação da trajetória organizativa desse sindicalismo foi demonstrado, com certa minúcia, nos três capítulos iniciais da tese. Neles, observamos os três processos de transição entre formas organizacionais experimentados pelo sindicalismo docente em estudo durante as cerca de cinco décadas de sua existência, acompanhando, ademais, as estreitas relações de mútua determinação entre as movimentações organizativas de tais transições em plano nacional e estadual.

Ao longo desses três processos, iniciados nos últimos anos da década de 1970, o sindicalismo desenvolvido pelos professores universitários federais cearenses deixou a condição originária de um movimento instituinte não-oficial para assumir, em 1980, a condição de uma associação civil de docentes, a Adufc, uma das associações estaduais a fundar a Andes em 1981. Daí, passou, no ano de 1993, à condição de uma seção sindical, a Adufc-SS, ligada ao Andes-SN, entidade oficial nascida da transformação da Andes num sindicato nacional, ocorrida em 1988/1991. Até o início dos anos 2000, o sindicalismo em estudo esteve marcado, apesar de sua conflitiva diversidade interna, por uma forte unificação jurídica nacional em torno do Andes-SN. A partir do ano de 2004, porém, quando, com importante apoio da Adufc-SS, se estabelece nacionalmente o Proifes-Fórum, inicia-se nesse universo sindical um processo de grande diversificação organizativa que desembocará, em 2011, na transformação da Adufc-SS em Adufc-Sindicato, detentor da representação oficial dos docentes das universidades federais presentes no CE e um dos sindicatos estaduais a transformar, em 2012, o Proifes-Fórum em Proifes-Federação.

Em reação ao estabelecimento dessa concorrência formal em sua histórica base social, o Andes-SN autoriza, a despeito do potencial de litígio do ato, a criação, no ano de 2015, do Sindunilab, seção sindical desse sindicato nacional na Unilab. Numa movimentação

concomitante a essa, funda-se no CE, nesse mesmo ano de 2015, o Coletivo Graúna, organização sindical informal em torno da qual desenvolvem suas atividades, na UFCA, Unilab e, em particular, na UFC, as oposições à Proifes-Federação ligadas ao Andes-SN no CE.

Conforme pudemos observar naqueles capítulos iniciais, os anteriores processos de oficialização e diversificação organizacional emergiram, nacional e estadualmente, do aprofundamento histórico nas divergências e concorrências instituintes dadas, desde sempre, entre os diferentes grupos político-ideológicos em ação na base social desse sindicalismo.

Produto e produtor de seus processos de oficialização organizacional, o aprofundamento dessas divergências e concorrências político-ideológicas constituiu, progressivamente, correntes sindicais espontâneas, fundamentalmente organizadas, a princípio, em torno da candidatura de nomes para compor, sem concorrência entre chapas, as diretorias das entidades associativas. Deu-se, assim, nacional e localmente. Esse foi o caso nas disputas inaugurais entre os grupos organizados em torno dos nomes dos professores Maciel e Pinguelli nas primeiras diretorias da Andes, compostas, no limite, por nomes de membros das diretorias das associações estaduais fundadoras nas diferentes regiões do país. No caso das primeiras diretorias da Adufc, as composições eram consensuadas entre os poucos professores e professoras que, em função de suas prévias participações no Movimento Estudantil, participavam da pouco concorrida organização sindical do agrupamento profissional.

Cada vez mais cientes de si e de sua abrangência nacional, tais correntes passaram a formalizar-se, buscando reunir maior capacidade de impor institucionalmente seus específicos programas político-ideológicos, também cada vez mais bem definidos para eles próprios. Abandona-se, assim, o acordo de composições de diretoria sem concorrência entre chapas oponentes, estabelecendo-se, primeiro nacionalmente e depois estadualmente, processos eleitorais internos disputados de forma cada vez mais acirrada. Assim surgem as duas correntes sindicais majoritárias neste sindicalismo, a Andes-AD e suas oposições, posteriormente formalizadas como Andes-Sind.

A primeira corrente, formalizada em 1986, hegemonizou, desde a vitória inaugural do grupo organizado em torno do nome do Professor Maciel, as diretorias da/do Andes/Andes-SN, sendo quase invicta na história das eleições de composição das diretorias nacionais desse sindicato, do qual se faz força dirigente até o presente. A segunda, somente formalizada em 2001, esteve em atuação desde o grupo organizado em torno do nome do Professor Pinguelli, desenvolvendo diferentes movimentos de oposição programática e disputa eleitoral à corrente Andes-AD. Foram casos exemplares do afirmado a constituição da chapa Andes Hoje, que

disputou a diretoria da Andes em 1986; a instituição do Fórum-Andes Plural, em atividade a partir de 1994; bem como a organização da chapa que garantiu a única vitória das oposições ao Andes-AD na história da/do Andes/Andes-SN, ocorrida no biênio 1998-2001.

Ao se formalizarem como Andes-Sind em 2001, as oposições à corrente Andes-AD davam, portanto, um passo adiante em seus esforços históricos de disputa da hegemonia na direção do sindicato nacional. Mesmo que ocorrida, como sempre, numa disputa bem equilibrada em termos de votos absolutos, a derrota das oposições em sua tentativa de reeleição nas eleições seguintes (2001-2003) significou a retomada da histórica dirigência da/do Andes/Andes-SN pela Andes-AD e marcou, em alguma medida, um novo fracasso das posições político-ideológicas que desde sempre lhe opuseram resistência organizada no agrupamento profissional. Essa situação, somada à vitória eleitoral do PT nas eleições para o Executivo do país, precipitou a criação, no seio da Andes-Sind, do Proifes-Fórum (2004), paulatinamente transformado em um sindicato nacional concorrente ao Andes-SN e, por fim, numa federação sindical oficial, com sindicatos estaduais em todas as regiões do país, a Proifes-Federação (2012). Completava-se, assim, o progressivo processo de oficialização deste específico sindicalismo brasileiro.

Que a eleição de Lula para a presidência nacional ao final de 2002 tenha criado as condições ideais para que se expressasse na forma de cismas organizacionais o processo de aprofundamento das divergências e concorrências organizativas entre as correntes político-ideológicas deste sindicalismo, não se fez um fenômeno pontual. Como vimos nos três capítulos iniciais, tais divergências e concorrências encontravam sua matriz, desde quando ainda se expressavam de modo restrito aos nomes indicados a compor as diretorias sindicais, nas disputas entre os diferentes agrupamentos constitutivos das esquerdas partidárias e sindicais brasileiras, em franca rearticulação no contexto de lenta e conservadora normalização capitalista-dependente da vida nacional a partir do arrefecimento da Ditadura Militar, iniciado em 1974.

Grosso modo, em função das prévias formações políticas de suas lideranças no Movimento Estudantil, os grupos que deram desenvolvimento a esse universo associativo-sindical dragaram para seu interior, desde seus momentos originários, as querelas já bem estabelecidas entre as esquerdas comunistas (PCB, MR 8, PC do B, PTB, CGT etc.) e a “nova esquerda” em formação (da qual emergiria o Novo Sindicalismo, PT, CUT etc.). Essa orientação externa das disputas no interior do sindicalismo em estudo manteve-se, inclusive, quando as primeiras dissenções na “nova esquerda” levaram às rearticulações desse campo político, aproximando setores do PT à tradicional esquerda comunista e promovendo o desenvolvimento, via cisões

organizacionais, de uma nova “nova esquerda”, inconciliavelmente divergente dos posicionamentos político-ideológicos que, assumidos ao longo dos anos 1990 pelas organizações advindas do Novo Sindicalismo, possibilitaram as negociações e acordos garantidores das quatro consecutivas vitórias eleitorais experimentadas pelo PT a partir do início da década seguinte em pleitos para a presidência nacional (2003-2016). Daí o *continuum* de vinculações interorganizacionais por nós facilmente reconhecido no universo sindical estudado, hoje cindido, também inconciliavelmente, pelas concorrentes articulações entre, de um lado, o Adufc-Sindicato/Proifef-Federação/CUT/PT/PC do B e, de outro, a Sindunilab/Coletivo Graúna/Andes-SN/CSP Conlutas/Intersindicais/PSTU/Psol.

Desde que começou a insinuar-se em meio às informações colhidas ao longo da pesquisa empírica, a simultaneidade histórica entre os progressivos processos de oficialização e fragmentação político-associativa do sindicalismo docente em estudo, tornou-se, em si mesma, uma questão digna de maior consideração analítica. A descoberta de seu matriciamento nos vínculos estabelecidos entre as correntes desse específico sindicalismo docente e os diferentes grupos político-ideológicos das esquerdas nacionais apenas reforçou o entendimento de que se trataria essa simultaneidade de um fenômeno a ser mais bem entendido em suas correlações potenciais. Afinal, como vimos indicar parte da literatura científica dedicada ao estudo das esquerdas partidárias e sindicais no país, tratam-se, tanto a progressiva oficialização organizacional como a progressiva fragmentação político-associativa, de tendências praticamente universais nesse campo político-ideológico. Compreenderíamos essa simultaneidade, empiricamente verificada, interpretando-a como um fenômeno de natureza meramente contingente?

Essa questão orientou a revisão bibliográfica empreendida, conduzindo-a ao diálogo com pesquisas prévias dedicadas seja, por um lado, às relações entre sindicalismo oficializado e fragmentação político-associativa das classes trabalhadoras seja, por outro, às relações entre o Movimento Estudantil e outras frações das classes trabalhadoras em situação intermediária (também chamadas, *lato sensu*, de classes médias) e a deriva histórica das esquerdas partidárias e sindicais brasileiras. Assim vieram à tona as contribuições ao presente debate albergadas nas teses de Décio Saes e Armando Boito Jr., as quais, em grande medida fundamentadas em diferentes momentos das obras de Louis Althusser e Nicos Poulantzas, dão presença em nosso país à tradição de pesquisas sociais do marxismo de orientação estruturalista, caracterizado, esclarece Boito Jr. (1991, p. 12), por uma particular consideração investigativa do “papel ativo das estruturas jurídico-políticas e das ideologias na determinação da prática dos agentes sociais”.

Foi concedendo a devida atenção analítica ao ativo papel de agenciamento político dessas estruturas ideológicas que Saes (1984, p. 79-150) pôde desvelar os modos como o oligárquico legado agrário-escravista à “transição capitalista periférica” brasileira, iniciada com a Revolução de 1930, predisps os setores intermediários de nossas emergentes classes trabalhadoras à peculiar forma assumida pela ideologia populista no país: a “ideologia do Estado protetor”¹. Como continua explicando o autor, essa ideologia, embora tenha sido moldada no seio de um específico segmento das “camadas médias urbanas” inseridas “no aparelho de Estado”, as “categorias sociais” (intelectuais, militares, burocratas), estabeleceu-se historicamente entre nós como a “forma essencial de expressão” política, organizada via sistema sindical oficial, da “classe operária [brasileira, ali] em constituição”.

Foi igualmente atento às manifestações desses agenciamentos no âmbito dos sindicalismos historicamente desenvolvidos pelas classes trabalhadoras no país que Boito Jr. (1991, p. 25, 61-167, 171, 294) pôde demonstrar como o singular estatismo que nucleia a (macro)ideologia populista brasileira manifesta-se nesse campo social, em particular, no que chamou de ideologia da legalidade sindical, responsável pelo apego e adesão praticamente universais dos movimentos sindicais brasileiros ao sindicato oficial, célula da base social do aparelho sindical de Estado. O autor chama atenção, nesse ponto, a um fato fundamental para a presente pesquisa: tal como se verifica quanto àquela (macro)ideologia em histórica atuação na sociedade brasileira, o legalismo sindical tem variantes à direita como à esquerda do espectro político. Numa ou noutra dessas expressões mantêm-se, contudo, objetivamente intactos, independentemente das aparências em contrário, os “efeitos do sistema sindical de Estado (dispersão dos trabalhadores, peleguismo, moderação da luta sindical)”.

¹ Não é oportuno fazer aqui uma extensa exposição de tais peculiaridades. Importa apontar, em todo caso, aquele que se apresenta, na literatura de referência, seu fulcro para esta discussão: ter dado surgimento ao “singular estatismo” à brasileira. Acontece que o agrarismo escravista do passado colonial e da República Oligárquica impossibilitou o até quase meados do Séc. XX o desenvolvimento de uma burguesia interna industrial e classe operária capazes de presença política determinante no Estado nacional. Nessas circunstâncias, afirma Barison (2016, p. 42), apesar de seu “verniz fascista”, a Revolução de 30 encontrou seu núcleo político na “ideologia do Estado protetor” e não, como dava-se nos regimes nazifascistas ítalo-germânicos, na “mobilização reacionária de massas” pelas classes dominantes visando liquidar, através da ordem estatal, “a ameaça de revolução social junto com a esquerda do movimento operário”, com “presença política já ameaçadora” naqueles países. Dão-se, assim, as condições para que, conforme Saes (1984, p. 86-118), desenvolva-se uma nova hegemonia burguesa no bloco no poder, que, mais moderna, é capaz de pôr todo um aparato jurídico-estatal que, por meio da inclusão/regulação/desorganização política e não negação/repressão, põe-se ideologicamente “à frente das relações de classe” antagônicas apenas em gestação no país, o que dá à emergente dominação burguesa industrial brasileira a “estabilidade” necessária à consolidação de seus “planos econômicos e políticos”. (Cf. Poulantzas, 1972; Saes, 1984; Boito Jr., 1991; Barison, 2016).

O conjunto de tais efeitos tem como consequência última a debilitação da capacidade de luta conjuntural do sindicalismo das classes trabalhadoras, uma vez que lhes impede efetivas contribuições revolucionárias naquele que se apresenta, conforme sublinha Saes (1984, p. 18-19, 194), o “conflito principal” nas sociedades capitalistas, travado entre as “classes fundamentais” – burguesia, proletariado e suas frações internas.

Acontece que, explica Boito Jr. (1991, p. 291, 293), tratando-se de uma “totalidade integrada”, o “sistema do sindicalismo de Estado” encontra-se em “conexão objetiva com o interesse político da burguesia”. Os diversos elementos que o constituem articulam-se, portanto, visando o cumprimento daquela que, conforme Poulantzas (1977 [1968], p. 182), apresenta-se como “função” precípua do Estado capitalista: “desorganizar politicamente as classes dominadas, enquanto organiza politicamente as classes dominantes”, excluindo de “seu seio a ‘luta’ de classes”.

Ao vir progressivamente assumindo a forma organizacional oficial, o sindicalismo docente em prática nas universidades federais do Ceará não tem, portanto, apenas optado pela utilização eventualmente oportuna e, em si mesma neutra, de um dentre outros possíveis aparatos jurídico-políticos de associação civil. Desprovida de uma “maleabilidade sem limites”, a Estrutura Sindical de Estado não está apta a desempenhar “funções antagônicas” a depender “da conjuntura e circunstâncias”, pondo-se ora a serviço dos “interesses da burguesia, ora, ao contrário”, a serviço da “organização do operariado e das demais classes trabalhadoras” (BOITO JR., 1991, p. 13).

Sistêmica e ideológica, essa é uma dinâmica que opera a execução de sua função política de modo independente das “intenções e propósitos desta ou daquela corrente” sindical (BOITO JR., 1991, p. 237). Aquelas em atuação no específico universo sindical aqui posto em estudo não se apresentam uma exceção a esse respeito.

Como verificamos, apesar de afirmarem e fazerem parecer, em função da dureza dramática de seus embates públicos, a existência de uma divergência profunda entre suas posições, ambas as correntes político-ideológicas majoritárias no sindicalismo estudado se encontram igualmente engodadas, ao que tudo indica, nas tramas inconscientes¹ da estatista ideologia

¹ Tratando do conceito de ideologia na obra de Louis Althusser, Motta e Serra (2014) sublinham que não se trata ela de “uma aberração ou uma excrescência contingente da História: é uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades. Tampouco pertence à região da consciência. Ela é profundamente inconsciente. A ideologia, para Althusser, é um sistema de representações, mas essas representações na maior parte das vezes [são] imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem aos homens sem passar para a sua

da legalidade sindical. E é assim que vêm historicamente disputando a direção política e a administração organizacional de entidades oficiais sem grandes hesitações na promoção de cisões organizacionais ou criação de organizações (também oficiais) em acirrada concorrência. Tornam-se, desse modo, elementos centrais para que ganhe corpo no âmbito desse sindicalismo a subordinação sistêmica das organizações dos trabalhadores à “cúpula da burocracia estatal” e, desta forma, à “direção política da burguesia” (BOITO JR., 1991, p. 26, 225).

Não somente, atentemos, em função de uma ou outra eventual posição acerca de pautas historicamente circunstanciadas, nem mesmo da adoção de um ou outro estilo de reivindicação ou negociação, mas, primariamente, por se fazerem agentes de ativação, via micropolitização do campo, de uma diversificação organizacional nascida e reprodutora de sua profunda fragmentação político-associativa. Seja interna ao agrupamento profissional seja a ele externa, uma vez que, como vimos, o sindicalismo docente na Educação Superior pública no país vem cumprindo um importante papel na legitimação social das cisões experimentadas pelas esquerdas sindicais e partidárias nacionais.

Ora, como recorda Boito Jr. (1991, p. 234-235), há requisitos mínimos para que um sindicalismo se faça objetivamente capaz de “unir-se à luta revolucionária”, como veremos afirmarem algumas das lideranças desse sindicalismo ser ou seu desejo ou, para alguns, sua realização histórica. Dentre estes requisitos, a “unificação” política ampla das organizações e ações sindicais (do que são exemplares as greves gerais) apresenta-se tão fundamental quanto a formação e multiplicação de “lideranças” capazes de dirigir (unificadamente!) as “forças identificadas com a revolução”, desenvolvendo, em consequência, capacidade concreta de apresentar sejam “objetivos e formas de luta que contribuam para a desestabilização do poder burguês”, sejam “objetivos diretamente revolucionários”.

Impossível sob os efeitos, nesse sentido necessariamente limitantes, do sindicato oficial, uma atuação histórica contributiva com a unificação política das classes trabalhadoras no país solicitaria das correntes sindicais que lideram a instituição do sindicalismo em estudo uma trajetória organizativa feita em direção contrária àquela que verificamos vir sendo por ele tomada: cada vez mais oficializado (e, assim, estatalmente tutelado) e fragmentado (e, assim, conjunturalmente debilitado, pois incapaz de somar força às demais organizações das classes trabalhadoras no país visando sua vitória no conflito social principal).

‘consciência’’. (Cf. Althusser, 2017 [1966], 2017 [1967]; Barison, 2017; Bezerra, 2016, 2017; Bezerra e Beserra, 2018; Gillot, 2018).

Em todo caso, seguindo uma direção organizativa oficializante, suas divergências e disputas internas quanto a objetivos, pautas e formas de organização e ação sindical acabaram por, sob influência dos efeitos da Estrutura Sindical de Estado, aprofundarem-se a ponto de se fazerem completamente micropolitizadas (BOURDIEU, 2013 [1984], p. 239, 240). Superaram, assim, o plano das meras dissidências instituintes, objetivando-se em concretas cisões organizacionais, sustentadas por inconciliáveis concorrências político-ideológicas.

Aprofundados, alguns dos resultados politicamente desorganizadores desta última situação foram testemunhados, conforme vimos nos últimos momentos do terceiro capítulo, no período em que a pesquisa empírica à base desta tese realizou entrevistas e observações participantes em greves do agrupamento profissional. A situação na qual ali encontramos este sindicalismo se faz, no mínimo, contraditória para aquelas que, dentre suas lideranças e correntes político-ideológicas, mantêm publicamente discursos de tonalidade aguerridamente revolucionária. Compreender tal situação requer, porém, a difícil disposição reflexiva, fundamental às pesquisas sociais, de se permitir,

(...) enfim – apesar de todas as resistências que se opõem –, aceitar reconhecer o determinismo que nos agencia (...). De jeito nenhum para celebrá-lo, venerá-lo ou se engajar na via do ceticismo ou da resignação. Mas, antes, para que, adquirindo o reconhecimento dessas leis, nos seja mais possível examinar coletivamente o que podemos fazer com elas. (MELMAN, 2008, p. 108, 109)

Produto do legalismo sindical de esquerda, a adesão dessas lideranças e correntes ao sindicalismo oficial vem sendo historicamente denegada, sem qualquer prejuízo a seus efeitos, por meio das expressões particulares que a situação de trabalho, intelectual, do professorado da Educação Superior concede ao que Boito Jr. (1991, p. 95) nomeou como “ideologia teórica”. Tratando-se da “camada mais superficial do discurso ideológico”, estas racionalizações “encobre[m] e dissimula[m] a prática real desses sindicalistas, que é de aceitação e de apego ao sindicato de Estado”.

Para os setores dessas lideranças e correntes que, mesmo mantendo-se à esquerda do espectro político, têm, contudo, abandonado abertamente discursos de modulação revolucionária, a situação não se apresenta menos complexa.

Sua adesão explícita ao sindicalismo de Estado tem buscado soluções à ambiguidade conjuntural de sua natureza de classe que, legitimadas pela “ilusão do poder” promovida pelo “funcionamento do sindicato oficial” (BOITO JR., p. 239), assim como pelo correlativo sucesso organizativo que vêm encontrando nos últimos anos, concedem plena realização

histórica à já bem conhecida função conjunturalmente limitante do sistema sindical oficial no sindicalismo docente da Educação Superior pública brasileira.

Diante do evidente fracasso conjuntural dos artifícios político-organizativos de seus oponentes internos, estas lideranças e correntes – conduzidas, tal como aquelas, por um profundo apego à ideologia da legalidade sindical – vêm dando corpo a um sindicalismo docente cada vez mais limitado às possibilidades da ordem social capitalista, tornando-se uma importante força na subordinação prática da “luta sindical reivindicativa ao interesse político geral da burguesia (manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado)” (BOITO JR., p. 225). Dá consequências, assim, à separação entre “luta sindical reivindicativa” e “luta revolucionária, isto é, da luta por um poder democrático-popular que inicie um processo de transição ao socialismo” (idem).

Limites de várias ordens impedem que este trabalho conceda idêntica atenção analítica a ambos os anteriores posicionamentos, verificáveis na base social e correntes político-ideológicas desse sindicalismo. Reserva-se para futuras oportunidades, pois, um tratamento mais cuidadoso, em particular, desta última posição.

Em todo caso, apesar de se apresentar ainda escassa, a literatura dedicada à pesquisa do sindicalismo docente na Educação Superior a partir da perspectiva teórica aqui assumida, tem já cuidado de demonstrar de modo suficiente como a ideologia meritocrática, que fundamenta a ambiguidade conjuntural dos segmentos intermediários das classes trabalhadoras, pode e tem historicamente determinado, via corporativismo, o afastamento das bases sociais do sindicalismo docente, em particular na Educação Superior pública, seja do empreendimento associativo-sindical em geral, considerado proletarizante, seja daquele desenvolvido pelas diferentes frações das esquerdas em atuação em seu agrupamento profissional¹.

Elaborado nesse contexto científico, este trabalho entende ter contribuído com o campo investigativo a que pertence pondo em maior evidência como as especificidades intelectuais da situação de trabalho dos “acadêmicos” vem pondo em risco a objetiva participação conjuntural dos empreendimentos associativo-sindicais dos “docentes de esquerda” em atuação no sindicalismo na Educação Superior pública federal. Essa é, decerto, uma contribuição fundamental, já que as inconscientes estratégias denegatórias de sua adesão prática à ideologia

¹ Para uma abordagem mais diretamente relativa ao professorado da Educação Superior pública, veja-se Coelho (1993), Fantinatti (1998) e Granzotto (2010). Para uma abordagem mais geral, dedicada aos funcionários públicos federais, veja-se Assis (2006).

meritocrática e ao legalismo sindical apresentam-se bem menos suspeitas que aquelas das frações “conservadoras” nesse professorado. Inclusive, e particularmente, para eles próprios.

Conforme vimos no quarto capítulo, essas adesões têm historicamente se refratado, no primeiro caso, na autoimagem construída por estas lideranças para a atuação de suas correntes e organizações sindicais e partidárias, ilusoriamente concebidas como se tratando de uma “vanguarda” das classes trabalhadoras no país, uma vez que desenvolvidas, em última análise, por “intelectuais orgânicos”. É partindo de tal autoimagem que, num movimento simultâneo, desenvolvem um rígido oposicionismo programático que, apesar de sua aparente radicalidade, trai, em sua evidente micropolitização, a profunda expectativa que os move: a aspiração à tutela de um “Estado protetor”.

Essa aspiração tem historicamente se objetivado na restrição das lutas associativo-sindicais desse agrupamento profissional às ações do Poder Executivo, em cujo âmbito se fazem, fundamentalmente, as pautas e querelas em torno das quais as correntes majoritárias na disputa pela direção política de seu sindicalismo se digladiam. Assim restritamente (micro)politizadas, as avaliações conjunturais empreendidas são incapazes de integrar analiticamente a diversidade de posições e movimentações político-ideológicas na base. Criam-se, em consequência, “inimigos internos”, o que legitima rompimentos divisionistas da unidade política das classes trabalhadoras diante de divergências circunstanciadas e fundamentalmente relativas a posicionamentos mais ou menos oportunos do “movimento docente” ante políticas e programas governamentais que imediatamente atinjam as “condições de trabalho” de sua específica base sindical.

A força dramática dos embates político-ideológicos entre as diferentes tradições das esquerdas nacionais assim publicamente promovidos nesse universo sindical faz-se uma clara evidência do quão condicionantes de fracassos conjunturais podem ser os desafios ideológico-políticos que a natureza de classe (intermediária) desse professorado interpõe entre sua situação e posição de classe. Bem mais objetiva se faz nesse sentido, porém, a presença e ação histórica das tendências que, a despeito de suas anunciadas vontades políticas de coesão, unidade e autonomia, têm orientado a trajetória organizativa de seu sindicalismo rumo à oficialização e fragmentação político-associativa, uma evidência-síntese dos efeitos de desorganização política promovida em seu seio pela Estrutura Sindical de Estado.

Em sua trajetória organizativa, o sindicalismo docente desenvolvido nas universidades federais do CE vem seguindo, portanto, a mesma orientação da deriva de fragilização conjuntural experimentada pelos sindicalismos de esquerda no país, capazes, e certo, de algum

nível de conquistas no plano das reivindicações trabalhistas e, mesmo, das disputas eleitorais restritas à normalidade burguesa, mas incapazes, tudo indica, de qualquer contribuição em modificações sistêmicas profundas¹.

Encontramos uma evidência-síntese de que seja essa a direção histórica tomada pela trajetória organizativa estudada na expansão que o modelo jurídico acabado da Estrutura Sindical de Estado no Brasil, o sindicato oficial estadual confederado, vem experimentando em seu seio. A realidade dessa expansão apresenta-se, pelo menos na Região Nordeste do Brasil (NE), um fato de difícil contestação.

A polêmica política de expansão da Educação Superior dos governos petistas promoveu uma nova realidade na malha organizacional desse nível educacional no país, marcada por uma interiorização feita através da criação de novos *campi*, universidades e organizações não-universitárias de Educação Superior em todo o território nacional. Ao que tudo indica, a concomitância dessa nova realidade no contexto de plena expressão das tendências à oficialização e fragmentação político-associativa desse sindicalismo no país apenas começam a dar mostras de sua real capacidade de ser lastro para os efeitos de desorganização típicos à Estrutura Sindical de Estado no Brasil. É a essa conclusão que, veremos, nos levam as mínimas informações que já detemos aqui acerca da situação desse sindicalismo no NE.

Em sua tese, Santos (2008b, p. 89) apresenta, nesse sentido, a Proifes-Federação como uma organização que, “representante apenas dos docentes das instituições federais de ensino”, atuaria “no campo da especificidade de uma ampla maioria sobre a qual se constitui a base representativa do Andes-SN”. A partir disso, propõe a seguinte “reflexão: em que medida o Proifes (...) pode se tornar uma ameaça ao campo representacional do Andes-SN na comunidade docente?”.

Não se tratando de uma questão de direto interesse em sua pesquisa, a autora acaba por não lhe apresentar uma resposta, restringindo-se a deixá-la apontada para posteriores oportunidades. Ao longo da presente pesquisa, encontramos diferentes expressões dessa questão, fato presumível no contexto de intensa concorrência estabelecida entre estas organizações nacionais do sindicalismo em estudo.

As apostas dos oponentes da Proifes-Federação são, nesse sentido, claras:

¹ A incapacidade cutistas/petista de organizar reações públicas potentes diante do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, bem como das reformas trabalhistas e previdenciárias que a ele se seguiram durante o governo de Michel Temer, faz ver claramente uma das dimensões de tal fragilização.

Eu acredito muito fortemente no esvaziamento do Proifes. Já começou a acontecer nos anos do Governo Dilma (...). Quando o Proifes apareceu, parecia que rapidamente todas [as associações] iam ser cooptadas. Isso não aconteceu. Nos últimos anos do Governo Dilma, foram saindo grandes associações. A saída da Adufc foi um golpe muito grande pra ele (...). Há um enfraquecimento. Você vê que esse grupo político [referia-se à diretoria do biênio 2015-2017]... tá, eles venceram a eleição, mas eles não conduzem nada que não seja por meio da diretoria impedir que aconteça (...) a própria assembleia eles não conseguem conduzir, eles não conseguem pautar, não pautam a assembleia, são pautados o tempo inteiro.

Professor Luiz Fábio, 10 de outubro de 2016.

Eles não conseguem crescer!

Professora Do Céu, 13 de outubro de 2016.

Para os interesses conjunturais desta pesquisa, a anterior questão, assim como as diferentes respostas para a mesma possíveis somente interessam na medida que apontam para um problema que, desde a perspectiva teórica aqui assumida, faz-se anterior: a possibilidade de que, dada a presença e ação histórica das tendências à oficialização e fragmentação político-associativa, que vêm sendo reconhecidas na orientação da trajetória organizativa desse sindicalismo, o sindicato oficial local, efetivamente instalado no Ceará, venha tornando-se um modelo organizacional em expansão nacional.

De modo que, se em alguma medida interessa aqui a pergunta pela concorrência Proifes-Federação *versus* Andes-SN, bem como as diferentes apostas feitas pelos partidários de uma e outra das posições por elas representadas, tal interesse está aqui restrito ao fato de que a Proifes-Federação se apresenta, na condição de um sindicalismo oficial pleno, o acabamento da tendência à oficialização que vem orientando a história do sindicalismo docente na Educação Superior pública brasileira e que, tendo tido no Andes-SN sua primeira objetivação histórica, vem encontrando circunstâncias particularmente propícias a sua plena manifestação desde o fim do “ciclo histórico” das esquerdas nacionais que, segundo vimos anteriormente sugerir Ridenti (2007b, p. 49), foi “hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT)” e “provavelmente se encerrou neste início de século XXI, paradoxalmente quando o PT chegou ao governo federal”.

Aceitas as estreitas relações, anteriormente afirmadas, entre a ampla disseminação nacional da ideologia da legalidade sindical como manifestação localizada da ideologia populista brasileira ao longo da lenta e desigual modernização capitalista dependente das relações de trabalho no território do país, vale atentar-se ao modo como a dupla dependência (FURTADO, 1984) que caracteriza os estados da NE autorizam que se espere manifestações

próprias dessa estrutura ideológica em seu território. Inclusive no que concerne a sua expressão no âmbito do sindicalismo docente da Educação Superior pública federal.

Esta é uma hipótese de trabalho que apenas cabe aqui apontar, visando trabalhos futuros. Uma vez confirmada, significará, em todo caso, apenas uma verificação empírica, neste âmbito, das correlações estatisticamente demonstradas por Boito Jr. (1991, p. 184-197) entre a concentração sudestina do desenvolvimento da economia capitalista brasileira e resistência dos trabalhadores ao sindicalismo de Estado, que se manifesta, para a surpresa de “observadores que ignoram a especificidade do sindicato de Estado”, no fato de que, pelo menos no período estudado pelo autor, o índice de sindicalização naquela região se apresentasse, a despeito de nele concentrar-se fortemente o operariado nacional, “inferior ao índice do país – 20% contra 23%”. Acontece que, explica o autor, a “tendência do sindicato de Estado foi de crescer muito mais nas regiões menos industrializadas e com menor frequência de greves”, atraindo, em âmbito nacional, “mais associados nas pequenas e médias cidades do interior do que nas capitais e grandes centros industriais”, “mais os trabalhadores rurais do que os trabalhadores urbanos” e, no campo, “mais os camponeses do que o operariado agrícola”. Enfim, “a base social do sindicato de Estado é marcadamente interiorana”, território nacional onde, apesar de serem os operários os “mais sindicalizados”, são, “no entanto, os menos reivindicativos”.

Esses achados empíricos de Boito Jr. são, de resto, muito coerentes com as propostas interpretativas de Saes (1984, p. 90, 91) sobre a localização das raízes do populismo brasileiro na ação política de lideranças tenentistas-nacionalistas formadas e em atuações simultâneas fora dos núcleos centrais da modernização capitalista do país, tais como “Juarez Távora, no Ceará, ou de Luiz Carlos Prestes, no Rio Grande do Sul”. Ora, encontrando-se aí seu “embrião”, sua gestação e desenvolvimentos mais consistentes devem ser procurados, decerto, “nos lugares onde essa corrente militar assentava suas bases”, isto é, ali “onde o perigo de proletarização das camadas médias urbanas era mais forte” e, conseqüentemente, “a dominação oligárquica se exercia de um modo mais violento e mais visível”, portanto nas “regiões menos desenvolvidas – como o Nordeste”.¹

Daí que possa se esperar que o aparelho de reprodução social do sistema sindical de Estado no Brasil, o sindicato oficial local, tenha até hoje raízes mais profundamente fincadas,

¹ Galvão, Marcelino e Trópia (2015, p. 45, 46) apontam, em sua pesquisa empírica acerca da CSP Conlutas, a importância que a pequena industrialização relativa do NE concede ao funcionalismo público, em particular das universidades, à sustentação dessa central.

apesar de sua posterior difusão nacional, naquelas regiões que se viram economicamente periféricas pelo devir histórico do capitalismo monopolista.

Somada a tais peculiaridades regionais, o que até aqui conhecemos sobre a trajetória organizativa do sindicalismo docente praticado nas universidades federais do CE possibilita deixarmos como um problema para futuro tratamento quanto é possível que a duplicidade da condição periférica do estado e região estejam estreitamente relacionadas com a força neles demonstrada pelas tendências à oficialização organizacional e fragmentação político-associativa. Não é provável, nesse sentido, que se resuma a mera aleatoriedade a importância adquirida pela Adufc-SS/Adufc-Sindicato nos processos nacionais de construção do/da Proifes-Fórum/Proifes-Federação.

Em todo caso, se não observadas com a devida atenção, as informações relativas às afiliações nacionais dos sindicatos de professores das universidades federais na NE¹ podem fazer crer carente de factualidade essa hipótese. Afinal, no ano de 2016, 80% dos 20 sindicatos da NE, isto é, 16 (dezesseis) deles, encontravam-se vinculados ao Andes-SN e, portanto, ao modelo de sindicato único com seções sindicais em cada organização de trabalho, e não à Proifes-Federação, que, conforme aqui sugerido, dá uma expressão organizacional acabada ao modelo sindical oficial confederativo do país no universo sindical em estudo.

Nesse sentido, consideremos, de partida, que embora tenha concretização organizacional recente no CE e outros estados da NE, a adesão ao sindicato oficial apresenta-se como uma tendência político-institucional ideologicamente sustentada pela natureza de classe do sindicalismo em estudo. E que, nesse sentido, importa nos perguntarmos acerca dos compromissos oficializantes presentes no modelo de sindicato nacional único com seções sindicais, já responsável por dar efeito, nesse universo sindical, à função politicamente desorganizadora da Estrutura Sindical de Estado.

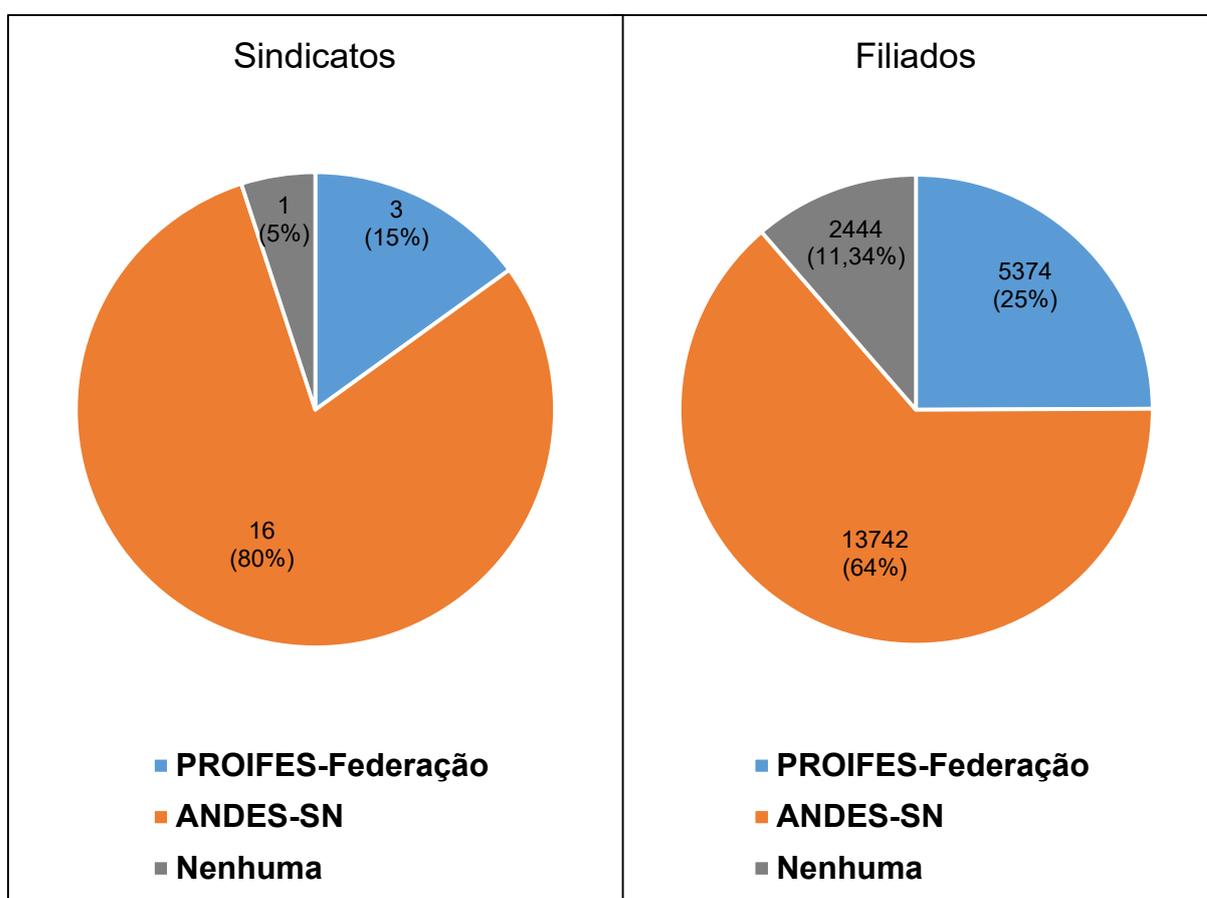
Ademais, se cuidadosamente observadas, as próprias informações objetivas acerca das afiliações dos sindicatos docentes da Educação Superior federal na NE acabam por, antes que negar, evidenciar a probabilidade de correção factual da hipótese de trabalho aqui em discussão.

Para percebê-lo, consideremos, de início, as características organizacionais próprias aos quatro sindicatos que, dentre os 20 da região, dão nela presença territorial ao modelo sindical oficial local. Tratam-se eles dos Apub, Sindufma, Adurn e Adufc-Sindicato.

¹ Cf. Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na Região Nordeste (2016).

Em 2016, os três primeiros encontravam-se vinculados à Proifes-Federação apresentando o quarto a situação, (por enquanto) singular na região (quicá no país), de ser uma organização sindical estadual sem vínculos oficiais seja com o Andes-SN seja com a Proifes-Federação. De longa história, este sindicato já havia, porém, experimentado, como vimos, ambas as vinculações.

Gráfico 2 – Distribuição dos sindicatos/filiados na Educação Superior federal da NE (por afiliação nacional, 2016)



Fonte: dados da Tabela 1 – Universidades federais e sindicatos docentes correlatos na NE (2016).

À exceção do Sindufma, criado em 2015, essas organizações pertencem ao grupo dos melhor consolidados sindicatos de professores de universidades federais da NE, apresentando os maiores tempos de existência e as maiores taxas e números absolutos de filiados. Estas características acabam por lhes garantir que, apesar de significarem apenas 20% daquele conjunto de organizações (quatro entre 20), reunissem naquele ano de 2016 quase metade dos professores naquele universo territorial – algo próximo a 40%, como se pode ver no gráfico acima.

Acrescente-se ao fato tratarem-se essas de organizações com altas taxas de filiação (no que importam as filiações de aposentados), o que indica que os grupos em suas diretorias, independentemente dos motivos imediatos para tal, reúnem legitimidade prática frente à maioria de suas bases sociais; apoiadoras, ao que tudo aponta, dos rumos institucionais oficializados a elas concedidos por seus dirigentes. É sensato desconfiar que guarde dimensões excessivamente abstratas essa última linha de análise, sendo certo que, a esse respeito, auxiliariam muito pesquisas empíricas, ainda inexistentes, acerca dos próprios processos que levaram cada uma dessas organizações sindicais ao rompimento com o Andes-SN e à vinculação com a Proifes-Federação.

Por ora, contentemo-nos, a esse respeito, com a observação de algumas das situações internas destes sindicatos a que esta pesquisa teve mínimo acesso. Situações experimentadas, em especial, por algumas das organizações da região que, apresentando características de consolidação organizacional similares às dos quatro sindicatos anteriormente referidos, mantinham-se ainda formalmente vinculados ao Andes-SN.

Conhecidas as tensas disputas e divergências estabelecidas entre Andes-SN e Proifes-Federação, fez-se curioso ver postos lado a lado no sítio eletrônico da Adufpe, por exemplo, as logomarcas e *links* de acesso aos seus portais organizacionais. Principalmente por estar ali informado o vínculo formal desta organização local ao sindicato nacional.

Com essa prática estariam os dirigentes sugerindo à base sindical tratarem-se ambas as organizações, indiferentemente, de referências político-associativas complementares? Esse seria, decerto, um posicionamento pouco compatível com a realidade das relações, sabidamente conflituosas, estabelecidas entre os grupos que dão corpo nacional e local aos estilos e modelos de sindicalismo docente por elas representados.

Contactada a diretoria daquele sindicato em busca de explicações para o fato, seu então presidente informou:

A ADUFPE é sindicalizada ao Andes-SN desde sua fundação e participou efetivamente da sua construção lutando para que o Andes-SN representasse os professores, mas nos últimos anos a unidade política deixou de existir e a proposta dessa nova diretoria é manter uma unidade política e diálogo constante com todas as representações sindicais, independente da nossa filiação, por isso estamos buscando diálogos multilaterais com todos e trazendo para nossa base o máximo de informações possíveis e atualizadas.¹

¹ Conversa estabelecida com o professor Augusto Barreto, entre os dias 07 e 15 out. 2016, por meio da página do sindicato no Facebook. (Cf. https://www.facebook.com/adufeperecife/?ref=br_rs / <http://www.adufepe.org.br>).

O que, afinal, está dito nessa resposta, ao lado do condescendente lamento pelo fim da “unidade política” do movimento docente nacional nos “últimos anos”?

Que para a diretoria daquele sindicato estava decididamente dado o declínio da capacidade, outrora apresentada pelo modelo político-organizacional e institucional do Andes-SN, de plena articulação sindical de sua base social, uma vez que se fazia evidente sua atual incapacidade de, por exemplo, ser fonte suficientemente confiável de todas as informações necessárias ao desenvolvimento desse movimento docente. De modo que aquela diretoria entendia como necessária ao responsável cumprimento de seus deveres político-administrativos, em que pesassem os formais laços interorganizacionais historicamente estabelecidos com o Sindicato Nacional, algum distanciamento e autonomia em relação a ele. Suficientes para lhe possibilitar a manutenção de simultâneos vínculos, mesmo que informais, com a Proifes-Federação, sem os quais se faria impossível, no (novo) contexto nacional desse movimento docente, levar à “base o máximo de informações possíveis e atualizadas”.

Os limites de interesse deste momento da pesquisa impossibilitaram ir à fundo naquela particular situação estadual, que deve, aliás, encontrar suas próprias expressões em, pelo menos, outro dos bem consolidados sindicatos da região então oficialmente vinculados ao Andes-SN, o ADUFPB.

Naquele ano de 2016, era também possível encontrar no sítio eletrônico desse sindicato o curioso fenômeno da simultânea sugestão, às bases locais, de referência político-sindical no Andes-SN e na Proifes-Federação; o que era ali feito, tal como no anterior caso, sem qualquer explicação ou hierarquização.

Embora façam-se necessárias outras pesquisas empíricas até que se chegue a um melhor entendimento do que está em jogo em cada um desses contextos interorganizacionais estaduais e no seu conjunto regional, é possível vislumbrar nos posicionamentos dessas recentes diretorias sindicais pragmáticas estratégias de sobrevivência em meio aos conturbados processos de transição de modelos organizacionais vividos pelos sindicatos de seu agrupamento profissional na região nos últimos anos, cada vez mais aproximados do modelo oficial-confederativo na medida que perde neles força de compromisso o modelo de sindicato nacional com seções sindicais em cada universidade.

Ora, fazia-se já amplamente conhecida, no país e região, a natureza divisionista e dispersiva dos processos de tensão e cisão responsáveis, por exemplo, pelo estabelecimento e manutenção da situação de completa desvinculação nacional formal experimentada pela Adufc-Sindicato, no CE, tema deste estudo. Igualmente conhecida de todos é a intensa e permanente

concorrência estabelecida, no Estado do Maranhão (MA), entre a Apruma, criada em 1978 e desde sempre vinculada ao Andes-SN, e o Sindufma, fundado em 2015 a partir de uma cisão promovida por (ex)filiados à Apruma desejosos de vinculação formal à Proifes-Federação.

Dá-nos alguma medida das tensões internamente vividas no sindicalismo docente universitário federal desse último estado a leitura do texto que, publicado no sítio eletrônico do Sindufma, faz sua apresentação oficial, “O que está por trás do Sindufma?”¹.

Segundo aquele texto, o grupo responsável pela criação do Sindufma rompeu com a Apruma contando com a “concordância” de “quatrocentos professores da Universidade Federal do Maranhão” (em 2016, eram 1.587 ao todo). A concordância, em assembleia, teria se feito “unânime”, com representação de “todos os *campi*”, de “ativos e aposentados”, bem como de “cerca de cento e oitenta” ex ou ainda “filiados da antiga associação”.

Explicaria a situação o fato de que “eleição e democracia são raras na Apruma”. Apesar de existir “desde o final da década de setenta do século passado”, a mesma poucas vezes teria experimentado “disputas por sua direção”, somente ocorridas quando, recentemente, foram “protagonizadas justamente por esses filiados que agora desistiram de tentar debater o ‘aparelho partidário’” e criaram o Sindufma, explica o texto, com alguma ironia. A “deserção” e “esvaziamento” de “fóruns internos”, objetivada nos “miseros 193 votos de um total de 1165 filiados” alcançados na última eleição, com chapa única, seria o “resultado” de um sindicalismo levado a cabo por “burocráticos, partidarizados, raivosos”, que “constrangem as opiniões divergentes através de um policiamento político, procurando de todas as formas e por qualquer meio imprimir na Ufma o que já foi decidido por uma burocracia sindical nacional, uma vez que a associação é somente uma ‘seção sindical’ do aparelho nacional”. A referência ao Andes-SN aí, apesar de indireta, é óbvia.

Daí em diante o texto faz-se mais direto nas críticas ao grupo oponente:

É a famigerada política trotskista do “sindicato como correia de transmissão do partido”. Quem discorda ou ousa debater qualquer questão fora da pauta definida alhures, é logo taxado de “pelego”, “chapa branca”, “traidor” e é posto na condição de inimigo, responsabilizado por eventuais fracassos da categoria. O sistema, o governo, a reitoria, os “pelegos” são culpados (...). É justamente esse apego indefectível a um universalismo abstrato, que coloca de modo imutável as últimas questões do sistema de dominação, tentando reproduzir na universidade um jacobinismo esquerdista, a causa do fracasso prático desta ideologia. (...) Pensamos que aqueles que lideram um movimento político sindical devem ter consciência da tensão entre as suas próprias pretensões e a realidade na qual se encontram. O sindicato também necessita do sentido para o factível, o possível, o correto aqui e agora.

¹ Cf. O que está por trás do SIND-UFMA? (Disponível em: <http://www.sindufma.org/sobre-n-s/>).

Essas seriam, por fim, “as causas do esvaziamento da Apruma e da ascensão do Sindufma”, as quais não se tratariam, em última análise, de “uma questão ideológica, mas fundamentalmente prática”, dizendo respeito “à finalidade do sindicato na atual conjuntura”, na qual estaria “completamente fora do contexto” ter o “debate ideológico como motor exclusivo do sindicalismo, tal qual proposto pelo partidarismo da Apruma[/Andes-SN]”. Isso tudo tornaria este último incapaz da necessária “construção de um movimento docente de qualidade, com conteúdo propositivo e fundamentalmente prático”, justamente o que estaria “por trás da criação do Sindufma[/Proifes-Federação]”.

Essa é também linha argumentativa adotado no texto-apresentação de outro dos sindicatos filiados à Proifes-Federação na NE, a Adurn¹.

Fundado em 1979, o sindicato filiou-se ao Andes-SN ainda em 1982. Dez anos depois, em 1992, acompanhando uma estratégia nacional conjunta, que visava “unificar o Movimento Docente”, a associação local teria se transformado em “Adurn-Seção Sindical do Andes-SN”. Apesar disso, afirma, ainda ao “final da década de 90, os professores das IFES começam a reclamar de enrijecimento político da Andes e de que suas ações políticas privilegiavam o enfrentamento e não a negociação”. Essa postura “acabou por afastar a categoria da Direção e restringir os espaços de debates” nacionais, criando o contexto para que a Adurn passasse a “integrar o Novo Movimento Docente iniciado em todo país em 2004” sob o nome de Proifes. Ele visaria “estimular o debate político nas Universidades para que estas sejam as bases para formação de sindicatos locais autônomos, soberanos e independentes”, nacionalmente organizados em torno de “uma entidade não sectária”.

Vai em mesma direção a argumentação que conduz o texto-apresentação da Apub², na BA. Após informar que sua criação em “6 de agosto de 1968” foi uma “reação à invasão da Polícia Militar na Faculdade de Economia da Ufba, durante a ditadura militar”, e que se mantém até hoje “fiel à proposta inicial” de ser uma “entidade que lutasse em defesa dos interesses da categoria – como salários mais justos e melhores condições de trabalho –, pela democratização do país e pelo fortalecimento do ensino das universidades públicas federais”, o sindicato afirma, sem detalhes, que no “ano de 2008, a Apub comemorou 40 anos, trazendo à tona a insatisfação com a estrutura atual da Andes”. O motivo central para essa insatisfação residiria no fato de ser ele um “sindicato de representação dos professores das universidades públicas (federais,

¹ Cf. História. (Disponível em: <http://www.adurn.org.br/historia/>).

² Cf. A Apub SINDICATO. (Disponível em: http://www.apub.org.br/?page_id=19269).

estaduais, municipais) e privadas, que, tendo representatividade distorcida, deixa de lutar pelos interesses [específicos] dos docentes” das universidades federais.

Esse fato, somado a outros, teria feito crescer o “desejo de transformar a Apub em sindicato local”, o que acontece em 2009, simultaneamente a sua desfiliação do Andes-SN. Em ato contínuo, “seguindo a tendência do movimento docente atual”, o Apub segue “em rumo” à Proifes-Federação, onde percebe ser possível tornar-se, de fato, um sindicato, isto é, “representar uma categoria profissional e econômica, bem como ampliar garantias e conquistas para os trabalhadores”, o que vem fazendo à luz de três pilares, a “Representatividade – número de participantes da categoria territorializada”, a “Legitimidade – buscada na procedência da entidade, sua história, acertos e erros” e a “Legalidade – cumprimento de todos os preceitos e trâmites da lei em vigor”. Na sequência, faz citações da Constituição Federal a respeito do assunto e uma relatoria dos “serviços” e “convênios” prestados aos filiados (saúde, turismo, alimentação, lazer, segurança, jurídico, comunicação, dentre outros).

Os anteriores fatos como suficientes para autorizar a afirmação de que, nos últimos anos, a manutenção de vínculos formais com o Andes-SN passou a conviver, pelo menos entre os sindicatos de maior consolidação organizacional na NE, ou com duras críticas internas ou com movimentos dedicados a promover a desvinculação das organizações locais daquele Sindicato Nacional e, conseqüentemente, do modelo político-institucional que representa.

Igualmente possível a esse respeito é a afirmação de que nesses processos de transição de modelos organizacionais a tendência em direção ao modelo oficial-confederativo faz-se evidente, mesmo quando seus resultados não têm, como no CE, sua concretização última na forma de uma vinculação formal à Proifes-Federação. Nesse sentido, toma grande importância o fato de que, caso aceite-se o fenômeno de simultânea chancela política, mesmo que informal, ao Sindicato Nacional e à Federação como um índice de vinculação interorganizacional dos Adufepe e ADUFPB a essa última, saltaria para cerca de 61% o percentual de professores que, na NE, já se encontrariam filiados, naquele ano de 2016, a sindicatos com vínculos ao modelo oficial-confederativo.

Mas se, como se vê, faz-se um fato que as manifestações de tal tendência à oficialização organizacional apresentam particular força auto-evidenciadora em suas expressões nos bem consolidados sindicatos da NE, de modo algum encontram-se as mesmas restritas às fronteiras de suas realidades organizacionais. Sua presença (também crescente?) pode ser reconhecida em sindicatos menores e mais recentes daquela região; como bem exemplificavam alguns

dos elementos constitutivos, por exemplo, do Plano de Gestão apresentado pela diretoria eleita para administração da Apur, no Recôncavo da BA, durante o biênio 2017-2018¹.

Naquele documento, após exporem um conjunto de interpretações do contexto político nacional – o que então necessariamente envolvia, segundo seus autores, apresentar algum posicionamento quanto ao contemporâneo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, do PT, e suas possíveis consequências sobre o universo social e sindical do país –, os membros da nova diretoria da Apur afirmam, sem meias-palavras, sua crítica ao que nomeavam como as “posturas sectárias e descontextualizadas da direção do Andes nos últimos anos”.

Em continuação, afirmavam a necessidade de “um sindicato nacional forte e preparado para a crise” política que, segundo entendiam, iniciava-se no país, requerendo “posições assertivas na defesa da democracia” e bem “definidas quando os direitos dxs docentes estão em ameaça”; duas características que não podiam reconhecer na condução que vinha sendo dada ao Sindicato Nacional. Mantendo a tonalidade, anunciavam entender como “desafios” orientadores de sua gestão, em consequência, “atuar no Andes” no sentido de construir “alternativas que fortaleçam o sindicato nacional, e que o reaproximem das lutas do conjunto da classe trabalhadora”, promovendo “a unidade com os demais trabalhadores e suas lutas”, o que somente poderia tomar forma, para aqueles novos diretores, na defesa da “filiação da Apur e do Andes-SN na CUT, para que possamos intervir na política da maior organização de trabalhadores do país”.

Diante dos argumentos desse Plano Diretor pode-se objetar que se trate o mesmo, de fato, de uma peça útil ao reconhecimento da expansão, também em novos sindicatos da NE, da tendência à assunção do modelo sindical oficial-confederativo; tendência ali evidente, como se viu acima, nos mais bem consolidados sindicatos do agrupamento profissional. Afinal, aquela nova diretoria da Apur, embora tivesse explícitas discordâncias com a direção político-ideológica nacionalmente conferida ao Andes-SN nos últimos anos por sua diretoria nacional, em nenhum momento propõe, como fizeram outros sindicatos na região, a desvinculação do Sindicato Nacional e a busca seja de vínculos formais com a Federação seja da assunção do estatuto de um sindicato estadual. Tampouco são feitas quaisquer críticas diretas ao modelo sindical e ao caráter oficial historicamente assumido pelo Andes-SN.

Sua proposta era, diferentemente, a de uma atuação “no Andes” que, fazendo-se capaz de desvincula-lo de sua atual central sindical, a CSP Conlutas, levasse-o de volta à

¹ Cf. Plano de Gestão. (Disponível em: <http://apur.org.br/diretoria/plano-de-gestao/>).

filiação “na CUT”, central que, tratando-se “da maior organização de trabalhadores do país”, serviria como o contexto organizacional mais oportuno à reaproximação do movimento docente universitário brasileiro “das lutas do conjunto da classe trabalhadora”, ambiente político no qual o Sindicato Nacional poderia superar as situações criadas pelas “posturas sectárias e descontextualizadas” de sua DN “nos últimos anos”.

Opera como núcleo argumentativo pressuposto daquele Plano Diretor, pois, uma narrativa histórica que, sem tocar na questão do modelo organizacional sindical ou nos vínculos tutelares estatais necessariamente promovidos pelo sindicalismo oficial, reaviva querelas que historicamente acompanharam tanto a transformação da Andes em Andes-SN, em 1988, quanto a desvinculação desse último da CUT em 2005 e vinculação, em 2007, à CSP Conlutas.

Essas querelas não são outras, porém, importa muito reconhecer, que aquelas mesmas à base dos motivos dos grupos de professores que, rompendo com o Andes-SN, fundaram o Proifes-Fórum em 2004 e a Proifes-Federação em 2012, uma entidade sindical oficialmente vinculada, desde seu nascedouro, à CUT, um central sindical já plenamente oficializada.

TABELAS

Tabela 1 – Universidades Federais e Sindicatos Docentes Correlatos na Região Nordeste (2016)

Estado (sigla)	Universidade (sigla) ¹		Reitoria (cidade) ¹	Fund. (ano) ¹	Docentes Ativos (núm/ano) ¹		Sindicato (sigla) ²		Afiliação Nacional (sigla) ²	Fund. (ano) ²	Filiados (núm./ano/%) ³		
AL	1	UFAL	Alagoas	1961	1644	2015	1	ADUFAL	ANDES	19793	1522	2016	92,58
	2	UFBA	Salvador	1946	2337	2015	2	APUB	PROIFES	1968	2485	2016	106,33
BA	3	UFRB	Cruz das Almas	2005	669	2015	2	Total			70	2016	10,46
	3	APUR					3	ANDES	2008	218	2016	32,59	
	4	UFOB	Barreiras	2013	218	2015	4	ADUFOB	ANDES	2015(4)	0	2016	0,00
	5	UFSB	Itabuna	2013	152	2014	5	ADUFSB	ANDES	2016(5)	0	2016	0,00
	Total					3376	/	Total			2773	/	82,14
CE	6	UFC	Fortaleza	1954	2090	2016	6	ADUFC	/	1980	2377	2016	113,73
	7	UFCA	Juazeiro do Norte	2013	260	2016	6				14	2016	5,38
	8	UNILAB	Redenção	2010	258	2016	6				Total		2444
	7	SindUnilab					7	ANDES	2015(4)	25	2016	9,69	
	Total					2608	/	Total			2469	/	94,67
MA	9	UFMA	São Luís	1966	1587	2016	8	APRUMA	ANDES	1978	1165	2015	73,41
	9	SindUFMA					9	PROIFES	2015	342	2016	21,55	
Total							Total			1507	/	94,96	
PB	10	UFPB	João Pessoa	1955	2341	2016	10	ADUFPB	ANDES	1978	2331	2016	99,57
	11	UFCG	Campina Grande	2002	1390	2015	11	ADUFCG	ANDES	1978	670	2016	48,20
	12	ADUC-Cajazeiras					12	ANDES	1980	84	2016	6,04	
	13	ADUFCG-Patos					13	ANDES	1991	81	2016	5,83	
	Total					3731	/	Total			835	/	60,07
Total							Total			3166	/	84,86	
PE	12	UFPE	Recife	1946	2834	2016	14	ADUFEPE	ANDES/PROIFES	1979	3104	2016	109,53
	13	UFRPE	Recife	1947	1159	2016	15	ADUFERPE	ANDES	1981	723	2016	62,38
	14	UNIVASF	Petrolina	2002	489	2015	16	SindUnivasf	ANDES	2005	96	2016	19,63
Total					4482	/	Total			3923	/	87,53	
PI	15	UFPI	Teresina	1971	1698	2016	17	ADUFPI	ANDES	1979	1934	2016	113,90
RN	16	UFRN	Natal	1958	2271	2015	18	ADURN	PROIFES	1979	2477	2016	109,07
	17	UFERSA	Mossoró	2005	613	2015	19	ADUFERSA	ANDES	1980	375	2016	61,17
Total					2884	/	Total			2852	/	98,89	
SE	18	UFS	Aracaju	1963	1464	2016	20	ADUFS	ANDES	1979	1414	2016	96,58
Total	18	Total Geral (docentes)			23474	/	20	Total Geral (filiados)			21560	/	91,85

Fonte 1: sítios eletrônicos oficiais das universidades (história, relatórios de gestão, relatórios SIGRH, anuários etc.)

Fonte 2: sítios eletrônicos oficiais dos sindicatos docentes (história, estatutos, regimentos).

Fonte 3: informação recolhidas em contato, eletrônico ou presencial, com membros das diretorias sindicais.

Fonte 4: “Docentes criam duas novas seções sindicais e deflagram greve” (06/07/2015). Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7602>.

Fonte 5: “Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia criam seção sindical do Andes-SN” (11/05/2016). Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8124>.

Tabela 2 – Professores Entrevistados (por categoria, 2017)

Categoria	Professor/a	Sexo	Egresso ME/Fam.	Ingresso (ano) ¹	Universidade ¹	Departamento/ Curso ¹	Sindicato	Gestão (biênio) ²	Membro Diretoria ² /Candidato	Data da sessão	
Pré-D (11)	01	Mirtes Mirian Amorim Maciel (Pré-D 1)	Fem.	Sim	1986	UFC	Filosofia	01	1999-2001	Vice-presidente	05.10.16
									2001-2003	Relações Intersindicais	
									2003-2005	Presidente	
									2007-2009	Vice-presidente	
									2011-2013	Aposentados	
									2017-2019	Aposentados	
	02	Tânia Maria Batista de Lima (Pré-D 2)	Fem.	Sim	1994	UFC	Educação	01	1995-1997	Relações Intersindicais	13.10.16
	03	Ângela de Alencar Araripe Pinheiro (Pré-D 3)	Fem.	Sim	1979	UFC	Psicologia	01	1995-1997	Vice-presidente	18.10.16
	04	Agamenon Tavares de Almeida (Pré-D 4)	Masc.	Sim	1966	UFC	Economia	01	1980-1982	Presidente	24.10.16
									1984-1986	Presidente	
									1997-1999	Vice-presidente	
	05	Francisco José Pinheiro (Pré-D 5)	Masc.	Sim	1990	UFC	História	01	1993-1995	Relações Intersindicais	25.10.16
									1995-1997	Presidente	
	06	Helena Serra Azul Monteiro (Pré-D 6)	Fem.	Sim	1991	UFC	Medicina	01	1995-1997	1º Tesoureiro	25.10.16
									1997-1999	2º Tesoureiro	
									1999-2001	Presidente	
									2003-2005	Vice-presidente	

									2005-2007	Presidente	
									2017-2019	Vice-presidente	
	07	José Estevão Machado Arcanjo (Pré-D 7)	Masc.	Sim	1994	UFC	Ciências Sociais	01	2003-2005	2º Suplente	27.10.16
									2005-2007	Vice-presidente	
									2007-2009	Presidente	
									2009-2011	Relações intersindicais	
	08	Adelaide Maria Gonçalves Pereira (Pré-D 8)	Fem.	Sim	1988	UFC	História	01	1991-1993	Presidente	11.11.16
	09	Ricardo Silva Thé Pontes (Pré-D 9)	Masc.	Sim	1979	UFC	Engenharia	01	1984-1986	1º Tesoureiro	22.11.16
									1989-1991	1º Tesoureiro	
									1991-1993	Vice-presidente	
									2009-2011	Vice-presidente	
									2011-2013	Vice-presidente	
	10	Maria Auxiliadora Lemenhe (Pré-D 10)	Fem.	Não	1973	UFC	Ciências Sociais	01	1980-1982	1º Secretário	12.12.16
									1984-1986	Vice-presidente	
	11	Maria Neile Torres de Araújo (Pré-D 11)	Fem.	Sim	1973	UFC	Medicina	01	2007-2009	1º Tesoureiro	30.03.17
									2009-2011	Presidente	
									2015-2017	Vice-presidente	
Pré-ND (04)	12	Maria do Céu Lima (Pré-ND 1)	Fem.	Sim	1993	UFC	Geografia	01	2003-2005	Diretora Regional do Andes-SN	13.10.16
									2006-2008	Diretoria Nacional do Andes-SN	

	13	Vera (Pré-ND 2)	Fem.	(?)	1979	UFC	Ciências Sociais	01	-	-	24.10.16
	14	Marcos (Pré-ND 3)	Masc.	Não	1979	UFC	Engenharia	01	-	-	08.11.16
	15	Vicente (Pré-ND 4)	Masc.	Não	1970	UFC	Arquitetura	01	-	-	15.11.16
Pós-D (09)	16	André Vasconcelos Ferreira (Pós-D 1)	Masc.	Sim	2011	UFC	Economia	01	2013-2015	Presidente	30.09.16
									2015-2017	Candidato a Presidente	
	17	Leonardo de Al- meida Monteiro (Pós-D 2)	Masc.	Não	2010	UFC	Engenharia	01	2011-2013	Relações Intersindicais	03.04.17
									2015-2017	Presidente	
	18	Sálvio Fernandes de Melo (Pós-D 3)	Masc.	Sim	2016	Unilab	Humanidades	02	2016-2018	Secretário	15.12.16
	19	Gledson Ribeiro de Oliveira (Pós-D 4)	Masc.	Sim	2012	Unilab	Humanidades	02	2016-2018	Presidente	05.10.16
	20	Irma Gracielle Car- valho de Oliveira Souza (Pós-D 5)	Fem.	Sim	2013	Ufca	Biblioteconomia	01	2017-2019	1º Secretário	05.10.16
	21	<i>Pós-D 6</i>	<i>Masc.</i>	<i>Sim</i>	<i>2012</i>	<i>04</i>	<i>Medicina</i>	<i>03</i>	-	-	-
	22	<i>Pós-D 7</i>	<i>Masc.</i>	<i>Sim</i>	<i>2006</i>	<i>04</i>	<i>Psicologia</i>	<i>03</i>	-	-	-
	23	<i>Pós-D 8</i>	<i>Masc.</i>	<i>Sim</i>	<i>2004</i>	<i>04</i>	<i>Engenharias</i>	<i>03</i>	-	-	-
24	<i>Pós-D 9</i>	<i>Masc.</i>	<i>Sim</i>	<i>2008</i>	<i>04</i>	<i>Ciências Sociais</i>	<i>03</i>	-	-	-	
Pós-ND (12)	25	Hermes (Pós-ND 1)	Masc.	Sim	2015	UFC	Literatura	01	-	-	18.10.16

26	Magali (Pós-ND 2)	Fem.	Não	2010	UFC	Engenharia	01	-	-	26.10.16
27	Bruno Anderson Matias da Rocha (Pós-ND 3)	Masc.	Sim	2010	UFC	Bioquímica	01	2017-2019	Candidato a Vice-presidente	16.11.16
28	Agnaldo (Pós-ND 4)	Masc.	Não	2008	UFC	Engenharia	01	-	-	09.11.16
29	Júlia (Pós-ND 5)	Fem.	Não	2009	UFC	Moda	01	-	-	17.11.16
30	Amanda (Pós-ND 6)	Fem.	Não	2014	UFC	Literatura	01	-	-	12.04.17
31	Alan (Pós-ND 7)	Masc.	Não	2010	Ufca	Jornalismo	01	-	-	05.04.17
32	Rafael (Pós-ND 8)	Masc.	Não	2010	Ufca	Música	01	-	-	06.04.17
33	Luís Celestino de França Júnior (Pós-ND 9)	Masc.	Sim	2010	Ufca	Jornalismo	01	2017-2019	Candidato a 1º Secretário	06.04.17
34	Márcia (Pós-ND 10)	Fem.	Sim	2010	Ufca	Filosofia	01	-	-	06.04.17
35	(Pós-ND11)	Fem.	Não	2009	04	Ciências Sociais	03	-	-	-
36	Luiz Fábio Silva Paiva (Pós-ND 12)	Masc.	Sim	2007	UFC	Ciências Sociais	01	2015-2017	Candidato a Vice-presidente	10.10.16
Total	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte 1: informações recolhidas nas entrevistas e verificadas, sempre que necessário, nos currículos da Plataforma Lattes/CNPq e sítios eletrônicos oficiais das universidades.

Fonte 2: informações recolhidas nas entrevistas e verificadas, sempre que necessário, nos sítios eletrônicos oficiais dos sindicatos e chapas em pleito.

REFERÊNCIAS

Teses, dissertações, livros e artigos acadêmicos

ALENCAR, Heron de. *A Universidade de Brasília. Projeto Nacional da Intelectualidade Brasileira*. In: RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 213-238.

ALEXANDRE, Ricardo. **“Nem vem que não tem”**: a vida e o veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Globo, 2009.

ALMEIDA FILHO, Naomar. *Universidade Nova no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura S.; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008, p. 107-257.

ALMEIDA, Ana Maria F. *Entrevista com Christian Baudelot e Roger Establet*. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 179-195, 2008.

ALMEIDA, Argus V. *A fundação da Aduferpe no contexto histórico-político brasileiro no início dos anos 80*. **Cadernos da Aduferpe**. No 3, jun 2015. Disponível em <https://is-suu.com/aduferpe/docs/cadernos-aduferpe-n03>.

ALMEIDA, Danusa M. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992)**: A APEOC/Sindicato e o SINDIUTE. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: UFSCar, 2016.

_____. *Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: O caso cearense*. In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*. **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 129-147.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. *Sindicatos no Brasil: novos problemas, velhas estruturas*. **Debate Crítica** no 6, São Paulo, 1975, pp. 49-74.

ALTHUSSER, Louis. *Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica*. In: BARISON, Thiago (Org.). **Teoria Marxista e Análise Concreta**. Textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar. São Paulo: Expressão Popular, 2017 [1966], p. 27-82.

_____. *Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos*. In: BARISON, Thiago (Org.). **Teoria Marxista e Análise Concreta**. Textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar. São Paulo: Expressão Popular, 2017 [1967], p. 83-114.

AMARAL, Oswaldo E. *O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais*. **Cadernos Cemarx**, n. 4, 2007.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. *Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil*. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

ARAÚJO, Ângela M. C. *Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil*. In: ____ (Org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 29-57.

ARAÚJO, Paulo C. **Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

ARAÚJO, Vladimir C. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística**. (Tese de Doutorado). Universidade Panthéon-Assas Paris-II, 2003.

ASSIS, Silvana S. **O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. (Tese de Doutorado). Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

_____. **As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP (Sindicato de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo): 1991-1998**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP: Unicamp, 1999.

BARISON, Thiago. **A estrutura sindical de Estado no Brasil e o controle do judiciário após a Constituição de 1988**. São Paulo: LTr, 2016.

_____. *Introdução*. In: BARISON, Thiago (Org.). **Teoria Marxista e Análise Concreta. Textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p. 07-25.

BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria I; DINIZ, Cássio. *O Sindicato na Sociedade Capitalista e a Exterioridade do Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 05-64.

BAUER, Carlos; PONTES, Suelen; MATHIAS, Emerson F. *Sindicalismo Docente Universitário na América Latina – história e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010)*. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 169-202.

BERRINGER, Tatiana; KOWALCZYK, Anna. *As burguesias brasileira e chilena e a integração regional*. **Estudos Internacionais**. Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v. 5 n. 1, p. 47-61, 2017.

BESERRA, Bernadete. *Quem pode representar quem? Notas sobre sentimentos e relações de poder numa pesquisa de campo*. **Etnia**, Olavarría, Argentina, 2003.

_____. **Antropologia do Ensino Superior**: reflexões a partir de uma trajetória e de um campo. Memorial submetido a concurso de professor titular na área de Antropologia da Educação no Departamento de Fundamentos da Educação da UFC. Fortaleza, 2012a.

_____.; LAVERGNE, R. *Heroína ou vilã? Notas sobre uma experiência de ensino de sociologia da educação*. In: CHAGAS, E.F.; RECH, H. L.; VASCONCELOS, R.; JOVINO, W. M. (Orgs.). **Indivíduo e Educação na crise do capitalismo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012b, p. 462-481.

___ **A Universidade brasileira pós-LDB/1996: a dinâmica da cultura e os recursos da Antropologia.** Projeto apresentado à seleção PIBIC da PRPPG da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

___; LAVERGNE, R. F. *O campo da antropologia da educação no Brasil: excessos e limites a partir de um concurso para professor titular. IV Reunião Equatorial de Antropologia / XIII Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste.* MR 02 - Antropologia e Educação: Olhares Cruzados, **Anais [...]**, Fortaleza, 4 a 7 de agosto de 2013.

___; LAVERGNE, R. F. *Os limites da expansão da excelência na ritualística de um concurso para professor titular.* In RODRIGUES, Lea C.; PEIXOTO DA SILVA, Isabelle (Orgs.) **Saberes Locais, experiências transnacionais.** Brasília/Florianópolis: ABA Publicações. 2014. p. 153-171.

___; OLIVEIRA, L. K.; SANTOS, C. *Entre o populismo docente e o dom da fala discente: problemas do ensino básico que sobrevivem à formação superior em Pedagogia.* **Revista Di-alectus.** Ano 2. n. 5, 2014. p. 150-165.

___ **Dos riscos da diferença: etnografia de um percurso acadêmico.** Fortaleza: Edições UFC, 2016.

___; LAVERGNE, R. F. *Etnografando a Sala de Aula: contribuições da antropologia à formação de professores.* **Revista Antropológicas**, ano 20, 27 (1): 72-101, 2016.

___; LAVERGNE, R. F. **Racismo e educação no Brasil.** Recife: Ed. UFPE, 2018.

BEZERRA, Herlon. *Para uma elaboração etnográfica dos desafios ético-metodológicos da pesquisa social da Educação Superior.* In: BESERRA, Bernadete de L. R.; GUSSI, Alcides F.; SALES, Yuri N. (Org.). **Experimentações etnográficas em Antropologia da Educação.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017, p. 181-200.

___; BESERRA, Bernadete. *Contribuciones de la tradición marx-engelsiana a la comprensión de las relaciones entre sentido y discurso en la investigación social.* **Islas**, 60 (190): 56-76; mayo-agosto, 2018. Disponível em <http://islas.uclv.edu.cu/index.php/islas/articulo/view/1127/>.

___ *A pesquisa social da Educação Superior e a elaboração etnográfica de seus desafios ético-metodológicos.* In: CARVALHO, M. V. C.; CARVALHÊDO, J.L.P.. (Org.). **Educação e Cidadania.** (Coleção Caminhos da Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil). 1ª ed. Teresina, PI: EDUFPI/ANPED, 2016, v. 2, p. 401-419.

BITTAR, Marisa; FERREIRA Jr., Amarílio. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Ed. Pulsar, 2006.

BOITO Jr., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

___ **O Golpe de 1954**: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

___ *De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro*. **São Paulo em perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 23-28, 1994.

___ *Classe média e sindicalismo*. **Politeia: Hist. e Soc.**, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.

___ *Classe média e sindicalismo: uma nota teórica*. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, PR, 26 a 29 de julho de 2011.

BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel C. A. *Os legítimos representantes da classe: os jornais e a organização dos professores públicos primários no Século XIX*. Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores (Aste). **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009.

BORÓN, Atílio B. *El Marxismo y Filosofía política*. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 69-94.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013 [1979/1982].

___ **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].

___ **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

___ *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013 [1984].

___ **O senso prático**. 3a. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [1980].

___ **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

___ *Introdução a uma sociologia reflexiva*. In: ___ **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 17-58.

___; PASSERON, J-C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 [1970].

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni**. Brasília, 2007a.

___ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior. Evolução - 1980 a 2007**. Brasília: Inep, 2007b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>.

___ Lei 7.783, de 28 de junho de 1989. **Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm>.

___ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

___ **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

BRUMER, Anita; SANTOS, José V. T. *Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX)*. **Revista Nera**, n. 9, p. 49-73, 2012.

CALVANI, Carlos E. B. *A educação no projeto missionário do protestantismo no Brasil*. **Revista Pistis Praxis**, v. 1, n. 1, p. 53-69, 2009.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1887-1944)**. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

___ *Classe operária*. In: ___ **A República Velha**: instituições e classes sociais. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 191-245.

CASTILHO, Myrian L. R. **Memória e história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)**. Tese (Doutorado em Educação). Marília, SP: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *A reforma do ensino*. **Discurso**, n. 8, p. 148-159, 1978.

COELHO, Pedro R. *O Movimento Sindical na Universidade Pública Brasileira*. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v.74, n.178, p. 555-580, set./dez. 1993.

_____. **Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente**. Rio Grande do Sul: UFSM, 1996.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. *O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas*. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2, jul./dez. 2002, p. 119-146.

CRUZ, Hélvia L. *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. Estudo sobre a APEOESP*. Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores (Aste). **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 22 e 23 de abril de 2010.

_____. **Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica**. Tese de Doutorado (Sociologia). Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, 2008.

CUNHA, Caroline S. **Seção Sindical Apruma/Andes/SN – Sindicato Nacional: uma análise sócio-histórica de suas bandeiras e lutas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA: 2011.

CUNHA, Luiz A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

___ **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era Vargas.** 3. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

___ **Educação, estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991.

___ *Ensino Superior e Universidade no Brasil.* In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. 4a. Ed. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-204.

DAL ROSSO, Sadi. *Editorial – Universidade e Sociedade: um instrumento para a ação.* **Universidade e Sociedade.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Vol. 1, nº 1 (fev 1991), Brasília (DF).

___; LUCIO, Magda de Lima. *O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil.* **Revista Universidade e Sociedade.** Brasília/DF, ano XIV, nº 33, junho: 115-125, 2004.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Balanco das greves em 2016.** São Paulo: DIEESE, 2017. (Estudos e Pesquisas nº 84).

DINIZ, Cássio; BAUER, Carlos. *Da Insatisfação à Criação da UTE/MG: quando os sujeitos despertam a sua (possível) consciência.* In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 153-167.

DOBBECK, Vera L.A.C. **O professor e a categoria profissional:** a construção da consciência política. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

DONATONI, Alaíde R. **Trajetória do movimento docente do ensino superior:** um resgate histórico da origem e desenvolvimento da Andes. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1999.

FANTINATTI, Márcia M. C. M. **Sindicalismo de classe média e meritocracia: o movimento docente na Universidade Pública.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais: Campinas, SP, 1998.

FARIAS, Francisco P. *Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas*. **Crítica Marxista**, n.28, p. 81-98, 2009.

FARIAS, José A. *Combates na Terra da Luz: a luta da esquerda armada no Ceará durante a Ditadura Civil-Militar (1968-72)*. **Revista Contemporânea**, v. 1, p. 1, 2016.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FÁVERO, Maria L. *Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. **Anais [...]**, Caxambu: ANPED, 2000. Disponível em: <<http://23Reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>>.

___ **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1990.

___ *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada*. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 125-161, jan./abr. 2005 [1959].

___ **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2015 [1968].

___ *A formação política e o trabalho do professor?* In: OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 [1986], p. 119-140.

___ **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

___ **Que tipo de república?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

___ *Sobre o trabalho teórico*. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 2, p. 5-86, 1975.

___ *Três teses sobre a Universidade*. In: OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010 [1991], p. 142-150.

___ **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? 2a. Ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

FERRARO, Karina P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

FERREIRA JR., Amarílio. **Sindicalismo e proletarização**: a saga dos professores brasileiros. (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar*. In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*. **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 47-67.

_____.; BITTAR, Marisa. *A ditadura militar e a proletarização dos professores*. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel A. **Revolução e democracia 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FORACCHI, Marialice M. **A Participação social dos excluídos**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAILO, Daniel M. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a Usaid**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2008.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015.

GEROLOMO, Amilton C. **Trabalhadores do ensino e sindicato**: uma relação de conflito – os professores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo e a APEOESP de 1978 a 1987. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2007.

GILLOT, Pascale. **Althusser e a Psicanálise**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

GINDIN, Julián J. **Por nós mesmos**. As práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.

___; MELO, Savana D. G. *A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina*. Dal Rosso, Sadi. (Org.). **Associativismo e sindicalismo docente em educação. Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 256-281.

GIRARDI JUNIOR, Liráucio. **Classe média, meritocracia e situação de trabalho**: o sindicalismo bancário em São Paulo (1923 a 1944). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1995.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

___ **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

___ *Introdução*. In: MARX, K. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. VII-XXIII.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRANZOTTO, Carla M. **O movimento sindical na academia**: o caso das universidades estaduais paulistas. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval. Campinas, SP: 2010.

HESS, Remi. *Do efeito Mühlmann ao princípio de falsificação: instituinte, instituído, institucionalização*. **Mnemosine**. Vol.3, nº 2, p. 148-163, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. Ed. Rev. São Paulo: Companhia da Letras, 2006 [1936].

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004b.

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Inep, 2016.

KOUTZII, Flávio. *Apresentação*. In: PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à construção do PT**. Porto Alegre: Seriem, 1985, p. 7, 8.

LAVERGNE, R. F.; BESERRA, B. *Exercício para a construção de uma antropologia do ensino superior*. In: XV CISO- Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais – Pré-Alas. **Anais [...]**, Brasil, Teresina-PI, 2012.

LIMA, Maria do Céu; CAVALCANTE, Maria J. M.; OLIVEIRA, Aécio A. *Greve dos docentes da UFC e da Unilab: construção coletiva, superação de barreiras e conquistas*. **Universidade e Sociedade**, n 51, março de 2013.

LINS, M.T.G.; HEBER, F.; SILVA, R.L. *A Implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/Reuni: um estudo de caso*. In: XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, Buenos Aires. **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2013.

MACHADO NETO, Antônio L. *A Ex-Universidade de Brasília*. In: RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 239-260.

MACIEL, Osvaldo O. *Memória do Movimento Docente. Entrevista concedida a Fábio Adriano Hening e Marcos Vinícius de Almeida Saul*. **Universidade e Sociedade**, núm 10, 1995.
_____. *Trabalhando a luta, construindo a história*. **Universidade e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 68-75, 1991.

MAGALHÃES, Mário. **Marighela, o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MANCEBO, Deise. *Trabalho docente na Educação Superior: problematizando a luta*. In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*. **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 69-88.

MARCELINO, Paula. **Trabalhadores terceirizados e luta sindical**. Curitiba/PR: Appris, 2013.

MARTINS FILHO, João R. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

_____. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1974**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1845-46].

MATOS, Alessandro R. **Trajétoria do sindicato dos profissionais em educação no ensino municipal (SINPEEM): 1986-2004**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.

MELLO, Zuza H. **A era dos festivais: uma parábola**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Entrevista por Jean-Pierre Lebrun. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MENDONÇA, Antônio G. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MIGUEL, Luís F. *Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu*. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 98, p. 145-161, Mar. 2014.

MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. *Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe: uma abordagem crítica da teoria de classes de Nicos Poulantzas*. **Crítica Marxista**, v. 32, p. 57-84, 2011.

MIRANDA, Kênia. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, RJ: 2011a.

___ *Como os trabalhadores da educação pensam a educação dos trabalhadores: Um estudo sobre os sindicatos docentes do Rio de Janeiro*. In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*.

Associativismo e sindicalismo em educação. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011b, p. 105-127.

MONTE, Emerson D. **Políticas públicas de carreira docente nas universidades federais**. Tese (Doutorado em Educação). Belém/PA: Universidade Federal do Pará, 2015.

MORAES, João Q. *A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas*. **Tempo Social**, v. 1, n. 2, p. 135-158, 1989.

MOTTA, Luiz E; SERRA, Carlos H. A. *A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im) pertinentes*. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 125-147, Jun 2014.

MOURÃO, Arminda R. B. *Movimento Sindical e suas Perspectivas para o Século XXI*. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 109-122.

NAVARRO, Ignez P. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil: história e memória.** Um resgate da trajetória da Andes-SN com ênfase na política educacional (1981-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP: 1999.

___; NADER, A. *Movimentos universitários: dilemas e perspectivas.* **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VII, n. 13, julho/1997.

___ O movimento dos professores universitários brasileiros: um sindicalismo de intelectuais. **24ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 7 a 11 de outubro de 2001. Disponível em <http://24Reuniao.anped.org.br/T0395710942099.doc>.

OLIVEIRA, Hélio Á. *Considerações sobre a Dialética do Abstrato e do Concreto na Circulação Simples de O Capital.* **Cadernos Cemarx**, n. 6, 2009.

OLIVEIRA, Wellington. *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: Da UTE ao Sind-UTE.* In: DAL ROSSO, Sadi *et alli.* **Associativismo e sindicalismo em educação.** Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 149-167.

OTRANTO, Célia R. *Movimento Sindical Docente: história e crise.* **Revista Universidade Rural - Série Ciências Humanas**, volume 22, número 02, jul/dez 2000, p. 213-229.

___ *A Reforma da Educação Profissional e seus Reflexos na Educação Superior.* **Temas em Educação (UFPB)**, 2013.

PAIVA, Luís R. B. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina.** História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010). Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo; UNINOVE, 2016.

PARANHOS, Kátia. **Era uma vez em São Bernardo:** o discurso sindical dos metalúrgicos (1971-1982). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

PEIXOTO, Luiz F.L.; SABADELHE, José O. **1976: Movimento Black Rio.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

PEREIRA, Maria C. C. *Judicialização de conflitos coletivos na esfera sindical: o caso do An-des-Sindicato Nacional*. In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*. **Associativismo e sindicalismo em educação**. Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 89-104.

PEREIRA, William C. C. *Movimento institucionalista: principais abordagens*. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 10-19, abr. 2007.

PESSANHA, Eurize C. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977 [1968].

___ **Fascismo e Ditadura. A III Internacional face ao fascismo. I volume**. Porto: Portucalese Editora, 1972.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1942].

REIS FILHO, Daniel A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

___ **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar, 2000.

___; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S. (Ed.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Zahar, 2014.

RÊSES, Erlando S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. (Tese de Doutorado). Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

___ *Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil: História, Memória Coletiva Viva e Construção de Interfaces*. **XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia – ALAS**, 2013.

___ **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **La universidad nueva: un proyecto**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006 [1973].

___ **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1995].

___ **A Universidade Necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIDENTI, Marcelo S. *Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores.* In: REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Baurú, SP: Edusc, 2004, p. 53-65.

___ *Andes: representação política e sindical de professores universitários.* **Cadernos de Pesquisa**, n. 93, p. 72-80, 1995.

___ *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960.* **Tempo social**, v. 17, n. 1, p. 81-110, 2005.

___ *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança.* In: DELGADO, Lucília de A.N.; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 133-166.

___ *Esquerdas armadas urbanas: 1964-1974.* In: ___; REIS FILHO, Daniel A. (Org.). **História do marxismo no Brasil.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007a.

___ *Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970.* In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel A. **Revolução e democracia 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 23-51.

___ *Prefácio.* In: FANTINATTI, Márcia M. C. M. **O movimento docente na universidade pública.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001, p. 07-08.

___ *Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974.* **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 2, 1997.

RODRIGUES, Iram J. *Prefácio.* In: GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras.** Curitiba: Appris, 2015, p. 7-10.

RODRIGUES, Leôncio M. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais.* In: BOITO Jr., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 11-42.

RUSSO, Miguel; LANÇA, Héliida. *A Função do Jornal na (In)Formação da Base Sindical: o caso da UDEMO*. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 123-136.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

____ **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2ª edição. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

____ *O direito à educação nas constituições: um modelo de análise*. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 20, p. 9-32, junho, 2006.

____ **A formação do Estado burguês no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 4, p. 28-43, 2011.

SANSÃO, Luiza. *Ameaças e agressão do CCC a Rocha Barros causaram sua morte*. **Revista ADUSP**, maio de 2013. Disponível em <https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat04.pdf>.

SANTANA, Marco A. *Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, v. 14, n. 41, 1999, pp. 12-26.

SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. In: ____; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008a, p. 13-106.

SANTOS, Jorge F. **Vandré**. O homem que disse não. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

SANTOS, Patrícia T. M. **Espaço Representacional do Sindicalismo Docente das Universidades**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília. 2008b.

SARMENTO, Daniel. *21 anos da Constituição de 1988: a Assembleia Constituinte de 1987/1988 e a experiência constitucional brasileira sob a Carta de 1988*. DPU, Nº 30, Nov-Dez/2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social*. *Estud. av.*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 161-189, Apr. 2006.

SILVA, Ligia M. O. **Movimento sindical operário na Primeira República**. Dissertação de Mestrado (Ciência Política), Unicamp, 1977.

SILVA, Luís I.L. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf.

STÉDILE, João Pedro; LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil**. Atual Editora, 1997.

STENCEL, Renato. **História da Educação Superior adventista: Brasil, 1969-1999**. Tese (Doutorado em Educação). Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.

TAUSCHECK, Wagner. *O Jornal 30 de Agosto na Construção da Memória Sindical dos Professores do Estado do Paraná: 30 de Agosto de 1988, um ato no contexto de reorganização e mobilização docente*. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria I. (orgs.). **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013, p. 137-152.

TAVARES, Sergio M. N. **As universidades confessionais brasileiras e as reformas da Educação Superior da década de 1990**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2012.

TRÓPIA, Patrícia V. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. TECII/Unicamp, Campinas, 1994.

VASSELAI, Conrado. **As universidades confessionais no ensino superior brasileiro: identidades, contradições e desafios.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

VERGARA, Alcides J. S. **Ação sindical do movimento docente universitário (1982/2002).** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2003.

VICENTINI, Paula P.; LUGLI, Rosario S.G. *Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970.* In: DAL ROSSO, Sadi *et alli*. **Associativismo e sindicalismo em educação.** Organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 171-189.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 2004 [1968].

WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil.* **Estudos Cebrap** 04, São Paulo, 1973, p. 66-105.

Publicações da imprensa sindical, partidária, universitária e geral

Adufc. **Uma trajetória em defesa da universidade pública.** Fortaleza, CE: Adufc, 2005.

Adufc-Sindicato. **Adufc-SINDICATO completa 37 anos de lutas e avanços.** Disponível em <http://adufc.org.br/2017/05/03/adufc-sindicato-completa-37-anos-de-luta-e-avancos/>.

___ **Quem somos.** Disponível em <http://adufc.org.br/quem-somos/>.

ADUNESP. **Aspectos da História da Adunesp.** Disponível em http://www.adunesp.org.br/index.php?pg=entidade_historia/.

ADUSP. **Histórico**. Disponível em <http://www.adusp.org.br/index.php/a-adusp2/historicoa-dusp/>.

Andes-SN. **Andes-SN. História**. Disponível em <http://portal.andes.org.br/imprensa/manual/site/menu/historia.html/>.

___ **Docentes criam duas novas seções sindicais e deflagram greve**. Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7602>; <https://www.facebook.com/profile.php?id=100010193520412/>.

APUFPR. **Histórico**. Disponível em <http://apufpr.org.br/historico/>.

CUT. **Histórico**. Disponível em <https://cut.org.br/conteudo/historico/>.

DALLE, Isaías. **30 anos da CONCLAT serão comemorados**. Portal da CUT, 22 agosto de 2011. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/30-anos-da-conclat-serao-comemorados-nesta-terca-em-sessao-solene-na-camara-fede-666c>.

MACKENZIE. **História do Instituto**. Disponível em <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto/>.

Proifes-Federação. **Posições sobre organização sindical e política salarial evidenciam divergências entre Andes e Proifes**. Disponível em <http://adufms.org.br/2014/09/24/posicoes-sobre-organizacao-sindical-e-politica-salarial-evidenciam-divergencias-entre-andes-e-proifes/>.

___ **Quem Somos**. Disponível em <http://www.proifes.org.br/quem-somos/>.

Psol. **Nossa História**. Disponível em <http://psol50.org.br/partido/historia/>.

SBPC – SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **70 Reuniões anuais da SBPC**. São Paulo: SBPC, 2018. Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/70Reunioesanuais.pdf>.

SINPRO- RS. **Quem somos**. Disponível em <https://www.sinprors.org.br/institucional/quem-somos/>.

SINPRO-Juiz de Fora/MG. **História**. Disponível em <http://sinprojf.org.br/historia/>.

SINPRO-MG. **História do Sinpro Minas**. Disponível em <http://sinprominas.org.br/noticias/historia-do-sinpro-minas/>.

UFC. **Campus**. Disponível em <https://www.quixada.ufc.br/campus/>.

___ **O Campus**. Disponível em <http://russas.ufc.br/campus.php/>.

___ **O Campus**. Disponível em <http://www.sobral.ufc.br/sobre/campus/>.

___ **Sobre o Campus**. Disponível em <http://crateus.ufc.br/campus-da-universidade-federal-ceara-em-crateus/>.

Unilab. **Equipe – Campus dos Malês – Bahia**. Disponível em <http://www.unilab.edu.br/equipe/>.

Portais eletrônicos e documentos de organizações sindicais, partidárias, universitárias e de assessoria

Instituto Lula. **Portal do Instituto Lula**. Disponível em <http://www.institutolula.org>.

Adufc-Sindicato. **Portal do Adufc-Sindicato**. Disponível em <http://adufc.org.br/>; <http://adufc.blogspot.com.br/> e <https://www.facebook.com/Adufc/>.

PC do B. **Portal do PC do B**. Disponível em <http://pcdob.org.br> e <https://www.facebook.com/PC-do-B-139725866379599/>.

ADUNESP. **Portal da Adunesp**. Disponível em <http://www.adunesp.org.br/>.

ADUSP. **Porta da Adusp.** Disponível em <http://www.adusp.org.br/>.

Andes-SN. **Portal do Andes-SN.** Disponível em <http://portal.andes.org.br/>.

APUFPR. **Portal da Apufpr.** Disponível em <http://apufpr.org.br/>.

COLETIVO GRAÚNA. **Portal do Coletivo Graúna.** Disponível em <https://coletivograunace.wordpress.com/>; <https://www.youtube.com/channel/UCKERattCLDm8Zxc4NYap71g/>; <https://www.facebook.com/coletivograuna/>; <http://pt.calameo.com/accounts/1585451/>.

CONSULTA POPULAR. **Portal da Consulta Popular.** Disponível em <http://consultapopular.org.br/>.

CUT. **Portal da CUT.** Disponível em <https://cut.org.br/>.

MACKENZIE. **Portal da Universidade Mackenzie.** Disponível em <https://www.mackenzie.br/>.

MDB. **Portal do MDB.** Disponível em <https://www.mdb.org.br/>.

MST. **Portal do MST.** Disponível em <http://www.mst.org.br/>.

Proifes-Federação. **Estatuto.** Disponível em <http://www.proifes.org.br/estatuto/>.

___ **Portal da Proifes-Federação.** Disponível em <http://www.proifes.org.br/>.

Psol. **Portal do Psol.** Disponível em <http://psol50.org.br/>.

PSTU. **Portal do PSTU.** Disponível em <https://www.pstu.org.br> e <https://www.facebook.com/pstu16/>.

PT. **Portal do PT.** Disponível em <http://www.pt.org.br/brasil/> e <https://www.facebook.com/pt.brasil>.

SBPC. **Portal da SBPC**. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/>.

SINPRO-Juiz de Fora/MG. **Portal do Sinpro-Juiz de Fora**. Disponível em <http://sinprojf.org.br/>.

SINPRO-MG. **Portal do Sinpro-MG**. Disponível em <http://sinprominas.org.br/>.

SINPRO-RS. **Portal do Sinpro-RS**. Disponível em <https://www.sinprors.org.br/>

UFC. **Anuário Estatístico - UFC 2016**. Disponível em <http://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico>.

___ **Portal da UFC**. Disponível em <http://www.ufc.br/>.

Ufca. **Portal da Ufca**. Disponível em <https://www.ufca.edu.br/portal/>.

UNE. **Portal da UNE**. Disponível em <http://www.une.org.br/>.

Unilab. **Portal da Unilab**. Disponível em <http://www.unilab.edu.br/>.